



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1368

Quinta-feira - 14 de Novembro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3
Água Doce	3
Antônio Carlos	34
Arroio Trinta	34
Atalanta	34
Biguaçu	35
Bom Jesus do Oeste	36
Bom Retiro	37
Braço do Trombudo	38
Brunópolis	116
Caçador	125
Camboriú	139
Campo Alegre	140
Campos Novos	143
Canoinhas	146
Capinzal	152
Catanduvas	153
Chapadão do Lageado	155
Cocal do Sul	166
Concórdia	166
Coronel Freitas	169
Coronel Martins	170
Correia Pinto	171
Curitibanos	171
Faxinal dos Guedes	277
Forquilha	277
Fraiburgo	278
Garopaba	285
Garuva	285
Gaspar	288
Governador Celso Ramos	303
Grão Pará	306
Guaramirim	308
Herval d'Oeste	308
Imbituba	309
Ipumirim	368
Irineópolis	369
Itá	370
Itaiópolis	370
Itapiranga	371
Itapoá	371
Jacinto Machado	371
Joaçaba	372
Lages	373
Lauro Muller	375
Lebon Regis	381
Lindóia do Sul	384
Luzerna	386
Mafra	392

Maracajá	392
Meleiro	392
Modelo	398
Monte Carlo	400
Morro da Fumaça	401
Navegantes	403
Nova Trento	411
Ouro Verde	411
Palhoça	412
Papanduva	415
Passos Maia	417
Paulo Lopes	420
Peritiba	422
Pescaria Brava	422
Pinheiro Preto	423
Pomerode	429
Porto Belo	460
Porto União	462
Rio do Sul	462
Santa Rosa do Sul	475
São Bento do Sul	477
São Domingos	477
São João do Sul	478
São Lourenço do Oeste	481
São Pedro de Alcântara	504
Schroeder	504
Serra Alta	521
Siderópolis	526
Timbé do Sul	536
Timbó	538
Turvo	541
Vargeão	542
Vargem Bonita	542
Videira	545
Vitor Meireles	547
Xavantina	548

Associações

AMARP	560
EGEM	562

Consórcios

CIGA	563
CIMVI	563
CINCO	564
CIS/AMFRI	567
CITMAR	567
Consórcio Catarina	567

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



14 DE NOVEMBRO

Parabéns, São Martinho, por seus 51 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Abdon Batista

PREFEITURA

Edital 91 2013

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 90/2013
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 91/2013

Objeto : Contratação de Empresa, em Regime de Empreitada por preço global, para o fornecimento e instalação de equipamento de transporte vertical do tipo elevador de passageiros.

TIPO : Menor preço por global.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 28/11/2013. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 21 de outubro de 2013.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA NILTON JOSÉ MOCELIN
Prefeito Municipal Pregoeiro

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 249/2013

PORTARIA Nº 249/2013 de 05 de novembro de 2013
"EXORENA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR FALTA DE CARGO EFETIVO NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO MAGISTÉRIO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar JANETE TACIANA DE MARQUIAS, inscrita sob CPF 019.648.949-05, aprovada no teste seletivo 004/2013, no cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, na data de 31/10/2013, por motivo de falta de cargo efetivo no plano de cargos e salários do magistério.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 31/10/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 05 de novembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 250/2013

PORTARIA Nº 250/2013 de 05 de novembro de 2013
"NOMEIA SERVIDORA PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETORA DO CEA - CENTRO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear HILDA VIERA , inscrita sob CPF 504.329.589-91, para o cargo de Diretora do CEA - Centro de Educação de Adultos, a partir de 01/02/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/02/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 05 de novembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 251/2013

PORTARIA Nº 251/2013 de 05 de novembro de 2013
"NOMEIA SERVIDORA PARA OCUPAR O CARGO DE ASSESSORA DE DIREÇÃO DO CEI ESTRELINHA AZUL"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear ELISABETE SALVADOR , inscrita sob CPF 038.853.709-48, para o cargo de Assessora de Direção do CEI - Centro de Educação Infantil Estrelinha Azul, a partir de 01/02/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/02/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 05 de novembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 252/2013

PORTARIA Nº 252/2013 de 05 de novembro de 2013
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Lorelei Gandini, inscrito sob CPF nº 014.454.509.84 ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Enfermagem, a partir de 31/10/2013 a 29/11/2013 , período 12/13.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 31/10/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 05 de novembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.

Portaria 253/2013

PORTARIA Nº 253/2013 de 07 de novembro de 2013
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Wanessa Paula Spagnol, inscrita sob CPF nº 029.838.719.08 ocupante do cargo efetivo de Farmaceutica, a partir de 28/10/2013 a 11/11/2013, período 11/12, ou seja quitou os 15 dias restantes do período, pois a mesma tirou também 15 dias de férias em 29/07/2013 até 12/08/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 28/10/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 05 de novembro de 2013
NOVELLI SGANZERLA ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Prefeito Diretor do Dpto de RH.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Balanço Orçamentário - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.355.489,00	18.355.489,00	3.481.498,65	18,97	16.107.986,90	87,76	2.247.502,10
RECEITAS CORRENTES	18.078.449,00	18.078.449,00	3.303.435,11	18,27	15.330.444,63	84,80	2.748.004,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.149.428,00	1.149.428,00	162.254,96	14,12	1.077.186,71	93,72	72.241,29
IMPOSTOS	990.155,00	990.155,00	145.919,23	14,74	909.393,77	91,84	80.761,23
TAXAS	146.273,00	146.273,00	16.335,73	11,17	167.792,94	114,71	-21.519,94
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	288.000,00	288.000,00	48.380,35	16,80	241.105,10	83,72	46.894,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	98.000,00	98.000,00	18.294,28	18,67	85.331,07	87,07	12.668,93
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	190.000,00	190.000,00	30.086,07	15,83	155.774,03	81,99	34.225,97
RECEITA PATRIMONIAL	187.963,00	187.963,00	22.014,95	11,71	162.099,60	86,24	25.863,40
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.550,00	5.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.550,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	182.413,00	182.413,00	22.014,95	12,07	162.099,60	88,86	20.313,40
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.010,00	1.010,00	8.996,13	890,71	36.662,50	629,95	-35.652,50
Outras Receitas Agropecuárias	1.010,00	1.010,00	8.996,13	890,71	36.662,50	629,95	-35.652,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.374.494,00	16.374.494,00	3.030.176,66	18,51	13.688.305,05	83,60	2.686.188,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.920.794,00	15.920.794,00	2.963.356,22	18,61	13.370.871,13	83,98	2.549.922,87
Transf. de Conv.	453.700,00	453.700,00	66.820,44	14,73	317.433,92	69,97	136.266,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	77.554,00	77.554,00	31.612,06	40,76	125.085,67	161,29	-47.531,67
Multas e Juros de Mora	10.855,00	10.855,00	2.458,96	22,65	11.973,35	110,30	-1.118,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	35.543,00	35.543,00	17.319,30	48,73	62.826,52	176,76	-27.283,52
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	10.050,00	10.050,00	4.718,19	46,95	19.473,44	193,77	-9.423,44
RECEITAS DIVERSAS	21.106,00	21.106,00	7.115,61	33,71	30.812,36	145,99	-9.706,36
RECEITAS DE CAPITAL	277.040,00	277.040,00	178.063,54	64,27	777.542,27	280,66	-500.502,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	97.731,59	0,00	-97.731,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	97.731,59	0,00	-97.731,59
ALIENAÇÃO DE BENS	77.040,00	77.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.040,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	77.040,00	77.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.040,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	200.000,00	178.063,54	89,03	679.810,68	339,91	-479.810,68
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	200.000,00	200.000,00	178.063,54	89,03	679.810,68	339,91	-479.810,68
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	98.000,00	98.000,00	19.658,97	20,06	84.951,20	86,68	13.048,80
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	98.000,00	98.000,00	19.658,97	20,06	84.951,20	86,68	13.048,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	98.000,00	98.000,00	19.658,97	20,06	84.951,20	86,68	13.048,80
CONTRIBUIÇÃO	98.000,00	98.000,00	19.658,97	20,06	84.951,20	86,68	13.048,80
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.453.489,00	18.453.489,00	3.501.157,62	18,97	16.192.938,10	87,75	2.260.550,90

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.453.489,00	18.453.489,00	3.501.157,62	18,97	16.192.938,10	87,75	2.260.550,90
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.453.489,00	18.453.489,00	3.501.157,62	18,97	16.192.938,10	87,75	2.260.550,90
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.966.246,80	—	—	1.218.666,30	—	—
Superávit Financeiro	—	1.966.246,80	—	—	1.218.666,30	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.344.489,00	3.461.976,48	21.806.465,48	2.986.781,91	15.554.692,90	3.013.776,68	14.844.108,87	68,07	6.962.356,61
DESPESAS CORRENTES	17.207.951,00	1.505.659,40	18.713.610,40	2.765.124,74	14.515.941,18	2.902.374,70	13.965.949,91	74,63	4.747.660,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.522.919,94	-75.592,93	10.447.327,01	1.570.773,15	8.243.258,82	1.571.116,35	8.242.915,62	78,90	2.204.411,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	87.885,00	0,00	87.885,00	14.279,49	76.369,51	14.279,49	76.369,51	86,90	11.515,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.597.146,06	1.581.252,33	8.178.398,39	1.180.072,10	6.196.312,85	1.316.978,86	5.646.664,78	69,04	2.531.733,61
DESPESAS DE CAPITAL	1.078.538,00	1.956.317,08	3.034.855,08	221.657,17	1.038.751,72	111.401,98	878.158,96	28,94	2.156.696,12
INVESTIMENTOS	756.758,00	1.956.317,08	2.713.075,08	158.574,23	751.501,77	48.319,04	590.909,01	21,78	2.122.166,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	321.780,00	0,00	321.780,00	63.082,94	287.249,95	63.082,94	287.249,95	89,27	34.530,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	58.000,00	0,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	109.000,00	0,00	109.000,00	16.820,44	84.786,81	16.820,44	84.786,81	77,79	24.213,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	109.000,00	0,00	109.000,00	16.820,44	84.786,81	16.820,44	84.786,81	77,79	24.213,19
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.453.489,00	3.461.976,48	21.915.465,48	3.003.602,35	15.639.479,71	3.030.597,12	14.928.895,68	68,12	6.986.569,80

Continua 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.453.489,00	3.461.976,48	21.915.465,48	3.003.602,35	15.639.479,71	3.030.597,12	14.928.895,68	68,12	6.986.569,80
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.264.042,42	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.453.489,00	3.461.976,48	21.915.465,48	3.003.602,35	15.639.479,71	3.030.597,12	16.192.938,10	68,12	6.986.569,80

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função-Subfunção - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.344.489,00	21.806.465,48	2.986.781,91	15.554.692,90	3.013.776,68	14.844.108,87	99,43	68,07	6.962.356,61
Legislativa	538.400,00	538.400,00	82.057,02	432.516,85	82.057,02	432.516,85	2,90	80,33	105.883,15
Ação Legislativa	538.400,00	538.400,00	82.057,02	432.516,85	82.057,02	432.516,85	2,90	80,33	105.883,15
Administração	1.724.635,00	1.676.815,00	256.028,31	1.403.014,57	259.446,12	1.345.256,35	9,01	80,23	331.558,65
Administração Geral	1.724.635,00	1.676.815,00	256.028,31	1.403.014,57	259.446,12	1.345.256,35	9,01	80,23	331.558,65
Segurança Pública	242.000,00	370.800,76	30.455,78	125.445,83	28.296,27	118.849,73	0,80	32,05	251.951,03
Policiamento	122.500,00	243.840,55	10.814,58	34.984,17	14.488,61	34.984,17	0,23	14,35	208.856,38
Defesa Civil	119.500,00	126.960,21	19.641,20	90.461,66	13.807,66	83.865,56	0,56	66,06	43.094,65
Assistência Social	863.472,00	948.625,21	123.492,48	574.382,18	125.612,77	509.551,37	3,41	53,71	439.073,84
Assistência ao Portador de Deficiência	3.075,00	3.075,00	547,20	1.824,00	547,20	1.824,00	0,01	59,32	1.251,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	124.304,00	156.735,23	14.239,97	73.626,30	18.522,97	46.822,30	0,31	29,87	109.912,93
Assistência Comunitária	736.093,00	788.814,98	108.705,31	498.931,88	106.542,60	460.905,07	3,09	58,43	327.909,91
Previdência Social	593.100,00	593.100,00	89.873,40	471.853,55	89.873,40	471.853,55	3,16	79,56	121.246,45
Previdência Básica	593.100,00	593.100,00	89.873,40	471.853,55	89.873,40	471.853,55	3,16	79,56	121.246,45
Saúde	3.547.017,00	4.346.265,51	574.985,21	3.264.968,59	625.677,02	3.146.225,54	21,07	72,39	1.200.039,97
Atenção Básica	3.308.887,00	4.054.083,17	568.610,68	3.051.613,64	603.573,09	2.963.190,59	19,85	73,09	1.090.892,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	168.000,00	159.740,00	320,00	157.820,00	15.000,00	127.500,00	0,85	79,82	32.240,00
Vigilância Sanitária	48.497,00	75.436,81	6.150,42	45.289,15	6.659,82	45.289,15	0,30	60,04	30.147,66
Vigilância Epidemiológica	21.633,00	57.005,53	-95,89	10.245,80	444,11	10.245,80	0,07	17,97	46.759,73
Educação	5.888.060,00	6.261.765,30	988.439,89	4.807.908,21	1.033.957,34	4.778.714,46	32,01	76,32	1.483.050,84
Previdência Básica	154.500,00	154.500,00	22.226,40	116.688,60	22.226,40	116.688,60	0,78	75,53	37.811,40
Alimentação e Nutrição	147.160,00	193.299,52	37.009,17	168.416,64	39.990,20	167.037,14	1,12	86,41	26.262,38
Ensino Fundamental	4.551.000,00	4.725.072,30	725.873,29	3.651.509,92	753.677,53	3.629.793,54	24,31	76,82	1.095.278,76
Ensino Médio	87.000,00	87.000,00	48.675,43	86.960,68	48.675,43	86.960,68	0,58	99,95	39,32
Ensino Superior	44.000,00	180.000,00	30.713,10	113.183,50	45.309,10	113.183,50	0,76	62,88	66.816,50
Educação Infantil	888.400,00	921.033,00	123.942,50	670.288,39	124.078,68	664.190,52	4,45	72,11	256.842,48
Educação Especial	16.000,00	860,48	0,00	860,48	0,00	860,48	0,01	100,00	-0,00
Cultura	215.500,00	182.200,00	15.896,56	112.979,10	17.199,61	110.238,38	0,74	60,50	71.961,62
Difusão Cultural	215.500,00	182.200,00	15.896,56	112.979,10	17.199,61	110.238,38	0,74	60,50	71.961,62
Urbanismo	1.383.640,00	2.463.551,92	319.638,57	1.307.502,27	215.627,48	1.023.319,55	6,85	41,54	1.440.232,37
Infra-Estrutura Urbana	71.500,00	428.870,00	60,00	98.440,92	17.685,00	94.015,99	0,63	21,92	334.854,01

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.344.489,00	21.806.465,48	2.986.781,91	15.554.692,90	3.013.776,68	14.844.108,87	99,43	68,07	6.962.356,61
Urbanismo	1.383.640,00	2.463.551,92	319.638,57	1.307.502,27	215.627,48	1.023.319,55	6,85	41,54	1.440.232,37
Serviços Urbanos	1.312.140,00	2.034.681,92	319.578,57	1.209.061,35	197.942,48	929.303,56	6,22	45,67	1.105.378,36
Habitação	1.500,00	180.525,00	76,50	2.844,86	76,50	2.844,86	0,02	1,58	177.680,14
Habitação Urbana	1.500,00	180.525,00	76,50	2.844,86	76,50	2.844,86	0,02	1,58	177.680,14
Saneamento	70.000,00	70.000,00	0,00	14.848,30	0,00	8.848,30	0,06	12,64	61.151,70
Saneamento Básico Urbano	70.000,00	70.000,00	0,00	14.848,30	0,00	8.848,30	0,06	12,64	61.151,70
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	255,00	0,00	255,00	0,00	8,50	2.745,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	255,00	0,00	255,00	0,00	8,50	2.745,00
Agricultura	692.000,00	1.262.351,78	153.122,52	644.201,41	166.878,17	609.411,89	4,08	48,28	652.939,89
Vigilância Sanitária	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Promoção da Produção Animal	15.000,00	15.000,00	2.342,30	14.372,29	2.342,30	14.372,29	0,10	95,82	627,71
Extensão Rural	674.000,00	1.244.351,78	150.780,22	629.829,12	164.535,87	595.039,60	3,99	47,82	649.312,18
Indústria	75.000,00	35.000,00	0,00	34.911,23	0,00	34.902,33	0,23	99,72	97,67
Promoção Industrial	75.000,00	35.000,00	0,00	34.911,23	0,00	34.902,33	0,23	99,72	97,67
Comércio e Serviços	18.000,00	18.000,00	2.492,00	9.719,69	2.069,25	8.996,29	0,06	49,98	9.003,71
Turismo	18.000,00	18.000,00	2.492,00	9.719,69	2.069,25	8.996,29	0,06	49,98	9.003,71
Comunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	322,50	0,00	322,50	0,00	5,38	5.677,50
Telecomunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	322,50	0,00	322,50	0,00	5,38	5.677,50
Transporte	1.504.240,00	1.810.140,00	195.159,10	1.497.513,03	203.773,14	1.449.577,43	9,71	80,08	360.562,57
Transporte Rodoviário	1.504.240,00	1.810.140,00	195.159,10	1.497.513,03	203.773,14	1.449.577,43	9,71	80,08	360.562,57
Desporto e Lazer	376.500,00	389.500,00	42.626,50	329.082,62	50.794,52	282.501,38	1,89	72,53	106.998,62
Desporto Comunitário	376.500,00	389.500,00	42.626,50	329.082,62	50.794,52	282.501,38	1,89	72,53	106.998,62
Encargos Especiais	544.425,00	592.425,00	112.438,07	520.423,11	112.438,07	509.923,11	3,42	86,07	82.501,89
Serviço da Dívida Interna	409.665,00	409.665,00	77.362,43	363.619,46	77.362,43	363.619,46	2,44	88,76	46.045,54
Outros Encargos Especiais	134.760,00	182.760,00	35.075,64	156.803,65	35.075,64	146.303,65	0,98	80,05	36.456,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	109.000,00	109.000,00	16.820,44	84.786,81	16.820,44	84.786,81	0,57	77,79	24.213,19
Administração	26.000,00	26.000,00	5.085,91	24.771,47	5.085,91	24.771,47	0,17	95,27	1.228,53
Administração Geral	26.000,00	26.000,00	5.085,91	24.771,47	5.085,91	24.771,47	0,17	95,27	1.228,53

Continua 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	109.000,00	109.000,00	16.820,44	84.786,81	16.820,44	84.786,81	0,57	77,79	24.213,19
Assistência Social	3.000,00	3.000,00	437,46	2.649,96	437,46	2.649,96	0,02	88,33	350,04
Assistência Comunitária	3.000,00	3.000,00	437,46	2.649,96	437,46	2.649,96	0,02	88,33	350,04
Saúde	11.000,00	11.000,00	2.309,40	10.307,59	2.309,40	10.307,59	0,07	93,71	692,41
Atenção Básica	11.000,00	11.000,00	2.309,40	10.307,59	2.309,40	10.307,59	0,07	93,71	692,41
Educação	42.000,00	42.000,00	5.572,02	29.450,62	5.572,02	29.450,62	0,20	70,12	12.549,38
Ensino Fundamental	39.500,00	39.500,00	5.370,79	28.448,63	5.370,79	28.448,63	0,19	72,02	11.051,37
Educação Infantil	2.500,00	2.500,00	201,23	1.001,99	201,23	1.001,99	0,01	40,08	1.498,01
Cultura	2.000,00	2.000,00	88,96	459,62	88,96	459,62	0,00	22,98	1.540,38
Difusão Cultural	2.000,00	2.000,00	88,96	459,62	88,96	459,62	0,00	22,98	1.540,38
Urbanismo	4.000,00	4.000,00	443,37	1.967,75	443,37	1.967,75	0,01	49,19	2.032,25
Serviços Urbanos	4.000,00	4.000,00	443,37	1.967,75	443,37	1.967,75	0,01	49,19	2.032,25
Agricultura	4.000,00	4.000,00	578,62	3.308,32	578,62	3.308,32	0,02	82,71	691,68
Extensão Rural	4.000,00	4.000,00	578,62	3.308,32	578,62	3.308,32	0,02	82,71	691,68
Transporte	10.500,00	10.500,00	1.668,14	8.372,01	1.668,14	8.372,01	0,06	79,73	2.127,99
Transporte Rodoviário	10.500,00	10.500,00	1.668,14	8.372,01	1.668,14	8.372,01	0,06	79,73	2.127,99
Desporto e Lazer	6.500,00	6.500,00	636,56	3.499,47	636,56	3.499,47	0,02	53,84	3.000,53
Desporto Comunitário	6.500,00	6.500,00	636,56	3.499,47	636,56	3.499,47	0,02	53,84	3.000,53
TOTAL (III) = (I + II)	18.453.489,00	21.915.465,48	3.003.602,35	15.639.479,71	3.030.597,12	14.928.895,68	100,00	68,12	6.986.569,80

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO

Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHE

Coordenadora do Sist. controle Int

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2012 a 2086

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2012 a 2086

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.855.852,97	2.450.097,32	1.658.122,66	1.804.078,61	1.790.705,99	1.797.405,34	1.869.066,00	1.699.100,82	1.576.232,37	1.716.126,67	1.858.467,21	1.953.256,15	22.028.512,11	20.945.580,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	85.616,84	230.418,06	146.980,49	117.699,85	259.352,04	111.461,44	79.820,15	86.190,23	60.264,37	53.163,18	96.889,21	65.365,75	1.393.221,61	1.149.428,00
I.P.T.U.	812,40	1.911,59	0,00	21.838,87	141.470,25	12.636,63	10.948,21	2.018,63	2.282,88	595,51	834,71	516,40	195.866,08	220.000,00
I.R.R.F	20.898,00	39.448,47	23.965,53	21.121,38	21.667,11	23.054,17	22.158,65	21.113,30	22.942,70	23.698,46	22.246,47	21.978,18	284.292,42	193.155,00
I.S.S.	55.955,44	178.849,34	51.863,58	32.706,37	33.799,41	48.364,59	30.609,46	35.718,38	23.646,00	15.811,22	52.640,29	26.353,18	586.317,26	500.000,00
I.T.B.I.	4.920,00	7.340,00	68.402,00	0,00	2.560,00	10.487,24	4.920,00	17.656,00	8.718,01	6.700,00	12.300,00	9.050,00	153.053,25	77.000,00
Outras Receitas Tributárias	3.031,00	2.868,66	2.749,38	42.033,23	59.855,27	16.918,81	11.183,83	9.683,92	2.674,78	6.357,99	8.867,74	7.467,99	173.692,60	159.273,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	25.280,88	25.196,90	25.707,77	25.454,22	24.706,80	26.117,75	24.457,37	20.672,74	23.218,97	22.389,13	24.414,35	23.966,00	291.582,88	288.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.504,36	16.702,90	3.870,95	0,00	27.051,09	18.438,61	2.657,57	8.830,69	7.902,75	58.639,84	2.743,93	16.220,61	173.563,30	187.963,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	450,00	7.165,06	6.629,24	3.988,77	3.663,11	2.216,49	3.553,70	3.194,39	5.801,74	36.662,50	1.010,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.727.228,72	2.166.902,07	1.471.890,87	1.649.923,30	1.462.499,93	1.614.061,37	1.747.922,40	1.568.385,08	1.469.891,37	1.570.076,16	1.716.654,16	1.824.861,16	19.990.296,59	19.241.625,00
Cota-Parte do F.P.M.	440.626,86	716.290,29	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	5.435.168,42	5.100.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	723.674,35	731.516,00	705.298,58	628.800,00	620.398,16	721.671,74	711.336,49	666.297,22	661.406,18	693.467,05	736.798,69	716.344,19	8.317.008,65	8.250.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	27.312,69	17.803,46	18.756,54	36.624,63	37.946,80	53.157,95	57.651,43	45.325,57	57.857,13	52.844,84	52.637,32	68.976,88	526.895,24	551.630,00
Cota-Parte do ITR	30.882,80	22.262,98	19.252,13	1.310,74	703,24	1.313,34	4.377,56	702,47	5.028,32	691,41	50.552,70	198.997,43	336.075,12	242.000,00
Outras Transferências Correntes	272.070,73	458.310,50	47.497,65	153.939,23	261.547,39	228.165,96	193.935,39	187.112,50	214.738,10	176.106,31	302.520,41	271.557,63	2.767.501,80	2.233.970,00
Transferências da LC 61/1989	10.947,07	12.569,97	12.383,90	9.508,72	8.394,17	7.696,98	10.350,09	10.779,90	10.618,47	11.361,83	10.335,05	11.048,24	125.994,39	146.025,00
Transferências da LC 87/1996	3.369,12	3.369,12	0,00	0,00	0,00	13.024,18	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	39.298,72	46.000,00
Transferências do FUNDEB	218.345,10	204.779,75	209.496,33	201.927,76	177.696,21	207.250,87	218.448,92	197.246,43	191.071,30	206.218,90	207.875,65	201.997,03	2.442.354,25	2.672.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.222,17	10.877,39	9.672,58	10.551,24	9.931,07	20.696,93	10.219,74	11.358,97	12.738,42	8.304,66	14.571,17	17.040,89	143.185,23	77.554,00
DEDUÇÕES (II)	256.914,41	266.779,06	251.997,66	267.182,65	213.153,60	244.351,63	275.571,75	243.442,54	223.043,01	244.662,82	251.015,75	278.617,19	3.016.732,07	2.965.131,00
Contribuição do Associado	8.007,91	8.796,43	9.037,44	8.397,96	8.502,50	8.629,47	8.464,33	6.631,76	10.244,44	7.128,89	9.784,67	8.509,61	102.135,41	98.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	248.906,50	257.982,63	242.960,22	258.784,69	204.651,10	235.722,16	267.107,42	236.810,78	212.798,57	237.533,93	241.231,08	270.107,58	2.914.596,66	2.867.131,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.598.938,56	2.183.318,26	1.406.125,00	1.536.895,96	1.577.552,39	1.553.053,71	1.593.494,25	1.455.658,28	1.353.189,36	1.471.463,85	1.607.451,46	1.674.638,96	19.011.780,04	17.980.449,00

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÂRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	77.040,00	0,00	77.040,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	77.040,00	0,00	77.040,00
TOTAL	77.040,00	0,00	77.040,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	77.040,00	0,00	0,00	77.040,00
Investimentos	77.040,00	0,00	0,00	77.040,00
TOTAL	77.040,00	0,00	0,00	77.040,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	1.334,64	0,00	1.334,64

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTA
 Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

 JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contador CRC 022069/0-8

 CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	97.731,59		-97.731,59
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.034.855,08	878.158,96	0,00	2.156.696,12
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.034.855,08	878.158,96	0,00	2.156.696,12
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.034.855,08	-780.427,37		-2.254.427,71

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.008.360,00	1.008.360,00	931.738,12	92,40
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	220.000,00	220.000,00	193.142,09	87,79
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	77.000,00	77.000,00	140.793,25	182,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	500.000,00	500.000,00	351.512,48	70,30
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	193.155,00	193.155,00	223.945,95	115,94
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.605,00	1.605,00	1.362,30	84,88
Dívida Ativa dos Impostos	9.050,00	9.050,00	13.983,53	154,51
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.550,00	7.550,00	6.998,52	92,70
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.335.655,00	14.335.655,00	12.039.815,83	83,99
Cota-Parte FPM	5.100.000,00	5.100.000,00	4.278.251,27	83,89
Cota-Parte ITR	242.000,00	242.000,00	282.929,34	116,91
Cota-Parte IPVA	551.630,00	551.630,00	481.779,09	87,34
Cota-Parte ICMS	8.250.000,00	8.250.000,00	6.861.818,30	83,17
Cota-Parte IPI-Exportação	146.025,00	146.025,00	102.477,35	70,18
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	46.000,00	46.000,00	32.560,48	70,78
Desoneração ICMS (LC 87/96)	46.000,00	46.000,00	32.560,48	70,78
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.344.015,00	15.344.015,00	12.971.553,95	84,54

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.430.017,00	4.054.340,31	3.191.772,95	78,72	3.073.029,90	75,80
Pessoal e Encargos Sociais	2.313.630,00	2.431.426,67	1.910.049,04	78,56	1.910.049,04	78,56
Outras Despesas Correntes	1.116.387,00	1.622.913,64	1.281.723,91	78,98	1.162.980,86	71,66
DESPESAS DE CAPITAL	128.000,00	302.925,20	83.503,23	27,57	83.503,23	27,57
Investimentos	128.000,00	302.925,20	83.503,23	27,57	83.503,23	27,57

Continua 1/4

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	128.000,00	302.925,20	83.503,23	27,57	83.503,23	27,57
Investimentos	128.000,00	302.925,20	83.503,23	27,57	83.503,23	27,57
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.558.017,00	4.357.265,51	3.275.276,18	75,17	3.156.533,13	72,44
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.236.118,00	1.801.836,33	1.064.147,06	32,49	1.032.963,86	32,72
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	920.736,00	1.208.176,38	866.262,12	26,45	841.069,38	26,65
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	315.382,00	593.659,95	197.884,94	6,04	191.894,48	6,08
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.236.118,00	1.801.836,33	1.064.147,06	32,49	1.032.963,86	32,72
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.321.899,00	2.555.429,18	2.211.129,12	42,68	2.123.569,27	39,72
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						16,37
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/10⁵]						177.836,18

Continua 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	1.581,47	2.493,83	-2.493,83	0,00
TOTAL	0,00	1.581,47	2.493,83	-2.493,83	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	1.581,47	0,00	1.581,47
TOTAL (VIII)	1.581,47	0,00	1.581,47

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.319.887,00	4.065.083,17	3.061.921,23	93,49	2.973.498,18	94,20
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	168.000,00	159.740,00	157.820,00	4,82	127.500,00	4,04
Vigilância Sanitária	48.497,00	75.436,81	45.289,15	1,38	45.289,15	1,43
Vigilância Epidemiológica	21.633,00	57.005,53	10.245,80	0,31	10.245,80	0,32
Outras Subfunções	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.561.017,00	4.360.265,51	3.275.276,18	100,00	3.156.533,13	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

Continua 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

6Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 20 da LC 171/2012.

6No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo das Receitas e Despesas MDE - 5º Bimestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.008.360,00	1.008.360,00	150.191,76	931.738,12	92,40
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	236.155,00	236.155,00	5.488,47	213.194,61	90,28
1.1.1- IPTU	220.000,00	220.000,00	1.351,11	193.142,09	87,79
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	505,00	505,00	113,79	765,61	151,61
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.100,00	8.100,00	2.659,71	12.690,01	156,67
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.550,00	7.550,00	1.363,86	6.596,90	87,38
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	77.000,00	77.000,00	21.350,00	140.793,25	182,85
1.2.1- ITBI	77.000,00	77.000,00	21.350,00	140.793,25	182,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	502.050,00	502.050,00	79.128,64	353.804,31	70,47
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	78.993,47	351.673,83	70,33
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.100,00	1.100,00	94,71	596,69	54,24
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	950,00	950,00	31,36	1.293,52	136,16
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	9,10	401,62	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	(161,35)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	193.155,00	193.155,00	44.224,65	223.945,95	115,94
1.4.1- IRRF	193.155,00	193.155,00	44.224,65	223.945,95	115,94
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.335.655,00	14.335.655,00	2.557.564,60	12.039.815,83	83,99
2.1- Cota-Parte FPM	5.100.000,00	5.100.000,00	705.362,00	4.278.251,27	83,89
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.100.000,00	5.100.000,00	705.362,00	4.278.251,27	83,89
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.250.000,00	8.250.000,00	1.453.142,88	6.861.818,30	83,17
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	46.000,00	46.000,00	6.512,10	32.560,48	70,78
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	146.025,00	146.025,00	21.383,29	102.477,35	70,18
2.5- Cota-Parte ITR	242.000,00	242.000,00	249.550,13	282.929,34	116,91
2.6- Cota-Parte IPVA	551.630,00	551.630,00	121.614,20	481.779,09	87,34
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.344.015,00	15.344.015,00	2.707.756,36	12.971.553,95	84,54

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	387.660,00	387.660,00	69.710,99	340.836,01	87,92
5.1- Transferências do Salário-Educação	224.000,00	224.000,00	41.405,58	213.904,53	95,49
5.2- Outras Transferências do FNDE	163.660,00	163.660,00	28.173,96	126.705,66	77,42
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	131,45	225,82	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	97.731,59	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	27.000,00	27.000,00	772,74	4.754,26	17,61
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	414.660,00	414.660,00	70.483,73	443.321,86	106,91

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.867.131,00	2.867.131,00	511.338,66	2.407.707,53	83,98
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.020.000,00	1.020.000,00	141.072,33	855.649,96	83,89
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.650.000,00	1.650.000,00	290.628,38	1.372.362,79	83,17
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	9.200,00	9.200,00	1.302,42	6.512,09	70,78
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	29.205,00	29.205,00	4.276,66	20.495,49	70,18
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	48.400,00	48.400,00	49.840,35	56.423,84	116,58
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	110.326,00	110.326,00	24.218,52	96.263,36	87,25
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.672.000,00	2.672.000,00	409.872,68	2.019.229,40	75,57
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.672.000,00	2.672.000,00	409.872,68	2.019.229,40	75,57
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-195.131,00	-195.131,00	-101.465,98	-388.478,13	199,09

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.614.565,00	2.615.361,40	375.853,55	1.937.780,26	74,09
13.1- Com Educação Infantil	606.500,00	606.500,00	95.577,01	445.577,83	73,47
13.2- Com Ensino Fundamental	2.008.065,00	2.008.861,40	280.276,54	1.492.202,43	74,28
14- OUTRAS DESPESAS	77.935,00	77.935,00	0,00	1.053,84	1,35
14.1- Com Educação Infantil	25.000,00	25.000,00	0,00	502,59	2,01
14.2- Com Ensino Fundamental	52.935,00	52.935,00	0,00	551,25	1,04
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.692.500,00	2.693.296,40	375.853,55	1.938.834,10	71,99
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					95,97
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	3.836.003,75	3.836.003,75	676.939,09	3.242.888,49	84,54
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	890.900,00	923.533,00	124.279,91	665.192,51	72,03
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	631.500,00	631.500,00	95.577,01	446.080,42	70,64
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	259.400,00	292.033,00	28.702,90	219.112,09	75,03
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.109.260,00	4.216.402,11	633.298,81	3.168.829,35	75,15
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.061.000,00	2.061.796,40	280.276,54	1.492.753,68	72,40
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.048.260,00	2.154.605,71	353.022,27	1.676.075,67	77,79
25- ENSINO MÉDIO	87.000,00	87.000,00	48.675,43	86.960,68	99,95
26- ENSINO SUPERIOR	43.000,00	136.000,00	45.309,10	69.183,50	50,87
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	1.000,00	44.000,00	0,00	44.000,00	100,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.131.160,00	5.406.935,11	851.563,25	4.034.166,04	74,61
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-388.478,13
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					796,40
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					721,90
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-386.959,83
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.220.981,69
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					32,54

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	224.000,00	228.689,92	51.754,10	213.702,81	93,45
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	257.240,00	319.480,27	73.995,41	275.710,01	86,30
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	481.240,00	548.170,19	125.749,51	489.412,82	89,28
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.612.400,00	5.955.105,30	977.312,76	4.523.578,86	75,96
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		721,90		

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	796,40	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.019.229,40	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.938.106,90	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	81.918,90	0,00

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 796,40, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Prev. dos Funcionários - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo do Resultado Nominal - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	898.714,28	772.278,86	709.195,92
DEDUÇÕES (II)	3.920.774,30	4.294.027,53	4.690.989,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.927.152,77	4.521.450,80	4.853.385,31
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.378,47	227.423,27	162.395,61
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.022.060,02	-3.521.748,67	-3.981.793,78
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.022.060,02	-3.521.748,67	-3.981.793,78

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
VALOR	-460.045,11	-959.733,76

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo do Resultado Primário - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.994.036,00	3.301.079,13	15.253.296,23	16.988.135,33
Receita Tributária	1.149.428,00	162.254,96	1.077.186,71	2.643.242,52
I.P.T.U.	220.000,00	1.351,11	193.142,09	173.031,83
I.S.S.	500.000,00	78.993,47	351.512,48	1.989.926,52
I.T.B.I.	77.000,00	21.350,00	140.793,25	123.088,09
I.R.R.F.	193.155,00	44.224,65	223.945,95	222.595,13
Outras Receitas Tributárias	159.273,00	16.335,73	167.792,94	134.600,95
Receita de Contribuição	386.000,00	68.039,32	326.056,30	326.942,52
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	386.000,00	68.039,32	326.056,30	326.942,52
Receita Patrimonial Líquida	5.550,00	0,00	0,00	3.740,90
Receita Patrimonial	187.963,00	22.014,95	162.099,60	255.948,00
(-) Aplicações Financeiras	182.413,00	22.014,95	162.099,60	252.207,10
Transferências Correntes	16.374.494,00	3.030.176,66	13.688.305,05	13.898.659,99
F.P.M.	4.080.000,00	564.289,67	3.422.601,31	3.183.803,34
I.C.M.S.	6.600.000,00	1.162.514,50	5.489.455,51	5.168.215,63
Convênios	453.700,00	66.820,44	317.433,92	649.240,42
Outras Transferências Correntes	5.240.794,00	1.236.552,05	4.458.814,31	4.897.400,60
Demais Receitas Correntes	78.564,00	40.608,19	161.748,17	115.549,40
Dívida Ativa	10.050,00	4.718,19	19.473,44	41.775,76
Diversas Receitas Correntes	68.514,00	35.890,00	142.274,73	73.773,64
RECEITAS DE CAPITAL (II)	277.040,00	178.063,54	777.542,27	1.226.077,20
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	97.731,59	329.700,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	77.040,00	0,00	0,00	42.800,00
Transferências de Capital	200.000,00	178.063,54	679.810,68	853.577,20
Convênios	200.000,00	178.063,54	679.810,68	853.577,20
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	200.000,00	178.063,54	679.810,68	853.577,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	18.194.036,00	3.479.142,67	15.933.106,91	17.841.712,53
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	18.822.610,40	2.919.195,14	14.050.736,72	14.257.969,47
Pessoal e Encargos Sociais	10.556.327,01	1.587.936,79	8.327.702,43	7.942.224,20
Juros e Encargos da Dívida (IX)	87.885,00	14.279,49	76.369,51	85.166,96
Outras Despesas Correntes	8.178.398,39	1.316.978,86	5.646.664,78	6.230.578,31
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	18.734.725,40	2.904.915,65	13.974.367,21	14.172.802,51
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.034.855,08	111.401,98	878.158,96	2.123.580,25
Investimentos	2.713.075,08	48.319,04	590.909,01	2.047.420,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	321.780,00	63.082,94	287.249,95	76.160,24
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.713.075,08	48.319,04	590.909,01	2.047.420,01

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	21.505.800,48	2.953.234,69	14.565.276,22	16.220.222,52
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.311.764,48	525.907,98	1.367.830,69	1.621.490,01
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.218.666,30	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.218.666,30	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	6.378,47	6.378,47	-	-	53.913,20	669.519,00	493.841,56	492.419,18	3.845,55	227.167,47
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	6.378,47	6.378,47	0,00	0,00	53.913,20	669.519,00	493.841,56	492.419,18	3.845,55	227.167,47
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	1.134,27	856,22	856,22	278,05	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE AGUA DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	12.345,90	12.345,90	154,10	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	0,00	5.878,47	5.878,47	0,00	0,00	0,00	68.957,59	67.354,70	67.354,70	1.602,89	0,00
SEC RETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBAN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.472,99	58.192,41	57.409,43	957,34	107.106,22
SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.852,72	275.710,99	275.099,77	721,90	48.031,05
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.963,28	56.110,24	56.082,06	28,18	3.853,04
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.913,20	5.133,16	20.449,44	20.449,44	103,09	38.493,83
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.821,66	2.821,66	2.821,66	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.683,33	0,00	0,00	0,00	29.683,33
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	6.378,47	6.378,47	0,00	0,00	53.913,20	669.519,00	493.841,56	492.419,18	3.845,55	227.167,47

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. controle Interr

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 5º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	18.453.489,00	
Previsão Atualizada		—	18.453.489,00	
Receitas Realizadas		3.501.157,62	16.192.938,10	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.218.666,30	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	18.453.489,00	
Créditos Adicionais		—	3.461.976,48	
Dotação Atualizada		—	21.915.465,48	
Despesas Empenhadas		3.003.602,35	15.639.479,71	
Despesas Liquidadas		3.030.597,12	14.928.895,68	
Superavit Orçamentário		—	1.264.042,42	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.003.602,35	15.639.479,71	
Despesas Liquidadas		3.030.597,12	14.928.895,68	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			19.011.780,04	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-959.733,76	0,00
Resultado Primário		0,00	1.367.830,69	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.378,47	0,00	6.378,47	0,00
EXECUTIVO	6.378,47	0,00	6.378,47	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	723.432,20	3.845,55	492.419,18	227.167,47
EXECUTIVO	723.432,20	3.845,55	492.419,18	227.167,47
TOTAL:	729.810,67	3.845,55	498.797,65	227.167,47
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.220.981,69	25%	32,54
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.937.780,26	60%	95,97
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		97.731,59	-97.731,59	
Despesa de Capital Líquida		878.158,96	2.156.696,12	

Continua 1/2

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	77.040,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	77.040,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.123.569,27	15,00	16,37

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 11/11/2013

 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

 JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contador CRC 022069/0-8

 CÂRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. controle Interno

Resumo da Execução Orçamentária 5º Bimestre 2013 - Pref

Betha Sistemas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Exercício de 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

5º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2013	Bimestre Set/Out/2013	Total até Out/2013
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.115.015,00	881.309,35	158.552,19	1.039.861,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	190.000,00	125.687,96	30.086,07	155.774,03
RECEITA PATRIMONIAL	70.050,00	59.647,35	13.917,70	73.565,05
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.010,00	27.666,37	8.996,13	36.662,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.112.884,00	9.765.045,61	2.719.491,72	12.484.537,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.305,00	60.874,34	18.430,25	79.304,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	97.731,59	0,00	97.731,59
ALIENAÇÃO DE BENS	57.040,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	140.000,00	365.947,14	81.463,54	447.410,68
TOTAL DA RECEITA :	16.732.304,00	11.383.909,71	3.030.937,60	14.414.847,31
DESPESAS				
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE				
GABINETE DO PREFEITO E VICE	642.800,00	329.948,96	85.477,63	415.426,59
DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	2.240.445,00	1.621.394,88	374.328,17	1.995.723,05
DEPARTAMENT DE AGRICULTURA	696.000,00	494.063,59	153.701,14	647.764,73
DEPARTAMENTO DE ENSINO	5.930.060,00	3.843.346,92	994.011,91	4.837.358,83
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	1.508.640,00	1.013.557,67	330.896,52	1.344.454,19
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	1.514.740,00	1.309.057,80	196.827,24	1.505.885,04
FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLE	124.304,00	59.386,33	14.239,97	73.626,30
FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	12.415,00	8.384,03	3.696,39	12.080,42
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BASICO	70.000,00	14.848,30	0,00	14.848,30
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO MUNICIF	40.000,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA CIVIL	119.500,00	70.820,46	19.641,20	90.461,66
DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO	3.000,00	0,00	0,00	0,00
DEPARTAMENTO DE CULTURA	217.500,00	97.453,20	15.985,52	113.438,72
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	215.000,00	165.572,19	36.360,40	201.932,59
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇ	36.500,00	34.911,23	0,00	34.911,23
DEPARTAMENTO DE TURISMO	18.000,00	7.227,69	2.492,00	9.719,69
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	383.000,00	289.319,03	43.263,06	332.582,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Total da Entidade:	13.821.904,00	9.359.292,28	2.270.921,15	11.630.213,43
TOTAL DA DESPESA :	13.821.904,00	9.359.292,28	2.270.921,15	11.630.213,43

AGUA DOCE , 11/11/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria Nº 460/2013

PORTARIA Nº 460/2013
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, ANA CAROLINA DOS SANTOS, do cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, área de EDUCAÇÃO FÍSICA, a partir de 13 de novembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de novembro de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 14 de Novembro de 2013.

Aviso de Chamamento Público Nº 3/2013**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Processo Administrativo: nº. 098/2013; Modalidade: Chamamento Público/Credenciamento nº 03/2013; Objeto: Credenciamento de empresas/clínicas de saúde para realização de serviços de exames médicos relacionados no Anexo I, para pacientes do Município de Antônio Carlos/SC, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do município, mediante agendamento prévio, em seus consultórios, desde que localizados nos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Palhoça ou Florianópolis; Credenciamento: a partir do dia 18/11/2013 das 7:00 às 13:00. Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123, pelo site: www.antoniocarlos.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br; administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 12 de Novembro de 2013.
LUCIDE MARIA SCHMITZ KREFF
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato 173/2012
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: nº. 173/2012; Origem: Carta Convite nº. 008/2012 - Processo Licitatório nº. 119/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Intellbr Sistemas LTDA; Objeto: aditar o prazo e o valor do presente contrato; Prorrogação de Prazo: 90 dias, cujo novo vencimento dar-se-á no dia 10/01/2014. Valor do Aditivo: reajustado o valor para R\$ 1.363,27 (um mil trezentos e sessenta três reais e vinte e sete centavos) diluído em três parcelas mensais e sucessivas.

Antônio Carlos, 04 de Outubro de 2013
ADELINO BONIFÁCIO KRETZER
Prefeito Municipal em Exercício

Arroio Trinta

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0019/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0019/2013

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFREESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Consolidadas.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09:00h do dia 29/11/2013.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 29/11/2013.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 11 de novembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 35/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013
REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 25/2013, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DIDÁTICO PARA AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 28 de novembro de 2013 às 09:00 horas. Informações e/ou copia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações ou no e-mail compras@atalanta.sc.gov.br, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 12 de novembro de 2013.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 3470 de 13 de Novembro de 2013

PORTARIA nº 3470 de 13 de novembro de 2013
ERRATA:

Na portaria 3158/2013, de prorrogação da servidora Miriam Marlene Ricardo Gaspar, ocorreu um equívoco quanto à ação da portaria.

Portaria nº 3158 de 04 de novembro de 2013:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MIRIAM MARLENE RICARDO GASPAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e jornada de 40 horas semanais, no período de 31/10/2013 a 30/11/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MIRIAM MARLENE RICARDO GASPAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 31/10/2013 a 30/11/2013.

Biguaçu, 13 de novembro 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Errata Nº. 01 ao Aviso de Licitação - PP 113/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL Nº. 113/2013 - PREGÃO PRESENCIAL, COM REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL, COM REGISTRO DE PREÇOS SOB O Nº 113/2013

O aviso de licitação publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina nº. 1365, de 11.11.2013 divulgou que a data de sessão de licitação seria no dia 25.11.2013, às 14h00min. No entanto, em razão de trâmites internos, necessária se faz a alteração da data a ser realizado o ato público. Assim, considera-se:

Onde se lê no aviso de licitação (Pregão Presencial nº. 113/2013 - FMS)

()

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 12/11/2013, às 13h59minh do dia 25/11/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00minh do dia 25/11/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

()

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 12/11/2013.

()

LEIA-SE no aviso de licitação (Pregão Presencial nº. 113/2013 - FMS)

()

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 18/11/2013, às 13h59minh do dia 28/11/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00minh do dia 28/11/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

()

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 18/11/2013.

()

.As demais informações constantes no aviso de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 12 de novembro de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

Extrato Contrato Número 10.201/2013 - Processo: Dispensa de Licitação - DI 110/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO CONTRATO NÚMERO 10.201/2013
PROCESSO: Dispensa de Licitação - DL 110/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO EM FORMA DE JORNAL PARA O PROGRAMA DST/AIDS DE GRANDE CIRCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contratado: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA. - EPP

Valor: R\$ 9.750,00 (NOVE MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

Prazo de vigência: Da assinatura até 31/12/2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.053/2013 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 32/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.053/2013
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 32/2013 - FMS



Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA EQUIPE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE ZOONOSSES DO MUNICÍPIO, CAMPANHAS NACIONAIS DE VACINAÇÃO E DE MAIS CAMPANHAS RELACIONADAS AOS PROGRAMAS DE SAÚDE.

Fornecedor: AKON LTDA ME
Valor: R\$ 602,00 (seiscentos e dois reais).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Termo de Dispensa de Licitação Nº 111/2013-FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 111/2013-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECEITA TIPO B, AZUL. CUMPRE SALIENTAR QUE ESTA AQUISIÇÃO SE DÁ NA FORMA DA LEI Nº 8.666/93, ARTIGO 24, INCISO VIII E XVI.

EMPRESA CONTRATADA: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS

VALOR: R\$ 550,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso VIII e XVI, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

()VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

()XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

JUSTIFICATIVA: Considerando a extrema necessidade de aquisição do tipo de receituário especial para uso do Sistema Único de Saúde - SUS, e que o objeto em apreço se enquadra nos dispositivos legais supramencionados, e, ainda, que a publicação não onera o município, eis que esta se dá através do Diário Oficial dos Municípios, o qual não cobra pelos serviços prestados. Nesse sentido, opta-se pela dispensa de licitação para aquisição de tal produto.

Biguaçu, 06 de novembro de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário de Saúde

Bom Jesus do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº102-2013 de 12 de Novembro de 2013 **Concede Licença ao Vereador Hari Schmidt, Para Tratar de Assuntos Particulares.**

RESOLUÇÃO Nº 102/2013 de 12 /11/2013.

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR HARI SCHMITT, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

Eu, CLAIR DOS SANTOS SERPA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedida licença, sem remuneração para o Vereador HARI SCHMITT, para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 30 (Trinta) dias, a contar pelo período de 22 (vinte e dois) de novembro a 22 (vinte e dois) de dezembro de 2013, de conformidade com o disposto no artigo 95, Inciso I da resolução nº003/97 de 15 de setembro de 1997 - Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 12 de novembro do ano de 2013.

CLAIR DOS SANTOS SERPA LEISI RAUBER WANDSCHEER
Presidente da Câmara 1º Secretário

Resolução Nº103-13 de 12 de Novembro de 2013 **Concede Licença a Vereadora Ediane da Silva Bruinsma Para Tratar de Assuntos Particulares.**

RESOLUÇÃO Nº 102/2013 de 12 /11/2013.

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR HARI SCHMITT, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

Eu, CLAIR DOS SANTOS SERPA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedida licença, sem remuneração para o Vereador HARI SCHMITT, para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 30 (Trinta) dias, a contar pelo período de 22 (vinte e dois) de novembro a 22 (vinte e dois) de dezembro de 2013, de conformidade com o disposto no artigo 95, Inciso I da resolução nº003/97 de 15 de setembro de 1997 - Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 12 de novembro do ano de 2013.

CLAIR DOS SANTOS SERPA LEISI RAUBER WANDSCHEER
Presidente da Câmara 1º Secretário

Bom Retiro

PREFEITURA

1000.11.13 - P. Lic. Trat. Saude Lolita S. a. Vasconcelos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1000/13 de 13.11.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2013, a funcionária Lolita Saturnino Antonio Vasconcelos, Ocupante do cargo de Agente de Saúde - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal Temporário do Município com exercício no Fundo Municipal de Saúde - ACS - Bairro São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1001.11.13 - P. Lic. Trat. Catia G. C. Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1001/13 de 13.11.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 06 de novembro de 2013, a funcionária Catia Giovane da Cunha da Cruz, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - NAES.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1002.11.13 - P. Lic. Mot. P. Fam. Mariana Deucher

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1002/13 de 13.11.13
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 11 de novembro de 2013, a funcionária Mariana Deucher, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1003.11.13 - P. Lic. Trat. Viviane R. Pires

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1003/13 de 13.11.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 08 de novembro de 2013, a funcionária Viviane Rosar Pires, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1004.11.13 - P. Lic. Trat. Marcia D. S. Grudtner

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1004/13 de 13.11.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 11 de novembro de 2013, a funcionária Márcia Denize Schiestl Grudtner, ocupante do cargo de Assistente Social - Padrão

1 - Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1005.11.13 - P. Lic. Trat. Marcia D. S. Grudtner

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1005/13 de 13.11.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 12 de novembro de 2013, a funcionária Márcia Denize Schiestl Grudtner, ocupante do cargo de Assistente Social - Padrão 1 - Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

999.11.13 - P. Nomeia Leiloeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 999/13 de 12.11.13

Nomeia Leiloeiro Oficial

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI:

RESOLVE:

Nomear Jocemar da Silva para ser leiloeiro oficial no Processo de Licitação nº 29/2013 do Edital de Leilão nº 01/2013, com objetivo receber proposta do tipo maior lance/oferta, da alienação através de leilão público de 250 conjuntos de carteiras e cadeiras escolares, com lance inicial de R\$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais), pertencentes ao patrimônio público municipal.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Quarto Termo Aditivo Josemir Cadorin

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Quarto Termo Aditivo do Contrato 120/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Josemir Cadorin ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço de mão-de-obra para pavimentação em lajotas sextavadas na Av. Major Generoso, Bairro São José, área de 1.587,60 m². Fica

alterada a Clausula Nona (Da Vigência), prorrogando-se a vigência do contrato para 31 de dezembro de 2013. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº120/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 08 de novembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 085/2013

DECRETO Nº 085/2013.

Anula e Suplementa dotações do orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0732/2012 de 04.12.2012, etc

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e treze, nas dotações orçamentárias abaixo o valor de R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais), conforme segue:

11 - Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer

11.01.0 Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer

1.015 - Reforma/Ampliação/Manutenção Centro Cultural Recreacional Tiradentes

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (154) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

11 - Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer

11.01.0 Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer

2.039 - Manutenção Fundo Mun. Cultura/Turismo/Lazer

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (168) - Aplicações Diretas
R\$ 3.100,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo no valor de R\$ R\$ 13.100,00 (treze mil e cem reais) como segue:

11 - Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer

11.01.0 Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer

1.015 - Reforma/Ampliação/Manutenção Centro Cultural Recreacional Tiradentes

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (155) - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

11 - Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer

11.01.0 Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer

2.039 - Manutenção Fundo Mun. Cultura/Turismo/Lazer

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (169) - Aplicações Diretas
R\$ 3.100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de novembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços 09/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013****Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 17/05/2013****Válido até: 17/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado 500gr. Fresco, macio, sem sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado a quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10290)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	3,4900	1
2	Pão de forma tipo pullmann (fatiado), unidade com peso aproximado de 500g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. (8128)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	3,4900	1
3	Cuca caseira sabores variados 1/2 cuca de uma inteira. Fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10291)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	7,4800	1
4	Orelha de Gato, doce polvilhado no açúcar e canela, macio, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10292)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	13,1300	1
5	Bolacha tipo caseira, nos sabores polvilho e coco, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (9008)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	14,3800	1
6	Rosca de polvilho redonda, peso aproximado de 300g a 500g, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (8132)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	3,8800	1
7	Bolo de boleira tipo waffer, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (8991)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,5000	1
8	Bolo seco tipo Inglês, Tamanho Grande no sabor chocolate. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10293)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	10,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 17/05/2013****Válido até: 17/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Bolo seco tipo Inglês, tamaho garnde no sabor laranja. Sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente, Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10294)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	10,3000	1
10	Pão Francês, unidade 50 gr. Sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com igredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10295)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor		7,1800	1
11	Pão de Queijo, tamanho médio. Sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem Atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10296)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	15,5000	1
12	Sanduíche com pão francês 50 gr., queijo e presunto. Feitos no dia da entrega, sem presença de sujidades. (10297)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,8300	1
13	Sanduíche com 2 fatias de pão pullmann, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega, sem presença de sujidades (10298)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	2,5800	1
14	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100g a 120g, macio, frito no dia da entrega, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidade. (8142)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 17/05/2013****Válido até: 17/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Macinha com Recheio 100gr. sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem Plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10289)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,0200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013

Número do Registro de Preços: 9/2013

Data do Registro: 17/05/2013

Válido até: 17/05/2014

Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2013

PROCESSO Nº 19/2013

(6669) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 17 de Maio de 2013.

Ata de Registro de Preços 08/2013 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013****Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aço 1045 (5590)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	10,5500	1
2	Aço 1045 quadrado treilado (6981)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	18,0000	1
3	Aço 1045 treilado (6980)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	13,1000	1
4	ANEL O'RING (10271)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Vedax	0	3,5000	1
5	ANEL TRAVA (1883)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	3,6000	1
6	Arruela 1" (5574)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
7	Arruela 1/2 (5555)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2800	1
8	Arruela 1/4 (6983)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2000	1
9	Arruela 3/4 (5573)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
10	Arruela 3/8 (6984)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2500	1
11	Arruela 5/16 (5596)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2000	1
12	Arruela 5/8 (5572)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Arruela 7/16 (6985)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,2500	1
14	Arruela 7/8 (5566)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
15	Braçadeira Plástica (língua sapo) (6085)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	0,4200	1
16	Bronze (5591)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Metalpim	0	75,0000	1
17	Chapa preta (6987)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamprogna	0	6,9500	1
18	COLA. (10272)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	3M	0	6,5000	1
19	Cupilha 4,5x50mm (6990)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	1,0000	1
20	Cupilha 6,5x60mm (6991)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	1,1000	1
21	Disco de corte 7" (6992)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Kronenflex	0	10,2500	1
22	Eletrodo OK 46 2,5mm (6994)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,2500	1
23	Eletrodo OK 48 3,25mm (6993)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,2500	1
24	Eletrodo OK 61.30 2,5mm Inox (6995)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	2,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Eletrodo OK 68.81 2,5mm Cromo-níquel (6997)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	3,3000	1
26	Eletrodo OK Cutmat 21.03 CORTE (6996)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	1,9500	1
27	Engraxadeira 3/8" (6126)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9000	1
28	Engraxadeira 45° 3/8 (7001)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
29	Engraxadeira 45° 5/16 (7000)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
30	Engraxadeira reta 1/4 (6998)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9000	1
31	Ferro cantoneira (5606)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	6,1000	1
32	Ferro chato (5598)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamprogna	0	6,5000	1
33	Ferro redondo (5579)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	6,1500	1
34	Flange (5600)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Zamprogna	0	5,5000	1
35	GRAXA (1871)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Texaco	0	18,9000	1
36	Material de Limpeza (litros) (5593)	LT	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Fransul	0	10,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Nylon (6086)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Vedax	0	49,5000	1
38	OLEO 90 (369)	LTS	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Texaco	0	17,0000	1
39	OLEO HIDRAULICO (6874)	L	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Lubrax	0	19,0000	1
40	Oxigênio (5583)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	AGA	0	130,0000	1
41	Parafuso 1"x3" (6122)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	10,1500	1
42	Parafuso 1/2x1 1/2 aço (7018)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0500	1
43	Parafuso 1/2x1 aço (7017)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
44	Parafuso 1/2x2 1/2 aço (7020)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,3000	1
45	Parafuso 1/2x2 aço (7019)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1500	1
46	Parafuso 1/2x3 1/2 aço (7022)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
47	Parafuso 1/2x3 aço (7021)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
48	Parafuso 1/2X4 aço (7023)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Parafuso 1/4x1 (5618)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3000	1
50	Parafuso 1/4x2 (7002)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
51	Parafuso 1/4x3 1/2 (7003)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6000	1
52	Parafuso 1x6 1/2 (7045)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	20,0000	1
53	Parafuso 3/4x2 1/2 aço (7033)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,8000	1
54	Parafuso 3/4x2 aço (7032)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,5000	1
55	Parafuso 3/4x3 1/2 aço (7035)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,2000	1
56	Parafuso 3/4x3 aço (7034)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,4000	1
57	Parafuso 3/4x4 1/2 aço (7037)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,7800	1
58	Parafuso 3/4x4 aço (7036)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,3000	1
59	Parafuso 3/4x5 aço (7038)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,0300	1
60	Parafuso 3/4x6 1/2 aço (7039)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	8,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Parafuso 3/4x8 aço (7040)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	8,9500	1
62	Parafuso 3/8x1 aço (7010)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6000	1
63	PARAFUSO 3/8X11/2 (4567)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,7000	1
64	Parafuso 3/8x2 1/2 aço (9182)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0500	1
65	Parafuso 3/8x2 aço (7012)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
66	Parafuso 3/8x3 (5557)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0800	1
67	Parafuso 3/8x3 1/2 (7014)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1200	1
68	Parafuso 5/16"x3" (6108)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,7500	1
69	Parafuso 5/16x1 aço (7004)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
70	Parafuso 5/16x11/2 (5559)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5500	1
71	Parafuso 5/16x2 1/2 (7007)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6500	1
72	Parafuso 5/16x2 aço (7006)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Parafuso 5/16x3 1/2 (7009)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,7500	1
74	Parafuso 5/8"x3"1/2" (6117)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,8500	1
75	PARAFUSO 5/8X2 (907)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9500	1
76	Parafuso 5/8x2 1/2 aço (7027)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
77	Parafuso 5/8x3 aço (7028)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,4500	1
78	Parafuso 5/8x4 1/2 aço (7031)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,4500	1
79	Parafuso 5/8x4 aço (7030)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,0500	1
80	Parafuso 7/16x1 1/2 aço (7015)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1000	1
81	Parafuso 7/16x3 aço (7016)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,4500	1
82	Parafuso 7/8x3 (7041)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	4,0000	1
83	Parafuso 7/8x4 (5611)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,3000	1
84	Parafuso 7/8x4 1/2 (7042)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Parafuso 7/8x5 (7043)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	7,0000	1
86	Parafuso 9/16x2 (7024)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,5000	1
87	Parafuso 9/16x3 (7025)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,7000	1
88	Parafuso M10x100 8.8 (7051)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,9000	1
89	Parafuso M10x50 8.8 (7049)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
90	Parafuso M10x80 8.8 (7050)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,5300	1
91	Parafuso M12x100 8.8 (7054)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,2600	1
92	Parafuso M12x50 8.8 (7052)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,4000	1
93	Parafuso M12x80 8.8 (7053)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0000	1
94	Parafuso M14x100 8.8 (7056)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,7500	1
95	Parafuso M14x70 8.8 (8050)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	3,0000	1
96	Parafuso M16x120 8.8 (7058)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	6,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Parafuso M16x80 8.8 (7057)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,6000	1
98	Parafuso M18x100 8.8 (7060)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	6,5500	1
99	Parafuso M18x80 8.8 (7059)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	5,6000	1
100	Parafuso M20x130 8.8 (7061)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	12,0000	1
101	Parafuso M6x50 8.8 (7046)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
102	Parafuso M8x100 8.8 (7048)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,1500	1
103	Parafuso M8x50 8.8 (7047)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
104	Pino elástico 10x70mm (7064)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	2,5000	1
105	Pino elástico 8x70mm (7063)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Riopar	0	2,5000	1
106	Porca 1 (7073)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,6000	1
107	PORCA 1/2 (910)	PC	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5000	1
108	Porca 1/4 (5619)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Porca 3/4. (7072)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
110	Porca 3/8. (7067)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3800	1
111	Porca 5/16. (7066)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,3500	1
112	Porca 5/8. (7071)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,8500	1
113	Porca 7/16 (7068)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4000	1
114	Porca 7/8 (5612)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,8000	1
115	Porca 9/16 (7070)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5000	1
116	Porca M10 (7075)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,4500	1
117	Porca M12 (7076)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,5500	1
118	Porca M14 (7077)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,8500	1
119	Porca M16 (7078)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,0000	1
120	Porca M18 (7079)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	1,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Porca M20 (7080)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	2,0500	1
122	Porca M6 (7074)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,1200	1
123	Porca M8 (5568)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Rex	0	0,1500	1
124	Retentor 00009 (7082)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	14,5000	1
125	Retentor 00188 (7084)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	13,2500	1
126	Retentor 00266 (5587)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	17,5000	1
127	Retentor 00459 (7085)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	16,0000	1
128	Retentor 00517 (7087)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	17,1000	1
129	Retentor 01180 (7089)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	18,6000	1
130	Retentor 40000 (7091)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	18,0000	1
131	Retentor cubo dianteiro HW (10273)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Sabó	0	39,5000	1
132	Rolamento 6201 ZZ (7098)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	14,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Rolamento 6202 ZZ (7099)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	17,0000	1
134	Rolamento 6203 ZZ (7100)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	18,9000	1
135	Rolamento 6204 ZZ (7101)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	24,0000	1
136	Rolamento 6205 ZZ (7102)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	26,8000	1
137	Rolamento 6206 ZZ (7103)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	30,5000	1
138	Rolamento 6207 ZZ (7104)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	42,0000	1
139	Rolamento 6208 ZZ (7105)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	45,0000	1
140	Rolamento 6209 ZZ (7106)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	NSK	0	56,0000	1
141	Rolamento grande cubo dianteiro HW (10275)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tienken	0	670,0000	1
142	Rolamento pequeno cubo dianteiro HW (10274)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tienken	0	485,0000	1
143	Rótula pistão (10276)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	HW	0	120,0000	1
144	Serviço especializado de torno, visando a manutenção das máquinas de grande porte, caminhões, implementos agrícolas e tratores agrícolas. (5533)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	0	50,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Serviço especializado de mão de obra (10270)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Tormaq	0	35,0000	1
146	Sextavado (7115)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	15,3000	1
147	Solda Mig (5605)	HR	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Esab	0	50,0000	1
148	Tinta e Solvente (5565)	UND	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Anjo	0	32,5000	1
149	Tubo SKF (7118)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Comafal	0	16,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
150	Viga "U" (6103)	KG	TORMAQ DE WALTER F. WILDE (6077)	Belgo	0	6,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013**Número do Registro de Preços: 8/2013****Data do Registro: 16/05/2013****Válido até: 16/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de peças e serviços de torno e mão de obra para manutenção/conserto dos equipamentos e maquinários da Secretaria de Obras, Estradas Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2013****PROCESSO Nº 16/2013**

(6077) - TORMAQ DE WALTER F. WILDE

Braço do Trombudo, 16 de Maio de 2013.

Ata de Registro de Preços 10/2013 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/56

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013****Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Agenda de telefone (capa PVC. Formato: 13,5x20, 5 cm, 83 páginas em offset 90 Gm 1 cor, folha de Dados Pessoais e Telefones Úteis.) (3289)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	7,0000	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	adress	0	7,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TILIBRA	0	7,0000	3
2	Apontador de lápis pequeno em plástico, com um furo, sem estojo, em cores variadas. (3290)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	0,2384	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LEO E LEO	0	0,2400	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	0,2400	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	0,2500	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	0,2500	5
3	Balaõ colorido nº 4, (pct c/50 unid). (3291)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	folia	0	6,4366	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	IBB	0	6,3868	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	RIBERBALL	0	6,4200	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	HAPPY DAY	0	6,7600	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SÃO ROQUE	0	6,7600	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Barbante peso liq. 800gr, n°8 titulação4/8 CRU. (3292)	RL	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	clea	0	9,6739	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	EURO ROMA	0	10,1000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ROMA	0	10,1600	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	KOREA	0	10,1600	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	KOREA	0	11,3170	5
5	Bloco p/ recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionavel em um dos lados a fim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 38mmx50mm, com no mínimo 100 folhas cada bloco, pacote contendo 4 blocos em cores variadas. (3293)	BL	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	8,2000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	8,4600	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	8,6000	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	8,6300	4
6	Bola de isopor tamanho pequena (3294)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	soisopor	0	0,2758	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STYROCORTI	0	0,2800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	STYROCORT	0	0,2900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Bola de isopor tamanho media. (3295)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	soisopor	0	1,4264	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STYROCORTI	0	1,4300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	STYROCORT	0	1,5000	3
8	Bola de isopor tamanho grande. (3296)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	soisopor	0	2,7578	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STYROCORTI	0	2,7600	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	STYROCORT	0	2,9000	3
9	Borracha branca escolar nº 20. Caixa com 20 unidades. (3297)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	REDBOR	0	9,8544	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	9,8100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	ZAPP	0	9,8621	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	REDBOR	0	10,1200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	zapp	0	10,3300	5
10	Caderno brochurão capa dura, com 96 folhas. Capa colorida. 200x275mm. (3298)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JANDAIA	0	3,9600	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	3,9600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	megalife	0	3,9600	3
11	Caderno brochura 1/4 capa dura 48fls. Capa colorida (3299)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	NORMA CADE	0	0,6500	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	4,9500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	megalife	0	4,9500	3
12	Caderno universitário 10 materias 200fls capa dura. Capa colorida. 200mm x 275mm. (3300)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PANAMERICA	0	6,5700	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	megalife	0	6,9200	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	6,9200	3
13	Caixa de arquivo morto. (3301)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	bragagnolo	0	1,8377	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	DIAL	0	1,8235	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	FRAMA	0	1,9000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BRAGAGNOLI	0	1,9300	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	7 BELO	0	1,9300	5
14	Calculadora peq. (3302)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	kadio	0	1,8907	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CLASSE	0	1,8920	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	YINS	0	1,9900	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MJ	0	1,9900	4
15	Caneta corretivo. 7ml (3303)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	GRAMP LINE	0	2,8950	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,8795	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	2,8800	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	2,9700	4
16	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor azul, ponta de aço inox, esfera de 1,0mm. (3304)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BIC	0	0,7918	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	COMPACTOR	0	0,7851	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CIS	0	0,7900	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	BIC	0	0,8100	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compacto	0	0,8300	5
17	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor azul, ponta de aço inox, esfera de 0,7mm. (3305)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	COMPACTOR	0	0,8872	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BIC	0	0,8800	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	COMPACTOR	0	0,8809	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	BIC	0	0,9100	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactor	0	0,9300	5
18	Caneta esferográfica de ponta fina na cor preta, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0.7 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3306)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BIC	0	4,2600	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactor	0	4,4800	5
19	Caneta esferográfica de ponta fina na cor vermelha, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0.7 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3307)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BIC	0	4,2600	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactor	0	4,4800	5
20	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor azul ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0.7 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3308)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BIC	0	4,2600	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactor	0	4,4800	5
21	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor azul, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 1.0 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3309)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PAPER MATE	0	4,2600	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactor	0	4,4800	5
22	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor preta, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 1.0 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3310)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PAPER MATE	0	4,2600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactor	0	4,4800	5
23	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor vermelha, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 1.0 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (3311)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,2737	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PAPER MATE	0	4,2600	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	4,2799	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILOT	0	4,3900	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	compactor	0	4,4800	5
24	Caneta marca texto, amarela fluorescente, papel, fax e cópias, traço 4 mm. Caixa com 12 unidades. (3312)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	19,8041	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	19,8773	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	20,3400	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	20,7600	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	FABER CASTI	0	20,7600	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Caneta p/retroprojektor 2.00mm azul (3313)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	2,6753	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,7370	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,7400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	2,8200	4
26	Caneta p/retroprojektor 2.00mm preto. (3314)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	2,6753	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,7370	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,7400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	2,8200	4
27	Caneta p/retroprojektor 2.00mm vermelho. (3315)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	2,6753	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,7370	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,7400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	2,8200	4
28	Caneta p/retroprojektor 2.00mm verde (3316)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	2,6753	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,7370	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,7400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	2,8200	4
29	Caneta p/retroprojektor 1.00mm ponta fina vermelho (3317)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2295	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,2100	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	3,2122	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	3,3100	4
30	Caneta p/retroprojektor 1.00mm ponta fina verde. (3318)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2295	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,2100	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	3,2122	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	3,3100	4
31	Caneta p/retroprojektor 1.00mm ponta fina preta. (3319)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2295	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,2100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	3,2122	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	3,3100	4
32	CD virgem, regravavel 700mb, 80mim, c/capa. (3320)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MULTILASER	0	3,1364	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	3,2159	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	elgin	0	3,3000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ELGIN	0	3,3000	4
33	DVD+RW virgem 4,7gb C/Capa. (3321)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMTEC	0	4,5849	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	4,7069	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	elgin	0	4,8300	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ELGIN	0	4,8300	4
34	DVD+R virgem 4,7gb C/Capa. (3322)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ELGIN	0	2,0577	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	2,1147	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	elgin	0	2,1700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAXPRINT	0	2,1700	4
35	Carbono filme manual formato A4 21x29,7cm c/100 fls azul. (3323)	CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	49,3700	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	50,9300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	51,9500	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	maripel	0	51,9700	4
36	Cartão ponto kraft 86x180mm (3324)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	credeal	0	0,0857	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,0700	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	S.D	0	0,0868	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	0,0900	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TAMOIO	0	0,0900	5
37	Cartolina branca. (3325)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ALO FORM	0	0,4500	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,4500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ALLCART	0	0,4600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	panamericana	0	0,4700	4
38	Clips nº0 (cx c/ 500gr). (3326)	CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	9,3896	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NEW	0	9,4026	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	9,4416	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	new	0	9,4545	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW	0	9,7600	5
39	Clips nº4/0 (cx c/ 500gr). (3327)	CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	9,3896	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NEW	0	9,4026	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	9,4416	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	new	0	9,4545	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW	0	9,7600	5
40	Clips nº2/0 (cx c/ 500gr). (3328)	CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	9,3896	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NEW	0	9,4026	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	9,4416	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	new	0	9,4545	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW	0	9,7600	5
41	Clips nº8/0 (cx c/ 500gr). (3329)	CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	9,3896	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	NEW	0	9,4026	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	9,4416	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	new	0	9,4545	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW	0	9,7600	5
42	Cola branca lavável, não tóxica 90gramas, à base de PVA e água. (3330)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW MAGIC	0	1,3700	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	FRAMA	0	1,3800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	1,4000	3
43	Cola bastão (8gr). (3331)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	1,2900	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	FRAMA	0	1,3200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	1,3200	3
44	Cola para EVA. 90 gr. (3332)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	APLICOLA	0	3,0600	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,0500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,0500	3
45	Cola para Isopor. 90 gr. (3333)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	2,4700	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	2,5200	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	2,5200	3
46	Corretivo a base de água (CX C/12unid.) c/18ml. (3334)	CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MASTERPRIN	0	20,4220	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NEW MAGIC	0	20,5020	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	FRAMA	0	20,5486	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	21,6000	4
47	Estilete grande. (3335)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	2,4746	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,4720	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,4800	3
48	EVA Plusch cores variadas 58x40x0, 2 mm. (3336)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	4,3913	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	4,4037	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	4,4193	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	4,6600	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	4,6600	5
49	EVA amarelo 58x40x0,2MM (3337)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
50	EVA verde bandeira 58x40x0, 2 mm (3338)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 17/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
51	EVA azul 58x40x0,2MM (3339)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
52	EVA bege 58x40x0,2MM (3340)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 18/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	EVA branco 58x40x0,2MM (3341)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
54	EVA laranja 58x40x0,2MM. (3342)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
55	EVA preto58x40x0, 2MM (3343)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 19/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
56	EVA verde 58x40x0,2MM (3344)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
57	EVA vermelho 58x40x0,2MM (3345)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEO LEO	0	1,5379	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EVARTE	0	1,5404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	1,5460	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DUBFLEX	0	1,6200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	1,6300	5
58	Envelope kraft 250x353. cx c/250envelopes. (3347)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	tilibra	0	53,9492	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SCRITY	0	53,5748	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 20/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	RIPOM	0	53,8300	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SCRITY	0	56,6600	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	56,6600	5
59	Envelope kraft 240x340. cx c/250envelopes. (3348)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	tilibra	0	49,2741	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SCRITY	0	48,9342	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	RIPOM	0	49,1600	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SCRITY	0	51,7500	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	51,7500	5
60	Estojo de canetinha hidrocolor peq. c/12 unidades. (3349)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	5,0353	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	5,0178	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	5,0200	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	5,1700	4
61	Extrator de grampos tipo espátula. Aço inox. (3350)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CARBRINK	0	1,2610	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 21/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	1,2592	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CARBRINK	0	1,2600	3
62	Ficha pautada 6x9 pct c/ 100 unid. (3351)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	panamericana	0	7,5887	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SÃO DOMING	0	0,9700	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SCRITY	0	7,5350	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	7,5700	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	7,9700	5
63	Fita adesiva de papel marrom, altura: 48 mm comprimento: 50 m diâmetro: 12 mm, cor interna: pardo cor externa: (3352)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMBALANDO	0	11,4463	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	EUROCEL	0	11,4871	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DELFIX	0	11,5110	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	SP	0	12,1000	4
64	Fita adesiva polipropileno transparente 48x50. (3353)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	3,3144	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DELFIX	0	3,2821	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 22/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	3,3222	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	SP	0	3,5000	4
65	Fita adesiva dupla face 12x30mm. (3354)	RL	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMBALANDO	0	4,6780	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	EPA	0	4,6975	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DELFIX	0	4,7090	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	SP	0	4,9500	4
66	Fita corretiva 4 mm,10m com tampa. (3355)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	GRAMP LINE	0	7,7835	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CIS	0	7,8163	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	GRAMP LINE	0	7,8294	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	8,2300	4
67	Fita Durex grande. (3356)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMBALANDO	0	1,2342	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	T. TAPE	0	1,2301	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DELFIX	0	1,2367	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 23/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	SP	0	1,3000	4
68	Folhas de papel A4 colorida cor amarela pct c/100. (3357)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CHAMEX	0	3,3400	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	3,3600	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SENINHA	0	3,4100	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	chamequinho	0	3,4100	4
69	Giz de cera pequeno (cx c/12cores). (3358)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	KOALA	0	1,0500	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	1,0700	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DELTA	0	1,0700	3
70	Grampeador grande de mesa 26/6 em estrutura metálica. (3359)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	24,8259	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	24,8200	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	24,8499	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	26,0000	4
71	Grampeador pistola. Contendo trava de segurança. Utiliza grampo 106/6-8. (3360)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	45,8514	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 24/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	45,8958	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	BACCHI	0	48,0000	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STANLEY	0	48,2600	4
72	Grampo para grampeador 106/6-8. cx c/2.500und. (3361)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	BACCHI	0	8,7415	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	gasfer	0	8,7390	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BACCHI	0	8,7700	3
73	Grampo para grampeador 26x6 cxc/5000) (3362)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MEGA LIFE	0	3,6976	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	3,7209	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,7300	3
74	Grampo trilho 80 mm (pct c/50 unid) plástico. (3363)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	BACCHI	0	8,6562	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	8,6443	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	8,6700	3
75	Grafites para Lapiseira Preto 0,5mm. Tubo c/ 12 grafites. (3364)	TB	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	3,0050	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 25/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VISION	0	2,9900	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	3,0161	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CONCEPT	0	3,0900	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	3,1500	5
76	Grafites para Lapiseira Preto 0,7mm. Tubo c/ 12 grafites. (3365)	TB	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	2,9763	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VISION	0	2,9600	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	2,9873	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CONCEPT	0	3,0600	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	3,1200	5
77	Lápis borracha cx c/ 12 unidades. (3366)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ECOLE	0	13,8801	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LEO E LEO	0	13,9314	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LABRA	0	14,2600	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	bic	0	14,5500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 26/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LABRA	0	14,5500	5
78	Lápis de escrever, madeira 100% reflorestada, madeira macia que garante excelente apontabilidade, formato hexagonal, exclusivas esferas antidelizantes, maior conforto e firmeza no traço, graduação nº 2 = B. (3367)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SERTIC	0	0,4102	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	0,4100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LEO LEO	0	0,4117	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FABER-CASTI	0	0,4300	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	0,4300	5
79	Lápis de cor (cx c/12 cores) grande. (3368)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	2,9300	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	2,9900	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LEO E LEO	0	2,9900	3
80	Lápis de cor aquarelavel grande cx c/24unid. (3369)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	TRIS	0	27,5400	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	labra	0	28,1000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	FABER	0	28,1000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 27/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Lapiseira 0,5 mm cor preta (tipo super grip 0,5). (3370)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	3,0240	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,0100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	3,0352	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	TRIS	0	3,1100	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	3,1700	5
82	Lapiseira 0,7 mm cor preta (tipo super grip 0,7). (3371)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	2,8142	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	2,8246	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	TRIS	0	2,8900	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	2,9500	5
83	Lastex natural rolo c/ 10 mts. (3372)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MAMUTH	0	0,6900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	gasfer	0	0,7300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REAL	0	0,7300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 28/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SAO JOSE	0	0,7500	4
84	Livro Ata vertical, formato 205 x 297 mm, capa dura, 50 folhas, numerado tipograficamente. (3373)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MEGALIFE	0	5,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TAMOIO	0	6,0900	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	megalife	0	6,1000	3
85	Livro Ata vertical, formato 205 x 297 mm, capa dura, 200 folhas, numerado tipograficamente. (3374)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MEGALIFE	0	14,2700	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TAMOIO	0	14,7000	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	megalife	0	14,7300	3
86	Papel de seda cores variadas. (3375)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,1400	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,1500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,1500	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,1500	4
87	Papel crepom amarelo (3376)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,5500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,5700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 29/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,5800	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5800	4
88	Papel crepom vermelho. (3377)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,5500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,5700	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,5800	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5800	4
89	Papel crepom branco. (3378)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,5500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,5700	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,5800	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5800	4
90	Papel crepom azul. (3379)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,5500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,5700	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,5800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 30/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5800	4
91	Papel crepom verde. (3380)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,5500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,5700	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5800	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,5800	4
92	Papel camurça cores variadas. (3381)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,5200	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,5200	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5300	4
93	Papel cartão, tamanho A4, na cor areia. (3382)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	INFOPEL	0	0,5600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5700	2
94	Papel cartão, tamanho A4, na cor bege. (3383)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	INFOPEL	0	0,5600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 31/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
95	Papel cartão, tamanho A4, na cor vermelha. (3384)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	INFOPEL	0	0,5600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5700	2
96	Papel cartão, tamanho A4, na cor amarela. (3385)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	INFOPEL	0	0,5600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5700	2
97	Papel cartão, tamanho A4, na cor branca. (3386)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	INFOPEL	0	0,5600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,5700	2
98	Papel contact transparente (45cmx25m). Rolo. C/25 mts (3387)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	INFORMS	0	64,7045	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VULCAN	0	64,9100	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	POLITAC	0	66,9600	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	68,3300	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	VMP	0	68,3300	5
99	Papel contact colorido (motivos infantis) (45cmx25m). Rolo c/10mts. (3388)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	66,9204	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VULCAN	0	67,1400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 32/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	69,2600	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	70,6700	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	VMP	0	70,6700	5
100	Papel contact colorido (motivos florais) (45cmx25m). Roloc/10 mts. (3389)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	59,8183	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VULCAN	0	60,0100	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	61,9100	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	VMP	0	63,0000	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	63,1700	5
101	Papel duplex vermelho. (3390)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4
102	Papel duplex verde. (3391)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 33/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4
103	Papel duplex azul. (3392)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4
104	Papel duplex preto. (3393)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4
105	Papel duplex amarelo. (3394)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 34/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4
106	Pasta A-Z Material: Cartão 1,77mm coberto c/ Papel Monolúcido Formato p/Utilização: Memorando (28,5 X 34,5 cm) Lombada (cm): 8,0.Divisão Interna: Não Dados Complementares: Mecanismo Niquelado/Compressor Plástico. (3395)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	5,5900	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	5,7000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	5,7000	3
107	Pasta catalogo c/50 envelopes plásticos. (3396)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	DAC	0	7,6400	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	deo	0	7,8000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	DAC	0	7,8000	3
108	Pasta c/abas e elástico, (papel 23x33cm). (3397)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ICL	0	1,6900	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PK	0	1,7200	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	polycart	0	1,7200	3
109	Pasta plástica poliamida c/abas elásticas 335x250x35mm, na cor grafite. (3398)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ALAPLAST	0	2,5100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 35/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ALAPLAST	0	2,5600	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	aloplast	0	2,5600	3
110	Pasta plástica poliamida c/abas elásticas 335x250x55mm, na cor grafite. (3399)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ALAPLAST	0	3,0900	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ALAPLAST	0	3,1500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	aloplast	0	3,1500	3
111	Pasta sanfona da A4 c/12 divisórias/cristal (3400)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	13,1600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	13,4300	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	13,4300	3
112	Pasta suspensa na cor parda. Cx c/50. (3401)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	61,7600	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	63,0200	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	polycart	0	63,0200	3
113	Papel almaço pautado. (3402)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CREDEAL	0	0,1000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CREDEAL	0	0,1100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 36/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	panamericana	0	0,1100	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	MEGALIFE	0	0,1100	4
114	Papel cartão (azul claro) (3403)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6800	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,7100	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,7200	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,7200	4
115	Papel Cartão (azul escuro) (3404)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6800	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,7100	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,7200	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,7200	4
116	Papel Cartão (cores variadas). (3405)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6800	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,7100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,7200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 37/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,7200	4
117	Papel celofane (cores variadas) mt. (3406)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CROMUS	0	0,9300	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PILLAR	0	0,9800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	vmp	0	0,9800	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,9800	4
118	Papel duplex rosa. (3407)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4
119	Papel duplex lilás. (3408)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,6500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	0,6700	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	0,6700	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	0,6800	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 38/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Papel micro-ondulado 50x80 (cores variadas). (3409)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	1,5500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	VMP	0	1,5500	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	reipel	0	1,5500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REIPEL	0	1,5500	4
121	Papel oficio A4 - 210x297 (75g/m²) resma. (3410)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SOLCOPY	0	11,7300	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ECOQUALITY	0	11,9700	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SOLCOPY	0	11,9700	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	print papiro	0	11,9700	4
122	Papel pardo 1,20 de largura (rolo c/50 kg). (3411)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	EMBALATREN	0	179,0000	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SAMPA PAPEI	0	179,5500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	TRENTON	0	185,2200	3
123	Percevejo cx c/100 unid. (3412)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PRAYON	0	1,8014	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	1,8084	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 39/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	1,8100	3
124	Pen drive 4 Gb. (3413)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMTEC	0	23,2339	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	KINGSTON	0	22,6089	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	KINGSTON	0	23,2600	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	lexar	0	23,2600	4
125	Pen drive 8 Gb. (3414)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMTEC	0	31,5646	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	KINGSTON	0	32,1592	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	lexar	0	33,2600	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	KINGSTON	0	33,2600	4
126	Perfurador de papel de dois furos, estrutura de metal, escala para ajuste de formato de papel, trava de segurança, tamanho aproximado 15 cm comprimento e 12 cm de largura, 20 Folhas. (3415)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	18,0137	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	18,0100	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	18,0312	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	18,9000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 40/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	Perfurador de papel de dois furos, estrutura de metal, capacidade ate 30-60 folhas. (3416)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	55,5423	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	55,5400	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CAVIA	0	55,5962	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	JOCAR	0	58,0000	4
128	Perfurador de papel grande de dois furos, estrutura de metal, capacidade ate 65 - 100 folhas. c/ régua possicionavel de papel. (3417)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	130,0674	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CAVIA	0	130,0600	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CAVIA	0	130,1935	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DESART	0	136,5000	4
129	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, na cor preta. (3418)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,8460	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	2,9000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	J. STAMP	0	2,9200	4
130	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, na cor azul. (3419)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,8485	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 41/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	2,9000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	J. STAMP	0	2,9200	4
131	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, na cor vermelha. (3420)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,8485	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	2,9000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	J. STAMP	0	2,9200	4
132	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, na cor verde. (3421)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	2,8485	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	PILOT	0	2,9000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	J. STAMP	0	2,9200	4
133	Pincel lixado chato número 10. (3422)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	2,1316	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	2,1200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 42/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	2,1900	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TIGRE	0	2,2300	4
134	Pincel lixado chato número 2. (3423)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	1,4816	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	1,4700	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	1,5200	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TIGRE	0	1,5500	4
135	Pincel lixado chato número 4. (3424)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	1,5103	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	1,5000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	1,5500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TIGRE	0	1,5800	4
136	Pincel lixado chato número 6. (3425)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	1,7206	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	1,7100	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	1,7600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 43/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TIGRE	0	1,8000	4
137	Pincel para contorno número 0. (3426)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	leo & leo	0	5,1618	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LEONORA	0	5,2900	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	COMPACTOR	0	5,3200	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	TIGRE	0	5,4000	4
138	Pistola cola quente pequena. (3427)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FOX LUX	0	14,2683	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	ABB	0	14,5061	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	CLASSE	0	14,7050	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMBALANDO	0	14,8200	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	REND COLA	0	15,5000	5
139	Porta canetas, borracha, cliques, etc. (3428)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	WALEU	0	11,3613	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACRINIL	0	11,3535	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WALEU	0	11,3600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 44/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	WALEU	0	11,7200	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	radex	0	11,9600	5
140	Prancheta acrílica ofício. Prancheta cristal, em plástico poliestireno injetado. Presilha em aço galvanizado, formato:380x240mm. (3429)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	NOVACRIL	0	11,8900	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	DELFITEC	0	12,1300	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	acrimet	0	12,1300	3
141	Quadro metálico/branco liso, 1,20x80cm. (3430)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	BELART	0	144,3906	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BELAARTE	0	144,5820	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STALO	0	144,6900	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	cortearte	0	152,3000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	LOLITA	0	152,3000	5
142	Pasta a/z 28x35x8cmcor Vermelha. (3431)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	10,8600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	11,0800	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 45/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
143	Pasta a/z 28x35x8cmcor Verde. (3432)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	10,8600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	11,0800	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	3
144	Pasta a/z 28x35x8cmcor amarela. (3433)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	10,8600	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	11,0800	3
145	Pasta a/z 28x35x8cmcor preta. (3434)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	10,8600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	11,0800	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	3
146	Pasta a/z 28x35x8cmcor azul. (3435)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	FRAMA	0	10,8600	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	11,0800	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	11,0800	3
147	Régua com 30 cm em alumínio. (3436)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	3,6537	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 46/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MASTERPRIN	0	3,6400	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CIS	0	3,6672	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	3,7500	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	3,8300	5
148	Régua plástica transparente 30 cm (3437)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	WALEU	0	0,6487	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WALEU	0	0,6500	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	WALEU	0	0,6511	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	WALEU	0	0,6700	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	waleu	0	0,6800	5
149	Silicone p/pistola de cola quente pequena. (3438)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	0,4390	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	0,4463	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	RENDCOLLA	0	0,4500	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	JOCAR	0	0,4520	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 47/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	EMBALANDO	0	0,4600	5
150	Tesoura profissional com lamina em aço inox 8", cabo em polipropileno na cor preta. Medidas 275mm de comprimento, 105mm largura e 16m altura. (3439)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LYKE	0	9,7181	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	9,7142	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	9,7500	3
151	Tesoura pequena, sem ponta, 13 cm, revestimento emborrachado, ergonômica adaptada para as mãos das crianças, cores sortidas. (3440)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	DESART	0	1,3842	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	1,3918	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LEO & LEO	0	1,4000	3
152	Tesoura de picotar, grande. (3441)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	LEO LEO	0	45,9452	1
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	jocar	0	45,8819	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WESTERN	0	46,0400	3
153	Tinta alto relevo cores variadas, 35 ml. (3442)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ACRILEX	0	2,5300	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	ACRILEX	0	2,5800	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ACRILEX	0	2,5800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 48/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
154	Tinta guache 250 ml cor verde. (3443)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2740	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3
155	Tinta guache 250 ml cor amarela. (3444)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3
156	Tinta guache 250 ml cor vermelha. (3445)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3
157	Tinta guache 250 ml cor preta. (3446)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3
158	Tinta guache 250 ml cor branca. (3447)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 49/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3
159	Tinta guache 250 ml cor rosa. (3448)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3
160	Tinta guache 250 ml cor azul. (3449)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MARIPEL	0	3,2714	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	ART MAXI	0	3,2800	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	piratininga	0	3,3500	3
161	Tinta spray amarelo 350 ml. (3450)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2100	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSC	0	12,2500	2
162	Tinta spray azul 350 ml (3451)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSC	0	12,2500	2
163	Tinta spray dourado 350 ml. (3452)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 50/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013

Data do Registro: 14/08/2013

Válido até: 14/08/2014

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSC	0	12,2500	2
164	Tinta spray prata 350 ml. (3453)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSC	0	12,2500	2
165	Tinta spray preto 350 ml. (3454)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSC	0	12,2500	2
166	Tinta spray verde 350 ml. (3455)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSC	0	12,2500	2
167	Tinta spray vermelha 350 ml. (3456)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSC	0	12,2500	2
168	Tinta spray marrom 350 ml. (3457)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	CHEMY COLC	0	12,2188	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IMÃ AEROSSC	0	12,2500	2
169	TNT amarelo (50mx1, 40m), rolo. (3458)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63,3500	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 51/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63,8400	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67,2000	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sulbrasil	0	67,2000	5
170	TNT azul (50mx1,40m), rolo. (3459)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63,3333	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63,5000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63,8400	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sulbrasil	0	67,2000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67,2000	5
171	TNT branco (50mx1,40m), rolo. (3460)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63,3333	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63,5000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63,8400	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sulbrasil	0	67,2000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67,2000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 52/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
172	TNT preto (50mx1,40m), rolo. (3461)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63,3333	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63,5000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63,8400	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sulbrasil	0	67,2000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67,2000	5
173	TNT verde (50mx1,40m), rolo. (3462)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63,3333	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63,5000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63,8400	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sulbrasil	0	67,2000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67,2000	5
174	TNT vermelho (50mx1,40m), rolo. (3463)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	SUL BRASIL	0	63,3333	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SANTA FÉ	0	63,5000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANTA FE	0	63,8400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 53/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	sulbrasil	0	67,2000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SANTA FÉ	0	67,2000	5
175	Caixa de correspondência de mesa modelo duplo vertical (acrílico). (3464)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	WALEU	0	27,2632	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACRINIL	0	27,3215	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WALEU	0	27,3400	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	DELFINITEC	0	28,2000	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	acrimet	0	28,7800	5
176	Caixa de Correspondência de mesa modelo triplo (acrílico) (3586)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	WALEU	0	45,5970	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACRINIL	0	45,5960	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WALEU	0	45,6300	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	DELFINITEC	0	47,0700	4
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	acrimet	0	48,0300	5
177	Envelope branco 12x16 (3346)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (6709)	tilibra	0	0,0476	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 54/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	MAXPRINT	0	0,0500	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SCRITY	0	0,0500	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SCRITY	0	0,0500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 55/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	SCRITY	0	0,0772	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 56/56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013**Número do Registro de Preços: 10/2013****Data do Registro: 14/08/2013****Válido até: 14/08/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de material de expediente e Processamento de dados para a Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2013****PROCESSO Nº 15/2013**

(6587) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME

(6593) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME

(6709) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

(6713) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP

(6717) - KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME

Braço do Trombudo, 14 de Agosto de 2013.

Portaria 228/2013

PORTARIA 228/2013.

Estabelece normas para setor de compras e setor de contabilidade.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais

RESOLVE:

As despesas originadas por compras da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo passarão a partir desta data a obedecer a seguinte normativa como segue:

Art. 1º - Solicitação direcionada ao departamento de compras devidamente assinada pelo responsável, com descrição detalhada do que se necessita comprar, indicando a dotação orçamentária (código reduzido da despesa);

Art. 2º - O departamento de compras dará o devido recebimento às solicitações conforme segue:

a) As mercadorias ou serviços licitados emitir a devida Autorização de Fornecimento, geração da nota de empenho e em ato contínuo, encaminhará ao setor de contabilidade para emissão, coleta de assinaturas e o devido arquivamento;

b) As mercadorias ou serviços que dependem de licitação, encaminhar ao setor de licitação para providências;

c) As mercadorias ou serviços que poderão ser adquiridos por compra direta, emitir a devida Autorização de Fornecimento, geração da nota de empenho e em ato contínuo, encaminhará ao setor de contabilidade para emissão, coleta de assinaturas e o devido arquivamento;

Parágrafo Único - A nota Fiscal com o Carimbo de CERTIFICO atestando que as mercadorias foram entregues ou serviços prestados conforme Autorização de Fornecimento terá que estar assinada por servidor devidamente identificado que recebeu ou acompanhou a execução, que a entregará pessoalmente no setor de compras para liquidação da AF (Autorização de Fornecimento) que a encaminhará para o setor de contabilidade para Liquidação do Empenho.

Art. 3º - A contabilidade receberá a Autorização de Fornecimento, desde que cumpridas às determinações do Art. 1º, emitirá a nota de empenho, coletará as assinaturas e as arquivará em pastas próprias, uma para cada dia do mês, onde ficarão aguardando as notas fiscais para liquidação.

Art. 4º - A contabilidade receberá a Nota Fiscal com carimbo de CERTIFICO assinado por servidor devidamente identificado, acompanhada da nota de liquidação da AF pelo setor de compras e liquidará a Nota de Empenho e encaminhará ao Setor de Tesouraria para o devido pagamento.

Art. 5º - O Setor de Tesouraria receberá as Notas de Empenhos, desde que de acordo com as normas dos artigos anteriores e as colocará em relação para pagamento em ordem cronológica, por recurso e efetuará os devidos pagamentos.

Art. 6º - Os pagamentos das Notas de Empenhos estão condicionados a liberação da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art.3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 11 de novembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Portaria 229/2013

PORTARIA Nº 229/2013

CONCEDE LICENÇA

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Valdeci Rosa Meyer, ocupante do cargo de Auxiliar de Serv.Gerais-Trab.Braçal, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pelo período de quinze dias, a partir de 03.10.2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.10.2013.

Braço do Trombudo, em 12 de novembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 21/2013 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23/2013 - FMS

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 21/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que as 08h00min horas do dia 28.11.2013, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL E ETANOL para abastecer a frota da Secretaria da Saúde do Município de Braço do Trombudo, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 13 de novembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 66/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 73/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 66/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min horas do dia 28.11.2013, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de ÓLEO DIESEL para abastecer a bomba da combustível da Prefeitura Municipal do município de Braço do Trombudo, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 13 de novembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 67/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 74/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 67/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 10h00min horas do dia 28.11.2013, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL E ETANOL para abastecer a frota do município de Braço do Trombudo, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.

sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 13 de novembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Pregão Presencial 67/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 74/2013
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 67/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 10h00min horas do dia 28.11.2013, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL E ETANOL para abastecer a frota do município de Braço do Trombudo, na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 13 de novembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Extrato Edital Processo Seletivo 4/2013

Processo Seletivo 04/2013 - Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2013.

O Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 04/2013, nomeada pelo Decreto nº 089/2013, RESOLVE tornar público que se acham abertas, no período de 13/11 A 11/12/2013, as inscrições presenciais ao Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, regidos pelo regime estatutário e nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital sendo as vagas para: Professor (habilitado) 40h, Professor (habilitado) 20h, Professor (habilitado) 10h, Professor (habilitado) Educação Física 40h, Professor (habilitado) Ciências 15h, Professor (não habilitado) 40h cadastro de reserva, Professor (não habilitado) 20h cadastro de reserva, Professor (não habilitado) 40h cadastro de reserva 10h. As provas serão realizadas no dia 15/12/2013. Quanto ao número de vagas, remuneração e atribuições do cargo, bem como maiores informações, consultar o Edital completo publicado no mural e no site oficial da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo,
em 13 de novembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Extrato Edital Processo Seletivo 5/2013

Processo Seletivo 05/2013 - Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 05/2013.

O Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 05/2013, nomeada pelo Decreto nº 089/2013, RESOLVE tornar público que se acham abertas, no período de 12/11 A 11/12/2013, as inscrições presenciais ao Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, regidos pelo regime estatutário e nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital sendo as vagas para: Operador

de Trator Agrícola e Mecânico. As provas serão realizadas no dia 15/12/2013. Quanto ao número de vagas, remuneração e atribuições do cargo, bem como maiores informações, consultar o Edital completo publicado no mural e no site oficial da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo,
em 13 de novembro de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Brunópolis

PREFEITURA

Lei de Responsabilidade Fiscal

ANEXO 1: RELATÓRIO RESUMIDO
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGU-
RIDADE SOCIAL

ANEXO 2: RELATÓRIO RESUMIDO
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO
DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/
SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGU-
RIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111215583900705870

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.382.680,40	11.382.680,40	1.802.976,34	15,84	8.086.945,27	71,05	3.295.735,13
2	RECEITAS CORRENTES	10.412.680,40	10.412.680,40	1.554.215,25	14,93	7.465.654,52	71,70	2.947.025,88
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	596.730,40	596.730,40	41.709,32	6,99	184.663,54	30,95	412.066,86
4	Impostos	512.520,00	512.520,00	35.386,31	6,90	155.071,71	30,26	357.448,29
5	Taxas	84.210,40	84.210,40	6.323,01	7,51	29.591,83	35,14	54.618,57
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	90.000,00	90.000,00	8.883,58	9,87	46.998,24	52,22	43.001,76
8	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	90.000,00	90.000,00	8.883,58	9,87	46.998,24	52,22	43.001,76
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	86.250,00	86.250,00	14.096,05	16,34	78.634,67	91,17	7.615,33
12	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	86.250,00	86.250,00	14.096,05	16,34	78.634,67	91,17	7.615,33
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	5.750,00	5.750,00	50,00	0,87	2.782,50	48,39	2.967,50
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	5.750,00	5.750,00	50,00	0,87	2.782,50	48,39	2.967,50
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	28.750,00	28.750,00	8.546,00	29,73	36.344,13	126,41	-7.594,13
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.591.400,00	9.591.400,00	1.477.816,64	15,41	7.103.572,09	74,06	2.487.827,91
30	Transferências Intergovernamentais	9.252.900,00	9.252.900,00	1.402.852,63	15,16	6.914.706,47	74,73	2.338.193,53
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	338.500,00	338.500,00	74.964,01	22,15	188.865,62	55,79	149.634,38

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111215583900705870

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.800,00	13.800,00	3.113,66	22,56	12.659,35	91,73	1.140,65
37	Multas e Juros de Mora	2.300,00	2.300,00	2.178,31	94,71	7.528,65	327,33	-5.228,65
38	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita da Dívida Ativa	11.500,00	11.500,00	935,35	8,13	5.130,70	44,61	6.369,30
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	RECEITAS DE CAPITAL	970.000,00	970.000,00	248.761,09	25,65	621.290,75	64,05	348.709,25
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	105.000,00	105.000,00	16.000,00	15,24	16.000,00	15,24	89.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	105.000,00	105.000,00	16.000,00	15,24	16.000,00	15,24	89.000,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	865.000,00	865.000,00	232.761,09	26,91	605.290,75	69,98	259.709,25
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	100.000,00	100.000,00	135.261,09	135,26	339.885,75	339,89	-239.885,75
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	765.000,00	765.000,00	97.500,00	12,75	265.405,00	34,69	499.595,00
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	11.382.680,40	11.382.680,40	1.802.976,34	15,84	8.086.945,27	71,05	3.295.735,13
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111215583900705870

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	11.382.680,40	11.382.680,40	1.802.976,34	15,84	8.086.945,27	71,05	3.295.735,13
72	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
73	TOTAL (VII) = (V+VI)	11.382.680,40	11.382.680,40	1.802.976,34	15,84	8.086.945,27	-	-
74	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	441.423,94	-	-	99.002,62	-	-
75	Superávit Financeiro	-	441.423,94	-	-	99.002,62	-	-
76	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
77	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.382.680,40	1.120.459,42	12.503.139,82	1.538.423,03	8.016.805,26	1.689.954,00	7.115.812,07	56,91	5.387.327,75
78	DESPESAS CORRENTES	8.900.480,40	776.607,61	9.677.088,01	1.286.048,06	7.131.399,17	1.414.567,29	6.415.408,64	66,29	3.261.679,37
79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.818.450,00	604.726,77	4.423.176,77	650.645,41	3.142.134,20	651.192,67	3.141.208,94	71,02	1.281.967,83
80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.082.030,40	171.880,84	5.253.911,24	635.402,65	3.989.264,97	763.374,62	3.274.199,70	62,32	1.979.711,54
82	DESPESAS DE CAPITAL	2.442.200,00	343.851,81	2.786.051,81	252.374,97	885.406,09	275.386,71	700.403,43	25,14	2.085.648,38
83	INVESTIMENTOS	2.392.200,00	386.851,81	2.779.051,81	252.374,97	883.281,24	275.386,71	698.278,58	25,13	2.080.773,23
84	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.000,00	-43.000,00	7.000,00	0,00	2.124,85	0,00	2.124,85	30,35	4.875,15
86	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	0,00	40.000,00	-	-	-	-	-	-
87	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-
88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	11.382.680,40	1.120.459,42	12.503.139,82	1.538.423,03	8.016.805,26	1.689.954,00	7.115.812,07	56,91	5.387.327,75
90	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	11.382.680,40	1.120.459,42	12.503.139,82	1.538.423,03	8.016.805,26	1.689.954,00	7.115.812,07	56,91	5.387.327,75
98	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	971.133,20	-	-
99	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	11.382.680,40	1.120.459,42	12.503.139,82	1.538.423,03	8.016.805,26	1.689.954,00	8.086.945,27	-	-

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111215583900705870

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
100	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	14/11/2013	DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS - DOM

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 12/11/2013

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111215583900705870

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.382.680,40	12.503.139,82	1.538.423,03	8.016.805,26	1.689.954,00	7.115.812,07	100,00	56,91	5.387.327,75
2	00001	Legislativa	550.000,00	550.000,00	0,00	289.964,34	0,00	289.964,34	4,07	52,72	260.035,66
3	01031	Ação Legislativa	550.000,00	550.000,00	0,00	289.964,34	0,00	289.964,34	4,07	52,72	260.035,66
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	1.443.100,00	1.959.760,00	252.581,39	1.453.460,90	325.381,08	1.312.648,26	18,45	66,98	647.111,74
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	1.283.100,00	1.842.760,00	252.581,39	1.341.336,05	309.136,58	1.238.324,43	17,40	67,20	604.435,57
14	04123	Administração Financeira	160.000,00	117.000,00	0,00	112.124,85	16.244,50	74.323,83	1,04	63,52	42.676,17
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	25.000,00	28.000,00	2.838,69	22.084,64	4.540,48	20.280,08	0,29	72,43	7.719,92
28	06181	Policimento	25.000,00	28.000,00	2.838,69	22.084,64	4.540,48	20.280,08	0,29	72,43	7.719,92
29	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	310.500,00	614.134,97	57.208,34	430.690,27	74.666,49	392.430,89	5,51	63,90	221.704,08
35	08241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	25.000,00	25.000,00	0,00	22.901,94	0,00	22.901,94	0,32	91,61	2.098,06
38	08244	Assistência Comunitária	285.500,00	589.134,97	57.208,34	407.788,33	74.666,49	369.528,95	5,19	62,72	219.606,02

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111215583900705870

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	00010	Saúde	2.451.630,40	2.735.177,95	622.857,98	2.280.643,18	540.579,31	1.882.103,94	26,45	68,81	853.074,01	
45	10301	Atenção Básica	2.374.130,40	2.573.677,95	612.392,64	2.155.769,91	517.641,47	1.780.728,17	25,02	69,19	792.949,78	
46	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	84.000,00	0,00	84.000,00	14.000,00	63.000,00	0,89	75,00	21.000,00	
47	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	10304	Vigilância Sanitária	77.500,00	77.500,00	10.465,34	40.873,27	8.937,84	38.375,77	0,54	49,52	39.124,23	
49	10305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	00012	Educação	3.092.950,00	3.004.586,90	337.727,42	1.818.674,55	327.397,55	1.733.977,53	24,37	57,71	1.270.609,37	
57	12361	Ensino Fundamental	2.840.950,00	2.700.711,42	291.715,20	1.650.069,96	299.976,52	1.604.819,99	22,55	59,42	1.095.891,43	
58	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	12363	Ensino Profissional	0,00	7.200,00	0,00	6.540,00	1.100,00	5.440,00	0,08	75,56	1.760,00	
60	12364	Ensino Superior	70.000,00	102.000,00	33.660,00	97.790,00	17.753,38	68.090,00	0,96	66,75	33.910,00	
61	12365	Educação Infantil	182.000,00	194.675,48	12.352,22	64.274,59	8.567,65	55.627,54	0,78	28,57	139.047,94	
62	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	12367	Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	00013	Cultura	20.000,00	20.000,00	1.250,08	4.257,74	2.621,74	4.257,74	0,06	21,29	15.742,26	
65	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	13392	Difusão Cultural	20.000,00	20.000,00	1.250,08	4.257,74	2.621,74	4.257,74	0,06	21,29	15.742,26	
67	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	00015	Urbanismo	1.679.500,00	1.595.908,00	206.689,99	1.125.467,92	220.363,18	942.500,52	13,25	59,06	653.407,48	
72	15451	Infra-Estrutura Urbana	1.679.500,00	1.595.908,00	206.689,99	1.125.467,92	220.363,18	942.500,52	13,25	59,06	653.407,48	
73	15452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	16482	Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	00017	Saneamento	519.000,00	806.886,98	2.331,50	164.636,26	36.756,69	152.442,99	2,14	18,89	654.443,99	
79	17511	Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	17512	Saneamento Básico Urbano	219.000,00	669.886,98	0,00	54.441,98	8.650,00	47.880,23	0,67	7,15	622.006,75	

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111215583900705870

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17544	Recursos Hídricos	300.000,00	137.000,00	2.331,50	110.194,28	28.106,69	104.562,76	1,47	76,32	32.437,24
82	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
83	18541	Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00020	Agricultura	575.000,00	742.500,00	44.856,05	319.738,40	133.360,33	311.132,88	4,37	41,90	431.367,12
93	20601	Promoção da Produção Vegetal	575.000,00	742.500,00	44.856,05	319.738,40	133.360,33	311.132,88	4,37	41,90	431.367,12
94	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20606	Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	00022	Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
104	22661	Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
105	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	00023	Comércio e Serviços	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
110	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23695	Turismo	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
115	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	00025	Energia	125.000,00	125.000,00	1.343,19	93.083,16	18.282,15	67.387,40	0,95	53,91	57.612,60
119	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25752	Energia Elétrica	125.000,00	125.000,00	1.343,19	93.083,16	18.282,15	67.387,40	0,95	53,91	57.612,60
121	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111215583900705870

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	00026	Transporte	460.000,00	240.185,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.185,02
124	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	26782	Transporte Rodoviário	460.000,00	240.185,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.185,02
126	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00027	Desporto e Lazer	75.000,00	25.000,00	8.738,40	14.103,90	6.005,00	6.685,50	0,09	26,74	18.314,50
130	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	27812	Desporto Comunitário	75.000,00	25.000,00	8.738,40	14.103,90	6.005,00	6.685,50	0,09	26,74	18.314,50
132	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
142		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BRUNOPOLIS/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.613.853/0001-61

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A OUTUBRO DE 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

CVA: 2013111215583900705870

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

165	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172		TOTAL (III) = (I + II)	11.382.680,40	12.503.139,82	1.538.423,03	8.016.805,26	1.689.954,00	7.115.812,07	100,00	56,91	5.387.327,75

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte:

Nota:

BRUNOPOLIS, 12/11/2013

ADEMIL ANTÔNIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 773.848.819-00

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
CPF.: 405.151.849-34

MARCELO BUENO RIBEIRO
CONTADOR
CRC.: 032837/O-1

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.789 - Nomeia Comissão Central Organizadora- Cco

DECRETO nº 5.789, de 08 de novembro de 2013.

Nomeia Comissão Central Organizadora- CCO dos 80 anos de Emancipação Politico-Administrativa do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Central Organizadora - CCO, dos Festejos dos 80 anos de Emancipação Político-Administrativa do Município de Caçador, na forma que segue:

PRESIDENTE: Henrique Luis Basso

COMISSÃO EXECUTIVA:

Allex Atolini
Claudinei Bertotto
Fahdo Thome Neto
Gilberto Nicolau Haudsch
João Paulo Debarba
Leonardo Antunes
Leandro Baretta
Mario Luiz Cachinski
Vitor Hugo Bazeggio

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Homologação da Classificação Final do Edital de Remoção 04/2013

HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE REMOÇÃO 04/2013

Auxiliar de Biblioteca

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	PONTOS OBTIDOS
1º	NILZA DE SOUZA CARVALHO	20 H	4000

Especialista em assuntos Educacionais (Orientação)

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	PONTOS OBTIDOS
1º	TEREZINHA APª F. BALDICERA	40H	7125
2º	EMA CRISTINA D'AGOSTINI	20H	5650
3º	CLECI FAGA-NELLO	20H	4195

Especialista em assuntos Educacionais (Administração)

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	PONTOS OBTIDOS
1º	ROSILENE ZARDO	20 H	4195

Professor de Educação Infantil - Pré Escolar

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	PONTOS OBTIDOS
1º	JANE MARISTELA DOS SANTOS	40H	5655
2º	MICHELLE DE SOUZA SANTOS	20H	5655
3º	ADRIANA REGINA FAORO	20H	4195
4º	DILMA BUENO OLIVEIRA GOMES	20H	2555
5º	ADELINA SALETE KOWALCZYK	20H	1060

Desempate conforme item 3.2 do edital 04/2013

Professor de História

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	PONTOS OBTIDOS
1º	DIRCEU RIBEIRO DE MELLO	12H	5648

Professor de Inglês

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	PONTOS OBTIDOS
1º	PAULO SÉRGIO DE MORAES	34H	2555

Professor de Língua Portuguesa

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	PONTOS OBTIDOS
1º	ADRIANA APª DENIZ SANCHES	10H	3010
2º	SCHEILA BALBINOTTO	10H	2555
3º	LUCIANA GRANEMANN SOUZA TRAMENTINA	08H	2555

Professor de Artes

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	PONTOS OBTIDOS
1º	DANIELA DA SILVA	30H	2183
2º	IONE MARIA CHIARELLO	12H	1640

Professor de Matemática

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	PONTOS OBTIDOS
1º	MARA LIPKA	40H	5648

Professor de Educação Física

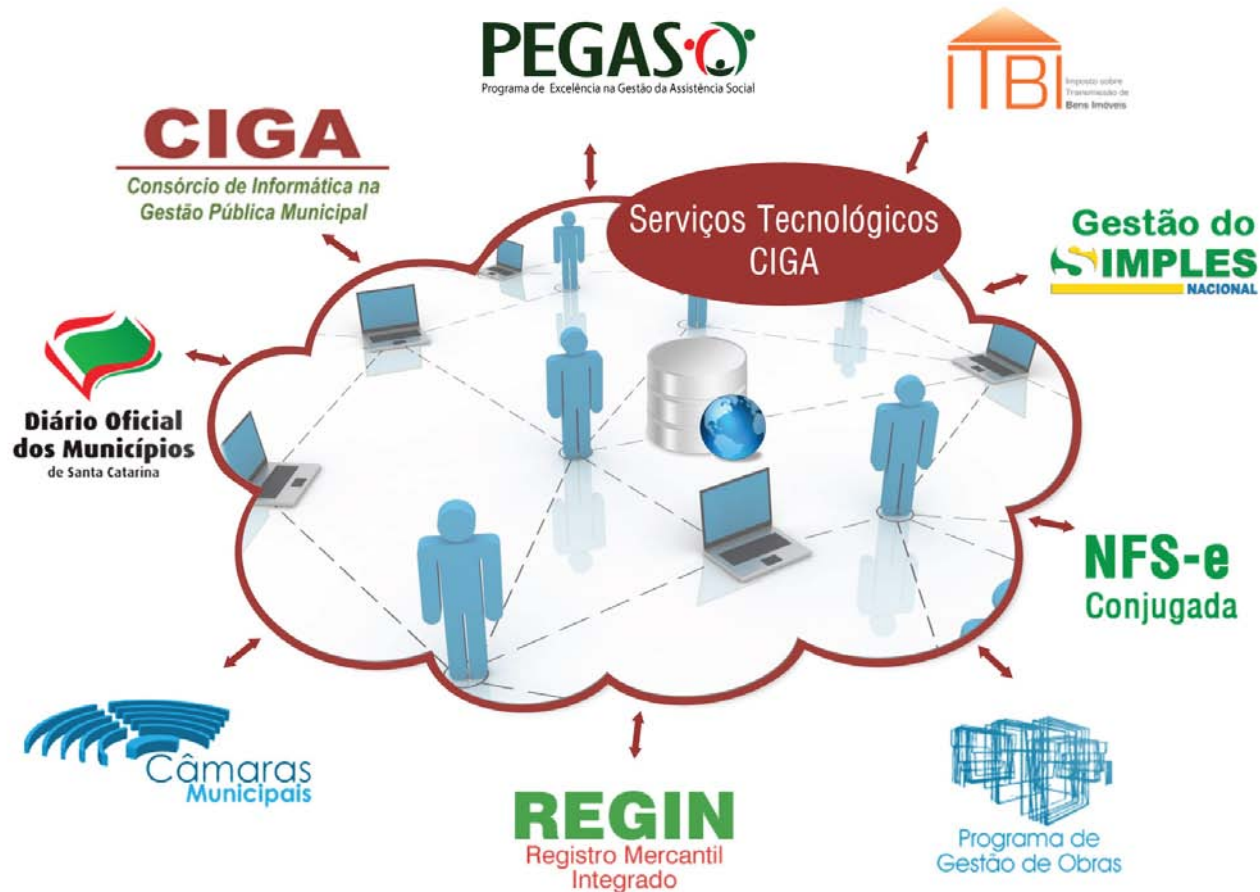
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	CARGA HORÁRIA	PONTOS OBTIDOS
------------------------	------	---------------	----------------

1º	ADRIANA VALÉ- RIA CECILIATO AZAMBUJA	39H	6736
----	--	-----	------

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de Novembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

ALDONIR ANCIUTI
Secretário Municipal de Educação



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Notificação de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1716/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM4113	55694174D	6726/1	10/09/2013	230 * XVIII
DDJ1352	55698761D	6599/2	20/10/2013	230 * V
HRN6333	55700621D	5010/0	23/09/2013	162 * I
HRN6333	55700622D	5118/0	23/09/2013	164 c/c 162 * I
HSQ4397	55703493D	6920/0	23/09/2013	233
LYA0978	55703498D	6920/0	24/09/2013	233
LYH2073	55703499D	6920/0	24/09/2013	233
LYH5993	55482595C	5010/0	16/10/2013	162 * I
LYH5993	55482596C	6599/2	16/10/2013	230 * V
MBN4875	54150375D	6599/2	09/10/2013	230 * V
MCC0524	55704009D	5010/0	04/09/2013	162 * I
MCR7193	54150538D	5010/0	08/10/2013	162 * I
MCR7193	54150539D	6556/1	08/10/2013	230 * I
MFL1967	55703911D	6599/2	12/10/2013	230 * V
MFL1967	55703912D	5045/0	12/10/2013	162 * V
MFL1967	55703913D	5169/1	12/10/2013	165
MGM5589	55951685B	5010/0	23/10/2013	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1717/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM4113	55694175D	5525/0	10/09/2013	181 * XV
AIZ7159	55700061D	5207/0	21/09/2013	169
AOX6295	54150078D	7366/2	10/10/2013	252 * VI
HRN6333	54149994D	5509/0	18/09/2013	181 * XIII
HRN6333	55700623D	5185/1	23/09/2013	167
IGK4491	54150294D	5835/0	13/10/2013	195
LZZ0797	54150295D	5541/1	15/10/2013	181 * XVII
MAR8557	54150353D	5460/0	17/09/2013	181 * IX
MEB1307	55698714D	6050/1	12/10/2013	208
MED6322	54150079D	5967/0	10/10/2013	203 * V
MEY4785	54150176D	7366/2	10/10/2013	252 * VI
MGJ6243	54150354D	5541/2	19/09/2013	181 * XVII
MHU8910	54150179D	5819/1	10/10/2013	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1718/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAQ9736	55700186D	5169/1	30/06/2013	R\$ 1.915,38	165
AEP9586	55699631D	6599/2	01/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
AGI7341	55107437C	5169/1	07/07/2013	R\$ 1.915,38	165
AGU2747	55480500C	6726/1	09/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
AJT9421	55696830D	6599/2	02/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
AJT9421	55696831D	5010/0	02/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
AVL9998	55696848D	6912/0	02/08/2013	R\$ 53,20	232
BHO8734	55700108D	6920/0	03/07/2013	R\$ 127,69	233
BOD1095	54149730D	6599/2	08/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
IHI7975	54149125D	6670/0	06/07/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
ISH2839	55696829D	6912/0	01/07/2013	R\$ 53,20	232
LOC2972	54149128D	6599/2	17/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXQ0199	55703408D	6920/0	08/08/2013	R\$ 127,69	233
LYL0988	55693558D	5010/0	09/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYL0988	55693559D	6599/2	09/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZG9777	55696775D	5169/1	08/07/2013	R\$ 1.915,38	165
MAS3358	55699208D	6610/2	10/08/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAS3358	55699209D	6912/0	10/08/2013	R\$ 53,20	232
MAS3358	55703853D	6700/0	10/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MAS3358	55703854D	6637/2	10/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MBX5657	55699850D	6920/0	01/07/2013	R\$ 127,69	233
MCO7483	55693743D	5010/0	30/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCO7483	55693744D	5061/0	30/06/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDE9333	55700193D	6599/2	15/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDI1234	54149775D	6599/2	28/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDN6105	55693560D	6599/2	06/09/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDN6105	55693561D	5010/0	06/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDN6105	55693562D	6653/1	06/09/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MEJ5917	54149276D	6556/5	07/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MEQ7344	55951329B	6599/2	12/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFB1707	55699661D	6599/2	27/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGZ7531	55693965D	5169/1	01/06/2013	R\$ 1.915,38	165
MHJ5473	54149805D	6599/2	30/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIK3616	55700145D	6920/0	02/08/2013	R\$ 127,69	233
MKI7167	55699186D	5010/0	02/07/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1719/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAQ9736	55700187D	5720/0	30/06/2013	R\$ 127,69	186 * I
AGU2747	55480499C	5347/0	09/08/2013	R\$ 85,12	178
AKB3315	55699184D	5525/0	02/07/2013	R\$ 85,12	181 * XV
ARO6007	54149521D	5541/2	21/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DUH6248	54147650D	5738/0	25/05/2013	R\$ 191,53	186 * II
JPM6230	54149444D	5541/2	06/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY6029	55696833D	5541/6	05/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEQ0685	54149479D	5541/1	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP7020	54149760D	5738/0	13/06/2013	R\$ 191,53	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1720/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM9833	55700508D	5169/1	29/09/2013	165
ACC0107	54150330D	5010/0	08/10/2013	162 * I
ACC4250	54150406D	5045/0	23/10/2013	162 * V
AJP9429	54149149D	5045/0	29/09/2013	162 * V
ALC9323	54150675D	6670/0	24/10/2013	230 * XIII
BNP9325	54150381D	6599/2	23/10/2013	230 * V
GWT3883	54150655D	6599/2	14/10/2013	230 * V
GWT3883	54150656D	5045/0	14/10/2013	162 * V
HPI4953	54150148D	6599/2	22/09/2013	230 * V
HPI4953	55700204D	6920/0	25/09/2013	233
ICW9622	55699794D	6599/2	20/10/2013	230 * V
ICW9622	55699795D	5010/0	20/10/2013	162 * I
ICW9622	55704027D	5169/1	20/10/2013	165
JNK2057	55700229D	6920/0	08/10/2013	233
LXN2737	55700231D	6920/0	14/10/2013	233
LXU4677	55694181D	5169/1	08/10/2013	165
LYA5816	55700721D	6599/2	23/10/2013	230 * V
LYY3678	55700211D	6920/0	01/10/2013	233
LZH5799	54150343D	6599/2	28/10/2013	230 * V
MBZ5561	55700220D	6920/0	14/10/2013	233
MGE0812	54150522D	6670/0	30/09/2013	230 * XIII
MKJ6606	55482589C	5169/1	30/09/2013	165
MKJ6606	55482590C	6912/0	30/09/2013	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1721/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIY3617	55700504D	5525/0	28/09/2013	181 * XV
ALC2604	54150609D	5541/2	24/10/2013	181 * XVII
ALC9323	54150676D	5193/0	24/10/2013	168
IIM3985	54150091D	5185/1	17/10/2013	167
LZH5799	54150341D	5819/1	28/10/2013	193
MCA6441	54150350D	5541/2	28/10/2013	181 * XVII
MEN6203	54150337D	5541/2	26/10/2013	181 * XVII
MES2124	54150671D	5509/0	24/10/2013	181 * XIII
MFK5795	54150260D	5193/0	29/09/2013	168
MGL0629	54150754D	5541/2	25/09/2013	181 * XVII
MHR2785	54150144D	5541/6	19/09/2013	181 * XVII
MJQ7364	54149147D	5541/1	23/09/2013	181 * XVII
MLC6491	54150507D	6050/1	29/09/2013	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1722/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEV9848	55694171D	5010/0	20/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
AGF1712	55703414D	6920/0	09/08/2013	R\$ 127,69	233
AIZ3405	55703413D	6920/0	09/08/2013	R\$ 127,69	233
AKC4929	55700045D	5045/0	11/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
ARM5344	55694172D	6599/2	20/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
ATC1952	54150020D	5010/0	19/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
ATC1952	54150021D	6599/2	19/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
BHP2094	55703422D	6920/0	13/08/2013	R\$ 127,69	233
LXN4754	55693188D	6637/2	12/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LZG9777	55482573C	5010/0	08/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZH4838	54149449D	6599/2	08/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZJ5847	55693191D	5010/0	16/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZW4674	54149819D	5045/0	27/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MAO5824	55703535D	6599/2	12/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBN0731	55476582C	6920/0	15/07/2013	R\$ 127,69	233
MBN0731	55693484D	6556/5	12/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBW1218	55693973D	6912/0	11/08/2013	R\$ 53,20	232
MCJ0274	55699189D	6599/2	11/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDC2271	54149773D	6599/2	18/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDD2570	55703908D	6599/2	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDD2570	55703909D	5010/0	11/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDG9475	55696783D	5010/0	28/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDG9475	55696784D	6599/2	28/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDG9475	55696785D	5118/0	28/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEF3047	55700660D	6599/2	15/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEF3047	55700662D	5118/0	15/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEF3047	55700663D	5010/0	15/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MET4459	55703802D	5010/0	10/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFQ8586	55703722D	6912/0	11/09/2013	R\$ 53,20	232
MIL2804	55696777D	6912/0	28/08/2013	R\$ 53,20	232
MIM6190	55700019D	6599/2	15/08/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1723/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGU8744	55699779D	5509/0	15/08/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
AJP8607	54150064D	5541/2	20/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ANM9274	54149450D	5460/0	11/08/2013	R\$ 85,12	181 * IX
ARR2315	54150307D	5541/6	10/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
COT0201	55700047D	5207/0	11/09/2013	R\$ 53,20	169
DDQ0624	54149831D	5541/2	10/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXL5132	54149447D	5835/0	08/08/2013	R\$ 127,69	195
LXL5132	55693193D	5193/0	24/08/2013	R\$ 191,53	168
LYU3082	54149816D	5509/0	09/07/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MCG4055	54150024D	5185/1	21/08/2013	R\$ 127,69	167
MCV5255	54149517D	5541/2	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCV6510	54149978D	5452/2	19/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCZ0862	55696779D	5207/0	28/08/2013	R\$ 53,20	169
MFI0305	54149830D	5541/2	10/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP9389	55480427C	5193/0	23/08/2013	R\$ 191,53	168
MIM2728	54149776D	5185/1	07/08/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Edital de Audiência Pública Nº 05/2013.**

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 05/2013.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais munícipes, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 25 de novembro de 2013, às 19h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez, sito à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 082/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA, para o período de 2014 a 2017, e dá outras providências.

Caçador, em 08 de novembro de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,
Presidente da CMC.RICARDO PELEGRINELLO,
Presidente da CFOCM.**IPASC****Portaria N.º 649, de 08 de Novembro de 2013**

PORTARIA n.º 649, de 08 de novembro de 2013.

Concede Pensão a ERENILDA RAMOS RIBEIRO.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso I, § 7º, do Art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional n.º 41, de 31/12/03,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder pensão por morte ERENILDA RAMOS RIBEIRO, Matrícula 5947, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal inativo ALINOR ALVES RIBEIRO, Matrícula 3.152, falecido em 27/10/2013, na espécie com paridade, com benefício integral no valor de R\$ 1.289,19 (hum mil, duzentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 01 de novembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 08 de novembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN
DIRETOR PRESIDENTE.ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
DIRETORA ADMINISTRATIVA.**Camboriú****PREFEITURA****PR 76/13 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 076/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PARA COLETA DE LIXO RECICLÁVEL EM DIVERSAS RUAS, ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº2320/2011, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Novembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 77/13 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA E EMISSÃO DE LAUDOS DE INSALUBRIDADE E/OU PERICULOSIDADE PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, TENDO EM VISTA O AUMENTO DA DEMANDA DE PERÍCIAIS MÉDICAS E VISANDO O CUMPRIMENTO DO ARTIGO Nº90 DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº039/2013.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Novembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 12 de Novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 78/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS Á DISTÂNCIA, POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO DIGITAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Novembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 79/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 079/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS AO PREPARO DA ALIMENTAÇÃO PARA CONSUMO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 10:00 horas do dia 02 (Dois) de Dezembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 13 de Novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 8.024 de 12 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.024 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.01 - Coordenadoria de Cultura

13.392.0082.2.017 - Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339030.00.136 - Serviços de Terceiros - Material de Consumo R\$ 10.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.01 - Coordenadoria de Cultura

13.392.0082.2.017 - Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

12 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

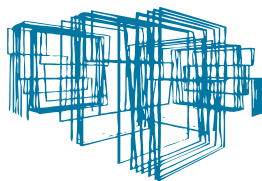
Decreto Nº 8.026 de 13 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.026 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 6.337 DE 03 DE JANEIRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º do Decreto nº 6.337 de 03 de janeiro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Nomear a Srª. ROSILENE IDALENCIO, para ocupar a função de Conselheira Tutelar, com a remuneração de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) mensais, conforme Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, a partir de 03 de janeiro de 2011 à 01 de janeiro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de novembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.027 de 13 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 8.027 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013
ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 6.338 DE 03 DE JANEIRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º do Decreto nº 6.338 de 03 de janeiro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Nomear a Srª. IVANIR NARLOCH LARSON, para ocupar a função de Conselheira Tutelar, com a remuneração de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) mensais, conforme Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, a partir de 03 de janeiro de 2011 à 01 de janeiro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de novembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.028 de 13 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 8.028 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013
ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 6.339 DE 03 DE JANEIRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º do Decreto nº 6.339 de 03 de janeiro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Nomear a Srª. PAULA ROSELIANE CORDEIRO DA CRUZ WALDMANN, para ocupar a função de Conselheira Tutelar, com a remuneração de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) mensais, conforme Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, a partir de 03 de janeiro de 2011 à 01 de janeiro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de novembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.029 de 13 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 8.029 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013
ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 6.340 DE 03 DE JANEIRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º do Decreto nº 6.340 de 03 de janeiro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Nomear o Sr. LUIZ TADEU VALÉRIO MUNHOZ, para ocupar a função de Conselheiro Tutelar, com a remuneração de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) mensais, conforme Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, a partir de 03 de janeiro de 2011 à 01 de janeiro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de novembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.375 de 12 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.375 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a servidora pública municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I na função de Auxiliar de Serviços Gerais - RENY FÁTIMA FERREIRA REISER, Matrícula Funcional nº 000065, Registro no Sistema sob nº 293860, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2011 à 31 de outubro de 2012, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de abril de 2013.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de novembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.376 de 12 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.376 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (cinco) dias de férias ao Servidor Público, ocupante do cargo público na função de Agente Administrativo II, PATRICK ONGHERO, Matrícula Funcional nº 000609, Registro no Sistema sob nº 954897, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 01 de abril de 2013 à 05 de abril de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2013.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.914 de 28 de março de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de novembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.377 de 12 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.377 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013
DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art.1º) Designar o Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social - CAROLINA DA COSTA TELMA, Portadora do CPF/MF nº 061.299.189-09, CI nº 4.593.134 - SSP/SC, Registro no Sistema sob nº 955161, para ser a representante do Município de Campo Alegre/SC, junto à SDH - Secretaria de Direitos Humanos.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de novembro de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br

Pregão 101/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº. 101/2013

O objeto desta licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição imediata e conforme necessidade de materiais e equipamentos de informática para Secretaria Municipal de Educação, escolas e creches da rede municipal de ensino, conforme tabela abaixo.

- Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 28/11/2013, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário Estimado (R\$)	Preço Total Estimado (R\$)
01	3	peça	Suporte para projetor universal de teto articulável 20cm.	97,00	291,00
02	3	peça	Tela para projeção de parede retrátil. Tamanho: 1,80m x 1,80m.	374,50	1123,50
03	1	peça	Access point com 3 antenas. 300 mbps.	197,00	197,00
04	3	unid	Cabo VGA 20m.	80,95	242,85
05	15	conj	Computador com gabinete ATX, processador CORE-3240 3.4GHz 6MB, mother P8H61 com pci, memória DDR3 4GB 1333MHz, HD de 500GB SATA III. Drive leitor e gravador de CD e DVD. Placa de som/vídeo/rede. Sistema operacional: Windows 8 PRO 64 bits OEM. Incluso: teclado alfanumérico PS/2, com 104 teclas, padrão ABNT 2, mouse PS/2 óptico com scroll roller e caixas de som.	1.750,00	26.250,00
06	15	peça	Monitor LED de 18"	450,00	6.750,00
07	11	unid	Notebook, tela 14", com processador CORE i3 2328M, 6GB de memória RAM, HD de 500GB e sistema operacional Windows 7 PRO.	2050,00	22.550,00
08	25	peça	Pendrive 8GB	25,00	625,00
09	14	peça	Mouse óptico – sistema plug & play, scroll roller.	18,00	252,00
10	15	peça	Estabilizador, potência 1.000 KVA.	175,00	2625,00
TOTAL ESTIMADO					R\$ 60.906,35

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação do mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 101/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 14 de novembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3.957/13 Autoriza Permuta de Imóvel do Município com Proprietário João Orlando Santos Neto

LEI Nº 3.957/2013 DE 07/11/2013

AUTORIZA PERMUTA DE IMÓVEL DO MUNICÍPIO COM PROPRIETÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o município de Campos Novos, inscrito no CNPJ sob nº 80.630.098/0001-08, autorizado a permutar com João Orlando Santos Neto, brasileiro, portador do CPF sob nº 004.792.979-08, parte do imóvel urbano com área total de 18.178,63m² (dezoito mil cento e setenta e oito metros e sessenta e três metros quadrados), localizado na Rua Padre Alfredo Trincherro, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 2.475.

Art. 2º. O Município cederá a área de 360,58m² (trezentos e sessenta metros e cinquenta e oito centímetros quadrados), do terreno matriculado sob nº 2.475, identificada no mapa anexo como área nº 1.

Art. 3º. O permutante João Orlando Santos Neto cederá ao município, a área de 360,58m² (trezentos e sessenta metros e cinquenta e oito



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

centímetros quadrados), do terreno matriculado sob nº 16.405, identificada no mapa como área nº 2.

Art. 4º. Com a permuta das áreas mencionadas nos artigos 2º e 3º, o imóvel do município de Campos Novos, matriculado sob o nº 2.475 passará ater as seguintes confrontações:

Norte: com terreno de João Orlando Santos Neto em 187,97 metros;

Sul: com terreno de João Orlando Santos Neto em 73,67 metros;

Leste: com terreno de João Orlando Santos Neto em 155,99 metros;

Oeste: com terreno de João Orlando Santos Neto em 65,29 metros.

Art. 5º. Os encargos decorrentes da permuta serão suportados pela dotação orçamentária vigente.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 07 de novembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.846/13 Nomeia Membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

DECRETO Nº 6.846/13 DE 11/11/2013

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme o Art. 22 da Lei Complementar Nº 04 de 03/03/2011, que institui o Plano Municipal de Habitação e Interesse Social,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas abaixo, para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

I - Titulares do Conselho Municipal de Habitação de Campos Novos

Ivonete Sernajoto Trombeta

Diógenes Zoldan

Cristiane Carezia

Pedrinho Cruz

Antônio Freitas Primo

Juliana Aisi Berger Cenci

II - Representantes das Associações de Moradores

Titular: Adão Luiz Viater

Suplente: Rodrigo Tesck

III - Representantes da ACIRCAN

Titular: Ademir Bebber

Suplente: Alexandre Alvadi Didomênico

IV - Representantes do Rotary Centro

Titular: Gustavo Conrado Gonçalves

Suplente: Cayton Nilberton Moraes

V - Representantes do Lions Clube Centenário

Titular: Ademir Alberto Zanatta

Suplente: Sergio Urban

VI - Representantes da CDL

Titular: Lucimara Tormen Kemer

Suplente: Vilmair de Fátima Macedo Delfes

VII - Representantes do Sindicamp

Titular: Ivo Arnildo Moreira

Suplente: Nilva Fabro Sarmento

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, será a partir da data da expedição deste até 26 de março de 2016.

Parágrafo único. A possibilidade de recondução dos membros do FMHIS será estabelecida no Regimento Próprio.

Art. 3º - A função dos Membros nomeados conforme Artigo 1º, não será remunerado, e sua participação será considerada de relevante interesse público.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 6.703/13 de 27/03/2013.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto, em 11 de novembro de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Moção Nº 76/2013

MOÇÃO Nº 76/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, por meio de um dos seus representantes Legal, o Vereador Ricardo Damasio manifesta integral e irrestrita parabenização ao

“TENENTE RODRIGO STADTLOBER PEDROSO - 3ª COMPANHIA DA POLÍCIA MILITAR DE CAMPOS NOVOS”

Venho por meio deste, parabenizar o trabalho desenvolvido junto à comunidade camponovense, em especial pelo fato de ser o 1º Oficial a se destacar pela Polícia Militar de Campos Novos e também pela exemplar organização nos serviços realizados com preocupação, desempenho, e dedicação garantindo melhorias em prol da segurança do Município, seu trabalho é de grande valia e importância para nossa Cidade.

Assim sendo, reitero nossas congratulações e desejo sorte no decorrer de sua caminhada, que podemos afirmar que será de um talento e brilho constante na jornada que virá à trilhar. Sem mais para o momento colocamos-nos a disposição.

Sala das Sessões, em 04/11/2013.

RICARDO DAMÁSIO

Vereador PP

Moção Nº 77/2013

MOÇÃO Nº 77/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de um dos seus representantes Legal, Vereador Ricardo Damásio manifesta integral e irrestrita parabenização a Senhora

“RITA DE CÁSSIA STEFANES SILVESTRIN ZOLDAN”

Pelo seu trabalho realizado junto a comunidade camponovense, em especial, pela organização da “Sessão Solene em Homenagem aos Idosos” a qual foi realizada no dia 31 de outubro de 2013, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, parceria esta com o Conselho Municipal de Direitos dos Idosos - CMDI.

É muito bom podermos contar com pessoas assim como você, corajosa, entusiasta, batalhadora e dedicada as questões sociais. Agradecemos e parabenizamos em nome dos cidadãos camponovenses pela competência e seriedade com a qual sempre conduziu seus trabalhos.

Temos orgulho e ficamos imensamente agradecidos pela sua dedicação à nosso Município, em especial a questão da valorização dos idosos.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações e desejamos sucesso na continuidade de seus trabalhos e nos futuros eventos.

Sala das Sessões, em 04/11/2013.

RICARDO DAMÁSIO

Vereador PP

Moção Nº 78/2013

MOÇÃO Nº 78/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a empresa ANATEL a seguinte

“MOÇÃO DE REPUDIO”

O Poder Legislativo Municipal, através de seus representantes legais manifesta integral e irrestrito repudio a qualidade dos serviços

prestados pelas operadoras de telefonias existentes. Temos em nossa região diversos problemas, entre eles: Ausência e interrupção de sinal, ligações não completadas, cobranças indevidas, com frequência usuários dos serviços procuram a Casa de Leis relatando indignação quanto aos serviços prestados pelas referidas operadoras. “Há um entendimento de que realmente as operadoras não atendem com eficiência os serviços que vendem e precisamos zelar pelo direito do consumidor. “Não há como ficar silente”. Contamos com um providência urgente por parte da empresa ANATEL para que seja sanados este constantes problemas.

Sala das Sessões, em 05/11/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Vice-Presidente

NELSON CARAFA

1º Secretário

RUI JORGE TOMAZONI

Vereador

ADAVILSON TELLES

Vereador

JOCIL PEDRO PEREIRA

Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

Vereador

RICARDO DAMÁSIO

Vereador

Moção Nº 79/2013

MOÇÃO Nº 79/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de Campos Novo-SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido dos vereadores Dirceu José Kaiper (Pé), José Tadeu Guzatti e Nelson Carafa manifesta integral e irrestrita parabenização à

“Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos - COPER-CAMPOS”

É com grande satisfação que vimos através deste parabenizar a Copercampos, pela passagem dos seus 43 anos.

Fundada no dia 08 de novembro de 1970, com a iniciativa de 100 produtores que acreditaram no projeto de constituição de uma cooperativa que hoje é referência no setor Agropecuário no Estado de Santa Catarina. Para o nosso Município esta cooperativa tornou-se parte de muitas famílias camponovenses, participando do desenvolvimento de Campos Novos ano a ano, com mais de 40 unidades distribuídas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, com 1.058 associados e mais de 800 funcionários.

Outrossim, parabenizamos a todos os diretores, funcionários, associados, terceirizados e demais membros desta cooperativa que de uma forma ou de outra são os responsáveis pelo desenvolvimento desta empresa, que se tornou ao longo dos anos de uma grandiosa valia para o nosso Município e região, e manifestamos aqui protestos de elevada estima e consideração, desejando pleno sucesso na continuação

desta história que há de perdurar por muitos e muitos anos.

Sala das Sessões, em 05/11/2013.
DIRCEU JOSÉ KAIPER
Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI
Vice-Presidente

NELSON CARAFA
1º Secretário

RUI JORGE TOMAZONI
Vereador

ADAVILSON TELLES
Vereador

JOCIL PEDRO PEREIRA
Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI
Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR
Vereador

RICARDO DAMÁSIO
Vereador

Canoinhas

PREFEITURA

Edital de Credenciamento Nº 12/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 12/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que fará realizar o credenciamento para autorização de uso a título precário da área externa do Prédio da Prefeitura, no período de 01 de dezembro de 2013 a 10 de janeiro de 2014, durante as festividades natalinas, para instalação de iluminação Natalina e exploração de publicidade (01 credenciado). Início de recebimento dos documentos para credenciamento 19/11/2013 a partir das 08h00min. Classificação por ordem de protocolo. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 14h00min, através do telefone n.º (47) 3621-7705, ou ainda diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 2-70/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-70/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 58/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 10/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-70/2013 referente ao contrato n.º PMC 70/2013. Data do Aditivo: 12/08/2013. Objeto Contratado: REFORMA DA ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO ESTÁDIO MUNICIPAL BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO. Contratada: SICOL INSTALADORA ELÉTRICA LTDA EPP, CNPJ: 83.189.084/0001-80. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 12/08/2013, passará a ser até 11/10/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº FMAS 06/2013

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 09/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 06/2013
O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28 de Novembro de 2013, às 10h05min, a abertura das propostas para AQUISIÇÃO DE 465 CESTAS BÁSICAS DESTINADAS ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PELOS CRAS. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/Presidente do Fundo

Republicação de Edital de Pregão Presencial N.º FMAS 04/2013

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 07/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 04/2013
REPUBLICAÇÃO
O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03 de dezembro de 2013, às 11h05min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA READEQUAÇÃO DE SISTEMAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DAS CASAS DE PASSAGEM CANAÃ E SANTA CLARA E DO LAR DO IDOSO. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/Presidente do Fundo

Edital 13/FCC/2013

EDITAL 13/FCC/2013
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

A Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que encontram-se abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, para atuarem no ano de 2014 junto à esta Fundação.

DAS INSCRIÇÕES

O processo de inscrição dar-se-á no período de 18 de novembro e 04 de dezembro de 2013, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, nas dependências da Casa da Cultura, com endereço a Rua Major Vieira, nº 307 – Centro - Fone (47) 3622 – 1982 (informações) - Canoinhas-SC;

No ato da inscrição, o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição (Anexo IV) com letra de forma, de maneira clara e sem rasuras, a qual será protocolada - e apresentar os seguintes documentos:

Fotocópia do Documento de Identidade – RG e CPF;
Comprovante de escolaridade;
Comprovantes de participação em cursos de aperfeiçoamento na área específica da inscrição - para cômputo de horas;
Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP e declarações de

tempo de serviço – para pontuação do tempo de serviço.

O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados, acompanhados dos originais;

Não será realizada a inscrição do candidato que no ato não apresentar todos os documentos necessários;

Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição Anexo IV), o candidato receberá o protocolo de inscrição com a indicação de seu número, que deverá apresentar juntamente com a sua carteira de identidade ou outro documento com foto para ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

DAS VAGAS

2.1 Estarão abertas as inscrições para contratação temporária de profissionais nas seguintes áreas:

FUNÇÃO	Remuneração	CARGA HORÁRIA	Nº DE VAGAS
Professor I - Canto	R\$ 446,27	20 horas	1
Professor I - Pintura em Tela e Tecido	R\$ 446,27	20 horas	1
Professor I - Teclado	R\$ 446,27	20 horas	1
Professor I - Teatro	R\$ 446,27	20 horas	1
Professor I - Violino e Violoncelo	R\$ 446,27	20 horas	1
Professor I - Violão	R\$ 446,27	20 horas	2
Professor I - Desenho Artístico	R\$ 223,15	10 horas	1
Professor I – Musicalização	R\$ 223,15	10 horas	1
Professor I – Acordeon	R\$ 446,27	20 horas	1
Professor I – Violão (Proj. Sociais)	R\$ 446,27	20 horas	1
Professor I–Banda Musical Novos Talentos	R\$ 446,27	20 horas	1
Professor I–Banda Musical Novos Talentos	R\$ 892,54	40 horas	1

2.2 As atribuições do cargo de Professor I encontram-se descritas no Anexo I que compõem este edital.

2.3 O prazo de duração das contratações temporárias, objeto do presente processo é de até 10 (dez) meses.

DA CLASSIFICAÇÃO

A classificação dos candidatos obedecerá aos critérios de pontuação, considerando os seguintes itens:

Prova escrita com 20 questões sobre: Português (Semântica/Estilística, Morfologia, Fonologia e Sintaxe) e Conhecimentos Básicos de Música e Artes (valor por questão: 0,4 – totalizando 8 pontos) a ser realizada no dia 09 de dezembro de 2013, com início às 09h e término às 12h, nas dependências da Universidade do Contestado – campus do centro;

Prova de títulos (Anexo II) dividida em:

b.1) Cômputo de horas referente a cursos de aperfeiçoamento na área específica da inscrição, tendo pontuação máxima de 1,0 ponto (0,05 décimos a cada 20 horas de curso até a data da inscrição) – conforme Tabela Anexo III;

b.2) Tempo de serviço, tendo pontuação máxima de 1,0 ponto, ou seja, 20 anos (0,05 décimos a cada ano trabalhado até a data de inscrição) – conforme Tabela Anexo IV - comprovado através do registro em Carteira de Trabalho ou Declaração emitida pelo empregador não sendo computado o tempo de estágio, monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

4.1 Em caso de igualdade de notas na classificação terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

A divulgação da listagem classificatória será afixada na Fundação Cultural de Canoinhas e na Casa da Cultura no dia 11/12/2013, a partir das 10 horas;

Os candidatos que se sentirem prejudicados na classificação, poderão interpor recursos, que serão aceitos até as 16h do dia 17/12/2013 – conforme Anexo V;

As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação;

Após primeira chamada e não tendo sido preenchidas todas as vagas, a Fundação Cultural de Canoinhas procederá nova chamada; O candidato melhor classificado poderá assumir 01(uma) vaga, com carga horária a ser definida pela Fundação Cultural de Canoinhas, conforme demanda de alunos e conseqüentemente formação de turmas para cada área, desde que haja compatibilidade de horário.

DA DISPENSA

6.1 A dispensa do contrato poderá ocorrer da seguinte forma:

- a) a pedido
- b) de ofício

6.1.1 Quando o pedido para dispensa for de interesse do candidato, deverá preencher requerimento próprio do Departamento de Pessoal, fornecido pela Coordenação da Casa da Cultura, com no mínimo dez dias de antecedência;

6.1.2 Quando for de ofício, a Direção Administrativa da Fundação Cultural deverá comunicar ao servidor contratado;

6.1.3 A dispensa de ofício dar-se-á quando houver redução do número de alunos matriculados;

6.1.4 Durante o período de atuação na Casa da Cultura, durante o ano letivo de 2014, o professor que vier a ter 02 (dois) registros de ocorrências negativas, comprovados através de relatórios dirigidos a Direção Administrativa, cuja conduta não corresponda ao proposto pela Casa da Cultura, poderá ter seu contrato (portaria) cancelado a qualquer tempo.

DISPOSIÇÕES GERAIS

O candidato só poderá efetuar sua inscrição mediante a apresentação de todos os documentos exigidos, incluindo comprovante de escolaridade (cópia de diploma);

O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo

da ação penal cabível;

O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

As contratações temporárias objeto do presente edital, serão regidas pela Lei Municipal nº 3.869/2005. Aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Municipal nº 2.305/1990, no que couber;

É de responsabilidade do candidato manter seu cadastro (telefone e e-mail) atualizado junto a Fundação Cultural de Canoinhas;

Os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora da Fundação Cultural em conjunto com a Assessoria Jurídica do Município de Canoinhas.

Canoinhas, 05 de novembro de 2013.
VIVIANE MARIA BUENO BORGES DE SOUZA
Gestora de Cultura

ALFREDO EIKE BACH
Presidente

A N E X O I
(Edital 13/FCC/2013)

ATRIBUIÇÕES DO CARGO PROFESSOR I
Conforme Lei nº 3.803 de 18/03/2005 – Anexo VII

SUMÁRIO

Ministrar aulas teóricas e práticas de educação artístico/cultural (música, pintura artística, escultura artística, dança, teatro, desenho geométrico e anatômico e demais cursos).

ÁREA DE RESULTADOS

Viabilizar o processo ensino/aprendizagem no campo artístico/cultural, criando condições de assimilação de conteúdos programáticos sobre teoria e prática, voltadas à execução de instrumentos musicais, pintura, dança, desenho, teatro e demais itens inerentes aos cursos ministrados.

Propiciar a participação dos discentes em apresentações artísticas internas e externas, motivando-os organizando e divulgando estes eventos.

Concorrer para o aprimoramento da capacidade de memorização e raciocínio lógico do aluno, facilitando-lhe a aquisição de novos conhecimentos, através da elaboração de exercícios teóricos e práticos de fixação e reforço de aprendizagens. Contribuir para a formação da personalidade do educando, desenvolvendo neste a sociabilidade, senso de organização, ordem e demais qualidades. Desenvolver no discente o gosto pela cultura artística, o espírito de equipe, a sociabilidade e a formação de valores como a disciplina, persistência e a autoconfiança, através da realização de exercícios de execução de escalas de trechos de difícil interpretação, frequência a ensaios, com vistas a busca do aprimoramento técnico e domínio do instrumento.

Concorrer para a mensuração dos resultados do processo de ensino/aprendizagem, através da execução de controles e levantamentos estatísticos e participação em atividades avaliatórias.

DIMENSÃO DO PERFIL

Grande dedicação para compreender, avaliar, desenvolver e/ou motivar pessoas, sensibilidade artística/cultural, facilidade de comunicação, cortesia e presteza, paciência e equilíbrio emocional.

TÉCNICA

Segundo grau e/ou experiência comprovada da área de atuação, curso de formação dentro da modalidade artística/cultural que ensina e habilidade técnica.

A N E X O II

(Edital 13/FCC/2013)
ANO LETIVO 2014

FICHA DE CÔMPUTO DE HORAS E TEMPO DE SERVIÇO

NOME DO CANDIDATO: _____

CPF _____ RG _____

TOTAL DE HORAS DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO NA ÁREA DE INSCRIÇÃO, CONFORME COMPROVANTES (CERTIFICADOS) ANEXOS: _____

TOTAL DE PONTOS: _____

TOTAL DE TEMPO DE SERVIÇO, CONFORME COMPROVANTES ANEXOS: _____

TOTAL DE PONTOS: _____

DATA: ____ / ____ / ____

Assinatura do Candidato

Assinatura responsável da FCC

T A B E L A A N E X O III

(Edital 13/FCC/2013)
ANO LETIVO 2014

TABELA DE CÔMPUTO DE HORAS - CURSOS

HORAS DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO	PONTOS
20	0,05
40	0,10
60	0,15
80	0,20
100	0,25
120	0,30
140	0,35
160	0,40
180	0,45
200	0,50
220	0,55
240	0,60
260	0,65
280	0,70
300	0,75
320	0,80
340	0,85
360	0,90
380	0,95
400	1,00

A N E X O IV

(Edital 13/FCC/2013)
ANO LETIVO 2014

TABELA DE PONTUAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

TEMPO DE SERVIÇO EM ANOS	PONTOS
01	0,05
02	0,10

03	0,15
04	0,20
05	0,25
06	0,30
07	0,35
08	0,40
09	0,45
10	0,50
11	0,55
12	0,60
13	0,65
14	0,70
15	0,75
16	0,80
17	0,85
18	0,90
19	0,95
20	1,00

A N E X O V

(Edital 13/FCC/2013)

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE REVISÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA O ANO 2014

NOME: _____

FUNÇÃO: _____

Descreva claramente o motivo da solicitação de revisão de sua colocação na classificação, bem como citando nomes de inscritos como referência, se necessário:

OBS.: de acordo com o edital, não será aceita documentação para anexar na inscrição, sendo considerados para classificação, os documentos apresentados até a data de término das inscrições.

Canoinhas, ____ / ____ / ____

Assinatura do Requerente

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROFESSORES DE ARTES – ANO 2014
EDITAL 13/FCC/2013 – ANEXO VI

Nº de Inscrição: _____

Função: _____

Nome Completo: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____ RG: _____

CPF: _____

Telefones: _____ E-mail: _____

Endereço: Rua: _____ Nº _____

Bairro: _____ Município: _____

Estado Civil: () Casado () Solteiro () Divorciado ()

Viúvo () Outros

Nº de dependentes: _____

Formação:

() Ensino Médio Educ. Geral () Magistério () Outro:

() Graduação _____

() Cursando Graduação _____

Pontuação de horas de curso de aperfeiçoamento: _____

Pontuação de tempo de serviço: _____

Total de pontos: _____

Canoinhas (SC), ____ / ____ / 2013.

Assinatura do Candidato Responsável pela Inscrição

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO NO EDITAL 13/FCC/2013

Nome do Candidato: _____

Protocolado sob nº _____ Função: _____

Data: ____ / ____ / 2013.

Assinatura do Candidato Responsável pela Inscrição

Edital Nº. 051/2013

EDITAL Nº. 051/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
PREVISTO NO EDITAL Nº. 04/SMS/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº. 04/SMS/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº. 167/2013;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 04/SMS/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº. 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- Cédula de Identidade (RG);
- CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

o caso;

l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

m) Número de inscrição no PIS/PASEP;

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual;

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os aprovados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 051/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

SOLANGE APARECIDA CORREIA

Edital Nº. 052/2013

EDITAL Nº. 052/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);

b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);

c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;

d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Número de inscrição no PIS/PASEP;

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura,



munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 052/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: SERVENTE

LOIZETE NEPOMUCENO PINTO

Editais Nº. 053/2013

EDITAL Nº. 053/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA

AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Número de inscrição no PIS/PASEP;

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 053/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: SERVENTE
MICHELE ADRIANE OLIVEIRA

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 140/2013

DECRETO Nº 140, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Atualiza o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo nº 58, V da Lei Orgânica do Município de Capinzal e artigo 158, § 4º da Lei Complementar nº 134 de 22 de dezembro de 2009, e;

CONSIDERANDO a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizada em 5,58% (cinco vírgula cinquenta e oito por cento) a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, passando a vigorar para o exercício de 2014 no valor de R\$ 76,76 (setenta e seis reais e setenta e seis centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º (primeiro) de janeiro de 2014.

Capinzal, (SC), em 11 de novembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 142/2013

DECRETO Nº 142, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.922,04 (sessenta mil, novecentos e vinte e dois reais e quatro centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3.046, de 28 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.922,04 (sessenta mil, novecentos e vinte e dois reais e quatro centavos), para reforço da dotação orçamentária descrita no quadro a seguir.

0501.10.306.0090.2068	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-358	Material de consumo	160	51	R\$	60.922,04
	Total	160	51	R\$	60.922,04

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata art. 1º do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 1964, o excesso de arrecadação apurado nos meses de janeiro a novembro do corrente exercício, da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 60.922,04 (sessenta mil, novecentos e vinte e dois reais e quatro centavos), na fonte 60 Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, na destinação 51, Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, na forma do demonstrativo do excesso em anexo e quadro a seguir:

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	160	51	R\$	60.922,04
Total			R\$	60.922,04

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 11 de novembro de 2013.



ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

FMS - Processo Licitatório Nº 38/2013 - Pregão Eletrônico Nº 7/2013

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

POR FORÇA DO DECRETO MUNICIPAL 023/2009, HOUVE MUDANÇA NA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, VERIFIQUEM O ITEM 10.5 DO EDITAL.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 38/2013
Pregão Eletrônico Nº 7/2013

OBJETO: Contratação de Pediatra para atendimento na Unidade Central do Fundo Municipal de Saúde para o ano de 2013, recursos próprios e da união.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 28/11/2013.

**MENOR PREÇO UNITÁRIO
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações,
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 14 de Novembro de 2013.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

FMS - Processo Licitatório Nº 39/2013 - Pregão Presencial Nº 22/2013
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 39/2013
Pregão Presencial Nº 22/2013

OBJETO: Aquisição de 40 kits bebe para o Programa Rede Cegonha, para entrega no ultimo encontro de gestantes a ser realizado na primeira quinzena de dezembro, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 28/11/2013.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 14 de Novembro de 2013.
ELISANGELA APARECIDA BAGNOLIN
Pregoeira

Catanduvas

PREFEITURA

Portaria Nº 5.854 de 17 de Outubro de 2013

PORTARIA P/ 5854/13, de 17.10.2013,
"Admite temporariamente,
Ana Cristina Finger Campos"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Ana Cristina Finger Campos, para o Cargo de Psicólogo (a), 40 horas semanais, Nível CE-96-1A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 17 de outubro de 2013 a 15 de fevereiro de 2014.

Catanduvas, 17 de outubro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NÍHIL.

Portaria Nº 5.855 de 18 de Outubro de 2013

PORTARIA P/5855/13, de 18.10.2013
"Demite, antes do termo final de contratação temporária,
DANIELA CAVALHEIRO SANTANA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) DANIELA CAVALHEIRO SANTANA, ocupante do Cargo Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5687/13.

Catanduvas, 18 de outubro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5687/13.

Portaria Nº 5.856 de 21 de Outubro de 2013

PORTARIA P/5856/13, de 21.10.2013
"Demite, antes do termo final de contratação temporária,
JOÃO ERCEGO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições

que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) JOÃO ERCEGO, ocupante do Cargo Agente de Serviços Gerais, Nível CE-06A, com 40:00 horas semanais, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o(a) Servidor(a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5634/13.

Catanduvas, 21 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5634/13.

Portaria Nº 5.857 de 22 de Outubro de 2013

PORTARIA P/ 5857/13, de 22.10.2013.

"Nomeia por concurso,
MICHEL CRISTOFFER FAVERO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, e Lei Complementar Municipal 66/2010, de 21 de junho de 2010,

RESOLVE:

NOMEAR, por concurso MICHEL CRISTOFFER FAVERO, para o Cargo de Agente Administrativo, Nível CE - 51A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com os vencimentos de lei.

O presente ato tem amparo no resultado final do concurso público realizado conforme Edital nº 013/2010 e Decreto D/ 1.731/2010, com efeitos a partir de 22 de outubro de 2013, quando o (a) nominado (a) funcionário (a) passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 22 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 5.858 de 22 de Outubro de 2013

PORTARIA P/ 5858/13, de 22.10.2013,

"Admite temporariamente,
MARLY MARMENTINI FAGUNDES"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, MARLY MARMENTINI FAGUNDES, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 22 de outubro de 2013 a 31 de janeiro

de 2014.

Catanduvas, 22 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/3476/03.

Portaria Nº 5.859 de 22 de Outubro de 2013

PORTARIA P/5859/13, de 22.10.2013

"Demite, antes do termo final de contratação temporária,
Luciana das Graças Carleti"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, a pedido do(a) Servidor(a) Luciana das Graças Carleti, ocupante do Cargo Psicólogo (a), 40 horas semanais, Nível CE-96-1A, contratado(a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Este ato tem seus efeitos retroativos a data de 15 de outubro, quando o(a) Servidor(a) deixou de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/5639/13.

Catanduvas, 22 de outubro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5639/13.

Decisão Em Processo Administrativo Lançado Pelo Decreto Nº 1.932, de 14 de Outubro de 2013

Prefeitura Municipal de Catanduvas

Decisão em Processo Administrativo lançado pelo Decreto nº 1.932, de 14 de outubro de 2013

Vistos, etc. Trata-se de Processo Administrativo instaurado através do Decreto nº 1.932, de 14 de outubro de 2013 visando a aplicação da sanção prevista no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93 à empresa AP Supermercado Ltda, tendo em vista o descumprimento dos contratos firmados com a municipalidade, gerando transtornos e prejuízos ao Município de Catanduvas. O relatório final conclusivo da Comissão processante demonstra quais os contratos descumpridos e os prejuízos correspondentes. Diante disso, e adotando como razão de decidir os próprios termos do relatório final da comissão processante, determino a aplicação da seguinte sanção à empresa AP Supermercado Ltda: suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois (2) anos (art. 87, III, da Lei 8.666/93). Tendo em vista que a empresa AP Supermercado Ltda ainda mantém com a municipalidade o contrato PMC nº 0014/2013, o qual tem prazo de vigência até 31/12/2013, a sanção supracitada deverá ter como prazo inicial 01/01/2014 e prazo final 31/12/2015. P. R. I.

Catanduvas/SC, 12 de novembro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Divulga Inscrições Deferidas e Indeferidas

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Edital de Processo Seletivo N.º 005/2013/SMECE

DIVULGA INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

PROCESSO SELETIVO N.º 005/2013/SMECE

JOSE BRAULIO INÁCIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal nº 085/99 e alterações posteriores, Lei Complementar Municipal nº 040/2009 e Decreto nº 075/2009, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo, de que trata a Portaria nº 305/2013, torna público o que segue:

As inscrições ao Processo Seletivo N.º 005/2013/SMECE, seguem listadas no anexo I deste edital, em ordem alfabética de candidato, identificado no campo "situação", a descrição das inscrições deferidas e indeferidas.

No anexo II consta as inscrições por ordem de cargo.

Os recursos contra o indeferimento das inscrições poderão ser interpostos nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, de acordo com o edital.

Chapadão do Lageado (SC), 14 de novembro de 2013.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito do Município de Chapadão do Lageado

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Edital de Processo Seletivo 005/2013

ANEXO I

DIVULGA INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

PROCESSO SELETIVO N.º 005/2013

Seq.	Insc	Candidato	Cargo	Data Nascimento	Situação
1	0057	ALDO JEREMIAS	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	27/08/1967	DEFERIDO
2	0058	ALDO JEREMIAS	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	27/08/1967	DEFERIDO
3	0059	ALDO JEREMIAS	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	27/08/1967	DEFERIDO
4	0214	ALESSANDRO DE SOUZA	02. Operador de Equipamentos	15/04/1980	DEFERIDO
5	0052	ALEX JENDICH	02. Operador de Equipamentos	15/11/1988	DEFERIDO
6	0064	ALEX JUNIOR SEBOLD	02. Operador de Equipamentos	26/10/1992	DEFERIDO
7	0220	ALEXANDRE INÁCIO	03. Operário	08/06/1983	DEFERIDO
8	0211	ALÉX INÁCIO	03. Operário	22/04/1985	DEFERIDO
9	0163	ALISON LOPES	02. Operador de Equipamentos	20/11/1984	DEFERIDO
10	0155	ALISSON BORGES DOS SANTOS	27. Professor de Informática (não-habilitado)	20/07/1994	DEFERIDO
11	0191	ALLAN JUNIOR FERREIRA	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	06/05/1991	DEFERIDO
12	0193	ALLAN JUNIOR FERREIRA	27. Professor de Informática (não-habilitado)	06/05/1991	DEFERIDO
13	0138	ANA KAROLINE JOCHEM	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	04/11/1995	DEFERIDO
14	0139	ANA KAROLINE JOCHEM	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	04/11/1995	DEFERIDO
15	0148	ANA PAULA PALHANO ACHMITT	01. Agente de Serviços Gerais	24/02/1988	DEFERIDO
16	0012	ANA ZILDA DE OLIVEIRA SEMANN	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	21/04/1995	DEFERIDO
17	0033	ANELIA HINCKEL HEINZ	01. Agente de Serviços Gerais	03/11/1982	DEFERIDO
18	0034	ANGELICA SILVEIRA SYPRIANY	09. Professor de Artes (não-habilitado)	07/07/1992	DEFERIDO
19	0035	ANGELICA SILVEIRA SYPRIANY	27. Professor de Informática (não-habilitado)	07/07/1992	DEFERIDO
20	0036	ANGELICA SILVEIRA SYPRIANY	19. Professor de História (não-habilitado)	07/07/1992	DEFERIDO
21	0018	ARLINDO DE LIZ PADILHA	03. Operário	25/08/1981	DEFERIDO

22	0104	BEATRIZ KARNOSKI JASPER	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	26/10/1976	DEFERIDO
23	0105	BEATRIZ KARNOSKI JASPER	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	26/10/1976	DEFERIDO
24	0106	BEATRIZ KARNOSKI JASPER	29. Segundo Professor (não-habilitado)	26/10/1976	DEFERIDO
25	0210	BRUNA THOLL	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	21/04/1994	DEFERIDO
26	0100	CARINA SYPRIANI	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	31/08/1987	DEFERIDO
27	0101	CARINA SYPRIANI	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	31/08/1987	DEFERIDO
28	0102	CARINA SYPRIANI	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	31/08/1987	DEFERIDO
29	0002	CARLOS LEONARDO SCHULLER	21. Professor Língua Inglesa (não-habilitado)	17/07/1995	DEFERIDO
30	0003	CARLOS LEONARDO SCHULLER	11. Professor de Ciências (não-habilitado)	17/07/1995	DEFERIDO
31	0004	CARLOS LEONARDO SCHULLER	23. Professor Língua Portuguesa (não-habilitado)	17/07/1995	DEFERIDO
32	0008	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	30/07/1984	DEFERIDO
33	0009	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	30/07/1984	DEFERIDO
34	0010	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	09. Professor de Artes (não-habilitado)	30/07/1984	DEFERIDO
35	0162	CLAUDINEI DA SILVEIRA	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	07/05/1975	DEFERIDO
36	0167	CLAUDINEI DA SILVEIRA	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	07/05/1975	DEFERIDO
37	0169	CLAUDINEI DA SILVEIRA	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	07/05/1975	DEFERIDO
38	0046	CLEUSA FREITAS DE OLIVEIRA	01. Agente de Serviços Gerais	19/01/1976	DEFERIDO
39	0063	CRISNEIDE DOS SANTOS	01. Agente de Serviços Gerais	18/04/1992	DEFERIDO
40	0093	CYNTHIA KAMMERS BOSIO	12. Professor de Educação Física (habilitado)	23/11/1988	DEFERIDO
41	0094	CYNTHIA KAMMERS BOSIO	09. Professor de Artes (não-habilitado)	23/11/1988	DEFERIDO
42	0043	DAIANA WEBER	12. Professor de Educação Física (habilitado)	17/02/1987	DEFERIDO
43	0039	DAIANI ANDRÉ MEURER	16. Professor de Geografia (habilitado)	29/08/1987	DEFERIDO
44	0040	DAIANI ANDRÉ MEURER	09. Professor de Artes (não-habilitado)	29/08/1987	DEFERIDO
45	0041	DAIANI ANDRÉ MEURER	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	29/08/1987	DEFERIDO
46	0168	DANIELA GUIMARAS ERN	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	22/06/1986	DEFERIDO
47	0170	DANIELA GUIMARAS ERN	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	22/06/1986	DEFERIDO
48	0030	DANIELA KRAUS	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	11/02/1986	DEFERIDO
49	0031	DANIELA KRAUS	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	11/02/1986	DEFERIDO
50	0032	DANIELA KRAUS	29. Segundo Professor (não-habilitado)	11/02/1986	DEFERIDO
51	0060	DANILO JOSE NAU	02. Operador de Equipamentos	08/07/1964	DEFERIDO
52	0181	DEISEANE DOS SANTOS	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	12/01/1993	DEFERIDO
53	0182	DEISEANE DOS SANTOS	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	12/01/1993	DEFERIDO
54	0183	DEISEANE DOS SANTOS	21. Professor Língua Inglesa (não-habilitado)	12/01/1993	DEFERIDO
55	0129	DEIVID DIONI MONTEIRO	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	17/04/1992	DEFERIDO
56	0130	DEIVID DIONI MONTEIRO	09. Professor de Artes (não-habilitado)	17/04/1992	DEFERIDO
57	0131	DEIVID DIONI MONTEIRO	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	17/04/1992	DEFERIDO
58	0111	DENISE MACHADO KLETTENBERG	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	01/03/1982	DEFERIDO
59	0113	DENISE MACHADO KLETTENBERG	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	01/03/1982	DEFERIDO
60	0115	DENISE MACHADO KLETTENBERG	10. Professor de Ciências (habilitado)	01/03/1982	DEFERIDO
61	0178	DENISE RAYMUNDO DA SILVA	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	29/06/1984	DEFERIDO
62	0107	DIONEI MOMM	02. Operador de Equipamentos	11/07/1994	DEFERIDO
63	0047	EDESIO VALDEMIRIO CHIQUIO	02. Operador de Equipamentos	20/08/1989	DEFERIDO
64	0078	EDILSON FAUSTINO DA MOTA	08. Professor de Artes (habilitado)	27/05/1978	DEFERIDO
65	0188	ELAINE THOLL JASPER	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	11/03/1982	DEFERIDO
66	0157	ELAINE THOLL JASPER	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	11/03/1982	DEFERIDO
67	0204	ELIANE HERDT RODRIGUES	01. Agente de Serviços Gerais	29/04/1980	DEFERIDO
68	0086	ELISÂNGELA SEBOLD MACIEL	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	09/08/1977	DEFERIDO
69	0087	ELISÂNGELA SEBOLD MACIEL	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	09/08/1977	DEFERIDO

71	0159	ELOI MOMM	03. Operário	28/03/1970	DEFERIDO
72	0065	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	07/06/1990	DEFERIDO
73	0066	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	07/06/1990	DEFERIDO
74	0171	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	09. Professor de Artes (não-habilitado)	07/06/1990	DEFERIDO
75	0215	ERALDO JOSE SOTERIO	03. Operário	05/01/1966	DEFERIDO
76	0132	ESILENI SCHNEIDER	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	07/02/1982	DEFERIDO
77	0133	ESILENI SCHNEIDER	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	07/02/1982	DEFERIDO
78	0135	ESILENI SCHNEIDER	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	07/02/1982	DEFERIDO
79	0024	EVANDIO AIRES	02. Operador de Equipamentos	12/05/1978	DEFERIDO
80	0150	EVILANEA DE OLIVEIRA.	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	14/08/1984	DEFERIDO
81	0152	EVILANEA DE OLIVEIRA.	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	14/08/1984	DEFERIDO
82	0153	EVILANEA DE OLIVEIRA.	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	14/08/1984	DEFERIDO
83	0186	FABIANA THOLL	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	26/03/1985	DEFERIDO
84	0187	FABIANA THOLL	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	26/03/1985	DEFERIDO
85	0205	FERNANDO LOPES	02. Operador de Equipamentos	17/07/1988	DEFERIDO
86	0145	FERNANDO RENGEL	11. Professor de Ciências (não-habilitado)	06/02/1991	DEFERIDO
87	0146	FERNANDO RENGEL	27. Professor de Informática (não-habilitado)	06/02/1991	DEFERIDO
88	0147	FERNANDO RENGEL	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	06/02/1991	DEFERIDO
89	0197	FLADEMIR FRANZ	19. Professor de História (não-habilitado)	08/06/1984	DEFERIDO
90	0134	GIOVANI ANACLETO	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	26/09/1993	DEFERIDO
91	0136	GIOVANI ANACLETO	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	26/09/1993	DEFERIDO
92	0137	GIOVANI ANACLETO	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	26/09/1993	DEFERIDO
93	0216	GISELI VELOSO	01. Agente de Serviços Gerais	24/05/1991	DEFERIDO
94	0127	GUSTAVO PEREIRA	27. Professor de Informática (não-habilitado)	05/04/1994	DEFERIDO
95	0076	IZOLEN SCHNEIDER	01. Agente de Serviços Gerais	21/10/1974	DEFERIDO
96	0219	JACIARA ERRARDT	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	14/10/1994	DEFERIDO
97	0069	JAIR CORREIA	02. Operador de Equipamentos	25/06/1984	DEFERIDO
98	0037	JANAINA PEREIRA	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	05/07/1994	DEFERIDO
99	0206	JANDERSON MACHADO	27. Professor de Informática (não-habilitado)	18/05/1994	DEFERIDO
100	0207	JANDERSON MACHADO	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	18/05/1994	DEFERIDO
101	0208	JANDERSON MACHADO	19. Professor de História (não-habilitado)	18/05/1994	DEFERIDO
102	0199	JANETE RAMO FERREIRA	01. Agente de Serviços Gerais	28/11/1967	DEFERIDO
103	0165	JANICE MACHADO	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	02/10/1994	DEFERIDO
104	0166	JANICE MACHADO	09. Professor de Artes (não-habilitado)	02/10/1994	DEFERIDO
105	0085	JAQUELINE LEHMKUHL	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	09/01/1989	DEFERIDO
106	0118	JAQUELINE LEHMKUHL	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	09/01/1989	DEFERIDO
107	0119	JAQUELINE LEHMKUHL	21. Professor Língua Inglesa (não-habilitado)	09/01/1989	DEFERIDO
108	0192	JEAN FABRICIO PAUL	27. Professor de Informática (não-habilitado)	30/09/1993	DEFERIDO
109	0201	JEAN FABRICIO PAUL	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	30/09/1993	DEFERIDO
110	0202	JEAN FABRICIO PAUL	09. Professor de Artes (não-habilitado)	30/09/1993	DEFERIDO
111	0077	JENIFFER RUDOLF FIGUEIREDO	01. Agente de Serviços Gerais	22/04/1996	DEFERIDO
112	0149	JOEL SCHMITT	02. Operador de Equipamentos	07/11/1983	DEFERIDO
113	0062	JOSIANE HEERDT FARIAS	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	05/08/1979	DEFERIDO
114	0067	JOSIANE HEERDT FARIAS	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	05/08/1979	DEFERIDO
115	0068	JOSIANE HEERDT FARIAS	18. Professor de História (habilitado)	05/08/1979	DEFERIDO
116	0070	JOSIANI MACHADO DE PINHO	16. Professor de Geografia (habilitado)	11/10/1983	DEFERIDO
117	0071	JOSIANI MACHADO DE PINHO	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	11/10/1983	DEFERIDO
118	0072	JOSIANI MACHADO DE PINHO	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	11/10/1983	DEFERIDO
119	0015	JULIANA MARIA LONGEN	20. Professor Língua Inglesa (habilitado)	20/07/1978	DEFERIDO

120	0019	JULIANA MARIA LONGEN	09. Professor de Artes (não-habilitado)	20/07/1978	DEFERIDO
121	0020	JULIANA MARIA LONGEN	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	20/07/1978	DEFERIDO
122	0124	JULIE MARA DE OLIVEIRA	08. Professor de Artes (habilitado)	06/11/1989	DEFERIDO
123	0126	JULIE MARA DE OLIVEIRA	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	06/11/1989	DEFERIDO
124	0151	KAUANI LOPES	01. Agente de Serviços Gerais	04/02/1994	DEFERIDO
125	0016	LUAN FERNANDO PEREIRA	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	13/03/1992	DEFERIDO
126	0021	LUAN FERNANDO PEREIRA	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	13/03/1992	DEFERIDO
127	0022	LUAN FERNANDO PEREIRA	09. Professor de Artes (não-habilitado)	13/03/1992	DEFERIDO
128	0054	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	06/04/1989	DEFERIDO
129	0055	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	06/04/1989	DEFERIDO
130	0056	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	21. Professor Língua Inglesa (não-habilitado)	06/04/1989	DEFERIDO
131	0194	LUCIANA DE SOUZA NEUHAUS	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	22/09/1980	DEFERIDO
132	0195	LUCIANA DE SOUZA NEUHAUS	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	22/09/1980	DEFERIDO
133	0209	LUIS FERNANDO RAMOS	27. Professor de Informática (não-habilitado)	09/06/1992	DEFERIDO
134	0144	LUIZ CARLOS DE SOUZA JUNIOR	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	04/09/1994	DEFERIDO
135	0172	LUIZ CARLOS DE SOUZA JUNIOR	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	04/09/1994	DEFERIDO
136	0173	LUIZ CARLOS DE SOUZA JUNIOR	11. Professor de Ciências (não-habilitado)	04/09/1994	DEFERIDO
137	0154	MAICON ROHLING	03. Operário	21/02/1991	DEFERIDO
138	0164	MARCIA LOPES	01. Agente de Serviços Gerais	09/05/1979	DEFERIDO
139	0045	MARCIANE LUCKMANN FRANÇA	29. Segundo Professor (não-habilitado)	30/03/1967	DEFERIDO
140	0123	MARCIANE LUCKMANN FRANÇA	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	30/03/1967	DEFERIDO
141	0125	MARCIANE LUCKMANN FRANÇA	09. Professor de Artes (não-habilitado)	30/03/1967	DEFERIDO
142	0174	MARCILEIA AIRES BATISTA	01. Agente de Serviços Gerais	01/05/1982	DEFERIDO
143	0014	MARCIO GUCKERT	02. Operador de Equipamentos	16/03/1981	DEFERIDO
144	0048	MARCOS DOS SANTOS ABREU	02. Operador de Equipamentos	30/10/1970	DEFERIDO
145	0027	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIASM	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	26/04/1970	DEFERIDO
146	0028	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIASM	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	26/04/1970	DEFERIDO
147	0029	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIASM	28. Segundo Professor (habilitado)	26/04/1970	DEFERIDO
148	0114	MARINELMA RAYMUNDO	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	02/07/1983	DEFERIDO
149	0116	MARINELMA RAYMUNDO	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	02/07/1983	DEFERIDO
150	0117	MARINELMA RAYMUNDO	27. Professor de Informática (não-habilitado)	02/07/1983	DEFERIDO
151	0156	MARISTELA KERSCHBAUMER	01. Agente de Serviços Gerais	01/11/1972	DEFERIDO
152	0140	MARISTELA MICHELS WELTER	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	07/11/1976	DEFERIDO
153	0175	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	29/07/1980	DEFERIDO
154	0176	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	29/07/1980	DEFERIDO
155	0177	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	29. Segundo Professor (não-habilitado)	29/07/1980	DEFERIDO
156	0108	MAURO CORDEIRO DOS SANTOS	12. Professor de Educação Física (habilitado)	26/06/1985	DEFERIDO
157	0053	MÁRCIA MACIEL	01. Agente de Serviços Gerais	29/06/1980	DEFERIDO
158	0109	MÁRCIA SCHRÖDER HINTEMANN	01. Agente de Serviços Gerais	10/12/2067	DEFERIDO
159	0180	MILENE RAMOS	09. Professor de Artes (não-habilitado)	23/11/1977	DEFERIDO
160	0184	MILENE RAMOS	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	23/11/1977	DEFERIDO
161	0185	MILENE RAMOS	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	23/11/1977	DEFERIDO
162	0090	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	06/12/1993	DEFERIDO
163	0091	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	06/12/1993	DEFERIDO
164	0092	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	06/12/1993	DEFERIDO
165	0073	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA	09. Professor de Artes (não-habilitado)	11/12/1986	DEFERIDO
166	0074	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	11/12/1986	DEFERIDO
167	0075	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	11/12/1986	DEFERIDO
168	0023	NAYARA MARQUEZ	01. Agente de Serviços Gerais	21/08/1991	DEFERIDO

169	0212	NEIDE ELIAS RENGEL	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	23/04/1978	DEFERIDO
170	0213	NEIDE ELIAS RENGEL	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	23/04/1978	DEFERIDO
171	0084	NERY ANTONIO CAPISTRANO JUNIOR	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	03/06/1944	DEFERIDO
172	0025	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA.	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	20/10/1967	DEFERIDO
173	0026	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA.	28. Segundo Professor (habilitado)	20/10/1967	DEFERIDO
174	0196	NILTON ERRARDT	03. Operário	02/11/1969	DEFERIDO
175	0112	OLACIR ADRIANO VOSS	03. Operário	08/11/1981	DEFERIDO
176	0120	PATRICIA MACHADO HINCKEL	16. Professor de Geografia (habilitado)	11/02/1988	DEFERIDO
177	0121	PATRICIA MACHADO HINCKEL	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	11/02/1988	DEFERIDO
178	0122	PATRICIA MACHADO HINCKEL	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	11/02/1988	DEFERIDO
179	0081	PATRICIA PEREIRA	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	27/04/1993	DEFERIDO
180	0082	PATRICIA PEREIRA	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	27/04/1993	DEFERIDO
181	0083	PATRICIA PEREIRA	29. Segundo Professor (não-habilitado)	27/04/1993	DEFERIDO
182	0203	PATRÍCIA ZUNINO	16. Professor de Geografia (habilitado)	02/12/1989	DEFERIDO
183	0095	RAFAEL RENGEL	19. Professor de História (não-habilitado)	24/06/1992	DEFERIDO
184	0096	RAFAEL RENGEL	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	24/06/1992	DEFERIDO
185	0128	RAFAEL RODE	03. Operário	26/08/1992	DEFERIDO
186	0088	RAFAELA GUIMARÃES	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	19/06/1992	DEFERIDO
187	0089	RAFAELA GUIMARÃES	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	19/06/1992	DEFERIDO
188	0044	RAIMUNDO BITTENCOURT.	03. Operário	09/09/2063	DEFERIDO
189	0198	REGIANE MARQUEZ	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	29/12/1982	DEFERIDO
190	0200	REGIANE MARQUEZ	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	29/12/1982	DEFERIDO
191	0005	REGINA.LOOS	01. Agente de Serviços Gerais	17/10/1975	DEFERIDO
192	0006	RENATA PORTES DOS SANTOS	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	07/01/1992	DEFERIDO
193	0007	RENATA PORTES DOS SANTOS	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	07/01/1992	DEFERIDO
194	0011	RENATA PORTES DOS SANTOS	29. Segundo Professor (não-habilitado)	07/01/1992	DEFERIDO
195	0079	RITA DE CÁSSIAPEREIRA	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	04/04/1974	DEFERIDO
196	0080	RITA DE CÁSSIAPEREIRA	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	04/04/1974	DEFERIDO
197	0189	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	27/11/1987	DEFERIDO
198	0190	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	27/11/1987	DEFERIDO
199	0017	ROBERTO LEANDRO BATISTA	02. Operador de Equipamentos	01/03/1984	DEFERIDO
200	0098	ROSIMAR SEBOLD	01. Agente de Serviços Gerais	04/12/1975	DEFERIDO
201	0179	ROSMÉRI PAUL DE OLIVEIRA	01. Agente de Serviços Gerais	07/09/1966	DEFERIDO
202	0161	RUDINEIA HEINZEN	01. Agente de Serviços Gerais	03/09/1991	DEFERIDO
203	0158	SARA SPRENGER DOS SANTOS DE SOUZA	01. Agente de Serviços Gerais	01/05/1982	DEFERIDO
204	0038	SERGIO INACIO	02. Operador de Equipamentos	19/03/1985	DEFERIDO
205	0103	SILENE MOMM	01. Agente de Serviços Gerais	24/01/1995	DEFERIDO
206	0217	SIMONE APARECIDA FARIAS	01. Agente de Serviços Gerais	10/07/1984	DEFERIDO
207	0061	SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS	08. Professor de Artes (habilitado)	07/04/1983	DEFERIDO
208	0160	SOLANGE SCHMITT SEEMANN	01. Agente de Serviços Gerais	08/03/1979	DEFERIDO
209	0049	TAINA LETICIA LOPES KLETTENBERG	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	09/09/1994	DEFERIDO
210	0050	TAINA LETICIA LOPES KLETTENBERG	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	09/09/1994	DEFERIDO
211	0051	TAINA LETICIA LOPES KLETTENBERG	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	09/09/1994	DEFERIDO
212	0141	TAINE RODE	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	30/08/1993	DEFERIDO
213	0142	TAINE RODE	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	30/08/1993	DEFERIDO
214	0143	TAINE RODE	29. Segundo Professor (não-habilitado)	30/08/1993	DEFERIDO
215	0221	TELMA AMORIM	01. Agente de Serviços Gerais	27/06/1984	DEFERIDO
216	0110	VALDECIR KERSCHBAUM	03. Operário	24/04/1974	DEFERIDO
217	0097	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	27/07/1974	DEFERIDO

218	0099	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	27/07/1974	DEFERIDO
219	0042	VIVIANE STAROSCKY	29. Segundo Professor (não-habilitado)	27/08/1989	DEFERIDO
220	0013	VOLNEI MANRICH	02. Operador de Equipamentos	04/06/1982	DEFERIDO
221	0218	VOLNI MATIAS	02. Operador de Equipamentos	29/10/1984	DEFERIDO

ANEXO II
DIVULGA INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS
PROCESSO SELETIVO N.º 005/2013
EM ORDEM DE CARGO

Seq.	Insc	Candidato	Cargo	Data Nascimento	Situação
15	0148	ANA PAULA PALHANO ACHMITT	01. Agente de Serviços Gerais	24/02/1988	DEFERIDO
17	0033	ANELIA HINCKEL HEINZ	01. Agente de Serviços Gerais	03/11/1982	DEFERIDO
38	0046	CLEUSA FREITAS DE OLIVEIRA	01. Agente de Serviços Gerais	19/01/1976	DEFERIDO
39	0063	CRISNEIDE DOS SANTOS	01. Agente de Serviços Gerais	18/04/1992	DEFERIDO
67	0204	ELIANE HERDT RODRIGUES	01. Agente de Serviços Gerais	29/04/1980	DEFERIDO
93	0216	GISELI VELOSO	01. Agente de Serviços Gerais	24/05/1991	DEFERIDO
95	0076	IZOLEN SCHNEIDER	01. Agente de Serviços Gerais	21/10/1974	DEFERIDO
102	0199	JANETE RAMO FERREIRA	01. Agente de Serviços Gerais	28/11/1967	DEFERIDO
111	0077	JENIFFER RUDOLF FIGUEIREDO	01. Agente de Serviços Gerais	22/04/1996	DEFERIDO
124	0151	KAUANI LOPES	01. Agente de Serviços Gerais	04/02/1994	DEFERIDO
138	0164	MARCIA LOPES	01. Agente de Serviços Gerais	09/05/1979	DEFERIDO
142	0174	MARCILEIA AIRES BATISTA	01. Agente de Serviços Gerais	01/05/1982	DEFERIDO
151	0156	MARISTELA KERSCHBAUMER	01. Agente de Serviços Gerais	01/11/1972	DEFERIDO
157	0053	MÁRCIA MACIEL	01. Agente de Serviços Gerais	29/06/1980	DEFERIDO
158	0109	MÁRCIA SCHRÖDER HINTEMANN	01. Agente de Serviços Gerais	10/12/2067	DEFERIDO
168	0023	NAYARA MARQUEZ	01. Agente de Serviços Gerais	21/08/1991	DEFERIDO
191	0005	REGINA.LOOS	01. Agente de Serviços Gerais	17/10/1975	DEFERIDO
200	0098	ROSIMAR SEBOLD	01. Agente de Serviços Gerais	04/12/1975	DEFERIDO
201	0179	ROSMÉRI PAUL DE OLIVEIRA	01. Agente de Serviços Gerais	07/09/1966	DEFERIDO
202	0161	RUDINEIA HEINZEN	01. Agente de Serviços Gerais	03/09/1991	DEFERIDO
203	0158	SARA SPRENGER DOS SANTOS DE SOUZA	01. Agente de Serviços Gerais	01/05/1982	DEFERIDO
205	0103	SILENE MOMM	01. Agente de Serviços Gerais	24/01/1995	DEFERIDO
206	0217	SIMONE APARECIDA FARIAS	01. Agente de Serviços Gerais	10/07/1984	DEFERIDO
208	0160	SOLANGE SCHMITT SEEMANN	01. Agente de Serviços Gerais	08/03/1979	DEFERIDO
215	0221	TELMA AMORIM	01. Agente de Serviços Gerais	27/06/1984	DEFERIDO
4	0214	ALESSANDRO DE SOUZA	02. Operador de Equipamentos	15/04/1980	DEFERIDO
5	0052	ALEX JENDICH	02. Operador de Equipamentos	15/11/1988	DEFERIDO
6	0064	ALEX JUNIOR SEBOLD	02. Operador de Equipamentos	26/10/1992	DEFERIDO
9	0163	ALISON LOPES	02. Operador de Equipamentos	20/11/1984	DEFERIDO
51	0060	DANILO JOSE NAU	02. Operador de Equipamentos	08/07/1964	DEFERIDO
62	0107	DIONEI MOMM	02. Operador de Equipamentos	11/07/1994	DEFERIDO
63	0047	EDESIO VALDEMIRIO CHIQUIO	02. Operador de Equipamentos	20/08/1989	DEFERIDO
79	0024	EVANDIO AIRES	02. Operador de Equipamentos	12/05/1978	DEFERIDO
85	0205	FERNANDO LOPES	02. Operador de Equipamentos	17/07/1988	DEFERIDO
97	0069	JAIR CORREIA	02. Operador de Equipamentos	25/06/1984	DEFERIDO
112	0149	JOEL SCHMITT	02. Operador de Equipamentos	07/11/1983	DEFERIDO
143	0014	MARCIO GUCKERT	02. Operador de Equipamentos	16/03/1981	DEFERIDO
144	0048	MARCOS DOS SANTOS ABREU	02. Operador de Equipamentos	30/10/1970	DEFERIDO
199	0017	ROBERTO LEANDRO BATISTA	02. Operador de Equipamentos	01/03/1984	DEFERIDO
204	0038	SERGIO INACIO	02. Operador de Equipamentos	19/03/1985	DEFERIDO
220	0013	VOLNEI MANRICH	02. Operador de Equipamentos	04/06/1982	DEFERIDO
221	0218	VOLNI MATIAS	02. Operador de Equipamentos	29/10/1984	DEFERIDO
7	0220	ALEXANDRE INÁCIO	03. Operário	08/06/1983	DEFERIDO

8	0211	ALÉX INÁCIO	03. Operário	22/04/1985	DEFERIDO
21	0018	ARLINDO DE LIZ PADILHA	03. Operário	25/08/1981	DEFERIDO
71	0159	ELOI MOMM	03. Operário	28/03/1970	DEFERIDO
75	0215	ERALDO JOSE SOTERIO	03. Operário	05/01/1966	DEFERIDO
137	0154	MAICON ROHLING	03. Operário	21/02/1991	DEFERIDO
174	0196	NILTON ERRARDT	03. Operário	02/11/1969	DEFERIDO
175	0112	OLACIR ADRIANO VOSS	03. Operário	08/11/1981	DEFERIDO
185	0128	RAFAEL RODE	03. Operário	26/08/1992	DEFERIDO
188	0044	RAIMUNDO BITTENCOURT.	03. Operário	09/09/2063	DEFERIDO
216	0110	VALDECIR KERSCHBAUM	03. Operário	24/04/1974	DEFERIDO
22	0104	BEATRIZ KARNOSKI JASPER	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	26/10/1976	DEFERIDO
32	0008	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	30/07/1984	DEFERIDO
48	0030	DANIELA KRAUS	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	11/02/1986	DEFERIDO
58	0111	DENISE MACHADO KLETTENBERG	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	01/03/1982	DEFERIDO
66	0157	ELAINE THOLL JASPER	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	11/03/1982	DEFERIDO
68	0086	ELISÂNGELA SEBOLD MACIEL	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	09/08/1977	DEFERIDO
73	0066	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	07/06/1990	DEFERIDO
80	0150	EVILANEA DE OLIVEIRA.	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	14/08/1984	DEFERIDO
106	0118	JAQUELINE LEHMKUHL	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	09/01/1989	DEFERIDO
113	0062	JOSIANE HEERDT FARIAS	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	05/08/1979	DEFERIDO
117	0071	JOSIANI MACHADO DE PINHO	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	11/10/1983	DEFERIDO
128	0054	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	06/04/1989	DEFERIDO
145	0027	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIASM	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	26/04/1970	DEFERIDO
148	0114	MARINELMA RAYMUNDO	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	02/07/1983	DEFERIDO
153	0175	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	29/07/1980	DEFERIDO
166	0074	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	11/12/1986	DEFERIDO
172	0025	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA.	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	20/10/1967	DEFERIDO
177	0121	PATRICIA MACHADO HINCKEL	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	11/02/1988	DEFERIDO
189	0198	REGIANE MARQUEZ	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	29/12/1982	DEFERIDO
195	0079	RITA DE CÁSSIAPEREIRA	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	04/04/1974	DEFERIDO
197	0189	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	27/11/1987	DEFERIDO
218	0099	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	04. Professor Educação Infantil (habilitado)	27/07/1974	DEFERIDO
13	0138	ANA KAROLINE JOCHEM	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	04/11/1995	DEFERIDO
25	0210	BRUNA THOLL	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	21/04/1994	DEFERIDO
46	0168	DANIELA GUIMARAS ERN	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	22/06/1986	DEFERIDO
61	0178	DENISE RAYMUNDO DA SILVA	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	29/06/1984	DEFERIDO

83	0186	FABIANA THOLL	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	26/03/1985	DEFERIDO
96	0219	JACIARA ERRARDT	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	14/10/1994	DEFERIDO
132	0195	LUCIANA DE SOUZA NEUHAUS	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	22/09/1980	DEFERIDO
140	0123	MARCIANE LUCKMANN FRANÇA	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	30/03/1967	DEFERIDO
162	0090	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	06/12/1993	DEFERIDO
170	0213	NEIDE ELIAS RENGEL	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	23/04/1978	DEFERIDO
179	0081	PATRICIA PEREIRA	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	27/04/1993	DEFERIDO
186	0088	RAFAELA GUIMARÃES	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	19/06/1992	DEFERIDO
192	0006	RENATA PORTES DOS SANTOS	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	07/01/1992	DEFERIDO
210	0050	TAINA LETICIA LOPES KLETTENBERG	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	09/09/1994	DEFERIDO
212	0141	TAINE RODE	05. Professor de Educação Infantil (não-habilitado)	30/08/1993	DEFERIDO
1	0057	ALDO JEREMIAS	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	27/08/1967	DEFERIDO
23	0105	BEATRIZ KARNOSKI JASPER	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	26/10/1976	DEFERIDO
33	0009	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	30/07/1984	DEFERIDO
35	0162	CLAUDINEI DA SILVEIRA	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	07/05/1975	DEFERIDO
49	0031	DANIELA KRAUS	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	11/02/1986	DEFERIDO
59	0113	DENISE MACHADO KLETTENBERG	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	01/03/1982	DEFERIDO
65	0188	ELAINE THOLL JASPER	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	11/03/1982	DEFERIDO
69	0087	ELISÂNGELA SEBOLD MACIEL	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	09/08/1977	DEFERIDO
72	0065	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	07/06/1990	DEFERIDO
81	0152	EVILANEA DE OLIVEIRA.	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	14/08/1984	DEFERIDO
105	0085	JAQUELINE LEHMKUHL	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	09/01/1989	DEFERIDO
114	0067	JOSIANE HEERDT FARIAS	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	05/08/1979	DEFERIDO
118	0072	JOSIANI MACHADO DE PINHO	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	11/10/1983	DEFERIDO
129	0055	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	06/04/1989	DEFERIDO
146	0028	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIASM	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	26/04/1970	DEFERIDO
149	0116	MARINELMA RAYMUNDO	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	02/07/1983	DEFERIDO
152	0140	MARISTELA MICHELS WELTER	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	07/11/1976	DEFERIDO
154	0176	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	29/07/1980	DEFERIDO
167	0075	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	11/12/1986	DEFERIDO
178	0122	PATRICIA MACHADO HINCKEL	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	11/02/1988	DEFERIDO
190	0200	REGIANE MARQUEZ	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	29/12/1982	DEFERIDO
196	0080	RITA DE CÁSSIAPEREIRA	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	04/04/1974	DEFERIDO
198	0190	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	27/11/1987	DEFERIDO
217	0097	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	06. Professor Séries Iniciais (habilitado)	27/07/1974	DEFERIDO
14	0139	ANA KAROLINE JOCHEM	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	04/11/1995	DEFERIDO
16	0012	ANA ZILDA DE OLIVEIRA SEMANN	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	21/04/1995	DEFERIDO
47	0170	DANIELA GUIMARAS ERN	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	22/06/1986	DEFERIDO
52	0181	DEISEANE DOS SANTOS	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	12/01/1993	DEFERIDO
84	0187	FABIANA THOLL	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	26/03/1985	DEFERIDO
103	0165	JANICE MACHADO	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	02/10/1994	DEFERIDO
131	0194	LUCIANA DE SOUZA NEUHAUS	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	22/09/1980	DEFERIDO

163	0091	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	06/12/1993	DEFERIDO
169	0212	NEIDE ELIAS RENGEL	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	23/04/1978	DEFERIDO
180	0082	PATRICIA PEREIRA	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	27/04/1993	DEFERIDO
187	0089	RAFAELA GUIMARÃES	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	19/06/1992	DEFERIDO
193	0007	RENATA PORTES DOS SANTOS	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	07/01/1992	DEFERIDO
209	0049	TAINA LETICIA LOPES KLETTENBERG	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	09/09/1994	DEFERIDO
213	0142	TAINE RODE	07. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)	30/08/1993	DEFERIDO
64	0078	EDILSON FAUSTINO DA MOTA	08. Professor de Artes (habilitado)	27/05/1978	DEFERIDO
122	0124	JULIE MARA DE OLIVEIRA	08. Professor de Artes (habilitado)	06/11/1989	DEFERIDO
207	0061	SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS	08. Professor de Artes (habilitado)	07/04/1983	DEFERIDO
18	0034	ANGELICA SILVEIRA SYPRIANY	09. Professor de Artes (não-habilitado)	07/07/1992	DEFERIDO
34	0010	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	09. Professor de Artes (não-habilitado)	30/07/1984	DEFERIDO
41	0094	CYNTHIA KAMMERS BOSIO	09. Professor de Artes (não-habilitado)	23/11/1988	DEFERIDO
44	0040	DAIANI ANDRÉ MEURER	09. Professor de Artes (não-habilitado)	29/08/1987	DEFERIDO
56	0130	DEIVID DIONI MONTEIRO	09. Professor de Artes (não-habilitado)	17/04/1992	DEFERIDO
74	0171	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	09. Professor de Artes (não-habilitado)	07/06/1990	DEFERIDO
104	0166	JANICE MACHADO	09. Professor de Artes (não-habilitado)	02/10/1994	DEFERIDO
110	0202	JEAN FABRICIO PAUL	09. Professor de Artes (não-habilitado)	30/09/1993	DEFERIDO
120	0019	JULIANA MARIA LONGEN	09. Professor de Artes (não-habilitado)	20/07/1978	DEFERIDO
127	0022	LUAN FERNANDO PEREIRA	09. Professor de Artes (não-habilitado)	13/03/1992	DEFERIDO
141	0125	MARCIANE LUCKMANN FRANÇA	09. Professor de Artes (não-habilitado)	30/03/1967	DEFERIDO
159	0180	MILENE RAMOS	09. Professor de Artes (não-habilitado)	23/11/1977	DEFERIDO
165	0073	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA	09. Professor de Artes (não-habilitado)	11/12/1986	DEFERIDO
60	0115	DENISE MACHADO KLETTENBERG	10. Professor de Ciências (habilitado)	01/03/1982	DEFERIDO
30	0003	CARLOS LEONARDO SCHULLER	11. Professor de Ciências (não-habilitado)	17/07/1995	DEFERIDO
86	0145	FERNANDO RENGEL	11. Professor de Ciências (não-habilitado)	06/02/1991	DEFERIDO
136	0173	LUIZ CARLOS DE SOUZA JUNIOR	11. Professor de Ciências (não-habilitado)	04/09/1994	DEFERIDO
40	0093	CYNTHIA KAMMERS BOSIO	12. Professor de Educação Física (habilitado)	23/11/1988	DEFERIDO
42	0043	DAIANA WEBER	12. Professor de Educação Física (habilitado)	17/02/1987	DEFERIDO
156	0108	MAURO CORDEIRO DOS SANTOS	12. Professor de Educação Física (habilitado)	26/06/1985	DEFERIDO
2	0058	ALDO JEREMIAS	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	27/08/1967	DEFERIDO
28	0102	CARINA SYPRIANI	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	31/08/1987	DEFERIDO
55	0129	DEIVID DIONI MONTEIRO	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	17/04/1992	DEFERIDO
82	0153	EVILANEA DE OLIVEIRA.	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	14/08/1984	DEFERIDO
88	0147	FERNANDO RENGEL	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	06/02/1991	DEFERIDO
90	0134	GIOVANI ANACLETO	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	26/09/1993	DEFERIDO
160	0184	MILENE RAMOS	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	23/11/1977	DEFERIDO
171	0084	NERY ANTONIO CAPISTRANO JUNIOR	13. Professor de Educação Física (não-habilitado)	03/06/1944	DEFERIDO
3	0059	ALDO JEREMIAS	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	27/08/1967	DEFERIDO
11	0191	ALLAN JUNIOR FERREIRA	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	06/05/1991	DEFERIDO

27	0101	CARINA SYPRIANI	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	31/08/1987	DEFERIDO
36	0167	CLAUDINEI DA SILVEIRA	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	07/05/1975	DEFERIDO
45	0041	DAIANI ANDRÉ MEURER	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	29/08/1987	DEFERIDO
53	0182	DEISEANE DOS SANTOS	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	12/01/1993	DEFERIDO
57	0131	DEIVID DIONI MONTEIRO	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	17/04/1992	DEFERIDO
78	0135	ESILENI SCHNEIDER	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	07/02/1982	DEFERIDO
91	0136	GIOVANI ANACLETO	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	26/09/1993	DEFERIDO
100	0207	JANDERSON MACHADO	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	18/05/1994	DEFERIDO
109	0201	JEAN FABRICIO PAUL	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	30/09/1993	DEFERIDO
121	0020	JULIANA MARIA LONGEN	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	20/07/1978	DEFERIDO
123	0126	JULIE MARA DE OLIVEIRA	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	06/11/1989	DEFERIDO
126	0021	LUAN FERNANDO PEREIRA	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	13/03/1992	DEFERIDO
161	0185	MILENE RAMOS	15. Professor de Ensino Religioso (não-habilitado)	23/11/1977	DEFERIDO
43	0039	DAIANI ANDRÉ MEURER	16. Professor de Geografia (habilitado)	29/08/1987	DEFERIDO
116	0070	JOSIANI MACHADO DE PINHO	16. Professor de Geografia (habilitado)	11/10/1983	DEFERIDO
176	0120	PATRICIA MACHADO HINCKEL	16. Professor de Geografia (habilitado)	11/02/1988	DEFERIDO
182	0203	PATRÍCIA ZUNINO	16. Professor de Geografia (habilitado)	02/12/1989	DEFERIDO
26	0100	CARINA SYPRIANI	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	31/08/1987	DEFERIDO
37	0169	CLAUDINEI DA SILVEIRA	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	07/05/1975	DEFERIDO
77	0133	ESILENI SCHNEIDER	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	07/02/1982	DEFERIDO
125	0016	LUAN FERNANDO PEREIRA	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	13/03/1992	DEFERIDO
135	0172	LUIZ CARLOS DE SOUZA JUNIOR	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	04/09/1994	DEFERIDO
184	0096	RAFAEL RENGEL	17. Professor de Geografia (não-habilitado)	24/06/1992	DEFERIDO
115	0068	JOSIANE HEERDT FARIAS	18. Professor de História (habilitado)	05/08/1979	DEFERIDO
20	0036	ANGELICA SILVEIRA SYPRIANY	19. Professor de História (não-habilitado)	07/07/1992	DEFERIDO
89	0197	FLADEMIR FRANZ	19. Professor de História (não-habilitado)	08/06/1984	DEFERIDO
101	0208	JANDERSON MACHADO	19. Professor de História (não-habilitado)	18/05/1994	DEFERIDO
183	0095	RAFAEL RENGEL	19. Professor de História (não-habilitado)	24/06/1992	DEFERIDO
119	0015	JULIANA MARIA LONGEN	20. Professor Língua Inglesa (habilitado)	20/07/1978	DEFERIDO
29	0002	CARLOS LEONARDO SCHULLER	21. Professor Língua Inglesa (não-habilitado)	17/07/1995	DEFERIDO
54	0183	DEISEANE DOS SANTOS	21. Professor Língua Inglesa (não-habilitado)	12/01/1993	DEFERIDO
107	0119	JAQUELINE LEHMKUHL	21. Professor Língua Inglesa (não-habilitado)	09/01/1989	DEFERIDO
130	0056	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	21. Professor Língua Inglesa (não-habilitado)	06/04/1989	DEFERIDO
31	0004	CARLOS LEONARDO SCHULLER	23. Professor Língua Portuguesa (não-habilitado)	17/07/1995	DEFERIDO
76	0132	ESILENI SCHNEIDER	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	07/02/1982	DEFERIDO
92	0137	GIOVANI ANACLETO	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	26/09/1993	DEFERIDO
98	0037	JANAINA PEREIRA	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	05/07/1994	DEFERIDO
134	0144	LUIZ CARLOS DE SOUZA JUNIOR	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	04/09/1994	DEFERIDO
164	0092	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	06/12/1993	DEFERIDO

211	0051	TAINA LETICIA LOPES KLETTENBERG	25. Professor de Matemática (não-habilitado)	09/09/1994	DEFERIDO
10	0155	ALISSON BORGES DOS SANTOS	27. Professor de Informática (não-habilitado)	20/07/1994	DEFERIDO
12	0193	ALLAN JUNIOR FERREIRA	27. Professor de Informática (não-habilitado)	06/05/1991	DEFERIDO
19	0035	ANGELICA SILVEIRA SYPRIANY	27. Professor de Informática (não-habilitado)	07/07/1992	DEFERIDO
87	0146	FERNANDO RENGEL	27. Professor de Informática (não-habilitado)	06/02/1991	DEFERIDO
94	0127	GUSTAVO PEREIRA	27. Professor de Informática (não-habilitado)	05/04/1994	DEFERIDO
99	0206	JANDERSON MACHADO	27. Professor de Informática (não-habilitado)	18/05/1994	DEFERIDO
108	0192	JEAN FABRICIO PAUL	27. Professor de Informática (não-habilitado)	30/09/1993	DEFERIDO
133	0209	LUIS FERNANDO RAMOS	27. Professor de Informática (não-habilitado)	09/06/1992	DEFERIDO
150	0117	MARINELMA RAYMUNDO	27. Professor de Informática (não-habilitado)	02/07/1983	DEFERIDO
147	0029	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIASM	28. Segundo Professor (habilitado)	26/04/1970	DEFERIDO
173	0026	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA.	28. Segundo Professor (habilitado)	20/10/1967	DEFERIDO
24	0106	BEATRIZ KARNOSKI JASPER	29. Segundo Professor (não-habilitado)	26/10/1976	DEFERIDO
50	0032	DANIELA KRAUS	29. Segundo Professor (não-habilitado)	11/02/1986	DEFERIDO
139	0045	MARCIANE LUCKMANN FRANÇA	29. Segundo Professor (não-habilitado)	30/03/1967	DEFERIDO
155	0177	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	29. Segundo Professor (não-habilitado)	29/07/1980	DEFERIDO
181	0083	PATRICIA PEREIRA	29. Segundo Professor (não-habilitado)	27/04/1993	DEFERIDO
194	0011	RENATA PORTES DOS SANTOS	29. Segundo Professor (não-habilitado)	07/01/1992	DEFERIDO
214	0143	TAINE RODE	29. Segundo Professor (não-habilitado)	30/08/1993	DEFERIDO
219	0042	VIVIANE STAROSCKY	29. Segundo Professor (não-habilitado)	27/08/1989	DEFERIDO

Chapadão do Lageado (SC), 14 de novembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito do Município de Chapadão do Lageado

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Nº0591 de 12.11.2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº0591, de 12.11.2013.

“DISPÕE SOBRE AS NORMAS REFERENTES AO PLANTIO DE ÁRVORES EXÓTICAS E OUTRAS ÁRVORES DE GRANDE PORTE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANDRÊ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O plantio de árvores exóticas (eucalipto, pinus, etc.) e outras árvores de grande porte obedecerão a uma faixa de aceiro preventivo conforme determina a presente lei.

§1º A distância junto a rede de distribuição de energia elétrica, margens das vias públicas municipais ou estaduais bem como recuo frontal das proximidades de edificações localizados nas áreas urbanas, de extensão urbana ou rurais obedeceram as seguintes medidas de faixa de aceiro:

- a) Para árvores de porte ≤ a 15.00 metros, a faixa de aceiro é de 6.00 metros;
- b) Para árvores de porte ≥ a 15.00 metros, a faixa de aceiro é de 10.00 metros;
- c) Para as divisas de lotes que confrontem com uso agropecuário, a faixa de aceiro é de 10.00 metros;

d) Em caso de acordo entre as partes, este deverá ser elaborado um contrato devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos.

§2º As árvores nativas existente que estiverem dentro dos limites da presente Lei, somente poderão ser cortadas mediante autorização expressa do órgão ambiental competente.

§3º O proprietário poderá, nesta área de recuo, plantar vegetação rasteira, árvores frutíferas e outras culturas com até 2 metros de altura ou realizar pastagem.

§4º Fica o prazo de 5 anos estabelecido nesta lei para as propriedades fazerem a retirada total das espécies cultivadas dentro da faixa de aceiro preventivo.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 2º A Secretária do Meio Ambiente e Turismo fica responsável pela liberação das atividades localizadas nas diversas zonas municipais.

Art. 3º O desrespeito a presente Lei acarretará aos responsáveis pelo plantio das árvores o pagamento por todo e qualquer dano que por ventura ocorrer devido a queda ou outro problema ocasionada pela árvore plantada.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, 12 de novembro de 2013.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº. 219/13

EXTRATO DO CONTRATO Nº 219/13 DAPMCS. Processo de Licitação n. 86/2013. Carta Convite nº. 16/2013. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: TEIXEIRA CONSTRUÇÕES LTDA. ASSINATURA: 11/11/2013. VIGÊNCIA: até 31/12/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 4.4.90.51.07(41);(45). OBJETO: Reforma e manutenção das escolas municipais de Cocal do Sul. VALOR: R\$ 99.935,66 (noventa e nove mil novecentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos).

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo 273/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 273/2013, de 13 /11/2013.
APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº. 18/13 QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DO RIO PERSE, E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

VOLNEI DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de convênio Nº. 18/2013, objetivando o repasse de valores financeiro, autorizado pela Lei Municipal Nº.1.171, de 02 de outubro de 2013, para pagamento de despesas na reforma da sede, conforme Plano de Trabalho apresentado.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de intenções, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 13 de novembro de 2013.

VOLNEI DA SILVA JOÃO GERALDO ECHELI

Presidente da Câmara 1º Secretário

Concórdia

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 648

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 648, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano.

Art. 1º A Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano, terá dispositivos alterados e acrescidos na forma desta Lei.

Art. 2º O art. 33, terá os seguintes dispositivos alterado e acrescidos:

I - O parágrafo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Os casos previstos nos parágrafos anteriores não se aplicam quando uma das zonas for a Zona com Restrições Físico-Naturais." (NR)

II - Ficam acrescidos parágrafos 4º e 5º, com a seguinte redação:

"§ 4º Para fins de parcelamento do solo, caso a gleba esteja situada parte em área urbana e parte em área rural, considerar-se-á toda no perímetro urbano se a maior porção estiver em área urbana.

§ 5º Havendo divergência entre o mapa de zoneamento gerado pelas informações do voo, especificamente quanto a declividade, e o projeto planialtimétrico levantado, das áreas delimitadas como ZRFNs, será considerado o projeto apresentado." (AC)

Art. 3º O art. 38 terá os seguintes dispositivos alterados:

I - O parágrafo 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A largura mínima das faixas de drenagem dos cursos d'água será de acordo com o Anexo II desta Lei. A faixa é a partir da margem do curso d'água e para cada lado." (NR)

II - Os parágrafos 4º e 5º passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º As faixas de drenagem dos cursos d'água serão observadas mesmo quando os cursos d'água estiverem canalizados parcialmente ou totalmente.

§ 5º Nas áreas já parceladas, será permitido o uso da faixa de drenagem, de que trata a tabela do Anexo II desta Lei, para acesso de veículos e pedestres." (NR)

Art. 4º Os itens 1 e 2 da alínea "d" do inciso III do art. 42 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. ()

1. CS4A: comércio varejista de combustíveis; comércio varejista de derivados de petróleo; postos de abastecimento de combustível; postos de abastecimento de aeronaves, serviços de bombas de combustível para abastecimento de veículos de empresas; depósitos e/ou armazéns de agrotóxicos (defensivos agrícolas), inseticidas, pesticidas, fungicidas e similares; depósitos e armazéns de explosivos e inflamáveis; estações de controle, depósitos e postos de venda de gás liquefeito de petróleo; aeroportos; portos; subestações reguladoras de energia elétrica, de telecomunicações e comércio de sucatas e/ou ferros-velhos;

2. CS4B: comércio varejista de combustíveis de veículos de passeio; serviços de bombas de combustível para abastecimento de veículos de pequeno porte de empresas; hiper e supermercados - com área construída total maior ou igual a 1.000,00m² (mil metros quadrados); shopping centers e atividades similares;" (NR)

Art. 5º O parágrafo 4º do art. 43 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43 ()

§ 4º Os empreendimentos sujeitos à análise poderão ter suas atividades permitidas, desde que efetuados os ajustes e as medidas necessárias para a eliminação do conflito potencial eminente, ou

forem adaptadas aos parâmetros estabelecidos na legislação, com vistas à conservação ambiental e à manutenção da qualidade de vida da população do entorno.” (NR)

Art. 6º O art. 48 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48. Toda e qualquer divisão de terras, na área urbana, far-se-á de acordo com a Lei Municipal de Parcelamento do Solo, atendidas as prescrições da legislação federal e estadual existentes.

Parágrafo único. Serão observadas, nas zonas de uso, as respectivas áreas mínimas de cada lote, definidas nos Anexos III a XXIII desta Lei.” (NR)

Art. 7º Os Anexos I, III a VII, IX a XVIII e XX a XXII passam a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 8º Ficam revogados os artigos 34, 35 e 71.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Complementar Nº 649

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 649, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - SMDC; institui o Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, a Comissão Permanente de Normatização - CPN, o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD e o Conselho Gestor do FMDD. O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - SMDC; institui o Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, a Comissão Permanente de Normatização - CPN, o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD e o Conselho Gestor do FMDD, terá dispositivos alterados e acrescido na forma desta Lei.

Art. 2º O art. 18 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Os recursos do FMDD poderão ser aplicados, avaliados os fundamentos, relevância e finalidade:

I - em projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção dos bens, interesses e valores relacionados aos direitos difusos e coletivos;

II - no auxílio financeiro para a promoção de eventos educativos cuja finalidade seja o fomento de cultura ou práticas protetivas dos bens, interesses e valores relacionados ao direito do consumidor, cultura, artes, de proteção ao meio ambiente e na edição de material informativo especificamente relacionado com a natureza dos direitos difusos e coletivos ou com o dano causado, desde que a finalidade estatutária da entidade esteja alinhada com os objetivos do FMDD e do projeto apresentado;

III - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento

investigatório preliminar, instaurados para apuração de fato ofensivo a interesse difuso ou coletivo;

IV - na aquisição de equipamentos e material permanente para utilização do PROCON e demais órgãos públicos de fiscalização das áreas do meio ambiente, de proteção do consumidor, de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e da ordem urbanística;

V - aquisição de veículo de pequeno porte para o exercício de órgãos públicos de fiscalização, cuja finalidade social relacione-se às áreas citadas no inciso IV, deste artigo;

VI - para pagamento de cursos de capacitação técnica dos funcionários do PROCON, privilegiando-se os cursos voltados à prática de atendimento/encaminhamento das questões afetas ao funcionamento dos órgãos mencionados no inciso IV deste artigo;

VII - para equipar salas de educação ambiental.

§ 1º Na hipótese do inciso III deste artigo, deverá o COMDECON considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, sua relevância, urgência e evidências de sua necessidade.

§ 2º A destinação dos recursos será aplicada prioritariamente para projetos relacionados a ressarcir a coletividade por danos causados ao consumidor, ao meio ambiente, à economia popular, a bens e direitos de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

§ 3º Poderão pleitear recursos do FMDD, para fins de execução de projetos voltados à tutela e preservação dos bens, interesses e valores relacionados aos direitos difusos e coletivos, os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Estado e dos Municípios, assim como as organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 2 (dois) anos, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades do Fundo.

§ 4º Os projetos poderão ser aprovados de maneira parcial, em qualquer percentual, a critério do julgamento promovido pelo Conselho Gestor do Fundo, desde que devidamente justificado, com distribuição a entidades, com vistas à manutenção e preservação do Fundo, para benefício da coletividade.

§ 5º O Conselho Gestor do FMDD poderá lançar Edital de Credenciamento para selecionar projetos cujos objetos estejam relacionados ao disposto nos incisos I a VII deste artigo, ficando limitado a aprovação de 1 (um) projeto por entidade, a cada edital, salvo aqueles relacionados a área do consumidor e meio ambiente.

§ 6º As despesas financeiras dos processos licitatórios, oriundos de projetos aprovados pelo Conselho Gestor do FMDD, serão ressarcidas, semestralmente, ao Município.” (NR)

Art. 3º O art. 22 terá os seguintes dispositivos alterado e acrescido:

I - o § 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º As sessões plenárias instalar-se-ão com, no mínimo, 4 (quatro) de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.” (NR)

II - fica acrescido § 6º com a seguinte redação:

“§ 6º Caberá ao Presidente o voto de minerva, em caso de empate.” (AC)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 5.844

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.844, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.589, de 25 de outubro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 135.000,00

Fonte de Recursos 0.3.1700 Recursos da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP R\$ 50.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 185.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0017.2019 Ações de Merenda para as Creches

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0030.2030 Ações de Saneamento

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Projeto/Atividade 15.451.0029.2029 Ações dos Serviços Urbanos

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.1700 Recursos da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 185.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Portaria Nº 151/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 151/2013, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso III do art. 2º da Portaria nº 125/2013, de 2 de setembro de 2013, que instaura Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo os servidores IVAN LUIS BANDEIRA, ocupante do cargo de Técnico Enfermagem do SAMU e JOCIMAR ROSSATO, ocupante do cargo de Motorista Socorrista, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ()

III - vogal: ANELISE DANDREIA CHIARELLO GROSS, servidora estável, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 152/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 152/2013, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - GILVAN PAZZINI, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, a partir de 1º de novembro de 2013;

II - LOURDES BERENICE DETONI PICCOLI, ocupante do cargo de Médico, matrícula 94382-00, a partir de 1º de novembro de 2013;

III - VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 1º de novembro de 2013;

IV - VERONICA SALETE BORTOLI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 21 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 153/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 153/2013, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

R E S O L V E:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 1º a 17 de novembro de 2013:

I - CELIO MAIER, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos - Motoniveladora;
II - DANUBIA BEDIN MARCON, ocupante do cargo de Enfermeiro Comunitário.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 154/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 154/2013, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei nº 1.874, de 2 de dezembro de 1983 e alteração e no Decreto nº 2.040, de 14 de dezembro de 1983 e alteração.
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o senhor JANDIR DA COSTA, a substituir o veículo que utilizava como táxi, no Ponto de Táxi nº 2, localizado na Rua Dr. Maruri, em frente à Edificação nº 911, em cujo local operará com o veículo das seguintes características:

- I - marca: Volkswagen;
- II - modelo: Novo Voyage 1.6;
- III - ano/modelo: 2013/2014;
- IV - chassi: 9BWDB45U2ET091234.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 132/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2013- PMC

Objeto: Aquisição de apostilas didáticas utilizadas pelos alunos no desenvolvimento das aulas de língua estrangeira, nas Escolas da rede Municipal conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 02/12/2013.
Abertura: dia 03/12/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 12 de Novembro de 2013.
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 135/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2013- PMC

Objeto: contratação de empresa especializada na fabricação de estruturas metálicas para prestação de serviços de construção de barreiras para pedestres, em tubo redondo de aço galvanizado à fogo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 16h00min. do dia 03/12/2013
Abertura: dia 04/12/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 13 de dezembro de 2013.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Comunicação de Interposição Recursal Tomada de Preço Nº 19/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇO Nº 19/2013 - PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada em instalação de redes de distribuição de energia elétrica para deslocamento de Rede, no entroncamento entre as Ruas: Tancredo de Almeida Neves, Doutor Maruri e João Suzin Marini, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no § 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, comunicamos a licitante: EDMAR DA SILVA ME que a licitante: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - ME interpôs, na data de 12/11/2013, recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 13 de novembro de 2013.

NAIR KOPPE VOGT

Vice Presidente da CPL

Coronel Freitas**PREFEITURA****Convite Nº 34/2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de CONVITE Nº 34/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE SALA PARA DEPÓSITO DE MATERIAIS E REFORMA DE ESTRUTURA DE CONCRETO E COBERTURACONTRAT

Tipo: Menor Valor/Global

Entrega dos envelopes: até as 09:00 h do dia 21/11/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 21/11/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 12 de Novembro de 2013
MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Publicação de Contrato

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato nº 146/2013

Contratado: ITAJUÍ ENGENHARIA DE OBRAS LTDA.

Objeto: Contratação de empresa para execução pelo sistema de empreitada global (materiais, serviços e equipamentos), de rede coletora de esgotos, ligações, estações elevatórias, linhas de recalque e etc - estação de tratamento de esgotos, no perímetro urbano da cidade de Coronel Freitas/SC, tudo conforme projetos, memorial descritivo e orçamento

Valor: 9.025.370,10 (nove milhões, vinte e cinco mil, trezentos e setenta reais, dez centavos)

Vigência: 12 meses contados da emissão da ordem de serviço.

Coronel Martins

PREFEITURA

Portaria Nº 197, de 05 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº 197, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013.

CONCEDE AFASTAMENTO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso b do Artigo nº 92 da Lei Complementar Municipal Nº 005/2003 de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Afastamento a Servidora Pública Municipal, Sra. Adriana Salete Madella Burato ocupante do Cargo de Professora, por um período de 07 (sete) dias, a partir do dia 03 a 09 de novembro de 2013, pelo motivo do falecimento de seu cunhado Sr. João Neves Pain ocorrido no dia 03/11/2013, conforme cópia da Certidão de Óbito em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 05 de novembro de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Quarto Termo Aditivo Nº. 017/2013 de Contrato de 24 de Outubro de 2013.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 017/2013 DE CONTRATO DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.

MÊS/ANO: JANEIRO/2011. NÚMERO CONTRATO: 005/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2011

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração das Cláusulas Segunda e Quarta do Contrato n. 005, de 03 de Janeiro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula Segunda do Contrato 005/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

2.1 O prazo do contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014 sendo prorrogável, automaticamente, após cada período, caso as partes não se manifestem até 30 (trinta) dias antes do término;

A Cláusula Quarta do Contrato 005/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:

Pelos serviços de manutenção, pagará a CONTRATANTE, a quantia mensal de R\$ 343,04 (trezentos e quarenta e três reais e quatro centavos), até 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal da prestação do serviço, através de boleto bancário, que lhe será enviado;

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Quarta e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 05.982.200/0001-00

CONTRATADO: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E CONSULTORIA LTDA

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Convênio 009/2013

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO 009/2013

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2013. NÚMERO CONVÊNIO: 009/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/11/2013

DESCRIÇÃO: Este convênio tem por finalidade o desenvolvimento do Projeto OdontoSESC, implantado no estado de Santa Catarina, objetivando a Educação para a Saúde Bucal, através da assistência Odontológica à comunidade, bem como a realização de ações de Educação em Saúde.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Julcemar Comachio

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 03.603.595/0016-44

CONVENIADA: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC
DATA VENCIMENTO CONVÊNIO: 48 dias úteis.

Correia Pinto

PREFEITURA

Pregão Presencial - Processo 09/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL 09/2013 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS QUE NÃO COMPOEM A LISTA DA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, CONFORME TABELA ABCFARMA E O DISPOSTO NESTE EDITAL, PARA O ANO DE 2014. Tipo: Menor preço por LOTE. Abertura dos envelopes: 27/11/2013 às 10:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e 13:30 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 14 de novembro de 2013.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON GERALDO RODRIGUES ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

Pregão Presencial - Processo 77/2013 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL 77/2013 - PREFEITURA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 27/11/2013 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e 13:30 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 14 de novembro de 2013.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

Pregão Presencial - Processo 78/2013 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL 78/2013 - PREFEITURA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO, PARA A FROTA DA PREFEITURA

MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, PARA O ANO DE 2014. Tipo: Menor preço por LOTE. Abertura dos envelopes: 27/11/2013 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e 13:30 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 14 de novembro de 2013.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON GERALDO RODRIGUES ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato - Processo 2/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - CAMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO
Instrumento: Contrato nº 002/2013
Processo Licitatório nº 002/2013

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL
Partes: Câmara de Vereadores de Correia Pinto/SC e Janaina dos Passos
CPF: 054.818.799-13
Valor: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Correia Pinto/SC 12 de novembro de 2013
ANGELO IRINEU DE BARROS
Presidente

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 282/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 282/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de medalhas de chocolate ao leite para entrega aos alunos do programa de iniciação esportiva durante o torneio que se realizará nos dias 06, 07 e 08 de dezembro de 2013, encerramento das atividades anuais e para os idosos participantes do programa vida saudável, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope

contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 29/11/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 29/11/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 12 de Novembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

DIEGO SEBEM WORDELL

Prefeito Municipal

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 48/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de mobiliário e eletroeletrônicos para uso na Casa de Proteção Infância Juvenil, conforme anexo I deste edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 28/11/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 28/11/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 11 de Novembro de 2013.

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS

DIEGO SEBEM WORDELL

Presidente do Fundo

Pregoeiro

Contrato Nº.: 388/2013

Contrato Nº.: 388/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Valor : 372,00 (trezentos e setenta e dois reais)

Vigência : Início: 01/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município

Curitiba, 12 de Novembro de 2013

Contrato Nº.: 389/2013

Contrato Nº.: 389/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda

Valor : 13.071,00 (treze mil e setenta e um reais)

Vigência : Início: 01/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2012

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município

Curitiba, 12 de Novembro de 2013

Contrato Nº.: 390/2013

Contrato Nº.: 390/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : 7.329,65 (sete mil trezentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 18/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM

Curitiba, 12 de Novembro de 2013

Contrato Nº.: 391/2013

Contrato Nº.: 391/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

Valor : 21.630,00 (vinte e um mil seiscentos e trinta reais)

Vigência : Início: 18/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM

Curitiba, 12 de Novembro de 2013

Contrato Nº.: 392/2013

Contrato Nº.: 392/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Drogaria e Farmácia Cassiano Ltda

Valor : 1.698,00 (um mil seiscentos e noventa e oito reais)

Vigência : Início: 18/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM

Curitiba, 12 de Novembro de 2013

Contrato Nº.: 393/2013

Contrato Nº.: 393/2013

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda.

Valor : 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 18/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM

Curitiba, 12 de Novembro de 2013

Contrato Nº...: 394/2013

Contrato Nº...: 394/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : LA Dalla Porta Junior

Valor : 530,00 (quinhentos e trinta reais)

Vigência : Início: 18/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM

Curitibanos, 12 de Novembro de 2013

Contrato Nº...: 395/2013

Contrato Nº...: 395/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : 5.583,00 (cinco mil quinhentos e oitenta e três reais)

Vigência : Início: 18/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM

Curitibanos, 12 de Novembro de 2013

Contrato Nº...: 396/2013

Contrato Nº...: 396/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor : 8.569,60 (oito mil quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 18/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM

Curitibanos, 12 de Novembro de 2013

Contrato Nº...: 397/2013

Contrato Nº...: 397/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Promefarma Representações Comerciais Ltda

Valor : 1.366,40 (um mil trezentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 18/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM

Curitibanos, 12 de Novembro de 2013

Contrato Nº...: 398/2013

Contrato Nº...: 398/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Marcelo Sprigico

Valor : 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)

Vigência : Início: 25/10/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Confeção de próteses dentárias totais para fornecimento a pacientes atendidos pelo Centro de Especialidades Odontológicas do Município

Curitibanos, 12 de Novembro de 2013



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Atas de Registro de Preços

Fundo Municipal de Saude, atas de registro de preços 1,2,3,5,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16 e 19/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 **Data do Registro:** 08/01/2013 **Válido até:** 08/01/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual contratação empresa para a lavação de veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Lavação completa veículo passeio com até sete lugares (02-04-0336)	UN	Marlene Leandro de Souza (1676)		0	17,0000	1
2	Lavação completa veículo utilitário (02-04-0335)	UN	Marlene Leandro de Souza (1676)		0	22,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 **Data do Registro:** 08/01/2013 **Válido até:** 08/01/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual contratação empresa para a lavação de veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Lavação completa de veículo incluindo lavação de motor (02-04-0441)	UN	Marilene Leandro de Souza (1676)		0	30,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 1/2013 Data do Registro: 08/01/2013 Válido até: 08/01/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual contratação empresa para a lavagem de veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2013**
PROCESSO N° 59/2012

(1676) - Marilene Leandro de Souza

Curitibanos, 8 de Janeiro de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013 **Data do Registro:** 29/05/2013 **Válido até:** 29/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados o Fundo Municipal de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PNEU 175/70 R14 (01-08-0027)	UN	Modelo Pneus Ltda. (1001)	Bridgestone	0	177,0000	1
			JK PNEUS LTDA (54)	Firestone	0	184,0000	2
			Comércio de Pneus Valetão Ltda (1807)	Pirelli	0	184,0700	3
			GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA (1806)	Pirelli	0	188,0000	4
2	PNEU 185R 14C 08 lonas (01-08-0026)	UN	JK PNEUS LTDA (54)	Firestone	0	264,0000	1
			Modelo Pneus Ltda. (1001)	Firestone	0	265,0000	2
			Comércio de Pneus Valetão Ltda (1807)	Pirelli	0	266,3300	3
			GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA (1806)	Pirelli	0	271,0000	4
3	PNEU 185/60 R14 (01-08-0022)	UN	JK PNEUS LTDA (54)	Firestone	0	194,6000	1
			Comércio de Pneus Valetão Ltda (1807)	Pirelli	0	194,6100	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA (1806)	Pirelli	0	198,0000	3
			Modelo Pneus Ltda. (1001)	Firestone	0	210,0000	4
4	PNEU 205/75 R16 (01-08-0023)	UN	JK PNEUS LTDA (54)	Bridgestone	0	446,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA (1806)	Pirelli	0	447,0000	2
			Modelo Pneus Ltda. (1001)	Bridgestone	0	450,0000	3
5	PNEU 185/60 R15 (01-08-0028)	UN	JK PNEUS LTDA (54)	Firestone	0	256,5000	1
			Comércio de Pneus Valetão Ltda (1807)	Pirelli	0	256,7000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA (1806)	Pirelli	0	263,0000	3
			Modelo Pneus Ltda. (1001)	Firestone	0	270,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013 **Data do Registro:** 29/05/2013 **Válido até:** 29/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados o Fundo Municipal de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	PNEU 175/70 R13 (01-08-0021)	UN	JK PNEUS LTDA (54)	Firestone	0	146,2000	1
			Comércio de Pneus Valetão Ltda (1807)	Pirelli	0	146,3000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA (1806)	Pirelli	0	148,0000	3
			Modelo Pneus Ltda. (1001)	Bridgestone	0	150,0000	4
7	PNEU 195/60 R15 (01-08-0029)	UN	JK PNEUS LTDA (54)	Firestone	0	231,5000	1
			Comércio de Pneus Valetão Ltda (1807)	Pirelli	0	231,5100	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA (1806)	Pirelli	0	237,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 29/05/2013 Válido até: 29/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados o Fundo Municipal de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Modelo Pneus Ltda. (1001)	Firestone	0	250,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2013

Número do Registro de Preços: 10/2013 Data do Registro: 29/05/2013 Válido até: 29/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados o Fundo Municipal de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2013****PROCESSO N° 14/2013**

- (54) - JK PNEUS LTDA
(1001) - Modelo Pneus Ltda.
(1806) - GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA
(1807) - Comércio de Pneus Valetão Ltda

Curitibanos, 29 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013**Número do Registro de Preços:** 11/2013 **Data do Registro:** 06/06/2013 **Válido até:** 06/06/2014**Objeto da Compra:** O Registro de Preços para futura e eventual contratação de mão de obra mecânica para manutenção e reparos de veículos pertencentes à frota municipal vinculados o Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços mecânicos diversos para manutenção de veículos com motores a gasolina. VW Kombi, VW Gol, VW Parati, VW Fusca, Fiat Uno, Fiat Doblô, Renault Logan. (02-04-2215)	H	SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		0	21,0000	1
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		0	22,0000	2
			DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		0	27,0000	3
2	Serviços mecânicos diversos para manutenção de veículos com motores a diesel. Fiat Iveco, Fiat Ducato, Renault Master, Kia Besta. (02-04-2216)	H	DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		0	28,0000	1
			SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		0	29,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013**Número do Registro de Preços:** 11/2013 **Data do Registro:** 06/06/2013 **Válido até:** 06/06/2014**Objeto da Compra:** O Registro de Preços para futura e eventual contratação de mão de obra mecânica para manutenção e reparos de veículos pertencentes à frota municipal vinculados o Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		0	32,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS**

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2013

Número do Registro de Preços: 11/2013 Data do Registro: 06/06/2013 Válido até: 06/06/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual contratação de mão de obra mecânica para manutenção e reparos de veículos pertencentes à frota municipal vinculados o Fundo Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2013****PROCESSO N° 15/2013**

- (24) - DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA
(270) - HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA.
(1792) - SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME

Curitibanos, 6 de Junho de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 17/07/2013

Válido até: 17/07/2014

Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Teste bilirrubina direta e total - colorimétrico sulfanílico diazotado (birreagente) (10-01-0008)	teste	Diagnóstica Catarinense Com. Prod. Laboratoriais (1816)	Analisa	0	0,0800	1
2	Caixa térmica em poliuretano 15 litros com tampa em forma de tenda ou com dobradiça, travamento da tampa com isolamento térmico. (10-01-0229)	UN	CASA FAGUNDES COM. VARIED. EM GERAL LTDA (42)	Termolar	0	161,3000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA.-SUPRIDENTAL (316)	incoterm	0	245,0000	2
3	Caixa térmica em poliuretano 10 litros com tampa em forma de tenda ou com dobradiça, travamento da tampa com isolamento térmico. (10-01-0230)	UN	CASA FAGUNDES COM. VARIED. EM GERAL LTDA (42)	Termolar	0	146,8500	1
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA.-SUPRIDENTAL (316)	coleman	0	220,0000	2
4	Caixa térmica em poliuretano 15 litros com tampa com dobradiças, travamento da tampa com isolamento térmico, com termometro digital acoplado. (10-01-0231)	UN	CASA FAGUNDES COM. VARIED. EM GERAL LTDA (42)	Termolar	0	161,3000	1
5	Rack de reagentes 5S 3 (original) - COBAS MIRA Classic (10-01-0214)	UN	Diagnóstica Catarinense Com. Prod. Laboratoriais (1816)	Roche	0	1.300,0000	1
6	Tubo para coleta à vácuo 13x100mm, em plástico incolor, estéril, com aspiração de 5ml, com gel separador e rolha de borracha siliconizada, sem anticoagulante. Os tubos devem ser esterilizados por radiação GAMA. Produto com registro no Ministério da Saúde. (10-01-0232)	UN	Cirúrgica Londrina Produtos Hospitalares Ltda-ME (1818)	Laborinport	0	0,5400	1
			Diagnóstica Catarinense Com. Prod. Laboratoriais (1816)	vacuplast	0	0,6000	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	Greiner-Brasil	0	0,6200	3
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA.-SUPRIDENTAL (316)	labor	0	0,6300	4
7	Tubo cônico de vidro 16x100mm, com borda, graduado 10ml, para centrifugação de urina. (10-01-0233)	UN	Cirúrgica Londrina Produtos Hospitalares Ltda-ME (1818)	Global trade	0	2,0000	1
			Diagnóstica Catarinense Com. Prod. Laboratoriais (1816)	plena	0	2,9300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013

Número do Registro de Preços: 12/2013

Data do Registro: 17/07/2013

Válido até: 17/07/2014

Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Tubo para coleta à vácuo siliconizado, 13x75mm, com citrato de sódio tamponado, volume aspirado 4ml. (10-01-0234)	UN	Cirúrgica Londrina Produtos Hospitalares Ltda-ME (1818)	Laborinport	0	0,2900	1
			Diagnóstica Catarinense Com. Prod. Laboratoriais (1816)	vacuplast	0	0,2900	2
			MF DE ALMEIDA & CIA LTDA.-SUPRIDENTAL (316)	labor	0	0,3600	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	Greiner-Brasil	0	0,5600	4
9	Luvas de vinil sem amido tamanho P, em caixas com 100un cada (10-01-0235)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA.-SUPRIDENTAL (316)	descarpak	0	10,5000	1
			Cirúrgica Londrina Produtos Hospitalares Ltda-ME (1818)	Lagratia Azzul	0	11,4000	2
			Diagnóstica Catarinense Com. Prod. Laboratoriais (1816)	descarpak	0	13,5000	3
			CASA FAGUNDES COM. VARIED. EM GERAL LTDA (42)	Descarpak	0	14,8500	4
10	Luvas de vinil sem amido tamanho M, em caixas com 100un cada (10-01-0236)	CX	MF DE ALMEIDA & CIA LTDA.-SUPRIDENTAL (316)	descarpak	0	10,5000	1
			Cirúrgica Londrina Produtos Hospitalares Ltda-ME (1818)	Lagratia Azzul	0	11,4000	2
			Diagnóstica Catarinense Com. Prod. Laboratoriais (1816)	descarpak	0	13,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013**Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 17/07/2013****Válido até: 17/07/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CASA FAGUNDES COM. VARIED. EM GERAL LTDA (42)	Descarpak	0	14,8500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2013**Número do Registro de Preços: 12/2013****Data do Registro: 17/07/2013****Válido até: 17/07/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013****PROCESSO Nº 20/2013**

(42) - CASA FAGUNDES COM. VARIED. EM GERAL LTDA

(312) - J R EHLKE & CIA LTDA

(316) - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA.-SUPRIDENTAL

(1816) - Diagnóstica Catarinense Com. Prod. Laboratoriais

(1818) - Cirúrgica Londrina Produtos Hospitalares Ltda-ME

Curitibanos, 17 de Julho de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013**Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 21/08/2013****Válido até: 21/08/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis, gasolina comum e óleo diesel comum para abastecimento de veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	GASOLINA COMUM (01-07-0004)	LT	GERHARDT & PELEGRINI LTDA (222)	Petrobras	0	2,6470	1
			POSTO BERLANDA LTDA. (391)	BR	0	2,6490	2
			Posto de Combustíveis Real Paraíso Ltda. (102)	Ipiranga	0	2,7350	3
2	OLEO DIESEL COMUM (01-07-0009)	LT	GERHARDT & PELEGRINI LTDA (222)	Petrobras	0	2,1790	1
			Posto de Combustíveis Real Paraíso Ltda. (102)	Ipirnga	0	2,1800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013**Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 21/08/2013****Válido até: 21/08/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis, gasolina comum e óleo diesel comum para abastecimento de veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POSTO BERLANDA LTDA. (391)	BR	0	2,2300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2013**Número do Registro de Preços: 13/2013****Data do Registro: 21/08/2013****Válido até: 21/08/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis, gasolina comum e óleo diesel comum para abastecimento de veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2013****PROCESSO Nº 22/2013**

(102) - Posto de Combustíveis Real Paraíso Ltda.

(222) - GERHARDT & PELEGRINI LTDA

(391) - POSTO BERLANDA LTDA.

Curitibanos, 21 de Agosto de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 28/08/2013

Válido até: 28/08/2014

Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de peças e acessórios para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Catálogo/Tabela de preços de peças e acessórios originais da linha de montagem do fabricante para o veículo GM ASTRA placas MEN-3033 ano/modelo 2007/2007. (01-09-2794)	UN	SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		11,0000	0,0000	1
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		10,0000	0,0000	2
			DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		7,0000	0,0000	3
2	Catálogo/Tabela de preços de peças e acessórios originais da linha de montagem do fabricante para o veículo VW PARATI 1.8 placas MGF-1043 ano/modelo 2008/2008. (01-09-2793)	UN	SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		10,0000	0,0000	1
			DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		9,5000	0,0000	2
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		9,0000	0,0000	3
3	Catálogo/Tabela de preços de peças e acessórios originais da linha de montagem do fabricante para os veículos VW GOL G3 1000 POWER placas MGL-3741 ano/modelo 2007/2007. (01-09-2797)	UN	SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		10,0000	0,0000	1
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		9,0000	0,0000	2
			DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		7,0000	0,0000	3
4	Catálogo/Tabela de preços de peças e acessórios originais da linha de montagem do fabricante para o veículo RENAULT LOGAN placas MIM-6218 ano/modelo 2012/2012. (01-09-3122)	UN	SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		8,0000	0,0000	1
			DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		7,0000	0,0000	2
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		3,0000	0,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013

Número do Registro de Preços: 14/2013

Data do Registro: 28/08/2013

Válido até: 28/08/2014

Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de peças e acessórios para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Catálogo/Tabela de preços de peças e acessórios originais da linha de montagem do fabricante para os veículos FIAT DOBLO 1.4 placas MHA-0096 e placas MGZ-9736 ano/modelo 2010/2010. (01-09-2795)	UN	SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		12,0000	0,0000	1
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		11,0000	0,0000	2
			DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		7,0000	0,0000	3
6	Catálogo/Tabela de preços de peças e acessórios originais da linha de montagem do fabricante para o veículo FIAT DOBLO 1.8 placas MJJ-5312 e placas MIM-4523 ano/modelo 2011/2011. (01-09-2800)	UN	SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		12,0000	0,0000	1
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		11,0000	0,0000	2
			DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		7,0000	0,0000	3
7	Catálogo/Tabela de preços de peças e acessórios originais da linha de montagem do fabricante para o veículo VW KOMBI placas MJZ-3875 ano/modelo 2012/2012. (01-09-3123)	UN	SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		10,0000	0,0000	1
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		9,0000	0,0000	2
			DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		7,0000	0,0000	3
8	Catálogo/Tabela de preços de peças e acessórios originais da linha de montagem do fabricante para o veículo FIAT DUCATO placas MEC-9193 e placas MET-8094 ano/modelo 2008/2008. (01-09-2802)	UN	DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		8,5000	0,0000	1
			SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		8,0000	0,0000	2
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		3,0000	0,0000	3
9	Catálogo/Tabela de preços de peças e acessórios originais da linha de montagem do fabricante para o veículo FIAT DUCATO placas MIM-0567 ano/modelo 2010/2011. (01-09-3124)	UN	DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		8,0000	0,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 28/08/2013****Válido até: 28/08/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de peças e acessórios para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		7,0000	0,0000	2
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		3,0000	0,0000	3
10	Catálogo/Tabela de preços de peças e acessórios originais da linha de montagem do fabricante para o veículo FIAT/IVECO placas MGN-9062 ano/modelo 2004/2004. (01-09-2791)	UN	DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA (24)		8,0000	0,0000	1
			SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME (1792)		7,0000	0,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 4/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 28/08/2013****Válido até: 28/08/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de peças e acessórios para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA. (270)		3,0000	0,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 5/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2013**Número do Registro de Preços: 14/2013****Data do Registro: 28/08/2013****Válido até: 28/08/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de peças e acessórios para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo de Saúde

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2013****PROCESSO Nº 23/2013**

(24) - DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA

(270) - HEKLYPSE ELETRO MECANICA LTDA.

(1792) - SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME

Curitibanos, 28 de Agosto de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 15/2013 Data do Registro: 10/09/2013 Válido até: 10/09/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de tiras para testes de glicemia capilar.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tiras para teste de glicemia para amostras de sangue capilar, tamanho suficiente para que não permita o contato de resíduos de fluidos orgânicos com o aparelho, apresentação em caixa/tubete com até 100 tiras. Características do aparelho: capaz de oferecer resultados precisos em no máximo 30 segundos, isento da necessidade de solução de controle para calibragem, visor com caracteres que apresentam o resultado não inferior a 1 cm de altura. (12-01-0114)	TIRA	Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda. (856)	Roche	0	0,2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 15/2013 Data do Registro: 10/09/2013 Válido até: 10/09/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de tiras para testes de glicemia capilar.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2013****PROCESSO Nº 24/2013**

(856) - Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda.

Curitibanos, 10 de Setembro de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 16/2013

Data do Registro: 29/10/2013

Válido até: 29/10/2014

Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Água sanitária em galões de 5 litros (01-09-1540)	GL	Marlon Eising Atacadista (1844)	FLEX CLEAM	0	4,1600	1
			Dial Departamentos Ltda. (1547)	ECOVILLE	0	4,8600	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	SEQUINEL	0	4,9400	3
2	Alcool gel 70% em embalagens com 5 litros (01-09-2439)	GL	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	FLOPS	0	17,1600	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	VERDES MAR	0	26,0000	2
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	FLOOPS	0	27,1500	3
3	Amaciante de roupas, de 1ª qualidade, que proporcione roupas macias e perfumadas, embalagem com 2 L. (01-05-0108)	UN	Marlon Eising Atacadista (1844)	FLEX CLEAM	0	1,8000	1
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	UNIVERSAL	0	2,4500	2
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	acocheço	0	2,4700	3
4	Bacia de plástico resistente, capacidade 10 L (01-05-0110)	UN	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	ARCPLAST	0	2,0800	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	ARQUIPLAST	0	2,6000	2
			Marlon Eising Atacadista (1844)	PLASTIC	0	3,2600	3
5	Balde de plástico resistente, p/ limpeza, com alça, capac. 20L (01-05-0109)	UN	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	ARCPLAST	0	3,1800	1
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	arquiplast	0	4,4800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 16/2013 **Data do Registro: 29/10/2013** **Válido até: 29/10/2014**
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Dial Departamentos Ltda. (1547)	ARQPLAST	0	4,4800	3
6	Cera líquida incolor, auto brilho embalagem com 5 litros (01-09-2052)	GL	Marlon Eising Atacadista (1844)	ZAVASK	0	11,8000	1
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	PRATIK	0	12,3500	2
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	girando sol	0	16,2500	3
7	Copos descartáveis em polipropileno 200ml caixa com 3000un (01-09-1678)	CX	Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	COPOSUL	0	61,9600	1
9	DESINFETANTE 5 litros, registro na ANVISA, perfume suave (01-05-0090)	GL	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	PRATIK	0	5,2000	1
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	UNIVERSAL	0	5,9000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	SEQUINEL	0	6,2400	3
10	Desodorizador de ambientes spray em frascos com 400ml (01-09-2063)	UN	Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	FACILITY	0	5,1200	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	GLADE	0	5,4600	2
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	ULTRAFRESH	0	5,7000	3
11	DETERGENTE LÍQUIDO 5 litros (01-05-0097)	GL	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	PRATIK	0	6,4800	1
			Marlon Eising Atacadista (1844)	FLEX CLEAM	0	6,4900	2
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	lar	0	7,6500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 16/2013

Data do Registro: 29/10/2013

Válido até: 29/10/2014

Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Discos 350mm para enceradeira industrial para tratamento de pisos. Este item é composto pelo conjunto de três discos sendo 01 de polimento, 01 de manutenção e 01 de remoção. (01-09-2961)	CJ	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	BETANIM	0	23,0100	1
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	BETTANI	0	42,0000	2
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	betanim	0	53,0000	3
13	Discos 390mm para enceradeira industrial para tratamento de pisos. Este item é composto pelo conjunto de três discos sendo 01 de polimento, 01 de manutenção e 01 de remoção. (01-09-2960)	CJ	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	BETANIM	0	26,9100	1
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	BETTANI	0	60,0000	2
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	betanim	0	78,0000	3
14	Discos 480mm para enceradeira industrial para tratamento de pisos. Este item é composto pelo conjunto de três discos sendo 01 de polimento, 01 de manutenção e 01 de remoção. (01-09-2959)	CJ	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	BETANIM	0	49,5300	1
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	BETTANI	0	72,0000	2
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	betanim	0	93,0000	3
15	Dispensador de papel toalha interfolhado fabricado em plástico ABS e styron, com travas laterais acionadas por pressão, capaz de dispensar papéis toalhas interfolhados 2 dobras, 23x23 e 3 dobras, 23x27. (01-09-2957)	UN	AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	premise	0	19,9800	1
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	NOBRE	0	19,9900	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	NOBRE	0	20,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 4/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 16/2013 **Data do Registro: 29/10/2013** **Válido até: 29/10/2014**
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Dispenser para sabonete líquido com reservatório de 800ml, com fixação em paredes, fabricado em plástico de alta resistência, com tecla de acionamento manual na parte inferior. (01-09-2962)	UN	AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	premise	0	12,0900	1
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	COLUMBUS	0	15,0000	2
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	NOBRE	0	18,1000	3
17	Escova para lavar garrafas térmicas (01-09-2440)	UN	Marlon Eising Atacadista (1844)	SENDOR	0	3,2500	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	APPLE	0	3,9000	2
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	MURANO	0	5,6800	3
18	ESCOVA PARA LIMPEZA cerdas nylon dimensão mínima de 13x6x1cm, etiqueta contendo dados de identificação do produto e marca do fabricante (01-05-0092)	UN	AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	desafio	0	1,1900	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	HARACEM	0	1,3000	2
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	HARACEM	0	1,4200	3
19	Escova para limpeza de louça sanitária (01-09-2952)	UN	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	HARACEM	0	3,1200	1
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	HARACEM	0	3,6000	2
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	DALCIM	0	4,2600	3
20	Espanja dupla face para limpeza, em manta não tecido, defibras sintéticas, unidas com resina aprova d'água, impregnada com mineral abrasivo e aderida a espuma de poliuretano com bactericida, espessura total de 18mm, medindo 100x71mm (01-09-1541)	UN	AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	betanin	0	0,2700	1
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	LIMPISSIMA	0	0,2800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 5/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 16/2013

Data do Registro: 29/10/2013

Válido até: 29/10/2014

Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	BETANIM	0	0,4400	3
21	Lã de aço, composição aço carbono, apresentação pacotes de 60gr, contendo 8 unidades cada. (01-09-1542)	PCT	Marlon Eising Atacadista (1844)	SANY	0	0,7000	1
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	INOVE	0	0,7100	2
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	magic	0	0,8600	3
22	Lixeira com capacidade para 15 litros, fabricada em polipropileno, com abertura superior acionada por pedal. (01-09-2954)	UN	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	ARQUIPLAST	0	4,8800	1
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	PLASUTIL	0	20,4500	2
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	ARCPLAST	0	22,5000	3
23	Lixeira com capacidade para 50 litros, fabricada em polipropileno, com abertura superior acionada por pedal. (01-09-2953)	UN	Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	PLASUTIL	0	52,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	ARQUIPLAST	0	61,8600	2
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	SANREMO	0	70,6400	3
24	Lixeira com capacidade para 50 litros, fabricada em polipropileno, com abertura superior e tampa basculante do tipo vai e vem. (01-09-2955)	UN	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	ARQUIPLAST	0	16,9200	1
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	ARCPLAST	0	19,1700	2
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	PLASUTIL	0	32,6600	3
25	Lustra móveis a base de ceras naturais, brilho seco, perfume suave, embalagem plástica 200ml. (01-09-1550)	UN	Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	LUSTRAX	0	1,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 6/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 16/2013

Data do Registro: 29/10/2013

Válido até: 29/10/2014

Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	PRATIK	0	1,6200	2
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	PRATIK	0	1,6200	3
26	Luva para limpeza pesada, confeccionada em borracha natural (látex), revestida internamente com flocos de algodão, palma antiderrapante, comprimento não inferior a 30 cm, tamanho P (01-09-2055)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	NOBRE	0	1,9300	1
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	NOBRE	0	2,1500	2
			Dial Departamentos Ltda. (1547)	DANNY	0	2,1700	3
27	Luva para limpeza pesada, confeccionada em borracha natural (látex), revestida internamente com flocos de algodão, palma antiderrapante, comprimento não inferior a 30 cm, tamanho M (01-09-2054)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	NOBRE	0	1,9300	1
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	NOBRE	0	2,1500	2
			Dial Departamentos Ltda. (1547)	DANNY	0	2,1700	3
28	Luva para limpeza pesada, confeccionada em borracha natural (látex), revestida internamente com flocos de algodão, palma antiderrapante, comprimento não inferior a 30 cm, tamanho G (01-09-2053)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	NOBRE	0	1,9300	1
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	NOBRE	0	2,1500	2
			Dial Departamentos Ltda. (1547)	DANNY	0	2,1700	3
29	Multi-inseticida aerosol a base de água, não contendo CFC - cloro fluorcarbono. Registro no ministério da saúde. Embalagem com volume não inferior a 300ml e não superior a 400ml, nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. (01-09-2061)	UN	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	FULM INSET	0	4,0900	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	PRO INSET	0	4,8100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 7/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 16/2013

Data do Registro: 29/10/2013

Válido até: 29/10/2014

Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Marlon Eising Atacadista (1844)	GIOCA	0	5,6900	3
30	PALHA DE AÇO Nº2 (01-05-0089)	PCT	Marlon Eising Atacadista (1844)	SANY	0	0,3800	1
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	INOVE	0	0,3900	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	SANY BRIL	0	0,4800	3
31	Pano para limpeza, branco tipo saco, 100% algodão. Algodão lavado 100 X 70 cm c/ variação de 5% para mais ou para menos (01-09-1549)	UN	Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	MARTIMPANC	0	2,9000	1
			Marlon Eising Atacadista (1844)	MARTINS	0	2,9500	2
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	MARTINS	0	3,5100	3
32	Papel higiênico, na cor branco neve com folha simples de alta qualidade, gofrado e picotado, neutro, composto de 100% de celulose, produto não reciclado, pacote com 04 rolos de 30m x 10 cm. (01-05-0117)	PCT	Marlon Eising Atacadista (1844)	MALTES	0	1,0900	1
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	guipel	0	1,7600	2
			Dial Departamentos Ltda. (1547)	DEMY	0	1,8300	3
33	Papel toalha gofrado, picotado, em rolo c/60 toalhas de 22x20cm branco medindo 26,2 X 20 cm, absorção máxima de 70 S, alvura superior a 70% conforme norma ISSO. (01-09-1677)	RL	Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	CLENA	0	1,9000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	DALMATA	0	1,9500	2
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	DALMATA	0	2,1000	3
34	Papel toalha interfolhado na cor branco neve, com folha simples de alta qualidade, composto de 100% de celulose, produto não reciclado, em pacotes com 1000 folhas (01-05-0119)	PCT	AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	guipel	0	6,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 8/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 16/2013

Data do Registro: 29/10/2013

Válido até: 29/10/2014

Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Marlon Eising Atacadista (1844)	IDEALLI	0	6,9000	2
			Dial Departamentos Ltda. (1547)	DAMASPEL	0	7,0200	3
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	BELA VISTA	0	7,4100	4
35	Rodo plástico 30 cm com palheta de borracha, com cabo. (01-09-2956)	UN	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	HARACEM	0	2,2700	1
			Marlon Eising Atacadista (1844)	SENDOR	0	3,4500	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	HARACEM	0	4,1600	3
36	Sabão de álcool em barra, barras de 400 gr. (01-09-1543)	UN	Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	UNIVERSAL	0	1,5000	1
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	GIRANDO SOL	0	1,5200	2
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	mazu	0	1,9900	3
37	Sabão em pó em embalagens de 500 g ou 1Kg, de 1ª qualidade, l p/ lavar roupas, com tensoativo anionico, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branquador óptico, essencia, água, alvejante e carga. (01-05-0115)	KG	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	ULTRA CLASSE	0	2,4000	1
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	arco iris	0	2,9500	2
			Marlon Eising Atacadista (1844)	G. SOL	0	3,4200	3
38	Sabão em pó em embalagens de 5kg (01-09-1534)	UN	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	INOVE	0	13,2500	1
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	arco iris	0	13,2600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 9/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 16/2013 **Data do Registro: 29/10/2013** **Válido até: 29/10/2014**
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Marlon Eising Atacadista (1844)	G. SOL	0	13,3000	3
39	Sabonete em barra 90gr (01-09-1539)	UN	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	IARA	0	0,6700	1
			Marlon Eising Atacadista (1844)	NIPS	0	0,8800	2
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	albany	0	0,8900	3
40	Sabonete líquido em embalagens com 5 litros, perolado combinado com agentes hidratantes e emolientes e com pH balanceado. (01-05-0123)	GL	Marlon Eising Atacadista (1844)	FLEX CLEAM	0	9,0000	1
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	COLMAX	0	9,1000	2
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	PRATIK	0	9,7500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	MAX	0	9,7500	4
41	SACO PLÁSTICO P/ LIXO, DIMENSÕES PLANAS 40X50CM, CAPACIDADE NOMINAL 20 LITROS/4 QUILOS - 3 MICRAS PACOTE C/ 10 UN, FABRICADO DE ACORDO COM A NBR 9191. (01-05-0122)	PCT	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	COSMOS	0	0,7500	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	PEGA LIXO	0	0,8400	2
			Marlon Eising Atacadista (1844)	GIOCA	0	0,9800	3
42	SACO PLÁSTICO P/ LIXO, DIMENSÕES PLANAS 55X59CM, CAPACIDADE NOMINAL 40 LITROS/10 QUILOS 4 MICRAS PACOTE C/ 10 UN - FABRICADOS DE ACORDO COM A NBR 9191. (01-05-0121)	PCT	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	COSMOS	0	0,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	PEGA LIXO	0	0,8700	2
			Marlon Eising Atacadista (1844)	GIOCA	0	0,9800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 10/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 16/2013

Data do Registro: 29/10/2013

Válido até: 29/10/2014

Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	oeste	0	0,9800	4
43	SACO PLÁSTICO P/ LIXO, DIMENSÕES PLANAS 75X90CM, CAPACIDADE NOMINAL 100 LITROS/20 QUILOS - 12 MICRAS PACOTE C/ 5 UN - FABRICADOS DE ACORDO COM A NBR 9191 (01-05-0120)	PCT	Marlon Eising Atacadista (1844)	GIOCA	0	1,3700	1
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	VERSATIL	0	1,3800	2
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	VENUS	0	1,4400	3
44	Sapólio líquido cremoso, limpeza e brilho sem riscar, composição: linear alquibenzeno, sulfonato de sodio, registro na ANVISA, embalagem de 300 ml. (01-09-1547)	UN	CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	PRATIK	0	1,6100	1
			JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	PRATIK	0	1,6200	2
			Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	SANY	0	1,8700	3
45	Shampoo em embalagens de 1 litro (01-09-1545)	UN	Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda (1845)	BELLO	0	8,9000	1
			Marlon Eising Atacadista (1844)	SOLOS	0	9,8000	2
46	Tabua para lavar roupas (01-09-2958)	UN	Marlon Eising Atacadista (1844)	CASA	0	19,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME (1715)	HARACEM	0	41,0000	2
47	VASSOURAS DE NYLON (01-05-0019)	UN	JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME (1727)	HARACEM	0	2,6700	1
			AP Oeste Distrib. Alim. Ltda. (1543)	desafio	0	2,6800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 11/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 16/2013****Data do Registro: 29/10/2013****Válido até: 29/10/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Marlon Eising Atacadista (1844)	SENDOR	0	3,0100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 12/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 16/2013****Data do Registro: 29/10/2013****Válido até: 29/10/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção dos serviços em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2013****PROCESSO Nº 26/2013**

(1543) - AP Oeste Distrib. Alim. Ltda.

(1547) - Dial Departamentos Ltda.

(1715) - CELIA REGINA WAMBOMMEL - ME

(1727) - JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME

(1844) - Marlon Eising Atacadista

(1845) - Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda

Curitibanos, 29 de Outubro de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA C/100 (01-09-0214)	PCT	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	THEOTO	0	1,7400	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	ESTILO	0	1,7500	2
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	THEOTO	0	1,9500	3
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Theoto	0	1,9800	4
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	THEOTO	0	1,9800	5
2	Abocath 14 (01-09-1199)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	DESCARPAC	0	0,3980	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	LABOR	0	0,4800	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Labor Import	0	0,4800	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Labor Import	0	0,4900	4
3	Abocath 16 (01-09-1200)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	DESCARPAC	0	0,3980	1
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Labor Import	0	0,4800	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	LABOR	0	0,4800	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Labor Import	0	0,4900	4
4	Abocath 18 (01-09-1201)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	LABOR IMPOF	0	0,3750	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	DESCARPAC	0	0,3800	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Labor Import	0	0,4800	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	LABOR	0	0,4800	4
5	Abocath 20 (01-09-1202)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	LABOR	0	0,3500	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	DESCARPAC	0	0,3980	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 **Data do Registro:** 28/12/2012 **Válido até:** 28/12/2013
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	LABOR IMPOF	0	0,4500	3
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Labor Import	0	0,4800	4
6	Abocath 22 (01-09-1203)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	LABOR	0	0,3800	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	DESCARPACH	0	0,3980	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Labor Import	0	0,4800	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Labor Import	0	0,4900	4
8	Água bi-destillada 10ml (01-04-0584)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Samtec	0	0,1000	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	SANTEC	0	0,1200	2
9	Agulha 13x4,5 - bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. (01-09-1205)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	ADVANTIVE	0	0,0270	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	DESCARPACH	0	0,0280	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Med Needle	0	0,0360	3
10	Agulha 20x5,5 - bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibre identificados por cores diferentes. (01-09-2013)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	ADVANTIVE	0	0,0350	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Med Needle	0	0,0370	2
			PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	SOLIDOR	0	0,0400	3
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Solidor	0	0,0400	4
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Embramac	0	0,0400	5
			Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Labor Import	0	0,0400	6
11	Agulha 25x7 - bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. (12-01-0024)	UN	Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	RM Desc	0	0,0280	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	ADVANTIVE	0	0,0290	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	RM DESC	0	0,0300	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	LABOR	0	0,0300	4
12	Agulha 25x8 - bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. (12-01-0025)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	EMBRAMAC	0	0,0270	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	RM Desc	0	0,0280	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	ADVANTIVE	0	0,0290	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	LABOR	0	0,0300	4
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	RM DESC	0	0,0300	5
13	Agulha 40x12 - bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanhos e calibres identificados por cores diferentes. (12-01-0026)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	ADVANTIVE	0	0,0290	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	LABOR	0	0,0300	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	DESCARPAC	0	0,0300	3
14	Agulha 40x8 - bisel trifacetado, cânula siliconizada tamanho e calibre identificados por cores diferentes. (12-01-0076)	UN	DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	BD	0	0,1000	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Bd	0	0,7900	2
15	Agulha gengival n° 27 (26-01-0075)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	STARMED	0	0,1000	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	PROCARE	0	0,1200	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Lamedid	0	0,1400	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Injex	0	0,1400	4
			Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Injex	0	0,1400	5
16	Agulha gengival n° 30. (26-01-0076)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	STARMED	0	0,0800	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	PROCARE	0	0,1200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 4/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	PROCARE	0	0,1300	3
18	Alcool 70% em embalagens de 1000ml ou 900ml (12-01-0028)	FSC	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	CICLO FARMª	0	2,6700	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Mega	0	2,6800	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	RICIE	0	2,6900	3
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Da Ilha	0	3,0100	4
19	Alcool 90% em embalagem de 1000ml ou 900ml. (12-01-0029)	FSC	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Da Ilha	0	3,6000	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	D'ILHA	0	3,7800	2
20	Algodão hidrófilo- com fibras 100% algodão absorvente, em rolos com 1000mg ou 500mg. (12-01-0027)	KG	DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	NÉVOA	0	13,9000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	FAROL	0	14,8100	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	COTOON LINE	0	15,0000	3
21	Ambú adulto completo (mascara e balão) (12-01-0118)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	SAFTI	0	98,1500	1
			Wei Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Safti	0	120,0000	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	MD	0	129,0000	3
22	Ambú neo-natal completo (mascara e balão) (01-09-1969)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	SAFTI	0	98,1500	1
			Wei Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Safti	0	120,0000	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	MD	0	132,0000	3
25	ANTICONCEPCIONAL HORMONAL ORAL. Cartucho contendo 35 comprimidos. Cada comprimido contém: noretisterona(noretindrona) 0,35 mg (01-09-2342)	CART	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Biolab	0	7,1700	1
29	ANTICONCEPCIONAL ORAL DE USO EMERGENCIAL PÓS-COITO Blister com 2 comprimidos: (progestogênio) cada comprimido contém: levonorgestrel 0,75 mg. (01-09-2343)	CART	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Eurofarma	0	6,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 5/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	ATADURA DE CREPON 06cm X 1,80mt, confeccionado com tecidos 100% algodão cru, fios com densidade de 13 fios por cm, com peso mínimo do rolo de 13,3 gramas. (26-01-0194)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	MB TEXTIL	0	0,2300	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Andreoni Textil	0	0,2400	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	UNITEX	0	0,2500	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	BRUNA	0	0,2600	4
35	ATADURA DE CREPON 08cm X 1,80mt, confeccionado com tecidos 100% algodão cru, fios com densidade de 13 fios por cm, com peso mínimo do rolo de 17,8 gramas. (26-01-0195)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	MB TEXTIL	0	0,3100	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Andreoni Textil	0	0,3200	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	UNITEX	0	0,3300	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	BRUNA	0	0,3400	4
36	ATADURA DE CREPON 10cm X 1,80mt, confeccionado com tecidos 100% algodão cru, fios com densidade de 13 fios por cm, com peso mínimo do rolo de 21,8 gramas. (26-01-0196)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	MB TEXTIL	0	0,3600	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Andreoni Textil	0	0,3700	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	UNITEX	0	0,4000	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	BRUNA	0	0,5000	4
37	ATADURA DE CREPON 12cm X 1,80mt, confeccionado com tecidos 100% algodão cru, fios com densidade de 13 fios por cm, com peso mínimo do rolo de 32,7 gramas. (26-01-0197)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	MB TEXTIL	0	0,4400	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Andreoni Textil	0	0,4500	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	UNITEX	0	0,4800	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	BRUNA	0	0,5000	4
38	ATADURA DE CREPON 20cm X 1,80mt, confeccionado com tecidos 100% algodão cru, fios com densidade de 13 fios por cm, com peso mínimo do rolo de 42,8 gramas. (26-01-0198)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	MB TEXTIL	0	0,7400	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Andreoni Textil	0	0,7500	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	UNITEX	0	0,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 6/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 **Data do Registro:** 28/12/2012 **Válido até:** 28/12/2013
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Aventais descartáveis, SEM MANGA, TNT GRAMATURA 20. (01-09-1151)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	CLEN	0	0,5700	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Anadona	0	0,6400	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Anadona	0	0,6500	3
40	Avental de procedimento descartável, branco, TNT (100% polipropileno), manga longa com latex, aberto nas costas com tiras para amarrar na cintura e no pescoço. (10-01-0155)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	SKY	0	0,8700	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Anadona	0	0,9500	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	DESCARPACI	0	0,9500	3
41	Bolsa Coletora de Urina sistema fechado, confeccionada em polietileno transparente com capacidade para até 2.000ml, graduada, com valvula anti-refluxo, ventilação p/ entrada de ar com filtro bacteriológico, expurgo com torneira T, com alça de sustentação e grampo de lençol, esterilizada em óxido de etileno. Embalada individualmente. (12-01-0034)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	STARMED	0	1,7000	1
			PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	STARMED	0	1,7500	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	STARMED	0	1,9200	3
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MED EQUIPO	0	1,9500	4
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Med Urine	0	1,9800	5
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Med Urine	0	2,0000	6
42	cabo de bisturi nº3, em aço inox de 1ª qualidade, garantia contra defeito de fabricação de no mínimo 10 anos. (01-09-1983)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	PROFESSION	0	4,2300	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	PROFESSION	0	4,3800	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	LM	0	4,4000	3
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Golgran	0	4,5000	4
43	Cadarço para TOT (01-09-1186)	RL	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Tecenil	0	35,8500	1
44	CAIXA COLETORA para perfuro cortante 01 litro-com bandeja coletora de papelão, paredes e fundo resistente de papelão e saco plastico, travas provisórias e permanente. (26-01-0199)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	DESCARPACI	0	2,7100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 7/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Descarpack	0	3,1200	2
45	Caixa Coletora para Perfuro Cortante 13 litros- com bandeja coletora de papelão, paredes e fundo resistente de papelão e saco plástico, travas provisórias e permanente. (12-01-0036)	UN	Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Santé	0	1,9900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	CARTOON	0	2,0000	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Cartoonbox	0	2,0800	3
46	Caixa Coletora para Perfuro Cortante 7 litros - com bandeja coletora de papelão, paredes e fundo resistente de papelão e saco plástico, travas provisórias e permanente. (12-01-0035)	UN	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Cartoon	0	1,5000	1
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Cartoonbox	0	1,5200	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	CARTOON	0	1,5500	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Santé	0	1,6500	4
47	Caixa térmica em polipropileno com capacidade 10 litros, poliuretano no enchimento, material a tóxico e inodoro, com alça, tampa removível, com trava retrátil, na cor vermelha. (12-01-0108)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MONTE LIBAN	0	56,1000	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	INVICTA	0	142,2000	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Thermus	0	198,0000	3
48	Cateter nasal tipo óculo pediátrico (01-09-1189)	UN	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Biosani	0	0,9300	1
49	Cateter nasal tipo óculos adulto (01-09-1188)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	MEDSONDA	0	0,6100	1
			Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Medsonda	0	0,6400	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,7000	3
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Medsonda	0	0,7100	4
50	CLOREXIDINA SOLUÇÃO ALCOOLICA DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,5%, FRASCOS DE 1000 ml. (26-01-0200)	UN	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	RIOQUÍMICA	0	5,4000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	VIC PHARMA	0	5,7000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 8/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	RIOQUIMICA	0	5,7800	3
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	RIOQUIMICA	0	5,7800	4
51	CLOREXIDINA SOLUÇÃO ALCOOLICA DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,5%, FRASCOS DE 1000 ml ALMOTOLIA (26-01-0201)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Rioquímica	0	6,3100	1
52	Cobertor em alumínio (01-09-1139)	UN	Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Resgate SP	0	5,2900	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Resgate	0	5,3000	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	TECNIMED	0	8,4200	3
53	Colar cervical regulável (26-01-0077)	UN	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Romed	0	32,1600	1
54	Cotonetes em caixas com 150un (12-01-0038)	CX	Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Cotoon	0	1,9400	1
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Beby Piss	0	1,9500	2
55	Cuba redonda para assepsia, em aço inox, 05cm de diâmetro de fundo capacidade de 250ml. (12-01-0120)	UN	Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Fami Itá	0	7,0600	1
56	Cuba redonda para assepsia, em aço inox, 08cm de diâmetro de fundo capacidade de 250ml. (12-01-0121)	UN	Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Fami Itá	0	7,6500	1
57	CUBA RIM, em aço inox, capacidade para 500ml (01-09-0196)	UN	Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Fami	0	20,8000	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Fami/Luminos	0	20,9000	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Fami Itá	0	21,0600	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	FAMI-ITÁ	0	21,0600	4
58	Cuba rim para assepsia, em aço inox, capacidade de 250ml (01-09-2769)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Fami/Luminos	0	22,0000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	FAMI	0	22,3000	2
			Cirurgica Climaza Com. Repres. Assist. Técnica Lt (999)	LUMINOX	0	30,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 9/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	Curativo de hidrocólóide e alginato de cálcio e sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbomero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidatoína, - conservantes importantes para a manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto - num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlcera de perna - venosa e arterial - pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com pH neutro, com tampa flip flop. Apresentação Tubos com 85 gr. (12-01-0079)	TUBO	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	COLOPLAST	0	28,7900	1
60	Curativo tratamento placa, com hidrofibraantimicrobiano composto de fibras 100% de carboximetilcelulose sódica e prata iônica altamente absorvente, que interage com o exudato da ferida formando um gel macio que mantém o meio úmido proporcionando o ambiente ideal a cicatrização, auxilia no desbridamento, autolítico e remoção sem causar trauma ao tecido recém formado, com drenagem vertical avançada e lateral controlada, mantém o fluido distante da ferida e pele circundante - o fluido retido dentro das fibras é convertido imediatamente em gel translúcido; absorvendo 25 vezes seu peso em fluidos. Com registro comprovado no ministério da saúde. Tamanho : 10 x 10cm . Em caixas com 20 curativos. (12-01-0080)	CX	Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda. (856)	Aquacel AG 1C	0	850,0000	1
61	Curativo tratamento placa com hidrofibra antimicrobiano composto de Fibras com 100%, de carboximetilcelulose sódica e Prata Iônica altamente absorvente, que interage com o exudato da ferida formando um gel macio que mantém o meio úmido proporcionando o ambiente ideal a cicatrização, auxilia no desbridamento, autolítico e remoção sem causar trauma ao tecido recém formado, com drenagem vertical avançada e lateral controlada, mantém o fluido distante da ferida e pele circundante - o fluido retido dentro das fibras é convertido imediatamente em gel translúcido; absorvendo 25 vezes seu peso em fluidos. Com registro comprovado no ministério da saúde. apresentação caixas com 10 curativos cada de 15 X1 5 cm (12-01-0092)	CX	Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda. (856)	Aquacel AG 1E	0	850,0000	1
62	Curativo tratamento placa, interativo composto de uma camada interna a base de 3 hidrocolóides -gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica - revestido de uma lâmina de poliuretano, colóides -gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica - revestido de uma lâmina de poliuretano, impermeável a água e a outros agentes externos, absorvente, flexível, auto-aderente, ação bacteriostática, estéril, espessura média, para prevenção e tratamento de úlcera de pressão limpa. Com registro comprovado no ministério da saúde. Caixas com 5 curativos de 20 X 20 cm. (12-01-0093)	CX	Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda. (856)	Duoderm CGF	0	295,0000	1
63	Detergente enzimático para limpeza de artigos médicos hospitalares, composto pelo Mínimo de 5 enzimas, não iônico/aniónico, pH neutro, biodegradável, não corrosivo para Metais, para ser utilizado em temperatura ambiente ou aquecida. Para processo de limpeza manual ou automatizado, com pouca formação de espuma, ausência de odor agressivo na forma concentrada ou diluída. Com laudo de comprovação da estabilidade das enzimas durante o prazo de validade do produto. Em embalagens de 5 Lt concentrado. Com registro na ANVISA. (12-01-0136)	GL	DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	3M	0	245,0000	1
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	3M	0	402,2800	2
64	Dispositivo para incontinência urinária (01-09-1156)	UN	Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,5000	1
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Medsonda	0	0,5200	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	URO CONTRC	0	0,5900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 10/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012**Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013****Objeto da Compra:** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	Equipo Macrogotas Flexível- composto de lanceta perfurante para conexão ao recipiente de solução; câmara flexível e transparente para visualização do gotejamento; controlador de fluxo tipo pinça rolete e conexão luer para dispositivo de acesso venoso. (12-01-0040)	UN	Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Med Equipo	0	0,3500	1
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Med Goldman	0	0,3600	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	RM DESC	0	0,4300	3
66	Equipo para Nutrição Enteral, tubo em PVC com 1,50cm, controlador tipo pinça rolante, conexão tipo luer, embalado individualmente (12-01-0082)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	BIOSANI	0	0,8300	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	BIOSANI	0	0,8400	2
67	ESCOVA CERVICAL, DESCARTAVEL ESTERILIZADA INDIVIDUAL com ponta produzida com micro cerdas em nylon e eixo de sustentação em aço inoxidável. Cabo em poliestireno de alto impacto, atóxico e resistente as trações. Apresentando ponta ativa com cerdas macias em formato cônico. MEDIDAS: Eixo longitudinal da haste + ponta ativa - 200 mm. Eixo longitudinal da haste + ponta ativa - 200 mm, Eixo longitudinal na ponta ativa - 21 mm. (26-01-0203)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	KOLPLAST	0	0,1400	1
			Wei Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Kolplast	0	0,1500	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	KOLPLAST	0	0,1600	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	KOLPLAST	0	0,1800	4
68	ESFIGMOMANOMETRO ADULTO (OBESO), aparelho aneróide, livre de mercúrio, composto por manômetro montado em adequada estrutura plástica resistente a quedas, conforme certificação e livre de desregulagens frequentes. Todos os acessórios do produto devem ser isentos de látex, antialérgicos. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) com certificação de aferição individual. Garantia de calibração por 5 anos, comprovada através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira adulto completa, 1 válvula e 1 péra. (01-09-2987)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MD / NISSEI	0	249,0000	1
			Cirurgica Climaza Com. Repres. Assist. Técnica Lt (999)	NISSEI	0	250,0000	2
69	Esfigmomanometro Adulto, aparelho aneróide, livre de mercúrio, composto por manômetro montado em adequada estrutura plástica resistente a quedas, conforme certificação e livre de desregulagens frequentes. Todos os acessórios do produto devem ser isentos de látex, antialérgicos. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) com certificação de aferição individual. Garantia de calibração por 5 anos, comprovada através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira adulto completa, 1 válvula e 1 péra. (01-09-0066)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MD / NISSEI	0	220,0000	1
70	Esfigmomanometro Infantil, aparelho aneróide, livre de mercúrio, composto por manômetro montado em adequada estrutura plástica resistente a quedas, conforme certificação e livre de desregulagens frequentes. Todos os acessórios do produto devem ser isentos de látex, antialérgicos. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) com certificação de aferição individual. Garantia de calibração por 5 anos, comprovada através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira adulto completa, 1 válvula e 1 péra. (12-01-0083)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MD / NISSEI	0	230,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 11/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Cirurgica Climaza Com. Repres. Assist. Técnica Lt (999)	NISSEI	0	236,0000	2
71	Esparadrão 10cmX4,5m - Tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante, com massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resina, com capa protetora. (12-01-0041)	RL	Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Missner	0	3,3900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MISSNER	0	3,4000	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Missner	0	3,6000	3
72	Espátula de AYRES de madeira, resistentes, pontas arredondadas descartáveis, utilizadas na coleta de exames ginecológicos, medindo 18cm de comprimento. (12-01-0122)	UN	Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Labor Import	0	0,0500	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Estilo	0	0,0600	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	ADLIN	0	0,0600	3
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Estilo	0	0,0600	4
73	ESPÉCULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO Produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão luminosa. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. (12-01-0075)	UN	Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Health Med	0	0,8900	1
74	ESPÉCULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO Produzido em poliestireno cristal, permite excelente transparência e transmissão luminosa. Valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. (12-01-0001)	UN	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	ADLIN	0	0,9000	1
75	Estetoscópio adulto; fabricado em aço inoxidável, que permita ausculta de sons de baixa e alta frequência sem mudar o lado do auscultador, revestimento de borda anti frio. Mola do angulo flexível e interna ao tubo de PVC. Todas as partes do produto isentas de latex. O produto deveser conter identificador de propriedade para encaixe no Y do tubo. Vir sobresalente dois pares de olivas e uma membrana para campanula. Garantia mínima de 03 anoscomprovada através do manual registrado na ANVISA. (01-09-1101)	UN	Cirurgica Climaza Com. Repres. Assist. Técnica Lt (999)	SPIRIT	0	125,0000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MD / SPIRIT	0	193,2000	2
76	Estetoscópio Infantil; fabricado em aço inoxidável, que permita ausculta de sons de baixa e alta frequência sem mudar o lado do auscultador, revestimento de borda anti frio. Mola do angulo flexível e interna ao tubo de PVC. Todas as partes do produto isentas de latex. O produto deveser conter identificador de propriedade para encaixe no Y do tubo. Vir sobresalente dois pares de olivas e uma membrana para companula. Garantia mínima de 03 anoscomprovada através do manual registrado na ANVISA. (12-01-0110)	UN	Cirurgica Climaza Com. Repres. Assist. Técnica Lt (999)	SPIRIT	0	166,0000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MD / SPIRIT	0	193,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 12/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	O estojo porta-lâminas em polietileno de alta densidade (PEAD), acabamento branco opaco, medindo 15mm x 32mm x 83mm, com capacidade para armazenar 3 lâminas e com tampa sistema gaveta. (12-01-0005)	UN	Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	J. Prolab	0	0,2400	1
78	Extensão de silicone para ser usada em aspiração e oxigenioterapia (26-01-0078)	M	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	PERFITECNIC	0	6,0800	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	H2M RUBBER	0	7,5400	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	E.S.Flex	0	51,4700	3
79	Fio categut cromado 3.0 agulha, atraumaticas, estriadas e de aço inox com 24 (12-01-0088)	CX	Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Procure	0	16,4800	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	TECHNOFIO	0	42,0500	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	SHALON	0	48,0000	3
80	Fio de sutura agulhado de nylon monofilamento c/ agulha curta 3.0 agulha atraumaticas estriadas e de aço inox com 24. (12-01-0140)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	PROCARE	0	14,7000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	PROCARE	0	14,7500	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Solidor	0	14,8000	3
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Procure	0	16,4800	4
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Procure	0	16,5000	5
81	Fio de sutura agulhado de nylon monofilamento com agulha longa 2.0 (12-01-0087)	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	PROCARE	0	14,6000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	PROCARE	0	14,7000	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Procure	0	16,4800	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Procure	0	16,5000	4
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Solidor	0	16,5300	5
82	Fio de sutura agulhado de nylon monofilamento com agulha curta 4.0 agulha atraumaticas estriadas e de aço inox com 24 (12-01-0141)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	PROCARE	0	15,0400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 13/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	PROCARE	0	15,3800	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Procare	0	16,4800	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Procare	0	16,5000	4
83	Fio de sutura agulhado de nylon monofilamento com agulha curta 6.0 (12-01-0084)	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	PROCARE	0	14,1000	1
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Procare	0	16,4800	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Procare	0	16,5000	3
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Solidor	0	16,5300	4
84	Fio mononylon nº3 com agulha, atraumáticas, estriadas, e de aço inox com 24. (26-01-0204)	CX	Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Procare	0	16,4800	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Procare	0	16,5000	2
85	Fio mononylon nº6 com agulha, atraumaticas, estriadas e de aço inox com 24. (26-01-0205)	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	PROCARE	0	15,0400	1
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Procare	0	16,4800	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Procare	0	16,5000	3
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Solidor	0	16,5300	4
86	Fita de autoclave para fechamento e identificação de pacotes confeccionados em tecido e papel, esterilizados em autoclave, utilizada no monitoramento do processo de esterilização a vapor. Possui indicador químico, de exposição classe 1, composta de papel crepado de cor bege, especialmente tratado. Possui listras diagonais amarelas, impregnadas de substância química reativa livre de chumbo (indicador químico de processo), que após passar pelo ciclo de esterilização, mudam para a cor marrom. Apresentação em rolos embalados individualmente, contendo na embalagem: dados de identificação, procedência, indicações de uso e prazo de validade. Indicada para uso em autoclaves em ciclos com temperatura até 134°C Tamanho 19mmx30m (01-01-0002)	UN	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	CIEX	0	2,4200	1
87	Solução de propilenoglicol e álcool absoluto que possui propriedades de fixação e sustentação da integridade celular de esfregaços de material biológico estendidos de laminas de vidro. (12-01-0142)	FSC	Wei Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Kolplast	0	5,3000	1
88	Frasco para Nutrição Enteral, capacidade para 300ml, graduação 50 ml, em plastico transparente resistente. (12-01-0089)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	NUTRIMED	0	0,5400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 14/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Equiplex	0	0,5700	2
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	FBM	0	0,5800	3
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Biosani	0	0,6100	4
89	Garrote calibre médio (01-09-1216)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	LABOR IMPOF	0	3,8500	1
90	GASE EM COMPRESSAS, confeccionado em rayon, não esteril, embebida em óleo composto de AGE (ácidos graxos essenciais), TCM (triglicerídeos de cadeia média), óleo de melaleuca e copaiba, lecitina de soja, vit A e E, gás de rayon de 7,5 x 7,5 cm, com 3 ml de óleo, Cx com 24 sachês. (26-01-0207)	CX	Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda. (856)	Pielsana Gaze	0	41,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Dbs	0	127,4600	2
91	GASE EMBEBIDA EM ALCOOL 70%, PARA ANTI-SEPSIA DOS PONTOS de aplicação de injeção e punção. Embalagem individual (sachê) de 2,5 X 3,5 cm. Caixa com 100 un. Devera apresentar laudo de concentração de álcool e FISPQ JUNTO A PROPOSTA. (26-01-0209)	CX	DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	BD	0	18,0000	1
92	Gaze em compressa - gaze hidrófila, confeccionada com 13 fios p/cm², em tamanho 7,5 X 7,5cm dobrada e 15x30 aberta, 5 dobras, 8 camadas bordas devidamente voltada para dentro, com peso mínimo de 450gr por pct, embalada em pacotes com 500 peças. (12-01-0044)	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MEDI HOUSE	0	13,8000	1
93	GAZE TIPO QUEIJO - compressa de gaze tipo queijo, confeccionada com 9 fios em tamanho nominal 91x91, com 4 dobras, com 8 camadas, cor branca, bordas devidamente voltadas para dentro. Embaladas individualmente em pacote plástico. (01-01-0018)	RL	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	HOSPITEX	0	19,1000	1
94	Gel dermoprotetor a base de AGE contendo ác. Caprílico, capríio, lecitina de soja, vit. A e E, TCM, óleo de mamelauca, girasol e copaiba, para ação preventiva e curativa de lesões de pele. Apresentação em bisnagas de 100ml. (12-01-0123)	UN	Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda. (856)	Pielsana Gel 1	0	8,9500	1
95	GEL LUBRIFICANTE DOSE ÚNICA.Embalagem sachê de 5g. Incolor,transparente,não gorduroso e solúvel em água. Embalagem em poliéster metalizado com polietileno, em tamanho igual ao do preservativo masculino (aprox. 55mm x 55mm) em sachê de 5 gramas, trazendo externamente dados de identificação, procedência,número do lote,data de fabricação,prazo de validade, número do registro no Ministério da Saúde - Brasil e marca de certificação do Inmetro.A embalagem do produto deverá conter a frase: " Distribuição Gratuita" ou " Proibida a venda pelo Comércio ". O prazo de validade deve ser mínimo de 24 meses contados a partir da data da entrega. (01-09-2346)	UN	DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	LUBRIGEL	0	0,3800	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Carbogel	0	0,3900	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	CARBOGEL	0	0,4100	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	BRAS-ASIA	0	0,4700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 15/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	GEL PARA ULTRASSON, atóxico, inodoro, isento de sal e álcool, cristalino e viscoso, de fácil remoção, que não manche tecidos, pH neutro. Embalagem de 1 litro (26-01-0206)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	CAITHEC	0	3,1900	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Dentaltec	0	3,3200	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SUPRAGEL	0	3,8000	3
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	MAXICOR	0	3,8000	4
97	GELO ARTIFICIAL REUTILIZÁVEL, rígido, contem gel a base de polímero acrílico, acondicionado em frasco de PE de maior densidade e qualidade, garantindo assim, mais tempo de congelamento. Alta resistência, não rompe e não danifica seus produtos. Capacidade 550ml (Dimensões - L x C x E - 22x15x2 cm), validade no mínimo 4 anos. (12-01-0109)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Cibrigel	0	4,6000	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	GELOX	0	4,7000	2
98	INDICADOR QUIMICO DO TIPO INTEGRADOR "Indicador Químico do tipo integrador, classe 5 conforme norma ANSI/AAMI/ISO 11140-1, que permite efetuar o monitoramento de todos os parâmetros críticos do processo de esterilização a vapor, com performance equivalente ou superior à curva de morte microbiana do GeoBacillus stearothermophilus. Possui certificado BSI. A embalagem deverá contemplar 3 valores declarados: 121°C, 135°C e uma temperatura intermediária, correlacionadas com o tempo de morte microbiana, e na temperatura de 121 °C deverá reagir a partir de 16,5 minutos. Composto de uma mecha de papel e de uma pilula química sensível à temperatura, tempo e vapor, acondicionadas em uma embalagem composta por papel/filme e alumínio laminado. Integrador de mudança de limite/movimento frontal (não exige interpretação de cor), onde durante a esterilização a vapor, a substância química funde e migra como um líquido de coloração escura através da mecha de papel. A migração é visível através da janela identificada por "REJECT" (rejeitado), e deverá atingir a área denominada "ACCEPT" (aceito) se todas as condições necessárias para a eliminação de microorganismos no interior da embalagem forem alcançadas. A extensão da migração é proporcional ao tempo de exposição ao vapor e a temperatura. Embalagem com 100 unidades e com 500 unidades. Prazo de validade: 5 anos." (26-01-0214)	CX	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	3M	0	291,5000	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	3M	0	590,0000	2
99	INDICADOR QUIMICO MULTIPARAMETRICO "Indicador químico multiparamétrico, classe 4 conforme norma ANSI/AAMI/ISO 11140-1, para monitoramento da penetração do vapor saturado no interior das embalagens. Composto por uma tira de papel de 1,5 centímetros de largura por 20 centímetros de comprimento, picotada ao meio, coberta por uma substância química que muda da cor bege claro para o espectro de cores compreendido entre o marrom escuro e o preto, quando exposta às condições mínimas de tempo, temperatura e vapor necessários ao processo de esterilização. Apresenta um gabarito de cor no centro da tira que indica a viragem ideal esperada para o indicador químico. Caixa com 240/480 unidades. Prazo de validade: 2 anos" (26-01-0213)	CX	Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Kims	0	60,0000	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	3M	0	100,0000	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Bag	0	103,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 16/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
100	Kit p/ nebulização adulto - em material atóxico, máscara confeccionada em silicone, com copo dosador. (12-01-0047)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	DARU	0	4,1500	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	DARU	0	5,3800	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Daru	0	7,1200	3
101	Kit p/ nebulização infantil- em material atóxico, máscara confeccionada em silicone, com copo dosador. (12-01-0048)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	DARU	0	4,1500	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	DARU	0	5,3800	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Daru	0	7,1200	3
102	Lâmina de bisturi nº11, caixas com 10 unidades (22-01-0312)	CX	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	ADVANTIVE	0	10,0000	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Embramac	0	11,0000	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	MED BLADE	0	12,0000	3
			Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Advantive	0	12,0000	4
103	Lâmina de bisturi nº15 (22-01-0313)	CX	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	ADVANTIVE	0	10,0000	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Embramac	0	11,0000	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	MED BLADE	0	12,0000	3
			Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Advantive	0	12,0000	4
104	LÂMINA SIMPLES PARA MICROSCOPIA COM EXTREMIDADE FOSCA. Lâminas 26x76x1,0 mm (12-01-0004)	UN	Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Vision glass	0	0,0470	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Laborimport	0	0,0480	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	EXACTA	0	0,0500	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	CRAL PLAST	0	0,0550	4
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Solidor	0	0,0600	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 17/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Labor Import	0	0,0600	6
105	Lanceta estéril, com sistema de punção digital de utilização única para coleta de sangue capilar, agulha 28G - 0,36mm, com protusão de 1,5mm, apresentação em caixas com até 200 un. atendendo a NR 32 da ANVISA. (12-01-0125)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	STERILANCE	0	0,2000	1
			Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Safety Lancet	0	0,2100	2
			Especialista Produtos para Laboratório Ltda. (1221)	ABBOTT	0	0,2700	3
106	Lanterna pupilar, tipo lapiseira, funcionamento a pilha com foco normal, confeccionada em aço inox. (01-09-1658)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Press Control	0	16,0600	1
107	LENÇOL DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO (01-09-1105)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	CLEN	0	0,5700	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Anadona	0	0,5800	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	SKY	0	0,7300	3
108	Luva cirúrgica tam. 6,5 - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bioabsorvível. Espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso. (12-01-0013)	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MAXITEX	0	0,7800	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	SANRO	0	0,7900	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	SANRO	0	0,8200	3
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SANRO	0	0,8800	4
109	Luva cirúrgica 7,0 - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bioabsorvível. Espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso. (12-01-0014)	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MAXITEX	0	0,8000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	SANRO	0	0,8200	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	SANRO	0	0,8700	3
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SANRO	0	0,8800	4
110	Luva cirúrgica 7,5 - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bioabsorvível. Espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso. (12-01-0015)	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MAXITEX	0	0,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 18/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	SANRO	0	0,7200	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	SANRO	0	0,8200	3
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SANRO	0	0,8800	4
111	Luva cirúrgica 8,0 - Esterilizada por raio gama (cobalto), cor natural, superfície texturizada, lubrificada com pó bioabsorvível. Espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com punho reforçado liso. (12-01-0016)	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MAXITEX	0	0,8000	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	SANRO	0	0,8200	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	SANRO	0	0,8700	3
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SANRO	0	0,8800	4
112	Luva de procedimentos tamanho G - lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por un. (12-01-0012)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	NUGARD	0	0,1100	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SEMPERMED	0	0,1200	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	EMBRAMAC	0	0,1200	3
			PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	EMBRAMAC	0	0,1200	4
113	Luva de procedimentos tamanho M - lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por un. (12-01-0011)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	NUGARD	0	0,1030	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	NUGARD	0	0,1040	2
			PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	EMBRAMAC	0	0,1130	3
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SEMPERMED	0	0,1140	4
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	EMBRAMAC	0	0,1200	5
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Nugard	0	0,1280	6
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Nugard	0	0,1300	7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 19/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	Luva de procedimentos tamanho P - lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por un. (12-01-0010)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	NUGARD	0	0,1020	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	NUGARD	0	0,1030	2
			PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	EMBRAMAC	0	0,1130	3
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SEMPERMED	0	0,1140	4
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	EMBRAMAC	0	0,1200	5
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Nugard	0	0,1280	6
115	Luva de procedimentos tamanho PP - lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima de 0,17 mm e comprimento mínimo de 280 mm, com baixa cor de proteína, inferior a 50 mg por un. (12-01-0009)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	NUGARD	0	0,1020	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	NUGARD	0	0,1030	2
			PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	EMBRAMAC	0	0,1130	3
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SEMPERMED	0	0,1140	4
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	EMBRAMAC	0	0,1200	5
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Nugard	0	0,1280	6
116	Luva descartável plástica para TOQUE, pacotes com 100 unidades. (26-01-0081)	UN	Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Luplast	0	0,0190	1
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Luplast	0	0,0200	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	LUPLAST	0	0,0270	3
117	Máscara - confeccionada em não tecido, 3 dobras com filtro, tripla proteção, sendo as camadas soldadas eletronicamente por ultrasson. (12-01-0049)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	OLIMED	0	0,0590	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 20/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	OLIMEDI	0	0,0600	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	RM DESC	0	0,0700	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	DESCARPAC	0	0,0770	4
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Santé	0	0,0770	5
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Santé	0	0,0800	6
118	Mascara de proteção profissional oval n95 PFF2. Proteção contra bacilo da tuberculose, tiras ajustáveis, aprovada pelo ministério do trabalho.(CA) (01-09-2075)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	DESCARPAC	0	1,4800	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	DESCARPAC	0	2,0000	2
119	Mascara de Venturi, em silicone (12-01-0097)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MD / HP	0	18,9000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	PROTEC	0	19,0000	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Macrosul	0	19,9900	3
			Cirurgica Climaza Com. Repres. Assist. Técnica Lt (999)	MD	0	20,0000	4
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	PORTEX	0	20,0000	5
120	Micro pore - fita hipoalérgica microporosa; confeccionada com substrato de não tecido á base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva a base de poliacrilato hipoalergênico, 5,0 X 10 m, produto com capa protetora. (12-01-0090)	RL	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	MEDFIX	0	2,2000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MISSNER	0	2,3000	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MISSNER	0	2,6000	3
121	Micro pore - fita hipoalérgica microporosa; confeccionada com substrato de não tecido á base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva a base de poliacrilato hipoalergênico, 2,5cm X 10m. Produto com capa protetora (12-01-0050)	RL	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	MEDFIX	0	1,3200	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MISSNER	0	1,3900	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Missner	0	1,5900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 21/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Missner	0	1,5900	4
122	ÓCULOS DE PROTEÇÃO - uso hospitalar, lente em acrílico transparente, armação em nylon regulável. (01-02-0128)	UN	Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Danny	0	2,8000	1
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Danny	0	2,8200	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Top Spec	0	3,2400	3
123	Óleo hidratante natural em frascos com 200ml - originado á base de óleos vegetais polinsaturados, composto fundamentalmente por ácidos graxos essenciais. (12-01-0039)	FSC	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Dermex	0	3,9800	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	MOPH	0	4,1500	2
124	Otoscópio - Cabeçote em metal nobre cromado, acoplamento por sistema de rosca, acompanhado por no mínimo 5 espéculos em diferentes medidas, cabo em metal cromado, uso de 2 pilhas médias, regulagem de intensidade de luz. (12-01-0091)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MD / MARK II	0	230,0000	1
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	MD	0	246,4500	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Missouri	0	265,2400	3
125	Pinça anatômica 12cm em aço inox de 1ª qualidade, garantia contra defeito de fabricação no mínimo de 10 anos (01-09-1979)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Abc	0	5,0900	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Golgran	0	5,2000	2
126	Pinça dente de rato 12cm em aço inox de 1ª qualidade, garantia contra defeito de fabricação no mínimo de 10 anos (01-09-1980)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	PROFESSION	0	5,3200	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Abc	0	5,5200	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Golgran	0	5,7000	3
127	Pinça halstead (mosquito) reta 10cm em aço inox de 1ª qualidade, garantia contra defeito de fabricação no mínimo de 10 anos (01-09-1982)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Abc	0	10,7000	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Golgran	0	11,9000	2
128	Pinça kocher reta 14cm em aço inox de 1ª qualidade, garantia contra defeito de fabricação no mínimo de 10 anos (01-09-1981)	UN	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	ABC	0	14,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 22/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012
Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	PROFESSION	0	15,3800	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	PROFESSION	0	15,8900	3
129	Polifix 2vias (01-09-1220)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	VITAL GOLD	0	0,4500	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	COMPOJET	0	0,4900	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	WELLCAMP	0	0,5100	3
130	POMADA CONTENDO MENTOL canfora e oleo de eucalipto, emb 50g (26-01-0211)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Procter Gambi	0	17,9700	1
132	POMADA para curativo, collagenase 0,6 U/g, veículo qsp 1 g., tubo de 30 g (12-01-0098)	UN	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	CRISTÁLIA	0	12,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Cristalia	0	14,8800	2
133	Porta agulha mathiê 14 cm em aço inox de 1ª qualidade, garantia contra defeito de fabricação de no mínimo de 10 anos. (01-09-1973)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	PROFESSION	0	21,7000	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Abc	0	25,2400	2
135	PRESERVATIVO MASCULINO COM LUBRIFICANTE. Confeccionado em látex natural, liso ou texturizado, lubrificado, sem espermicida, transparente, incolor, inodoro, atóxico, hipoalergênico, formato anatômico com borda acabada em forma de bainha e reservatório na extremidade distal. Isento de bolhas, falhas, rugas, furos, fissuras ou defeito que prejudique seu uso. O lubrificante utilizado não deverá conter e nem liberar substâncias tóxicas ou irritantes. O preservativo deverá medir 52 mm (cinquenta e dois milímetros) de largura nominal, comprimento maior que 160 mm, espessura do filme maior que 0,03 mm, com quantidade de lubrificante entre 400 e 700 mg. Embalagem individual, em formato quadrado, de material opaco e metalizada, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, largura nominal em mm, número do registro no Ministério da Saúde - Brasil e marca de certificação do Inmetro. A embalagem do produto deverá conter a frase: "Distribuição Gratuita" ou "Proibida a venda pelo Comércio". O prazo de validade deve ser mínimo de 24 meses contados a partir da data da entrega. O preservativo deverá atender a RDC nº03 de 08/02.02 da ANVISA (01-09-2344)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	ROMANTEX	0	0,1250	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	BLAUSIEGEL	0	0,1350	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MADEITEX	0	0,1400	3
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	EROS	0	0,1400	4
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Madeitex	0	0,1600	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 23/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
136	Ringer com solução fisiológica 500ml (01-04-0657)	FSC	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Segmenta-Eur	0	2,0400	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	EUROFARMA	0	2,0500	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Halex Star	0	2,8500	3
137	Saco para lixo hospitalar 20 litros confeccionado em polietileno de baixa densidade, cor branco leitoso, espessura de 7micras. (01-09-1940)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	TEKPLAST	0	0,0700	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Nekplast	0	0,0800	2
138	Saco para lixo hospitalar 30 litros confeccionado em polietileno de baixa densidade, cor branco leitoso, espessura de 7 micra. (12-01-0052)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	NEKPLAST	0	0,1000	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Nekplast	0	0,1200	2
139	Saco para lixo hospitalar 50 litros confeccionado em polietileno de baixa densidade, cor branco leitoso, espessura de 7 micra. (12-01-0053)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	TEKPLAST	0	0,1000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	NEKPLAST	0	0,1200	2
140	Saco para vômito (01-09-1223)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Descarpack	0	1,7300	1
141	Scalp nº19, dispositivo aséptico com agulha silicinizada com bisel biangulados, trifacetado. Tubo vinílico transparente, atóxico e apirrogênico. (01-04-0581)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	LAMEDID	0	0,1000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	SOLIDOR	0	0,1100	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Lamedid	0	0,1200	3
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Lamedid	0	0,1200	4
142	Scalp nº21 (01-04-0578)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	LAMEDID	0	0,1000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	SOLIDOR	0	0,1100	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Lamedid	0	0,1100	3
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Lamedid	0	0,1200	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 24/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Lamedid	0	0,1200	5
143	Scalp nº23 (01-04-0579)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	LAMEDID	0	0,1000	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Lamedid	0	0,1100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	SOLIDOR	0	0,1100	3
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Lamedid	0	0,1200	4
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Lamedid	0	0,1200	5
144	Scalp nº25 (01-04-0580)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	LAMEDID	0	0,1000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	SOLIDOR	0	0,1100	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Lamedid	0	0,1100	3
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Lamedid	0	0,1200	4
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Lamedid	0	0,1200	5
145	Seringa 1ml, sem agulha, stopper fino, embolo com anel de retenção, sem espaço morto. Capacidade para 100 unidades de insulina com graduação de 1 e 1 unidade. (12-01-0126)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Injex	0	0,1690	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	BD	0	0,1700	2
146	Seringa 20ml, LS (bico liso) Seringa 20mL LS (bico liso) - Seringa hipodérmica, estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Seringa confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro e êmbolo. O cilindro é dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer Slip e flange. O êmbolo é dividido em haste e rolha de borracha (latex free). Esterilizado a óxido de etileno. Possuir dizer na embalagem unitária (embalagem da seringa): "Produto destinado a entidade pública - proibida a venda pelo comércio", com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade. (26-01-0218)	UN	Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Labor Import	0	0,2600	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Solidor	0	0,2700	2
			PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	PROCARE	0	0,2800	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	LABOR	0	0,2900	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 25/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Embramac	0	0,3000	5
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Embramac	0	0,3100	6
147	Seringa 3ml, descartavel sem agulha Seringa 3ml descartavel sem agulha,com dispositivo de segurança tipo cilíndrica em que a agulha permaneça preso no interior do cilindro ao acionar o dispositivo,impossibilitando o reuso.Composta por embolo, graduação e cilíndrico de segurança,embalada individualmente com papel grau cirurgico ,esterilizado a oxido de etileno. (26-01-0219)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	LABOR	0	0,3200	1
			Wei Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Labor Import	0	0,4500	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Labor Import	0	0,4600	3
148	Seringa 5ml descartavel sem agulha, Seringa 5ml descartavel sem agulha,com dispositivo de segurança tipo cilíndrica em que a agulha permaneça preso no interior do cilindro ao acionar o dispositivo,impossibilitando o reuso.Composta por embolo, graduação e cilíndrico de segurança,embalada individualmente com papel grau cirurgico ,esterilizado a oxido de etileno. (26-01-0220)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	LABOR	0	0,3600	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Labor Import	0	0,4400	2
			Wei Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Labor Import	0	0,4500	3
149	SERINGA 60 ML, DESCARTÁVEL, BICO CATÉTER, EMBOLO COM ANEL DE RENTENÇÃO. (26-01-0221)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	ADVANTIVE	0	1,2000	1
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	RM Desc	0	1,2800	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	ADVANTAGE	0	1,7300	3
150	SERINGA DESCARTAVEL 1ML (INSULINA/BCG) SERINGA DESCARTÁVEL 1 ML (insulina/BCG) - Seringa hipodérmica de segurança ,com agulha(13 x 0,33) estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Seringa confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro primário, cilindro secundário, êmbolo e graduação até 1ml. O cilindro primário é dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer-Lok, flange. O cilindro secundário é o dispositivo de segurança que possibilita a retração da agulha. O êmbolo é dividido em haste e rolha de borracha. A escala da graduação é de 0,5ml nos traços longos e de 0,1ml nos traços curtos. Esterilizado a óxido de etileno. (26-01-0217)	UN	Wei Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Labor Import	0	0,8500	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	LABOR	0	0,9000	2
151	Seringa para insulina - Capacidade para 30 unidades de insulina, escala com graduação de 1 em 1 unidade, agulha fixa com 8 mm de comprimento e 0,30 mm de calibre (30G), ideal para criança, adolescente e adulto magro (IMC até 25) que utilizam mais que 30 unidades de insulina por aplicação (12-01-0100)	UN	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	BD	0	0,4900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 26/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	SERINGAS DESCARTAVEIS 10ML SEM AGULHA embalada individualmente com papel grau cirurgico, esterelizado a oxido de etileno. (01-01-0014)	UN	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	PROCARE	0	0,1500	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	LABOR	0	0,1800	2
155	Sonda aspiração traqueal nº16, descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível. (01-09-1196)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	MEDSONDA	0	0,3500	1
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,3700	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,3800	3
156	Sonda de aspiração traqueal nº06 - descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível. (12-01-0113)	UN	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	BIOSANI	0	0,2600	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	BIOSANI	0	0,2700	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,2900	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,3000	4
157	Sonda de aspiração traqueal nº10 tubo de PVC, atóxico, flexível. (01-09-1064)	UN	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	BIOSANI	0	0,2900	1
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,3000	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,3100	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	BIOSANI	0	0,3300	4
158	Sonda de Aspiração Traqueal nº12 tubo de PVC, atóxico, flexível. (12-01-0068)	UN	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	BIOSANI	0	0,3000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	BIOSANI	0	0,3100	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,3200	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,3300	4
159	Sonda de Aspiração Traqueal nº8 - descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível. (12-01-0066)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	BIOSANI	0	0,2800	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	MEDSONDA	0	0,2900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 27/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,3000	3
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	BIOSANI	0	0,3050	4
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,3100	5
160	Sonda de foley nº14 - feita de látex de borracha 100% natural; com ponta distal atraumático; balão com enchimento simétrico para 30cc. Com 2 vias; embalagem individual, tipo blister atóxico;esterilizado em óxido de etileno. (12-01-0056)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	SOLIDOR	0	1,1000	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	MED FOLEY	0	1,2600	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Lamedid	0	1,4600	3
161	Sonda de foley número 16 - feita de látex de borracha 100% natural; com ponta distal atraumático; balão com enchimento simétrico para 30cc. Com 2 vias; embalagem individual, tipo blister atóxico;esterilizado em óxido de etileno. (12-01-0057)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	SOLIDOR	0	1,1000	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	MED FOLEY	0	1,2600	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Lamedid	0	1,4600	3
162	Sonda de foley número 18 - feita de látex de borracha 100% natural; com ponta distal atraumático; balão com enchimento simétrico para 30cc. Com 2 vias; embalagem individual, tipo blister atóxico;esterilizado em óxido de etileno. (12-01-0058)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	SOLIDOR	0	1,1000	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	MED FOLEY	0	1,2600	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Lamedid	0	1,4600	3
163	Sonda nasoentérica número 8 - para alimentação enteral, de silicone, com fio gui, ponta de turgstênio, esterilizado em óxido de etileno. (12-01-0072)	UN	DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SOLUMED	0	7,7000	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	SOLUMED	0	7,8000	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Solidor	0	14,9700	3
164	Sonda nasoentérica número 10 - para alimentação enteral, de silicone, com fio gui, ponta de turgstênio, esterilizado em óxido de etileno. (12-01-0060)	UN	DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SOLUMED	0	7,6000	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	SOLUMED	0	7,7000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 28/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Cirurgica Brasi	0	18,6400	3
165	Sonda nasoentérica número 12 - para alimentação enteral, de silicone, com fio gui, ponta de tungstênio, esteril oxido etileno. (12-01-0059)	UN	DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SOLUMED	0	7,8500	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	SOLUMED	0	9,1500	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Cirurgica Brasi	0	18,6400	3
166	Sonda nasogástrica nº18 - descartável de tubo PVC atóxico, flexível, (12-01-0061)	UN	Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,4200	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,4300	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	MEDSONDA	0	0,6400	3
167	Sonda nasogástrica nº20 - descartável de tubo PVC atóxico, flexível, (12-01-0062)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	MEDSONDA	0	0,7500	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	MARK MED	0	0,7900	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,7900	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,8000	4
168	Sonda uretral 06 descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível, 1 furo e ponta fechada, conector com tampa. Comprimento de 40 cm. Esterilizada a raio gama. (01-09-1180)	UN	Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,2800	1
169	Sonda uretral 12 descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível, 1 furo e ponta fechada, conector com tampa. Comprimento de 40 cm. Esterilizada a raio gama. (01-09-1181)	UN	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	BIOSANI	0	0,2900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MEDSONDA	0	0,3000	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,3200	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,3300	4
170	Sonda uretral 14 descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível, 1 furo e ponta fechada, conector com tampa. Comprimento de 40 cm. Esterilizada a raio gama. (01-09-1182)	UN	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	BIOSANI	0	0,3100	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MEDSONDA	0	0,3200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 29/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,3600	3
171	Sonda uretral 16 descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível, 1 furo e ponta fechada, conector com tampa. Comprimento de 40 cm. Esterilizada a raio gama. (01-09-1183)	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	MARKMED	0	0,3400	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	MEDSONDA	0	0,3500	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,3700	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,3800	4
172	Sonda uretral nº10 descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível, 1 furo e ponta fechada, conector com tampa. Comprimento de 40 cm. Esterilizada a raio gama. (12-01-0064)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	BIOSANI	0	0,2600	1
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,2700	2
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	BIOSANI	0	0,2900	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MEDSONDA	0	0,3000	4
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,3100	5
173	Sonda uretral nº 8 descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível, 1 furo e ponta fechada, conector com tampa. Comprimento de 40 cm. Esterilizada a raio gama. (12-01-0063)	UN	Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Biosani	0	0,2700	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda. (1336)	BIOSANI	0	0,2800	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MEDSONDA	0	0,2900	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Biosani	0	0,3100	4
174	Soro Fisiológico 10 ml (11-01-0116)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Isofarma	0	0,1200	1
175	Soro fisiológico 100ml (01-04-0654)	FSC	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Segmenta-Eur	0	0,7400	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	ARBORETO	0	0,7500	2
			PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	EUROFARMA	0	1,7300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 30/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
176	Soro fisiológico 250ml (01-04-0655)	FSC	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Segmenta-Eur	0	0,8800	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	ARBORETO	0	0,9000	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Arboreto	0	1,1300	3
177	Soro fisiológico 500 ml frasco (01-04-0656)	FSC	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	ARBORETO	0	1,0000	1
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Arboreto	0	1,2800	2
178	Soro glicosfisiológico 500ml (01-04-0660)	FSC	PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA (1743)	EUROFARMA	0	2,0400	1
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Farmace	0	2,0500	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Segmenta-Eur	0	2,3000	3
179	Soro glicosado 5% 250ml (01-04-0658)	FSC	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Farmace	0	1,6500	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Fresenius Kab	0	1,8400	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	EUROFARMA	0	1,9200	3
180	Soro glicosado 5% 500ml (01-04-0659)	FSC	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Halex Istar	0	1,9500	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Segmenta-Eur	0	2,0800	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	EUROFARMA	0	2,2000	3
181	Stopper caixa com 496 adesivos (10-01-0057)	CX	Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	Ciex	0	8,9900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	LABOR	0	9,0000	2
			Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME (1742)	Labor Import	0	10,8000	3
183	Termometro auricular digital termometro para aferição auricular da temperatura auricular, tecnologia infravermelho, que ofereça 1 ano de garantia (26-01-0212)	UN	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	G-Tech	0	92,9000	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Incoterm	0	92,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 31/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Cirurgica Climaza Com. Repres. Assist. Técnica Lt (999)	PREMIUM	0	106,0000	3
184	TERMOMETRO DE CAPELA (01-09-2989)	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	INCOTERM	0	22,9800	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Incoterm	0	23,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (295)	ALA BRASIL	0	29,9500	3
185	Termômetro digital máxima e mínima duas escalas e fio com ponta de aço termômetro digital, com função interna e externa. Fabricado em plástico ABS, Displays de cristal líquido (LCD) de três dígitos; reset unificado; escala interna -10+50 °C/-14+122 °F; resolução: 1 °C/1 °F; precisão +1 °C-1 °C. (01-09-2077)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	INCOTHERM	0	31,5000	1
			Wei Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda (1744)	J.Prolab	0	31,9900	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	INCOTERM	0	37,1700	3
186	TERMÔMETRO DIGITAL: TERMÔMETRO COM AFERIÇÃO DIGITAL DA TEMPERATURA CORPORAL CONFECCIONADO EM TERMOPLÁSTICO (01-09-1117)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	INCOTHERM	0	7,1800	1
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Medcare	0	8,0000	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Bioland	0	8,6100	3
187	Tesoura de maio reta 15 cm, em aço inox de 1ª qualidade, garantia contra defeito de fabricação no mínimo de 10 anos. (01-09-1976)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Abc	0	13,7000	1
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	PROFESSION	0	13,8000	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Golgran	0	14,9000	3
188	Tesoura Iris reta 11 cm, em aço inox de 1ª qualidade, garantia contra defeito de fabricação no mínimo de 10 anos. (01-09-1978)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Abc	0	8,2000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	PROFESSION	0	8,2500	2
			Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	PROFESSION	0	8,3000	3
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Golgran	0	8,9000	4
189	tesoura metzenbaum reta 15cm, em aço inox de 1ª qualidade, garantia contra defeito de fabricação no mínimo de 10 anos. (01-09-1977)	UN	Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda (988)	PROFESSION	0	15,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 32/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012**Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013****Objeto da Compra:** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Abc	0	16,2100	2
			Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Golgran	0	16,3000	3
190	Tesoura ponta romba curva 18cm, em aço inox de 1ª qualidade, garantia contra defeito de fabricação no mínimo de 10 anos. (12-01-0117)	UN	Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda. (1135)	Golgran	0	15,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Abc	0	16,2100	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (617)	PROFESSION	0	16,9000	3
191	Tesoura tico-tico, reta, para retirada de pontos. (26-01-0082)	UN	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	ABC	0	9,4200	1
192	Tiras para teste de glicemia para amostras de sangue capilar, tamanho suficiente para que não permita o contato de resíduos de fluidos orgânicos com o aparelho, apresentação em caixa com 50 tiras. Características do aparelho: capaz de oferecer resultados precisos em no máximo 30 segundos, isento da necessidade de solução de controle para calibragem, visor com caracteres que apresentam o resultado não inferior a 1 cm de altura. (12-01-0114)	TIRA	Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda. (856)	Accu Chek Act	0	0,2800	1
			Especialista Produtos para Laboratório Ltda. (1221)	ABBOTT	0	0,5200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 33/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 19/2012**Número do Registro de Preços: 19/2012 Data do Registro: 28/12/2012 Válido até: 28/12/2013****Objeto da Compra:** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
193	Vidro de aspiração com intermediário (01-09-1197)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Protec	0	109,7100	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS**

Página: 34/34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012

Número do Registro de Preços: 19/2012 **Data do Registro:** 28/12/2012 **Válido até:** 28/12/2013
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2012****PROCESSO N° 52/2012**

- (72) - METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (275) - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (295) - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- (298) - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
- (617) - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA
- (663) - DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
- (856) - Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda.
- (988) - Starmed Artigos Médicos Hospitalares Ltda
- (999) - Cirurgica Climaza Com. Repres. Assist. Técnica Lt
- (1135) - Trade Medical Comércio de Materiais Hosp. Ltda.
- (1221) - Especialista Produtos para Laboratório Ltda.
- (1336) - Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda.
- (1742) - Cirúrgica Bela Vista Com. Prod. Hosp. Ltda - ME
- (1743) - PLASMEDIC COM MAT P USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA
- (1744) - Wel Distrib. Medicam. Prod. Saúde Ltda

Curitibanos, 28 de Dezembro de 2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços:** 2/2013 **Data do Registro:** 09/01/2013 **Válido até:** 09/01/2014**Objeto da Compra:** O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de refeições (prato pronto), para serem servidas a paciente na sede do CAPS; e refeições por quilo (buffet), para serem servidas na sede da contratada

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Refeições - 400g, pronta para consumo (prato feito). Acondicionada em embalagem de alumínio, devidamente fechada e lacrada. Devendo uma porção ser composta pelo menos por: 01 opção de carne; 01 opção de massa ao molho ou recheada, 02 opções de grãos e 01 opção de tubérculo; 02 opções de saladas embaladas separadamente. O cardápio deverá ser diversificado, evitando a repetição durante a semana. (01-09-2672)	UN	Marcos Martarello - ME (809)		0	8,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013**Número do Registro de Preços:** 2/2013 **Data do Registro:** 09/01/2013 **Válido até:** 09/01/2014**Objeto da Compra:** O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de refeições (prato pronto), para serem servidas a paciente na sede do CAPS; e refeições por quilo (buffet), para serem servidas na sede da contratada

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Alimentação por quilo pronta para consumo (Buffet). A ser servida na sede da contratada, sendo que a alimentação deverá ser disposta em balcão aquecido que atenda às normas de Vigilância Sanitária para este fim específico, e o que segue: quanto a diversidade do cardápio deverão estar dispostos pelo menos: 05 opções de saladas, 03 opções de grãos, 03 opções de tubérculos, 03 opções de massas recheadas ou ao molho e 03 opções de carne. Com fornecimento de um refrigerante de 350ml por refeição. (01-09-2673)	KG	Martarello & Cia. Ltda. ME (1371)		0	22,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013 Data do Registro: 09/01/2013 Válido até: 09/01/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de refeições (prato pronto), para serem servidas a paciente na sede do CAPS; e refeições por quilo (buffet), para serem servidas na sede da contratada

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2013****PROCESSO N° 60/2012**

(809) - Marcos Martarello - ME

(1371) - Martarello & Cia. Ltda. ME

Curitibanos, 9 de Janeiro de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 19/02/2013 Válido até: 19/02/2014****Objeto da Compra:** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais informativos/educativos para campanhas de promoção à saúde desenvolvidas pelo Dpto. de Vigilância Epidemiológica.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CANETAS Esferográficas azul, escrita grossa, Corpo plástico metalizada com Detalhe frost de cor verde/azul/vermelha,acionador,anel central e ponteira cromada. Impressão em uma cor. (01-09-2839)	UN	Dallarosa Dist. Brindes Ltda. (1411)		0	1,2500	1
2	CAMISETAS , Gola pólo, malha piquet P.A., com cortes especiais, com bolso,manga curta com punho. Detalhes coloridos na gola e punhos ou com recorte no ombro,mangas e costas(vista da mesma cor da gola), Bordado na frente em três cores.Tamanho P,M,G e GG.conforme tabela de medidas em anexo. Ausência de marca da dobra da malha. (01-09-2840)	UN	Dallarosa Dist. Brindes Ltda. (1411)		0	16,0000	1
3	CAMISETAS normais, manga curta ,gola normal e V; malha fria, em poliviscose (67% poliéster, 33% viscose), de primeira qualidade, ribana poliviscose (67% poliéster, 33% viscose), com largura de 2,0 cm, e manga curta, contendo ribana com largura de 3,0 cm. gramatura 130 g/m2, acabamento com costura dupla e reforçada em máquina overloc. Serigrafia imagem na frente,mangas e costas.Detalhe: Golas e Punhos coloridos. Camisetas para Adultos e Crianças,conforme tabelas de medidas em anexo.Serigrafia em cinco cores e arte a ser desenvolvida. OBS: Ausência da marca da dobra da malha. (01-09-2841)	UN	Dallarosa Dist. Brindes Ltda. (1411)		0	19,9000	1
4	Xicara cereal branca , em porcelana, capacidade 500 ml.personalização em 1 cor (área impressão de 6,5cm x 5,5cm - casal Zé Gotinha idoso + Secretaria Municipal de Saúde de Curitibabanos) (01-09-3025)	UN	Dallarosa Dist. Brindes Ltda. (1411)		0	10,8000	1
5	SACOLA ECOLÓGICA de tecido retornável de TNT, gramatura 80g, medindo 40cm comprimento, 10cm largura, 10cm fundo ,40cm altura, com alças de 50cm. Impressão em um lado em 1 cor, arte a ser desenvolvida. (01-09-3026)	UN	Dallarosa Dist. Brindes Ltda. (1411)		0	4,2000	1
6	Copo com tampa e bico retrátil , (tipo chukinha)material em Polipropileno , tamanho 10cm de altura, 6cm diâmetro da boca, 5cm diâmetro da base e capacidade 50ml.Impressão em 1 cor de 6,5cm x 5 cm - Zé Gotinha + Secretaria Municipal de Saúde de Curitibabanos) (01-09-3027)	UN	Dallarosa Dist. Brindes Ltda. (1411)		0	3,8000	1
7	BALÕES de látex,tamanho 9' (diâmetro 23cm e circunferência 72 cm),2,10 grama, redondo,diversas cores, personalizado para a campanha de vacinação . (01-09-3028)	UN	Dallarosa Dist. Brindes Ltda. (1411)		0	0,3800	1
8	BOLAS de vinil, 21cm diâmetro,coloridos,personalizado com impressão em uma cor (01-09-2849)	UN	Dallarosa Dist. Brindes Ltda. (1411)		0	3,9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2013**Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 19/02/2013 Válido até: 19/02/2014****Objeto da Compra:** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais informativos/educativos para campanhas de promoção à saúde desenvolvidas pelo Dpto. de Vigilância Epidemiológica.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	BONÉS tipo americano,6 gomos,em tecido brim(100% algodão),aba curva com filete,com regulador plástico ou velcro,impressão em 5 cores na frente e laterais. (01-09-2850)	UN	Dallarosa Dist. Brindes Ltda. (1411)		0	8,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2013

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 19/02/2013 Válido até: 19/02/2014
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais informativos/educativos para campanhas de promoção à saúde desenvolvidas pelo Dpto. de Vigilância Epidemiológica.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 3/2013****PROCESSO N° 4/2013**

(1411) - Dallarosa Dist. Brindes Ltda.

Curitibanos, 19 de Fevereiro de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Número do Registro de Preços: 5/2013 **Data do Registro:** 11/04/2013 **Válido até:** 11/04/2014
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem para manutenção das atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Agulha para biópsia de Pequeno Curso 14 ga x 12 cm. Caixas com 10 unidades. (26-01-0083)	CX	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MDTECH	0	1.800,0000	1
3	ANESTESICO GEL esteril com cloridrato de lidocaina a 2% (26-01-0193)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Pharlab	0	1,6200	1
			LA Dalla Porta Junior (1517)	Pharlab	0	1,6300	2
5	ANTICONCEPCIONAL HORMONAL TRIFÁSICO ORAL. Cartucho com estojo-calendário contendo 21 drágeas: contendo 0,05 mg de levonorgestrel e 0,03 mg de etinilestradiol cada uma; 5 drágeas contendo 0,075 mg de levonorgestrel e 0,04 mg de etinilestradiol cada uma e 10 drágeas de 0,125 mg de levonorgestrel e 0,03 mg de etinilestradiol cada uma. (01-09-2340)	CART	Drogaria e Farmácia Cassiano Ltda (1775)	triquilar	0	5,6600	1
			DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (256)	E M S	0	5,6700	2
6	ANTICONCEPCIONAL INJETÁVEL MENSAL valerato de estradiol 5 mg + enantato de noretisterona 50 mg. Seringa pré carregada 1ml (01-09-2339)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Cifarma	0	5,9800	1
			CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA (198)	CIFARMA	0	5,9900	2
			DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (256)	MABRA	0	7,2500	3
			Promefarma Representações Comerciais Ltda (1369)	cifarma	0	7,4100	4
7	ANTICONCEPCIONAL INJETÁVEL TRIMESTRAL 150 mg. Acetato de medroxiprogesterona (como droga ativa) 150 mg, polietilenoglicol 3350 28,9 mg, polissorbato 80 2,41 mg, cloreto de sódio 8,68 mg, metilparabeno 1,37 mg, propilparabeno 0,150 mg, água para injeção q.s.p. 1 ml. Cartucho com frasco ampola. (01-09-2338)	UN	Sulmedic Com. de Medicam. Ltda. EPP (1481)	Germed	0	9,0700	1
			DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (256)	E M S	0	9,0800	2
			CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA (198)	UNIÃO Q.	0	9,2700	3
8	ANTICONCEPCIONAL ORAL MONOFÁSICO Cartucho com 21 drágeas. etinilestradiol 30 mcg + levonorgestrel 150 mcg. (01-09-2341)	CART	DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA (256)	U.QUIMICA	0	0,6900	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Cifarma	0	0,7500	2
9	ANTISSEPTICO higienizante e hidratante para mãos e pele de ação bactericida rápida e efeito residual prolongado contendo álcool, clorhexidine, digluconato, peróxido de hidrogenio, capriclauril trigliceride. Em frascos de 60 ml (não PVPI) (26-01-0191)	FSC	Promefarma Representações Comerciais Ltda (1369)	helianto	0	26,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Número do Registro de Preços: 5/2013 **Data do Registro: 11/04/2013** **Válido até: 11/04/2014**
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem para manutenção das atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Antisséptico, higienizante e hidratante para mãos e pele de ação bactericida rápida e efeito residual prolongado contendo álcool, clorhexidine, digluconato, peróxido de hidrogênio, capric lauril trigliceride, Em frascos de 500 ml (Não PVPI). Com Registro de produto no M.S. através de cópia do D.O.U. e boas práticas de fabricação. (26-01-0073)	UN	Promefarma Representações Comerciais Ltda (1369)	helianto	0	39,8000	1
11	Antisséptico, higienizante e hidratante para mãos e pele de ação bactericida rápida e efeito residual prolongado contendo álcool, clorhexidine, digluconato, peróxido de hidrogênio, capric lauril trigliceride, Em galões 5 L.0 (Não PVPI). Com Registro de produto no M.S. através de cópia do D.O.U. e boas práticas de fabricação. (26-01-0072)	UN	VANUSA DIAS EIRELI EPP (1776)	RIOEX	0	84,1000	1
12	Avental de procedimento descartável, branco, TNT (100% polipropileno), manga longa com latex, aberto nas costas com tiras para amarrar na cintura e no pescoço. (10-01-0155)	UN	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Sky	0	1,0900	1
13	Cateter nasal tipo óculo pediátrico (01-09-1189)	UN	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Biosani	0	0,7100	1
14	CLOREXIDINA SOLUÇÃO ALCOOLICA DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,5%, FRASCOS DE 1000 ml ALMOTOLIA (26-01-0201)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	VICPHARMA	0	5,0000	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	VIC PHARMA	0	6,0000	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Rioquímica	0	6,6000	3
15	Colar cervical regulável (26-01-0077)	UN	Drogaria e Farmácia Cassiano Ltda (1775)	ideal	0	15,0100	1
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Romed	0	32,5000	2
16	Coletor de urina masculino com extensão, confeccionado em PVC atóxico e flexível e preservativo de puro látex. Indicado para pacientes com incontinência urinária ou que apresentem impossibilidade de remoção do leito. Esterilização: gás óxido de etileno. Comprimento da extensão: 1,30m. (26-01-0222)	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	SANOBIOL	0	1,4500	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Uro-Control	0	2,9100	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	MB	0	9,5000	3
17	Cuba redonda para assepsia, em aço inox, 05cm de diâmetro de fundo capacidade de 250ml. (12-01-0120)	UN	LA Dalla Porta Junior (1517)	Fami Fábrica	0	8,7100	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Fami/Luminox	0	10,7500	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	ABC	0	13,8900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Número do Registro de Preços: 5/2013 Data do Registro: 11/04/2013 Válido até: 11/04/2014

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem para manutenção das atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Cuba redonda para assepsia, em aço inox, 08cm de diâmetro de fundo capacidade de 250ml. (12-01-0121)	UN	LA Dalla Porta Junior (1517)	Fami Fábrica	0	8,7100	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Fami/Luminox	0	10,7500	2
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	ABC	0	13,8900	3
19	Curativo de hidrocólóide e alginato de cálcio e sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbomero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidatoína, - conservantes importantes para a manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto - num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlcera de perna - venosa e arterial - pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com pH neutro, com tampa flip flop. Apresentação Tubos com 85 gr. (12-01-0079)	TUBO	Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda. (856)	Saf Gel	0	43,0000	1
			VANUSA DIAS EIRELI EPP (1776)	COVANTEC	0	70,6900	2
20	Curativo tratamento placa, com hidrofibraantimicrobiano composto de fibras 100% de carboximetilcelulose sódica e prata iônica altamente absorvente, que interage com o exudato da ferida formando um gel macio que mantém o meio úmido proporcionando o ambiente ideal a cicatrização, auxilia no desbridamento, autolítico e remoção sem causar trauma ao tecido recém formado, com drenagem vertical avançada e lateral controlada, mantém o fluido distante da ferida e pele circundante - o fluido retido dentro das fibras é convertido imediatamente em gel translúcido: absorvendo 25 vezes seu peso em fluidos. Com registro comprovado no ministério da saúde. Tamanho : 10 x 10cm . Em caixas com 20 curativos. (12-01-0080)	CX	Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda. (856)	Aquacel AG	0	980,0000	1
21	Equipo para Nutrição Enteral, tubo em PVC com 1,50cm, controlador tipo pinça rolante, conexão tipo luer, embalado individualmente (12-01-0082)	UN	LA Dalla Porta Junior (1517)	Medsonda	0	1,1000	1
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Biobase	0	1,2400	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Compojet	0	1,3600	3
22	Esfigmomanometro Adulto, aparelho aneróide, livre de mercúrio, composto por manômetro montado em adequada estrutura plástica resistente a quedas, conforme certificação e livre de desregulações frequentes. Todos os acessórios do produto devem ser isentos de látex, antialérgicos. Laudo técnico do IPEM (INMETRO) com certificação de aferição individual. Garantia de calibração por 5 anos, comprovada através do manual registrado na ANVISA. Deve acompanhar 1 braçadeira adulto completa, 1 válvula e 1 pêra. (01-09-0066)	UN	LA Dalla Porta Junior (1517)	Lamedid	0	36,4000	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	SOLIDOR	0	39,0000	2
			Drogaria e Farmácia Cassiano Ltda (1775)	gtech	0	41,0400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 4/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Número do Registro de Preços: 5/2013 **Data do Registro:** 11/04/2013 **Válido até:** 11/04/2014
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem para manutenção das atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	ESPÉCULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO Produzido em poliestireno cristal , permite excelente transparência eb transmissão luminosa. Valvas anatómicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. (12-01-0075)	UN	DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	ADLIN	0	1,0300	1
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Adlin	0	1,0400	2
			Promefarma Representações Comerciais Ltda (1369)	kolplast	0	1,0900	3
			LA Dalla Porta Junior (1517)	Medical	0	1,1400	4
24	ESPÉCULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO Produzido em poliestireno cristal , permite excelente transparência e transmissão luminosa. Valvas anatómicas de contornos lisos e regulares, semelhantes ao formato dos fôrnices vaginais. Dispositivo de abertura (parafuso borboleta) fabricado em poliestireno de alto impacto (PSAI), pigmentado e indeformável. (12-01-0001)	UN	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Adlin	0	0,9000	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	ADLIN	0	0,9100	2
			Drogaria e Farmácia Cassiano Ltda (1775)	adlin	0	1,0500	3
25	O estojo porta-lâminas em polietileno de alta densidade (PEAD), acabamento branco opaco, medindo 15mm x 32mm x 83mm, com capacidade para armazenar 3 lâminas e com tampa sistema gaveta. (12-01-0005)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Adlin	0	0,4500	1
26	Fio mononylon nº3 com agulha, atraumáticas, estriadas, e de aço inox com 24. (26-01-0204)	CX	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Procare	0	14,0000	1
			VANUSA DIAS EIRELI EPP (1776)	PROCARE	0	14,2000	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Solidor	0	14,3000	3
			Promefarma Representações Comerciais Ltda (1369)	procare	0	15,6000	4
27	Fita de autoclave para fechamento e identificação de pacotes confeccionados em tecido e papel, esterilizados em autoclave, utilizada no monitoramento do processo de esterilização a vapor. Possui indicador químico, de exposição classe 1, composta de papel crepado de cor bege, especialmente tratado. Possui listras diagonais amarelas, impregnadas de substância química reativa livre de chumbo (indicador químico de processo), que após passar pelo ciclo de esterilização, mudam para a cor marrom. Apresentação em rolos embalados individualmente, contendo na embalagem: dados de identificação, procedência, indicações de uso e prazo de validade. Indicada para uso em autoclaves em ciclos com temperatura até 134°C Tamanho 19mmx30m (01-01-0002)	UN	LA Dalla Porta Junior (1517)	Eder Soares	0	2,3800	1
			Promefarma Representações Comerciais Ltda (1369)	ciex	0	2,3900	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Ciex	0	2,6300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 5/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Número do Registro de Preços: 5/2013 **Data do Registro:** 11/04/2013 **Válido até:** 11/04/2014
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem para manutenção das atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MISSNER	0	3,0000	4
28	Garrote calibre médio (01-09-1216)	UN	VANUSA DIAS EIRELI EPP (1776)	AURIFLEX	0	6,5300	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Laborimport	0	7,5300	2
			LA Dalla Porta Junior (1517)	Lemgruber	0	18,0000	3
29	Gaze em compressa - gaze hidrófila, confeccionada com 13 fios p/cm², em tamanho 7.5 X 7,5cm dobrada e 15x30 aberta, 5 dobras, 8 camadas bordas devidamente voltada para dentro, com peso mínimo de 450gr por pct, embalada em pacotes com 500 peças. (12-01-0044)	PCT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MEDI HOUSE	0	16,4800	1
			VANUSA DIAS EIRELI EPP (1776)	POLARFIX	0	18,3400	2
30	GAZE TIPO QUEIJO - compressa de gaze tipo queijo, confeccionada com 9 fios em tamanho nominal 91x91, com 4 dobras, com 8 camadas, cor branca, bordas devidamente voltadas para dentro. Embaladas individualmente em pacote plástico. (01-01-0018)	RL	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Hospitex	0	17,9200	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	AMÉRICA	0	30,0000	2
31	Lanterna pupilar, tipo lapiseira, funcionamento a pilha com foco normal, confeccionada em aço inox. (01-09-1658)	UN	VANUSA DIAS EIRELI EPP (1776)	ACCUMED	0	7,3500	1
			Promefarma Representações Comerciais Ltda (1369)	supermedy	0	7,9900	2
			Drogaria e Farmácia Cassiano Ltda (1775)	g-tech	0	9,2800	3
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	MD	0	14,9000	4
32	POMADA de Calêndula, contendo vaselina sólida, cera de abelha, gordura animal, tintura de calêndula. Embalagem de 30 gr. (12-01-0099)	UN	Drogaria e Farmácia Cassiano Ltda (1775)	mabifarma	0	10,0000	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Simões	0	11,9400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 6/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Número do Registro de Preços: 5/2013 Data do Registro: 11/04/2013 Válido até: 11/04/2014

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem para manutenção das atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	PRESERVATIVO AROMATIZADO LUBRIFICADO Confeccionado em látex natural, liso ou texturizado, sem espermicida, lubrificado, aroma artificial de Menta, Uva, Morango, atóxico, hipoalergênico, formato anatómico com borda acabada em forma de bainha e reservatório na extremidade distal. Isento de bolhas, falhas, rugas, furos, fissuras ou defeito que prejudique seu uso. O preservativo deverá medir 52 mm (cinquenta e dois milímetros) de largura nominal, comprimento maior que 160 mm, espessura do filme maior que 0,03 mm, com quantidade de lubrificante entre 400 e 700 mg. Embalagem individual, em formato quadrado, de material opaco e metalizada, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, largura nominal em mm, número do registro no Ministério da Saúde - Brasil e marca de certificação do Inmetro. A embalagem do produto deverá conter a frase: "Distribuição Gratuita" ou "Proibida a venda pelo Comércio". O prazo de validade deve ser mínimo de 24 meses contados a partir da data da entrega. O preservativo deverá atender a RDC nº03 de 08/02/02 da ANVISA. (01-09-2345)	UN	DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	MADEITEX	0	0,2060	1
			METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Madeitex	0	0,2070	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MADEITEX	0	0,2180	3
34	Saco para lixo hospitalar 20 litros confeccionado em polietileno de baixa densidade, cor branco leitoso, espessura de 7micras. (01-09-1940)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Nekplast	0	0,0700	1
			LA Dalla Porta Junior (1517)	João med	0	0,1300	2
35	Saco para lixo hospitalar 30 lito confeccionado em polietileno de baixa densidade, cor branco leitoso, espessura de 7 micra. (12-01-0052)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Nekplast	0	0,1100	1
			LA Dalla Porta Junior (1517)	Rava	0	0,1600	2
36	Saco para lixo hospitalar 50 litros confeccionado em polietileno de baixa densidade, cor branco leitoso, espessura de 7 micra. (12-01-0053)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Nekplast	0	0,1190	1
			Promefarma Representações Comerciais Ltda (1369)	nekplast	0	0,1290	2
			LA Dalla Porta Junior (1517)	Rava	0	0,2200	3
37	Saco para vômito (01-09-1223)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Descarpack	0	0,5000	1
			LA Dalla Porta Junior (1517)	KD	0	5,8000	2
38	Seringa 1ml, sem agulha, stopper fino, embolo com anel de retenção, sem espaço morto. Capacidade para 100 unidades de insulina com graduação de 1 e 1 unidade. (12-01-0126)	UN	LA Dalla Porta Junior (1517)	LA bor	0	0,1200	1
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	BD	0	0,1700	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Injex	0	0,1700	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 7/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2013

Número do Registro de Preços: 5/2013 **Data do Registro:** 11/04/2013 **Válido até:** 11/04/2014
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem para manutenção das atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VANUSA DIAS EIRELI EPP (1776)	DESCARPACT	0	0,1900	4
39	SERINGA DESCARTAVEL 1ML (INSULINA/BCG) SERINGA DESCARTÁVEL 1 ML (insulina/BCG) - Seringa hipodérmica de segurança ,com agulha(13 x 0,33) estéril, descartável, de uso único para uso geral em procedimentos terapêuticos. Seringa confeccionada em polipropileno e constituída por cilindro primário, cilindro secundário, êmbolo e graduação até 1ml. O cilindro primário é dividido em corpo com siliconização interna, bico tipo Luer-Lok, flange. O cilindro secundário é o dispositivo de segurança que possibilita a retração da agulha. O êmbolo é dividido em haste e rolha de borracha. A escala da graduação é de 0,5ml nos traços longos e de 0,1ml nos traços curtos. Esterilizado a óxido de etileno. (26-01-0217)	UN	Promefarma Representações Comerciais Ltda (1369)	laborinport	0	0,8490	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	LABOR	0	0,9900	2
			LA Dalla Porta Junior (1517)	Labor	0	1,3300	3
40	Seringa para insulina - Capacidade para 30 unidades de insulina, escala com graduação de 1 em 1 unidade, agulha fixa com 8 mm de comprimento e 0,30 mm de calibre (30G), ideal para criança, adolescente e adulto magro (IMC até 25) que utilizam mais que 30 unidades de insulina por aplicação (12-01-0100)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Injex	0	0,3990	1
			VANUSA DIAS EIRELI EPP (1776)	INJEX	0	0,4200	2
			DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA (663)	BD	0	0,5300	3
41	Solu cortel 500mg injetável (01-04-0723)	FSC	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	União Química	0	3,9400	1
			LA Dalla Porta Junior (1517)	Teuto	0	4,3800	2
42	Solucortel 100 injet. (01-04-0644)	AMP	LA Dalla Porta Junior (1517)	Teuto	0	1,5600	1
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Teuto	0	1,6500	2
43	Sonda uretral 06 descartável, tubo de PVC, atóxico, flexível, 1 furo e ponta fechada, conector com tampa. Comprimento de 40 cm. Esterilizada a raio gama. (01-09-1180)	UN	METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA (72)	Biosani	0	0,2700	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (275)	MEDSONDA	0	0,3200	2
			ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Biosani	0	0,3300	3
45	Tesoura tico-tico, reta, para retirada de pontos. (26-01-0082)	UN	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (298)	Abc	0	16,3400	1
			LA Dalla Porta Junior (1517)	Gogran	0	27,2800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 8/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2013**Número do Registro de Preços:** 5/2013 **Data do Registro:** 11/04/2013 **Válido até:** 11/04/2014**Objeto da Compra:** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem para manutenção das atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VANUSA DIAS EIRELI EPP (1776)	ART INDIA - M	0	35,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 9/9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 5/2013

Número do Registro de Preços: 5/2013 Data do Registro: 11/04/2013 Válido até: 11/04/2014

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem para manutenção das atividades em Unidades de Saúde do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 5/2013****PROCESSO N° 2/2013**

- (72) - METROMED COM. MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (198) - CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA
- (256) - DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA
- (275) - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (298) - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
- (663) - DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
- (856) - Fufa SC Distribuidora Hospitalar Ltda.
- (1369) - Promefarma Representações Comerciais Ltda
- (1481) - Sulmedic Com. de Medicam. Ltda. EPP
- (1517) - LA Dalla Porta Junior
- (1775) - Drogaria e Farmácia Cassiano Ltda
- (1776) - VANUSA DIAS EIRELI EPP

Curitibanos, 11 de Abril de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**Número do Registro de Preços: 7/2013 Data do Registro: 13/05/2013 Válido até: 13/05/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para futura e eventual confecção de próteses dentárias totais para fornecimento a pacientes atendidos pelo Centro de Especialidades Odontológicas do Município

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

1	Confeção de prótese dentária conforme requisitos mínimos de qualidade apresentados a seguir: Características dos dentes das próteses: -Dupla prensagem corpo e esmalte; -Angulação de 0° e 33° nos posteriores; -Alta resistência mecânica, química e a abrasão; -Excelente aderência às resinas de base de próteses; -Ausência total de bolhas e porosidades; -Alta estabilidade de cores; -Pigmentos biocompatíveis;	UN	Marcelo Spricigo (1148)		0	105,0000	1
---	--	----	-------------------------	--	---	----------	---

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

Modelos adequados às diversas orelhas e lavas-olhos, com harmonia facial completa.

Impressões de dentes e oclusão estática;

Cumprimento integral das especificações da ISO 22112:2005.

Os materiais utilizados deverão obrigatoriamente ser de resina na cor rosa. (02-04-2073)

PROCESSO Nº 13/2013

(1148) - Marcelo Spricigo

Curitibanos, 13 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Teste de ácido úrico (pronto para uso) - enzimático colorimétrico (10-01-0119)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,0400	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,1200	2
2	Teste albumina (pronto para uso) colorimétrico -verde de bromocresol (10-01-0120)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,0330	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,0400	2
3	Teste bilirrubina direta e total - colorimétrico sulfanílico diazotado (birreagente) (10-01-0008)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,1050	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,1100	2
4	Teste proteínas totais (pronto para uso) - colorimétrico - biureto (10-01-0122)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,0120	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,0500	2
5	Teste HDL direto - enzimático colorimétrico direto (10-01-0005)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,7530	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	1,1300	2
6	Teste colesterol (pronto para uso) - enzimático colorimétrico (10-01-0123)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,0650	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,1100	2
7	Teste uréia UV - cinético UV (10-01-0002)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,1360	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,1500	2
8	Teste triglicerídeo (pronto para uso) - enzimático colorimétrico (10-01-0124)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,1500	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,1900	2
9	Teste de Glicose (pronto para uso) - enzimático colorimétrico (10-01-0125)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,0210	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,0400	2
10	Teste lipase direta - birreagente (10-01-0186)	teste	J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	2,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 2/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	3,1410	2
11	teste fosforo UV (10-01-0157)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,0990	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,1300	2
12	Teste cálcio asx - colorimétrico - arsenazo III (10-01-0126)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,1440	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,1800	2
13	Soro controle de bioquímica 5 ml (valores normais) (10-01-0127)	KIT	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	41,6800	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	60,0000	2
14	Soro calibrador de bioquímica (10-01-0158)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	36,2300	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	63,0000	2
15	Teste Alanina Aminotransferase - Cinético UV (10-01-0010)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,0810	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,2000	2
16	Teste amilase direta (pronto para uso) - cinético colorimétrico (10-01-0128)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,5790	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	1,1700	2
17	Teste fosfatase alcalina - cinético colorimétrico (10-01-0017)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,1070	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,2000	2
18	Teste gama gT - cinético colorimétrico (10-01-0016)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,1390	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,3500	2
19	Teste LDH UV- cinético UV (10-01-0013)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,1190	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,2100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 3/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Teste Aspartato Aminotransferase - Cinético UV (10-01-0009)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,0810	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,2000	2
21	Teste Creatinofosquinase total (CK-NAC) (10-01-0159)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,4240	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,9200	2
22	Teste Creatinofosquinase fração MB (CK-MB) (10-01-0160)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,9510	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	1,7200	2
23	Teste creatinina - cinético colorimétrico (tampão/ácido pirico 240/60ml) (10-01-0187)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,0260	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	0,0700	2
24	Teste ferritina - turbidimetria (birreagente) (10-01-0188)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	2,3600	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	2,7300	2
25	Calibrador ferritina - turbidimetria (10-01-0189)	KIT	J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	1,0000	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	113,0500	2
26	Controle ferritina - turbidimetria (10-01-0190)	KIT	J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	150,0000	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	633,7900	2
27	Teste alfa 1 glicoproteína ácida monoreagente - imunoturbidimetria. (10-01-0014)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	2,0400	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	2,9000	2
28	Calibrador de alfa-1 glicoproteína ácida (10-01-0112)	KIT	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	144,4200	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	180,0000	2
29	Teste hemoglobina glicada imunoturbidimetria (resultado em porcentagem) (10-01-0130)	teste	J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	2,6800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 4/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	5,5600	2
30	Sat de calibração de hemoglobina glicada (10-01-0131)	KIT	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	201,3900	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	346,0000	2
31	Teste rapido fator reumatoide manual 2ml - somente o latex (10-01-0161)	KIT	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	34,7100	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	55,6800	2
32	teste rapido para PCR manual 2ml - somente o latex (10-01-0162)	KIT	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABORCLIN	0	63,0800	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	82,7000	2
33	teste rapido para ASO manual 2ml - somente o latex (10-01-0163)	KIT	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	70,0000	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	88,6000	2
34	Teste proteina C reativa com calibrador - turbidimetria (10-01-0191)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	0,9600	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	1,7500	2
35	Teste fator reumatóide com calibrador - turbidimetria (10-01-0192)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	1,1200	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	2,0000	2
36	Teste anti estreptolisina O com calibrador - turbidimetria (10-01-0193)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	1,4000	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	2,0500	2
37	Teste proteina C reativa ultrasensível com calibrador (10-01-0129)	teste	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	2,4500	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOTECNICA/	0	2,7100	2
38	Soro anticorpo monoclonal anti-A - 10 mL (10-01-0135)	FSC	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PROTHEMO	0	15,7500	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Fresenius	0	19,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 5/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	ASEM/SP	0	22,0000	3
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	DIAMED	0	29,5000	4
39	Soro anticorpo monoclonal anti-B - 10 mL (10-01-0136)	FSC	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PROTHEMO	0	15,7500	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Fresenius	0	19,2000	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	ASEM/SP	0	22,0000	3
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	DIAMED	0	29,5000	4
40	Soro anticorpo monoclonal anti-D - 10 mL (10-01-0137)	FSC	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PROTHEMO	0	30,0000	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	DIAMED	0	35,0000	2
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Fresenius	0	40,0000	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	ASEM/SP	0	44,6400	4
41	Soro albumina bovina 22% 10ml (10-01-0087)	FSC	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	DIAMED	0	23,0000	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Fresenius	0	23,6500	2
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PROTHEMO	0	24,0000	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	ASEM/SP	0	25,9200	4
42	Soro coombs - Anti-IgG 10ml (10-01-0086)	FSC	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PROTHEMO	0	19,5000	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Fresenius	0	23,9200	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	ASEM/SP	0	27,9000	3
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	DIAMED	0	28,1400	4
43	Lamparina de vidro à alcool com tampa com capacidade 150ml (10-01-0194)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	VIDROLABOR	0	15,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 6/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABORGLAS	0	40,0000	2
44	Lanceta perfurocortante descartável em aço inoxidável com formato retangular e ponta afiada 4mm, esterilizada individualmente (caixa com 200 unidades) (10-01-0195)	CX	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	PONTURA	0	7,6667	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PONTURA	0	8,0900	2
45	Diluyente específico (diaton-3) com 20 litros (10-01-0038)	GL	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Diagon	0	63,8200	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	DIAGON	0	105,8000	2
46	Reagente diaclenz (hemoclean) para Aparelho Mythic - 1 litro (10-01-0040)	VID	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	DIAGON	0	45,8800	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Diagon	0	59,5000	2
47	Reagente dialyse (Hemólise) para aparelho MYTHIC - 1 litro (10-01-0039)	FSC	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Diagon	0	110,6800	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	DIAGON	0	193,4500	2
48	Teste BHCG ELISA visual com 96 microcavidades (10-01-0018)	KIT	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	229,3900	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	In Vitro	0	371,4500	2
49	Teste PSA cassete - imunocromatografia (10-01-0196)	teste	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Abon	0	3,5286	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	3,5429	2
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	IMUNOCROM	0	3,9000	3
50	Pesquisa de sangue oculto fecal cassete (kit com 20 testes) - imunocromatografia (10-01-0139)	KIT	Especialista Produtos para Laboratório Ltda. (1221)	WAMA	0	69,0000	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	ABON	0	92,8000	2
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	IMUNOCROM	0	105,0000	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOCLIN/MG	0	185,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 7/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	Reação widal manual (conjunto de antígenos) - 4 frascos com 5mL (10-01-0044)	KIT	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	201,3800	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABORCLIN	0	236,4800	2
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Laborclin	0	266,6000	3
52	VDRL - suspensão antigênica estabilizada com gotejador 5,5mL (10-01-0045)	FSC	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST		20,8000	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Wiener	0	21,2000	2
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	21,3800	3
53	Anticoagulante fluoreto de sódio em frascos com 20mL (10-01-0042)	FSC	J R EHLKE & CIA LTDA (312)	BIOCLIN/MG	0	4,5000	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	5,5100	2
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	6,1200	3
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	In Vitro	0	7,5200	4
54	Coloração gram 4x500ml (10-01-0052)	KIT	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	33,1100	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	NEWPROV	0	33,7259	2
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Newprov	0	34,3193	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	NEWPROV/Pf	0	45,0000	4
55	Reagente n.3 (alcoól-acetona) de coloração de gram - 500 ml (10-01-0147)	UN	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	NEWPROV	0	9,1827	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Newprov	0	9,3427	2
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	10,3500	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	NEWPROV/Pf	0	12,0000	4
56	Coloração Ziechi Nielsen com 3 vidros de 500ml (10-01-0056)	KIT	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	NEWPROV	0	36,0426	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 8/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Newprov	0	36,9136	2
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	42,9200	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	NEWPROV/Pf	0	47,0000	4
57	Reagente n.2 (álcool-ácido) de coloração de Ziehl-Neelsen - 500ml (10-01-0148)	UN	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	NEWPROV	0	14,9787	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Newprov	0	15,3432	2
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	17,8400	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	NEWPROV/Pf	0	20,0000	4
58	Coloração panótipo rápida com 3 vidros de 500ml (10-01-0055)	KIT	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	7,9200	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	NEWPROV	0	31,8000	2
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Newprov	0	31,9500	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	NEWPROV/Pf	0	36,0000	4
59	Reagente n. 1 (fixador) de coloração de panótipo - 500ml (10-01-0149)	UN	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	NEWPROV	0	10,6000	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Newprov	0	10,6500	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	NEWPROV/Pf	0	13,0000	3
60	Coloração ziehl-neelsen para hanseníase (fucsina 1%, álcool-ácido 3%, azul de metileno 0,3%) com 3 vidros de (10-01-0197)	KIT	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Newprov	0	41,0200	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	42,9200	2
61	Reagente n.2 (álcool-ácido 3%) de coloração de ziehl-neelsen - 500ml (10-01-0198)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Newprov	0	17,0500	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	17,8400	2
62	Teste reativo para urina (tira) com 100un (10-01-0023)	FSC	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Beioeasy	0	16,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 9/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Especialista Produtos para Laboratório Ltda. (1221)	WAMA	0	20,0000	2
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	LABORCLIN	0	21,2800	3
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	LABTEST	0	25,0000	4
63	Pote coletor de fezes não estéril 80ml com tampa de rosca (branca) (10-01-0199)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Cral	0	0,2400	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	CRALPLAST	0	0,2400	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	CRALPLAST/€	0	0,3500	3
64	Pote coletor de urina estéril 50ml com tampa de rosca (vermelha) (10-01-0200)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	CRALPLAST	0	0,2200	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	PROLAB	0	0,2700	2
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Cral	0	0,2700	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	CRALPLAST/€	0	0,3800	4
65	Coletor de urina infantil unisex 100ml (10-01-0036)	UN	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	MEDIPLAST	0	0,2367	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	CRALPLAST	0	0,2400	2
66	Pipeta de Westergreen para VHS graduação 200ml (10-01-0150)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Precision	0	1,9850	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PRECISION	0	1,9900	2
67	Seringa 10mL com bico luer-lok confeccionado em polipropileno (10-01-0102)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Labor Import	0	0,2900	1
68	Seringa 20ml com bico luer-lok confeccionado em polipropileno (10-01-0151)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Labor Import	0	0,4500	1
69	Aguilha 25x8mm descartável, estéril, embalada individualmente, cânula siliconizada, bisel trifacetado, canhão colorido verde, protetor plástico, código EAN nas embalagens unitárias e nas caixas das agulhas (10-01-0103)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	VACUPLAST	0	0,0500	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Vacuplast	0	0,0500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 10/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	BD	0	0,1000	3
70	Agulha para coleta de sangue a vacuo 0,8x25mm, dispositivo emborrachado, canula em aço inoxidável, trifacetada e siliconizada (cx com 100 un) (10-01-0164)	CX	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Vacuplast	0	24,1300	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	VACUPLAST	0	24,1500	2
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	BD	0	35,2000	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	GREINER	0	44,0000	4
71	Tubo para coleta de sangue siliconizado a vácuo EDTA K2 com gel separador 13x75mm - 4 mL (10-01-0201)	UN	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	BD		0,7040	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	GREINER	0	0,9800	2
72	Tubo para coleta de sangue a vácuo siliconizado com EDTA K3 13x75mm - 4 mL (10-01-0202)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	VACUPLAST	0	0,2900	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Vacuplast	0	0,2900	2
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	BD	0	0,4270	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	GREINER	0	0,4800	4
73	Tubo para coleta de sangue à vácuo siliconizado com acelerador 16x100mm - 10ml (10-01-0203)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	VACUPLAST	0	0,3900	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Vacuplast	0	0,3900	2
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	VACUPLAST	0	0,4540	3
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	GREINER	0	0,5600	4
74	Tubo para coleta de sangue a vácuo siliconizado com gel separador 8mL (10-01-0152)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Vacuplast	0	0,5697	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	VACUPLAST	0	0,5700	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	GREINER	0	0,8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 11/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	Placa de kline para VDRL com 12 concavidades (10-01-0153)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PERFECTA	0	24,0000	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Roni Alzi	0	57,7000	2
76	Ponteira grande azul 1000 microlitros (pacotes com 1000 unidades) (10-01-0143)	PCT	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Cral	0	16,7667	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	CRALPLAST	0	16,8000	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	GREINER	0	48,0000	3
77	Ponteira média amarela 200 microlitros (pacotes com 1000 unidades) (10-01-0144)	PCT	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Cral	0	6,8000	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	CRALPLAST	0	6,8300	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	GREINER	0	35,0000	3
79	Detergente não ionico biodegradável p/lavagem material - 1 litro (10-01-0076)	LT	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Celm	0	44,0000	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	CELM	0	44,3700	2
80	Lâmina lapidada fosca 26x76mm (caixa com 50 unidades) (10-01-0053)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	GLOBAL	0	2,6200	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Precision	0	3,0500	2
81	Laminula em vidro transparente 22x22mm pré limpa e polida, de alta qualidade e sem imperfeições, adequadas para uso direto da embalagem - em estojo (caixa com 100 unidades) (10-01-0204)	CX	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	GLOBAL	0	1,7600	1
82	Micropipetador monocal volume fixo 1000 microlitros com descarte de ponteiros (10-01-0205)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Preguepet	0	44,9500	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PEGUEPET	0	45,0000	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	EPPENDORF	0	720,0000	3
83	Micropipetador monocal volume fixo 100 microlitros (totalmente autoclavável) com descarte de ponteiros (10-01-0206)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Peguepet	0	51,5000	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	EPPENDORF	0	720,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 12/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	Micropipetador monocal volume fixo 50 microlitros com descarte de ponteiros (10-01-0207)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Peguepet	0	44,9500	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PEGUEPET	0	45,0000	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	EPPENDORF	0	720,0000	3
85	Micropipetador monocal volume fixo 20 microlitros (totalmente autoclavável) com descarte de ponteiros (10-01-0208)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Peguepet	0	51,5000	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	EPPENDORF	0	720,0000	2
86	Micropipetador monocal volume variável 2 a 20 microlitros com descarte de ponteiros (10-01-0209)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Peguepet	0	104,9000	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PEGUEPET	0	105,0000	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	EPPENDORF	0	1.250,0000	3
87	Micropipetador monocal volume fixo 200microlitros com descarte de ponteiros (10-01-0228)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Peguepet	0	44,9500	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PEGUEPET	0	45,0000	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	EPPENDORF	0	720,0000	3
88	ependorf de amostras (sample) para COBAS MIRA (pct c/ 1000 un) (10-01-0170)	PCT	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Cral	0	41,6000	1
89	tubo de ensaio em polipropileno 5ml c/ tampa branca (pct c/ 1000 un) (10-01-0171)	PCT	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	GLOBAL	0	48,7800	1
			PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	CRAL	0	100,0000	2
90	Estante para tubo de ensaio de plástico 90 furos (10-01-0210)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	CRALPLAST	0	6,3000	1
91	curativo redondo para coleta sanguinea (cx c 500un) (10-01-0173)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	PROINLAB	0	10,9100	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Asorve	0	16,0000	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	PROINLAB/PF	0	20,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 13/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	Cronômetro digital - Precisão de 1/100 segundos , permite medir o tempo em segundos, minutos e horas (10-01-0211)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Cronobio	0	30,0000	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	CRONOBIO	0	30,3200	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	CASIO	0	150,0000	3
93	Caixa porta lâminas em polipropileno rígido - 50 lugares (10-01-0212)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	GLOBAL	0	3,2200	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Cral	0	4,6500	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	CRALPLAS/SF	0	10,0000	3
94	Lápis dermatográfico - cor azul (10-01-0213)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	DIXON	0	2,4000	1
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Dixon	0	3,7300	2
95	pipeta de pasteur descartavel 3ml (pct com 500un) (10-01-0175)	PCT	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	GLOBAL	0	16,2900	1
97	Relógio multítimer eletromecânico com pinos e alarme visual e sonoro, temporização máxima de 2 horas - 220V (10-01-0215)	UN	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	PHOENIX	0	967,7200	1
100	Cobas segments para Cobas Mira caixa com 15un (10-01-0064)	CX	PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA (18)	CRAL	0	33,0000	1
101	Termômetro digital interno/externo máximo e mínimo para geladeira com suporte (10-01-0218)	UN	C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	INCOTERM	0	42,0000	1
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	INCOTERM/R	0	45,0000	2
			DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	J. Prolab	0	58,2500	3
102	Luva de látex descartável sem talco - Tamanho M (caixa com 100 unidades) (10-01-0219)	CX	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Supermax	0	15,9000	1
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	SUPERMAX	0	23,1800	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	SAO ROQUE	0	25,5000	3
103	Luva de látex descartável sem talco - Tamanho P (caixa com 100 unidades) (10-01-0220)	CX	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Supermax	0	15,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 14/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013**Número do Registro de Preços:** 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014**Objeto da Compra:** O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME (1802)	SUPERMAX	0	23,1800	2
			J R EHLKE & CIA LTDA (312)	SÃO ROQUE	0	25,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 15/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013**Número do Registro de Preços:** 8/2013 **Data do Registro:** 20/05/2013 **Válido até:** 20/05/2014**Objeto da Compra:** O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
104	Luva de látex descartável sem talco - Tamanho PP (caixa com 100 unidades) (10-01-0221)	UN	DM Produtos para Saúde Ltda. (1491)	Supermax	0	15,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 16/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2013

Número do Registro de Preços: 8/2013 Data do Registro: 20/05/2013 Válido até: 20/05/2014
Objeto da Compra: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de reagentes bioquímicos e demais materiais para manutenção de atividades no Laboratório instalado no Posto de Saúde do centro

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2013****PROCESSO Nº 12/2013**

- (18) - PRONTOLAB - PROD. CIENTIF. LTDA
- (312) - J R EHLKE & CIA LTDA
- (1221) - Especialista Produtos para Laboratório Ltda.
- (1491) - DM Produtos para Saúde Ltda.
- (1802) - C. R. Tedardi & Cia Ltda - ME

Curitibanos, 20 de Maio de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Página: 1/1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013 Data do Registro: 22/05/2013 Válido até: 22/05/2014****Objeto da Compra:** O Registro de Preços para a futura e eventual contratação por quilometro rodado de empresa especializada em transporte rodoviário de passageiros, para a condução de pacientes em Tratamento Fora do Domicílio.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

1	Contratação de microônibus p/km rodado, com capacidade mínima de 28 lugares, para transporte de pacientes com Tratamento Fora do Domicílio; com saída de Curitibaanos, com captação de passageiros em seis pontos de embarque de passageiros, sempre dentro do perímetro urbano do município; com destino aos hospitais e clínicas onde foram agendados os tratamentos dos pacientes; sendo que no retorno a Curitibaanos os pacientes deverão ser conduzidos a desembarcar nos mesmos pontos onde ocorreu o embarque. A empresa vencedora deverá disponibilizar além do motorista um funcionário às suas custas, para o acompanhamento no embarque, acesso aos hospitais e clínicas e desembarque dos pacientes, além de responsabilizar-se por retirar e levar correspondências e materiais destinados e encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde.	KM	Da Capital Tour Turismo Ltda. ME (972)		0	1,7500	1
---	--	----	--	--	---	--------	---

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - ~~LEGENDA~~)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2013

Os veículos deverão possuir interior adequado ao transporte intermunicipal de passageiros, com disponibilidade de água mineral acondicionada em embalagens de até 500 ml, com lacte.

PROCESSO Nº 16/2013

A empresa participante deverá possuir em sua frota pelo menos dois veículos que atenda a todas as exigências estabelecidas por este edital, a fim de garantir a continuidade do serviço quando da manutenção dos veículos. (02-04-2308)

Curitibaanos, 22 de Maio de 2013.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Aviso de Licitação. Modalidade: Tomada de Preço Nº 0008/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Tomada de Preço nº 0008/2013.

Processo licitatório nº: 0087/2013. Objeto: Contratação de empresa para realizar obras de pavimentação, drenagem pluvial e sinalização

viária das ruas no município de Faxinal dos Guedes, incluindo materiais e mão de obra. Data do recebimento: 03/12/2013 as 09h00minh.

Data da Abertura: 03/12/2013 as 09h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do

depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações. Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de novembro de 2013. EDEGAR GIORDANI, PREFEITO MUNICIPAL.

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação: Dispensa de Licitação Nº. 159/PMF/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Dispensa de Licitação Nº. 159/PMF/2013.

OBJETIVO: A presente dispensa tem por objeto a aquisição de material de publicidade (out door) e serviços de publicidade para o desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população, conforme Convênio nº. 0279/2013 firmado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o Município de Forquilha/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso V, Lei Federal nº. 8.666/93. Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br ou licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 13 de novembro de 2013.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

Distrato do Contrato Nº. 27/PMF/2011

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

DISTRATO DO CONTRATO Nº. 27/PMF/2011

Termo de Rescisão Contratual, amigável, por acordo entre as partes, com base no inciso II, do artigo 79, da Lei Nº 8.666/93, que celebram entre si, o MUNICIPIO DE FORQUILHA, neste instrumento representado pelo Senhor VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº.

2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº. 705.686.189-04, denominado LOCATÁRIO e MÔNICA CASAGRANDE, portadora do CPF nº. 044.115.249-02, residente e domiciliado na Avenida 25 de Julho, Município de Forquilha/SC, ora denominado LOCADOR, ambos qualificadas no Contrato Nº. 27/PMF/2011 de 10 de fevereiro de 2011, que tem como objeto a locação de salas comerciais, sito a Avenida 25 de Julho, 2365, Centro, Forquilha/SC, para uso da Secretaria de Educação Municipal, durante os exercícios de 2011, tendo sido prorrogado através de termo aditivo para 2012 e 2013.

Cláusula Primeira

Fica, a partir desta data, rescindido conforme inciso II, do artigo 79, da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 o contrato 111/PMF/2011, face ao acordo entre as partes.

Cláusula Segunda

O LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR os valores já previstos pela locação, objeto do Contrato, até a presente data, nada sendo devido pelos meses que se seguem sendo que a contratante não usufruirá do objeto, face ao presente distrato, celebrado amigavelmente.

Cláusula Terceira

Satisfeita a obrigação da Cláusula Segunda do presente Distrato, as partes ficam cientes que nada mais poderão reclamar, sob qualquer título, no presente e no futuro, referente o Contrato Nº. 27/MF/2011 e respectivo processo licitatório, dando mútua, total, irrevogável e plena quitação ao Contrato celebrado, o qual fica extinto para fins de direito.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente termo de rescisão, em 03 (tres) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Forquilha/SC, 01 de agosto de 2013.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

MÔNICA CASAGRANDE

LOCADOR

TESTEMUNHA 01

VALDECIR TISCOSKI

TESTEMUNHA 02

KEND BERNARDO TROMBIN RAMPINELLI

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

DISTRATO DO CONTRATO Nº 27/PMF/2011

LOCATÁRIO- MUNICÍPIO DE FORQUILHA

LOCADOR - MONICA CASAGRANDE

DO OBJETO - locação de salas comerciais, sito a Avenida 25 de Julho, 2365, Centro, Forquilha/SC, para uso da Secretaria de Educação Municipal, durante os exercícios de 2011, tendo sido prorrogado através de termo aditivo para 2012 e 2013.

DATA DA ASSINATURA - 01 de agosto de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 30/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 30/2013
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 44/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - Execução de serviços na construção da Unidade de Vigilância Epidemiológica, com área de 198,13 m², situada na Avenida 25 de Julho, Centro, Município de Forquilha/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR - O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 2.558,26 (dois mil quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos) do Contrato FMS nº 44/2013 para maior, relativo a necessidade de obra e adaptações conforme planilha anexa aprovada pelo setor de engenharia da CONTRATANTE, que é parte integrante do presente termo, independentemente de transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01 de novembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 64/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 64/2013
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 36/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - FEPANI PÃES E DOCES LTDA ME
DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato 36/PMF/2013 do pregão 19/PMF/2013 o valor de R\$ 973,00 (novecentos e setenta e três reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 31 de outubro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 67/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 67/2013
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 59/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - FEPANI PÃES E DOCES LTDA ME
DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato 59/PMF/2013 do pregão 37/PMF/2013 o valor de R\$ 1.603,87 (hum mil seiscentos e três reais e oitenta e sete centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 07 de novembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 2296/2013

PORTARIA Nº 2.296, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038, de 14 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0119/2013, da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 33 (trinta e três) horas semanais a carga horária da servidora JANAINA PITT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 067.916.759-50, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 14 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0335/2013

DECRETO Nº 0335, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0039, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0039 de 25 de outubro, conforme lista anexa.

Art. 2º. A classificação do código 1 e 2 não foi divulgada, pois não houveram inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0039 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **4** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Faxinal dos Carvalhos**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	ISAMARA CAROLINE DA CRUZ	0	0	0	0	1	NÃO	21/10/1994



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0039 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **3** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Roland Mayer**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	FRANCIELE RICHTER DE SOUZA	0	0	0	0	1	NÃO	14/2/1993

Portaria Nº 2297/2013

PORTARIA N.º 2.297, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037, de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 487.197.739-00, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2298/2013

PORTARIA N.º 2.298, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1299/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIANA STOEKLE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.890.399-33, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2299/2013

PORTARIA N.º 2.299, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e

comunicação interna n.º 1297/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRESSA MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.310.749-52, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2300/2013

PORTARIA N.º 2.300, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1300/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLAUDETE ALVES DE LIMA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 006.595.379-74, contratada em caráter temporário na função de PSICOPEDAGOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de dezembro de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2301/2013

PORTARIA N.º 2.301, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1301/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELENICE MELLO PHILIPPUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 006.565.609-16, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2302/2013

PORTARIA N.º 2.302, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1296/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais a professora efetiva TATIANA CARLA SCALABRIN, que assumiu a função de Coordenadora Escolar na Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FABIANA DE FREITAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 026.081.149-11, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2303/2013

PORTARIA N.º 2.303, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1298/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GERUSA ANDREA SCRAMOCIM ZAGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 045.018.829-99, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2304/2013

PORTARIA N.º 2.304, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1295/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISELE DE PROENÇA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 044.035.299-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2304/2013

PORTARIA N.º 2.304, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1295/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISELE DE PROENÇA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 044.035.299-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2305/2013

PORTARIA N.º 2.305, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1294/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOECÉLI DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 042.693.399-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2306/2013

PORTARIA N.º 2.306, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1293/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA CAROLINA PRATES ZENERE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 907.901.469-91, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2307/2013

PORTARIA N.º 2.307, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de

junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1302/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILUCI DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 022.275.459-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇO GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de dezembro de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2308/2013

PORTARIA N.º 2.308, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação da ampliação de CH de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1305/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ANDRÉIA JOMBRA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 035.820.409-76, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, pelo período de 21 de dezembro de 2013 a 29 de março de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2309/2013

PORTARIA N.º 2.309, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação da ampliação de CH de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1306/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora LAURA JOCIANE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.606.499-48, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO FÍSICA, pelo período de 14 de dezembro de 2013 a 17 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2310/2013

PORTARIA Nº 2310, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 4035/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos a servidora pública MILENA CRISTINA MORAIS DE SOUZA, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I - JOÃO RUDINEI BELOTTO - Presidente;

II - HELENA TEREZINHA LANZARINI BRAZ DE OLIVEIRA - Secretária;

III - FREDERICO IDALCIR COLOMBELLI - Membro.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2311/2013

PORTARIA Nº 2311, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 3722/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos a servidora pública ANA SCHEILA BUYNO, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I - JOÃO RUDINEI BELOTTO - Presidente;

II - HELENA TEREZINHA LANZARINI BRAZ DE OLIVEIRA - Secretária;

III - FREDERICO IDALCIR COLOMBELLI - Membro.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2312/2013

PORTARIA Nº 2312, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 3569/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos a servidora pública DULCE APARECIDA RIGO DE MORAIS, fixando o prazo de 60(sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I - JOÃO RUDINEI BELOTTO - Presidente;

II - HELENA TEREZINHA LANZARINI BRAZ DE OLIVEIRA - Secretária;

III - FREDERICO IDALCIR COLOMBELLI - Membro.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0145 _ 2013-PMF Rp 0084

Aviso do Pregão Presencial nº 0145/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0145/2013 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0084/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais de higiene, de limpeza, de copa e cozinha e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e

dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Validade da Ata de Registro de Preços: dezembro de 2013 a março de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 03/12/2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0147 _ 2013-PMF Rp 0086

Aviso do Pregão Presencial nº 0147/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0147/2013 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0086/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa objetivando a prestação de serviços de colocação e retirada de enfeites natalinos em diversas ruas e avenidas da cidade de Fraiburgo. Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2013 a fevereiro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 10:30 horas do dia 27/11/2013. Abertura: às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Portaria N.º 903/2013.

PORTARIA N.º 903, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº. 20001050.1.00001/13-8, NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA ONDINA MARINET DA SILVA, DETENTORA DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº. 0047 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR NÍVEL III, CLASSE I, 40 HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) ONDINA MARINET DA SILVA, detentora da matrícula nº. 0047, e do cargo de provimento efetivo de Professor Nível III, Classe I, 40 horas, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00001/13-8, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de novembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/11/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

Portaria Nº 584/2013

PORTARIA Nº 584, de 12 de novembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

Considerando, a justificativa constante no memorando nº 96/2013 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação; Considerando, a cláusula 6ª do Contrato de Trabalho por Tempo determinado nº 197/2013;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por interesse e conveniência administrativa, ROSILAINE DE FÁTIMA RODOLFO, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 429/2013, de 1º de julho de 2013.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 12 de novembro de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Edital de Teste Seletivo Nº 16/2013

EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 016/2013

Considerando a necessidade de contratação temporária de ASSISTENTE SOCIAL para prestar serviço para a Secretaria de Desenvolvimento Social, na Casa de Acolhimento provisório de Garuva; Considerando, justificativa da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;

Considerando, a demanda e a permanência de crianças e adolescentes abrigados;

Considerando, que o serviço de atendimento de proteção social é de alta complexidade, um serviço permanente e contínuo no município;

A Prefeitura Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Complementar n. 018/2002, considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público, torna público que estão abertas as inscrições para o preenchimento de 01 (uma) vaga para ASSISTENTE SOCIAL, para atuar no Abrigo Provisório, cujo certame observará o disposto e normas contidas neste edital, resolve estabelecer e divulgar as normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado.

I – DAS VAGAS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO
O Candidato concorrerá à vaga oferecida conforme o seguinte quadro demonstrativo:

CARGO	VAGAS	ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	Habilitação Exigida p/ o Cargo
ASSISTENTE SOCIAL	01	Prestar serviços de assistência social, coordenar e elaborar programas sociais, na Casa de Acolhimento. Executar outras tarefas compatíveis com a sua formação.	110 h/m	R\$ 2.115,97	Ensino Superior Completo

II – DAS INSCRIÇÕES

1. O período para as inscrições será de 14 de Novembro a 21 de Novembro de 2013.

2. O local das inscrições: será na Secretaria de Desenvolvimento Social, estabelecida na Rua Padre José Novack, nº 1047, Centro, das 08:00 às 14:00 horas.

3. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se dará a prova.

4. O candidato cuja documentação não for considerada em ordem terá sua inscrição indeferida.

5. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Presidente da Comissão homologará as inscrições, publicando-as e fixando-as no mural da Prefeitura Municipal de Garuva, no dia 27/11/2013, a partir das 11:00 horas..

6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

III – DOS REQUISITOS

O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício da função, antes de efetuar a inscrição.

1. São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- * nacionalidade brasileira
- * idade mínima de dezoito anos
- * quitação com as obrigações eleitorais e militares
- * aptidão física e mental

IV - DAS INSCRIÇÕES

1. - Os documentos necessários para participação do processo de seleção deverão ser apresentados pelos interessados no ato da inscrição do presente edital, conforme abaixo relacionados:

Fotocópia da Carteira de Identidade;

01 foto 3x4;

Comprovante de residência;

Comprovante de votação nas 02 (duas) últimas eleições, ou Certidão de quitação eleitoral.

V – DO REGIME EMPREGATÍCIO

1 - Os habilitados e classificados no teste serão admitidos em caráter temporário com base na Lei Complementar 018/2002 e estarão sob o regime da Lei Complementar Municipal n. 001/98, demais normas pertinentes e de Convênio caso houver.

Os documentos abaixo deverão ser apresentados para formalização da Admissão:

Cópia simples dos seguintes documentos:

Certidão de nascimento (se solteiro)

Certidão de casamento (se casado)

Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone)

RG e CPF

Título de eleitor

Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil)

Cartão do PIS/PASEP

Certificado de reservista (p/ homens)

Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos

Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos

Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)

Certidão negativa de antecedente criminais – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>)

Certidão de quitação eleitoral (www.tse.gov.br)

Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa (www.cnj.jus.br)

Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)

Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição

Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal

Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário

01 foto 3x4 RECENTE

Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)

Declaração de dependência econômica, p/ quem declara IR (fornecida pelo RH)

Exame médico admissional (Setor de Segurança do Trabalho da Prefeitura)

OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis

Cópia autenticada

Comprovante de grau de escolaridade (DIPLOMA OU HISTÓRICO)

VI – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, DESEMPATE E CLASSIFICAÇÃO

1 - Para efeito de seleção os candidatos serão avaliados mediante prova escrita:

PROVA ESCRITA

1 - A prova escrita será realizada no dia 29/11/2013, das 08:00 até às 12:00 h na Secretaria de Desenvolvimento Social, estabelecida na Rua Padre José Novack, nº 1047, Centro.

2 - Não será permitido o ingresso de candidato ao local de realização da prova após as 08:00 h.

3 - A prova escrita consistirá em 10 (dez) questões objetivas e 02 (duas) dissertativas.

4 - A Prova objetiva será valorada de 0 (zero) a 5,0 (cinco) e a dissertativa de 0 (zero) a 5,0 (cinco).

5- O resultado do Teste Seletivo será divulgado no mural da Prefeitura Municipal e no site no município no dia 04/12/2013.

VII - DOS RECURSOS

1 – Caberá recurso, desde que devidamente formalizado e fundamentado, através de requerimento escrito, em cada ato do processo seletivo publicado, diretamente a Comissão do Teste Seletivo, em até 24 horas do resultado a ser impugnado.

VIII – DA CONVOCAÇÃO

1 – A convocação dos candidatos aprovados será realizada por meio de edital de convocação, a ser publicado no mural da Prefeitura Municipal de Garuva, da Câmara de Vereadores e no site da Prefeitura: WWW.garuva.sc.gov.br.

2 – Caso sejam necessárias convocações posteriores, estas se darão através de edital de convocação, a ser publicado no mural da Prefeitura Municipal de Garuva, da Câmara de Vereadores e no site da Prefeitura: WWW.garuva.sc.gov.br

3 – O candidato quando convocado deverá comparecer pessoalmente para a realização do exame admissional e apresentação da documentação descrita no capítulo V – item I, deste edital, não sendo possível se fazer substituir ou representar por outra pessoa.

4 – O candidato que não atender à convocação para sua contratação, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), será considerado desistente.

IX – DA RESERVA

1. Os candidatos aprovados e não admitidos constituirão cadastro de reserva mantido pelo prazo de 01 (um) ano.

2. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à admissão. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Administração.

X – DA VALIDADE DO TESTE SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Teste Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e Leis em vigor.

A avaliação dos candidatos deste Teste Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva que os conservará por um período de seis (06) meses, após a homologação do resultado.

O Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Garuva, por conveniência administrativa ou em hipótese do preenchimento da vaga por concurso público.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo, através da Portaria nº. 580/2013

Garuva, SC, 13 de novembro de 2013.

VANESSA MARILING BACKES NAGEL

Presidente da Comissão

Portaria nº. 580/2013

ANEXO I**DESCRIÇÃO DE CARGO**

CARGO: Assistente Social

CLASSE: Junior, Pleno e Sênior

CARREIRA: Especialista Superior

REFERÊNCIA: "A" até "R"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestar serviços de assistência social, coordenar e elaborar programas sociais. Executar outras tarefas compatíveis com a sua formação.

DESCRIÇÃO DETALHADA – Responsabilidades e Atribuições:

Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS, SUS e Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Legislação

Municipal visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população

Elaborar e/ou executar os programas e projetos de geração de renda, bem como orientar os usuários quanto a importância da qualificação e reinserção ao mundo do trabalho.

Proporcionar através da intervenção profissional, junto aos usuários e suas famílias a discussão do projeto de vida destes, visando a busca de alternativas que venham construir a autonomia dos mesmos.

Buscar pela solução de problemas identificados pelo estudo da realidade social, desenvolvendo ações educativas e sócios educativas nas unidades de saúde, educação e assistência social, bem como elaborar pareceres, perícias, relatórios e registros das atividades desenvolvidas.

Assessorar, monitorar e avaliar projetos, programas, serviços e benefícios sócio-assistenciais, bem como da rede prestadora de serviços, projetos e programas sócio-assistenciais inscritas, registradas, conveniadas ou parceiras.

Colaborar com a efetividade da aplicação dos direitos dos cidadãos e das políticas sociais, por meio da promoção social junto a entidades da comunidade e Conselhos Municipais, através de reuniões – ordinárias e/ou extraordinárias, comissões, orientações, campanhas, palestras, levantamento sócio-familiar, visitas domiciliares e outros.

Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Implementar e alimentar os sistemas de informação das políticas públicas.

Contribuir na elaboração orçamentária do repasse de recursos dos Fundos Municipais, Nacionais e Filantrópicos para entidades cadastradas nos programas de políticas sociais, bem como, prestando orientação técnica e operacional quanto à elaboração e execução de serviços, programas e projetos no âmbito das políticas públicas.

Atender a população em casos de emergência e calamidade, in loco ou em abrigos, auxiliando na elaboração de planos de assistência a defesa civil.

Possibilitar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário o entendimento global das aplicações e execuções de programas, projetos e serviços, por meio de elaboração de relatórios e pareceres sociais.

Fazer visitas domiciliares aos servidores afastados, quando necessário, emitindo parecer, bem como elaborar relatório social nos processos de doença em pessoa da família.

Atender periodicamente e apresentar parecer social dos servidores em gozo do auxílio doença.

Atender o servidor readaptado/reabilitado pelos médicos peritos, encaminhando relatório ao Diretor de Recursos Humanos para providências.

Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos

em sua área de atuação.

Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional

FORMAÇÃO EXIGIDA PARA CARGO: Graduação em Serviço Social e Registro no Conselho

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Política Nacional da Assistência Social
2. Estatuto da Criança e do Adolescente
3. Código de Ética da Assistência Social
4. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
5. Programas na área da criança e adolescente

Gaspar

PREFEITURA

Portaria Nº 3.214, de 07 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.214, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2012, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE MARA APARECIDA ULIANO BUZZI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 11 de novembro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2012, instaurado para apurar a responsabilidade de Mara Aparecida Uliano Buzzi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.215, de 07 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.215, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA SUZELI SCHNEIDER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela

Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 11 de novembro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2013, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora municipal Suzeli Schneider.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.216, de 07 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.216, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 08/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE RODRIGO LEPINSKI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 11 de novembro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 08/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de Rodrigo Lepinski.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 231/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso de Pregão Presencial Nº 231/2013

OBJETO: Registro de Preços visando a aquisição de fardamento para os Agentes de Trânsito.. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 27/11/2013. ABERTURA: dia 27/11/2013 às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 13 de novembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Editais de Notificação**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1585/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DEF8116	55590179D	6599/2	23/09/2013	230 * V
MAO3643	55591278D	6599/2	19/10/2013	230 * V
MAO3643	55591279D	6580/0	19/10/2013	230 * IV
MBK9646	54535042E	6920/0	13/09/2013	233
MCA0376	54535047E	6920/0	17/09/2013	233
MCG9154	54535515E	6599/2	13/10/2013	230 * V
MDG6027	54535567E	6599/2	10/10/2013	230 * V
MDT4068	55589572D	5274/1	19/10/2013	175
MFO2727	54536116E	6920/0	09/10/2013	233
MGQ0273	54535031E	6920/0	10/09/2013	233
MJV6100	54535046E	6920/0	17/09/2013	233
MKI8121	54534797E	6599/2	24/09/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1586/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABO7356	54534831E	5568/0	01/10/2013	181 * XIX
EJU7048	54826397E	5541/2	05/10/2013	181 * XVII
IDT0844	54826381E	5541/2	04/10/2013	181 * XVII
LBX6250	54826192E	5541/2	13/09/2013	181 * XVII
LWU1189	54826442E	5541/2	10/10/2013	181 * XVII
LXI7912	54826392E	5541/2	05/10/2013	181 * XVII
LZF2387	54826433E	5541/2	09/10/2013	181 * XVII
LZP9754	55590305D	5568/0	05/10/2013	181 * XIX
LZW7053	54826211E	5541/2	14/09/2013	181 * XVII
MAD0295	54826403E	5541/2	07/10/2013	181 * XVII
MAX1351	54826400E	5541/2	07/10/2013	181 * XVII
MBB3373	54826483E	5541/2	14/10/2013	181 * XVII
MBD0550	54535561E	5720/0	07/10/2013	186 * I
MBR3637	54826203E	5541/2	14/09/2013	181 * XVII
MCA7106	54826497E	5541/2	14/10/2013	181 * XVII
MCG6705	54826434E	5541/2	09/10/2013	181 * XVII
MCG9154	54535520E	5835/0	21/10/2013	195
MCQ7923	54826213E	5541/2	14/09/2013	181 * XVII
MCT8163	54826197E	5541/2	13/09/2013	181 * XVII
MDG6027	54535566E	5746/3	10/10/2013	187 * I
MDT4068	55589573D	5835/0	19/10/2013	195
MDT4068	55589574D	5207/0	19/10/2013	169
MDX0029	54535280E	5835/0	12/09/2013	195
MDX0029	54535281E	7030/2	12/09/2013	244 * I
MDX0029	54535282E	5215/2	12/09/2013	170
MET0923	55115330C	5207/0	18/10/2013	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MET0923	55115331C	6050/2	18/10/2013	208
MEU8928	54826424E	5541/2	01/10/2013	181 * XVII
MFM3593	54826482E	5541/2	14/10/2013	181 * XVII
MFZ5755	8147004225	7455/0	03/09/2013	218 * I
MFZ8341	54826202E	5541/2	14/09/2013	181 * XVII
MGH9954	54826407E	5541/2	07/10/2013	181 * XVII
MIT4553	54826484E	5541/2	14/10/2013	181 * XVII
MIU1398	54826500E	5541/2	14/10/2013	181 * XVII
MJN4633	54534834E	5967/0	11/10/2013	203 * V
MJQ0681	55589147D	6130/0	20/09/2013	214 * II
MJU9764	8147004311	7463/0	09/09/2013	218 * II
MJX0113	54535335E	7366/2	24/09/2013	252 * VI
MKI8121	54534796E	5720/0	24/09/2013	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1587/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFS5225	55635429D	6920/0	12/07/2013	R\$ 127,69	233
AJQ1898	54535138E	6599/2	03/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
AJQ1898	54535139E	5010/0	03/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
AJQ1898	54535140E	5118/0	03/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
DLP7662	55589380D	5010/0	08/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
HFV4643	55636776D	6920/0	04/07/2013	R\$ 127,69	233
LXN0422	55635526D	6599/2	04/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXN0422	55635527D	6637/1	04/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LZH9375	55633931D	6920/0	30/07/2013	R\$ 127,69	233
MBB7100	55636495D	6920/0	25/06/2013	R\$ 127,69	233
MBK4920	55636769D	6920/0	27/06/2013	R\$ 127,69	233
MBO1862	55636794D	6920/0	16/07/2013	R\$ 127,69	233
MFN8414	54534568E	6556/4	03/08/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGA3154	55636210D	6599/2	05/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHP9993	55633947D	6920/0	06/08/2013	R\$ 127,69	233
MIK0191	55636496D	6920/0	25/06/2013	R\$ 127,69	233
MJQ0681	55590157D	6599/2	26/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MRE0910	55636416D	6408/0	26/06/2013	R\$ 85,12	221
MRE0910	55636417D	6637/2	26/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 13 DE NOVENBRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1588/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAL1759	54534395E	5541/2	16/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ACL1088	54826057E	5541/2	31/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AGM7550	55636655D	5541/2	13/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ALT3191	54534385E	5541/2	13/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ANL9601	55636822D	5541/2	17/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BAN8279	54534814E	6041/2	26/08/2013	R\$ 127,69	207
BUK0761	55636211D	5908/0	05/07/2013	R\$ 127,69	202 * I
CMR4805	8147003045	7463/0	26/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
CVH2709	55634386D	5568/0	15/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
EAV8513	54534637E	6050/1	14/08/2013	R\$ 191,53	208
IDE8154	55635613D	5541/2	08/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IGA7548	54535369E	5746/1	02/09/2013	R\$ 85,12	187 * I
IHP4168	54534667E	5541/2	26/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
JVL1270	8147003164	7455/0	28/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXA1977	55636804D	5541/2	17/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXQ2363	8147003846	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAL7023	8147003799	7463/0	07/08/2013	R\$ 127,69	218 * II
MBE1373	54534389E	5541/3	13/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBP5585	8147004071	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBV0694	54534181E	5541/2	06/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCC5198	8147004101	7463/0	12/08/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCR5825	8147002999	7455/0	26/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCX1643	8147002996	7455/0	26/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCX2948	8147003208	7455/0	10/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEB6600	55636570D	5541/2	07/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB6600	55636637D	5541/2	13/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MED0672	55636203D	5185/1	27/06/2013	R\$ 127,69	167
MED0672	55636418D	5967/0	27/06/2013	R\$ 191,53	203 * V
MED0672	55636419D	5835/0	27/06/2013	R\$ 127,69	195
MED0672	55636420D	5185/1	27/06/2013	R\$ 127,69	167
MER6510	54534379E	5541/2	12/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD5513	55636681D	6050/1	28/06/2013	R\$ 191,53	208
MFE1236	8147004057	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFM3593	8147003800	7455/0	07/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFM3593	8147004065	7463/0	12/08/2013	R\$ 127,69	218 * II
MFN8414	54534567E	5541/1	03/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFO0115	8147003992	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFS2904	8147003984	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFT5614	54534914E	5541/2	31/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ2549	8147003881	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGH2560	54534391E	5541/2	15/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGH5816	8147003887	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGI3001	8147003843	7455/0	07/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGO3736	8147003923	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGS1973	8147003762	7455/0	07/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGS1973	8147004017	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHA7586	8147003801	7455/0	07/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHG4839	8147003915	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHH4462	8147003187	7463/0	28/06/2013	R\$ 127,69	218 * II
MHN9151	54534501E	5568/0	31/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MHN9151	54534750E	6050/1	31/07/2013	R\$ 191,53	208
MII8752	54534677E	5541/2	27/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIU5468	8147003696	7455/0	07/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIY3990	8147003942	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2648	8147003927	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJE9561	55636566D	5541/2	08/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ4645	55636542D	5541/2	06/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO5671	55636585D	5541/2	10/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP4258	54534584E	5720/0	16/08/2013	R\$ 127,69	186 * I
MLF1513	54534337E	5991/0	13/08/2013	R\$ 191,53	206 * I
MLK0850	54534922E	5541/2	01/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD2208	8147003161	7455/0	28/06/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1589/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KIF3297	54536128E	6920/0	22/10/2013	233
LXU9867	55587549D	6548/0	28/09/2013	229
LYU2678	54536101E	6920/0	14/10/2013	233
MCC1548	54535431E	6920/0	15/10/2013	233
MEF5358	55590018D	5010/0	23/10/2013	162 * I
MEF5358	55590019D	5169/1	23/10/2013	165
MHG8034	55589571D	6637/2	27/10/2013	230 * IX
MKI6259	54536127E	6920/0	22/10/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 147 1590/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABW9354	54826545E	5541/2	21/10/2013	181 * XVII
AKS0576	54826200E	5541/2	14/09/2013	181 * XVII
BYC5687	54535615E	5746/3	02/10/2013	187 * I
COO8001	54535141E	5568/0	05/09/2013	181 * XIX
DNI8136	54826460E	5541/2	11/10/2013	181 * XVII
EBF9185	8147004318	7455/0	09/09/2013	218 * I
ERM2650	54826473E	5541/2	14/10/2013	181 * XVII
EVR6693	54826533E	5541/2	18/10/2013	181 * XVII
EVR6693	54826537E	5541/2	18/10/2013	181 * XVII
HVO4313	54535631E	5967/0	09/10/2013	203 * V
IGZ3045	54826286E	5541/2	26/09/2013	181 * XVII
IIV5984	54826194E	5541/2	13/09/2013	181 * XVII
JGN3584	54826501E	5541/2	15/10/2013	181 * XVII
LBX6250	54826221E	5541/2	18/09/2013	181 * XVII
LYB3460	54826547E	5541/2	21/10/2013	181 * XVII
LYN5022	54826237E	5541/2	19/09/2013	181 * XVII
MAO7784	8147004389	7463/0	10/09/2013	218 * II
MCG9154	54535514E	6130/0	13/10/2013	214 * II
MCI8973	54826458E	5541/2	11/10/2013	181 * XVII
MDU1010	8147004602	7455/0	12/09/2013	218 * I
MDX8796	8147004216	7455/0	03/09/2013	218 * I
MEK9524	54826425E	5541/2	09/10/2013	181 * XVII
MFF5884	8147004194	7455/0	03/09/2013	218 * I
MFI9512	54826520E	5541/2	15/10/2013	181 * XVII
MFO1883	54826216E	5541/2	18/09/2013	181 * XVII
MGA3641	54826549E	5541/2	21/10/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGH9954	54826505E	5541/2	15/10/2013	181 * XVII
MGO2505	54826254E	5541/2	23/09/2013	181 * XVII
MHD9574	54826244E	5541/2	19/09/2013	181 * XVII
MHG9800	54826243E	5541/2	19/09/2013	181 * XVII
MHK6025	54535552E	6050/1	26/09/2013	208
MHL3062	54826398E	5541/2	05/10/2013	181 * XVII
MHM9647	54826544E	5541/2	21/10/2013	181 * XVII
MIC1287	8147004134	7455/0	05/09/2013	218 * I
MIM6185	54826515E	5541/2	15/10/2013	181 * XVII
MIU1208	8147004291	7455/0	09/09/2013	218 * I
MIV3031	54826250E	5541/2	23/09/2013	181 * XVII
MIV3031	54826278E	5541/2	25/09/2013	181 * XVII
MJY2626	54826507E	5541/2	15/10/2013	181 * XVII
MKN3422	54826247E	5541/2	19/09/2013	181 * XVII
MMK0963	54535407E	5720/0	26/09/2013	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1591/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CLG6220	54535171E	6920/0	15/08/2013	R\$ 127,69	233
MAJ3646	54534032E	6556/1	16/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MAJ3646	54534033E	5010/0	16/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAJ3646	54534034E	5118/0	16/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAM1914	54534047E	6637/2	18/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAM1914	54534048E	6556/1	18/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCP2388	55633930D	6920/0	30/07/2013	R\$ 127,69	233
MDL1701	54534870E	6637/2	15/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDN9255	54534015E	5053/1	11/07/2013	R\$ 191,53	162 * VI
MJD9305	54534641E	6637/2	15/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1592/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMU4520	55636606D	5541/2	11/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ILT5251	8147003835	7455/0	07/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
JPS8706	54534968E	5541/2	08/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXR8646	55630738D	6050/1	18/11/2012	R\$ 191,53	208
MAM1914	54534046E	5185/1	18/07/2013	R\$ 127,69	167
MAM8285	55636951D	5819/7	10/07/2013	R\$ 574,61	193
MBU0373	54534866E	7048/1	15/08/2013	R\$ 191,53	244 * II
MBU6576	8147003348	7455/0	24/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEM6533	8147003447	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEP0090	8147004275	7455/0	03/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEP5149	55588983D	5835/0	29/07/2013	R\$ 127,69	195
MEX4217	55589567D	5541/1	14/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY7274	55636919D	7366/2	06/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGI3980	55636384D	5452/1	04/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGJ3851	55636094D	5967/0	14/06/2013	R\$ 191,53	203 * V
MGN1378	8147004539	7455/0	12/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHG3614	54534912E	5541/2	31/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW6312	54534672E	5541/2	26/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY4255	8147004357	7455/0	10/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIF3901	8147003335	7463/0	24/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIU0014	8147004314	7455/0	09/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIW0120	8147004306	7455/0	09/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJD9305	54534640E	5185/1	15/08/2013	R\$ 127,69	167
MJI0498	54826075E	5541/2	02/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV5916	54534931E	5541/2	02/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR DE TRANSITO

SAMAE**Portaria N. 55 de 12 de Novembro de 2013**

PORTARIA N. 55 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013
NOMEIA SUPERVISOR DE CAPTAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR PAULO COSTA FILHO

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir do dia 12 de novembro de 2013, o servidor PAULO COSTA FILHO, portador do CPF nº. 749.598.089-34 e da CI nº. 2.482.354-6 para o cargo de Supervisor de Captação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 26, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 12 de novembro de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA**Decreto N° 119/2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2013.**

DECRETO N° 119/2013

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, 43º, da Lei Municipal nº 814/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

2001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2001.10.301.0002.2.002	Manutenção da Secretaria da Saúde	9.700,00
	REDUÇÃO	
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	9.700,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	9.700,00
01.0002.000000	Recursos de Impostos para ASPS	9.700,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
3.1.00.00	Pessoal e encargos sociais	9.700,00
3.1.30.00	Transferências aos Estados e Distrito Federal	9.700,00
01.0002.000000	Recursos de Impostos para ASPS	9.700,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 01 de Novembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 120/2013 - Autoriza Abertura de Processo Seletivo Simplificado Para Contratação Temporária Para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

DECRETO N° 120/2013

AUTORIZA ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS (SAMAE).

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de um Processo Seletivo Simplificado, mediante EDITAL, para contratação temporária para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos (SAMAE);

Art. 2º - O Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária para o Serviço Autônomo municipal de água e esgoto de Governador Celso Ramos (SAMAE) verifica a necessidade do preenchimento das seguintes vagas:

01	Motorista
07	Auxiliares de Operações
04	Encanadores
04	Operadores de Equipamentos
02	Leituristas
03	Escriturários

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 05 de Novembro de 2013.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

Decreto N° 123/2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária.

DECRETO N° 119/2013

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, 43º, da Lei Municipal nº 814/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

2001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2001.10.301.0002.2.002	Manutenção da Secretaria da Saúde	9.700,00
	REDUÇÃO	

3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	9.700,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	9.700,00
01.0002.000000	Recursos de Impostos para ASPS	9.700,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
3.1.00.00	Pessoal e encargos sociais	9.700,00
3.1.30.00	Transferências aos Estados e Distrito Federal	9.700,00
01.0002.000000	Recursos de Impostos para ASPS	9.700,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 01 de Novembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 124/2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2013

DECRETO Nº 124/2013
Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, XLIII, da Lei Municipal nº 814/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

2001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2001.10.301.0002.2.002	Manutenção da Secretaria da Saúde	281.873,82
	REDUÇÃO	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	238.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	238.000,00
01.0002.000000	Recursos de Impostos para ASPS	238.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	43.873,82
4.4.90.00	Aplicações Diretas	43.873,82
01.0002.000000	Recursos de Impostos para ASPS	43.873,82
	SUPLEMENTAÇÃO	
3.1.00.00	Pessoal e encargos sociais	281.873,82
3.1.90.00	Aplicações Diretas	281.873,82
01.0002.000000	Recursos de Impostos para ASPS	281.873,82

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 07 de Novembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 125 /2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2013

DECRETO Nº 125 /2013

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe conferem os artigos 3º e 4º, da Lei Municipal nº 814/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
12.361.0014.1.038	Const. Ginásio de esporte Areias de Baixo, uma Creche Ampliação da Rede de ensino fundamental	
3.3.90.00	REDUÇÃO	
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	95.600,00
0.1.00.0000	Aplicações Diretas	95.600,00
	Recursos Ordinários	95.600,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
12.361.0014.1.038	Const. Ginásio de esporte Areias de Baixo, uma Creche Ampliação da Rede de ensino fundamental	
4.4.90.00	Investimentos	95.600,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	95.600,00
0.1.00.0000000	Recursos Ordinários	95.600,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 07 de Outubro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 121/2013 - Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.

DECRETO Nº 121/2013

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 814/2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

SECRETARIA DA FAZENDA

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	247.800,00
04.123.0007.2.021	Funcionamento e manut. da secretaria de finanças	200.000,00
3.3.00.00	Receitas correntes	200.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.00.0000000	Recursos Ordinários	200.000,00
12.361.0014.1.038	Const. Ginásio de esporte Areias de Baixo, creche e ampliação da rede municipal de ensino	47.800,00
3.3.00.00	Receitas correntes	47.800,00
3.3.90.00	Aplicações diretas	47.800,00
0.1.01.0000000	Recursos Ordinários	47.800,00
	SUPLEMENTAÇÃO	247.800,00
12.361.0014.1.038	Const. Ginásio de esporte Areias de Baixo, creche e ampliação da rede municipal de ensino	47.800,00
4.4.00.00	Investimentos	47.800,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	47.800,00
0.1.01.0000000	Recursos Ordinários	47.800,00
04.123.0007.2.021	Func e manut. da secretaria de finanças	
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	200.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.00.0000000	Recursos Ordinários	200.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 01 de novembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 122, de 04 de Novembro de 2013 - Regulamenta a Prescrição Quinquenal do Imposto Predial e Territorial Urbano No Município de Governador Celso Ramos

DECRETO Nº 122, de 04 de novembro de 2013.

REGULAMENTA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO que o artigo 173 do Código Tributário Nacional estabelece que o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 05 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado ou da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado;

CONSIDERANDO que o artigo 174 do código supramencionado dispõe que a ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contados de sua constituição definitiva;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 130/2001 (Código Tributário Municipal), artigo 25, V, reconhece a prescrição e decadência como causas de extinção do crédito tributário;

CONSIDERANDO a lei 11.051/04, que acrescentou ao art. 40 da Lei de Execuções Fiscais (6.830/80) o parágrafo 4º, possibilitando ao juiz da execução a decretação de ofício da prescrição intercorrente;

CONSIDERANDO reiteradas decisões do Superior Tribunal de Justiça reconhecendo que a prescrição pode ser decretada pelo juiz, ex officio, por ocasião do recebimento da petição inicial do executivo fiscal, ou antes de expedido o mandado de citação, porquanto configurada causa de indeferimento liminar da exordial, qual seja, a inexigibilidade da obrigação tributária materializada na CDA;

DECRETA:

Art. 1º As dívidas ativas do Município, oriundas do Imposto Predial e Territorial Urbano, que ultrapassarem 05 (cinco) anos entre o lançamento do imposto e o ajuizamento da respectiva ação de cobrança, estão prescritas.

Art. 2º Para efeito do presente decreto ficam ressalvadas as hipóteses de suspensão e interrupção da prescrição.

Art. 3º O servidor que não cumprir o procedimento estabelecido no presente Decreto, incorrerá nas penalidades por crime funcional, nos termos do artigo 173 e seguintes do Estatuto dos Servidores Municipais do Governador Celso Ramos.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina,

em 04 de novembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - TP Nº 07/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

TOMADA DE PREÇO N.º 007/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ATUALIZAÇÃO DE BASE CARTOGRÁFICA, LEVANTAMENTO CADASTRAL, IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS, DENTRE OUTROS SERVIÇOS QUE VISAM À MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E OTIMIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/12/2013 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 02/12/2013 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o Edital de segunda à sexta feira, das 13:00 as 18:30hs no Setor de Licitação desta Prefeitura.

Governador Celso Ramos/SC, 11 de Novembro de 2013.

MARIANA DE SOUZA FERNANDES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Aviso de Licitação - TP Nº 08/2013
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

TOMADA DE PREÇO N.º 008/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSOR EUDES MAFRA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/12/2013 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 02/12/2013 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o Edital de segunda à sexta feira, das 13:00 as 18:30hs no Setor de Licitação desta Prefeitura.

Governador Celso Ramos/SC, 11 de Novembro de 2013.

MARIANA DE SOUZA FERNANDES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Aviso de Licitação - TP Nº 09/2013
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

TOMADA DE PREÇO N.º 009/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SENHORA DOS NAVEGANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/12/2013 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 03/12/2013 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o Edital de segunda à sexta feira, das 13:00 as 18:30hs no Setor de Licitação desta Prefeitura.

Governador Celso Ramos/SC, 11 de Novembro de 2013.

MARIANA DE SOUZA FERNANDES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Aviso de Licitação TP Nº 06/2013
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

TOMADA DE PREÇO N.º 006/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO JOÃO BALDANÇA SOBRINHO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/11/2013 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 29/11/2013 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o Edital de segunda à sexta feira, das 13:00 as 18:30hs no Setor de Licitação desta Prefeitura.

Governador Celso Ramos/SC, 11 de Novembro de 2013.

MARIANA DE SOUZA FERNANDES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Grão Pará

PREFEITURA

Lei Complementar N 03-2013 Loteamentos

LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2013

(De 12 de novembro de 2013)

"DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO/EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO E A FORMAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ampliar o Perímetro Urbano na Localidade de Alto Rio Pequeno, formando o Núcleo Urbano Alto Rio Pequeno, composto por três áreas: a primeira possui 45.741,45m² (quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), parte da Matrícula 23.399, L-2-CE, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte/SC, área esta transformada em Perímetro Urbano por meio da Lei Municipal nº 1.533/2008; a segunda área possui 31.607,50m² (trinta e um mil, seiscentos e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), parte da Matrícula 24.756, L-2-CL, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte/SC, área esta transformada em Perímetro Urbano por meio da Lei Municipal nº 1.696/2010; e a terceira área a integrar o Núcleo Urbano Alto Rio Pequeno possui 127.050,00m² (cento e vinte e sete mil, cinquenta metros quadrados), devidamente registrada sob o nº R-1-12.245 e R-2-12.245, L-2-AAE, perfazendo as três áreas a área total de 204.398,95m² (duzentos e quatro mil, trezentos e noventa e oito metros e noventa e cinco centímetros quadrados), núcleo este cujas confrontações encontram-se delimitadas no Memorial Descritivo que segue.

Parágrafo Único. Ao NORTE, com onze linhas que seguem: a primeira linha parte do Leste, na extrema com terras de Edilnei Heidemann Michels, em direção ao Oeste; desta, parte a segunda linha em direção ao Norte; desta, parte a terceira linha em direção ao Oeste; desta, parte a quarta linha em direção ao Sul; desta, parte a quinta linha em direção ao Oeste; desta, parte a sexta linha em direção ao Norte; desta, parte a sétima linha em direção ao Leste; desta, parte a oitava linha em direção ao Norte; desta, parte a nona linha em direção ao Leste; desta, parte a décima linha em direção ao Norte; e, desta, parte a décima primeira e última linha em direção ao Oeste, todas com terras de Saturnino Antunes. Ao SUL, com terras de Lúcio Martins Dacoregio e Grão-Pará Fabricação de Ataúdes Ltda. Ao LESTE, com sete linhas que seguem: a primeira linha parte do Sul, na extrema com a Empresa Fabricação de Ataúdes Ltda, em direção ao Norte; desta, parte a segunda linha em direção ao Oeste; desta, parte a terceira linha em direção ao Sul; desta, parte a quarta linha em direção ao Oeste; desta, parte a quinta linha em direção ao Norte; desta, parte a sexta linha em direção ao Leste, todas com terras de Jacó

Heidemann; desta, parte a sétima linha em direção ao Norte com terras de Joceli De Pieri de Oliveira. Ao OESTE, com oito linhas que seguem: a primeira linha parte do Sul, na extrema com terras de Lúcio Martins Dacoregio e a margem esquerda do Rio Pequeno em direção ao Norte com terras de Vergínio Bagio; desta, parte a segunda linha em direção ao Oeste com terras de Vergínio Bagio; desta, parte a terceira linha em direção ao Norte com a margem esquerda do Rio Pequeno; desta, parte a quarta linha em direção ao Leste com terras de Saturnino Antunes; desta, parte a quinta linha em direção ao Norte com terras de Saturnino Antunes; desta, parte a sexta linha em direção ao Leste com terras de Saturnino Antunes; desta, parte a sétima linha em direção ao Leste com terras de Saturnino Antunes; desta, parte a oitava e última linha em direção ao Norte com terras de Saturnino Antunes.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ampliar o Perímetro Urbano no Município, com a criação do Perímetro Urbano na Vila Rodolfo Martinho Meurer, ora denominado Núcleo Urbano Vila Rodolfo Martinho Meurer, na Localidade de Rio Pequeno, Rodovia Estadual SC 370, Grão-Pará a Braço do Norte, Município de Grão-Pará/SC, com a área de 59.894,00m² (cinquenta e nove mil, oitocentos e noventa e quatro metros quadrados), composto por 02 (dois) imóveis matriculados sob o M-8.768, Lv-2-AN, de propriedade de Hilário Meurer e Fabio Rodolfo Meurer, com área de 39.894,00m² (trinta e nove mil, oitocentos e noventa e quatro metros quadrados), cortado pela Rodovia SC 370, e M-16.276, Lv -2-AAX, de propriedade de Cecilia Oenning com a área de 20.000,00m² (vinte mil metros quadrados), apresentando limites e confrontações, conforme adiante descritos.

Parágrafo Único. Ao NORTE, com terras de Germano Eduardo Wessling, hoje Marciel Wessling Rech, separadas por um córrego; Ao SUL, com terras de Lauro Beltrame Della Giustina; Ao LESTE, com o Rio Pequeno; e, ao OESTE, com a Estrada Geral Grão-Pará/ Braço do Norte, hoje com três linhas que seguem: a primeira linha parte do Norte em Direção ao Sul, com terras de Germando Eduardo Wessling, hoje Marciel Wessling Rech, separadas por um córrego; desta, segue a segunda linha em direção ao Leste com terras de Roberto Leandro Ascari; e, desta, segue a terceira e última linha em direção ao Sul com a Rodovia SC 370.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ampliar o Perímetro Urbano no Município, expandindo o Perímetro Urbano na Localidade de Braço Esquerdo, Município de Grão-Pará/SC, em 16.922,00m² (dezesseis mil, novecentos e vinte e dois metros quadrados), parte integrante em área maior da Matrícula nº 18.215, Lv-2-BG, de propriedade de Ivoneide Guizoni Wessler, apresentando limites e confrontações, conforme adiante descritos.

Parágrafo Único. Ao NORTE, com a área remanescente de Ricardo João Berto, em área rural, separada pela Estrada Geral Braço Esquerdo; Ao SUL, com o Rio Braço Esquerdo; Ao LESTE, com terras de Alécio Ghizoni; e, ao OESTE, com terras de Antônio Dacoregio, hoje Hilário Margoti Dacoregio.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará / SC, 12 de novembro de 2013.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 12 de novembro de 2013.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Lei Municipal N 1932-2013 Suplementação SAMAE LEI MUNICIPAL N. 1.932/2013.

(De 12 de novembro de 2013)

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS N. 1.609, DE 27 DE AGOSTO DE 2009, (PPA), E N. 1.882, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012, (LDO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, da Lei Municipal N. 1.898, De 18 De Dezembro De 2012, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2013, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE até os valores abaixo relacionados:

13.00 - SAMAE DE GRÃO-PARÁ
13.01 - SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO
2.034 - MANUTENÇÃO DO SAMAE
3.3.90.00.00.00.00.0177 Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

13.00 - SAMAE DE GRÃO-PARÁ
13.01 - SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO
1.022 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MÁQUINAS E VEÍCULOS)
4.4.90.00.00.00.00.00.0177 Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará / SC, 12 de novembro de 2013.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 12 de novembro de 2013.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Lei Municipal N 1933-2013 Parcelamento Inss LEI MUNICIPAL Nº 1.933/2013

(De 12 de novembro de 2013)

"AUTORIZA O RECONHECIMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE INSS E O SEU REPARCELAMENTO, NA FORMA DA LEI Nº12.810, DE 15 DE MAIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer a reparcelar dívidas do Município de Grão Pará junto ao INSS, que totalizam o valor global de R\$ 835.867,13 (oitocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e treze centavos), já deduzidos as multas e outros encargos, com exceção dos juros.

Parágrafo único. O parcelamento de que trata o caput do art. 1º será realizado na forma da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e quitado em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais, conforme expressa disposição legal contida na referida LEI.

Art. 2º. As despesas para pagamento da dívida mencionada no art. 1º desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral, com dotações específicas para o pagamento das contribuições correntes e para a amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta LEI.

Art. 3º. Para pagamento das prestações mensais do parcelamento serão retidos valores das quotas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassados ao INSS.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará / SC, 12 de novembro de 2013.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 12 de novembro de 2013.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 93/2013

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE LÂMINAS, PARAFUSOS E PORCAS PARA MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Entrega dos Envelopes: 29/11/2013 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 29/11/2013 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 13/11/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

De um lado, o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 82.939.430/0001-38, com sede a rua Nereu Ramos, 389, centro de Herval d'Oeste - SC, neste ato representado pelo Seu Prefeito Sr. GILMAR DRI, brasileiro, casado, Agricultor, Prefeito em exercício, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca; de outro lado a empresa CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 03.652.030/0001-70, com sede na Rodovia BR - 480, n. 795, Barão de Cotegipe - RS, neste ato representada por Edivar Szymanski, sócio-Administrador, inscrito no CPF sob o n. 162.522.250-53, residente e domiciliado na cidade de Barão do Cotegipe-RS, firmam entre si um TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA pelos fatos e fundamentos abaixo relacionados:

Considerando que a Empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, participou do Processo Licitatório n. 141/2007, na modalidade de Pregão presencial, sagrando-se vencedora do item no. 01 do edital (comprimido de AAS), tendo cotado para o produto o preço de R\$ 0,009 (zero virgula zero zero nove centavos de real);

Considerando que no momento da homologação da referida licitação a Comissão de Licitações, através de ato da Pregoeira, transcreveu erroneamente o valor de cada comprimido ao preço de R\$ 0,09 (nove centavos);

Considerando que o Município de Herval d'Oeste não observou tal erro e acabou emitindo o empenho para a compra do referido medicamento na forma constante da ata de julgamento, o qual estava eivado de erro;

Considerando que a empresa igualmente não identificou o erro quando do envio dos medicamentos e da emissão da nota fiscal, o que foi identificado somente quando a Requerente foi intimada para prestar esclarecimentos em Ação Civil Pública proposta na Comarca de Herval d'Oeste (autos n. 235.13.00150-6);

Considerando que ao tomar conhecimento do erro a empresa imediatamente levantou os valores que percebeu a maior, bem como contactou com a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste a fim de devolver aos cofres públicos o valor devidamente corrigido;

Considerando que assim que o Município foi contactado pela empresa Centermedi, através de seu Advogado, concedeu abertura a processo administrativo, na modalidade de Sindicância, conforme portaria 645/2013 de 05 de setembro de 2013 (cópia em anexo), chegou a conclusão de que restou comprovada a situação exposta pela empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, o erro ocorrido por desatenção aos resultados do pertinente processo licitatório pelos operadores do pregão presencial, o que ocasionou o superfaturamento do produto AAS (Acido Acetil Salicílico), no valor de R\$28.104,39 (vinte e oito mil cento e quatro reais e tinta e nove centavos), por ocasião da aquisição de 275.000 (duzentos e setenta e cinco mil) comprimidos no valor empenhado de R\$ 0,09 (nove centavos de real), quando na realidade o valor cotado e aceito no certame fora de R\$ 0,009 (Nove milésimos de real);

Considerando que a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., se comprometeu em ressarcir aos cofres públicos os valores percebidos a maior, na forma a que se determinar o presente TAC;

E, por fim, Considerando as funções Institucionais do Poder Executivo, o qual tem autonomia para rever seus atos sempre que entender necessário, bem como sua legitimidade para administrativamente resolver os problemas gerados internamente, e a

intenção apresentada pela empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA em resolver a demanda, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas:

RESOLVEM

Formalizar Termo de Compromisso e Ajustamento de Condutas tendo como partes os Signatários deste Termo, mediante o cumprimento das seguintes cláusulas e obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Constitui o objeto do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas:

1.1. O ressarcimento aos cofres públicos do Município de Herval d'Oeste no valor de R\$ 28.104,39 (vinte e oito mil cento e quatro reais e trinta e nove centavos) pela empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, através de depósito para conta do Fundo Municipal de Saúde do Município de Herval d'Oeste - SC (CNPJ n. 17.799.033/0001-46), no Banco do Brasil, Agência 2103-2, Conta Corrente 17.518-8.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PRAZO

1.2. O prazo para o ressarcimento dos danos aos cofres públicos não pode ultrapassar a data de 30 de novembro de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA OBRIGAÇÃO DA CENTERMEDI

1.3. O ressarcimento aos cofres públicos do Município de Herval d'Oeste no valor de R\$ 28.104,39 (vinte e oito mil cento e quatro reais e trinta e nove centavos) pela empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, através de depósito para conta do Fundo Municipal de Saúde do Município de Herval d'Oeste - SC (CNPJ n. 17.799.033/0001-46), no Banco do Brasil, Agência 2103-2, Conta Corrente 17.518-8.

CLÁUSULA QUARTA

DAS PENALIDADES

1.4. No caso de inadimplemento da obrigação prevista no item 1.3 do presente termo, ficará o Município autorizado a executar a dívida contra a CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, de forma cível e criminal, eis que detentora de recursos públicos ilegalmente constituídos o que certamente lhe acarretará a responsabilidade por apropriação indébita e crime contra o patrimônio público.

CLÁUSULA QUINTA

DO FORO

1.5. Fica eleito o foro da comarca de Herval d'Oeste para, se necessário, dirimir qualquer irregularidade que venha a ser levantada por este Termo.

1.6. Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 04 (quatro) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Herval d'Oeste (SC), 30 de outubro de 2013.

GILMAR DRI

PREFEITO EM EXERCÍCIO DE HERVAL D'OESTE - SC

EDIVAR SZYMANSKI

REPRESENTANTE LEGAL EMPRESA

CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

TESTEMUNHAS:

CARMEN SARTORI DA ESPADA, brasileira, casada, Servidora Pública Municipal, inscrita no CPF sob o n. 593.563.839-87, residente e

domiciliada nesta cidade e Comarca de Herval d'Oeste - SC.

TESTEMUNHA DA CENTERMEDI DEVIDAMENTE QUALIFICADA (a preencher)

Imbituba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 4.286.2013

Lei Complementar nº 4.286, de 12 de novembro de 2013.

Institui o Programa Municipal de Incentivo ao Esporte de Imbituba - PROESPORTE, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo ao Esporte de Imbituba - PROESPORTE, que tem por objetivo o apoio e a viabilização de Projetos Esportivos, mediante incentivo fiscal, por meio de renúncia fiscal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e/ou Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.

Art. 2º Para a eficácia e os efeitos do PROESPORTE, entende-se por:

I - CIPE: Certificado de Incentivo a Projeto Esportivo, nominal e intransferível, emitido pela SEFAZ, mediante a apresentação de Declaração de Incentivo;

II - CME: Conselho Municipal do Esporte;

III - DECLARAÇÃO DE INCENTIVO: declaração nominal e intransferível, emitida pela SEFAZ, entregue ao Empreendedor Esportivo, após aprovação de Projeto a ser incentivado;

IV - DE NATUREZA ESPORTIVA: condição, expressamente registrada nos estatutos ou em currículo do Proponente Esportivo/ Empreendedor Esportivo, em que haja a confirmação sobre sua finalidade/atividade esportiva;

V - EMPREENDEDOR ESPORTIVO: a pessoa física ou jurídica, de natureza esportiva, com domicílio ou sede no Município de Imbituba e diretamente responsável pela realização de Projeto Incentivado;

VI - INCENTIVADOR ESPORTIVO: o contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e/ou Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no Município de Imbituba, que tenha transferido recursos financeiros para a realização de Projeto Incentivado;

VII - INCENTIVO: recursos financeiros provenientes de CIPE, para aplicação em Projetos Incentivados;

VIII - IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano;

IX - ISS: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

X - PATROCÍNIO: transferência a Empreendedor Esportivo, de recursos financeiros provenientes de CIPE, para a realização de Projeto Incentivado;

XI - PROPONENTE ESPORTIVO: a pessoa física ou jurídica, de natureza esportiva, com domicílio ou sede no Município de Imbituba e diretamente responsável pela apresentação de Projeto Incentivado;

XII - RECURSOS FINANCEIROS: numerário proveniente de CIPE autorizado pelo Município de Imbituba, para aplicação em Projetos Incentivados;

XIII - SEFAZ: Secretaria Municipal da Fazenda;

XIV - SESPORTE: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; e

XV - VALOR DEVIDO A CADA INCIDÊNCIA DOS TRIBUTOS: valor

total do tributo lançado, a ser pago pelo contribuinte Incentivador Esportivo, considerando, todavia, descontos concedidos por pagamento dentro dos prazos estabelecidos, observação das datas fixadas para vencimento, planos para pagamentos à vista e/ou a prazo, e outros eventuais benefícios oferecidos pela Administração do Município de Imbituba para a liquidação contábil dos mesmos, quando, referidas condições, forem atendidas.

Capítulo II DO PROESPORTE

Art. 3º O PROESPORTE, atendido as disposições desta Lei, promoverá e incentivará Projetos Esportivos, os quais podem ser integrados por mais de uma área esportiva, devendo esta iniciativa ser discriminada e justificada.

Art. 4º Serão incentivados os Projetos Esportivos de natureza olímpica ou dos jogos pan-americanos, com a seguinte abrangência:

I - formação esportiva de base em escolinhas de iniciação para atletas menores;

II - manutenção de selecionados e equipes que representem a cidade de Imbituba em campeonatos, torneios e eventos de âmbito regional, estadual, nacional e internacional em projetos apresentados pelas respectivas ligas ou entidades representativas;

III - manutenção de atletas que disputem modalidades olímpicas e residam na cidade de Imbituba;

IV - realização de eventos esportivos que destaquem o Município em âmbito regional, estadual, nacional ou internacional;

V - recuperação de áreas, parques, praças e pólos esportivos da cidade de Imbituba; e

VI - outros segmentos esportivos, compreendendo atividades e áreas não previstas nos incisos anteriores, deste artigo, consideradas relevantes pela SESPORTE e CME.

Capítulo III DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS E INCENTIVADOS

Art. 5º Os Projetos Esportivos no âmbito da Política Municipal de Esporte dividem-se em:

I - PROJETOS ESTRATÉGICOS: são aqueles que visam à realização das diretrizes da Política Esportiva do Município, alimentando, ativando, potencializando e viabilizando as atividades vinculadas à SESPORTE, com recursos da mesma; e

II - PROJETOS INCENTIVADOS: são aqueles que atendem às diretrizes da Política Esportiva do Município, elaborados por Empreendedor Esportivo, baseados na iniciativa livre e independente, com recursos totais ou parciais oriundos de renúncia fiscal, na forma desta LEI.

Capítulo IV DO CERTIFICADO DE INCENTIVO A PROJETO ESPORTIVO

Art. 6º Fica instituído, no âmbito do Município de Imbituba, o Certificado de Incentivo a Projeto Esportivo - CIPE, nominal e intransferível, emitido pela SEFAZ, mediante a apresentação de Declaração de Incentivo.

§ 1º A Declaração de Incentivo de que trata o caput, é nominal e intransferível, sendo emitida pela SESPORTE e entregue ao Empreendedor Esportivo, após aprovação de Projeto a ser incentivado e corresponderá em até 20% (vinte por cento) do montante orçado para o PROESPORTE.

§ 2º Cada CIPE equivalerá a 10 UFM (Unidade Fiscal do Município) e será emitido em quantidade suficiente para atingir o valor expresso na Declaração de Incentivo.

§ 3º O CIPE corresponderá ao recebimento, por parte de Empreendedor Esportivo de qualquer Projeto Incentivado, de patrocínio por qualquer Incentivador Esportivo.

Art. 7º O CIPE terá prazo de validade de 1 (um) ano, a contar da sua expedição.

Art. 8º O CIPE assegura ao Incentivador Esportivo, após a comprovada transferência de recursos financeiros para a realização de Projeto Incentivado, a utilização dos mesmos para o pagamento de impostos municipais no percentual correspondente a 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência dos tributos.

Art. 9º Os contribuintes que pagarem os impostos parceladamente também poderão patrocinar Projetos Incentivados, cabendo à SEFAZ definir, com a SESPORTE, a sua operacionalização.

Art. 10. O CIPE oriundo de Projetos Incentivados aprovados e não executados, desistentes ou não captados, poderão ser transferidos, mediante deliberação do CME, para outros que tenham comprovado mérito e desenvolvimento, justificada a sua necessidade.

Capítulo V DO PROJETO INCENTIVADO

Art. 11. O fomento aos Projetos Incentivados advirá do poder público através de CIPE, apoiado por patrocinadores.

Parágrafo único. O incentivo referido nesse artigo corresponderá ao recebimento, por parte do Empreendedor Esportivo de Projeto Incentivado, sob o título de patrocínio, de CIPE, correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Poder Público.

Art. 12. Para a obtenção dos incentivos desta Lei, deverá o Proponente Esportivo apresentar Projeto Incentivado explicitando os objetivos e recursos financeiros e humanos envolvidos, para fins de fixação do valor do incentivo, sua fiscalização e os demais documentos eventualmente exigidos pela regulamentação desta LEI.

Art. 13. Somente poderão apresentar projetos na forma prevista nesta Lei, o Proponente Esportivo que desenvolver o Projeto Incentivado na cidade de Imbituba e atender às normas e especificações suplementares desta LEI;

Art. 14. Os Projetos Incentivados serão apresentados prioritariamente no âmbito territorial do Município, devendo divulgar o apoio institucional do Município.

Art. 15. Os Projetos Incentivados serão avaliados, aprovados ou reprovados pelo CME, após análise conclusiva da Comissão Municipal de Incentivo ao Esporte - CMIE.

Art. 16. Para avaliação dos Projetos Incentivados, o CME e a Comissão Municipal de Incentivo ao Esporte - CMIE deverão pautar-se nos seguintes requisitos:

I - aspecto orçamentário do projeto, pela relação custo-benefício;

II - retorno de interesse público;

III - clareza e coerência nos objetivos;

IV - criatividade;

V - importância para o Município;

VI - descentralização esportiva;

VII - universalização e democratização do acesso aos bens esportivos;

VIII - socialização de oportunidades de produção esportiva;

IX - princípio de equidade entre as diversas áreas esportivas, possíveis de serem incentivadas;

X - princípio da não-concentração por Proponente Esportivo; e

XI - capacidade executiva do Proponente Esportivo, a ser aferida na análise de seu currículo.

Art. 17. A apresentação do Projeto Incentivado observará o seguinte:

I - Preenchimento do formulário específico, conforme regulamentação.

II - O Projeto Incentivado deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Imbituba, onde constituirá um processo específico que será encaminhado, pela SESPORTE, ao CME;

III - O CME, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a análise conclusiva do relator do processo, divulgará o resultado de sua

deliberação, encaminhando o processo para a SESPORTE;
IV - Aprovado pelo CME, a SESPORTE emitirá a Declaração de Incentivo e publicará o projeto aprovado e o respectivo valor;
V - Reprovado o projeto pelo CME, o processo retorna à SESPORTE para informar ao Proponente Esportivo, que, se possível, poderá corrigir as falhas apontadas e reapresentá-lo.

Seção Única

Do Conselho Municipal do Esporte - CME

Art. 18. Fica criado o Conselho Municipal do Esporte - CME, órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, integrante da estrutura básica da SESPORTE, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, constituindo-se no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente.

§ 1º O CME tem como principal atribuição atuar na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas esportivas do Município.

§ 2º Os integrantes do CME que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos respectivos segmentos e têm mandato de 2 (dois) anos, renovável, uma vez, por igual período.

§ 3º A representação da sociedade civil no CME deve contemplar os diversos segmentos esportivos.

§ 4º A representação do Poder Público no CME deve contemplar a representação do Município, por meio da SESPORTE e suas instituições vinculadas, de outros órgãos e entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados, desde que existentes e atuantes no município.

Art. 19. O CME será constituído por 14 (quatorze) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I - 7 (sete) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, sendo:

- a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, sendo o titular da pasta;
 - b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Governo, sendo o Vice-Prefeito;
 - c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo;
 - e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
 - f) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; e
 - g) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;
- II - 7 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, representando a Sociedade Civil, sendo:

- a) 1 (um) representante dos atletas de esportes coletivos;
- b) 1 (um) representante dos atletas de esportes individuais;
- c) 1 (um) representante dos atletas de esportes motorizados;
- d) 1 (um) representante dos atletas com deficiência (para-atletas);
- e) 1 (um) representante dos educadores físicos e fisioterapeutas;
- f) 1 (um) representante dos clubes esportivos; e
- g) 1 (um) representante da imprensa desportiva.

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão.

§ 2º Os membros titulares e suplentes representantes da Sociedade Civil serão escolhidos em plenárias para cada representação identificada no Inciso II acima.

§ 3º O CME será presidido pelo Vice-Prefeito, conforme determina o artigo 91, IV, da Lei Orgânica do Município, sendo que o Vice-Presidente, o Secretário-Geral e o Secretário-Adjunto, serão eleitos pelos membros titulares do CME;

§ 4º Nenhum membro representante da Sociedade Civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 5º Deverá ser evitado, o quanto possível, a repetição de representação da mesma área/modalidade, entre membros titulares e suplentes, de modo a promover maior amplitude de participação.

§ 6º O Presidente do CME é detentor do voto de Minerva.

Art. 20. A convocação das plenárias para a escolha dos representantes da Sociedade Civil cabe:

- I - ao Presidente do CME, ou seu substituto legal, em até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato do Conselho;
- II - ao Secretário Municipal de Esporte e Lazer, em até 30 (trinta) dias antes do término do mandato do Conselho;
- III - a qualquer membro do CME, até o término do mandato do Conselho;
- IV - ao Chefe do Poder Executivo Municipal, em qualquer tempo após o término do mandato do CME, ou antes da constituição do primeiro Conselho.

Art. 21. O CME é constituído pelas seguintes instâncias:

- I - Plenário;
- II - Colegiados Setoriais;
- III - Comissões Temáticas;
- IV - Grupos de Trabalho;
- VI - Fóruns Setoriais.

Art. 22. Ao Plenário, instância máxima do CME, compete:

- I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Esporte;
- II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos da Política Municipal de Esporte;
- III - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de esporte, oriundas dos sistemas setoriais municipais de esporte e de suas instâncias colegiadas;
- IV - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do PRO-ESPORTE no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos esportivos;
- V - estabelecer as diretrizes para uso dos recursos públicos, com base na Política Municipal de Esporte;
- VI - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados ao esporte e do PROESPORTE;
- VII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;
- VIII - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do PROESPORTE;
- IX - avaliar e deliberar sobre Projetos de Incentivos no âmbito do PROESPORTE;
- X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área do Esporte;
- XI - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais do Esporte, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;
- XII - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;
- XIII - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área do esporte;
- XIV - delegar às diferentes instâncias componentes do CME a deliberação e acompanhamento de matérias; e
- XV - estabelecer o regimento interno do CME.

Art. 23. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do CME para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos esportivos.

Art. 24. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área esportiva.

Capítulo VI DA DIVULGAÇÃO

Art. 25. As atividades resultantes dos Projetos beneficiados por esta Lei serão apresentadas prioritariamente no âmbito territorial do município de Imbituba e nelas constará a divulgação do

patrocínio do PROESPORTE.

Art. 26. Deverá ser criada a marca PROESPORTE, na forma da legislação em vigor, para divulgação do Programa, conforme regulamento.

Parágrafo único. A SESPORTE poderá regulamentar, por meio de manual específico, a inserção da divulgação de patrocínio do PROESPORTE, bem como a inserção de marcas referentes a outras formas de apoio e patrocínio ao Projeto Incentivado.

Art. 27. Permite-se o marketing Esportivo para a divulgação e a publicidade dos Projetos Incentivados, e a prática de ações promocionais do projeto em seu meio/circuito de apresentação e, por meio de suporte material, contato com a mídia e com os meios e veículos de comunicação.

Capítulo VII

DAS PENALIDADES E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 28. O Empreendedor Esportivo que se utilizar de recursos oriundos do PROESPORTE em desconformidade com esta Lei, bem como com sua regulamentação e demais normatizações relativas ao uso de recursos públicos, além das sanções específicas, estará sujeito a:

I - advertência escrita;

II - devolução do montante incentivado;

III - multa de até duas vezes o valor do incentivo recebido;

IV - inabilitação para apresentação de projetos pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos.

Art. 29. Caberá à SESPORTE e ao CME, bem como à SEFAZ, a fiscalização sobre a utilização dos recursos dos projetos aprovados.

Art. 30. O serviço de fiscalização de tributos da SEFAZ é o responsável pela aplicação das penalidades cabíveis, na forma da legislação em vigor.

Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. O Poder Executivo fixará, anualmente, na Lei Orçamentária, o valor que deverá ser usado como incentivo esportivo, que não poderá ser inferior a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) da receita proveniente do ISS e do IPTU.

Art. 32. Fica a SESPORTE autorizada a regulamentar as disposições desta Lei, por Resolução, apenas no que se fizer necessário.

Art. 33. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 34. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.279.2013

Lei nº 4.279, de 12 de novembro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 53.634,95 (cinquenta e três mil e seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

SECR. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEINFRA

Manutenção da Seinfra

04.122.0007-2.017

3.3.90.00.00.00.00.0080 (0074) Aplicações Diretas 26.040,23

Manutenção da Seinfra

15.451.0007-2.018

3.3.90.00.00.00.00.0080 (0081) Aplicações Diretas 27.594,72

Total 53.634,95

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECR. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEINFRA

Pavimentação de Vias Públicas

15.451.0007-1.010

4.4.90.00.00.00.00.0080 (0078) Aplicações Diretas 53.634,95

Total 53.634,95

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.280.2013

Lei nº 4.280, de 12 de novembro de 2013.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Araçatuba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Araçatuba, inscrita no CNPJ sob o nº 07.555.895/0001-70, a importância de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público

Municipal, no prazo de até 120(cento e vinte) dias.
Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do município.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.281.2013

Lei nº 4.281, de 12 de novembro de 2013.

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros à Associação Empresarial de Imbituba - ACIM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar para a Associação Empresarial de Imbituba - ACIM o valor de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), para a cobertura de despesas com manutenção de Câmaras de Vigilância.

Parágrafo único. O valor financeiro a que se refere o caput será repassado a ACIM para cobrir as despesas referentes ao exercício de 2013.

Art. 2º A ACIM prestará contas até 30 (trinta) dias após o repasse de cada parcela pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a ACIM, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.282.2013

Lei nº 4.282, de 12 de novembro de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à ASI - Associação de Surf de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à seguinte entidade:

I - ASI - Associação de Surf de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 78.625.209/0001-38, a importância de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à realização da 29ª Edição do Ibiraquera Wave Contest, que acontecerá entre os dias 13 a 16 de novembro, na Praia da Ibiraquera.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este determinado fim.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.284.2013

Lei nº 4.284, de 12 de novembro de 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a assinar Contrato Administrativo de credenciamento que entre si celebram o Governo do Estado de Santa, o Município de Imbituba e a empresa SC Engenharia e Tecnologia, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Contrato Administrativo de Credenciamento, que entre si

celebram o Governo do Estado de Santa Catarina, o Município de Imbituba e a empresa SC Engenharia e Tecnologia, e dá outras providências, nos termos da minuta em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.285.2013

Lei nº 4.285, de 12 de novembro de 2013.

Altera e acrescenta dispositivo na Lei nº 3.719, de 12 de julho de 2010, que implantou o programa de Auxílio Aluguel.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Altera a redação do artigo 3º, da Lei nº 3.719, de 12 de julho de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O auxílio aluguel consiste na concessão de um auxílio em espécie no valor de até 40%(quarenta por cento) do salário mínimo vigente, que será concedido mensalmente, por um período de 6(seis) meses, prorrogáveis por igual período, mediante novo parecer socioeconômico”.

Art. 2º Fica acrescentado o inciso IV ao Parágrafo primeiro, no artigo 4º, da Lei nº 3.719, de 12 de julho de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 4º A seleção das famílias de baixa renda, para os fins do disposto nesta lei, observará critérios de ordem socioeconômico.

§ 1º Poderão ingressar no Programa as famílias que:

I - comprovem possuir renda familiar inferior a 2(dois) salários mínimos;

II - quando a renda familiar for superior a 2(dois) salários mínimos, poderá haver inclusão se a renda per capita for inferior a meio salário mínimo vigente no país;

III - apresentarem declaração de interdição emitida pela defesa civil do Município; e

IV - apresentarem estudo socioeconômico, com parecer social emitido por assistente social vinculado à secretaria responsável pela área habitacional do Município.

§2º Entende-se por família a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto durante um período de tempo e que se acham unidos por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade.”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 147.2013

DECRETO PMI Nº 147, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SEAGP, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de janeiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública tem como área de competência os seguintes assuntos:

I – administração e normas de pessoal;

II – gestão de materiais e do patrimônio;

III – aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;

IV – reprografia e digitalização de documentos públicos;

V – elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;

VI – edição e controle de atos normativos, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Gerência de Gestão Pública;

1.Coordenadoria de Emissão de Carteira do Trabalho;

2.Coordenadoria do Serviço Postal Comunitário

b) Gerência de Tecnologia da Informação

1. Departamento de Documentação e Patrimônio

1.1Coordenadoria do Arquivo Público Municipal - APM

c) Gerência de Atos Normativos

d) Diretoria de Licitações

e) Diretoria de Suprimentos

1.Departamento de Recepção e Expedição de Materiais;

2.Departamento de Expedição de Materiais

f) Gerência de Pessoal

1.Coordenadoria de Segurança e Medicina do Trabalho

g) Gerência de Defesa Civil

III – órgão colegiado:

a) Conselho de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal;

b) Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus

dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	2.100,00
Assessor(a) II	Assessoria	5	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	5	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	4	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 015 de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único
(Decreto PMI nº 147/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- administração e normas de pessoal;
- gestão de materiais e do patrimônio;
- aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- reprografia e digitalização de documentos públicos;
- elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;
- edição e controle de atos normativos, com a respectiva publicidade legal.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;

- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;

- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente:

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 148.2013

DECRETO PMI Nº 148, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de

Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal da Fazenda, compete desenvolver atividades relacionadas com:

I – a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;

II – a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;

III – a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;

IV – a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;

V – a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;

VI – a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;

VII – a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;

VIII – o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;

IX – o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;

X – o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal da Fazenda tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Secretaria Adjunta;

Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Tesouraria

Departamento de Controle Tributário

1. Coordenadoria de Arrecadação e Lançamento

2. Coordenadoria de Cobrança e Dívida Ativa

3. Coordenadoria de Fiscalização Tributária

c) Gerência do Cadastro Fiscal

1. Departamento de Apoio Operacional

d) Gerência de Contabilidade Pública

1. Departamento de Controle Contábil

e) Gerência de Gestão, Orçamento e Planejamento

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Secretário(a) Adjunto(a)	Secretaria Adjunta	1	Remuneração	3.700,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Adjunto(a)	Gratificação	2.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	3	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	3	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 016, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único
(Decreto PMI nº 148/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;
- a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;
- a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;
- a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;
- a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;
- a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;
- a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;
- o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;
- o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
- o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao

funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;

- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao

titular do órgão superior a que estiver vinculado;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do

Departamento;

- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de

processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;

- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 149.2013

DECRETO PMI Nº 149, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação- SEDUC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Educação compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – Implantação e coordenação da política municipal de educação;
- II – proporcionar nutrição adequada ao educando;
- III – prover assistência e apoio ao educando de todos os níveis;
- IV – estímulo ao ensino médio, tecnológico, superior, especial e de jovens e adultos;
- V – transporte escolar;
- VI – proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais da educação;
- VII – manter, preferencialmente, uma educação integrada, no âmbito do município, associando ao ensino convencional as iniciativas científicas e tecnológicas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal da Educação tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Gerência de Administração

1.Coordenação de Controle Financeiro

Supervisão de Captação de Recursos e Prestação de Contas

Supervisão de Material Didático

Supervisão de Nutrição

Supervisão de Transporte Escolar

Supervisão de Controle Administrativo

Departamento de Manutenção Patrimonial

Gerência de Educação

Coordenadoria Pedagógica

Supervisão de Projetos Educacionais

Departamento de Ensino Infantil

1. Supervisão de Creches

2. Supervisão do Pré-Escolar

Departamento de Ensino Fundamental

Supervisão dos Anos Iniciais do Ensino fundamental

Supervisão dos Anos Finais do Ensino Fundamental

Coordenadoria de Ensino Médio, Tecnológico e Superior

Supervisão de Apoio ao Estudante

Supervisão de Educação de Jovens e Adultos

Supervisão de Educação Especial e Inclusão Educacional

Supervisão de Inovação Tecnológica

III – órgão colegiado:

Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Educação ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	2.100,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	2	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	3	50% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	14	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 017, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Decreto PMI nº 149/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções**I - Cargos em Comissão:**

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- implantação e coordenação da política municipal de educação;
- proporcionar nutrição adequada ao educando;
- prover assistência e apoio ao educando de todos os níveis;
- estímulo ao ensino médio, tecnológico, superior, especial e de jovens e adultos;
- transporte escolar;
- proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais da educação;
- manter, preferencialmente, uma educação integrada, no âmbito do município, associando ao ensino convencional as iniciativas científicas e tecnológicas.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;

- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;

- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:**Denominação:** Gerente**Descrição Sumária:**

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)**Descrição Sumária:**

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)**Descrição Sumária:**

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 150.2013

DECRETO PMI Nº 150, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde- SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – saúde pública e medicina preventiva;
- II – atividades médicas e odontológicas;
- III – educação para a saúde;
- IV – administração ambulatorial e controle hospitalar;
- V – vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;
- VI – gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- VII - assistência básica à saúde;
- VIII – controle, regulação, avaliação e auditoria.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Secretaria Adjunta
- b) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde
- b) Gerência de Compras
- 1. Coordenadoria de Suprimentos
- 2. Coordenadoria de Planejamento

- 2.1Supervisão de Arquivo
 2.2Supervisão de Transporte e Pacientes
 2.3Supervisão de Assistência Social
 c) Gerência de Manutenção de Bens Imóveis
 d) Gerência do Fundo Municipal de Saúde
 e) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
 1.Auditoria Técnica
 2.Coordenadoria de Atenção Básica
 3.Programa de Melhoria da Atenção Básica
 3.1Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar
 f) Gerência da Estratégia de Saúde da Família
 g) Gerência de Programas e Ações Estratégicas
 1.Supervisão do Centro de Referência de Saúde da Mulher
 2. Supervisão do Centro de Referência de Saúde do Homem
 3. Supervisão do Posto de Atendimento Médico Municipal – PAMM
 4. Supervisão da Unidade Sanitária Central – SUSC
 5. Supervisão de Urgências e Emergência
 h) Gerência de Apoio à Saúde da Família
 1. Supervisão do Programa Saúde na Escola
 i) Departamento de Serviços de Referência em Saúde
 1.Coordenação Executiva da Policlínica
 2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas
 3.Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO
 3.1 Supervisão de Saúde Bucal
 j) Departamento de Prevenção e Combate às Drogas
 1. Coordenadoria do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
 Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica
 1.Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
 2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV
 2.1 Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti
 3. Coordenadoria de vigilância Sanitária e Ambiental
 3.1 Supervisão de Combate a Endemias
 3.2 Supervisão de Controle de Zoonoses
 3.3 Supervisão de Fiscalização Sanitária
 4. Coordenadoria de Saúde do Trabalhador e Vigilância Nutricional
 5. Coordenadoria de Assistência Farmacêutica
 5.1Supervisão da Farmácia Básica – SFB
 5.2Supervisão de Medicamentos e Insumos Estratégicos
 III – órgão colegiado:

Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Secretário Adjunto(a)	Secretaria Adjunta	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00

Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenadoria	2	Remuneração	950,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	2.100,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	3	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Adjunto(a)	Gratificação	2.400,00
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	950,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	6	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	10	50% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	17	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 018, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único
(Decreto PMI nº 150/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- saúde pública e medicina preventiva;
- atividades médicas e odontológicas;
- educação para a saúde;
- administração ambulatorial e controle hospitalar;
- vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;

- gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- assistência básica à saúde;
- controle, regulação, avaliação e auditoria.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;

- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:**Denominação:** Diretor(a)**Descrição Sumária:**

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento**Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:**Denominação:** Gerente**Descrição Sumária:**

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob

sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)**Descrição Sumária:**

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)**Descrição Sumária:**

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 151.2013

DECRETO PMI Nº 151, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - SEASH, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das

Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento social relacionada com:

a) a assistência social, apoiando e supervisionando sua execução, direta ou indireta;

b) a habitação e regularização fundiária;

II – implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;

III – formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;

IV - elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:

a) dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

b) da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

c) defesa da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

V - elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de habitação de interesse social e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

VI - manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;

VII - apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;

VIII - promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;

IX - desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Assistência Social e habitação tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Gerência de Proteção Básica

1. Coordenadoria do CRAS

2. Coordenadoria de Benefícios Eventuais e Continuada

2.1 Supervisão de Transferência e Complementação de Renda

2.2 Supervisão de Capacitação para o Emprego e Geração de Renda

2.3 Supervisão de Segurança Alimentar e Nutricional

b) Departamento de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade

1. Coordenadoria do CREAS

2. Coordenadoria do Programa Acalento

c) Gerência de Monitoramento, Controle e Avaliação

Coordenadoria de Elaboração e Monitoramento de Programas

1.1 Supervisão do Cadastro Socioeconômico

d) Departamento Administrativo e Financeiro

1. Supervisão de Controle Administrativo

e) Gerência de Desenvolvimento Habitacional

III – órgão colegiado:

Conselho Municipal de Assistência Social;
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Conselho Municipal de Habitação;
Conselho Gestor do Telecentro Comunitário;
Conselho Municipal do Idoso;
Conselho Municipal Antidrogas;
Conselho Municipal da Juventude;
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Assistência Social e Habitação ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

II – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	3	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	5	50% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	5	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 019, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único
(Decreto PMI nº 151/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento social relacionada com:
 - a) a assistência social, apoiando e supervisionando sua execução, direta ou indireta;
 - b) a habitação e regularização fundiária;
- implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
- formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;
- elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:
 - a) dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
 - b) da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
 - c) defesa da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de habitação de interesse social e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
- apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
- promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;
- desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão

- e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e

propor as necessárias providências;
 - submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
 - indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
 - elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
 - apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas
 Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
 - colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
 - desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
 - responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
 - propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
 - opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
 - distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
 - elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
 - exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
 - desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
 - dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
 - opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
 - submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
 - indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
 - elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
 - apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
 - colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
 - responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
 - propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
 - opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
 - distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
 - elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
 - exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
 - desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
 - colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
 - opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
 - submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
 - indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
 - elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
 - apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
 - colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
 - desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
 - responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
 - propor ao superior imediato a programação de trabalho;
 - opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
 - distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
 - elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;

- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 152.2013

DECRETO PMI Nº 152, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEDES, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- II – promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- III – estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
- IV – incentivo e apoio à economia solidária;
- V – realização de eventos de cunho econômico e social;
- VI – divulgação das potencialidades econômicas do Município;
- VII – elaboração e coordenação da execução da política e do plano municipal de meio ambiente;
- VIII – elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
- IX – licenciamento, controle e fiscalização ambiental.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Departamento de Desenvolvimento Econômico

Gerência de Meio Ambiente

Supervisão de Fiscalização Ambiental

III – órgão colegiado:

Conselho Municipal de Desenvolvimento

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Desenvolvimento Econômico Sustentável ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	VAGAS	REMUNERAÇÃO
		VALOR DA FG (R\$)
Gerente	1	75% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	1	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI n 020, de 28 de fevereiro de 2013.

Art.7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único
(Decreto PMI nº 152/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
- incentivo e apoio à economia solidária;
- realização de eventos de cunho econômico e social;
- divulgação das potencialidades econômicas do Município;
- elaboração e coordenação da execução da política e do plano municipal de meio ambiente;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
- licenciamento, controle e fiscalização ambiental.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão

sob sua gestão;

- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas

respectivas

Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;

- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 153.2013

DECRETO PMI Nº 153, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo - SE-TUR, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Turismo compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- II – promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- III – estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- IV – incentivo e apoio às atividades sócio-econômicas vinculadas ao turismo;
- V – realização de eventos de cunho turístico;
- VI – divulgação das potencialidades turísticas do Município.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Turismo tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Diretoria de Desenvolvimento Turístico

III – órgão colegiado:

Conselho Municipal de Turismo

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da

Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Turismo para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) II	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 021, de 28 de fevereiro de 2013.

Art.7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Decreto PMI nº 153/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- incentivo e apoio às atividades sócio-econômicas vinculadas ao

turismo;

- realização de eventos de cunho turístico;
- divulgação das potencialidades turísticas do Município.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;

- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
 - responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
 - propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
 - opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
 - distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
 - elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
 - exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
 - desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.
- II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)**Descrição Sumária:**

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento**Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:**Denominação: Gerente****Descrição Sumária:**

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)**Descrição Sumária:**

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)**Descrição Sumária:**

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 154.2013

DECRETO PMI Nº 153, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo - SE-TUR, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Turismo compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- II – promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- III – estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- IV – incentivo e apoio às atividades sócio-econômicas vinculadas ao turismo;
- V – realização de eventos de cunho turístico;
- VI – divulgação das potencialidades turísticas do Município.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Turismo tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Diretoria de Desenvolvimento Turístico

III – órgão colegiado:

Conselho Municipal de Turismo

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Turismo para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) II	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 021, de 28 de fevereiro

de 2013.

Art.7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Decreto PMI nº 153/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- incentivo e apoio às atividades sócio-econômicas vinculadas ao turismo;
- realização de eventos de cunho turístico;
- divulgação das potencialidades turísticas do Município.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão

sob sua gestão;

- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas

respectivas

- Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;

- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 155.2013

DECRETO PMI Nº 155, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável - SEDURB, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- II – elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- III – coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- IV – desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- V – gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- VI – zelar pela aplicação do plano diretor do município;
- VII – coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- VIII – elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
- IX – gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;
- X – zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável tem a seguinte Estrutura Organizacional:

- I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Diretoria de Intervenção Urbana
Coordenadoria de Fiscalização Edilícia e Urbanística

Departamento de Monitoramento de Processos
Supervisão de Viabilidade Urbanística
Gerência de Saneamento Ambiental
1. Coordenadoria de Resíduos Sólidos
1.1 Supervisão de Limpeza Pública
2. Coordenadoria de Resíduos Líquidos
3. Coordenadoria de Abastecimento D'Água
4. Coordenadoria de Drenagem Urbana

III – órgão colegiado:

Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba;

Conselho Municipal de Saneamento.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerência	1	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	5	50% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	2	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções

constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 023, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Decreto PMI nº 155/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- zelar pela aplicação do plano diretor do município;
- coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
- gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;
- zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;

- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de

competência da

respectiva Diretoria;

- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado

na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que

lhe são subordinados;

- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 156.2013

DECRETO PMI Nº 156, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca - SEAP, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- II – preservação e conservação do solo e da água no meio rural;
- III – prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- IV – estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- V – estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- VI – efetuar a implantação do horto florestal;
- VII – motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Departamento de Agricultura

Departamento de Pecuária

Supervisão de Inspeção Municipal

III – órgão colegiado:

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Supervisor(a)	1	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 024, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Decreto PMI nº 156/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- preservação e conservação do solo e da água no meio rural;
- prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- efetuar a implantação do horto florestal;
- motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;



- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno;
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas

Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado

na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que

dependam de decisão de autoridade superior;

- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob

sua supervisão;

- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 157.2013

DECRETO PMI Nº 157, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Cultura - SE-CULT, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Cultura, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Cultura compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – constituir o Plano Municipal de Cultura integrado aos planos nacional e estadual, com participação de todos os segmentos da sociedade envolvidos na atividade cultural;
- II – contribuir para a implementação de políticas públicas de cultura em âmbito global, nacional e estadual;
- III – reforçar a importância da economia da cultura e a centralidade da cultura como fator de desenvolvimento no mundo contemporâneo;
- IV – fortalecer todas as manifestações da cultura local e promover o intercâmbio cultural com outras cidades da região;
- V – consolidar o papel da cultura como um importante vetor de desenvolvimento da cidade, atuando conjuntamente com outros órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil;
- VI – incorporar as políticas públicas de cultura à dinâmica urbana e ao processo de desenvolvimento da cidade, considerando a diversidade cultural (multiculturalidade) um dos pilares fundamentais para a sustentabilidade da cidade;
- VII – atuar de forma transversal com as áreas do turismo, do planejamento urbano, do meio ambiente, da segurança pública e do desenvolvimento econômico e social;
- VIII – priorizar investimentos para o setor através de parcerias institucionais e patrocínios empresariais;
- IX – promover a diversificação das fontes de financiamento e a descentralização dos recursos públicos para a cultura;
- X – democratizar e descentralizar as ações culturais, atuando em todos os bairros da cidade;
- XI – implementar políticas que valorizem a informação, a formação e a profissionalização da cultura como construção da cidadania;
- XII – participar ativamente do processo de construção do Sistema Nacional de Cultura, priorizando a estruturação e implementação do Sistema Municipal de Cultura;
- XIII – realizar as Conferências Municipais de Cultura e participar ativamente das Conferências Estaduais e Nacionais.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Cultura tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Diretoria de Desenvolvimento Cultural

Departamento de Inclusão Cultural da Pessoa Idosa

Departamento do Patrimônio Artístico, Arquitetônico e Cultural

Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, Livros, Leitura e Literatura

Gerência da Usina do Saber

1. Supervisão de Estudo da Cultura Açoriana

2. Supervisão do Arquivo Histórico Municipal

III – órgão colegiado:

Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Cultura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Cultura ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	1	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	1	50% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	2	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 025, de 21 de outubro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Decreto PMI nº 157/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- constituir o Plano Municipal de Cultura integrado aos planos nacional e estadual, com participação de todos os segmentos da sociedade envolvidos na atividade cultural;
- contribuir para a implementação de políticas públicas de cultura em âmbito global, nacional e estadual;
- reforçar a importância da economia da cultura e a centralidade da cultura como fator de desenvolvimento no mundo contemporâneo;
- fortalecer todas as manifestações da cultura local e promover o intercâmbio cultural com outras cidades da região;
- consolidar o papel da cultura como um importante vetor de desenvolvimento da cidade, atuando conjuntamente com outros órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil;
- incorporar as políticas públicas de cultura à dinâmica urbana e ao processo de desenvolvimento da cidade, considerando a diversidade cultural (multiculturalidade) um dos pilares fundamentais para a sustentabilidade da cidade;
- atuar de forma transversal com as áreas do turismo, do planejamento urbano, do meio ambiente, da segurança pública e do desenvolvimento econômico e social;
- priorizar investimentos para o setor através de parcerias institucionais e patrocínios empresariais;
- promover a diversificação das fontes de financiamento e a descentralização dos recursos públicos para a cultura;
- democratizar e descentralizar as ações culturais, atuando em todos os bairros da cidade;
- implementar políticas que valorizem a informação, a formação e a profissionalização da cultura como construção da cidadania;
- participar ativamente do processo de construção do Sistema Nacional de Cultura, priorizando a estruturação e implementação do Sistema Municipal de Cultura;
- realizar as Conferências Municipais de Cultura e participar ativamente das Conferências Estaduais e Nacionais.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;

- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos

jurisdicionados administrativos;

- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;

- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 158.2013

DECRETO PMI Nº 158, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer- SESPORT, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Esporte e Lazer compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
- II – efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- III – promover as ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;

IV – manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;

V – elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;

VI – constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;

VII – promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;

VIII – incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Diretoria de Desenvolvimento do Esporte

Departamento de Esportes

Supervisão de Projetos Sócioesportivos

c) Departamento de Lazer e Inclusão Social

III – órgão colegiado:

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Supervisor(a)	1	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 026, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Decreto PMI nº 158/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
- efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- promover as ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
- incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação

geral;

- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;

- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 159.2013

DECRETO PMI Nº 159, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretarias Municipais de Desenvolvimento Regional/Norte – SDR/Norte, Desenvolvimento Regional/Sul e de Desenvolvimento Regional Oeste e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Regional/Norte – SDR/Norte, Desenvolvimento Regional/Sul e de Desenvolvimento Regional Oeste, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º Às Secretarias Municipais de Desenvolvimento Regional/Norte – SDR/Norte, Desenvolvimento Regional/Sul e de Desenvolvimento Regional Oeste compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento regional municipal sustentável;
- estabelecer estratégias de integração dos bairros de sua abrangência, com a participação das organizações representativas dos mesmos;
- propor diretrizes e prioridades, em consonância com o

Planejamento Estratégico Municipal, em articulação com os demais órgãos municipais;

IV – exercer as atividades de secretaria-executiva dos Conselhos das Regiões de Planejamento de sua abrangência, bem como dos Conselhos Locais de Saúde;

V – atuar na estruturação, implantação e manutenção da infraestrutura urbana da região.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Seção I

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/NORTE

Art. 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Norte tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Departamento de Infraestrutura Regional/Norte

Gerência de Vias Públicas

III – órgão colegiado:

Conselho da Região de Planejamento V/Norte

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Norte para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

Seção II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SUL

Art. 5º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul – SDR/Sul tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Diretoria de Desenvolvimento Regional/Sul

Coordenadoria de Desenvolvimento Social Regional

III – órgão colegiado:

a) Conselho da Região de Planejamento I/Sul

Art. 6º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

Seção III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE

DESENVOLVIMENTO REGIONAL/OESTE

Art. 7º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Oeste – SDR/Oeste tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Diretoria de Desenvolvimento Regional/Oeste

Departamento de Infraestrutura Regional/Oeste

Departamento de Apoio Operacional/Oeste

III – órgão colegiado:

Conselho de Planejamento da Região IV/Oeste

Art. 8º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Oeste para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS DAS SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Seção I

DOS QUADROS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/NORTE

Art. 9º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Norte atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	1	75% do salário-base do servidor de carreira

Seção II

DOS QUADROS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS DA SECRETARIA DE

DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SUL

Art. 10. Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Coordenador(a)	1	50% do salário-base do servidor de carreira

Seção III**DOS QUADROS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL/OESTE**

Art. 11. Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Oeste atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 12. Fica revogado o Decreto PMI nº 027, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Decreto PMI nº 159/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções**I - Cargos em Comissão:**

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento regional municipal sustentável;
- estabelecer estratégias de integração dos bairros de sua abrangência, com a participação das organizações representativas dos mesmos;
- propor diretrizes e prioridades, em consonância com o Planejamento Estratégico Municipal, em articulação com os demais órgãos municipais;
- exercer as atividades de secretaria-executiva dos Conselhos das Regiões de Planejamento de sua abrangência, bem como dos Conselhos Locais de Saúde;
- atuar na estruturação, implantação e manutenção da infraestrutura urbana da região.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;

- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua

responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;

- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 160.2013

DECRETO PMI Nº 160, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Governo - SE-GOV, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Governo, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Governo compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas;

II – executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;

III - assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;

IV – representação, atendimento e articulação política e social;

V – serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;

VI – coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;

VII – integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;

VIII - orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;

IX – constituir projetos estratégicos para o Município e buscar o meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Governo tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Gabinete do Prefeito
 - b) Secretaria Executiva
 - c) Departamento de Cerimonial
 - e) Departamento de Eventos
 - f) Secretaria Especial de Comunicação
 - g) Diretoria de Projetos e Ações Estratégicas
1. Gerência de Captação de Recursos

III – órgão colegiado:

Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Governo para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Governo ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Secretário(a) Especial	Secretaria Especial	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Motorista Executivo	Gratificação	1.400,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	1	75% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 028, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Decreto PMI nº 160/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas;
- executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- representação, atendimento e articulação política e social;
- serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;
- constituir projetos estratégicos para o Município e buscar o meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais,



relativas à área de sua competência;

- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;

- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente

aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 161.2013

DECRETO PMI Nº 161, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município -PGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Procuradoria Geral do Município compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;

II – emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;

III – redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Procuradoria Geral do Município tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Procurador Geral: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Departamento de Atos Contratuais

Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor

Procuradoria

Gerência do Contencioso Trabalhista

Gerência do Contencioso Tributário**III – órgão colegiado:****a) Conselho Municipal de Defesa do Consumidor**

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Governo para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Procurador(a)	Procuradoria	4	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	2	75% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 029, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Decreto PMI nº 161/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções**I - Cargos em Comissão:**

Denominação: Procurador(a) Municipal

Descrição Específica:

- defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;
- emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
- redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade

na realização das despesas;

- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que

lhe são subordinados;

- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;

- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 162.2013

DECRETO PMI Nº 162, de 21 de outubro de 2013.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Controladoria Geral do Município -CGM,

e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Controladoria Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Controladoria Geral do Município compete assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção, ao combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Controladoria Geral do Município tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Controlador Geral: Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Coordenadoria de Auditoria

1.Supervisão de Apoio Institucional ao Controle Social

III – órgão colegiado:

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Controladoria Geral para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Controladoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Controladoria Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Controlador(a)	Controladoria	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a)	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00

II – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Coordenador(a)	1	50% do salário-base do servidor de carreira

Supervisor(a)	1	25% do salário-base do servidor de carreira
---------------	---	---

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 030, de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de novembro de 2013.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único
(Decreto PMI nº 162/2013)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Controlador(a) Municipal

Descrição Específica:

À Controladoria Geral do Município compete assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção, ao combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de

controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;

- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver

vinculado a programação de trabalho da Diretoria;

- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II – Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III – Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Decreto PMI Nº 163.2013

DECRETO PMI Nº 163, de 21 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
Secretaria Municipal de Educação		
Manutenção do FUNDEB		
12.361.0009-2.007		
3.1.90.00.00.00.00.00.0165 (0031)	Aplicações Diretas	500.000,00
TOTAL		500.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Transferências do FUNDEB apurados no exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 164.2013

DECRETO PMI Nº 164, de 21 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais), para novos itens-orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Gabinete do Prefeito

Manutenção do Gabinete do Prefeito

04.122.0002-2.002

3.1.90.00.00.00.00.00.0172 (0184) Aplicações Diretas 40.000,00

Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública

Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

3.1.90.00.00.00.00.00.0172 (0185) Aplicações Diretas 130.000,00

Secretaria Municipal da Fazenda

Manutenção da Secretaria da Fazenda

04.123.0004-2.004

3.1.90.00.00.00.00.00.0172 (0186) Aplicações Diretas 130.000,00

Secretaria Municipal de Educação

Manutenção da Educação Infantil

12.365.0009-2.008

3.1.90.00.00.00.00.00.0172 (0187) Aplicações Diretas 260.000,00

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Manutenção da SEINFRA

04.122.0007-2.017

3.1.90.00.00.00.00.00.0172 (0188) Aplicações Diretas 100.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA

Manutenção do Fundo de Assistência Social

08.422.0013-2.078

3.1.90.00.00.00.00.00.0163 (0029) Aplicações Diretas 100.000,00

TOTAL 760.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit financeiro de recursos próprios apurados no exercício de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 165.2013

DECRETO PMI Nº 165, de 23 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei 4.266, de 23 de outubro de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 7.753,00 (sete mil e setecentos e cinquenta e três reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT

Manutenção da SECULT

13.122.0011-2.139

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0161) Aplicações Diretas 5.400,00

Vivendo a Melhor Idade

13.392.0011-2.144
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0167) Aplicações Diretas 2.353,00
Total 7.753,02

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação total das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SECULT

Reequipamento da Biblioteca Municipal

13.392.0011-2.141

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0164) Aplicações Diretas 3.403,00
Cultura Itinerante

13.392.0011-2.142

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0165) Aplicações Diretas 4.350,00
Total 7.753,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 166.2013

DECRETO PMI Nº 166, de 30 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 14.048,80 (quatorze mil e quarenta e oito reais e oitenta centavos), para novos itens orçamentários, como segue:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Saúde no Prato - Aluno Saudável - Fundamental/Infantil

12.306.0009-2.103

3.3.90.00.00.00.00.00.00710 (0178) Aplicações Diretas 2.179,47

Saúde no Prato - Aluno Saudável - Fundamental/Infantil

12.306.0009-2.103

3.3.90.00.00.00.00.00.00215 (0179) Aplicações Diretas 7.683,61

Saúde no Prato - Aluno Saudável - Fundamental/Infantil

12.306.0009-2.103

3.3.90.00.00.00.00.00.00203 (0180) Aplicações Diretas 4.082,88

Saúde no Prato - Aluno Saudável - Fundamental/Infantil

12.306.0009-2.103

3.3.90.00.00.00.00.00.00209 (0181) Aplicações Diretas 102,84

Total 14.048,80

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 167.2013

DECRETO PMI Nº 167, de 31 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 245.029,57 (duzentos e quarenta e cinco mil e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos), para novos itens orçamentários, como segue:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Construção, Reforma, Ampliação de Unidades Escolares - Fundamental

12.361.0009-1.005

4.4.90.00.00.00.00.00.00202 (0182) Aplicações Diretas

112.955,74

Manutenção do S.O.M.E.

12.361.0009-2.009

3.3.90.00.00.00.00.00.00202 (0183) Aplicações Diretas

132.073,83

Total 245.029,57

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos do Salário Educação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, apurados de exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 168.2013

DECRETO PMI Nº 168, de 30 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Manutenção do S.O.M.E.

12.361.0009-2.009

3.3.90.00.00.00.00.00.00168 (0035) Aplicações Diretas

100.000,00

Total 100.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos do Salário Educação do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação - FNDE, apurados no exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 169.2013

DECRETO PMI Nº 169, de 30 de outubro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Manutenção do Ensino Infantil

12.365.0009-2.008

3.3.50.00.00.00.00.00.0112 (0047) Aplicações Diretas

100.000,00

Total 100.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da Anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Manutenção do Ensino Infantil

12.365.0009-2.008

3.3.90.00.00.00.00.00.0112 (0048) Aplicações Diretas 100.000,00

Total 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 170.2013

DECRETO PMI Nº 170, de 01 de novembro de 2013

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.271, de 01 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$

17.287,65 (dezesete mil e duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAP
Manutenção da Secretaria de Agricultura

20.122.0006-2.021

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0090) Aplicações Diretas 10.000,00

Manutenção da Secretaria de Agricultura

20.122.0006-2.021

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0091) Aplicações Diretas 7.287,65

Total 17.287,65

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAP
Horto Florestal

20.601.0006-2.019

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0092) Aplicações Diretas 10.000,00

Correção de Solo para Agricultura

20.601.0006-2.022

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0093) Aplicações Diretas 3.000,00

Implantação Sistema Inseminação Artificial

20.602.0006-1.015

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0094) Aplicações Diretas 4.287,65

Total 17.287,65

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de novembro de 2013.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 171.2013

DECRETO PMI Nº 171, de 01 de novembro de 2013

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.273, de 01 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL - SEDURB

Cadastramento Imobiliário Geo-referenciado

15.452.0007-2.028

4.4.90.00.00.00.00.00.0138 (0175) Aplicações Diretas

1.250.000,00

Total 1.250.000,00

Art. 2º Os recursos para cobrirem a abertura de crédito especial do artigo 1º correrão por conta da Operação de Crédito com o BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina, autorizada através da Lei Municipal nº 4.260, de 17 de outubro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de novembro de 2013.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

Decreto PMI Nº 172.2013

DECRETO PMI Nº 172, de 05 de novembro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.274, de 05 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ

Manutenção da Secretaria da Fazenda

04.123.0004-2.004

4.4.50.00.00.00.00.00.0080 (0177) Transf. a Inst. Priv. s/Fins Lucrativos 4.000,00

Total 4.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ

Manutenção da Secretaria da Fazenda

04.123.0004-2.004

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (0012) Transf. a Inst. Priv. s/Fins Lucrativos 4.000,00

Total 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2013.

ELÍSIO SGROTT

Prefeito Interino

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 173.2013

DECRETO PMI Nº 173, de 12 de novembro de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.279, de 12 de novembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 53.634,95 (cinquenta e três mil e seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

SECR. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEINFRA

Manutenção da Seinfra

04.122.0007-2.017

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0074) Aplicações Diretas 26.040,23

Manutenção da Seinfra

15.451.0007-2.018

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0081) Aplicações Diretas 27.594,72

Total 53.634,95

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECR. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEINFRA

Pavimentação de Vias Públicas

15.451.0007-1.010

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0078) Aplicações Diretas 53.634,95

Total 53.634,95

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de novembro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI Nº 039.2013

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 039, de 22 de outubro de 2013.

Altera representação de órgão municipal no Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e de acordo com a Lei Municipal n.º 2.117/2001, de 28 de fevereiro de 2001, com redação alterada pela Lei nº 3.840, de 29 de dezembro de 2010,

Considerando o pleito inserido no Processo Administrativo nº 7914/2013, da Secretaria Municipal da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Em substituição aos Conselheiros Titulares e Suplentes, membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE, nomeados através da Portaria PMI nº 156/2010, ficam nomeados os membros abaixo citados:

Um representante de outro segmento da Sociedade:

Titular: Sra. Liliame Ramos de Carvalho, substituindo o Sr. Rafael da Rosa Pires,

Suplente: Sr. João Batista Laurindo, substituindo a Sra. Maria Luiza Ribeiro Petrassem.

Um representante dos Pais e Alunos:

Titular: José Natalino de oliveira, substituindo o Sr. Paulo Sérgio E. Bento

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de outubro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 668/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 668, de 12 de novembro de 2013.
Dispõe sobre a Demissão de Agente de Combate às Endemias - PCAA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 19 de março de 2009, através do Processo Seletivo Público Edital - 01/2007, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Daniele Sossegolo Cruz	Agente de Combate às Endemias - PCAA	014.145.880-11	08/11/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 08 de novembro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 12 de novembro de 2013.
LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 669/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 669, de 12 de novembro de 2013.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora GIANE SILVEIRA DE SOUZA COELHO, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 764.569.869-15, admitida em 07 de junho de 1994, contrato nº 178, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo Períodos de Fruição
1999 a 2004 22.10.2013 a 19.01.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 22 de outubro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de novembro de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 21/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 125/2013
DISPENSAS Nº 21/2013

Objeto: Prestação de serviço de manutenção do elevador castelo, através de serviços técnicos especializados no equipamento existente nas dependências do imóvel onde funciona a Prefeitura Municipal de Imbituba.

Valor Total: 640,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 14 de novembro de 2013.
LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 22/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 126/2013
DISPENSAS Nº 22/2013

Objeto: Prestação de serviço de recuperação de parques recreativos infantis localizados nas praças do Paes Leme e da Aguada.

Valor Total: 7.650,00

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 14 de novembro de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretário Municipal

Edital SEAGP Nº 099/2013

EDITAL SEAGP Nº 099/2013
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2009.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2009, divulgado através do Edital nº 006/2009, de 16 de novembro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 06/2009, de 10 de fevereiro de 2010, que homologou os resultados do referido Processo Seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2009, para comparecer ao Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 12 de Novembro a 11 de Dezembro de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento

convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 12 de novembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 099/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde área 01

ALEXSANDRE DA ROSA CORREA

CÂMARA MUNICIPAL

Aviso de Edital de Chamamento Público

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2013

Assunto: Inscrição de profissionais formados ou atuantes nas áreas de comunicação, publicidade ou marketing com o intuito de constituir subcomissão técnica para a contratação de Agência de Propaganda, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010. Para efetivar a inscrição, os interessados deverão comparecer, pessoalmente, de segunda a sexta-feira, até o dia 28/11/2013, das 13h às 19h, na Câmara Municipal de Imbituba, situada na Rua Ernani Cotrin, 555, Centro, Imbituba/SC, CEP: 88780-000, sendo que o Edital, com as normas e documentos exigidos, pode ser obtido no site: www.cmi.sc.gov.br.

Imbituba/SC, 04 de novembro de 2013.

LUIS ANTONIO DUTRA

Presidente

Aviso de Edital de Licitação

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013

A Câmara Municipal de Imbituba, com sede na Rua Ernani Cotrin, nº 555, Centro, Imbituba, inscrita no CNPJ nº 79.680.005/0001-62, por intermédio de seu Presidente, Luis Antônio Dutra, torna público, a quem interessar possa, que fará realizar procedimento licitatório, na modalidade TOMADA DE PREÇOS do tipo MELHOR TÉCNICA E PREÇO para contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços de comunicação social e institucional da Câmara Municipal de Imbituba, com sessão pública para entrega dos envelopes prevista para o dia 19/12/2013, às

14:00hs, sendo que o Edital, com as normas e documentos exigidos, pode ser obtido no site: www.cmi.sc.gov.br.

Imbituba/SC, 04 de novembro de 2013.

LUIS ANTONIO DUTRA

Presidente

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 437/2013 de 12 de Novembro de 2.013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A MARIO ROOS, matrícula 484-7, Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias, relativas aos períodos aquisitivos de 2003 a 2008 e 2008 a 2013 gozo de 05/11/2013 a 03/01/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 05 de Novembro de 2013.

Ipumirim - SC, 12 de Novembro de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 438/2013 de 13 de Novembro de 2.013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A IVONE TERESINHA D. LANGE, matrículas 520-7, Licença Prêmio de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2003 a 2008 e gozo de 13/11/2013 a 13/12/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 13 de Novembro de 2013.

Ipumirim - SC, 13 de Novembro de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

Lei Nº 1750/2013

Lei nº 1750 de 13 de Novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.03300 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

T O T A L R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será utilizado a anulação da fonte de recurso 3300 - Superávit do exercício anterior - recursos próprios.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 13 de novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2507/2013

Decreto nº 2507/2013

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.750 de 13 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.03300 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

T O T A L R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será utilizado a anulação da fonte de recurso 3300 - Superávit do exercício anterior - recursos próprios.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 13 de novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Declaração de Inexigibilidade 15/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 77/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 15/2013

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 70/2013 declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação do Sr. Julio Ramos Luz, Leiloeiro Oficial, matriculado sob nº. AARC/162, na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de Alienação de bens inservíveis, em Leilão Público, pertencentes a Prefeitura Municipal. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 12 de novembro de 2013

JOSÉ OSNIR CARDOSO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Extrato Justificativa de Licitação 15/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

PROCESSO LICITATORIO 77/2013

INEXIGIBILIDADE Nº 15/2013

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita contratar leiloeiro(a)s, matriculados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para prestar serviços como leiloeiros, dos bens inservíveis da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme as ações descritas abaixo, sendo obrigações dos Credenciados:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado, para realização do objeto;
2. Auxiliar na avaliação dos bens a serem leiloados;
3. O edital para abertura do Processo de Leilão será de responsabilidade do leiloeiro contratado;
4. Receber os valores dos bens arrematados, e prestar contas destes valores, com a Sra. Bernadete Schuster Longo - Secretaria Municipal da Fazenda, após o ato do leilão.
5. Receber do arrematante, o valor de 5% (cinco por cento), sobre o valor da venda.
6. Caso houver inadimplência pelo arrematante, os valores serão de responsabilidade do contratado.

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Parágrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um numero limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput, artigo 34,

§§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público.

A contratação do Sr. Julio Ramos Luz, dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 12 de novembro de 2013.

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

JOSÉ OSNIR CARDOSO

SINTIA BENDLIN FRANZ

Itá

PREFEITURA

Aviso Processo Licitatório

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº064/2013

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2013

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 03 de dezembro de 2013, para contratação de empresa para construção revitalização do entorno da rodoviária. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 03 de dezembro de 2013 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508 ou 9543.

Itá SC., 13 de novembro de 2013

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Editais de Retificação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO SELETIVO 010/2013

1º EDITAL DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº001

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Por Lei, torna público aos interessados a alteração do item 2.1.1 do Processo Seletivo 010/2013 habilitação cargo de zelador. Íntegra do Edital e outras informações na Prefeitura Municipal de Itá (SC), telefone (49) 3458-9500, e na internet no sítio "http://www.ita.sc.gov.br".

Itá (SC), em 12 de novembro de 2013

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal.

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Edital

Processo Licitatório nº 53/2013 - Pregão Presencial nº 39/2013 - Objeto: registro de preços para aquisição de materiais para fabricação de tubos de concreto e lajotas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 28 de novembro de 2013, até às 09hs20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 28 de novembro de 2013, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaipolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 12 de novembro de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Termo de Compromisso

Processo Licitatório nº 46/2013 - Concorrência nº 1/2013 - Termo de Compromisso de Incentivo Industrial, na forma de Concessão de Direito Real de Uso sobre Bem Imóvel, para instalação de indústria. Empresa: Itaplast Indústria e Comércio de Materiais Plásticos Novos e Reciclados Ltda., para instalação de uma unidade de: I) fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico; II) recuperação de materiais plásticos; III) comércio de fitas, fitilhos, cordas, plástico filme e materiais plásticos em grão. Do Compromisso da Empresa: gerar e manter nos primeiros dois anos de atividade, no mínimo 30 empregos diretos e no terceiro ano mais 72 vagas, com faturamento médio de no mínimo R\$ 9.129.648,00 por no mínimo 05 anos. Do Prazo: 10 anos.

Itaiópolis, 04/11/2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso de Licitação

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIO-POLIS/SC; Processo Licitatório Nº 10/2013, Pregão Eletrônico nº 07/2013. Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos diversos para uso na FHMSA. Data para recebimento das propostas até às 12:00horas do dia 28 de novembro de 2013. Exclusivamente por meio do sistema eletrônico no site www.bl.org.br. Data e hora para sessão dos lances: dia 29 de novembro de 2013 às 08:30horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis www.itaipolis.sc.gov.br. Maiores informações no Fundo Municipal de Saúde fone 047 3652 1787.

LIANDRA TERESINHA KOPPE

Administradora Hospitalar.

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 163/2013, cujo objeto é a aquisição de 01 chassi de caminhão 4 x 2, novo, zero km, para posterior transformação em veículo de combate a incêndio para o Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga, conforme convenio nº 2013TR3315, Estado de Santa Catarina/Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 29 de novembro de 2013. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 13 de novembro de 2013.
Inacio Oswald
Prefeito Municipal em Exercício

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Sessão Pública

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Data 13/11/2013 Horário 09h30min
Licitação /
Modalidade PREGÃO Nº 54/2013
103/2013

OBJETO:

Contratação de empresa especializada em telecomunicações para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal-SMP, com fornecimento de aparelhos telefônicos celulares em regime de comodato.

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e treze, às 09h30min, na Sede da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, reuniram-se a Sra. Pregoeira Oficial conforme Decreto Municipal nº 1896/2013, Sra. Fernanda Cristina Rosa a Equipe de apoio, composta por Isabela Raíck Dutra Pohl e Susinei Ribeiro Schultz, para os procedimentos inerentes a Sessão de Pregão em epígrafe, conforme Edital respectivo e seus anexos. A Pregoeira deu início à sessão constatando que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame Foi DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada às 10h:00min.

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

ISABELA RAÍCK DUTRA POHL
Membro

SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ
Membro

Jacinto Machado

PREFEITURA

Lei Nº. 703 de 13 de Novembro de 2013.

LEI Nº. 703 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO SAMAE PARA O EXERCÍCIO DE 2013 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento do SAMAE, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 27.400,00 (Vinte e sete mil e quatrocentos reais), como segue:

Órgão 13: SAMAE

Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

Atividade 2.047: Manutenção Operacional e Administrativa do SAMAE

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0040(07) - Aplicações Diretas R\$ 27.400,00

TOTAL: R\$ 27.400,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrá por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

Órgão 13: SAMAE

Unidade 01: SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

Projeto 1.044: Ampliação Sistema Abastecimento de Água - Sede e Comunidades

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0040(01) - Aplicações Diretas R\$ 4.900,00

Projeto 1.045: Implantação e Ampliação Sistema de Esgotamento

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0040(03) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto 1.046: Aquisição de Equipamentos e Utilitários

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0040(05) - Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

TOTAL: R\$ 27.400,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC),

13 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Lei Nº. 704 de 13 de Novembro de 2013.

LEI Nº. 704 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2013 POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 290.000,00 (Duzentos e noventa mil reais), como segue:

Órgão 02: Gabinete do Prefeito

Unidade 01: GABINETE DO PREFEITO

Atividade 2.003: Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0080(02) - Aplicações

Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL: R\$ 60.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade 01: DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

Atividade 2.005: Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0080(09) - Aplicações

Diretas R\$ 90.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080(12) - Aplicações

Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL: R\$ 140.000,00

Órgão 06: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Atividade 2.033: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0080(70) - Aplicações

Diretas R\$ 90.000,00

TOTAL: R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 290.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correram por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

Órgão 03: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade 01: DIRETORIA GERAL DA ADM., E PLANEJAMENTO

Projeto 1.006: EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA OPERACIONAL

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0080(07) - Aplicações

Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL: R\$ 60.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade 2.008: Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0695(33) - Aplicações

Diretas R\$ 204.100,00

Unidade 03: DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Atividade 2.018: Implantação dos Projetos "Sou Craque e Domingo na Praça"

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080(64) - Aplicações

Diretas R\$ 10.900,00

TOTAL: R\$ 215.000,00

Órgão 09: SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
Unidade 01: DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Atividade 2.062: Incentivos as Ações de desenvolvimento Turístico

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0080(114) - Aplicações

Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL: R\$ 15.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 290.000,00

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC),

13 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.446 de 11 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 4.446 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

"ADOA CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DE TURMAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 210/2011, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei,

DECRETA:

Art. 1º A adoção dos seguintes critérios para a escolha de turmas pelos professores do quadro efetivo da Rede Municipal de Ensino, lotados nas unidades escolares ou Centros de Educação Infantil, fica assim constituído:

- a) Maior tempo de lotação na unidade escolar;
- b) Maior tempo de serviço efetivo na rede municipal de ensino;
- c) Maior habilitação na área de atuação;
- d) Maior tempo de serviço na rede municipal de ensino;
- e) Sorteio.

Art. 2º A escolha deverá ser realizada na primeira semana de Dezembro do ano letivo anterior.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 11 de novembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 4.447 de 11 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 4.447 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE TAXAS DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), usando das atribuições que são conferidas por LEI,

Art. 1º O prazo para recolhimento da taxa de renovação anual do

Alvará

Sanitário referente ao exercício 2014, para todos os estabelecimentos, será até dia 31/03/2014.

Art. 2º As taxas expedidas para processos de Alvará Sanitário inicial, análise de projeto hidrossanitário para construção, alvará para habitação (habite-se) e demais taxas de expediente, terão vencimento em 30 (trinta) dias contados a partir da data do protocolo dos documentos necessários junto à Divisão de Vigilância Sanitária.

Art. 3º No caso de descumprimento dos prazos fixados no presente decreto serão aplicados encargos de acordo com o disposto no art. 226 da Lei Complementar 31/97 e suas alterações.

Parágrafo único - O não pagamento da taxa de Alvará Sanitário fica sujeito à inscrição em Dívida Ativa do Município ao final do exercício financeiro.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 11 de novembro de 2013.

RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PL 118/2013/PMJ - PP 67/2013/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para dar publicidade aos atos oficiais exarados pela Administração Pública Municipal, em órgão de imprensa escrita (jornal de circulação estadual), com circulação diária. Forma de Julgamento: Menor preço. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 29/11/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 29/11/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de novembro de 2013.

RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE**Contrato JHL 0108/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0108/2013
TERMO DO SEXTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0059/2011
PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0029/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2011

PROTOCOLO Nº 1888/2011

Data: 24/06/2013

Objeto: ACRÉSCIMO DE VALORES PARA SEGURAR VEÍCULO RE-NAULT MASTER ADQUIRIDO PELO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.

Contratado: GENTE SEGURADORA S/A

Valor do Contrato: R\$ 407,86 (Quatrocentos e sete reais e oitenta e seis centavos).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.00

Prazo de vigência: 12/11/2013 a 14/08/2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Lages**PREFEITURA****Dispensa de Licitação 161/2013 - PML**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 161/2013

ATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação sob n.º 161/2013 - PML para a Celebração de um Contrato com a Empresa CMV CONSTRUÇÕES MECÂNICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 87.175.824/0001-80 com sede a Avenida das Indústrias, 940 - Distrito Industrial, na cidade de Cachoeirinha/RS, para aquisição de 02 (duas) unidades de Varredora Coletora, pelo valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 12 Novembro de 2013.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 12 de Novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

PP 48-2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade:PP48-2013SMS

Objeto: Aquisição de Equipamentos Para o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 28/11/2013 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 70.860,14

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 12 de novembro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Contrato 350/2011 - 2º Termo Aditivo - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 350/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: PRANDI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 06.224.123/0001-92, com sede à Rua Henrique Osvald n.º 295 - Lages/SC - cep:88.506-000 - fone:32271118.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia, Tipo Menor Preço Global, para Prestação de Serviço de Construção do Setor Administrativo Do Parque Ecológico de Lages, SC, com fornecimento de material, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia, Tipo Menor Preço Global, para Prestação de Serviço de Construção do Setor Administrativo Do Parque Ecológico de Lages, SC, com fornecimento de material, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital.1- DO ACRESCIMO DE SERVIÇOS: - Ficam acrescidos os serviços complementares para conclusão da obra conforme alterações no projeto e planilhas quantitativas do Engenheiro Civil Sr. Dieferson Branger CREA - SC nº 096024-8, em apenso, no valor de R\$ 48.879,80 (quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).

Lages, 06 de novembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 02/2013 - SEMASA - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 02/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: CONSORCIO ARAUCÁRIA, inscrito no CNPJ sob n.º 17.331.790/0001-90, estabelecido à Rua Saldanha Marinho n.º 116 - 3º andar Ed. Liberal Center, Florianópolis/SC - cep: 88.010-450.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

A Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para o Gerenciamento, Supervisão, Fiscalização, Supervisão Ambiental e desenvolvimento dos Projetos Executivos, As Built, Readequações e demais Estudos Complementares, relativos Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário Araucária, redes coletoras, ligações domiciliares, estações elevatórias e estação de tratamento no município de Lages-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

As partes contratadas entre si, qualificadas no preâmbulo do contrato original, em comum acordo, com base no inciso XI do artigo 40 da Lei n.º 8.666/93, combinado com artigo 28, § 1.º da Lei n.º

9.069/95 c/c os arts. 2.º e 3.º da Lei n.º 10.291/2001, acatando a solicitação da empresa contratada, o município reajusta o valor contratual, inicial, em 6,2888% (seis virgula vinte e oito e oitenta por cento e oitenta e oito décimos), índice do IGP-DI, relativo ao período de 18 de junho de 2012, data da apresentação da proposta, à 18 de junho de 2013, conforme planilha da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento, em anexo.

Lages, 11 de novembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contrato 360/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 360/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MADRUGA EMPREITERA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.274.438/0001-93, estabelecida à Av. Marechal Floriano, 1.500 - centro, em Lages/SC - CEP: 88.501-102.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Recuperação da Ponte sobre o Rio Pelotinhas, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

31/11/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 31.767,56 (trinta e um mil e setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Lages, 04 novembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 361/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 361/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELETRO PAMPA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 85.168.383/0001-64, com sede à Av. João Goulart, n.º 56 - nesta cidade de Lages/SC - CEP: 88.521-000.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para a Instalação da Iluminação Pública do Canteiro Central da Avenida Santa Catarina, com fornecimento de material, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 392/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

06/11/2013 à 31/12/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais).

Lages, 04 novembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 362/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 362/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.703.684/0001-50, com sede à Rua Antonio Edu Vieira n.º 646 - Sala 01, Lages/SC - CEP:88.508-300 - fone:99831026.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Reforma do Ginásio de Esportes, Construção de Depósito e Construção de sala AEE na EMEB Santa Helena, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 390/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

06/11/2013 à 06/05/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 170.828,97 (cento e setenta mil e oitocentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos).

Lages, 07 novembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 363/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 363/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.052.006/0001-51, com sede à Av. Armando Pereira de Souza n.º 101, sala 02 Bairro Poço Rico - Otacílio Costa/SC - CEP: 88.540-000 - fone: 49 - 32751613.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Reforma da Quadra Poliesportiva do CAIC Irmã Dulce e Reforma da Escola EMEB Aline Giovana Schmitt, nesta cidade de Lages, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 393/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

07/11/2013 à 07/07/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 140.029,40 (cento e quarenta mil e vinte e nove reais e quarenta centavos).

Lages, 11 novembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 364/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 364/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CMV CONSTRUÇÕES MECÂNCIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 87.175.824/0001-80, estabelecida à Av. das Indústrias, nº 940, em Cachoeirinha/RS - CEP: 94.930-230.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Aquisição de 02 (duas) Varredora Coletora para uso da Secretaria

Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos. CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

12/11/2013 à 31/12/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) por unidade, perfazendo um total de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) .

Lages, 12 novembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 365/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 365/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.052.006/0001-51, com sede à Av. Armando Pereira de Souza n.º 101, sala 02 Bairro Poço Rico - Otacílio Costa/SC - CEP: 88.540-000 - fone: 49 - 32751613.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Reforma da Escola Municipal de Educação Básica Suzana Albino França, nesta cidade de Lages, com fornecimento de material e mão-de-obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 394/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

07/11/2013 à 07/07/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 145.516,37 (cento e quarenta e cinco mil e quinhentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos).

Lages, 11 novembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Lauro Muller**PREFEITURA****Termo de Homologação TP 58/2013**

Termo de Homologação TP 58/2013

O(a) Prefeito Municipal, FABRICIO KUSMIN ALVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Nr.: 82/2013

Licitação Nr.: 58/2013-TP

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para prestação de serviço de terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras de arte com corrente e obras complementares, na rua Amaral Radio trecho 1 Lauro Muller /SC.

Fornecedor Vencedor: PAVIMENTADORA ALFA LTDA

Valor: 371.509,64 (trezentos e setenta e um mil quinhentos e nove reais e sessenta e quatro centavos).

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Termo de Homologação TP 59/2013

Termo de Homologação TP 59/2013

O(a) Prefeito Municipal, FABRÍCIO KUSMIN ALVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:
Processo Nr.: 83/2013
Licitação Nr.: 59/2013-TP
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para prestação de serviço de terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras de arte com corrente e obras complementares, na rua Amaral Radio trecho 1 Lauro Muller /SC.

Fornecedor Vencedor: PAVIMENTADORA ALFA LTDA

Valor: 295.688,72 (duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e dois centavos)

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Termo de Homologação TP 80/2013

Termo de Homologação TP 57/2013

O(a) Prefeito Municipal, FABRÍCIO KUSMIN ALVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:
Processo Nr.: 80/2013
Licitação Nr.: 57/2013-TP
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Objeto da Licitação: Ampliação da escola municipal hiliario pescador com a construção de duas salas de aula obdecendo integralmente as especificações e determinações previstas no termo de referencia planilha orçamentaria memorial descritivo e nos termos da minuta contratual, que independentemente da transcrição são partes integrantes do certrame.

Fornecedor Vencedor: CONSTRUTORA NELGUI LTDA

Valor: 125.577,20 (cento e vinte e cinco mil quinhentos e setenta e sete reais e vinte centavos).

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Classificação Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2013

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013

ANOS INICIAS 1º AO 5º ANO
CANDIDATO COM ESPECIALIZAÇÃO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Marcia Helena da Silva Fernandes	46
2º	Marivalda Hoffman da Cruz	46
3º	Elizabeth Jorge	46
4º	Enrica Aparecida Silva e Silva	46
5º	Luciane Vicente	43
6º	Ana Regina Gertrudes de Carvalho	43
7º	Inês do Livramento Spricigo	43
8º	Denise Letícia Fontanella Losso	43
9º	Terezinha Fontanela Felizardo	40
10º	Iones das Graças Velho	40
11º	Cinara dos Santos	40
12º	Vanderléia Batista Velho	40
13º	Ana Maria Nesi	40
14º	Marilene Izidoro Honorato do Nascimento	40
15º	Ivone Soligo Machado	40
16º	Jucelane Velho Gomes	40
17º	Eva Aparecida Citadin	37
18º	Débora Cristina Bittencourt Tournier	37
19º	Janaina Vieira	35
20º	Carla de Fátima Bez Batti	34
21º	Aline Riguetto Tasca	34
22º	Mirian Teixeira Zanini	34
23º	Maria Eloisa Vicente	34
24º	Andresa Gonçalves Martins Coan	31
25º	Daiane da Silva Redivo Mazon	31
26º	Alessandra Antunes do Livramento	31
27º	Solange Warmeling Moraes da Luz	31
28º	Rosinete Aparecida Bagio Fernandes	31
29º	Adriana Amaral Santos Galini	31
30º	Denise de Souza Cassão	31
31º	Leila Aparecida Rosa de Souza	31
32º	Fabiana da Silva	31

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013

ANOS INICIAS 1º AO 5º ANO
CANDIDATO COM ESPECIALIZAÇÃO

Classificação	Candidato	Pontuação
33º	Camila Machado	31
34º	Thaise Liecheski Cardoso	30
35º	Rosinara Flor Citadin	30
36º	Claudia Citadin	28
37º	Grasiele Piat	28
38º	Juliana Pinheiro de Assunção	28
39º	Terezinha Carboni Fontanela	28
40º	Mariléia Machado de Souza	28
41º	Ingrid de Souza Paganini	28
42º	Maritsa Tounier Tavares	28
43º	Raquel Carminatti	28
44º	Julia Nazaro	28
45º	Luana Possoli	28
46º	Camila Salvador	28
47º	Andreia Doris Tancredo Benedet	28
48º	Gerusa de Oliveira Betta	28
49º	Debora de Oliveira Spindola	25
50º	Edna Carboni	25
51º	Deise Cardoso	25
52º	Alessandra Schug	25
53º	Fernando Campos Lima	22

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013

ANOS INICIAS 1º AO 5º ANO
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Jucemar Isabel Rossi Gabriel	34
2º	Marcia Carboni	26
3º	Camila Ramos Cardoso da Silva	25
4º	Elisiane Velho	23
5º	Elanea de Araujo	20
6º	Juliana Spindola Maximiano	17
7º	Rosilda da Silva Antunes Acorde	17
8º	Paulo Cesar Joaquim de Carvalho	16
9º	Eluciane Aparecida Polidoro	16
10º	Laiane Aparecida Padilha Machado Melo	13
11º	Mabel Gomes Mota	13
12º	Vanderlei José Fleck	10
13º	Adriana Demarck	10

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013
ANOS INICIAS 1º AO 5º ANO
CANDIDATO ESTUDANTE DE PEDAGOGIA

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Marieli Mutini	21
2º	Maria de Lurdes Ribeiro Cesconeto	19
3º	Michelle Mouro Danielski da Luz	18
4º	Giseli Miguel	15
5º	Caciana Espindola da Silva	15
6º	Marina Meis	15
7º	Cristiane de Oliveira Novaski	15
8º	Lia Betim do Prado Salvador	15
9º	Taise de Jesus Ferreira Damasio	15
10º	Karini Ramos Cardoso da Silva	14
11º	Giselle da Silva Costa	14
12º	Jucenara Bernadino da Rosa	13
13º	Luciana Mattos	13
14º	Daiani dos Santos	13
15º	Tânia da Silva Machado	13
16º	Gisele Fernandes Madeira	13
17º	Ludmar Floriano	13
18º	Helen Tanise Piuco Antunes	13
19º	Tiane Fenili Monteiro	13
20º	Morgana Heinzen	13
21º	Valdirene Alves Espindola	12
22º	Samara da Silva	12
23º	Schirlei Schimitz de Oliveira Pereira	11
24º	Jucemara Felisbino	10
25º	Eduarda Miranda Machado	09
26º	Monik Rodrigues dos Santos	09
27º	Maria Aparecida Warmeling	09
28º	Priscila Cândido	08
29º	Roseli Elias Pacheco	08
30º	Jessica Cristina Nazaro	08
31º	Micheli Padilha	07
32º	Jéssica Marques da Luz	07
33º	Juçara Aparecida Silveira	06
34º	Roberta Campos dos Santos	06
35º	Lucilene Mendes Borges	06
36º	Lidiani Mendes Borges	06
37º	Samanta Souza Tavares	06

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013
AUXILIAR - ANOS INICIAS
CANDIDATO COM MAGISTÉRIO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Leila Buratte	10
2º	Kelvin Pacheco Braz	10
3º	Eloise Silvano Paim	03
4º	Carolina Durante	03
5º	Gislaine De Fatima Padilha	03
6º	Josiane Pacheco	03
7º	Lais Rosa	03
8º	Maria Rosângela J. Adão	03
9º	Edilene de Souza	03
10º	Giovana Giordane	03
11º	Mariana Possamai Della Colle	03

AUXILIAR - ANOS INICIAS
CANDIDATO CURSANDO MAGISTÉRIO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Rita de Cássia Nowaski	08
2º	Ruan dos Santos	05
3º	Deise da Silva Teixeira	01
4º	Camila Bruck Velho	01
5º	Weliton Vicente	01
6º	Alana Pereira	01

AUXILIAR - ANOS INICIAS
CANDIDATO NÃO HABILITADO – ENSINO MÉDIO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Juçara Aparecida Silveira	-
2º	Cleusa Luciano Cardoso	-
3º	Evelin Beltrame	-
4º	Bruna Machado	-

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013
EDUCAÇÃO INFANTIL
CANDIDATO COM ESPECIALIZAÇÃO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Luciane Vicente	43
2º	Ana Regina Gertrudes de Carvalho	43
3º	Inês do Livramento Spricigo	43
4º	Denise Letícia Fontanella Losso	43
5º	Terezinha Fontanella Felizardo	40
6º	Iones das Graças Velho	40
7º	Cinara dos Santos	40
8º	Vanderléia Batista velho	40
9º	Ana Maria Nesi	40
10º	Marilene F. H. do Nascimento	40
11º	Ivone Soligo Machado	40
12º	Juscelane Velho Gomes	40
13º	Eva Aparecida Citadin	37
14º	Débora Cristina Bittencourt Tournier	37
15º	Janaina Vieira	35
16º	Carla de Fátima Bez Batti	34
17º	Aline Riguette Tasca	34
18º	Fabiana Amaral Santos Guimarães	31
19º	Andresa Gonçalves Martins Coan	31
20º	Daiane da Silva Redivo Mazon	31
21º	Alessandra Antunes do Livramento	31
22º	Solange Warmeling Moraes da Luz	31
23º	Denise de Souza Cassão	31

24º	Adriana Amaral Santos Garlini	31
25º	Fabiana da Silva	31
26º	Thayse Liecheski Cardoso	30
27º	Grasiele Piat	28
28º	Juliana Pinheiro da Silva Assunção	28
29º	Mariléia Machado de Souza	28
30º	Ingrid Jéssica de Souza Paganini	28

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013

EDUCAÇÃO INFANTIL
CANDIDATO COM ESPECIALIZAÇÃO

Classificação	Candidato	Pontuação
31º	Júlia Nazário	28
32º	Luana Possoli	28
33º	Camila Salvador	28
34º	Andréia Dóris Tancredo Benedet	28
35º	Jerusa de Oliveira Betta	28
36º	Débora de Oliveira Espindola	25
37º	Edna Carboni	25
38º	Denise Cardoso	25
39º	Leila Buratte	25
40º	Alessandra Schug	25
41º	Fernando Campos Lima	22

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013

EDUCAÇÃO INFANTIL
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Marcia Carboni	26
2º	Camila Ramos Cardoso	25
3º	Elisiane Velho	23
4º	Elanea de Araujo	20
5º	Maria Luiza Cordeiro	17
6º	Juliana Spindola Maximiano	17
7º	Juselda da Cunha Campos	16
8º	Eluciane Aparecida Polidoro	16
9º	Laiane Aparecida Padilha Machado Melo	13
10º	Mabel Gomes Mota	13
11º	Vanderlei José Fleck	10
12º	Adriana Demarck	10

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013

EDUCAÇÃO INFANTIL
CANDIDATO ESTUDANTE DE PEDAGOGIA

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Maria Inês Gertrudes Mariot	31
2º	Marieli Mutini	21
3º	Fabiani Jorge	19
4º	Michelle Mouro Danielski da Luz	18
5º	Giseli Miguel	15
6º	Caciana Espindola da Silva	15
7º	Vanessa Zanellato	15
8º	Aline Pandini	15
9º	Marina Meis	15
10º	Cristiane de Oliveira Novaski	15
11º	Lia Betim do Prado Salvador	15
12º	Karini Ramos Cardoso da Silva	14

13º	Jaqueline da Silva Nezzi	14
14º	Giselle da Silva Costa	14
15º	Jucenara Bernadino da Rosa	13
16º	Luciana Mattos	13
17º	Tamirez Leal	13
18º	Daiane dos Santos	13
19º	Tania da Silva Machado	13
20º	Giseli Fernandes Madeira	13
21º	Kelen Tanise Piuco	13
22º	Ludmar Floriano	13
23º	Taine Fenili Monteiro	13
24º	Karini Comelli Pacheco	13
25º	Morgana Heinzen	13
26º	Valdirene Alves Espindola	12
27º	Samara da Silva	12
28º	Schirlei Schmitz de Oliveira Pereira	11
29º	Jaqueline Siberino	10
30º	Jucimara Felisbino	10
31º	Angela Rita Fontanella	10
32º	Monik Rodrigues dos Santos	09

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013

EDUCAÇÃO INFANTIL
CANDIDATO ESTUDANTE DE PEDAGOGIA

Classificação	Candidato	Pontuação
33º	Maria Aparecida Warmeling	09
34º	Eduarda Miranda Machado	09
35º	Priscila Candido	08
36º	Roseli Elias Pacheco	08
37º	Jessica Cristina Nazaro	08
38º	Michele Padilha	07
39º	Jéssica Marques de Luz	07
40º	Roberta Campos dos Santos	06
41º	Lucilene Mendes Borges	06
42º	Daniela Beltrame	06
43º	Lidiane Mendes	06
44º	Samanta Souza Tavares	06
45º	Flaviane Goulart Camilo	06
46º	Daniela Beltrame	06
47º	Izadora dos Santos	06
48º	Daniela da Silva Leandro	03

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013

AUXILIAR – EDUCAÇÃO INFANTIL
CANDIDATO COM MAGISTÉRIO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Vanda Nory	19
2º	Fabiane Jarge	19
3º	Carine Nesi Buratti	13
4º	Aline Pandini	10
5º	Jaqueline Siberino	10
6º	Lizandra Josiane de J. Padilha	10
7º	Angela Rita Fontanella Tezza	10
8º	Gizele Paz	08
9º	Farley Eduarda Alves Da Silva	06
10º	Carolina Durante	03
11º	Eloise Silvano Paim	03
12º	Gislaine de Fatima Padilha	03
13º	Lais da Rosa	03

14º	Maria Rosangela Justi Adão	03
15º	Edilene de Souza	03
16º	Flaviane Goulart Camilo	03
17º	Giovana Giordani	03
18º	Josiane Pacheco	03
19º	Mariana Possamai Della Colle	03

**AUXILIAR – EDUCAÇÃO INFANTIL
CANDIDATO CURSANDO MAGISTÉRIO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Rita de Cássia Nowaski	07
2º	Ruan dos Santos Figueiredo	05
3º	Deise da Silva Teixeira	01
4º	Paula Ariele Pacheco	01
5º	Bruna Machado	01
6º	Bruna Adrielle Marcos	01
7º	Camila Bruch	01
8º	Weliton Vicente	01
9º	Alana Pereira	01

**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013**

**AUXILIAR – EDUCAÇÃO INFANTIL
CANDIDATO NÃO HABILITADO - CURSANDO PEDAGOGIA**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Vanessa Zanelatto	15
2º	Tamiris Leal	13
3º	Jaqueline da Silva Nezzi	08
4º	Priscila Candido	08
5º	Karini Comelli Pacheco	07
6º	Daniela Beltrame	06

**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013**

**AUXILIAR – EDUCAÇÃO INFANTIL
CANDIDATO NÃO HABILITADO – EDUCAÇÃO GERAL**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Cleusa Luciano Cardoso	03
2º	Evelin Beltrame	03
3º	Lucia de Fátima Ferreira Angelo	03

**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013**

CANDIDATO – EDUCAÇÃO ESPECIAL

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Naiara Gonçalves Medeiros	15

**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013**

**ANOS FINAIS - MATEMÁTICA
ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Claudia Citadin	24
2º	Rosimere da Rosa Mendes Locatelli	24

3º	Carla Sabrina da Silva	23
4º	Helen Cristina Machado Buratte	22
5º	Gisele Paz	20

**ANOS FINAIS - MATEMÁTICA
CANDIDATOS HABILITADOS EM ÁREAS AFIM COM ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Maria Aparecida Hoffmann	43
2º	Regiane Schimitz de Bittencourt	40

**ANOS FINAIS – MATEMÁTICA
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Carine Nesi Buratte	20

**ANOS FINAIS – MATEMÁTICA
NÃO HABILITADO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Francieli Candido	08

**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013**

**ANOS FINAIS – CIÊNCIAS
ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Grecy Izidoro Jung	37
2º	Leila Aparecida Rosa de Souza	31
3º	Ieda Maria Custódio	22

**ANOS FINAIS – CIÊNCIAS
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO**

1º	Carla Sabrina da Silva	10
2º	Aline Mayara Farias Rodrigues	10

**ANOS FINAIS – CIÊNCIAS
CANDIDATO CURSANDO**

1º	Franciele Candido	08
2º	Lúcia de Fátima Ferreira Ângelo	07
3º	Ema Marchioli dos Santos	06

**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013**

**ANOS FINAIS – LÍNGUA PORTUGUESA
ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Cheila Chagas Vicente Lole	34
2º	Lucas Luciano Medeiros	31
3º	Mádiça Debiasi Felisbino da Silva	31

4º	Claudia Antunes Cardoso	31
----	-------------------------	----

**ANOS FINAIS – LÍNGUA PORTUGUESA
CANDIDATO CURSANDO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Samara Madeira Tavares	13

**ANOS FINAIS – INGLÊS
ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Cheila Chagas Vicente Lole	34
2º	Lucas Luciano Medeiros	31
3º	Mádiça Debiasi Felisbino da Silva	31
4º	Claudia Antunes Cardoso	31

**ANOS FINAIS – INGLÊS
CANDIDATO CURSANDO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Samara Madeira Tavares	13

**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013**

**ANOS FINAIS – ARTES
ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Susiléia Benedet Della Giustina	34
2º	Sonia Maria Rossi	33
3º	Ester Antunes Ferreira	25

**ANOS FINAIS – ARTES
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO**

1º	Maria Lúcia Dias Mendes	25
2º	Rosilda da Silva Antunes Acordi	17
3º	Juselda da Cunha Campos	16

**ANOS FINAIS – ARTES
CANDIDATO CURSANDO**

1º	Renata dos Santos	15
2º	Naiara Gonçalves Medeiros	15
3º	Simone de Oliveira Fontanella	14
4º	Crislei Getner Nava	14
5º	Tamiris Tasca	13
6º	Farley Eduarda Alves da Silva	06
7º	Vitória Maria Jorge	06

**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013**

**ANOS FINAIS – ENSINO RELIGIOSO
ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Roseli de Lima da Silva	30
2º	Fabio Dias Silveira	15

**ANOS FINAIS – ENSINO RELIGIOSO NÃO HABILITADO COM
ESPECIALIZAÇÃO EM OUTRA ÁREA**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Greicy Izidoro Jung	37
2º	Gislaine Alves Espindola	24
3º	Helen Cristina Machado Buratte	22
4º	Silvia Borges Berto	15
5º	Raiany Ceccone Pescador	08
6º	Juliane Bartociaki Pacheco	06
7º	Marcele Barbosa Machado	05

**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013**

**ANOS FINAIS – GEOGRAFIA
ESPECIALIZAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Angela Maria Fernandes Ronchi	39
2º	Gislaine Alves Espindola	24
3º	Vania Ruza Tornier Aguiar	22

**ANOS FINAIS – GEOGRAFIA
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Angela Maria Campos de Lima	24

**ANOS FINAIS – GEOGRAFIA
CANDIDATO CURSANDO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Lizandra Josiani	15
2º	Silvia Borges Berto	15

**CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013**

**ANOS FINAIS – HISTÓRIA
CANDIDATO COM GRADUAÇÃO**

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Kelvin Pacheco Braz	17
2º	Paulo César Joaquim de Carvalho	16
3º	Paula Rossi Gabriel	13

**ANOS FINAIS – HISTÓRIA
CANDIDATO CURSANDO**

Classificação	Candidato	Pontuação
4º	Raiâny Ceccone Pescador	08
5º	Sebastião Nascimento Melo	06

6º	Juliane Bartociaki Pacheco	06
----	-------------------------------	----

ANOS FINAIS – HISTÓRIA NÃO HABILITADO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Fabio Dias Silveira	08
2º	Marcele Barbosa Ma- chado	05

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013

ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIALIZAÇÃO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Estela Mara Aires Martins	46
2º	Edmundo Volnei Ber- nadino	39
3º	Samira da Silva	28
4º	Marilia de Brida Fonta- nella	25
5º	Samuel Mariot de Olivério	25
6º	Sibele Querino Nazaro	24
7º	Paula Silveira	22

ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA CANDIDATO COM GRADUAÇÃO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Roseli de Lima da Silva	25
2º	Samir Riguetto	17
3º	Henrique Silvestre	13
4º	Angelica Tenfen de Moraes	10

ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA CANDIDATO CURSANDO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Lucimar Mayer de Oli- veira Serafim	16
2º	Daniel dos Santos Prestes	08
3º	Raphael Riguetto Rotta	08
4º	Giulia Giordani	08
5º	Walter Hammerschmidt Junior	08
6º	Micheli dos Santos	08
7º	Cristina Leal do Nasci- mento	06
8º	Emanuel Araujo Bez	06
9º	Izadora dos Santos	06

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013

CANDIDATO AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Classificação	Candidato	Pontuação
1º	Laércio Mello	-
2º	Regiane Schitz de Bit- tencourt	-

3º	Rosangela Rosa França	-
4º	Ema Marchioli dos Santos	-
5º	Vanderléia Felisbino	-
6º	Roseli da Cruz Luciano	-
7º	Denise Alves de Oliveira	-
8º	Ataise Mendes	-
9º	Edson Mazzuco	-
10º	Viviane Costa Daniel	-
11º	Sabrina Silva da Rosa Cândido	-
12º	Paloma Benedet	-
13º	Sonia Maria Rossi	-
14º	Rosana Ruzza Tournier	-
15º	Elizabete Jorge	-
16º	Vania Ruzza Tournier Aguar	-
17º	Vanda Nory	-
18º	Maria Aparecida Hoff- mann	-
19º	Rostenne Guimarães Costa Gomes	-
20º	Tamiris Tasca	-
21º	Angelo de Oliveira Rodrigues	-
22º	Bruna Correa	-
23º	Paula Arielli Pacheco	-
24º	Bruna Andrieli Marcos	-
25º	Raquel Cristina da Silva	-

Lauro Müller, 08 de novembro de 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

ENRICA APARECIDA SILVA E SILVA
Presidente da Comissão

Lebon Régis

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 079/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 079/2013, de 13 de novembro de 2013.
"Altera a LC n. 60/2009 para criar cargos no Quadro de Pessoal da Autarquia Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, aumenta vencimentos do cargo de médico e dá outras providências."

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Ficam criados no quadro de provimento efetivo da Autarquia Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, no grupo Atividades Serviços Hospitalares, os cargos de fonoaudiólogo e assistente social, passando a LC n. 60/2009 vigorar com a redação do Anexo I desta LC.

Art. 2º. Ficam alterados os vencimentos do cargo de médico da Autarquia Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, passando a LC n. 60/2009 vigorar com a redação do Anexo I desta LC. Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis - SC, 13 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Anexo I – PLC 05/2013

Ficam acrescidos no Anexo I da LC 60/2009 (Quadro de Provimento Efetivo da Autarquia Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio) os seguintes cargos:

(...)

ATIVIDADES SERVIÇOS HOSPITALARES

CARGO	VAGAS	LOTADAS	DISPONIVEL	NIVEL	HABILITAÇÃO
Fonoaudiólogo	01	00	01	N-12	Ens. Superior
Assistente Social	01	00	01	N-12	Ens. Superior

Ficam acrescidos no Anexo VI da LC 60/2009 (Níveis de referência salarial do plano de carreira com vencimentos) os vencimentos dos cargos criados para jornada de 30 (trinta) horas semanais:

DENOMINAÇÃO	A	B	C	D	E	F	G
DO	Salário	5ºAno	10ºAno	15ºAno	20ºAno	25º Ano	30ºAno
CARGO	Base R\$	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Fonoaudiólogo	1.421,25						
Assistente Social	1.421,25						

Fica alterado o Anexo VI da LC 60/2009 (Níveis de referência salarial do plano de carreira com vencimentos para jornada de trabalho de 40 horas semanais) os vencimentos do cargo de Médico:

DENOMINAÇÃO	A	B	C	D	E	F	G
DO	Salário	5ºAno	10ºAno	15ºAno	20ºAno	25º Ano	30ºAno
CARGO	Base R\$	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Médico	12.123,32						

Portaria Nº 555/2013

PORTARIA Nº 555 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ALFREDO GUESSER ROSA, para exercer o cargo de Secretário de Obras e Serviços Municipais, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/11/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 556/2013

PORTARIA Nº 556 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),



RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, SOELI GONÇALVES, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 01/11/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 557/2013

PORTARIA Nº 557 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

CONCEDE AUXILIO MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária LUCIANA LUCENA, Odontólogo, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, AUXILIO MATERNIDADE, a partir de 10/10/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 558/2013

PORTARIA Nº 558 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário LUIZ ANTONIO FERREIRA, Operador de Trator Agrícola, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS, ref. ao período aquisitivo 01/11/2011 à 30/10/2012, a partir de 03/11/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 559/2013

PORTARIA Nº 559 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR MARINEI DA COSTA MOREIRA SCHULTZ, para exercer o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/11/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 560/2013

PORTARIA Nº 560 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ELIZABETE SPAUTZ, para exercer o cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/11/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de novembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 223/2013, de 13 de Novembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR N.º 223/2013, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 122, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar

Art. 1º O art. 6º da Lei Complementar n. 122, de 02 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

III -

d) Assessoramento.”

Art. 2º O art. 11 da Lei Complementar n. 122, de 02 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. À Secretaria Municipal da Saúde e Ação Social, entre outras, compete as atribuições de execução da política, programa, ações e serviços de saúde, de forma universalizada e igualitária; cumprir a legislação vigente e pertinente, de modo especial as disposições constitucionais, inclusive aquelas insculpidas na Emenda Constitucional nº 29; gerenciar as atividades e executar as deliberações do Conselho Municipal de Saúde; coordenar e executar as metas e prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Saúde; definir diretrizes e cumprir metas, executando prioridades; elaborar e apresentar programas de saneamento básico e ações de saúde preventiva; executar, no âmbito municipal, a política de vigilância sanitária e epidemiológica; promover, participar e executar programas e campanhas de saúde pública; supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços técnico-profissionais contratados na área da saúde; gerenciar os programas de saúde da família, de agentes comunitários de saúde, de saúde da mulher, de aleitamento materno, de alimentação e nutrição, de prevenção, controle e assistência aos portadores de doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS, além de outros; representar o Município em conselhos e consórcios intermunicipais, regionais e microrregionais de saúde; manter quadro de pessoal com formação profissional, permanentemente qualificado para o atendimento das demandas de saúde; responsabilizar-se pela gestão do Fundo Municipal de Saúde; acompanhar e executar as normas regulamentadas emanadas pelas autoridades de saúde do Governo Federal e Estadual; atuar com perfeita integração com os demais órgãos da estrutura orgânica da Administração Municipal, para a eficácia de implementação e execução de planos, ações e projetos de saúde e de saneamento básico urbano ou rural; execução das políticas sociais, a serem exercidas de forma autônoma pela Diretoria de Ação Social, especialmente daquelas voltadas à atenção e amparo ao idoso, à criança, ao adolescente e às entidades civis com fins sociais estabelecidas no Município, conforme preceitua a Lei Orgânica de Assistência Social e outra legislação constitucional ou infraconstitucional. Integrar suas ações, sempre que possível, com as ações desenvolvidas pelas demais Secretarias do Município e cooperar e supervisionar as atribuições e competências da Diretoria e servidores a ela vinculados. Além da Diretoria de Ação Social,

da Assessoria de Ação Social, integra esta Secretaria a Supervisão de Procedimentos de Saúde, a qual fica diretamente vinculada à Secretaria.

§ 1º À Diretoria de Ação Social compete-lhe, atuar de forma autônoma na execução da política, programas e ações voltadas à atenção e amparo ao idoso, à criança, ao adolescente, ao jovem, ao necessitado e às entidades civis com fins sociais estabelecidas no Município, conforme preceitua a Lei Orgânica de Assistência Social e outra legislação constitucional ou infraconstitucional; gerenciar a atuação dos conselhos municipais cujas atividades estejam voltadas à área social; atuar de forma integrada com os demais órgãos de governo, para atingir as metas de e executar as prioridades da assistência social, de forma universalizada a toda a população; estabelecer diretrizes e cumprir metas relativas à educação e à assistência social; responsabilizar-se pela gestão do Fundo Municipal de Assistência Social; acompanhar as atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar dos mesmos direitos e de outros conselhos ligados às respectivas atribuições; coordenar e participar da execução de todos os programas sociais do Governo Federal e Estadual implantados no Município; promover a assistência comunitária, com o envolvimento de jovens, dos clubes de mães, associações comunitárias e outros entes da sociedade cujo fim seja o desenvolvimento de ações sociais e comunitárias.

§ 2º À Assessoria de Ação Social compete-lhe, dentre outras, as atribuições de assessoramento ao Diretor de Ação Social e ao Secretário Municipal da Saúde e Ação Social, para o perfeito cumprimento das competências e atribuições destes órgãos, voltadas à execução de programas e convênios, especialmente daqueles que tenham como finalidade o atendimento ao idoso, à criança, ao adolescente, as pessoas menos favorecidas e às entidades civis com fins sociais estabelecidas no Município; participar da execução de todos os programas sociais do Governo Federal e Estadual implantados no Município; cumprimento das competências e atribuições deste órgão, voltado à execução do que preceitua a Lei Orgânica de Assistência Social e outra legislação constitucional ou infraconstitucional; auxiliar, orientar e participar na execução de ações, benefícios, laudos, pareceres, estudos e outras atividades ligadas às atribuições da Ação Social, realizando-os diretamente ou supervisionando as respectivas atividades.”

Art. 3º O Anexo I da Lei Complementar n. 122, de 02 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a redação do Anexo “A” da presente Lei Complementar.

Art. 4º O Anexo II da Lei Complementar n. 122, de 02 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a redação do Anexo “B” da presente Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 13 de Novembro de 2013

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

ANEXO “A”

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL HIERÁRQUICA

DOS
ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO

ÓRGÃOS AUTÔNOMOS	ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, CONTROLE E ASSESSORAMENTO	IDENTIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DOS CARGOS
	Controle Interno	
	Diretoria de Gabinete	Diretor de Gabinete
GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	Supervisão de Comunicação	Supervisor de Comunicação
		Secretário Municipal de Administração e Finanças
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Diretoria de Planejamento, Projetos e Legislação	Diretor de Planejamento, Projetos e Legislação Supervisor de Orçamento Participativo.
		Secretário Municipal de Educação
		Diretor de Esporte e Cultura Supervisor da CME
	Diretoria de Esporte e Cultura	Supervisor das Categorias de Base
		Diretor de Núcleo de Educação
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Diretoria de Núcleo de Educação	Diretor de Educação Infantil
	Diretoria de Ensino Infantil	
		Secretário Municipal de Saúde e Ação Social
	Diretoria de Ação Social	Diretor de Ação Social
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL	Assessoria de Ação Social	Assessor de Ação Social
	Supervisão de Procedimentos de Saúde	Supervisor de Procedimentos de Saúde
		Secretário Municipal de Infra-Estrutura e Transporte
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTE	Diretoria de Urbanismo	Diretor de Urbanismo
	Diretoria de Infra-Estrutura e Transporte	Diretor de Infra-Estrutura e Transporte
		Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
		Diretor de Agricultura e Meio Ambiente
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		Supervisão de Projetos Ambientais
	Diretoria de Agricultura e Meio Ambiente	Supervisão de Indústria, Comércio e Turismo

ANEXO "B"
QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	Nº DE VAGAS	PADRÃO	VALOR R\$
SECRETÁRIO MUNICIPAL	Previstas nos arts. 9º a 13	05	CC – I	R\$ 3.243,65
DIRETOR	Previstas nos arts. 9º a 16	08	CC – II	R\$ 2.741,50
ASSESSOR	Previstas no art. 11, § 2º	01	CC - II	R\$ 2.578,04

SUPERVISOR	Previstas nos arts. 9º a 16	07	CC – III	R\$ 1.935,17
TOTAL		21		

Lei Ordinária N.º 1.179/2013, de 13 de Novembro de 2013

LEI ORDINÁRIA N.º 1.179/2013, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013 INSTITUI PROGRAMA SOCIAL E ECONÔMICO DE AUXÍLIO AUXÍLIO FUNERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizada a instituição de Programa de Apoio Social e Econômico de Auxílio Funeral, o qual terá o objetivo de assistir famílias nas quais incidirem óbitos de seus membros.

Art. 2º Entre outras ações visando amenizar as condições decorrentes da dor da perda, a Administração Pública do Município fica autorizada a efetuar despesa com auxílio no valor correspondente a 4 (quatro) Unidades Fiscais Municipal - UFM.

Art. 3º O auxílio-funeral poderá ser efetuado para custear despesas de caixão, serviços funerários, transporte e despesas inerentes e serão suportadas pelas dotações orçamentárias em vigor.

Art. 4º Fica revogado o artigo terceiro da Lei Ordinária Nº 1.033/2011, de 15 de setembro de 2011 e demais disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 01/10/2013.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 13 de Novembro de 2013

SANDRA REGINA ZUANAZZI
Analista Administrativo

Decreto Nº 2.494/2013, de 13 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 2.494/2013, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013 DESIGNA COMISSÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA AVERIGUAR O CUMPRIMENTO DOS INCENTIVOS ECONOMICOS E FISCAIS CONCEDIDOS A EMPRESAS DO MUNICIPIO DE LINDÓIA DO SUL.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º - Fica designada Comissão de Processos Administrativos para averiguar o cumprimento da concessão de incentivos fiscais e econômicos concedidos as empresa Leonir Antônio Andrin - EI e a empresa Jucemar Cason - ME, composta pelos seguintes membros:

I - Presidente: Antônio Carlos Vicente
II - Secretário: Leonardo Cavallier
III - Membro: Marciane Agustini

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 13 de Novembro de 2013

EDISON DOMINGOS GIRON
Auxiliar de Técnico

Extrato Pregão 60/2013

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2013

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de equipamentos balanças, mesa em inox, e lava botas, no dia 28 de novembro de 2013, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 12 de novembro de 2013.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1703

DECRETO Nº 1703 de 12 de novembro de 2013.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA/CMC DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA/CMC de Luzerna(SC), na forma do art.3º da Lei nº 682 de 07.12.2007, fica assim constituído:

I - representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município - Setor de Cultura
Titular : RAFAEL HOFFELDER
Suplente: VALI CAROLINA SPIER
II - representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município - Setor de Ensino
Titular : MARIA ASSUNTA KLEIN FIORENTIN
Suplente: IRIA PAULI

III - representante da Secretaria da Fazenda e Administração

Titular : CHEILA PEGORARO

Suplente: CAROLINA KIRSCH

IV - representante das entidades culturais existentes no Município

Titular : MÁRCIA BRESSAN DOS SANTOS

Suplente:DULCE MARTENDAL

V - representante das entidades musicais, canto, coral e bandas do Município

Titular : JOEL ROSA

Suplente: CAMILA REISDORFER

VI - representante das associações comerciais, artesanais e de turismo do Município

Titular : VERGÍNIA DOS SANTOS SILVA

Suplente: MARIA CASANOVA CARDOSO

Art.2º - O exercício do mandato de Conselheiro do CMC é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1704

DECRETO Nº 1704 de 12 de novembro de 2013.

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 11 da Lei nº 041 de 08.05.1997, e

CONSIDERANDO a Ata nº 001/13 da Reunião realizada pelo CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA/CMA, em 07 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica APROVADO o REGIMENTO INTERNO do CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA/CMA DE LUZERNA(SC), parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DO CMA - CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE LUZERNA

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º- O presente REGIMENTO INTERNO trata da organização, atuação, finalidade e competência do CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA de Luzerna, criado pela Lei nº 041 de 08 de maio de 1997.

CAPITULO II

DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Art.2º - O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA - CMA do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), órgão deliberativo, consultivo e controlador da política de promoção, proteção, defesa, fiscalização das ações, formalização e normatização da Agricultura e Pecuária no Município de Luzerna(SC).

Art.3º- São competências do CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA:

I- observar a preservação e recuperação do meio ambiente na área rural, visando a realização do zoneamento agroecológico que permita estabelecer critérios à disciplina e ordenamento da ocupação espacial pelas diversas atividades produtivas e processos de urbanização;

II- apoiar os pequenos e médios produtores;

III-proporcionar condições de produção e armazenamento, incentivando a comercialização direta entre produtor e consumidor;

IV-incentivar o desenvolvimento da propriedade rural em todas as suas formas, inclusive o uso e conservação do solo;

V-atender às necessidades de transporte, educação, saúde e outras do meio rural;

VI-orientar a execução de programas de recuperação e conservação do solo, reflorestamento e aproveitamento dos recursos naturais;

VII-incentivar a formação de cooperativas, sindicatos e associações no âmbito rural;

VIII-controlar a devida aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento rural;

IX-priorizar a manutenção de serviços de assistência técnica e de extensão rural, em atendimento ao pequeno e médio produtor, observados os convênios, acordos e/ou programas mantidos com o Governo Federal, Estadual e outros órgãos;

X- proporcionar incentivos à formação de estruturas de lazer nas comunidades rurais;

XI- criar, desenvolver e manter horto florestal;

XII-incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas visando a promoção, proteção e integração da Agricultura;

XIII-mantém intercâmbio e informações de atuação ao desenvolvimento rural com órgãos congêneres;

XIV-operacionalizar os serviços de agricultura de forma integrada, sem duplicidade de ações, somando os recursos humanos, materiais e financeiros de origem estadual e municipal e de outras fontes, para a execução do Plano Municipal de Agricultura;

XV-assegurar o aporte de recursos financeiros suficientes e necessários à implementação do Plano Municipal de Agricultura;

XVI-elaborar o Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua instalação, submetendo-o à análise e aprovação do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art.4º - O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA é constituído por 15 (quinze) membros titulares e respectivos suplentes, distribuídos e indicados, entre os seguintes órgãos públicos e civis da área rural:

- a)Secretário da Agricultura e Meio Ambiente;
- b) Representante da Associação de Desenvolvimento Rural;
- c) Representantes da Associação dos Avicultores;
- d) Representante da Associação das Mulheres Agricultoras;
- d) Representante da COPÉRDIA;
- e) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- f) Representante da EPAGRI;
- h) Representantes das Localidades de:
 - Linha Barra do Estreito;
 - Linha Leãozinho/Linha São Bento;
 - Linha Roça Grande/Linha Passo da Invernada;
 - Linha Grafunda;
 - Linha Alto Rochedo;
 - Vila Kennedy/ Linha Dois Irmãos;
 - Linha Germano;
 - Linha do Salto.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA

Art.5º - O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA terá um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Executivo eleitos

dentre seus membros.

Parágrafo Único - O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA poderá instituir se necessário, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos pertinentes ao Conselho.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES E DO FUNCIONAMENTO

Seção I DA DIRETORIA

Subseção I Do Presidente

Art.6º - São atribuições do Presidente do CMA:

- I - Convocar e presidir reuniões;
- II - Representar o Conselho em todos os seus atos, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais deve ter relações;
- III - Assinar documentos relativos ao Conselho;
- IV - Coordenar as atividades do Conselho;
- V - Organizar a ordem do dia das reuniões;
- VI - Colocar as matérias em discussão e votação;
- VII - Anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate;
- VIII - Proclamar as decisões tomadas em cada reunião;
- IX - Decidir sobre as questões de ordem ou submete-las à consideração dos membros do Conselho, quando omissos o Regimento;
- X - Propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
- XI - Determinar o destino do expediente lido nas sessões;
- XII - Conhecer as justificações de ausência dos membros do Conselho;
- XIII - Promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;
- XIV - Propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno julgadas necessárias;
- XV - Formalizar as decisões do CMA através de Resolução.

Subseção II Do Vice-Presidente

Art.7º - Compete ao Vice-Presidente:

- I - Auxiliar o Presidente nas suas funções;
- II - Substituir o Presidente, na falta ou impedimento deste.

Subseção III Do Secretário

Art.8º - Compete ao Secretário:

- I - Secretariar as reuniões do Conselho;
- II - Receber, preparar, expedir e controlar a correspondência e demais comunicações;
- III - Preparar a pauta das reuniões;
- IV - Providenciar os serviços de arquivo, estatística e documentação;
- V - Lavrar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;
- VI - Registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;
- VII - Anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;
- VIII - Distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações.

Seção II DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art.9º - Compete aos membros do Conselho:

- I - Participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;

II - Votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;
III - Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
IV - Comparecer às reuniões na hora fixada;
V - Desempenhar as funções para as quais for designado;
VI - Relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo Presidente;
VII - Obedecer às normas regimentais;
VIII - Apresentar retificações e impugnações às atas;
IX - Justificar seu voto, quando for o caso;
X - Apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com as suas atribuições.

Art.10 - Os membros do CMA poderão ser substituídos mediante solicitação da instituição ou da autoridade pública à qual estejam vinculados, apresentando ao Conselho que fará a comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

Art.11 - Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - Desvincular-se do órgão de origem de sua representação;
II - Faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas;
III - Apresentar renúncia do Plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
IV - Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
Parágrafo Único - No caso do inciso IV, a substituição se dará por deliberação da maioria absoluta dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do CMA, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art.12 - Nos casos de renúncia e/ou impedimento, os membros efetivos do CMA serão substituídos pelo suplente, automaticamente, podendo estes exercerem os mesmos direitos e deveres dos efetivos, devendo a entidade correspondente indicar novos suplentes.

Art.13 - As entidades ou organizações representadas pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicadas a partir da segunda falta consecutiva, ou quarta intercalada, através de correspondência da Diretoria do CMA.

CAPÍTULO VI DAS REUNIÕES

Art.14 - O CMA reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo 3 vezes por ano, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou por solicitação de pelo menos cinco de seus membros efetivos, com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

Art.15 - As reuniões serão realizadas com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros.
Parágrafo Único - A convite do Conselho, por indicação de qualquer membro, poderão participar dos trabalhos das Câmaras Técnicas, bem como das sessões plenárias, com direito a voz, mas sem voto, outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos, informações e assessoramento aos assuntos em estudo e debate.

Art.16- As reuniões terão duração de no máximo noventa minutos, obedecendo a seguinte ordem dos trabalhos:
I - Instalação dos trabalhos pelo Presidente;
II - Leitura e distribuição do expediente;
III - Apresentação dos assuntos em pauta para apreciação, discussão e aprovação do Conselho;
IV - Votação e assinatura da ata da reunião.

CAPÍTULO VII DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Seção I

DAS DISCUSSÕES

Art.17 - As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que forem apresentadas.

§1º Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vista da matéria em debate, a qual retornará à pauta na próxima sessão, ou ainda, ser encaminhada a uma Câmara Técnica.

§2º Todos os membros suplentes do Conselho poderão participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, com direito a manifestarem-se.

§3º Durante as discussões qualquer membro do Conselho poderá levantar questões de ordem que serão resolvidas conforma dispõe este Regimento ou normas expedidas pelo Presidente do Conselho.

Seção II Das Votações

Art.18 - Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação.

Art.19 - Cada membro efetivo ou seu suplente, na ausência daquele, terá direito a um único voto por assunto na sessão Plenária.

Art.20 - As votações poderão ser secretas ou nominais.

§1º A votação nominal será feita pela chamada dos conselheiros presentes, devendo estes responder "sim" ou "não" conforme sejam favoráveis ou contrários à proposição.

§2º Na votação secreta cada Conselheiro receberá uma cédula de votação para preenchimento, a qual será colocada na urna e na sequência feita a contagem dos votos.

§3º Ao plenário cabe decidir se a votação deve ser secreta ou nominal.

Art.21 - Não poderá haver voto de delegação.

CAPÍTULO VIII DAS DECISÕES

Art.22 - As decisões do Conselho, formalizadas através de Resoluções, serão tomadas por maioria simples dos membros do Conselho presentes à reunião.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.23- As decisões do Conselho que criem despesas serão executadas somente se houver recursos financeiros e dotação disponíveis.

Art.24 - Os casos omissos neste Regimento Interno serão dirimidos pelo CMA, sempre de acordo com as determinações legais.

Art.25- As propostas de alteração deste Regimento deverão ser aprovadas por maioria de 2/3 dos Conselheiros com direito a voto e após encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo, para homologação por Decreto.

Art.26 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação.

1º Ato de Apostilamento ao Termo de Credenciamento 0032009

1º ATO DE APOSTILAMENTO - TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº FMS.003.09

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº FMS.003.09 de 07/07/2009, proveniente do

Processo Licitatório nº 0011/2009, Inexigibilidade nº 003/2009, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS e G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento ao TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº FMS.003.09 de 07/07/2009, proveniente do Processo Licitatório nº 0011/2009, Edital de Credenciamento nº 003/2019, na dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Elemento 3.3.90.39.50 - Serviços Médico-hospitalar, odontológico e laboratorial

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Reduzido 004
Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2013.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Balancete Financeiro FMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	7.464,71	Despesa Orçamentária	54.641,39
RECEITA PATRIMONIAL	1.089,71	Despesas exceto Intra-orçamentárias	54.641,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.375,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.025,16
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34.616,23
Receita Extra - Orçamentária	56.984,50	Despesa Extra - Orçamentária	56.984,50
DEPÓSITOS	2.343,11	DEPÓSITOS	2.343,11
CONSIGNAÇÕES	2.343,11	CONSIGNAÇÕES	2.343,11
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.765,79	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.765,79
TESOURO NACIONAL	411,87	TESOURO NACIONAL	411,87
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	58,17	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	58,17
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	86,94	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	86,94
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	20,34	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	20,34
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	54.641,39	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	54.641,39
OBRIGAÇÕES A PAGAR	54.641,39	OBRIGAÇÕES A PAGAR	54.641,39
FORNECEDORES	34.130,03	FORNECEDORES	34.130,03
PESSOAL A PAGAR	15.245,35	PESSOAL A PAGAR	15.245,35
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.109,21	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.109,21
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	156,80	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	156,80
Saldos anteriores	241.723,80	Saldos atuais	194.547,12
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	44.389,40	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	12.634,15
BANCOS C/ VINCULADAS	197.334,40	BANCOS C/ VINCULADAS	181.912,97
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	306.173,01	Total	306.173,01

Luzerna, 12/11/2013

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTENCIA S

MARIA INES DALLOLMIO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Balancete Financeiro FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	77.413,15	Despesa Orçamentária	221.932,65
RECEITA TRIBUTARIA	7,00	Despesas exceto Intra-orçamentárias	221.932,65
RECEITA PATRIMONIAL	4.271,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	130.652,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	73.134,35	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	83.861,19
		INVESTIMENTOS	7.418,50
Receita Extra - Orçamentária	342.882,19	Despesa Extra - Orçamentária	245.319,32
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.096,12	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.096,12
CRÉDITOS A RECEBER	1.096,12	CRÉDITOS A RECEBER	1.096,12
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.096,12	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.096,12
DEPÓSITOS	17.410,42	DEPÓSITOS	17.404,55
CONSIGNAÇÕES	17.410,42	CONSIGNAÇÕES	17.404,55
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.925,93	PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.925,93
PENSÃO ALIMENTÍCIA	406,80	PENSÃO ALIMENTÍCIA	406,80
TESOURO NACIONAL	6.549,88	TESOURO NACIONAL	6.549,28
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	53,60	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	48,33
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.366,41	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.366,41
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	107,80	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	107,80
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	224.375,65	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	226.818,65
OBRIGAÇÕES A PAGAR	224.375,65	OBRIGAÇÕES A PAGAR	226.818,65
FORNECEDORES	91.279,69	FORNECEDORES	91.279,69
PESSOAL A PAGAR	99.238,54	PESSOAL A PAGAR	99.238,54
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	31.414,42	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	31.414,42
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	2.443,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	4.886,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	100.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	100.000,00		
REPASSE RECEBIDO	100.000,00		
Saldos anteriores	843.048,79	Saldos atuais	796.092,16
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	115.737,32	BANCO C/ MOVIMENTO	19.159,32
BANCOS C/ VINCULADAS	727.311,47	BANCOS C/ VINCULADAS	776.932,84
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	1.263.344,13	Total	1.263.344,13

Luzerna, 12/11/2013

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDEMARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra

PREFEITURA

Lei Nº 3958

LEI MUNICIPAL Nº. 3958

DE 12 DE NOVEMBRO DE 2.013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO AO GRUPO FOLCLÓRICO UCRANIANO VESNÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro ao Grupo Folclórico Ucraniano Vesná, inscrito no CNPJ sob nº. 01.883.061/0001-07, com sede na Rua Governador Jorge Lacerda, nº. 164, Vila Ferroviária, declarado de Utilidade Pública Municipal através da Lei nº. 2.329, de 21 de junho de 1.999.

Art. 2º - O Município de Mafra repassará ao Grupo Folclórico Ucraniano Vesná, o valor global de R\$ 29.960,00 (vinte e nove mil, novecentos e sessenta reais), que será pago em duas (2) parcelas no valor de R\$ 14.980,00 (quatorze mil novecentos e oitenta reais), devendo a primeira ser paga no mês de novembro e a segunda no mês de dezembro de 2013.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária proveniente da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, através do elemento de despesa, auxílio.

§ 1º - A entidade beneficiária da presente Lei deverá apresentar a Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e a Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a liberação da última parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 2º - A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará no impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições e auxílios, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 12 de Novembro de 2.013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Retificação 01/2013 - Edital 005/2013

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

A Prefeitura Municipal de Maracajá, representada pelo presidente da Comissão Especial de Acompanhamento do Processo Seletivo Regido pelo edital nº 005/2013, torna público a Primeira Retificação do Edital 005/2013, alterando o item 2.2, como segue:

1 - ONDE SE LÊ:

2.2. As vagas serão publicadas e afixadas no Departamento de Educação e Cultura a partir do dia 07/01/2013;

2 - LEIA-SE:

2.2. As vagas serão publicadas e afixadas no Departamento de Educação e Cultura a partir do dia 07/01/2014;

Maracajá, 11 de novembro de 2013.

DENNER LUCAS CASAGRANDE

Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo

Meleiro

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 111/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 111/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CREMA CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação em lajota sextavada e drenagem pluvial em ruas do município (Rua Waldemar Motta e Rua Vereador Manoel Alexandre - Distrito Sapiranga), com fornecimento de material e mão de obra, conforme projeto básico e planilhas orçamentárias em anexo.

Valor: R\$ 255.806,02

Vigência: Início: 08/11/2013 Término: 07/11/2014.

Data da assinatura: 08 de novembro de 2013.

Extrato Dispensa de Licitação N.º 059/2013

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 059/2013

CREDOR: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ENDEREÇO: RUA CEL. MARCOS ROVARIS, Nº 290, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

CNPJ: 00.360.305.1084/95

OBJETO: Prestação de serviços financeiros e outras avenças.

VALOR: R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)

BASE LEGAL: Inciso VIII do artigo 24, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Meleiro, 13 de novembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Aviso

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 5º bimestre de 2013, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Balanço Orçamentário

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.845.000,00	22.845.000,00	2.981.398,82	13,05	15.539.400,51	68,02	7.305.599,49
RECEITAS CORRENTES	21.557.000,00	21.557.000,00	2.844.922,42	13,20	13.806.510,38	64,05	7.750.489,62
RECEITA TRIBUTARIA	1.430.000,00	1.430.000,00	133.242,85	9,32	957.587,45	66,96	472.412,55
IMPOSTOS	960.000,00	960.000,00	118.827,58	12,38	738.172,25	76,89	221.827,75
TAXAS	420.000,00	420.000,00	14.415,27	3,43	219.415,20	52,24	200.584,80
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	170.000,00	170.000,00	22.421,09	13,19	101.799,09	59,88	68.200,91
Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públi	170.000,00	170.000,00	22.421,09	13,19	101.799,09	59,88	68.200,91
RECEITA PATRIMONIAL	149.000,00	149.000,00	15.977,11	10,72	60.096,38	40,33	88.903,62
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	149.000,00	149.000,00	15.977,11	10,72	60.096,38	40,33	88.903,62
RECEITA DE SERVIÇOS	740.500,00	740.500,00	96.037,39	12,97	447.631,33	60,45	292.868,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.600.000,00	18.600.000,00	2.537.077,94	13,64	12.083.138,94	64,96	6.516.861,06
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.114.000,00	18.114.000,00	2.347.541,94	12,96	11.470.283,20	63,32	6.643.716,80
Transf. de Instituições Privadas	6.500,00	6.500,00	59.400,00	913,85	59.400,00	913,85	-52.900,00
Transf. de Pessoas	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Transf. de Conv.	478.000,00	478.000,00	130.136,00	27,23	553.455,74	115,79	-75.455,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	467.500,00	467.500,00	40.166,04	8,59	156.257,19	33,42	311.242,81
Multas e Juros de Mora	97.500,00	97.500,00	6.687,66	6,86	48.425,35	49,67	49.074,65
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000,00	30.000,00	1.330,00	4,43	3.489,25	11,63	26.510,75
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	115.400,00	115.400,00	29.620,66	25,67	99.173,55	85,94	16.226,45
RECEITAS DIVERSAS	224.600,00	224.600,00	2.527,72	1,13	5.169,04	2,30	219.430,96
RECEITAS DE CAPITAL	1.288.000,00	1.288.000,00	136.476,40	10,60	1.732.890,13	134,54	-444.890,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	281.950,00	156,64	-101.950,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	176.000,00	176.000,00	0,00	0,00	281.950,00	160,20	-105.950,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.080.000,00	1.080.000,00	136.476,40	12,64	1.450.940,13	134,35	-370.940,13
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.080.000,00	1.080.000,00	136.476,40	12,64	1.450.940,13	134,35	-370.940,13
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.845.000,00	22.845.000,00	2.981.398,82	13,05	15.539.400,51	68,02	7.305.599,49

Continua 1/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.845.000,00	22.845.000,00	2.981.398,82	13,05	15.539.400,51	68,02	7.305.599,49
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.845.000,00	22.845.000,00	2.981.398,82	13,05	15.539.400,51	68,02	7.305.599,49
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	960.996,46	—	—	301.039,56	—	—
Superávit Financeiro	—	960.996,46	—	—	301.039,56	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.845.000,00	4.575.982,93	27.420.982,93	2.292.809,60	19.004.658,19	3.494.862,32	15.528.562,38	56,63	11.892.420,55
DESPESAS CORRENTES	18.925.000,00	618.029,02	19.543.029,02	1.957.190,90	14.306.789,67	2.493.606,20	12.375.703,92	63,33	7.167.325,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.615.000,00	-437.827,67	10.177.172,33	1.364.354,07	6.901.461,16	1.366.002,12	6.899.745,16	67,80	3.277.427,17
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	195.000,00	12.000,00	207.000,00	0,00	195.854,01	28.454,88	148.640,95	71,81	58.359,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.115.000,00	1.043.856,69	9.158.856,69	592.836,83	7.209.474,50	1.099.149,20	5.327.317,81	58,17	3.831.538,88
DESPESAS DE CAPITAL	3.910.000,00	3.957.953,91	7.867.953,91	335.618,70	4.697.868,52	1.001.256,12	3.152.858,46	40,07	4.715.095,45
INVESTIMENTOS	3.030.000,00	3.947.953,91	6.977.953,91	335.618,70	3.896.885,90	857.648,79	2.402.227,42	34,43	4.575.726,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	880.000,00	10.000,00	890.000,00	0,00	800.982,62	143.607,33	750.631,04	84,34	139.368,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.845.000,00	4.575.982,93	27.420.982,93	2.292.809,60	19.004.658,19	3.494.862,32	15.528.562,38	56,63	11.892.420,55

Continua 2/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.845.000,00	4.575.982,93	27.420.982,93	2.292.809,60	19.004.658,19	3.494.862,32	15.528.562,38	56,63	11.892.420,55
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	10.838,13	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.845.000,00	4.575.982,93	27.420.982,93	2.292.809,60	19.004.658,19	3.494.862,32	15.539.400,51	56,63	11.892.420,55

FONTE:

MELEIRO, 12/11/2013

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretario de Administração e Finanças

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.845.000,00	27.420.982,93	2.292.809,60	19.004.658,19	3.494.862,32	15.528.562,38	100,00	56,63	11.892.420,55
Legislativa	750.000,00	750.000,00	88.344,40	501.191,78	95.522,69	487.353,71	3,14	64,98	262.646,29
Ação Legislativa	750.000,00	750.000,00	88.344,40	501.191,78	95.522,69	487.353,71	3,14	64,98	262.646,29
ADMINISTRACAO	2.035.000,00	1.905.000,00	187.802,24	1.473.638,51	244.051,15	1.327.407,83	8,55	69,68	577.592,17
ADMINISTRACAO GERAL	2.035.000,00	1.905.000,00	187.802,24	1.473.638,51	244.051,15	1.327.407,83	8,55	69,68	577.592,17
ASSISTENCIA SOCIAL	901.000,00	950.780,20	71.726,81	495.292,64	88.151,01	443.509,86	2,86	46,65	507.270,34
Assistência ao Idoso	93.000,00	93.000,00	4.231,26	30.750,54	6.871,07	26.924,66	0,17	28,95	66.075,34
Assistência ao Portador de Deficiência	18.000,00	18.000,00	0,00	8.989,27	1.291,08	6.992,82	0,05	38,85	11.007,18
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENT	218.500,00	255.558,69	31.157,38	144.797,32	32.314,09	126.721,35	0,82	49,59	128.837,34
Assistência Comunitária	571.500,00	584.221,51	36.338,17	310.755,51	47.674,77	282.871,03	1,82	48,42	301.350,48
SAUDE	4.275.000,00	4.524.824,25	482.893,86	3.282.725,44	570.042,23	2.866.506,21	18,46	63,35	1.658.318,04
ATENCAO BASICA	4.125.000,00	4.357.169,45	474.105,70	3.227.436,84	558.739,95	2.813.378,05	18,12	64,57	1.543.791,40
Vigilância Sanitária	127.500,00	132.167,62	8.498,16	47.675,60	10.042,28	45.875,16	0,30	34,71	86.292,46
Vigilância Epidemiológica	22.500,00	35.487,18	290,00	7.613,00	1.260,00	7.253,00	0,05	20,44	28.234,18
EDUCACAO	6.633.000,00	7.562.172,11	681.727,27	5.386.455,51	1.525.531,71	4.870.646,82	31,37	64,41	2.691.525,29
ALIMENTACAO E NUTRICAO	395.000,00	426.460,86	43.145,58	358.894,41	69.854,61	220.886,88	1,42	51,80	205.573,98
ENSINO FUNDAMENTAL	3.749.000,00	4.959.321,25	421.386,13	3.709.854,93	1.210.609,63	3.412.058,08	21,97	68,80	1.547.263,17
ENSINO SUPERIOR	133.000,00	115.000,00	1.830,00	85.957,59	11.850,00	45.705,50	0,29	39,74	69.294,50
EDUCACAO INFANTIL	2.297.000,00	1.984.390,00	215.365,56	1.193.748,58	225.617,47	1.157.796,36	7,46	58,35	826.593,64
Educação de Jovens e Adultos	39.000,00	39.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.000,00
Educação Especial	20.000,00	38.000,00	0,00	38.000,00	7.600,00	34.200,00	0,22	90,00	3.800,00
CULTURA	380.000,00	439.337,91	41.171,37	221.342,60	41.170,58	214.257,46	1,38	48,77	225.080,45
DIFUSAO CULTURAL	380.000,00	439.337,91	41.171,37	221.342,60	41.170,58	214.257,46	1,38	48,77	225.080,45
URBANISMO	4.500.000,00	7.318.233,20	535.106,16	5.123.129,73	524.853,05	3.408.787,74	21,95	46,58	3.909.445,46
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.444.000,00	3.847.129,52	235.714,98	2.321.125,61	79.856,07	1.121.947,29	7,23	29,16	2.725.182,23
SERVICOS URBANOS	3.056.000,00	3.471.103,68	299.391,18	2.802.004,12	444.996,98	2.286.840,45	14,73	65,88	1.184.263,23
HABITACAO	79.000,00	79.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.000,00
HABITACAO URBANA	79.000,00	79.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.000,00
Saneamento	1.000.000,00	1.469.635,26	109.818,19	947.789,24	102.968,37	504.956,42	3,25	34,36	964.678,84
Saneamento Básico Rural	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
Saneamento Básico Urbano	983.000,00	1.452.635,26	109.818,19	947.789,24	102.968,37	504.956,42	3,25	34,76	947.678,84
AGRICULTURA	711.000,00	711.000,00	45.324,32	425.643,70	75.474,60	347.057,19	2,23	48,81	363.942,81
EXTENSAO RURAL	711.000,00	711.000,00	45.324,32	425.643,70	75.474,60	347.057,19	2,23	48,81	363.942,81

Continua 1/2

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.845.000,00	27.420.982,93	2.292.809,60	19.004.658,19	3.494.862,32	15.528.562,38	100,00	56,63	11.892.420,55
INDUSTRIA	45.000,00	45.000,00	0,00	2.668,10	0,00	1.868,10	0,01	4,15	43.131,90
PROMOCAO INDUSTRIAL	45.000,00	45.000,00	0,00	2.668,10	0,00	1.868,10	0,01	4,15	43.131,90
TRANSPORTE	289.000,00	289.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	289.000,00
TRANSPORTE RODOVIARIO	289.000,00	289.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	289.000,00
Desporto e Lazer	337.000,00	337.000,00	48.894,98	214.803,75	64.116,59	205.469,84	1,32	60,97	131.530,16
DESPORTO COMUNITARIO	337.000,00	337.000,00	48.894,98	214.803,75	64.116,59	205.469,84	1,32	60,97	131.530,16
ENCARGOS ESPECIAIS	900.000,00	1.030.000,00	0,00	929.977,19	162.980,34	850.741,20	5,48	82,60	179.258,80
SERVICO DA DIVIDA INTERNA	900.000,00	1.030.000,00	0,00	929.977,19	162.980,34	850.741,20	5,48	82,60	179.258,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.845.000,00	27.420.982,93	2.292.809,60	19.004.658,19	3.494.862,32	15.528.562,38	100,00	56,63	11.892.420,55

FONTE:

MELEIRO, 12/11/2013

ADAIR PASINI	JONNEI ZANETTE	DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Contador CRC/SC 022984/0-3	Prefeito Municipal	Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretario de Administração e Finanças

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Notificação

NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Outubro de 2013 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
10.2013	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	7.349,91
10.2013	Federal	DNPM – CEFEM	3.791,28
10.2013	Federal	SE – Salário Educação	23.617,07
10.2013	Federal	PNATE – Transporte Escolar	7.353,93
10.2013	Federal	PNAE – Merenda Escolar	9.212,00
10.2013	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	608,00
10.2013	Federal	PBF – Programa Bolsa Família	1.733,94
10.2013	Federal	CRAS – Centro Referência Assistência Social	4.500,00
10.2013	Federal	OT – Outras Receitas - FNAS	500,00
10.2013	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	18.611,67
10.2013	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	21.390,00
10.2013	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	17.100,00
10.2013	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	4.460,00
10.2013	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	4.614,42
10.2013	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	26.875,00
10.2013	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica)	3.001,78
10.2013	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	2.625,75
10.2013	Estadual	OT (Outras Transferências)	3.500,00
10.2013	Estadual	TE – Transporte Escolar	15.068,00
10.2013	Federal	Receita de Convênio (Convênio nº 0372933-38/2011)	73.475,00
		Total	249.387,75

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

JAIRO LUIZ CANELA
Secretario de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.113/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2113/2013 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASCAMO - ASSOCIAÇÃO DOS ACADEMICOS DE MODELO-SC, CONFORME ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que A Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASCAMO - ASSOCIAÇÃO DOS ACADEMICOS DE MODELO-SC, Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.204.456/0001-97,

com sede no Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei, para aplicação em despesas correntes, na manutenção das suas atividades meio e fim.

Art. 2º. A contribuição financeira será no valor de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais.), a ser paga em até 2 (duas) parcelas, quando da apresentação da documentação solicitada no artigo 3º da presente Lei, atendido a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas legais de que dispõe a presente LEI.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- Descrição detalhada do objeto a ser adquirido e ou executado;
- Fotocópia da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- Fotocópia do Estatuto;
- Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data;
- Fotocópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- Certidão Negativa do Município de Modelo, INSS, FGTS
- Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado no prazo de até 60 (sessenta dias), e prestar contas em até 30 (trinta) dias do termino da sua aplicação, conforme termos do convenio.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- Cópia dos documentos da despesa;
- Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- Fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas;
- Extrato bancário com toda a movimentação;
- Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei, é causa de imediata da devolução dos recursos e tomada de contas especial nos termos legais.

Art. 8º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 9º - O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e



solicitação dos recursos.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), ao 13 de novembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Lei Municipal Nº 2.114/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2114/2013 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito do Município de Modelo SC, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II, propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de:

1. SISTEMA VIÁRIO

2. EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS

3. APOIO AO TURISMO

4. SANEAMENTO BÁSICO - ÁGUA

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 13 de novembro de 2013

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

GILDO BATTISTI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Lei Municipal Nº 2.115/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2115/2013 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DA 17ª FEPAR - FESTA ESTADUAL DO PORCO ASSADO NO ROLETE E COMEMORAÇÃO DOS 52 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no usodas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizada a realização das festividades da 17ª FEPAR - FESTA ESTADUAL DO PORCO ASSADO NO ROLETE, pelo Município de Modelo, através da Comissão Central Organizadora, com a participação das entidades comunitárias, a realizar-se no dia 08 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Fica aprovada a programação e as despesas para a realização da 17ª FEPAR e comemoração dos 52 anos de emancipação político administrativo do Município de Modelo SC, de que trata o artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - Ficam igualmente aprovadas às festividades de escolha da Rainha, Princesas e Miss Simpatia da 17ª FEPAR - Festa Estadual do Porco Assado no Rolete, do Município de Modelo SC e autorizado à realização das despesas decorrentes da representação do Município de Modelo, organização e divulgação do evento de que trata esta Lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei estão previstas no orçamento vigente, conforme disposto no projeto atividade 156950015.2.245000 - Realização da FEPAR e outros eventos do Município Ações Desenv.do Turismo - Lei Municipal 2051/2012, e serão realizadas observadas as determinações legais, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal e normas da contabilidade publica.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 13 de novembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

GILDO BATTISTI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Lei Municipal Nº 2.116/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2116/2013 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE AUXILIO FINANCEIRO PARA OS ESTUDANTES DE COLÉGIOS AGRÍCOLAS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a auxiliar financeiramente os estudantes do Município de Modelo - SC, que estudam em Colégios Agrícolas.

Art. 2º - Fica aprovado o valor de até R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), para ser destinado ao atendimento ao artigo 1º desta Lei, no exercício de 2013.

Art.3º - Poderão beneficiar-se do auxilio, os estudantes que efetuarem o seu cadastro na Secretaria Municipal da Agricultura, do Município de Modelo - SC e que atendam aos seguintes requisitos:

I - Comprovação da frequência do curso no Colégio Agrícola;
II - Os pais ou responsáveis, serem residentes e domiciliados no Município de Modelo - SC;

Art. 4º - O valor da bolsa/auxílio, será efetuado proporcionalmente entre os alunos habilitados, observado o limite total desta lei ficando limitado o valor para cada estudante, pelo valor do auxílio concedido aos estudantes universitários através da ASCAMO - Associação dos Acadêmicos de Modelo.

Art. 5º - Os estudantes e responsáveis pelo benefício recebido, deverão efetuar a respectiva prestação de contas no prazo de até 60 dias após o recebimento dos recursos, que deverá ser composta de:

I - Documento legal da despesa

II - Comprovante do pagamento com data posterior ao recebimento dos recursos e

III - Declaração que os recursos foram aplicados no objeto.

Parágrafo Único - Se não for efetuada a prestação de contas, o beneficiário será declarado inadimplente, não podendo receber outros recursos de auxílio e será efetuado o lançamento em responsabilidade.

Art. 6º - O Departamento Municipal da Agricultura é responsável pelo chamamento dos interessados através de edital, habilitação e encaminhamento para os setores competentes para empenho, pagamento e prestação de contas.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, estão consignados no orçamento vigente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC, ao 13 de novembro de 2013.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra

GILDO BATTISTI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Monte Carlo

PREFEITURA

Aditivo Nº 01/2013 do Edital Nº 001/2013

ADITIVO Nº 01/2013 DO EDITAL Nº 001/2013

"ABRE INSCRIÇÕES PARA ESCOLHA DOS CANDIDATOS PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON RAYZEL DA CRUZ, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, com base na Lei n. 8.069/90 e na Lei Municipal nº 23/2007, com suas alterações posteriores, que estão abertas as Inscrições de Candidatos para concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar do Município.

1- DADOS INTRODUTÓRIOS:

- 1.1. Prazo para Inscrição: de 24/10/2013 a 13/11/2013
- 1.2. Local de Inscrição: Prefeitura Municipal - Departamento Tributário
- 1.3. Horário: 08h00min às 18h00min horas.
- 1.4. Número de Cargos: 02 (dois) Conselheiros mais cadastro de reserva.
- 1.5. Período do Mandato: até 04/10/2015, conforme art. 139 da lei 8.069/90 e Resolução CANANDA 152 de 09/08/2012;
- 1.6. Remuneração: R\$ 678,00 - Conforme estabelecido no art. 22

§1 da Lei Municipal n. 023/2007 e suas alterações.

ONDE SE LER:

2- DO CALENDÁRIO ELEITORAL:

2.1. Fica estabelecido o seguinte calendário eleitoral:

- DIA 23/10/2013 - Publicação do Edital;
- DE 24/10/2013 a 13/11/2013 - prazo para inscrição dos Candidatos, até às 17:00 horas;
- DIA 14/11/2013 - Homologação das inscrições, publicadas no mural público municipal e no site do município www.montecarlo.sc.gov.br e da Amplasc (www.amplasc.org.br) - após as 18h00min horas;
- DIA 23/11/2013 - Realização das provas escritas;
- DIA 23/11/2013 - Divulgação gabarito provisório;
- DIA 26/11/2013 - Resultado Preliminar;
- DIA 27/11/2013 - Identificação Pública dos Candidatos
- DIA 28 E 29/11/2013 - Recurso da Classificação Preliminar;
- DIA 03/12/2013 - Homologação do Resultado de Classificação Final.
- DIA 08/12/2013 - Eleição, apuração e proclamação do resultado - na Prefeitura Municipal-sala de reuniões, das 15h00min às 16h00min horas;
- DIA 09 a 10/12/2013 - Prazo de Recurso do resultado de eleição;
- DIA 12/12/2013 - Homologação do Resultado final;
- DIA 13/12/2013 - Posse dos eleitos.

LEIA-SE:

2- DO CALENDÁRIO ELEITORAL:

2.1. Fica estabelecido o seguinte calendário eleitoral:

- DIA 23/10/2013 - Publicação do Edital;
- DE 24/10/2013 a 13/11/2013 - prazo para inscrição dos Candidatos, até às 17:00 horas;
- DIA 14/11/2013 - Homologação das inscrições, publicadas no mural público municipal e no site do município www.montecarlo.sc.gov.br e da Amplasc (www.amplasc.org.br) - após as 18h00min horas;
- DIA 23/11/2013 - Realização das provas escritas;
- DIA 23/11/2013 - Divulgação gabarito provisório;
- DIA 26/11/2013 - Resultado Preliminar;
- DIA 27/11/2013 - Identificação Pública dos Candidatos
- DIA 28 E 29/11/2013 - Recurso da Classificação Preliminar;
- DIA 03/12/2013 - Homologação do Resultado de Classificação Final.
- DIA 09/12/2013 - Eleição, apuração e proclamação do resultado - na Prefeitura Municipal-sala de reuniões, das 15h00min às 16h00min horas;
- DIA 10 a 11/12/2013 - Prazo de Recurso do resultado de eleição;
- DIA 13/12/2013 - Homologação do Resultado final;
- DIA 16/12/2013 - Posse dos eleitos.

Justificativa: Muda-se a data de eleição, apuração e proclamação do resultado para o dia 09/11/2013, haja vista que o dia 08/11/2013 outrora marcado trata-se de Domingo, e consequentemente as outras datas e fases foram postergadas.

As outras cláusulas, itens, observações e regras permanecem inalteradas na forma original do respectivo edital nº 001/2013

Monte Carlo/SC, 11 de novembro de 2013

EMERSON RAYZEL DA CRUZ

Presidente do CMDCA

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto Nº 075/2013

DECRETO Nº 075/2013, em 30 de Setembro de 2013.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, USANDO COMO RECURSOS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.535/12, de 18 de Dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria de Obras, Planej. e Desenv. Econômico

07.01 - Secretaria de Obras, Planej. e Desenv. Econômico

07.01.06.181.0010.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 10.000,00

07.01.06.122.0010.2.021-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 8.000,00

10 - Secretaria de Educação e Cultura

10.01 - Secretaria de Educação e Cultura

10.01.12.361.0007.2.013-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 30.000,00

11 - Encargos Gerais do Município

11.01 - Encargos Gerais do Município

11.01.28.843.0000.2.027-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 42.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria de Obras, Planej. e Desenv. Econômico

07.01 - Secretaria de Obras, Planej. e Desenv. Econômico

07.01.06.122.0010.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 8.000,00

07.01.06.181.0010.2.022-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 10.000,00

10 - Secretaria de Educação e Cultura

10.01 - Secretaria de Educação e Cultura

10.01.12.361.0007.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 25.000,00

10.01.12.361.0007.2.013-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 5.000,00

11 - Encargos Gerais do Município

11.01 - Encargos Gerais do Município

11.01.28.843.0000.2.027-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Valor de R\$ 42.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.335/2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 1.533/2012 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei nº. 1.535/2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 30 de Setembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 078/2013

DECRETO Nº 078/2013, em 15 de Outubro de 2013.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, USANDO COMO RECURSOS AUXÍLIOS E CONVÊNIOS.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.535/12, de 18 de Dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 30.000,40 (trinta mil reais e quarenta centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 07: Secretaria de Obras, Plan. e Desenv. Econômico

07.01 - Secretaria de Obras, Plan. e Desenv. Econômico

07.01.26.782.0010.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

R\$ 30.000,40

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo serão utilizados recursos proveniente:

- Convênio 2013 TR 0002710- SDR 2100004416/2013

R\$ 30.000,40

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.335/2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 1.533/2012 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei nº. 1.535/2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Outubro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 080/2013

DECRETO Nº 080/2013, em 23 de Outubro de 2013.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, USANDO COMO RECURSOS AUXÍLIOS E CONVÊNIOS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.535/12, de 18 de Dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 251.935,02 (duzentos e cinquenta e um mil novecentos e trinta e cinco reais e dois centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 10: Secretaria de Educação e Cultura

10.01 Secretaria de Educação e Cultura

10.01.12.365.0007.2.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 207.388,85

10.01.12.361.0007.2.010-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 44.546,17

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes:

- Convênio 830114/2007- PROINFÂNCIA (188)

R\$ 207.388,85

- Convênio 701966/2010- MEC/FNDE (188) R\$ 44.546,17

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.335/2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 1.533/2012 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei nº. 1.535/2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 23 de Outubro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 091/2013

DECRETO Nº 091/2013, em 12 de Novembro de 2013.

"FIXA O ÍNDICE IPCA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.110, DE 18/12/02, PARA ATUALIZAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DA TAXA DE VERIFICAÇÃO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS (ALVARÁ), TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ALVARÁ SANITÁRIO) E IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCI JOSÉ SARTOR, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Artigo 1º - É Fixado o Índice de Correção Monetária da Taxa de Verificação de Posturas e Normas Urbanísticas (Alvará), Taxa de Vigilância Sanitária (Alvará Sanitário) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 5,84%, para o ano de 2014, conforme art. 3º, da Lei 1.110, de 18/12/2002.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 12 de Novembro de 2013.

MARCI JOSÉ SARTOR

Prefeito Municipal, em exercício

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 092/2013

DECRETO Nº 092/2013, em 12 de Novembro de 2013.

"FIXA O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCI JOSÉ SARTOR, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 416, § 1º, da Lei Complementar nº 002, de 21 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Artigo 1º - Fixa o Calendário Fiscal do Município de Morro da Fumaça para o Exercício Financeiro de 2014, referente ao recolhimento de Taxa de Verificação de Posturas e Normas Urbanísticas (Alvará) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Artigo 2º - A Taxa de Verificação de Posturas e Normas Urbanísticas (Alvará) terá desconto de 10% (dez por cento), com pagamento em Cota Única, até o dia 07 de Fevereiro de 2014.

Artigo 3º - O pagamento da Parcela nº 01, referente à Taxa de Verificação de Postura e Normas Urbanísticas (Alvará), terá vencimento no dia 10 de fevereiro de 2014.

Artigo 4º - A Taxa de Vigilância Sanitária (Alvará Sanitário) terá vencimento no dia 07 de fevereiro de 2014.

Artigo 5º - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) terá desconto de 15% (quinze por cento), com pagamento em Cota Única, até o dia 07 de fevereiro de 2014.

Artigo 6º - As parcelas referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) obedecerão ao seguinte calendário:

I. Parcela 01 - com vencimento em 14 de fevereiro de 2014;

II. Parcela 02 - com vencimento em 14 de março de 2014;

III. Parcela 03 - com vencimento em 15 de abril de 2014;
IV. Parcela 04 - com vencimento em 15 de maio de 2014;
V. Parcela 05 - com vencimento em 16 de junho de 2014;
VI. Parcela 06 - com vencimento em 15 de julho de 2014;
VII. Parcela 07 - com vencimento em 15 de agosto de 2014;
VIII. Parcela 08 - com vencimento em 15 de setembro de 2014;
IX. Parcela 09 - com vencimento em 15 de outubro de 2014;
X. Parcela 10 - com vencimento em 14 de novembro de 2014;
XI. Parcela 11 - com vencimento em 15 de dezembro de 2014;
XII. Parcela 12 - com vencimento em 15 de janeiro de 2015.
Artigo 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 12 de Novembro de 2013.

MARCI JOSÉ SARTOR

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ANTONIO MICHEL MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Exoneração

PORTARIA Nº. 3486 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. JENIFFER CRISTIANE TEIXEIRA, matrícula Nº469807 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2013

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2013.

PORTARIA Nº. 3487 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - EXONERAR a Srª. Meliza de Aguiar de Jesus, matrícula Nº.115015, do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de novembro de 2013.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2013.

Portaria Admite

PORTARIA Nº. 3488 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA, para exercer a função Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (VINTE) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de novembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 05 de novembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 04 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2013
PORTARIA Nº. 3498 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. HELOÍSA GRAF LENOIR, para exercer a função Professora de Educação Infantil, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (VINTE) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de novembro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de novembro, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 08 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de novembro de 2013.
ALESSANDRA MÜLLER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de novembro de 2013

Progressão Funcional por Tempo de Serviço

PORTARIA Nº. 3484 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003,

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. DEISE ESPINDOLA, sob matrícula nº 1870101 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "A", referente ao período trabalhado de 2009/2011.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com

seus efeitos retroativos a partir de 1º de novembro de 2013 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 04 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 04 de novembro de 2013
PORTARIA Nº. 3485 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 009 de 11/08/2003,

RESOLVE:

I - Promover, a Srª. MAGALI DOS SANTOS, sob matrícula nº 128112 no quadro geral dos servidores Públicos Municipais por desempenho, de forma horizontal no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando-se na Referência "B", referente ao período trabalhado de 2009/2011 e 2011/2013.

II - A promoção está invocado no artigo 7º da Lei Complementar 011 de 04 de dezembro de 2003 que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a partir de 1º de novembro de 2013 , revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Prefeitura Municipal de Navegantes, 04 DE NOVEMBRO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 04 de novembro de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA INTERINA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 04 de novembro de 2013

Extrato Homologação Concorrência Nº 133/2013 PMN

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 133/2013.
PROCESSO Nº 133/2013.
HOMOLOGAÇÃO: 11/11/2013.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA-EPP.

OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA VERGINA GUEDES LEMOS, NA LOCALIDADE DE ESCALVADINHOS, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 282.302,99 (DUZENTOS E OITENTA E DOIS MIL TREZENTOS E DOIS REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS)

NAVEGANTES, 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Errata de Edital de Chamada 011/2013

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 011/2013

EDITAL DE 1ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR(A) DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR DE REFORÇO ESCOLAR, MONITORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, MONITORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFESSOR DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, INSTRUTORES DE INFORMÁTICA E AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a primeira chamada dos candidatos do Processo Seletivo, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo nº 003/2013 para o provimento das funções de, Professor(a) de Educação Infantil, Professor(a) de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor(a) das Series Finais do Ensino Fundamental nas Disciplinas de Ensino Religioso, Geografia, História, Matemática, Língua Portuguesa, Inglês, Professor (a) Sala de Recursos Multifuncionais, Professor(a) de Reforço Escolar, Monitores da Educação Infantil, Monitores de Educação Especial, Agentes de Serviços Gerais da Educação.

Da Chamada

Serão chamados para o provimento a partir de 10 de fevereiro de 2014 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo nº 003/2013, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	19	20	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - GEOGRAFIA	03	20	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - HISTÓRIA	12	20	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - INGLÊS	06	20	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – LÍNGUA PORTUGUESA	01	10	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – LÍNGUA PORTUGUESA	12	20	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – MATEMÁTICA	06	20	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – CIÊNCIAS	02	10	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – CIÊNCIAS	07	20	MAT/VESP

PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ARTES	01	10	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – ARTES	03	20	MAT/VESP
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	90	20	MAT/VESP
PROFESSOR DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	10	20	MAT/VESP
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	120	30	MAT/VESP
MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	30	20	MAT/VESP
INSTRUTORES DE INFORMÁTICA	04	20	MAT/VESP
INSTRUTORES DE INFORMÁTICA	08	40	MAT/VESP
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	30	40	INTEGRAL

A chamada acontecerá no mês de JANEIRO do ano de 2014 no Auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Avenida João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	06/01/2014	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS – GEOGRAFIA	07/01/2014	08:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - HISTÓRIA	07/01/2014	08:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - INGLÊS	07/01/2014	08:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA	07/01/2014	08:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA	07/01/2014	08:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - CIÊNCIAS	07/01/2014	08:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
SÉRIES FINAIS – ARTES	07/01/2014	08:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	09/01/2014	08:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	08/01/2014	08:30 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	08/01/2014	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES

MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	08/01/2014	10:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	08/01/2014	09:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	07/01/2014	14:00 H	AUDITÓRIO DA PREFEITURA NAVEGANTES

2 . Das Exigências para a Contratação

Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

Para fins de contratação serão exigidos no ato da chamada dos candidatos os seguintes documentos:

Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data de posse;

1 Foto 3X4

2 Cópias do documento de identidade;

2 Cópias do CPF;

Situação Cadastral do CPF (consultar no site www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp) ;

2 Cópias do Comprovante de Residência;

Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;

Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; Dr. Deoclécio Marioto, e Dr. Rafael Moreira, conforme data e horários estabelecidos no item 2.6.1 deste Edital, no NAVEGANTESPREV, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 295, sala 4.

Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;

Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório ;

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

Comprovante de residência;

Certidão de Nascimento dos dependentes;

1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;

1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;

Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete)anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;

1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;

1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;

1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);

1 Cópia do Número de PIS/PASEP;

1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público;

Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal(www.trf4.jus.br), da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br)

OBS: Os itens J, L, N foram anexados os Formulários para

preenchimento , assinatura e apresentação com toda a documentação.

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data da chamada supra citada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Civis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

A contratação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

A apresentação deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de notificação, e dependerá de prévia inspeção médica oficial conforme a legislação vigente, conforme indica a alínea K do item 2.2.

2.6.1. O candidato deverá apresentar-se nos dias e horários estabelecidos na tabela abaixo junto ao NAVEGANTESPREV, munido do questionário em anexo preenchido e assinado, para obtenção do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional):

Data	Horário	Cargo
30/11/2013	9:30 às 11:00 horas	Professor de Séries Finais - Inglês
		Monitor de Educação Infantil – candidatos 01 a 40
30/11/2013	13:00 às 14:30 horas	Monitor de Educação Infantil – candidatos 41 a 75
		Professor de Séries Finais – todos candidatos de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia
02/12/2013	08:30 às 11:00 horas	Professor de Séries Iniciais – candidatos 01 a 50
06/12/2013	10:00 às 12:00 horas	Professor de Séries Iniciais – candidatos 51 a 90
		Professor de Séries Finais – todos candidatos de Ciências e Artes
		Professor de Sala de Recursos Multifuncionais
07/12/2013	08:30 às 11:00 horas	Monitor de Educação Especial
		Instrutores de Informática
07/12/2013	13:00 às 15:30 horas	Agente de Serviços Gerais

Dos candidatos a serem chamados

Cargo: Professor de Educação Infantil

Classif.	Candidato
01	SIRLEI TEREZINHA WOLFART
02	GISELE DA SILVA COUTO
03	CARIN DAIANA SALOMAO
04	PATRICIA LUCINDO KAFKA
05	ANGELA RAMOS LIMA
06	ROSÂNGELA APARECIDA ROTERS
07	ROSLEINE BURCKHART ANGIOLETTI
08	ANDREA APARECIDA GRITTENS
09	MARCIA DA SILVA
10	TÂNIA APARECIDA ALEXANDRE
11	JANAINA BEATRIS ROCHA DA LUZ
12	ANA RUBIA DO AMARAL ROSA
13	SHAIANE LOUISE BALTAZAR
14	ROSANGELEI POSSAMAI DOS SANTOS
15	JOSILENE YANSÂN DE JESUS
16	MELIZA DE AGUIAR DE JESUS

17	FLAVIA REGINA FERREIRA
18	ELIANE DA SILVA UESLER
19	ELIANE MARISA MONERETTO

3.2. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental
Disciplina - GEOGRAFIA - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	MARCIA ANDREA GERVASIO
02	ALESSANDRA BRANDL MUNIZ DO AMARAL
03	JANDRA BORGES

Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental
Disciplina - HISTÓRIA- (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	WILLIAM STERCHELE BARCELLOS
02	ELISEU GOMES ISRAEL
03	SAMARA DANTAS TRIGUEIRO DE OLIVEIRA
04	BENTA CRISTINA SOUZA
05	EVANDRO ROBSON SCHAEFER
06	CLEO JUVENAL GONCALVES
07	PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA
08	CÍNTIA SOARES
09	RODRIGO LIMA MOTHÉ
10	MÁRCIO ROBERTO DE OLIVEIRA
11	VANESSA DE OLIVEIRA

12	MARCIA BRAZ LOPES
----	-------------------

Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental
Disciplina - INGLÊS - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	MIRELLA SHELLIGAN MAIA
02	OSVALDO CORREA DE MELLO JUNIOROSV
03	ADRIANA ERBS LIVINALI
04	LETICIA GUTTERRES PORTALET
05	ELISANGELA SILVA LINALDI PELEGRINI
06	GISELE DE FÁTIMA BALDO BISPO

Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental
Disciplina - LÍNGUA PORTUGUESA - (10 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	PATRICIA COLIM DA SILVA GONÇALVES

Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental
Disciplina - LÍNGUA PORTUGUESA - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	ELAINE CARTELL PATRCIO
02	ADRIANA DAMBROS MARCHETTI
03	MARGARETE ELSA GROSS REINKE
04	PATRICIA DUARTE CIDRAL
05	CARLOS ALBERTO MEDEIROS
06	LUCIENE EVANGELISTA DOS SANTOS SILVA
07	JUSSARA RISSATTO
08	SIMONI REGINA SEVERINO SCHMITZ
09	CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CERQUEIRA
10	TATIANE ROBERTA VIEIRA CORREA
11	THAIS CATTAR DA COSTA
12	ANDRÉA DE CÁSSIA SILVEIRA

3.7. Cargo Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental
Disciplina- MATEMÁTICA - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	JUNIOMAR NASCIMENTO DA SILVA
02	NEIDE RITA ROMON
03	SHERON LUBNA BECK
04	ANTONIO EDUARDO PINHEIRO
05	ALFREDO PEDRO BORBA NETO
06	CRISTIANE MARILENA DA SILVA

3.8. Cargo Professor de Series Finais do Ensino Fundamental
Disciplina - CIÊNCIAS - (10 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	LISIANE ALVES GUADAIM RIBEIRO
02	JOYE KARINA BALERA

3.9. Cargo Professor de Series Finais do Ensino Fundamental
Disciplina - CIÊNCIAS - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	TATHIANA CRISTINE PEREIRA
02	VIVIAN CARDOSO DA SILVA
03	LUCIANA ASSUMPCÃO DE CARVALHO DOS SANTOS
04	HILAIRE MOURA RODRIGUES MARTINS
05	ANDREIA DA SILVA ALVES
06	MATHEUS CAMARGO MARTINS
07	CASSIANE TATSCH

3.10. Cargo Professor de Series Finais do Ensino Fundamental
Disciplina - ARTES - (10 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	ANDERSON DO ROSÁRIO

3.11. Cargo Professor de Series Finais do Ensino Fundamental
Disciplina - ARTES - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	MÁRCIA DENYSE MACÊDO DA SILVA
02	PATRICIA ONDINA COELHO
03	EDSON SANTANA

3.12. Cargo Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental
(20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	EDILENE IRIS CALDEIRA LOURENCO
02	SUELI MARIA TRIMMER SILVA DA CUNHA
03	VIVIANI TAIMARA BERNARDES GALVEZ
04	ISABELA MONTE CRISTO LOPES
05	KENIA CRISTINA RUDOLFO DA CRUZ
06	KATIA DA SILVA FIGUEIREDO
07	ANDREIA GERALDOA
08	CARLA GOMES DE OLIVEIRA
09	SILVANA LETICIA DUMKE
10	LAURA CRISTINA DE SOUZA RODRIGUES
11	ELIANE DE FATIMA RAMOS
12	CARLA FELIPE DE JESUS ALVES PINTO
13	SUZELE BENTA DO NASCIMENTO
14	JUCELEI PEDROZO DOS SANTOS DE SIQUEIRA
15	CARMEN CLEDI SCHWERTZ ALVES
16	NEUZA MARIA DE SOUZA
17	ALEXSANDRA BRAZ DE MORAIS SCHULZ
18	MARLI REGINA PACHECO FAUSTOMARLI REGINA
19	ADRIANA PRESTES FURTADO

20	PATRICIA BITTENCOURT
21	GEOVANITA SAMANTA HELGREN
22	ROSANGELA MARIA SENFF WILLE
23	LUCIANA ANDREIA ALMEIDA
24	JUSSARA MARIA THEISS

25	ROSANGELA ROSA DA SILVA
26	CRISTIANE SEVERINO
27	CINTIA RENATACABRAL
28	GARDENIA DE FATIMA ALVES ROSA
29	CRISTINA PAULO MONTEIRO
30	VALDELIRIA MIOTTO
31	MARIANA BERNARDETE ARAGÃO
32	APARECIDA DONIZETE RODRIGUES
33	CLAUDIANE PIERRE
34	MARCIA BARBARA SCHIZZI RIBEIRO DE DEUS
35	RAQUEL PALOMA DA SILVA
36	DAYANE LESAN MEYER
37	JEAN CARLOS RIBEIRO
38	FABIANA REGINA DE SOUZA SANTOS
39	CHRISTIANE DA SILVA DE SOUZA
40	FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES
41	LUCILE PATRICIA FONSECA
42	JULIANA APARECIDA DA SILVA TRAMONTIN
43	MARIA DE FATIMA DE SOUZA
44	GRAZIELA DA SILVA FLORES
45	CAROLINA MAMBRINI MONTEIRO
46	MARIA FÁTIMA DA SILVA RIBEIRO
47	LUIZA RAMOS DE LIMA COUTO
48	JUSCELINO OLIVEIRA
49	MAGRIT DECKER
50	MARCIA RODRIGUES CARDOSO
51	SHIRLEY SCHNEIDER SCHREIBER DA COSTA
52	JANAINA FORLIM DE SOUZA
53	SAMIA HASSAN RESLAN

54	ELAINE CRISTINA DA TRINDADE
----	-----------------------------

55	JOCIMARA PEREIRA MEZZON
56	DENICE SILVA ROSA FERREIRA
57	FRANCIANE CONCEIÇÃO ROSA DE ALMEIDA
58	NEUSA LUZIA DA ROCHA COSTA
59	MARISE LINDOMAR COUTO
60	REGIANE FERNANDA CALDONHO
61	LETICIA CASSIMIRO DA SILVA CARDOSO
62	SIMONE JUSSARA MORITZ PINTO
63	ANA PAULA JORGE BERNARDES
64	RITA DE CASSIA DA CUNHA BITTENCOURT
65	FABIANE DALLAGO
66	DANIELA BARON KOLHER
67	CHARLENE OLIVEIRA BRÁZ
68	ANTONIA EDINICE RODRIGUES DE ARAUJO
69	VALDILEIA SANTOS COIMBRA ROCHA
70	ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR
71	ROSANGELA CHIMKA
72	PATRICIA HERING DOS SANTOS
73	ROSELI CUNHA
74	RITA ROSE KORMANN
75	KARIN MARCELLOS PEREIRA
76	EDNALVA SILVA REANÇA
77	LUCIANA TRAMONTIN NOLLI
78	DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA
79	GRAZIELE LOURENÇO FERREIRA

80	LUANA CRISTINA FONSECA
81	ARIANE SOARES ALVES
82	DAMARIS CORREA
83	ALESSANDRA ALVES CASERES DA SILVA
84	JULIANA KOVACS LACERDA
85	LETÍCIA RANGUET NASCIMENTO

86	SANDRA CIANE PRAWUCKI MICHELIZZI
87	FRANCIELE CRISTINA SCHMITT
88	REGINA MARIA DA SILVA
89	KATIANE MARIA GARCIA
90	CAROLINE MENDES BORTOLATO MODOLON

3.13. Cargo: Professor de Sala de Recursos Multifuncionais (20 h semanais)

Classif.	Candidato
01	ALESSANDRA VIEIRA
02	MARLIZE BOROVIČZ DE OLIVEIRA
03	ALINE LUISA SOUZA GONZALES

04	ROSE LEDI GOETZ
05	MARILIA MARIA DE SOUZA

06	TEREZINHA FEUSER STASUN
07	ALINE MATHEUS TEIXEIRA

08	LUIZIANE VENTURINI GONÇALVES
09	EVANIR DA SILVA

10	CHRISTIANE SORAIA DE LIMA
----	---------------------------

3.14. Cargo: Monitor de Educação Infantil (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	JULIANA DE ARAÚJO CORRÊA DA SILVA
02	LUCIMAR SILVEIRA BRITO
03	IDA CRISTINA GOMES RABITO
04	SUSANA DA PIEDADE GOMES CORREA
05	RUTE MERI FERREIRA DA LUZ
06	KARINA SATIRO DA SILVA
07	CRISTIANA PEREIRA DE SOUSA
08	DANIELE DE CASTRO PEIXE
09	JANAINA CORREA
10	JOSIANE ONOFRE
11	GEOVANA CARDOSO FLORIANO
12	ROSETE CELESTIANO DA SILVA
13	GISELE CRISTINA FORMENTO
14	ELICA DA SILVA
15	BRUNA THAIS PINHEIRO FERREIRA
16	SOLANGE APARECIDA CANOFRE
17	CINARA APARECIDA JUSTINO
18	ARIANE VIEGAS LUIZA
19	FERNANDA LEMES BRITES
20	PAMELA RODRIGUES CHAGAS ZEFERINO
21	GRAZIELI ESTEVAO CARDOSO
22	ARILSON PEREIRA
23	ADRIANA SIMOES DE SOUZA COELHO
24	ANGELA APDA CELESTINO
25	ELISANDRA MACHADO DE BORBA COSTA
26	EDILAINE DE ABREU GAUTERIO
27	AMANDA CAROLINA DOS SANTOS MENDES

28	VERGINIA APARECIDA JARSKI ANTUNES
29	SILVANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES
30	ANA PAULA NONNEMACHER
31	ANA CRISTINA SANTHIAIGO
32	JANAINA IRENE PATRICIO DA ROCHA
33	MARISE SABRINA DA SILVA

34	LUCILENE MOREIRA
35	SATIE ANDREIA ODAWARA FUSINATO
36	ANA PAULA DA SILVA FERRI
37	CELIA REGINA LIBORIO
38	VANESSA CRISTINA DIAN PINOTTI
39	DEYSE DAIANE MARTINS DE OLIVEIRA
40	ALINE MORGANA BALDO
41	DAIANE CRISTINA DE ASSIS

42	GIZANDRA PRIMON
43	DANIELA APARECIDA MOROSKI
44	LICIA DE FATIMA SENABIO
45	MARIANA RIBEIRO CORDOVA PEREIRA
46	ANALICE P. QUEIROZ
47	GLEICIANI DAVILA MACHADO
48	JAQUELINE MOURAO DE OLIVEIRA
49	MARIELE ALVES DE MIRANDA
50	LEDIANE DIAS ALVES

51	MAINGRA REGINA FAUSTO
52	LETÍCIA DE PAULA ALMEIDA
53	LETICIA NALDI RAFAEL

54	MARIA DO CARMO CARBALLO
55	CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA
56	CATIA CRISTINA COUTO FLORES
57	ANDREA REGINA DE SOUZA
58	ADRIANA LIBERATO SOUZA
59	DANIELA CRIVELETTO MARINS
60	SUELEN FABIANE LUZ
61	ARIANA ALVES
62	MARA HELENA THEISS
63	LIDIANA SILVA DOS SANTOS
64	ANE KAROLINE PORTELLA
65	ERICA HELENA DE SOUZA
66	CLAUDIA TAIARA PEREIRA GOMES
67	ARIANE ZILZ DE SOUSAARIANE
68	ANA PAULA VIEIRA DOS SANTOS
69	ANA PAULA BERKENBROCK
70	CAROLINE SEVERINO C
71	JULIANA STANCK
72	MAIARA CRISTINA VIEIRA
73	CARLA DANIELA DO NASCIMENTO
74	BRUNA REGINA PEREIRA
75	CARLA DOLORES DA SILVA FERREIRA NUNES
76	TACIARA WIERBISTKI DE ALMEIDA ROSANELLI
77	CLEUNICE QUEIROZC
78	ILCA ARAUJO HARBS
79	BRUNA REGINA ALVES DE OLIVEIRA
80	VERA LUCIA DA SILVA
81	JANECLEIA ARTINI
82	TAIANA WANDERHERZ

83	ANA CRISTINA BARBOSA GUERRA
84	CARLA ELIDIANE CORDEIRO
85	CARULINI ALEXANDRINA
86	ANDRÉA ALTINI
87	KELLEN LETICIA DE BARROS
88	CARINE BORECK RODRIGUES
89	JÉSSICA ALINE ROCHA DA SILVA
90	LISLIE DA COSTA DOS SANTOS
91	LAIS SCARLET COLEHO GALVEZ
92	MARIANE CARDOSO
93	THAIS STEFANI COUTO
94	AMANDA NAYRA PEREIRA
95	FRANCIELI ROFRIGUES
96	SABRINA DA SILVA MANGRICH
97	GLAUCIA ANDREIA CALLEGARIM
98	VIVIANE COLLA
99	VANI BOASKEVIS
100	MARIANA MENDES
101	ISABEL DOS SANTOS DEMETRIO
102	MARAISA GABRIELA DE ANDRADE LEO
103	SUELEN STEPHANIE ROSA
104	CINANDRA LUIZA PAVI RICOBOM
105	SAMARA DE OLIVEIRA PEREIRA SANTOSS
106	GERUZA DARCI FRANCISCO
107	KATHY CAROLINE STEIN
108	CIBELE MARIA DE CARVALHO
109	MICHELE REGINA SERRANO DOS SANTOS
110	REGINA FERNANDE DE OLIVEIRA
111	JANETE AGOSTINHO DOS SANTOS ROMÃO
112	THAIS NEVES HABITZREUTER
113	CLEUZA APARECIDA GOMESCLEUZA APARECIDA GOMES
114	KEILA PATRICIA RODRIGUES
115	JOYCE ADRIANE FRANZ
116	FERNANDA LOPES SARAIVA
117	HINDIANARA MENDES
118	KELLIN GABRIELE LINHARES
119	STEFANY ALINE CARDOSO
120	AMANDA VITÓRIA DA COSTA

Cargo : Monitor de Educação Especial (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	JEFERSON ANDRÉ PEREIRA
02	CRISTIANE VANESA HOLSTEIN DA MOTA
03	LUCIANA MABA DA SILVA
04	MARILENE DA SOLIDADE PEREIRA DA SILVA
05	BRUNA DELL OLIVO
06	DILAN ANACLETO LUCREZIA
07	FRANCINE SIMAS
08	KARIN CRISTINE WESTERKAMP DE CARVALHO SALVINI
09	CRISTINE FLACH ABBIS
10	MAYELY GUZATTI PARIZOTTO
11	MARILIN MARIN
12	MARIA CECILIA PIOLLA SEARA
13	CARLOS SILVANO DE OLIVEIRA

14	MICHELLY HERIKA NUNES DOS SANTOS
15	BRUNA EDUARDA NAGEL
16	MARIA GORETTI DUPLAA SOARES
17	SANDRA LUZIA BARBOSA DE OLIVEIRA
18	JESSICA MORGANA CRISPIM BERNARDES
19	BRENDA CAROLINE GODOY SCHON
20	JANAINA DA AMARAL (vaga deficiente físico)
21	LEONARDO CARLOS KLOCK

22	DANIELE DA SILVA CARDOSO FLORES
23	ANDRÉ FELIPE DA COSTA
24	LUCIANA DESCHAMPS
25	CRISTINA NASCIMENTO ROMANHOLI
26	ELISANDRA PAULINA
27	ROSA MARIA DA SILVAROSA MARIA DA SILVA
28	IVONETE IRACEMA DA SILVA

29	GISELY CUSTODIO DOS SANTOS
30	IZABEL CRISTINA DO NASCIMENTO

3.16. Cargo Instrutor de Informática – (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	LUIZ FELIPE APOLINÁRIO
02	DARLANE DOS SANTOS
03	CINTHIA RAQUEL DE OLIVEIRA CARVALHO
04	MARCOS DIAS MENEGHEL

Cargo Instrutor de Informática (40 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	THIAGO DAVID PRUSS
02	PAULO RICARDO ARAIS
03	VIVIANE DE CÁSSIA CATARINA
04	RODRIGO VARGAS
05	LUCAS MATHEUS VICENTE
06	JHONATAN CRISTYAN DE SOUZA DA SILVA
07	ANA CAROLINE RAUE
08	DANIELA ANTONIO PEREIRA

Cargo Agente de Serviços Gerais da Educação (40 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	ARIANE RONCALIO
02	CRISTIANE SOUZA SANTOS
03	EMANUELLE DE PAULA RIBEIRO
04	CRISTINA ELIANE DA SILVA
05	ANGELICA DA SILVA
06	CLAUDETE DOS PASSOS ALVES
07	SOLANGE IRINEIA ANDRE
08	RUTE ALAIDE TABALIPA AMORIM
09	MARIA ROSINEIDE SILVA SOARES
10	EDICLEIA VEIGA DA SILVA

11	JOSIANE WOSNIAK
12	BRUNA ROBERTA FRITZKE
13	EDINEIA KISLIKOSKI MACHADO
14	ROSÂNGELA FERREIRA DAVILLA MACHADO
15	MARCIA PIRES DOS SANTOS
16	FABIANE DOS SANTOS MOTA THEISS
17	ELIZABETH DA SILVA
18	VALDENICE PARAIBA LIMA
19	PATRICIA LAMIM
20	ZAIDE ESPERANDIO
21	TANIA MARI PASSOS DA LUZ
22	TERZINHA MARQUES PONTIOLI
23	REGINALDO MAURO VIEIRA

24	JORGEANE WOSNIAK
25	ROSANE AUGUSTA SOUZA DE MENDONÇA
26	MARILDA FRANCO BRICK
27	MARICÉLIA SOUZA
28	NOEME ALVES BRANDÃO

29	TAINA ARANHA SILVA
30	JOSIANE MARIA INOCENCIO DA SILVA COSTA

Das Disposições Finais

4.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, e por carta registrada encaminhada por endereço fornecido pelo candidato.

4.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 08 de novembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

ALESSANDRA MULLER

Secretária da Administração e Logística Interina

Errata Homologa Edital Nº 006/2013

EDITAL nº 006/2013-02 SME

Defere e homologa o Resultado Final do Processo de Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, aos ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do Quadro do Magistério Público Municipal.

A Secretaria de Educação Defere e homologa o Resultado final do Processo de Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, aos ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do Quadro do Magistério Público Municipal.

1. Do Deferimento

1.1. Pelo presente edital, que ficam deferidas e homologadas as inscrições em anexo indicadas para a Processo de Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação nos termos do edital nº. 006/2013/SME de 19 de setembro de 2013.

1.2. Os servidores relacionados no item 1.1 deste edital, atenderam as indicações do edital nº. 006/2013/SME de 19 de setembro de 2013.

1.3. À Secretaria Municipal de Educação cabe atender aos subitens do edital nº. 006/2013/SME de 19 de setembro de 2013.

2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação.

Navegantes (SC), 06 de outubro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

Lista dos servidores do Magistério Público Municipal inscritos a Progressão Funcional Horizontal por Cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação, nos termos do Edital nº 006/2013 de 19 de setembro de 2013.

Navegantes - SC, 06 de outubro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração e Logística

Nova Trento

PREFEITURA

Processo Nº 126/2013 - Pregão Presencial Nº 081/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2013 - Registro de Preços 038

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição parcelada de MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E GÁS DE COZINHA, para o Fundo Municipal de Saúde - Postos de Saúde, para o ano de 2014, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item . Entrega dos envelopes: 28/11/2013 até as 14:00 horas. Abertura: 28/11/2013 - 14:00 horas.

Outras Informações: Fone(s): 48.32673211 - 48.32673213 ou através do e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br - Site: www.novatrento.sc.gov.br

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Resultado Final e Homologação - PP 075/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2013

HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação de Ruas Ivo Ceccato e Otávio Piazza, sendo, 1.546,30 m² de Lajotas na Rua Ivo Ceccato, 944,90 m² de lajotas na Rua Otávio Piazza, 558,75 ml de meio fio na Rua Ivo Ceccato e 422,50 ml na Rua Otávio Piazza, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA. ME. (CNPJ Nº 17.847.183/0001-88) - Valor de R\$ 33.688,76 (Trinta e três mil, seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos).

Nova Trento/SC, 11 de novembro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

Resultado Habilitação - TP 010/2013

Resultado do Julgamento da Habilitação - Processo Licitatório nº 108/2013 - Tomada de Preços nº 010/2013 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é o Transporte de Lixo domiciliar produzido em Nova Trento, para o Aterro Sanitário de propriedade da empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., localizado no Município de Brusque/SC, durante o período de 12 (doze) meses, houve a participação da seguinte empresa licitante: TRANSPORTES DELL'AGNOLO LTDA.ME., inscrita no CNPJ nº 05.192.266/0001-05, a qual, pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, foi HABILITADA pela Comissão quando do julgamento da

HABILITAÇÃO. Desta forma, restou habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento das PROPOSTAS a qual se dará nesta mesma data, não havendo a interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 22 do Edital.

Nova Trento (SC), 16 de outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Homologação - TP 010/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2013

HOMOLOGAÇÃO: 24/10/2013

CONTRATADO: TRANSPORTES DELL'AGNOLO LTDA.ME. - CNPJ nº 05.192.266/0001-05

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Transporte de Lixo domiciliar produzido em Nova Trento, para o Aterro Sanitário de propriedade da empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., localizado no Município de Brusque/SC, durante o período de 12 (doze) meses.

VALOR DA DESPESA: R\$ 83.520,00 (Oitenta e três mil, quinhentos e vinte reais) por 12 meses.

DATA: 24/10/2013

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Resultado Proposta - TP 010/2013

Resultado do Julgamento das Propostas - Processo Licitatório nº 108/2013 - Tomada de Preços nº 010/2013 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é o Transporte de Lixo domiciliar produzido em Nova Trento, para o Aterro Sanitário de propriedade da empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., localizado no Município de Brusque/SC, durante o período de 12 (doze) meses, transcorrido o prazo para interposição de recurso contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93, no julgamento da Proposta sagrou-se vencedora, a seguinte licitante: TRANSPORTES DELL'AGNOLO LTDA.ME., inscrita no CNPJ nº 05.192.266/0001-05, valor total de 83.520,00 (Oitenta e três mil, quinhentos e vinte reais) por 12 meses.

Nova Trento (SC), 16 de outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Ouro Verde

PREFEITURA

Decreto N.2409

DECRETO N.º 2409/2013

"Dispõe Sobre a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em especial a Lei Municipal 821/2012, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 7.600,00 (Sete mil e seiscentos reais), destinado a reforçar a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2063 - Pagamento da Div. Contratada
32900000 - Aplicações Diretas - Fonte 0102 - Reduzido 014
R\$ 7.600,00
TOTAL R\$ 7.600,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta de anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentárias do orçamento vigente:

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001.2063 - Pagamento da Div. Contratada
46900000 - Aplicações Diretas - Fonte 0102 - Reduzido 015
R\$ 7.600,00
TOTAL R\$ 7.600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Ouro Verde (SC), em 06 de Novembro de 2013
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.
NILSON SANTIN
Vice-Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº 3353/2013
PORTARIA Nº 3353/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora SOLANGE COELHO DA SILVA, Matrícula nº. 801479, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, removido para a Secretaria de Receita e Regularização Fundiária, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 11 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3360/2013
PORTARIA Nº 3360/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) RITA DE CACIA PEIXER DE SOUZA, matrícula nº. 400031, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Enfermagem, lotado (a) na Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 15/10/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 01 (um) ano, 05 (cinco) meses e 16 (dezesesseis) dias,

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3361/2013
PORTARIA Nº 3361/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ALDEMIR PIO MARTINS, matrícula nº. 500360, ocupante da categoria funcional de Motorista, lotado (a) na Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 11/10/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 11 (onze) anos, 01 (um) mês e 17 (dezesete) dias,

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3362/2013
PORTARIA Nº 3362/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) FRANCISCO LEOPOLDO ZIM-MERMANN, matrícula nº. 500152, ocupante da categoria funcional de Motorista, lotado (a) na de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a 14/10/2013:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 02 (dois) meses e 13 (treze) dias,

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3350/2013.
PORTARIA Nº. 3350/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA GORETI MOREIRA, matrícula nº. 300126, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/09/1998 a 05/09/2003, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/11/2013 à 04/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3351/2013.
PORTARIA Nº. 3351/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	PARA
300017	Edson João da Silva	R\$ 400,00
500933	Jose Ribamar Fernandes Freire	R\$ 250,00
801491	Maria Aparecida Garcia da Silva	R\$ 100,00
300157	Maria de Lourdes Reginaldo	R\$ 200,00
200311	Matheus de Lima Leite	R\$ 600,00
300501	Rodrigo Luciano Viganigo	R\$ 150,00
801476	Tatiane da Silva	R\$ 100,00

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	PARA
300421	Cristiane Olga Martins	R\$ 600,00	R\$ 800,00
401923	Debora May	R\$ 400,00	R\$ 600,00
200040	Gab Luciana Martins	R\$ 900,00	R\$ 1.000,00
200012	Jane Terezinha de Lima Mul-berstedt	R\$ 800,00	R\$ 1.000,00
300430	João Claudio Gonçalves	R\$ 600,00	R\$ 800,00
800195	Kely Cristina Martins	R\$ 910,00	R\$ 1.000,00
300056	Marinete Carmem Alves	R\$ 500,00	R\$ 800,00
400972	Volnei Felicio Pereira	R\$ 600,00	R\$ 800,00

Palhoça, SC, em 11 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3352/2013.
PORTARIA Nº. 3352/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR IZABEL DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Reunida Albardão, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/08/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 11 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3359/2013.
PORTARIA Nº. 3359/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Aldemior Pio Martins	Motorista	120	04/08/13	I – M 16
Ana Caroline N. Nazareth	ASO	02	14/09/13	I – E 10, II – E 19, III – M 54
Ana Caroline N. Nazareth	ASO	02	19/09/13	I – E 10, II – E 19, III – M 54
Ana Claudia Gomes Gonçalves	Professor	90	23/09/13	I – C 34
Ana Cristina de Jesus Santos	ASG	09	10/09/13	I – M 54
Ana Cristina de Jesus Santos	ASG	20	30/09/13	I – M 54
Angela Lenir da Silva Farias	Merendeira	07	26/09/13	I – R 10
Bruna Muller Amorim	Médica	15	16/10/13	I – Z 54-0
Cristiane Olga Martins	Assistente Administrativo	15	18/09/13	I – Z 54-0
Cristiane P. Guanabara	Assistente Social	08	19/09/13	I – J 30-4
Cristina da Silva Alves	ASG	60	28/09/13	I – F 31-2, II – M 65-9
Cristina da Silva Soares	ASG	30	17/09/13	I – Z 54-0
Dayana da Silva	ACD	10	16/09/13	I – M 54, II – Z 33
Dayana da Silva	ACD	180	02/10/13	I – M 54, II – Z 33
Dian Carla Gonçalves	Fiscal de Tributos	05	23/09/13	I – Z 76-3
Edinete Jurema da Silva	ASG	04	24/09/13	I – Z 76-3
Fabiane Machado	Assistente Social	07	24/09/13	I – H 10
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	15	24/09/13	I – Z 54-0
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	30	11/10/13	I – Z 54-0
Gedelci Quadros Oliveira	Assistente Administrativo	05	23/09/13	I – M 54
Gedelci Quadros Oliveira	Assistente Administrativo	07	28/09/13	I – M 54
Gilcemara S. da Silva	Professor	14	18/09/13	I – F 41-1, II – Z 76-3, III – F 41-1
Gilcemara S. da Silva	Professor	04	07/10/13	I – F 41-1, II – Z 76-3, III – F 41-1
Gilcemara S. da Silva	Professor	15	14/10/13	I – F 41-1, II – Z 76-3, III – F 41-1
Gislane da Silva Cruz Comelli	Professor	30	24/09/13	I –
Guicelli Lucimara Furtado	Merendeira	05	23/09/13	I –
Ivonete G. da Rosa Gregorio	Merendeira	04	24/09/13	I –
Ivonete G. da Rosa Gregorio	Merendeira	60	30/09/13	I –
José Francisco Vieira da Rosa	ASO	40	02/10/13	I – Z 54-0
Jucilene Edite T. Rodrigues	ASG	05	23/09/13	I – F 43, II – 32-1
Kely Cristina Pierri Custodio	Enfermeira	07	18/09/13	I – F 43
Larissa Santana	ASG	10	18/09/13	I – Z 76-3
Leonardo Carioni Vieira	Enfermeiro	07	04/09/13	I – Z 76-3

Lindamir de Oliveira	Técnico em Enfermagem	15	24/09/13	I – F 41-1, II – F 43
Lucia Helena Truppel	ASG	60	23/09/13	I – S 93-4, II – G 56-4
Luciane Maria da Silva Margote	ASG	03	23/09/13	I – K 52, II – G 43, III – J 06
Marcos Antonio Wessler	Motorista	05	23/09/13	II – M 25-5
Maria A. Garcia	ASO	30	19/09/13	I – M 65-9, II – M 75, III – M 25
Maria de Lourdes Reginaldo	Assistente Administrativo	14	24/09/13	I – M 54-5
Maria Gorete Machado	ASG	90	17/09/13	I – Z 54-0, II – C 44
Maria Madalena Bechtold	Professor	10	18/09/13	I – M 54-2
Maria Madalena Bechtold	Professor	08	30/09/13	I – M 54-2
Rafael Dall Agnol	Professor	03	17/09/13	I – J 03
Rafael Dall Agnol	Professor	05	23/09/13	I – J 03
Rosicleia Maria Silvana de Lucas	ASG	07	28/08/13	I – S 83-4, II – S 80
Rosicleia Maria Silvana de Lucas	ASG	07	04/09/13	I – S 83-4, II – S 80
Rosicleia Maria Silvana de Lucas	ASG	10	16/09/13	I – S 83-4, II – S 80
Sandrea de Souza	Merendeira	90	24/09/13	I – C 34-8
Susana dos Passos Pereira	ASG	14	17/09/13	I – M 54-4
Tânia Regina de Oliveira Linhares	Agente Administrativo I	35	23/09/13	I – F 33
Terezinha Natalino Farias	ASO	30	24/09/13	I – Z 76-3
Valdirene da Silva	ACS	40	19/09/13	I – F 32-2, II – F 41-1
Vanda Francisco da Silva	ASO	90	25/09/13	I – S 42-0
Walquiria Alves	ASP	05	23/09/13	I – F 33-1

Palhoça, SC, em 11 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
 Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
 Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3363/2013.
PORTARIA Nº. 3363/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO WANDERLEI ZANINI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 23/10/2013.

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3364/2013.
PORTARIA Nº. 3364/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

AUTORIZAR JOÃO ANTONIO BERNARDES, portador da CNH 320075719, vencimento em 18/07/2015, categoria AB, a dirigir veículos da Prefeitura, com efeitos a contar de 22/10/2013.

Palhoça, SC, em 21 de outubro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Resultado Pregao 205/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
205/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de carga de gás e vasilhames para as cozinhas das unidades de ensino do Município, para a Secretaria de Educação, deste Município, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

FLAME COMÉRCIO DE GÁS LTDA ficou classificada em 1º lugar no lote 01, totalizando R\$ 264.950,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

Palhoça, 13 de novembro de 2013.

IPPA

Portaria 074/2013

PORTARIA Nº 074/2013

Concede pensão por morte, em caráter integral, a dependente presumida do servidor inativo falecido, do Tesouro Municipal, Sr. Evaldo Schmitt, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dá outras providências.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a senhora Ermelinda Kraus Schmitt, inscrita no CPF nº 001.237.039-80 e portadora do RG nº 1.811.792-9 dependente presumida do servidor inativo do Tesouro Municipal Evaldo Schmitt, falecido em 25/09/2013.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 10887/04, correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração de contribuição percebida na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA, nos termos do art. 3º, § 2º da Lei nº 2.971/2008.

§ 1º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar extinta a Aposentadoria por Idade, concedida ao servidor falecido nos termos da Portaria nº 3209/99.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 25/09/2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 06 de novembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

GUSTAVO HAEMING GERENT
Diretor-Executivo do IPPA

ARIANA VERA DA ROSA TAVARES
Assistente Administrativo
Matrícula 900048

Papanduva

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços 133/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 133/2013

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 146/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/11/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa FRANCIELLI MARIA TORETTI & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 18.022.363/0001-93, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a contratação de laboratório para confecção e fornecimento de próteses odontológicas removíveis totais e parciais conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor global da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 84.960,00 (oitenta e quatro mil e novecentos e sessenta reais), sendo R\$ 177,00 (cento e setenta e sete reais) por unidade, referente ao item 01, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 146/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 146/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A REGISTRADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.4 - A REGISTRADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.5 - A REGISTRADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

4.6 - Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

4.7 - Realizar o vazamento em gesso;

4.8 - Ficar a cargo da REGISTRADA a captação e devolução do

fluxo do serviço laboratorial solicitado pela CONTRATANTE, ou seja, deverá buscar os modelos ou outros e entregar as peças confeccionadas ou

ajustadas, nas dependências da CONTRATANTE em horário pré-determinado para a conferência do material;

4.9 - A partir do momento do chamado, a REGISTRADA terá o prazo de 30 minutos a 01 hora para a retirada do modelo e será responsável, ainda, por sua conta e risco, pelo deslocamento e demais despesas com transporte e pessoal;

4.10 - A REGISTRADA se compromete a entregar os trabalhos de metalurgia, resinosos e cerâmicos no prazo de até 15 (quinze) dias para cada etapa de procedimentos realizados após o recebimento da moldagem ou prova do trabalho, a partir da Ordem de Serviço da Unidade Requisitante;

4.11 - A REGISTRADA executará os serviços em seu próprio estabelecimento, bem como deverá fornecer para a confecção das próteses objeto deste contrato, todo o material necessário até o término das peças;

4.12 - A REGISTRADA deverá resguardar a CONTRATANTE contra perdas e danos oriundos dos serviços executados sob este contrato, suportando os prejuízos resultantes da negligência ou má execução dos serviços;

4.13 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir no todo ou em parte, quaisquer próteses odontológicas, se nelas ocorrerem defeitos ou incorrências resultantes dos serviços ou materiais empregados, dentro do período de garantia de 03 meses, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.14 - Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, qualquer fato que venha a dificultar a execução dos serviços, nos termos constantes deste, sugerindo soluções, se for o caso;

4.15 - Fornecer a CONTRATANTE os dados técnicos de seu interesse e todos os elementos e informações necessárias, quando for solicitado;

4.16 - Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente por perdas, extravios ou quaisquer outros problemas relativos às informações e/ou modelos fornecidos pela CONTRATANTE, necessários para a perfeita execução deste contrato;

4.17 - A entrega das peças odontológicas deverá ser acompanhada dos respectivos documentos que comprovem a solicitação, a execução e a entrega das próteses na Unidade Requisitante;

4.18 - Responder perante a CONTRATANTE, inclusive perante órgão do poder público, por qualquer inadequação dos serviços;

4.19 - Manter, durante toda a vigência do contrato, os valores propostos, respeitando a Proposta da Tabela oferecida pela CONTRATANTE durante este contrato;

4.20 - Caso seja constatado que o objeto não atende às especificações, será recusado o seu recebimento, devendo a REGISTRADA entregar o material adequado no prazo de 15 (quinze) dias;

4.21 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à registrada será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da

REGISTRADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 146/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado

que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, 08 de novembro de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

FRANCIELLI MARIA TORETTI & CIA LTDA - ME

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Passos Maia

PREFEITURA

Lei Nº 718, de 14 de Novembro de 2013

LEI Nº 718, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

“CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-COMSEAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente LEI:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEAN.

Parágrafo único: O COMSEAN tem caráter consultivo, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º. Cabe ao COMSEAN, estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar o Governo Municipal de Passos Maia na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

Art. 3º. Compete ao COMSEAN, propor e pronunciar-se sobre:

I - As diretrizes da política e do plano municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo Governo;

II - Os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do Município;

III - As formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades;

IV - A realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;

V - A organização e implementação das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único: Compete também ao COMSEAN estabelecer relações de cooperação com conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional de Municípios da região, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Santa Catarina

e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Art. 4º. O COMSEAN será composto por no mínimo 12 conselheiros(as), sendo 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 (um terço) de representantes do Governo Municipal, preferencialmente, ou por no mínimo maioria de representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º - Caberá ao Governo Municipal definir seus representantes incluindo as Secretarias afins ao tema da Segurança Alimentar.

§ 2º - A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou por meio de consulta pública, entre outros, aos seguintes setores:

I. Movimento Sindical, de empregados e patronal, urbano e rural;

II. Associação de classes profissionais e empresariais;

III. Instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município;

IV. Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais.

§ 3º - As instituições representadas no COMSEAN devem ter efetiva atuação no município, especialmente, as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

§ 4º - O COMSEAN será instituído através de decreto municipal contendo a indicação dos conselheiros governamentais e não governamental com seus respectivos suplentes.

§ 5º - Os(as) Conselheiros(as) suplentes substituirão os(as) titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEAN e de suas Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto.

§ 6º - O mandato dos membros representantes da sociedade civil no COMSEAN, será de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

§ 7º - A ausência às reuniões plenárias devem ser justificadas em comunicação por escrito à presidência com antecedência de no mínimo três dias, ou três dias posteriores à cessão, se imprevisível a falta.

§ 8º - O COMSEAN será presidido por um(a) conselheiro(a) representante da sociedade civil, escolhido por seus pares, na reunião de instalação do Conselho.

§ 9º - Na ausência do Presidente será escolhido pelo plenário presente, um representante da sociedade civil para presidir a reunião.

§ 10º - Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMSEAN, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.

§ 11º - O COMSEAN terá como convidados permanentes, na condição de observadores, um representante de cada um dos Conselhos Municipais existentes.

§ 12º - A participação dos Conselheiros no COMSEAN, não será remunerada.

Art. 5º. O COMSEAN contará com câmaras temáticas permanentes, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas.

§ 1º - As câmaras temáticas serão compostas por conselheiros(as) designados(as) pelo plenário do COMSEAN, observadas as condições estabelecidas no seu regimento interno.

§ 2º - Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas ao plenário do COMSEAN, as câmaras temáticas poderão convidar representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas e técnicos afeitos aos temas nelas em estudo.

Art. 6º. O COMSEAN poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

Art. 7º. Cabe ao Governo Municipal assegurar ao COMSEAN, assim como a suas câmaras temáticas e grupos de trabalho, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo orçamento municipal.

Art. 8º. O COMSEAN reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou, pelo menos, pela metade de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias.

Art. 9º. O COMSEAN elaborará o seu regimento interno em até 60 (sessenta dias), a contar da data de sua instalação.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Lei nº 436/2005, bem como as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Lei Nº 719, de 14 de Novembro de 2013

LEI Nº 719, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

“CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL - COMPDEC, DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente LEI:

Art. 1º. Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil - COMPDEC, do Município de Passos Maia.

Parágrafo único: A COMPDEC está diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º. Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

IV - Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

V - Mitigação: tem por objetivo reduzir causas ou consequências, no caso de desastres, a um mínimo aceitável de riscos ou danos.

VI - Preparação: tem por objetivo minimizar os efeitos de desastres, por meio da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e da formação e capacitação de recursos humanos para garantir a minimização de riscos de desastres e a otimização das ações de resposta aos desastres e para a reconstrução. Compreende preparação de recursos humanos e interação com a comunidade; educação e treinamento das populações vulneráveis; e organização da cadeia de comando, das medidas de coordenação das operações e da logística, em apoio às operações.

VII - Resposta: compreende o conjunto de ações desenvolvidas imediatamente após a ocorrência de desastre e caracterizadas por

atividades de socorro e de assistência às populações vitimadas e de reabilitação do cenário do desastre, objetivando o restabelecimento das condições de normalidade.

VIII - Recuperação: tem por finalidade iniciar a restauração da área afetada, para permitir o retorno dos moradores desalojados. Visa tornar a região novamente habitável, mediante providências que restabeleçam as condições de sobrevivência segura, embora não confortável, dos desabrigados. Compreende a descontaminação, limpeza, desinfecção, neutralização de poluentes e controle de surtos epidêmicos, bem como a desobstrução e remoção de escombros e as vistorias para a avaliação dos danos provocados; como também a reabilitação dos serviços essenciais, como segurança pública, saneamento básico, remoção de lixo e outras medidas de saúde pública e de apoio social, necessárias às operações de retorno.

IX - Reconstrução: conjunto de ações desenvolvidas após as operações de resposta ao desastre e destinadas a recuperar a infraestrutura e a restabelecer em sua plenitude os serviços públicos, a economia da área, o moral social e o bem-estar da população. A reconstrução confunde-se com prevenção, na medida em que procura: reconstruir os ecossistemas; reduzir as vulnerabilidades; racionalizar o uso do solo e do espaço geográfico; relocar populações em áreas de menor risco; modernizar as instalações e reforçar as estruturas.

Art. 3º. A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 4º. A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 5º. A COMPDEC compor-se-á de:

- I - Coordenador;
- II - Conselho Municipal;
- III - Secretaria;
- IV - Setor Técnico;
- V - Setor Operativo.

Art. 6º. O Coordenador da COMPDEC será nomeado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo organizar as atividades de defesa civil no município.

Art. 7º. Poderão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Defesa Civil.

Art. 8º. O Conselho Municipal será composto por:

- I - representante da Câmara Municipal de Vereadores;
- II - representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III - representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico;
- IV - representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo;
- V - representante da Secretaria Municipal de Educação e Esporte;
- VI - representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- VII - representante da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento;
- VIII - representante da Polícia Militar;
- IX - representante da Polícia Civil;
- X - representante da Epagri;
- XI - representante da Cidasc;
- XII - representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

XIII - representante da Associação Comercial e Industrial de Passos Maia - ACIP;

XIV - representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Passos Maia - CDL.

Art. 9º. Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único: A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 10º. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as Leis nº 077/1994 e 195/1997, bem como as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Lei Nº 720, de 14 de Novembro de 2013

LEI Nº 720, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

“CONFERE NOMINAÇÃO AO PRÉDIO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE LOCALIZADA NA LINHA INDUMEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente LEI:

Art. 1º. Fica conferida nomeação ao prédio da Unidade Básica de Saúde localizada na Linha Indumel.

Parágrafo único: O prédio público destinado ao funcionamento da Unidade Básica de Saúde localizado na Linha Indumel, Interior, neste Município de Passos Maia-SC, receberá o nome de “Unidade Básica de Saúde Francisco Ribas Mendes”.

Art. 2º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a tomar todas as providências necessárias ao cumprimento do disposto no art. 1º.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 14 de novembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes

PREFEITURA

Decreto Nº 58/2013

DECRETO Nº 58/2013

REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 DA LEI N.º 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições legais e constitucionais, e de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município de Paulo Lopes, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente; e

IV - Órgão Participante - órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços.

Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Art. 3º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade concorrência ou pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive

a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

§ 2º O órgão participante do registro de preços será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório.

§ 3º Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

Art. 4º O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações.

Parágrafo único. Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecendo ao disposto no art. 57 da

Lei no 8.666, de 1993.

Art. 5º A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Parágrafo único. No caso de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame. Nestes casos, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão e entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 6º Na hipótese do primeiro colocado da licitação não ofertar quantitativo suficiente para atender à quantidade total estimada pela Administração, poderão ser registrados, por seus respectivos preços, tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, observando-se o seguinte:

I - os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
II - quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata; e
III - os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Art. 7º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Art. 8º O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo:

I - a especificação do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

III - a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

IV - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

V - o prazo de validade do registro de preço;

VI - os órgãos e entidades participantes do respectivo registro de preço;

VII - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços; e
VIII - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

Parágrafo único. O edital poderá admitir, como critério de classificação das propostas, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

Art. 9º Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador,

respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

§ 1º A ata de registro de preços consignará as seguintes informações:

I - qualificação do particular signatário da ata, que assume a obrigação perante a Administração;

II - indicação do objeto que está sendo licitado;

III - condições para a execução do objeto;

IV - preço por unidade oferecido na licitação;

V - prazo de validade da ata, correspondente ao já fixado no edital;

VI - procedimento para formalização dos futuros contratos decorrentes da ata.

§ 2º A minuta da ata de registro de preços deve ser, antes de assinada, aprovada pela assessoria jurídica.

§ 3º O extrato da ata de registro de preços será publicado na imprensa oficial do Município a cada três meses.

Art. 10. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 11. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º A Administração poderá convocar o fornecedor, após a assinatura da Ata de Registro de Preços, para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, hipótese em que o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, respeitada a classificação original.

IV - fracassada a negociação, a Administração realizará nova licitação pública para aquisição do respectivo objeto, podendo ainda optar pela realização de novo registro de preços.

§ 3º Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilbrem a relação econômico-financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

I - a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

II - reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração formalmente revisará o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada;

III - a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que manifestem-se sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa.

§ 4º As alterações decorrentes serão publicadas na Imprensa Oficial.

Art.12. O preço registrado poderá ainda ser cancelado pela administração mediante solicitação formal de fornecedor que comprovar, na forma do artigo anterior, que está impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, ressalvadas as aquisições efetivas até a data da decisão. Parágrafo Único. Ocorrendo a hipótese desse artigo, se a solicitação for efetuada antes da requisição de compra pela Administração, ficará o fornecedor exonerado da aplicação de penalidade.

Art. 13. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- IV - tiver presentes razões de interesse público.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Art. 14. Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições dos órgãos gerenciador e participante.

Art. 15. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16º Revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 14 de novembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Edital Concurso 01/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PERITIBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE PERITIBA TORNA PÚBLICO que realizará CONCURSO PÚBLICO para os cargos de AUXILIAR ADMINISTRATIVO - SAÚDE, FARMACÊUTICO, FISCAL DE TRIBUTOS, MÉDICO VETERINÁRIO, OPERADOR DE MÁQUINAS, PSICÓLOGO, PROFESSOR - ARTES, PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR - INFORMÁTICA, SERVENTE DE PEDREIRO/CONSTRUTOR, SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS e TÉCNICO EM COMPRAS. INSCRIÇÕES: Via Internet, pelo site www.concursosss1.com.br - de 14/11/2013 a 13/12/2013. Maiores informações e Edital na íntegra poderão

ser obtidos no site www.concursosss1.com.br, a partir da data de abertura das inscrições.

Peritiba, 13 de novembro de 2013.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal.

Pescaria Brava

PREFEITURA

Lei Nº 43-2013

LEI Nº 043, de 03 de outubro de 2013.

"Dispõe sobre a instituição do Auxílio-Transporte para os servidores públicos municipal e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Pescaria Brava, o Auxílio-Transporte para os servidores públicos municipal da Administração Direta e suas Fundações.

§ 1º O Auxílio-Transporte constitui benefício que o Poder Público antecipará aos servidores municipais para utilização efetiva em despesas de deslocamentos de residência ao trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídas os serviços seletivos e os especiais.

§ 2º O Auxílio-Transporte de que trata esta Lei, abrangerá somente as linhas regulares dentro do território do Município de Pescaria Brava, ficando expressamente vedada, a concessão, em linhas fora da área de abrangência do Município.

Art. 2º O Auxílio-Transporte, concedido nas condições e limites definidos nesta LEI:

I - não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos;

II - não constitui base de incidência de contribuição previdenciária;

III - não se configura como rendimento tributável do servidor.

Art. 3º O Auxílio-Transporte será custeado:

I - pelo servidor na parcela equivalente até 6% (seis por cento) da sua remuneração;

II - pelo Município, no que exceder a parcela referida no item anterior.

Art. 4º A concessão do Auxílio-Transporte autorizará a Administração Pública, a descontar mensalmente da remuneração do servidor, o valor da parcela de que trata o inciso I do artigo anterior.

Art. 5º A concessão do benefício ora instituído implica na aquisição pela administração do Auxílio-Transporte, em quantidade necessária aos deslocamentos do servidor no percurso residência-trabalho e vice-versa.

Art. 6º A empresa operadora do sistema de transporte coletivo fica obrigada a emitir e comercializar o Auxílio-Transporte ao preço

da tarifa vigente, colocando-o à disposição dos empregadores em geral e assumindo os custos dessa obrigação, sem repassá-los para a tarifa dos serviços.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, por Secretaria ou Fundação a que estiver vinculado o servidor.

Art. 8º O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a aplicação da presente lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pescaria Brava, 03 de outubro de 2013.

ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal

Lei Nº 44-2013

LEI Nº 044, de 05 de outubro de 2013.

Dispõe sobre a criação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial - COMPIRPB e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial - COMPIRPB - junto ao Gabinete do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. A Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial ficará vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social quanto à estrutura administrativa, ao espaço físico, equipamentos e quadro de pessoal, que disponibilizará 01(um) Assistente Social, 1(um) psicólogo e 2(dois) Agentes Administrativos.

Art. 2º À Coordenadoria prevista no art. 1º desta Lei, que tem como finalidade assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à promoção da igualdade racial, compete:

I - dar assessoramento às ações políticas relativas à condição de vida da população negra e outros segmentos raciais e étnicos do Município de Pescaria Brava e ao combate aos mecanismos de subordinação e exclusão, que sustentam a sociedade discriminatória, visando buscar a promoção da cidadania e da igualdade entre as diversas etnias;

II - prestar apoio e assistência ao diálogo e a discussão com a sociedade e movimentos sociais no Município, constituindo fóruns municipais para articulação de ações e recursos em políticas de igualdade racial e, ainda, participar de fóruns, encontros, reuniões, seminários e outros que abordem questões relativas às raças e etnias;

III - efetuar assessoramento ou assistência à estruturação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial - CMPIRB;

IV - dar assessoramento e articular com diferentes órgãos do governo programas dirigidos à população negra e outros segmentos raciais e étnicos em assuntos do seu interesse, que envolvam saúde, segurança, emprego, salário, moradia, educação, agricultura, raça, etnia, comunicação, participação política e outros;

V - prestar assistência aos programas de capacitação, formação e

de conscientização da comunidade, especialmente do funcionalismo público, no âmbito de sua atuação;

VI - prestar assessoramento ao Prefeito do Município de Pescaria Brava em questões que digam respeito à promoção da igualdade racial;

VII - acompanhar o cumprimento da legislação e políticas públicas que assegurem os direitos da população negra e outros segmentos raciais e étnicos;

VIII - promover a realização de estudos, de pesquisas, formando um banco de dados, ou de debates sobre a situação da população negra e outros segmentos raciais;

IX - efetuar intercâmbio com instituições públicas, privadas, estaduais, nacionais e estrangeiras envolvidas com o assunto de promoção da igualdade racial, visando à busca de informações para qualificar as políticas públicas a serem implantadas;

X - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser designadas pela autoridade superior.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava, 05 de outubro de 2013, 1º Ano da Instalação do Município.

ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria Nº 276, de 05 de Novembro de 2013

PORTARIA Nº 276, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013

REVOGA LICITAÇÃO Nº 007/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o equívoco referente horário quando da publicação do edital, o que poderia provocar induzimento a erro de terceiros interessados;

CONSIDERANDO que é dever da administração rever seus próprios atos, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Determina a repetição de licitação 007/2013, modalidade tomada de preços, em razão do certame ter sido declarado fr cassado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 05 DE NOVEMBRO DE 2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Concorrência Pública 001/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2013

MODALIDADE CONCORRÊNCIA PUBLICA

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 17 de dezembro de 2013, licitação modalidade Concorrência Pública n. 001/2013, tendo como objeto, a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO POR PARTICULAR, consistente no espaço físico para instalação e exploração de "bar/lanchonete" nas dependências do Complexo Esportivo Municipal - Ginásio de Esportes, Pinheiro Preto - SC.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 17/12/2013, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato de Fornecimento de Prestação de Serviços N.º: 347/2013

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 347/2013

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 009/2012, o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da secretaria da Administração.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Nome: HELLEN CRISTINA MÂNICA

CPF n.º. 087.421.319-36

Endereço: LINHA SÃO ROQUE - INTERIOR - PINHEIRO PRETO/SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado HELLEN CRISTINA MÂNICA, denominado contratado, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.2. O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Municipal nº 795, de 09 de janeiro de 1997, e Decreto nº 2.673, de 16 de maio de 2006, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 009/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, função de telefonista, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 009/2012, e na Lei Complementar Municipal n. 795/97 e Decreto nº 2.673, de 16 de maio de 2006, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.034,54 (mil e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da secretaria da administração.

3.2. O contrato vigorará da data de sua assinatura até a realização do concurso público e ou retorno do titular, não podendo ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses.

3.3. O contratado executará as seguintes funções: realizar os serviços atendimento de telefonemas recebidos e realizados

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA(o) ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA (o), no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada(o) caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das

demaís, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 04 de novembro de 2013

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATADA

HELLEN CRISTINA MÂNICA

Contrato de Fornecimento de Prestação de Serviços N.º: 348/2013.

Republicado por incorreção

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 348/2013.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 002/2013 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da secretaria da Administração.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Nome: VANESSA BARBIERI

CPF n.º. 061.914.629-05

Endereço: Rua Jacob Gaio - Esquina Rua Fraiburgo

CEP 89560-000 Videira - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZÉBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado VANESSA BARBIERI, denominado contratado, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.2. O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Municipal nº 795, de 09 de janeiro de 1997, e Decreto nº 2.673, de 16 de maio de 2006, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 002/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE, função de NUTRICIONISTA, em caráter temporário e sob regime

administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.002/2013, e na Lei Complementar Municipal n. 795/97 e Decreto nº 2.673, de 16 de maio de 2006, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 2.069,07.

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da secretaria da Educação Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará a partir do dia 07/10/2013 até a realização do concurso público, não podendo ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses.

3.3. O contratado executará as seguintes funções:

Acompanhar e orientar a execução do programa de alimentação escolar (merenda escolar). Elaborar diariamente o cardápio servido aos escolares. Acompanhar a compra e o recebimento dos gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, atestando a qualidade e a conformidade com o contratado. Acompanhar diariamente o preparo da merenda escolar. Desenvolver no âmbito do Município programas educativos e preventivos na área de nutrição e alimentação, bem como auxiliar na consecução de programas afins desenvolvidos pelas Secretarias Municipais.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA(o) ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA (o), no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada(o) caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-ítems desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 04 de novembro de 2013.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATADA

VANESSA BARBIERI

Contrato de Fornecimento de Prestação de Serviços N.º: 349/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
N.º: 349/2013.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 002/2013 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da secretaria da Administração.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Nome: ANGELA MARIA MAZURECK RABUSKE

CPF n.º. 066.257.459-06

Endereço: LINHA UNIÃO

PINHEIRO PRETO- SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado ANGELA MARIA MAZURECK RABUSKE, denominado contratado, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.2. O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Municipal nº 795, de 09 de janeiro de 1997, e Decreto nº 2.673, de 16 de maio de 2006, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2013.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE, função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 20h, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.004/2013, e na Lei Complementar Municipal n. 795/97 e Decreto nº 2.673, de 16 de maio de 2006, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.043,62.

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da secretaria da Educação Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará a partir do dia 01 de NOVEMBRO de 2013 até o dia 30/11/2013.

3.3. O contratado executará as seguintes funções:

Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades da escola; cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político - Pedagógico da Unidade Escolar; elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino; executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos; estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento; participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s); seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório escrito; participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário; comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar; preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo

estipulado; manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar; manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho; executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA(o) ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA (o), no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada(o) caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 11 de Novembro de 2013.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATADA

ANGELA MARIA MAZURECK RABUSKE

Contrato de Fornecimento N. 306/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 306/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO DO VEÍCULO PLACA AMBULÂNCIA MHU 4450, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA. Autorizado através do Processo nº 259/2013, Dispensa de Licitação nº. 212/2013. Valor de R\$ 3.538,47 (três mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos).

Pinheiro Preto - SC, 11 de Setembro de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 329/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 329/2013.

Termo de Contrato AQUISIÇÃO DE BONES PARA FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA, autorizado através do Processo nº 283/2013, Dispensa de Licitação nº. 235/2013.

Valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Pinheiro Preto - SC, 08 de Outubro de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 340/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 340/2013.

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA PINTURA DE RUAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DALLAGO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, autorizado através do Processo nº 293/2013, Dispensa de Licitação nº. 245/2013.

Valor de R\$ 1.144,48 (um mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Pinheiro Preto - SC, 18 de Outubro de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 341/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 341/2013.

Termo de Contrato DE CONCERTO NO VEÍCULO PLACA MCA 2514 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA ATLAS LTDA, autorizado através do Processo nº 294/2013, Dispensa de Licitação nº. 246/2013.

Valor de R\$ 700,00 (setecentos reais)

Pinheiro Preto - SC, 22 de Outubro de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 343/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 343/2013.

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO VETERINÁRIO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SEIVA AGROPECUÁRIA LTDA, autorizado através do Processo nº 296/2013, Dispensa de Licitação nº. 248/2013.

Valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Pinheiro Preto - SC, 23 de Outubro de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 344/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 344/2013.

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA PINTURA DE RUAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DALLAGO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, autorizado através do Processo nº 297/2013, Dispensa de Licitação nº. 249/2013.

Valor de R\$ 395,73 (trezentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos)

Pinheiro Preto - SC, 24 de Outubro de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 345/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 345/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO EQUIPAMENTO TRATOR VALTRA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DRESH & CIA. LTDA. , autorizado através do Processo nº 298/2013, Dispensa de Licitação nº. 250/2013.

Valor de R\$ 7.502,00 (sete mil quinhentos e dois reais).

Pinheiro Preto - SC, 25 de Outubro de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 346/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 346/2013.

Termo de Contrato AQUISIÇÃO DE FLORES PARA OS CANTEIROS DA CIDADE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MUDAS E MUDAS de SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA, autorizado através do Processo nº 299/2013, Dispensa de Licitação nº. 251/2013.

Valor de R\$ 1.568,00 (um mil quinhentos e sessenta e oito reais).

Pinheiro Preto - SC, 30 de Outubro de 2013.

Contrato de Fornecimento Nº 331/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 331/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 284/2013, Dispensa de Licitação nº. 236/2013.

Valor de R\$ 5.010,43 (cinco mil dez reais e quarenta e três centavos)

Pinheiro Preto - SC, 14 de Outubro de 2013.

Contrato de Fornecimento Nº 332/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 332/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 285/2013, Dispensa de Licitação nº. 237/2013.

Valor de R\$ 6.922,75 (seis mil novecentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos)

Pinheiro Preto - SC, 14 de Outubro de 2013.

Contrato de Fornecimento Nº 333/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 333/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 286/2013, Dispensa de Licitação nº. 238/2013.

Valor de R\$ 795,35 (setecentos e noventa e cinco reais e trinta e quatro centavos)

Pinheiro Preto - SC, 14 de Outubro de 2013.

Contrato de Fornecimento Nº 334/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 334/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 287/2013, Dispensa de Licitação nº. 239/2013.

Valor de R\$ 4.718,00 (quatro mil setecentos e dezoito reais)

Pinheiro Preto - SC, 14 de Outubro de 2013.

Contrato de Fornecimento Nº 335/2013
CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 335/2013

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABERTURA DE FECHADURAS NAS PORTAS DA CRECHE MUNICIPAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ROSILENE DA ROSA RODRIGUES - MEI, autorizado através do Processo nº 288/2013 Dispensa de Licitação nº 240/2013.

Valor de R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais).

Pinheiro Preto - SC, 14 de Outubro de 2013.

Termo Aditivo 022/2013

TERMO ADITIVO 022/2013

CONTRATO DE SEGURO VEÍCULOS Nº: 107/2013

Primeiro Termo de Aditivo de SEGURO DE VEÍCULOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, autorizado através do Processo 081/2013, Licitação n. 017/2013, modalidade Pregão Presencial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Av. Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ-MF nº 61.198.164/0001-60

Endereço: Rua Guaianazes, 1238 - Campo Elíseos - São Paulo/SP

Representada por: Fabio Alex Colombo

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E AMPARO LEGAL

O presente contrato tem por objeto COMETER A EMPRESA CONTRATADA contratação de seguro veículos e máquinas de propriedade do Município, de acordo com as especificações constantes do

Edital MODALIDADE pregão presencial nº 017/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

A Secretaria de transportes e obras adquiriu equipamento retroescavadeira. De acordo com o item 1.2 do edital de licitação, o contrato valerá para os novos veículos adquiridos, cujas coberturas serão as mesmas, dentro dos parâmetros aqui fixados, bem como os mesmos valores referente prêmio a ser pago, e dentro do limite de acréscimo e supressão de 25 %.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço (valor do prêmio e da franquia) de:

EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR ANO/MODELO 2013;

I - RCF - Responsabilidade Civil Facultativa terceiros:

A) RCF/DM - Responsabilidade civil danos materiais
R\$ 100.000,00

B) RCF/DC - Responsabilidade civil danos corporais
R\$ 100.000,00

C) RCF/DMO - Responsabilidade civil danos morais
R\$ 50.000,00

VALOR TOTAL GERAL DO PRÊMIO R\$ 226,82 (duzentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos)

2.2. As despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade orçamentária: 0206 SEC. TRANSPORTES E OBRAS

Projeto atividade: 4055 MAN. DA SEC. DE TRANSPORTES E OBRAS

Elemento: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 As demais cláusulas do contrato nº 107/2013 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

4.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como o item 9.1 do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 05 de novembro de 2013

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Pomerode

PREFEITURA

Inexigibilidade de Licitação Nº 009/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2013

Processo Administrativo nº 111/2013.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: EMPRESA DE TRANSPORTES COLETIVO VOLKMANN LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE COLETIVO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE.

Valor total dos passes contratados: R\$19.575,00 (dezenove mil e quinhentos e setenta e cinco reais).

Prazo de vigência: 31/12/2013.

JUSTIFICATIVA: Trata-se da aquisição de passes escolares fornecidos pela única Empresa de transporte coletivo autorizada a operar no Município de Pomerode/SC e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2.337 de 16/03/2011.

Pomerode/SC, 13 de Novembro de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Inexigibilidade de Licitação Nº 010/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2013

Processo Administrativo n.º 112/2013.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: EMPRESA DE TRANSPORTES COLETIVO VOLKMANN LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE COLETIVO DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE.

Valor total dos passes contratados: R\$7.020,00 (sete mil e vinte reais).

Prazo de vigência: 31/12/2013.

JUSTIFICATIVA: Trata-se da aquisição de passes escolares fornecidos pela única Empresa de transporte coletivo autorizada a operar no Município de Pomerode/SC e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2.337 de 16/03/2011.

Pomerode/SC, 13 de Novembro de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Termo de Autorização Nº 003/2013

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 003/2013

AUTORIZA A RIOVIVO AMBIENTAL LTDA A DESENVOLVER ESTUDOS TÉCNICOS, PARA A BUSCA DE SOLUÇÕES TÉCNICAS E ECONÔMICAS VOLTADAS PARA A APRESENTAÇÃO DE PROJETO PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME O PREVISTO NO ARTIGO 21 DA LEI 8.987/95, ARTIGO 3 DA LEI 11.079/2004 E DECRETO MUNICIPAL 2.781/2013.

O Prefeito do Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 8.987/95, artigo 3º da Lei 11.079/2004 e Decreto Municipal nº 2.781/2013, de 18 de julho de 2013, resolve:

Autorizar a empresa, RIOVIVO AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.770.937/0001-46, nos termos apresentados na Manifestação de Interesse do Particular, pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta autorização, prazo em que poderão ser solicitados e disponibilizados documentos necessários para a execução dos estudos e levantamentos, a desenvolver estudos técnicos necessários para a apresentação de soluções, levantamentos e projeto de universalização dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário para o Município de Pomerode.

A presente autorização é por conta e risco do autorizado, não possui caráter exclusivo, não vincula a administração à empresa autorizada, nem gera responsabilidade do município por atos de terceiros ligados e ou contratados pela autorizada.

Os demais interessados em apresentar estudos, propostas e projetos devem seguir os termos do Procedimento de Manifestação de Interesse n. 001/2013, publicado em 19 de setembro de 2013. Este termo de autorização entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 13 de novembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001364/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001364/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CKB7838 54450783E 21/04/2013 6610-2 R\$ 127,69

CKB7838 54450784E 21/04/2013 6556-5 R\$ 191,53

CKB7838 54450785E 21/04/2013 6637-2 R\$ 127,69

LZA0270 54451456E 31/03/2013 5045-0 R\$ 191,53

MAU9132 54450869E 21/04/2013 6599-2 R\$ 191,53

MAU9132 54450873E 21/04/2013 5010-0 R\$ 574,61

MAU9132 54450874E 21/04/2013 5118-0 R\$ 574,61

MAU9132 54450875E 21/04/2013 6912-0 R\$ 53,20

MDE4418 54450558E 10/04/2013 5010-0 R\$ 574,61

MDE4418 54450559E 10/04/2013 5118-0 R\$ 574,61

MEG1603 54451074E 11/05/2013 5010-0 R\$ 574,61

MEG1603 54451075E 11/05/2013 6912-0 R\$ 53,20

MEG1603 54451076E 11/05/2013 5118-0 R\$ 574,61

MFP4768 54450958E 26/03/2013 6920-0 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

6610-2 230 * VII

6556-5 230 * I

6637-2 230 * IX

5045-0 162 * V

6599-2 230 * V

5010-0 162 * I

5118-0 164 c/c 162 * I

6912-0 232

6920-0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001365/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001365/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ANR3888 54450677E 08/06/2013 5525-0 R\$ 85,12

LXV2444 54450660E 18/04/2013 5185-1 R\$ 127,69

LXX6991 54451032E 07/04/2013 5207-0 R\$ 53,20

LYM4790 54451028E 07/04/2013 7366-2 R\$ 85,12

MCV0471 54451010E 30/03/2013 7030-2 R\$ 191,53

MCY9862 54451323E 14/04/2013 7030-2 R\$ 191,53

MDE4418 54450560E 10/04/2013 5738-0 R\$ 191,53

MDH4529 54451029E 07/04/2013 5568-0 R\$ 127,69

MJU7036 54450826E 07/03/2013 7366-2 R\$ 85,12

MKN0035 55345988D 15/06/2013 5738-0 R\$ 191,53

MKO7110 54451326E 15/04/2013 5185-1 R\$ 127,69

MMB1250 54450667E 30/04/2013 7366-2 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

5525-0 181 * XV

5185-1 167

5207-0 169

7366-2 252 * VI

7030-2 244 * I

5738-0 186 * II

5568-0 181 * XIX



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001368/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001368/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

KZD6112 54640099E 11/06/2013 5738-0 R\$ 191,53

LYQ1269 54450883E 25/06/2013 5185-1 R\$ 127,69

MCF5339 54451420E 22/06/2013 5185-1 R\$ 127,69

MF11925 54451178E 28/06/2013 5924-2 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento

5738-0 186 * II

5185-1 167

5924-2 203 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001371/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001371/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S),

PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

LVY3445 54451077E 11/05/2013 5320-0 R\$ 957,69

Infr./Desd. Enquadramento

5320-0 176 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001372/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001372/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MCF1880 54640167E 24/07/2013 5746-1 R\$ 85,12

MEQ0091 54640162E 23/07/2013 6050-1 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento

5746-1 187 * I 6050-1 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001375/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001375/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

HSO6951 54451332E 02/05/2013 5010-0 R\$ 574,61

HSO6951 54451335E 02/05/2013 5118-0 R\$ 574,61

HSO6951 54451336E 02/05/2013 6599-2 R\$ 191,53

ICU2204 54451093E 27/05/2013 6700-0 R\$ 127,69

LZO2803 54451135E 05/07/2013 6920-0 R\$ 127,69

LZS0523 55346444D 11/07/2013 5010-0 R\$ 574,61

MDC5132 54449167E 07/08/2013 6637-2 R\$ 127,69

MGA1723 54451482E 13/06/2013 6599-2 R\$ 191,53

MGT9497 54451126E 13/06/2013 5010-0 R\$ 574,61

MGT9497 54451127E 13/06/2013 6599-2 R\$ 191,53

MGT9497 54451128E 13/06/2013 5118-0 R\$ 574,61

Infr./Desd. Enquadramento

5010-0 162 * I

5118-0 164 c/c 162 * I

6599-2 230 * V

6700-0 230 * XVI

6920-0 233

6637-2 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8126 001376/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001376/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ADS5693 54451160E 18/06/2013 5207-0 R\$ 53,20

AKA4483 54640117E 19/06/2013 5525-0 R\$ 85,12

BTP6245 54640005E 15/05/2013 7366-2 R\$ 85,12

BTP6245 54640079E 22/05/2013 7366-2 R\$ 85,12

EPQ8868 54640101E 11/06/2013 5738-0 R\$ 191,53

HSO6951 54451334E 02/05/2013 7030-2 R\$ 191,53

KDO0059 54640123E 25/06/2013 5185-1 R\$ 127,69

MBE5767 54640186E 31/07/2013 5185-1 R\$ 127,69

MEO2507 54640009E 15/05/2013 7366-2 R\$ 85,12

MEY2890 54451433E 07/07/2013 5568-0 R\$ 127,69

MKC7778 54640026E 15/05/2013 5185-1 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

5207-0 169

5525-0 181 * XV

7366-2 252 * VI

5738-0 186 * II

7030-2 244 * I

5185-1 167

5568-0 181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8126 001379/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001379/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

APC2493 54451471E 08/06/2013 6599-2 R\$ 191,53

APC2493 54451472E 08/06/2013 5045-0 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento

6599-2 230 * V5045-0 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8126 001380/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001380/2013



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

IEU4161 54640050E 15/05/2013 5185-1 R\$ 127,69
LXQ2277 54451098E 02/06/2013 5185-1 R\$ 127,69
LXV2444 54451414E 10/06/2013 5185-1 R\$ 127,69
LYT3999 54449451E 13/07/2013 5568-0 R\$ 127,69
MCA8909 54451417E 22/06/2013 5185-1 R\$ 127,69
MJY1674 54640147E 05/07/2013 6858-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167

5568-0 181 * XIX

6858-0 231 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001383/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8126 001383/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

LXR5950 54451165E 27/06/2013 6599-2 R\$ 191,53
LXR5950 54451168E 27/06/2013 6637-1 R\$ 127,69
LYP4893 54449219E 14/08/2013 5010-0 R\$ 574,61
LYP4893 54449220E 14/08/2013 5118-0 R\$ 574,61
LYP4893 54449221E 14/08/2013 6599-2 R\$ 191,53
LZR0379 54451350E 31/05/2013 5045-0 R\$ 191,53
MIK6451 54451349E 26/05/2013 6912-0 R\$ 53,20
MIV4432 54450881E 23/05/2013 6599-2 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento

6599-2 230 * V

6637-1 230 * IX

5010-0 162 * I

5118-0 164 c/c 162 * I

5045-0 162 * V

6912-0 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE

DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001384/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8126 001384/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CZZ4111 54450766E 13/04/2013 5452-1 R\$ 127,69

MEA5407 54640044E 15/05/2013 5185-1 R\$ 127,69

MEI6262 54640148E 05/07/2013 7366-2 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

5452-1 181 * VIII

5185-1 1677366-2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001387/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8126 001387/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CYM5924 54451276E 06/03/2013 6637-2 R\$ 127,69

LYS8714 54450822E 07/03/2013 5045-0 R\$ 191,53

LYS8714 54450823E 07/03/2013 5142-0 R\$ 191,53

LYV1982 54451402E 08/03/2013 6637-2 R\$ 127,69

MAN0336 54450845E 13/05/2013 6920-0 R\$ 127,69

MAN2672 54451480E 13/06/2013 6599-2 R\$ 191,53

MAN2672 54451481E 13/06/2013 6912-0 R\$ 53,20

MCA8723 54451159E 18/06/2013 5010-0 R\$ 574,61

MCM3824 54450563E 08/06/2013 5010-0 R\$ 574,61

MJN2345 54450696E 26/07/2013 6912-0 R\$ 53,20

Infr./Desd. Enquadramento

6637-2 230 * IX

5045-0 162 * V

5142-0 164 c/c 162 * V

6920-0 233

6599-2 230 * V

6912-0 232

5010-0 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001388/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001388/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MBR8853 54640037E 15/05/2013 6050-1 R\$ 191,53

MGC4666 54640006E 15/05/2013 5185-1 R\$ 127,69

MGE8535 54451202E 09/06/2013 5967-0 R\$ 191,53

MGV5978 55346335D 09/05/2013 5347-0 R\$ 85,12

MHD4723 54640113E 13/06/2013 5185-1 R\$ 127,69

MID3499 54640093E 05/06/2013 5738-0 R\$ 191,53

MJC9843 54640003E 15/05/2013 7366-2 R\$ 85,12

MKG8346 54449459E 27/07/2013 7030-2 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento

6050-1 208

5185-1 167

5967-0 203 * V

5347-0 178

5738-0 186 * II

7366-2 252 * VI

7030-2 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001391/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001391/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

LWZ0571 54451113E 05/06/2013 6920-0 R\$ 127,69

MAE9915 54451115E 05/06/2013 6920-0 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

6920-0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001392/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001392/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ARN2147 54451129E 17/06/2013 6122-0 R\$ 191,53
BQS2601 54451209E 30/06/2013 5525-0 R\$ 85,12
MBG8387 54640194E 08/08/2013 5185-1 R\$ 127,69
MDP6765 54449474E 02/08/2013 5541-4 R\$ 53,20
MEE7927 54450678E 08/06/2013 5525-0 R\$ 85,12
MEJ6821 54451401E 01/03/2013 6050-1 R\$ 191,53
MIG1461 54640108E 11/06/2013 5738-0 R\$ 191,53
MJL7788 54451142E 03/08/2013 5541-1 R\$ 53,20
MKI7689 54451337E 02/05/2013 5207-0 R\$ 53,20
MKI7689 54451338E 02/05/2013 5835-0 R\$ 127,69
MKT1352 54450798E 04/06/2013 5550-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

6122-0 214 * I
5525-0 181 * XV
5185-1 167
5541-4 181 * XVII
6050-1 208
5738-0 186 * II
5541-1 181 * XVII
5207-0 169
5835-0 195
5550-0 181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001395/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001395/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AHE9329 54449405E 23/08/2013 6637-2 R\$ 127,69
AJC1646 54450979E 26/07/2013 6769-1 R\$ 85,12
AJC1646 54450980E 26/07/2013 6629-0 R\$ 127,69
CDK4205 54449487E 08/08/2013 6920-0 R\$ 127,69
JFK8136 54450982E 26/07/2013 5010-0 R\$ 574,61
JFK8136 54450983E 26/07/2013 5118-0 R\$ 574,61
JFK8136 54450984E 26/07/2013 6599-2 R\$ 191,53
JYY9705 54449357E 22/08/2013 6599-2 R\$ 191,53
JYY9705 54449358E 22/08/2013 6912-0 R\$ 53,20
LXF5206 54451459E 28/04/2013 5169-1 R\$1915,38
LXN1852 54449172E 16/08/2013 5010-0 R\$ 574,61
LXN1852 54449173E 16/08/2013 5118-0 R\$ 574,61
LYK9265 54449180E 16/08/2013 6637-2 R\$ 127,69

LZC3812 55345993D 14/07/2013 5045-0 R\$ 191,53
LZC3812 55345994D 14/07/2013 5142-0 R\$ 191,53
MAB5510 54449178E 16/08/2013 5010-0 R\$ 574,61
MAB5510 54449179E 16/08/2013 6599-2 R\$ 191,53
MAD5629 54451498E 10/08/2013 6610-2 R\$ 127,69
MAD5629 54451499E 10/08/2013 6670-0 R\$ 127,69
MAD5629 54451500E 10/08/2013 6408-0 R\$ 85,12
MBF4830 54449160E 07/08/2013 6637-2 R\$ 127,69
MBS6120 54449228E 18/08/2013 5010-0 R\$ 574,61
MBS6120 54449230E 18/08/2013 5118-0 R\$ 574,61
MCF7305 54449353E 22/08/2013 6599-2 R\$ 191,53
MCV8691 54449055E 05/09/2013 5010-0 R\$ 574,61
MCV8691 54449057E 05/09/2013 5118-0 R\$ 574,61
MDG9491 54451492E 04/08/2013 5169-1 R\$1915,38
MDM9141 54449488E 08/08/2013 6920-0 R\$ 127,69
MDQ7979 54449001E 21/08/2013 6599-2 R\$ 191,53
MDU1048 54449006E 21/08/2013 6920-0 R\$ 127,69
MEF3093 54449354E 22/08/2013 6599-2 R\$ 191,53
MEF3093 54449355E 22/08/2013 5045-0 R\$ 191,53
MEF3093 54449356E 22/08/2013 6556-1 R\$ 191,53
MGA3451 55346339D 26/07/2013 5118-0 R\$ 574,61
MGO0033 54450997E 21/08/2013 6920-0 R\$ 127,69
MGV2495 54449168E 12/08/2013 6912-0 R\$ 53,20
MGV9693 54450672E 07/06/2013 5010-0 R\$ 574,61
MGX4580 54451148E 09/08/2013 6599-2 R\$ 191,53
MHG2935 54451195E 12/07/2013 6556-1 R\$ 191,53
MHO3028 54449005E 21/08/2013 6920-0 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

6637-2 230 * IX
6769-1 230 * XXII
6629-0 230 * VIII
6920-0 233
5010-0 162 * I
5118-0 164 c/c 162 * I
6599-2 230 * V
6912-0 232
5169-1 165
5045-0 162 * V
5142-0 164 c/c 162 * V
6610-2 230 * VII
6670-0 230 * XIII
6408-0 221
6556-1 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001396/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001396/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO

FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ADA4214 54451194E 13/07/2013 5185-1 R\$ 127,69
 IOS7040 54451216E 06/07/2013 5185-1 R\$ 127,69
 JQU8797 54640155E 17/07/2013 5525-0 R\$ 85,12
 LBK5514 54640205E 19/08/2013 6068-1 R\$ 127,69
 LWY3179 54451413E 10/06/2013 5185-1 R\$ 127,69
 LXU8166 54640191E 06/08/2013 5460-0 R\$ 85,12
 LZE1905 54640172E 24/07/2013 5967-0 R\$ 191,53
 MAD5629 54450989E 15/08/2013 5835-0 R\$ 127,69
 MDP9443 54640188E 31/07/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MEC4275 54451259E 18/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MEY5405 54640109E 11/06/2013 5738-0 R\$ 191,53
 MGM2384 54640131E 03/07/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MGT9633 54449170E 12/08/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MHD0113 54640143E 05/07/2013 7366-2 R\$ 85,12
 MJC4509 54449456E 13/07/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MKB6178 54449475E 03/08/2013 5924-1 R\$ 191,53
 MKZ2888 54640181E 26/07/2013 5185-1 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167
 5525-0 181 * XV
 6068-1 209
 5460-0 181 * IX
 5967-0 203 * V
 5835-0 195
 5738-0 186 * II
 7366-2 252 * VI
 5924-1 203 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N.8762 000324/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.8762 000324/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ACJ7893 8762026393 26/05/2013 5673-2 R\$ 85,12

AFK0339 8762023771 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AFK0339 8762023827 02/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 AFK0339 8762023997 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AFK0339 8762024105 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AFK0339 8762024122 05/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AFK0339 8762025153 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 AFK0339 8762025211 12/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 AFK0339 8762026639 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AFK0339 8762026887 24/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 AFK0339 8762027472 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AFK0339 8762027480 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AFK0339 8762027501 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AFK0339 8762027685 02/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 AFK0339 8762027712 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AJE8429 8762026002 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AMN3078 8762029272 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ARO8929 8762025996 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ARO8929 8762026699 26/05/2013 7471-0 R\$ 574,61
 ARO8929 8762026926 26/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 ARO8929 8762027526 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ARO8929 8762027634 30/05/2013 5673-2 R\$ 85,12
 ARO8929 8762027640 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 BHN2270 8762025725 15/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 BQQ6668 8762027807 05/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 CCB3273 8762024336 10/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CCB3273 8762025147 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CWI5170 8762028601 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DGJ1393 8762023603 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DGJ1393 8762024678 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DSN5140 8762024677 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 EJZ0249 8762028306 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 JIN6094 8762027349 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LQV0955 8762024264 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWW0954 8762025691 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWZ9205 8762026755 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXY0005 8762027515 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYN0476 8762025527 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYN0476 8762025774 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYN0476 8762026346 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZG3693 8762028733 15/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZX0741 8762025233 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAF3346 8762025447 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAT3040 8762023933 05/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAU7194 8762029558 13/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MBC8673 8762026080 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBG8347 8762026679 25/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MBO5924 8762025188 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCA9761 8762027479 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCD4772 8762025489 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCP3735 8762023439 02/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

MDG6239 8762028610 15/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDN6681 8762025549 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDO5937 8762025824 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDP0288 8762024106 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEG1603 8762024950 08/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MEG1603 8762025184 12/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MEG1603 8762026525 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEP0840 8762028580 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEX2217 8762025992 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGJ4860 8762023949 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGV3642 8762024705 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIY4631 8762029512 12/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MKU4422 8762026905 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

5673-2 183
 7455-0 218 * I
 7463-0 218 * II
 7471-0 218 * III



TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000326/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000326/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AAV4290 8762028894 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AIN7457 8762027936 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AMW7997 8762024659 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AOY3840 8762025229 13/05/2013 6050-3 R\$ 191,53
 AQK8107 8762027959 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 BKP2345 8762026382 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 BQS2601 8762028990 23/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 DPN0953 8762028473 15/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 DPN0953 8762028821 22/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DTP6775 8762029110 24/06/2013 5673-2 R\$ 85,12
 GYZ0926 8762028903 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 GYZ0926 8762028981 22/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 GYZ0926 8762028998 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 HRN7454 8762028816 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 JPT7908 8762028613 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 JYY9705 8762028589 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LAZ0925 8762029022 22/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LNO6962 8762028878 23/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LNO6962 8762028954 20/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWS9110 8762028883 20/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LWY0922 8762028771 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWZ2939 8762026028 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWZ2939 8762026553 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXE6556 8762028793 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXE6556 8762028843 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXX6083 8762028775 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXR7419 8762028767 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYW9926 8762028761 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZW7824 8762028850 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAK7104 8762028830 22/06/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MAM3576 8762026411 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBA6849 8762027679 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCE3534 8762028902 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCE3534 8762028906 22/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCF7305 8762028511 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCK9962 8762028763 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MCK9962 8762028789 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCK9962 8762028989 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCT0028 8762028980 22/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCZ5773 8762026425 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDA3958 8762028791 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDD4118 8762028362 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDD4712 8762028556 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDG4485 8762028538 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDR6718 8762028518 11/06/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MDS6093 8762028528 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEB1072 8762028485 15/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEL8800 8762028896 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MER5040 8762028922 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MER6582 8762028950 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MES6659 8762028539 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MEU1259 8762025529 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEW7941 8762028948 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEY3778 8762028630 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFH2173 8762026433 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFO0496 8762026452 22/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MFO0673 8762028905 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFO0673 8762028941 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFV3295 8762029249 02/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MGE8535 8762027509 02/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MGG4091 8762028624 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGG4091 8762028650 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGL6065 8762028784 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGM7033 8762025296 15/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MGO2896 8762028464 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHJ9503 8762028964 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHN8758 8762028813 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHO3028 8762028551 12/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MHO3108 8762028620 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHQ8022 8762028568 09/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MHW5764 8762028734 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIC1329 8762028855 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIM1291 8762028777 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIM2852 8762028632 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIM4590 8762028895 18/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIM6210 8762028366 11/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MIM6210 8762028502 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIM6210 8762028808 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIR2745 8762028788 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIS6430 8762028641 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIV8877 8762028851 20/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIZ5431 8762028951 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJV6268 8762028807 20/06/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MJX9958 8762028429 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJZ5928 8762028655 14/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MJZ5928 8762028959 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKQ0999 8762028378 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKQ0999 8762028437 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKQ0999 8762028815 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKT8354 8762029194 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKW8336 8762028926 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I

6050-3 208

7463-0 218 * II

5673-2 183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000328/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000328/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AFK0339 8762028758 11/06/2013 7463-0 R\$ 127,69

EQQ5428 8762028867 20/06/2013 5673-2 R\$ 85,12

MDB0024 8762028831 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MEX8112 8762029132 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MFN7960 8762029178 26/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MHN8758 8762029089 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MIT4462 8762028440 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MJO1063 8762029107 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MKQ0999 8762029039 25/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MKS3041 8762029066 27/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7463-0 218 * II

5673-2 183

7455-0 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000330/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000330/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AGL6212 8762025180 12/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

AHA5856 8762027154 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

AKD2503 8762028278 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

AKS6399 8762029218 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

AMA8468 8762024234 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

AMA8468 8762024488 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

AMF8387 8762024551 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

AMS6619 8762028129 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

AOK8107 8762023748 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

APC2023 8762029192 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

ARM5400 8762029684 15/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

BBG0206 8762025223 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

BGR8319 8762027835 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

BMI9206 8762028668 15/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

CDC8891 8762027922 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

COP2863 8762027852 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

CRC2172 8762029478 06/07/2013 6050-3 R\$ 191,53

DEX9431 8762027638 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

DEX9431 8762027989 03/06/2013 7463-0 R\$ 127,69

DSZ8896 8762028659 14/06/2013 6050-3 R\$ 191,53

EDL9651 8762029119 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

GVS0101 8762027969 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

GZW9986 8762029045 25/06/2013 7463-0 R\$ 127,69

HCO9855 8762029016 21/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

HLP7486 8762027825 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

HPR3788 8762029645 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

ICX7857 8762027904 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

ILX2577 8762027876 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

JPM5042 8762027202 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

KJS0306 8762028294 05/06/2013 7463-0 R\$ 127,69

LOC7434 8762024766 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

LOC7434 8762024999 07/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

LOF5498 8762024629 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

LWW1496 8762025603 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

LWX3405 8762027831 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

LXB7259 8762029170 24/06/2013 6050-3 R\$ 191,53

LXE6556 8762028468 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

LXE6556 8762029037 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

LXE6734 8762024899 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

LXE9456 8762029668 12/07/2013 7463-0 R\$ 127,69

LYA4204 8762028018 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

LYB8676 8762027813 06/06/2013 7471-0 R\$ 574,61

LYC2278 8762029074 27/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

LZC3812 8762028154 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

LZF4526 8762028265 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

LZP7787 8762028114 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

LZU8651 8762028972 20/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

LZV5471 8762027944 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MAA7085 8762029640 10/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

MAG2396 8762029833 17/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

MAG3693 8762027265 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MAJ1688 8762029165 26/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MAK6332 8762028052 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MAW9134 8762027083 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MAW9134 8762028371 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MBB5662 8762029156 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MBO2715 8762028584 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MBR5293 8762024404 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MBS1002 8762027994 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69

MBX9368 8762028136 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MBY4529 8762029099 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MBZ9664 8762027708 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MBZ9664 8762027786 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MCA6719 8762028205 09/06/2013 7463-0 R\$ 127,69

MCD1198 8762024207 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MCF7305 8762023413 01/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

MCK9962 8762029186 28/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MCO1921 8762024752 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MCR1788 8762028203 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MCZ6249 8762025149 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MDF2323 8762028864 23/06/2013 5673-2 R\$ 85,12
MDG6700 8762029081 28/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MDJ3003 8762027958 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MDK6749 8762027438 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
MDL6150 8762029162 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MDL8129 8762028221 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MDU1253 8762028634 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MDV0489 8762027985 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MDX9601 8762027615 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MEB7036 8762028450 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MEC6272 8762029408 07/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
MEE8168 8762029092 29/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
MEG0569 8762030061 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
MEK0082 8762028576 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MEN3929 8762028166 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MEP5626 8762025119 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
MEQ4780 8762029160 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MEU7417 8762028459 14/06/2013 7471-0 R\$ 574,61
MEU7417 8762028496 10/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
MEW7941 8762028079 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MEY3778 8762027374 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MEY9727 8762028489 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFC2676 8762028510 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFD0790 8762028543 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFH0882 8762028331 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFH6572 8762023874 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFK0359 8762027039 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFK0359 8762027703 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFK0359 8762028424 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFK0359 8762029069 27/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFK3408 8762024917 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFK5622 8762029051 25/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFT4115 8762027225 01/06/2013 5673-2 R\$ 85,12
MFV9710 8762027903 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFV9710 8762028806 20/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
MFV9710 8762028846 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFV9710 8762029011 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFV9710 8762029091 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFW4424 8762028611 15/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MFY1605 8762027227 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGB3894 8762024087 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGC3216 8762025796 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGE8573 8762029012 19/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
MGF7023 8762025486 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGH4243 8762027957 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGI1221 8762028350 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGM7033 8762026996 28/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGP4453 8762027869 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGR0381 8762027756 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69

MGR0527 8762027941 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGS3294 8762029049 25/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGT7508 8762029371 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGV2495 8762027713 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGV2495 8762027841 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGV2495 8762027909 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGV2495 8762028392 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGV2495 8762028430 13/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
MGV2495 8762028435 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MGY3059 8762023544 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHA3342 8762028012 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHA3342 8762028040 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHA3342 8762028302 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHB1700 8762027432 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHB1700 8762027569 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MHB1700 8762028125 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHB1700 8762028261 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHD9445 8762028314 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHK5568 8762027525 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHN1507 8762027658 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
MHP4041 8762029158 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHQ3935 8762027820 06/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
MHR0858 8762024378 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
MHR3729 8762027736 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
MHR3729 8762027845 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHV0306 8762027948 09/06/2013 7471-0 R\$ 574,61
MHV3986 8762029175 25/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHW5168 8762029096 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MHY1535 8762028558 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MIF1148 8762027955 07/06/2013 5673-2 R\$ 85,12
MIF5596 8762027651 31/05/2013 6050-3 R\$ 191,53
MIL6711 8762029161 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MIM1291 8762027790 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MIM2852 8762027626 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MIM2852 8762028210 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MIO0042 8762028161 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MIO9949 8762028618 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MIQ3028 8762029369 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
MIQ9016 8762029541 10/07/2013 5673-2 R\$ 85,12
MIR7468 8762028091 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MIS6430 8762028731 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MIS9882 8762027178 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MIV9272 8762030017 27/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
MIZ8417 8762028924 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MJA4298 8762028447 14/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
MJE8370 8762027198 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MJG5959 8762027068 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MJJ1300 8762029026 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MJM8366 8762027697 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MJP0986 8762029290 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
MJY0972 8762028257 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MJZ3628 8762029954 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
MJZ5928 8762029169 24/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MJZ5928 8762029176 26/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MKC3136 8762028005 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MKD6690 8762027181 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MKI2123 8762025663 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MKN2856 8762027966 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MKS1697 8762028698 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MKT3859 8762028135 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MKT3859 8762028652 13/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
MKV7777 8762029090 29/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MKY1871 8762029115 28/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MKZ6678 8762025610 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MLB1444 8762027567 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
MLB8700 8762028417 12/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MLC7272 8762027983 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MMB9501 8762028082 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MMI0043 8762028443 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
MML1551 8762028157 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd.	Enquadramento
7463-0	218 * II
7455-0	218 * I
6050-3	208
7471-0	218 * III
5673-2	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA

PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000332/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000332/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AIB9203 8762030137 30/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AIE7969 8762026397 25/05/2013 5673-2 R\$ 85,12
 AMG4439 8762030215 29/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AMN3078 8762026230 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AMW2906 8762027425 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ARF1202 8762026281 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CYD9700 8762027477 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 IEI3393 8762028226 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 KNR3953 8762029760 20/07/2013 5673-2 R\$ 85,12
 LXV2444 8762026999 28/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZT2278 8762028273 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAB7602 8762029339 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAB7602 8762029666 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAN6355 8762026453 22/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAO2330 8762029404 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAU7219 8762028345 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBD4297 8762030172 03/08/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MCB4769 8762027240 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCL0097 8762027025 29/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MCS3003 8762026193 23/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MDM4103 8762029429 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDP7665 8762029511 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDQ0816 8762029402 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDY8347 8762026858 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEQ9117 8762029335 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFG3873 8762027086 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFJ9302 8762029378 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFM1718 8762026517 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHC8050 8762029311 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHI9584 8762023571 05/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHK3535 8762026376 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHN8758 8762025423 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIE5789 8762025908 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIJ5687 8762029655 11/07/2013 6050-3 R\$ 191,53
 MJH8037 8762030175 04/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKA9070 8762026373 24/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MKA9070 8762026377 25/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MKC5571 8762029595 08/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MKD8972 8762030197 30/07/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MKT4248 8762029387 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MMD7023 8762027078 30/05/2013 5673-2 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I

5673-2 183
 7463-0 218 * II
 6050-3 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000334/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000334/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AHE1497 8762025591 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AMA8468 8762025249 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AQF5513 8762029028 23/06/2013 6050-3 R\$ 191,53
 CXN2893 8762030517 11/08/2013 5673-2 R\$ 85,12
 DCB8333 8762025483 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DLL3394 8762026329 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DPM1722 8762025862 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 EIK5265 8762030383 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 IBX3056 8762025732 15/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 KUQ7683 8762025408 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LNO6962 8762026652 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWW5243 8762026042 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXH7306 8762026863 23/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LXL7198 8762028524 10/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXR5249 8762028701 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYN0476 8762026392 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYN0476 8762026860 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYU0634 8762025586 16/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZE2569 8762026286 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZFO246 8762026536 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZJ9621 8762026763 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZJ9621 8762026843 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAG5850 8762025389 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAX9606 8762030374 09/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAX9606 8762030586 15/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAX9606 8762030595 16/08/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MBP6545 8762026356 22/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCC7715 8762028834 23/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCV0471 8762026548 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCY0466 8762025642 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDK6749 8762025791 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDM4103 8762026848 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12



MDU1555 8762026547 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MED2071 8762026664 24/05/2013 6050-3 R\$ 191,53
 MEV6646 8762028439 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEY5405 8762026835 22/05/2013 6050-3 R\$ 191,53
 MFE5466 8762028522 15/06/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MFM4100 8762026254 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFT8358 8762025452 19/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MGL4593 8762025668 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGU3035 8762030382 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGY9443 8762025986 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGY9443 8762026684 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHB4423 8762025538 15/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHF4347 8762029508 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHH7648 8762026812 21/05/2013 6050-3 R\$ 191,53
 MHT9080 8762025814 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIF4966 8762026370 24/05/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MIG0155 8762028676 16/06/2013 6050-3 R\$ 191,53
 MIG1687 8762026208 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIG8808 8762025961 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MIG8808 8762026019 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIR4840 8762030524 06/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJC7593 8762029332 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJG4824 8762026930 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJH5912 8762028932 20/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MJN4189 8762028531 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJR3884 8762026371 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJY0541 8762025292 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKB3166 8762026503 23/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKC5821 8762025464 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKC5821 8762026107 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKS9559 8762026197 23/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MLB0910 8762025934 15/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MLB0910 8762026777 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MLB0910 8762026921 25/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MLK0709 8762026744 22/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I
 6050-3 208
 5673-2 183
 7463-0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000336/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -
 EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8762 000336/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S),

PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AEO3739 8762030914 21/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ALS3571 8762023972 06/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 AMW2906 8762025466 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AMW2906 8762026577 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 APA6007 8762027677 02/06/2013 6050-3 R\$ 191,53
 APD0825 8762025655 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 GAD1311 8762023673 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 HTA8873 8762030071 28/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 IBM5409 8762029935 22/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 IOJ8140 8762024062 03/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 IOY2166 8762025289 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 JND7402 8762023855 03/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 KGH2001 8762025816 19/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWS2683 8762028737 16/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXE9456 8762029912 14/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LXE9456 8762030083 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXJ9178 8762028196 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXQ2277 8762024169 06/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LXR3486 8762024196 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXT8872 8762024738 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LYX2227 8762024030 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYX7550 8762025521 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYY2831 8762023953 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYY2831 8762028123 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZA0637 8762025772 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZB0401 8762023760 02/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LZB0401 8762025699 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZB0401 8762026761 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZB0401 8762028199 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZE2569 8762024467 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZE2569 8762025404 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZE2569 8762025792 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZK6242 8762024458 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZP8191 8762025919 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAP0593 8762027080 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBA1028 8762026563 20/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBA4142 8762024412 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MBA6849 8762025034 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBD5647 8762030983 25/08/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MBO7741 8762029041 25/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MBP4311 8762023876 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBP4311 8762026879 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBV4555 8762027625 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBX1493 8762028038 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBX3213 8762024788 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCB4769 8762025543 17/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCD2222 8762024671 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCL0097 8762025328 16/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCQ4607 8762028176 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCS3003 8762023557 05/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MCS3003 8762024386 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69

MCS3003 8762025169 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCS3003 8762025367 17/05/2013 7471-0 R\$ 574,61
 MDM0202 8762027734 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDQ6219 8762028660 14/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDQ9515 8762030114 23/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEG1603 8762028647 13/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEP8177 8762027527 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MEQ6800 8762027369 27/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MEQ6800 8762028112 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MER9123 8762027882 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEW5072 8762024965 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFB3464 8762027209 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MFB8429 8762027617 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFG2021 8762027528 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MFR1357 8762027893 09/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MGE8535 8762023784 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGE8535 8762028140 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGF6423 8762029834 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGI8007 8762026978 27/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MGM9941 8762023828 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGT7508 8762030019 22/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGW4818 8762026733 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGW4818 8762028133 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHB0916 8762031000 24/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHF4882 8762024498 10/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MHI4713 8762025290 14/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHK3535 8762024512 11/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MHK3535 8762025524 18/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHK3535 8762027942 08/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MHW4047 8762026981 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MID4769 8762025750 16/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MID4769 8762026575 20/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MIF4966 8762027722 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIF4966 8762029682 15/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIM3868 8762027048 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIP2394 8762027277 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJE5091 8762024957 10/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJE5091 8762027674 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJI2646 8762026582 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJY8496 8762025230 13/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKB6999 8762025017 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKB6999 8762028137 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKE2479 8762024005 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKI5708 8762025185 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKK1826 8762026430 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKK1826 8762026876 24/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKN1736 8762030810 21/08/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MKN1736 8762030962 25/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKT3061 8762027337 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MLK0310 8762028327 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd.	Enquadramento
7455-0	218 * I
7463-0	218 * II
6050-3	208
5673-2	183
7471-0	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8762 000338/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -
 EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8762 000338/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO

FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AHH1166 8762028069 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ALV2196 8762024713 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AMN3078 8762027128 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ARF1202 8762024157 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ARF1202 8762025297 15/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ARF1202 8762027751 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ARF2448 8762030861 25/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ARG2439 8762024228 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AZM1718 8762030193 03/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 BTB8338 8762027775 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 CVS4865 8762024029 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CZQ4244 8762023515 04/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 DCB8333 8762024041 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DUN9110 8762028054 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DXZ4718 8762030066 25/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 HNT6106 8762027275 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 HSI8447 8762024975 09/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LOF5498 8762028020 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXM9759 8762028259 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXN7525 8762028197 08/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LXW8867 8762027846 07/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LYN0476 8762024760 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZC3290 8762027548 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZO9233 8762023989 05/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZS0493 8762027826 06/06/2013 7471-0 R\$ 574,61
 LZT6854 8762023990 06/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LZT6854 8762023993 01/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LZT6854 8762024054 03/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZT6854 8762024979 10/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZT6854 8762025002 07/05/2013 7471-0 R\$ 574,61
 LZT6854 8762025028 08/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LZT6854 8762026035 19/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LZT6854 8762026707 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZT6854 8762026800 21/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZT6854 8762026924 26/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZT6854 8762027375 27/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LZT6854 8762027573 28/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LZT6854 8762027596 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZT6854 8762027618 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZT6854 8762027675 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZT6854 8762028139 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LZT6854 8762028266 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LZT6854 8762028295 06/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LZV3530 8762027963 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAO5189 8762027143 01/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MAP2425 8762029894 21/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MBD9426 8762030108 27/07/2013 6050-3 R\$ 191,53
 MBF3206 8762030845 25/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBW0196 8762024186 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBW0196 8762024221 08/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MBW0196 8762024643 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MBW0196 8762028102 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCB4761 8762027667 01/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MCE2233 8762030167 03/08/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MCH9206 8762027970 08/06/2013 7471-0 R\$ 574,61
 MDR1318 8762024022 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEG3773 8762027447 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEN7539 8762023421 02/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MEN7539 8762027763 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEN7539 8762027927 07/06/2013 7471-0 R\$ 574,61

MEX5658 8762027709 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFC7573 8762027632 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFM4100 8762028206 09/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFQ3627 8762029699 18/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MFV3848 8762028330 08/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MGQ6211 8762023629 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHZ7739 8762025168 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIA5621 8762030059 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIF3010 8762024293 09/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIJ9043 8762024587 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIM6210 8762027810 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIM6210 8762027843 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIT8522 8762024544 12/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MIZ5542 8762027157 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJL6006 8762027589 28/05/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MJO0803 8762029740 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKA9070 8762027800 05/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MKB4739 8762028158 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKC5628 8762028308 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKI6666 8762030245 04/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKI7689 8762023742 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKJ1544 8762029915 16/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKP7533 8762027434 31/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKP7533 8762027455 01/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MKP7533 8762028319 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKY7308 8762029841 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MLB0910 8762027549 27/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MLB0910 8762027572 28/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MLB0910 8762027641 31/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MLB0910 8762028267 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MMD2673 8762028074 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I
 7463-0 218 * II
 7471-0 218 * III
 6050-3 208
 5673-2 183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificacao de Imposicao de Penalidade Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000340/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000340/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AAT2700 8762030170 03/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ABB0828 8762024206 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ABG1199 8762023412 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ABG6052 8762029382 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ABZ2154 8762030342 06/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AEP8786 8762029893 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AEP8786 8762030038 27/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AER9494 8762029804 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AFA1918 8762029733 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AIU9407 8762030041 27/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AJJ6949 8762029401 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AJO1934 8762029855 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AJZ8618 8762030211 02/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AMG4344 8762029244 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 AMJ2715 8762029509 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ANE6530 8762029354 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 BEE1335 8762023405 01/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 BES0062 8762030037 27/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 BPA0658 8762030741 15/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CAA7772 8762030226 01/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CAI5899 8762030592 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CEA0840 8762029451 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CHS3246 8762023938 05/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CJY5040 8762028010 06/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 CJY5040 8762028017 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CSC9698 8762024602 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 CYV4800 8762030768 13/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DEB2029 8762030499 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DER5670 8762025224 13/05/2013 6050-3 R\$ 191,53
 DFY3733 8762030585 15/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DKX4568 8762027390 28/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DLM9515 8762030324 05/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DML9953 8762029482 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DNZ1919 8762029265 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DNZ1919 8762029294 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DNZ1919 8762029503 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DPN0953 8762029517 13/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 DPN0953 8762029722 20/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 ERK6334 8762029347 05/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 ERK6334 8762029441 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 FHN4787 8762029874 14/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 HAB0160 8762024097 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 HER9326 8762030372 09/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 HSA4318 8762029968 25/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 HTQ1264 8762029456 05/07/2013 5673-2 R\$ 85,12
 ICD7341 8762030551 12/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 ICX7857 8762029555 08/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 IHG1009 8762029960 25/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 IIR4380 8762030275 03/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 IIW0406 8762029819 15/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 IJI4875 8762030040 27/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

IMW7700 8762030556 13/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 INN0635 8762030787 18/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 JGU0045 8762024330 10/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 JPC4224 8762029470 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 JQU8797 8762029275 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 JSP4791 8762030890 21/08/2013 7471-0 R\$ 574,61
 JSP4791 8762030913 21/08/2013 7463-0 R\$ 127,69
 JTA3978 8762029372 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 JYY9705 8762029588 08/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 KLX3133 8762027666 01/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 KNW0117 8762029418 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 KUQ7683 8762027819 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 KZU3746 8762029663 10/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LBO7922 8762030099 28/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWS9110 8762029304 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWT9981 8762030491 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12

LWU1310 8762029955 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWU9846 8762029403 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWX3405 8762029967 25/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWX3405 8762030159 02/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LWY2812 8762029993 26/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXA7584 8762029617 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXL4862 8762030663 12/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXN6123 8762027357 02/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXN6123 8762027414 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXN6123 8762029396 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LXV7979 8762030427 05/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYB9122 8762029385 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYM0349 8762028076 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LYQ6269 8762030299 30/07/2013 6050-3 R\$ 191,53
 LYX0527 8762029237 01/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LYY0650 8762023691 02/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZB8597 8762030323 04/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZC3812 8762030435 08/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZH7093 8762029344 04/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 LZJ9621 8762023880 04/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZJ9621 8762027220 28/05/2013 5673-2 R\$ 85,12
 LZM8979 8762030719 17/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZV1875 8762027245 27/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 LZZ7605 8762029730 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAA6570 8762027926 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAB5510 8762029370 03/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAG3693 8762029797 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAG5850 8762027962 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAI4909 8762024263 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAK7104 8762029422 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAL5420 8762029133 30/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAL5420 8762029805 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAL6095 8762029783 16/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MAR8711 8762030766 13/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAS8704 8762030408 05/08/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MAX4561 8762029838 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAX4561 8762030249 02/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MAZ8290 8762029667 12/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBA5678 8762029458 06/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MBD4297 8762030612 17/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBD8820 8762029556 08/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBK7387 8762030353 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBW3182 8762029727 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBX4624 8762029977 27/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MBY9014 8762029731 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MBY9014 8762030622 18/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCB5579 8762030776 16/08/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MCD7662 8762027232 30/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCK8285 8762030699 13/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCK9962 8762029426 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCK9962 8762029437 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCK9962 8762029443 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

MCK9962 8762029664 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCK9962 8762030070 28/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MCK9962 8762030254 04/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCK9962 8762030260 30/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCK9962 8762030510 11/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCL5666 8762030074 22/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCO1921 8762029529 10/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCQ0662 8762029569 09/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MCR5696 8762028313 08/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MCY9862 8762025037 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDC1753 8762029243 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDC6953 8762030320 04/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDI2253 8762028169 06/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDK8551 8762030497 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDM7573 8762029035 24/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MDP6635 8762027785 05/06/2013 7455-0 R\$ 85,12

MDP6635 8762027932 07/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDP7348 8762030674 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDU2959 8762029274 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDU8518 8762030218 29/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MDV2803 8762028517 11/06/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MDV2803 8762028750 11/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MEB2663 8762030277 03/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEB9941 8762024646 12/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEH5293 8762030563 14/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEJ9318 8762030238 03/08/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MEL4209 8762029758 17/07/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MEQ8279 8762030544 12/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MER9746 8762030302 31/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MES8296 8762029241 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEV2841 8762029888 20/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEW9289 8762029361 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MEZ5567 8762030387 11/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFD0790 8762029906 19/07/2013 6050-3 R\$ 191,53
 MFF5990 8762030103 23/07/2013 6050-3 R\$ 191,53
 MFH1198 8762029966 25/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFH7345 8762030223 01/08/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MFJ5591 8762029253 02/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFJ5591 8762029439 04/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFJ5591 8762030332 05/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFK0359 8762029501 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFK0359 8762029701 18/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFK0359 8762030154 01/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFM2001 8762029582 13/07/2013 7471-0 R\$ 574,61
 MFO8234 8762030659 15/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFV5483 8762030443 05/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFV5483 8762030657 14/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFV9710 8762029292 07/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MFV9710 8762029424 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFV9710 8762029460 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MFV9710 8762030357 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGC1897 8762028269 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGC6590 8762024500 10/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGD2691 8762029496 10/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGE0904 8762030610 17/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGF7023 8762028501 11/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGG8882 8762030596 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGH2249 8762027003 28/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGI8007 8762029734 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGK7432 8762028276 04/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MGL6880 8762030194 03/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGL7800 8762030456 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGO1803 8762030458 08/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGO3415 8762029235 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGR0381 8762030550 12/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGW6159 8762029328 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGY4639 8762029317 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MGY9443 8762023959 03/05/2013 7455-0 R\$ 85,12

MHA3342 8762030676 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHA3461 8762030343 06/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHA4551 8762029495 09/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHC0145 8762030153 01/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHH1396 8762029462 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHL5722 8762024647 12/05/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MHL5722 8762027739 04/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHN2394 8762030350 07/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHR0858 8762028823 22/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MHT2353 8762029167 28/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHT6696 8762029606 10/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MHX5236 8762027793 05/06/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MHX5468 8762030416 10/08/2013 5673-2 R\$ 85,12
 MHX7572 8762029254 02/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MIB3329 8762029978 27/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MIC4214 8762030109 27/07/2013 5673-2 R\$ 85,12

MIC7715 8762029596 08/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MID5053 8762025026 08/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIG3838 8762027972 03/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIJ3423 8762030010 26/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIN0756 8762030789 18/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIP5456 8762030158 01/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIQ7836 8762029791 17/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIS7228 8762028769 17/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIY4631 8762029946 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MIY4631 8762030359 08/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJA4814 8762030269 02/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJE7126 8762029357 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJF6956 8762025081 09/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJF9488 8762029283 06/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJG9672 8762029473 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJI3753 8762030692 13/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJI5652 8762030055 24/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJK8896 8762029379 05/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJL3192 8762028792 19/06/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJY0541 8762024214 07/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJY0541 8762024421 11/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJZ1757 8762030681 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MJZ1757 8762030713 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKC5821 8762027066 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKE3106 8762030784 18/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKG6061 8762029823 16/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKG8715 8762030597 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKH4020 8762029620 13/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKK1613 8762023590 06/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKK8242 8762029748 16/07/2013 6050-3 R\$ 191,53
 MKN1736 8762028838 23/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MKN1736 8762029238 01/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKQ9791 8762029891 21/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKS3041 8762029291 07/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKS3041 8762029587 13/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKU8889 8762029720 19/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKZ3767 8762030470 10/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MKZ7451 8762027043 29/05/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MLB1444 8762030710 16/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MLN3341 8762029575 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12
 MOV3872 8762027169 02/06/2013 7463-0 R\$ 127,69
 MUM5225 8762030754 18/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 NJZ3816 8762030005 27/07/2013 5673-2 R\$ 85,12
 NPL9060 8762029680 15/07/2013 7463-0 R\$ 127,69
 NVV8211 8762030188 02/08/2013 7455-0 R\$ 85,12
 NYP7843 8762029504 11/07/2013 7455-0 R\$ 85,12

Infr./Desd.	Enquadramento
7455-0	218 * I
7463-0	218 * II
6050-3	208
5673-2	183
7471-0	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001362/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100
 EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001362/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

DVC4791 54449409E 23/08/2013 6637-2
 LZZ5291 54449164E 07/08/2013 6637-2
 MAA9165 54449479E 31/07/2013 6920-0
 MAA9924 54449480E 08/08/2013 6920-0
 MAF0969 54449311E 28/08/2013 6637-2
 MDT1762 54449107E 28/08/2013 5010-0
 MDT1762 54449108E 28/08/2013 5118-0
 MDT1762 54449109E 28/08/2013 6912-0
 MDT1762 54449308E 28/08/2013 6599-2
 MEZ9025 54449163E 07/08/2013 6912-0
 MGE8535 54449415E 23/08/2013 5169-1
 MHG3975 54449310E 28/08/2013 6599-2
 MJO9191 54450693E 26/07/2013 6912-0

Infr./Desd.	Enquadramento
6637-2	230 * IX
6920-0	233
5010-0	162 * I
5118-0	164 c/c 162 * I
6912-0	232
6599-2	230 * V
5169-1	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
 LUIZ CARLOS GROSS
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001363/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590
 EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001363/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S),

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MGA1723 54449317E 28/08/2013 7030-1

MJE0406 54449158E 07/08/2013 7048-2

Infr./Desd. Enquadramento

7030-1 244 * I7048-2 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8126 001366/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001366/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

BQS2601 54449110E 04/09/2013 6637-2

BQS2601 54449111E 04/09/2013 6912-0

CAK9587 55346343D 10/08/2013 6599-2

LYD6081 54449351E 22/08/2013 6637-2

MBU5860 54449490E 08/08/2013 6920-0

MFR0241 54449495E 08/08/2013 6920-0

MJM2143 54451235E 08/08/2013 6912-0

MJO7679 54449166E 07/08/2013 6599-2

Infr./Desd. Enquadramento

6637-2 230 * IX

6912-0 232

6599-2 230 * V

6920-0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS

ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Editais de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8126 001367/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001367/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AKY2654 54640243E 07/09/2013 5185-1

MBU7090 54449469E 30/07/2013 5185-1

MEC6144 54640222E 03/09/2013 7366-2

MEU5649 54449472E 06/08/2013 5967-0

MGM7033 54640224E 04/09/2013 7307-0

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167

7366-2 252 * VI

5967-0 203 * V

7307-0 251 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infração de Transito N.8126 001369/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001369/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA

INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CJS8523 54449063E 06/09/2013 6920-0

CTA7955 54451000E 21/08/2013 6920-0

LYD5811 54449373E 30/08/2013 6920-0

LYD5811 55346345D 30/08/2013 5010-0

LZS6641 54451236E 15/09/2013 6599-2

LZS6641 54451237E 15/09/2013 6912-0

MAG2396 54449064E 02/09/2013 6920-0

MDO5881 54449301E 22/08/2013 5045-0

MHE3254 54449306E 22/08/2013 6599-2

MIN2680 54640200E 16/08/2013 6912-0

Infr./Desd. Enquadramento

6920-0 233

5010-0 162 * I

6599-2 230 * V

6912-0 232

5045-0 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001370/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001370/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

EDD5866 54640260E 12/09/2013 5967-0

LWU5985 54449404E 23/08/2013 5223-1

LXQ7579 54449428E 07/09/2013 5185-1

MFB0470 54451149E 18/08/2013 5452-1

MHV4766 54640258E 12/09/2013 7366-2

MLA5330 54640257E 12/09/2013 7366-2

Infr./Desd. Enquadramento

5967-0 203 * V

5223-1 171

5185-1 167

5452-1 181 * VIII

7366-2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001373/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001373/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CNY0316 54449477E 01/08/2013 6920-0

DFO6350 54449106E 22/08/2013 5169-1

DKY1449 54449009E 05/09/2013 5010-0

DKY1449 54449010E 06/09/2013 5118-0

IEP1102 54449403E 20/08/2013 5010-0

IHW3760 54449324E 12/09/2013 6769-1

IHW3760 54449325E 12/09/2013 6696-2

JTV2120 54449003E 21/08/2013 6920-0

MAS5810 54449243E 19/09/2013 6637-2

MAS5810 54449244E 19/09/2013 6653-2

MGY2870 54450991E 21/08/2013 6920-0

MIS6430 54449327E 12/09/2013 6556-1

MJD9791 54449242E 08/09/2013 5169-1

MKN6816 54449118E 18/09/2013 5010-0

MKN6816 54449119E 18/09/2013 6599-2

Infr./Desd. Enquadramento

6920-0 233

5169-1 165

5010-0 162 * I

5118-0 164 c/c 162 * I

6769-1 230 * XXII

6696-2 230 * XV

6637-2 230 * IX

6653-2 230 * XI

6556-1 230 * I

6599-2 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU,

QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001374/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590
EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001374/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
MAJ3828 54449500E 14/09/2013 5185-1
MAN1803 54449066E 14/09/2013 5568-0
MAW4003 54640216E 28/08/2013 5185-1
MDY7537 54449436E 19/09/2013 5452-1
MFA0182 54449067E 14/09/2013 7030-2
MIS6430 54449328E 12/09/2013 5185-1
MJL1709 54449406E 23/08/2013 7366-2
MJR1122 54640265E 12/09/2013 5185-1

Infr./Desd.	Enquadramento
5185-1	167
5568-0	181 * XIX
5452-1	181 * VIII
7030-2	244 * I
7366-2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001377/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100
EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001377/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE

DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
AOP7110 54449438E 22/09/2013 6912-0
LXF1485 54449314E 28/08/2013 6637-2
MGA3107 54449190E 06/09/2013 6637-2

Infr./Desd.	Enquadramento
6912-0	232
6637-2	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001378/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590
EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001378/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
AAD6296 54449315E 28/08/2013 5967-0
MAY6337 54449366E 26/08/2013 5835-0
MCY4309 54449236E 29/08/2013 5967-0
MET1437 54449316E 28/08/2013 5967-0

Infr./Desd.	Enquadramento
5967-0	203 * V
5835-0	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001381/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100
EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001381/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

EYR7511 54449337E 26/09/2013 5045-0
LXY8891 54449070E 02/10/2013 6599-2
LXY8891 54449074E 02/10/2013 5010-0
LXY8891 54449075E 02/10/2013 5118-0
LXY8891 54449076E 02/10/2013 6912-0
LZN7895 54449318E 05/09/2013 6637-2
MBS1002 54449335E 26/09/2013 6599-2
MBS1002 54449336E 26/09/2013 6912-0
MFC1248 54449427E 07/09/2013 5320-0
MIQ6126 54449120E 24/09/2013 5045-0
MIQ6126 54449121E 24/09/2013 5142-0
NGF4867 54449374E 30/08/2013 6920-0

Infr./Desd.	Enquadramento
5045-0	162 * V
6599-2	230 * V
5010-0	162 * I
5118-0	164 c/c 162 * I
6912-0	232
6637-2	230 * IX
5320-0	176 * V
5142-0	164 c/c 162 * V
6920-0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001382/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590
EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001382/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

API9044 54640273E 19/09/2013 5568-0
API9044 54640274E 19/09/2013 5835-0
CVT4114 54640221E 02/09/2013 5665-0
LZU5876 54640270E 13/09/2013 6785-1
MBD5647 55346282D 22/09/2013 5185-1
MFO0305 54640252E 12/09/2013 5967-0
MGM1484 54640242E 07/09/2013 6050-2
MHO7237 54449515E 23/09/2013 5967-0
MIE3175 54449430E 10/09/2013 5207-0

Infr./Desd. Enquadramento

5568-0	181 * XIX
5835-0	195
5665-0	182 * X
6785-1	231 * II * a
5185-1	167
5967-0	203 * V
6050-2	208
5207-0	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001385/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100
EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001385/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AKF9786 54449525E 03/10/2013 6920-0
 AUZ1128 54449245E 07/10/2013 5045-0
 AUZ1128 54449246E 07/10/2013 5142-0
 MAD5629 54449124E 13/10/2013 5169-1
 MBN0770 54449122E 13/10/2013 5169-1
 MFF5235 54449065E 03/09/2013 6920-0
 MFJ6918 54449059E 02/09/2013 6920-0

Infr./Desd.	Enquadramento
6920-0	233
5045-0	162 * V
5142-0	164 c/c 162 * V
5169-1	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
 LUIZ CARLOS GROSS
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001386/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590
 EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001386/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
 MFL4257 54640248E 12/09/2013 7366-2

Infr./Desd.	Enquadramento
7366-2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001389/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100
 EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001389/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
 MAA5799 54449323E 12/09/2013 6637-2
 MAM4321 54449116E 12/09/2013 6637-2
 MDD4118 54449247E 16/10/2013 5045-0
 MDD4118 54449248E 16/10/2013 5142-0

Infr./Desd.	Enquadramento
6637-2	230 * IX
5045-0	162 * V
5142-0	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
 LUIZ CARLOS GROSS
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001390/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590
 EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001390/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
 LXT3117 54449447E 16/10/2013 5185-1
 MCH9206 54449435E 19/09/2013 5207-0

Infr./Desd.	Enquadramento
5185-1	1675207-0 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001393/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001393/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

DDU5221 54449332E 12/09/2013 6556-1

MAA9556 54640306E 11/10/2013 6912-0

Infr./Desd. Enquadramento

6556-1 230 * I6912-0 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8126 001394/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 001394/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30

(TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AKY2654 54449256E 26/10/2013 5185-1

AUN5409 55346283D 20/09/2013 6050-1

ISG5871 54640281E 04/10/2013 5185-1

MAA9556 54640305E 11/10/2013 5185-2

MAB9941 54449512E 23/09/2013 5541-4

MDK5994 54449440E 28/09/2013 5738-0

MIB7326 54640311E 17/10/2013 5541-1

MIG2510 54449499E 14/09/2013 7366-2

MKS7762 54640324E 18/10/2013 5452-3

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167

6050-1 208

5185-2 167

5541-4 181 * XVII

5738-0 186 * II

5541-1 181 * XVII

7366-2 252 * VI

5452-3 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000323/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000323/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AJM2725 8762030022 23/07/2013 7463-0

AMJ1099 8762030105 25/07/2013 5673-2

ASM5429 8762029753 16/07/2013 6050-3

ASR5043 8762030054 24/07/2013 7455-0

BDC1175 8762030756 12/08/2013 6050-3

DGU1612 8762029739 17/07/2013 7463-0

DKY1449 8762029950 24/07/2013 7463-0

DKY1449 8762029987 23/07/2013 7455-0

IKS8992 8762030807 21/08/2013 7455-0
 KCR1043 8762029914 15/07/2013 7455-0
 KHQ3816 8762030030 25/07/2013 7455-0
 LNW2720 8762030160 02/08/2013 7455-0
 LZG7651 8762030069 28/07/2013 7455-0
 MAP0593 8762030112 22/07/2013 7463-0
 MAP0593 8762030115 24/07/2013 7455-0
 MAP0593 8762030124 27/07/2013 7471-0
 MBT8329 8762029712 19/07/2013 7455-0
 MCM0809 8762029692 17/07/2013 7455-0
 MDN4576 8762030147 31/07/2013 7463-0
 MDP9089 8762029865 20/07/2013 7455-0
 MEC8538 8762030004 27/07/2013 5673-2
 MFW0097 8762029818 15/07/2013 7463-0
 MGE7898 8762029737 15/07/2013 7455-0
 MGF4346 8762030130 28/07/2013 5673-2
 MGU0482 8762029997 27/07/2013 7463-0
 MGW4102 8762029830 17/07/2013 7455-0
 MHU9435 8762029850 20/07/2013 7455-0
 MIA1264 8762029715 19/07/2013 7463-0
 MII6783 8762029774 17/07/2013 7455-0
 MII9895 8762029798 18/07/2013 7463-0
 MKA3366 8762029863 19/07/2013 7455-0
 MKA3366 8762030035 26/07/2013 7455-0
 MLJ2371 8762030042 27/07/2013 7463-0
 MMB9501 8762030024 24/07/2013 7455-0
 MMM1541 8762030015 26/07/2013 7455-0
 NYP7843 8762029866 21/07/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7463-0	218 * II
5673-2	183
6050-3	208
7455-0	218 * I
7471-0	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000325/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -
 EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000325/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR

IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.
 Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AAA7445 8762030092 28/07/2013 7455-0
 ACV4569 8762030512 05/08/2013 6050-3
 AKY2654 8762030863 22/08/2013 6050-3
 AMN3078 8762030095 28/07/2013 7463-0
 ARL4682 8762029857 21/07/2013 7455-0
 BEE1335 8762029974 26/07/2013 7463-0
 CIN1289 8762030986 20/08/2013 7455-0
 CVV4802 8762029820 15/07/2013 7471-0
 CVV4802 8762029859 21/07/2013 7463-0
 DAN8195 8762029765 16/07/2013 7455-0
 DBO1406 8762030195 04/08/2013 7455-0
 DCD7742 8762030995 23/08/2013 7455-0
 DPM3195 8762029769 20/07/2013 7455-0
 EIK5265 8762030844 25/08/2013 7463-0
 HQE5633 8762030982 25/08/2013 6050-3
 IHH0092 8762030259 30/07/2013 6050-3
 JJK5376 8762029965 25/07/2013 7455-0
 JPK9457 8762030841 25/08/2013 7455-0
 KHW5566 8762030900 25/08/2013 7455-0
 KVV3033 8762030264 31/07/2013 7455-0
 LWT1572 8762029726 20/07/2013 7455-0
 LXE5678 8762029920 18/07/2013 7455-0
 LXF1818 8762030282 04/08/2013 7455-0
 LXR9744 8762030859 24/08/2013 7455-0
 LYM0349 8762030227 01/08/2013 7455-0
 LZA0637 8762030393 11/08/2013 7455-0
 LZE3441 8762030922 22/08/2013 7455-0
 LZO9233 8762029853 20/07/2013 7455-0
 LZR1754 8762030281 04/08/2013 7463-0
 LZX0741 8762030086 25/07/2013 7455-0
 LZV3717 8762030232 04/08/2013 7455-0
 MAJ6202 8762030036 26/07/2013 7463-0
 MAJ6202 8762030068 24/07/2013 7455-0
 MAK7104 8762030943 25/08/2013 7455-0
 MAP2932 8762029793 17/07/2013 7455-0
 MAY8257 8762029754 16/07/2013 6050-3
 MBC0790 8762029887 19/07/2013 7455-0
 MBC0790 8762030948 20/08/2013 7463-0
 MBY2107 8762030937 25/08/2013 7455-0
 MCC6059 8762029761 20/07/2013 5673-2
 MCF9269 8762030091 28/07/2013 7463-0
 MCH9206 8762030953 22/08/2013 7455-0
 MCK9962 8762030996 23/08/2013 7455-0
 MCQ1733 8762030043 28/07/2013 7455-0
 MCY1811 8762030838 25/08/2013 7455-0
 MDI8560 8762030201 30/07/2013 7455-0
 MED2165 8762029759 19/07/2013 5673-2

MEI5845 8762030110 28/07/2013 6050-3
 MEJ2475 8762029784 16/07/2013 7455-0
 MEJ2475 8762029959 25/07/2013 7455-0
 MES6659 8762030013 24/07/2013 7455-0
 MEV0415 8762030182 30/07/2013 7455-0
 MEX9551 8762030927 23/08/2013 7455-0
 MFB0965 8762029846 19/07/2013 7455-0
 MFG6012 8762030985 19/08/2013 7455-0
 MFH2173 8762030879 24/08/2013 7455-0
 MFI4962 8762030090 26/07/2013 7455-0
 MFL5422 8762030791 19/08/2013 7455-0
 MFP6916 8762031008 25/08/2013 7455-0
 MFR2785 8762029845 19/07/2013 7455-0
 MFV9710 8762030318 04/08/2013 7455-0
 MFW4318 8762030939 19/08/2013 7455-0
 MGH4032 8762030168 03/08/2013 7455-0
 MGK0045 8762030237 02/08/2013 7455-0
 MHA3342 8762030910 21/08/2013 7455-0
 MHA3342 8762030912 21/08/2013 7455-0

MHV0306 8762029969 25/07/2013 7463-0
 MHZ2627 8762029802 18/07/2013 7463-0
 MIK0314 8762030002 25/07/2013 5673-2
 MIN4051 8762030122 26/07/2013 7455-0
 MIV4432 8762030143 31/07/2013 7455-0
 MIX2439 8762029983 28/07/2013 7463-0
 MIY3212 8762030932 24/08/2013 7455-0
 MJA4814 8762030988 21/08/2013 7455-0
 MJJ5338 8762030183 30/07/2013 7455-0
 MJT4646 8762030804 21/08/2013 7455-0
 MKM5133 8762030930 24/08/2013 7455-0
 MKN1736 8762029953 24/07/2013 7455-0
 MKN1736 8762030123 27/07/2013 7463-0
 MKP1181 8762029924 18/07/2013 7455-0
 MKY5877 8762030214 29/07/2013 7455-0
 MKY9501 8762030451 07/08/2013 7455-0
 MLE2633 8762029825 16/07/2013 7455-0
 MLK1404 8762030224 01/08/2013 7455-0
 MMA6058 8762030862 25/08/2013 7455-0
 MMK3113 8762029879 15/07/2013 7455-0
 MPN3464 8762029766 17/07/2013 7455-0
 MQN8433 8762030209 31/07/2013 7455-0
 NGG0946 8762030935 25/08/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I

6050-3 208

7463-0 218 * II

7471-0 218 * III

5673-2 183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000327/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000327/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AOC9601 8762030769 13/08/2013 7455-0

BPK3432 8762030157 01/08/2013 7455-0

BQQ6668 8762030206 04/08/2013 7455-0

CMY9295 8762030730 18/08/2013 7455-0

DLG5189 8762030410 07/08/2013 6050-3
 DSX3256 8762030386 11/08/2013 7455-0
 DSX3256 8762030617 18/08/2013 7455-0
 DSX3256 8762030649 15/08/2013 5673-2
 IBM5409 8762030594 16/08/2013 7455-0
 IHH0092 8762030363 08/08/2013 7455-0
 IJH8053 8762029688 17/07/2013 7455-0
 IJH8053 8762029736 15/07/2013 7455-0
 IJH8053 8762029995 27/07/2013 7463-0
 LXD6996 8762030465 10/08/2013 7455-0
 LXN1932 8762030428 06/08/2013 7455-0
 MAY4786 8762030601 17/08/2013 7455-0
 MBL9457 8762030480 05/08/2013 7455-0
 MBM8806 8762030479 11/08/2013 7455-0
 MBM9898 8762030739 15/08/2013 7455-0
 MBV3856 8762030468 10/08/2013 7455-0
 MCI3442 8762030712 16/08/2013 7455-0
 MCJ9284 8762030441 11/08/2013 7455-0
 MCY1220 8762030413 06/08/2013 6050-3
 MDE0018 8762030618 18/08/2013 7455-0
 MDR3619 8762030655 18/08/2013 7455-0
 MDZ1121 8762030701 14/08/2013 7455-0
 MEN7539 8762030522 05/08/2013 7455-0
 MEN7539 8762030565 14/08/2013 7463-0
 MET4922 8762030763 12/08/2013 7455-0
 MFB3760 8762030436 09/08/2013 7455-0
 MFK1111 8762030437 10/08/2013 7455-0
 MFP0692 8762030407 11/08/2013 7463-0
 MFQ3627 8762030397 05/08/2013 7455-0
 MGE0174 8762030220 31/07/2013 7455-0
 MGJ8167 8762030454 07/08/2013 7455-0
 MGK0045 8762030460 09/08/2013 7455-0
 MGX5555 8762030433 08/08/2013 7455-0
 MGZ5910 8762030367 08/08/2013 7463-0
 MGZ5910 8762030703 14/08/2013 7455-0
 MHA4815 8762030561 13/08/2013 7463-0
 MHL0710 8762030371 09/08/2013 7463-0
 MHR0858 8762030326 05/08/2013 7455-0
 MIA2420 8762030447 06/08/2013 7455-0
 MIB8631 8762030578 15/08/2013 7455-0
 MIF2614 8762030389 11/08/2013 7463-0
 MIL5501 8762030440 11/08/2013 7455-0
 MKD0236 8762030750 18/08/2013 7455-0

MKK0112 8762030505 11/08/2013 7455-0
 MKN1736 8762030492 08/08/2013 7455-0
 MKP7603 8762030745 17/08/2013 7455-0
 MMI8870 8762030457 07/08/2013 7455-0
 NSB0101 8762030884 20/08/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I

6050-3 208

5673-2 183

7463-0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito N.º 8762 000329/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 8762 000329/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N.º 5.033, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N.º 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.º Auto Data Infração Infr./Desd.

AFM9409 8762031813 07/09/2013 7455-0
 AIU7731 8762030761 17/08/2013 7455-0
 AJT8561 8762031291 03/09/2013 7463-0
 AJV7345 8762031670 09/09/2013 7455-0
 AJZ0880 8762031184 27/08/2013 7455-0
 AJZ0880 8762031763 07/09/2013 7455-0
 AJZ8618 8762031144 29/08/2013 7455-0
 ALZ1126 8762030696 13/08/2013 7463-0
 ANC3575 8762031181 27/08/2013 7455-0
 APM3690 8762030665 12/08/2013 7455-0
 ARW1728 8762031270 03/09/2013 7455-0
 BMK1159 8762031785 08/09/2013 7463-0
 CGO2673 8762031512 09/09/2013 7455-0
 CLB2454 8762031508 09/09/2013 7455-0
 CMA2979 8762031875 07/09/2013 5673-2
 CSW0977 8762031191 29/08/2013 7455-0
 CVU2404 8762030975 21/08/2013 6050-3
 CWO3744 8762031680 09/09/2013 7455-0
 CXU5793 8762031765 08/09/2013 7455-0
 DWM3494 8762031220 01/09/2013 7455-0
 DWZ0123 8762031071 01/09/2013 7455-0
 DYD6124 8762031059 31/08/2013 7455-0
 EBM2256 8762031099 27/08/2013 7455-0
 FHB1951 8762030682 17/08/2013 7455-0
 GVS0101 8762031489 09/09/2013 7463-0
 HSF6434 8762031208 01/09/2013 7455-0
 HZY5960 8762031290 03/09/2013 7455-0
 IKN0514 8762031866 08/09/2013 6050-3
 IPW5402 8762031487 09/09/2013 7455-0
 JPT0259 8762030747 17/08/2013 7455-0
 JTJ6078 8762031241 30/08/2013 7455-0
 JTZ7346 8762031355 03/09/2013 7455-0
 KEU1033 8762031856 08/09/2013 6050-3
 KMX7574 8762031837 02/09/2013 7455-0
 KNO5102 8762031217 27/08/2013 7455-0
 KOJ5321 8762031416 04/09/2013 7455-0
 LBX3994 8762031666 09/09/2013 7455-0
 LWS9110 8762031172 27/08/2013 7455-0
 LXD6591 8762031269 03/09/2013 7455-0
 LXE0075 8762031102 30/08/2013 7455-0
 LXG7438 8762031534 09/09/2013 7455-0
 LXH0221 8762031574 09/09/2013 7463-0
 LXL3562 8762031665 09/09/2013 7455-0
 LXR5950 8762031603 09/09/2013 7455-0
 LYD6081 8762030826 23/08/2013 7463-0
 LYD6081 8762030833 24/08/2013 7455-0
 LYJ3910 8762031726 08/09/2013 7463-0

LYS0384 8762031209 01/09/2013 7455-0
 LYU9199 8762030721 18/08/2013 7455-0
 LZJ0803 8762031409 04/09/2013 7455-0
 LZJ9621 8762030782 18/08/2013 7463-0
 LZU3858 8762031044 30/08/2013 7455-0
 LZY3496 8762031767 02/09/2013 7463-0
 LZY6535 8762031825 04/09/2013 7455-0
 MAB2301 8762030980 24/08/2013 7455-0
 MAG3693 8762031773 05/09/2013 7455-0
 MAO2125 8762030654 17/08/2013 7455-0
 MAS3722 8762031070 01/09/2013 7455-0
 MAU5253 8762031185 27/08/2013 7463-0
 MAU8851 8762031247 01/09/2013 7455-0
 MAZ8641 8762030907 19/08/2013 7463-0
 MBA1849 8762031104 26/08/2013 7455-0
 MBD5651 8762031791 03/09/2013 7455-0
 MBE6629 8762031484 09/09/2013 7455-0
 MBF5163 8762031203 31/08/2013 7463-0
 MBN6541 8762031426 05/09/2013 7455-0
 MBN6541 8762031872 06/09/2013 7455-0
 MBX0839 8762031272 03/09/2013 7455-0
 MBZ9598 8762031577 09/09/2013 7455-0
 MCA1068 8762031017 26/08/2013 7455-0
 MCG0377 8762031175 01/09/2013 7455-0
 MCG1863 8762031455 06/09/2013 7455-0
 MC19469 8762031234 28/08/2013 7455-0
 MCK8285 8762031421 04/09/2013 7455-0
 MCK9962 8762031178 26/08/2013 7455-0
 MCK9962 8762031848 05/09/2013 7455-0
 MCK9962 8762031878 08/09/2013 7455-0
 MCS3539 8762031657 09/09/2013 7463-0
 MCX1523 8762031367 03/09/2013 7455-0
 MCY5210 8762031397 04/09/2013 7463-0
 MDE1585 8762031127 26/08/2013 7455-0
 MDF5247 8762031263 03/09/2013 7455-0
 MDG2022 8762031649 09/09/2013 7455-0
 MDH0114 8762030726 18/08/2013 7455-0
 MDM2994 8762030582 15/08/2013 7455-0
 MDU9674 8762030444 05/08/2013 7455-0
 MDV0489 8762031524 09/09/2013 7455-0
 MEB4977 8762031515 09/09/2013 7455-0
 MEC9304 8762031009 25/08/2013 7455-0
 MEE8377 8762031372 03/09/2013 7455-0
 MEJ6674 8762030753 14/08/2013 7455-0
 MEJ9342 8762030840 25/08/2013 7455-0
 MEK6665 8762031708 05/09/2013 7463-0
 MEL0640 8762031271 03/09/2013 7455-0
 MEL3360 8762031387 03/09/2013 7455-0
 MEP9938 8762031775 05/09/2013 7455-0
 MEQ6807 8762031783 07/09/2013 7455-0
 MEZ7562 8762030639 16/08/2013 7463-0
 MFC9386 8762031112 28/08/2013 7455-0
 MFF1579 8762031362 03/09/2013 7455-0
 MFH0882 8762031681 09/09/2013 7463-0
 MFH2173 8762031092 29/08/2013 7455-0
 MFK0822 8762031615 09/09/2013 7455-0
 MFL4257 8762031432 05/09/2013 7455-0
 MFV9710 8762031568 09/09/2013 7455-0
 MFY6907 8762031868 02/09/2013 7455-0
 MFZ8808 8762031874 07/09/2013 7463-0
 MGG4091 8762031847 05/09/2013 7463-0
 MGI7646 8762031820 08/09/2013 7455-0
 MGR0381 8762031672 09/09/2013 7463-0
 MGT8275 8762031176 26/08/2013 7455-0
 MGZ1497 8762030779 17/08/2013 7455-0
 MHA3342 8762031801 04/09/2013 7455-0
 MHC5031 8762030885 20/08/2013 7455-0
 MHG9561 8762031506 09/09/2013 7455-0

MHL9221 8762031800 04/09/2013 7455-0
 MHM1840 8762031084 26/08/2013 5673-2
 MHM4995 8762031316 03/09/2013 7455-0
 MHO3830 8762031319 03/09/2013 7463-0
 MHT3114 8762031281 03/09/2013 7463-0
 MHT3114 8762031440 05/09/2013 7455-0
 MHV0306 8762030488 05/08/2013 7463-0
 MHV0306 8762030608 17/08/2013 6050-3
 MHV0306 8762030774 15/08/2013 7455-0
 MIG1687 8762030758 16/08/2013 6050-3
 MIL4135 8762031351 03/09/2013 7455-0
 MIR8778 8762031239 30/08/2013 7455-0
 MIR8778 8762031697 03/09/2013 7455-0
 MIY7677 8762031877 08/09/2013 7455-0
 MJF1393 8762031301 03/09/2013 7455-0
 MJG7883 8762031418 04/09/2013 7455-0
 MJH7347 8762031736 05/09/2013 7455-0
 MJI3426 8762031041 29/08/2013 7455-0
 MJS1167 8762031802 04/09/2013 7455-0
 MJS5100 8762031740 07/09/2013 7455-0
 MJW1357 8762031015 26/08/2013 7455-0
 MJX6668 8762031306 03/09/2013 7455-0
 MJZ5928 8762031843 04/09/2013 7463-0
 MKC3136 8762031610 09/09/2013 7455-0
 MKC5821 8762030762 17/08/2013 6050-3
 MKF0324 8762031824 04/09/2013 7455-0
 MKN0011 8762031550 09/09/2013 7455-0
 MKN1017 8762031422 04/09/2013 7455-0
 MKN1736 8762031709 05/09/2013 7455-0
 MKN1736 8762031732 03/09/2013 7463-0
 MKN1736 8762031737 06/09/2013 7463-0
 MKN5328 8762031624 09/09/2013 7455-0
 MKN5328 8762031653 09/09/2013 7455-0
 MKS1697 8762031257 02/09/2013 7455-0
 MKT6331 8762031803 04/09/2013 7455-0
 MKV9666 8762031591 09/09/2013 7455-0
 MKZ2888 8762031645 09/09/2013 7455-0
 MLF4934 8762031326 03/09/2013 7455-0
 MLL1239 8762030579 15/08/2013 7455-0
 MLP3693 8762031525 09/09/2013 7463-0
 MMD4350 8762031364 03/09/2013 7455-0
 MVK2971 8762031810 06/09/2013 7455-0
 NEZ7428 8762031787 08/09/2013 7455-0
 ODN1767 8762031163 31/08/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I
 7463-0 218 * II
 5673-2 183
 6050-3 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
 TATIANA LEITE SLOMP
 GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000331/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000331/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB. Placa N.Auto Data Infracão Infr./Desd.

ACS1329 8762031204 31/08/2013 7463-0
 AOI6329 8762030792 19/08/2013 7455-0
 AOI6329 8762030798 20/08/2013 7463-0
 ARN7854 8762032385 15/09/2013 7455-0
 DTW3413 8762031051 30/08/2013 7455-0
 DTW3413 8762031699 03/09/2013 7455-0
 EEW9310 8762031187 28/08/2013 6050-3
 GKU9164 8762030079 24/07/2013 7455-0
 IJL4845 8762031140 28/08/2013 7455-0
 IKN9891 8762030870 19/08/2013 7455-0
 IKX9465 8762031147 29/08/2013 7455-0
 ILZ0132 8762031678 09/09/2013 7455-0
 JJW6361 8762031738 07/09/2013 7455-0
 LXV7939 8762030945 19/08/2013 7455-0
 LXX6889 8762030864 19/08/2013 5673-2
 LYM4790 8762031538 09/09/2013 7455-0
 LYR1012 8762031772 05/09/2013 7471-0
 LYS4655 8762031793 03/09/2013 7455-0
 LYU1063 8762031259 03/09/2013 7455-0
 LZZ3507 8762030974 19/08/2013 7455-0
 MBB4630 8762030908 20/08/2013 7455-0
 MBL7644 8762030805 21/08/2013 7463-0
 MBX0099 8762031341 03/09/2013 7455-0
 MCC7550 8762031792 03/09/2013 7455-0
 MDN1794 8762030797 19/08/2013 7455-0
 MDQ3074 8762030894 22/08/2013 7463-0
 MED6341 8762030822 23/08/2013 6050-3
 MEN7539 8762030816 22/08/2013 7463-0
 MEQ2149 8762030802 20/08/2013 7455-0
 MFF2589 8762031278 03/09/2013 7463-0
 MFV2753 8762031431 05/09/2013 7463-0
 MGT2424 8762031141 28/08/2013 7455-0
 MHL0758 8762031083 26/08/2013 5673-2
 MHZ2627 8762030887 20/08/2013 7463-0
 MIH3530 8762030860 25/08/2013 5673-2
 MJO4931 8762030858 24/08/2013 7455-0
 MJY2322 8762031633 09/09/2013 7463-0
 MMJ5261 8762030808 21/08/2013 7463-0

Infr./Desd. Enquadramento

7463-0 218 * II
 7455-0 218 * I
 6050-3 208
 5673-2 183
 7471-0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO



DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000333/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000333/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB. Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AIU9407 8762032235 09/09/2013 5673-2
AIU9407 8762032313 09/09/2013 7455-0
AJB1405 8762032293 12/09/2013 7455-0
AJZ8618 8762032289 12/09/2013 7455-0
AMP8131 8762032202 14/09/2013 7455-0
ANC3575 8762031959 10/09/2013 7455-0
ANH2213 8762032113 12/09/2013 7455-0
ANN1022 8762032388 15/09/2013 7455-0
ANR7522 8762032138 13/09/2013 7455-0
ANX3288 8762032305 14/09/2013 7455-0
APA3713 8762032555 21/09/2013 7463-0
AVB3493 8762032520 17/09/2013 7455-0
BAI0227 8762032112 12/09/2013 7463-0
BGI2019 8762032417 19/09/2013 7455-0
CJH7727 8762032240 15/09/2013 5673-2
EDD5866 8762032054 12/09/2013 7463-0
EDL9651 8762032467 20/09/2013 7455-0
FFN4166 8762032194 13/09/2013 7455-0
GVR7467 8762032350 15/09/2013 7455-0
HAB2054 8762032435 16/09/2013 7455-0
IDL8834 8762032358 09/09/2013 6050-3
JJW6361 8762032271 14/09/2013 7455-0
JJW6361 8762032381 14/09/2013 7463-0
JPR9072 8762032369 10/09/2013 7455-0
KMC8256 8762032001 10/09/2013 7463-0
KRB5390 8762032436 17/09/2013 7455-0
KYH5180 8762032236 10/09/2013 5673-2
LWV4779 8762032545 17/09/2013 7455-0
LWX9254 8762032332 12/09/2013 7455-0
LWY4164 8762032069 12/09/2013 7455-0
LWZ6816 8762031944 10/09/2013 7455-0
LXL3562 8762032227 12/09/2013 7463-0
LXY4911 8762032301 14/09/2013 7455-0
LYH6668 8762032360 14/09/2013 6050-3
LYT5645 8762032166 10/09/2013 7455-0
LZP7787 8762032172 10/09/2013 7455-0
MAX9606 8762032188 12/09/2013 7455-0
MBX7849 8762031929 10/09/2013 7455-0
MCC3356 8762031898 10/09/2013 7455-0
MCD4539 8762031121 31/08/2013 7455-0
MCK9962 8762032399 17/09/2013 7455-0

MCK9962 8762032513 21/09/2013 7455-0
MCK9962 8762032528 19/09/2013 7455-0
MDH5146 8762031882 10/09/2013 7455-0
MDI6599 8762032540 21/09/2013 5673-2
MDY7542 8762030736 14/08/2013 6050-3
MEB5854 8762031912 10/09/2013 7455-0

MED7832 8762032117 12/09/2013 7455-0
MEE2882 8762032480 18/09/2013 7455-0
MEF0379 8762032226 12/09/2013 7455-0
MEH0642 8762031905 10/09/2013 7455-0
MEQ8279 8762032158 09/09/2013 7455-0
MEW8298 8762032541 16/09/2013 7455-0
MFD0790 8762032245 12/09/2013 7455-0
MFO5146 8762032175 10/09/2013 7455-0
MFT4175 8762031933 10/09/2013 7463-0
MFV9710 8762032440 18/09/2013 7455-0
MFZ1097 8762032343 14/09/2013 7455-0
MFZ1300 8762032538 18/09/2013 5673-2
MGA1540 8762032453 21/09/2013 5673-2
MGD5705 8762032534 20/09/2013 7455-0
MGE4729 8762032341 14/09/2013 5673-2
MGF2511 8762032410 18/09/2013 7455-0
MGQ6617 8762030865 20/08/2013 5673-2
MHF3003 8762032472 16/09/2013 7463-0
MHF4347 8762032097 12/09/2013 7455-0
MHL0710 8762032191 13/09/2013 7463-0
MHL0710 8762032219 10/09/2013 7455-0
MHW1184 8762032055 12/09/2013 7455-0
MHZ9945 8762030954 22/08/2013 7455-0
MIH1165 8762032078 12/09/2013 7455-0
MII8229 8762032518 16/09/2013 7455-0
MIN0961 8762031972 10/09/2013 7455-0
MJA4964 8762031930 10/09/2013 7455-0
MJE7126 8762032262 11/09/2013 7463-0
MJG9889 8762032348 15/09/2013 7455-0
MJH7347 8762032443 19/09/2013 7455-0
MJJ1300 8762030998 24/08/2013 7455-0
MJM8366 8762032207 14/09/2013 7455-0
MJN9293 8762032160 09/09/2013 7455-0
MJV1987 8762032107 12/09/2013 7455-0
MJX0857 8762030972 23/08/2013 7455-0
MJZ5928 8762032515 16/09/2013 7455-0
MKC0045 8762031994 10/09/2013 7455-0
MKG3229 8762032060 12/09/2013 7463-0
MKL0934 8762032150 13/09/2013 7455-0
MKP6589 8762032093 12/09/2013 7463-0
MKQ8211 8762031946 10/09/2013 7455-0
MKR3114 8762032091 12/09/2013 7455-0
MKZ0008 8762032053 12/09/2013 7463-0
MLE0899 8762032253 13/09/2013 7455-0
MLF0343 8762032018 11/09/2013 7455-0
MLR1808 8762032465 18/09/2013 7455-0
MMI3930 8762032010 11/09/2013 7455-0
MML1606 8762032356 14/09/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

5673-2 183
7455-0 218 * I
7463-0 218 * II
6050-3 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000335/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -
EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000335/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB. Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AGF7881 8762031396 04/09/2013 7455-0
AHA8800 8762031860 08/09/2013 7455-0
AJL8247 8762032674 27/09/2013 7455-0
AJP3443 8762032773 27/09/2013 7455-0
AKU1508 8762031161 31/08/2013 7455-0
AMD9871 8762032835 23/09/2013 7455-0
ARA7311 8762032721 27/09/2013 7455-0
ASR5717 8762032491 20/09/2013 7455-0
CKN6173 8762032564 26/09/2013 7455-0
CZF2257 8762032579 26/09/2013 7455-0
DGJ7434 8762032884 25/09/2013 7463-0
DLB6779 8762032563 26/09/2013 7455-0
DUB5060 8762031313 03/09/2013 7455-0
ENW4182 8762031109 27/08/2013 7463-0
HZA2048 8762032917 26/09/2013 7455-0
HZA2048 8762032927 28/09/2013 7455-0
IDT8042 8762031053 30/08/2013 7455-0
IIW0406 8762032866 24/09/2013 7455-0
IOS7040 8762032696 27/09/2013 7463-0
ITY5236 8762030614 17/08/2013 7471-0
JRB9629 8762032648 27/09/2013 7455-0
LTZ3013 8762032850 23/09/2013 5673-2
LXB9003 8762032587 26/09/2013 7455-0
LXV2444 8762031671 09/09/2013 7463-0
LYJ3910 8762032800 23/09/2013 7455-0
LYJ5117 8762031712 06/09/2013 7455-0
LYZ5799 8762032961 29/09/2013 7455-0
LZC3812 8762032976 23/09/2013 7455-0
LZE8051 8762032444 20/09/2013 7455-0
LZN1100 8762031781 07/09/2013 7463-0
LZX2282 8762031310 03/09/2013 7455-0
LZZ9600 8762032966 24/09/2013 7455-0
MAC6926 8762032988 26/09/2013 7455-0
MAJ9429 8762032898 23/09/2013 7455-0
MAR5424 8762032719 27/09/2013 7455-0
MAS8525 8762031644 09/09/2013 7455-0
MAV8484 8762032831 29/09/2013 7463-0
MAW9134 8762032602 26/09/2013 7455-0
MAX9606 8762031717 06/09/2013 7463-0
MBB5662 8762032902 24/09/2013 7463-0
MBH9111 8762032916 25/09/2013 7455-0
MCF5371 8762031581 09/09/2013 7455-0
MCJ0821 8762031246 31/08/2013 7455-0

MCQ9651 8762031616 09/09/2013 7455-0
MDL2796 8762031068 01/09/2013 7455-0
MDR5875 8762033000 29/09/2013 7455-0
MDV2803 8762032834 23/09/2013 7455-0

MDV2803 8762032943 25/09/2013 7455-0
MDZ7173 8762032562 26/09/2013 7455-0
MEB2566 8762032852 24/09/2013 5673-2
MET3230 8762032746 27/09/2013 7455-0
MEU7417 8762032805 24/09/2013 7463-0
MEV7778 8762032635 27/09/2013 7455-0
MEZ9140 8762031249 01/09/2013 7455-0
MFC4228 8762032614 27/09/2013 7455-0
MFI6689 8762032883 24/09/2013 7455-0
MFI6689 8762032896 29/09/2013 7455-0
MFJ9037 8762032657 27/09/2013 7455-0
MFM2820 8762032819 27/09/2013 7455-0
MFM5414 8762032769 27/09/2013 7455-0
MGE7870 8762032590 26/09/2013 7455-0
MGH0683 8762031450 05/09/2013 7455-0
MGU1336 8762032776 27/09/2013 7455-0
MGX7098 8762032595 26/09/2013 7455-0
MGZ6823 8762032661 27/09/2013 7463-0
MHB6711 8762032755 27/09/2013 7463-0
MHB8871 8762031154 30/08/2013 7455-0
MHC4320 8762031131 26/08/2013 7463-0
MHR2136 8762032901 24/09/2013 7463-0
MHS1591 8762032698 27/09/2013 7455-0
MHY7962 8762032567 26/09/2013 7455-0
MIB9497 8762032987 26/09/2013 7463-0
MIF5596 8762032806 24/09/2013 7455-0
MIG1905 8762032607 26/09/2013 7463-0
MIK3143 8762032630 27/09/2013 7455-0
MIK3143 8762032662 27/09/2013 7455-0
MIK3143 8762032935 23/09/2013 7455-0
MIK8344 8762032767 27/09/2013 7455-0
MIP5821 8762032609 26/09/2013 7455-0
MIX2439 8762032826 28/09/2013 7455-0
MIX4496 8762032928 28/09/2013 7463-0
MJU7036 8762031096 31/08/2013 7455-0
MJX7473 8762032669 27/09/2013 7455-0
MKB1085 8762032836 24/09/2013 7455-0
MKB7373 8762032749 27/09/2013 7455-0
MKJ9987 8762031419 04/09/2013 7455-0
MKN1736 8762032802 23/09/2013 7471-0
MKV0042 8762032861 28/09/2013 6050-3
MKW2673 8762032958 29/09/2013 7455-0
MLP1707 8762032623 27/09/2013 7463-0

Infr./Desd.	Enquadramento
7455-0	218 * I
7463-0	218 * II
7471-0	218 * III
5673-2	183
6050-3	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N.º 8762 000337/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N.º 8762 000337/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N.º 5.033, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N.º 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.º Auto Data Infração Infr./Desd.

AAX7751 8762033189 06/10/2013 7463-0
 AEU9472 8762033037 04/10/2013 7455-0
 AIN7457 8762031441 05/09/2013 7455-0
 AJS2163 8762031725 08/09/2013 7455-0
 AJV2801 8762031298 03/09/2013 7455-0
 AMN3078 8762031643 09/09/2013 7455-0
 API4531 8762032933 24/09/2013 7455-0
 ASF5798 8762033299 07/10/2013 7455-0
 ATR1501 8762032585 26/09/2013 7455-0
 AUD1291 8762032092 12/09/2013 7455-0
 AUI1100 8762033149 06/10/2013 7455-0
 AUY6904 8762031811 06/09/2013 7455-0
 BJH7728 8762031456 06/09/2013 7455-0
 BQB2236 8762033304 08/10/2013 7455-0
 CBD8006 8762031815 07/09/2013 7455-0
 CIM6045 8762033263 10/10/2013 7455-0
 DEX9431 8762033133 05/10/2013 7455-0
 ERG4334 8762032493 20/09/2013 7455-0
 HBS2087 8762031190 29/08/2013 7455-0
 IBQ1222 8762031863 07/09/2013 6050-3
 ICB4445 8762033008 30/09/2013 7455-0
 ICR1078 8762033043 05/10/2013 7455-0
 ICR1078 8762033271 11/10/2013 7455-0
 ICY0188 8762031260 03/09/2013 7455-0
 IGY0274 8762031264 03/09/2013 7455-0
 IKU6252 8762031519 09/09/2013 7463-0
 ILF5322 8762033266 10/10/2013 7455-0
 ISG5871 8762033273 11/10/2013 7455-0
 KAU0758 8762033106 06/10/2013 7463-0
 KLD0517 8762033382 13/10/2013 7455-0
 KLX3133 8762031542 09/09/2013 7455-0
 LTH1593 8762033175 04/10/2013 6050-3
 LXD8640 8762033278 11/10/2013 7455-0
 LXQ7136 8762031592 09/09/2013 7455-0
 LXX3630 8762033088 05/10/2013 7455-0
 LXX6889 8762031751 03/09/2013 7455-0
 LXZ1678 8762033343 09/10/2013 7463-0
 LYH5432 8762033338 09/10/2013 7455-0
 LYK5975 8762031495 09/09/2013 7455-0
 LYQ1269 8762031711 06/09/2013 7463-0
 LYR1012 8762032908 24/09/2013 7455-0
 LZB0401 8762031832 04/09/2013 7455-0
 LZB0907 8762031629 09/09/2013 7463-0
 LZN9886 8762031722 07/09/2013 7455-0
 LZY5306 8762031469 06/09/2013 7463-0
 LZZ3063 8762033187 06/10/2013 7455-0
 MAO7102 8762033095 02/10/2013 7455-0

MAO7591 8762033040 04/10/2013 7455-0
 MAP5746 8762033060 02/10/2013 7455-0
 MAZ7179 8762033352 13/10/2013 7463-0
 MBC0790 8762033161 06/10/2013 7455-0
 MBC0790 8762033183 06/10/2013 7455-0
 MBC0790 8762033411 13/10/2013 7463-0
 MBG7923 8762033042 05/10/2013 7455-0
 MBS4100 8762033414 13/10/2013 7455-0
 MBV4036 8762033372 12/10/2013 7455-0
 MBX3548 8762031683 09/09/2013 7455-0
 MBY1189 8762031537 09/09/2013 7455-0
 MCB5579 8762033418 08/10/2013 7455-0
 MCC3356 8762033221 06/10/2013 7455-0
 MCK9962 8762033398 08/10/2013 7455-0
 MCM1259 8762031267 03/09/2013 7455-0
 MCT8775 8762033283 12/10/2013 7463-0
 MCV2652 8762033204 01/10/2013 7455-0
 MDG5626 8762031819 08/09/2013 7455-0
 MDQ5789 8762033121 03/10/2013 7455-0
 MDR1318 8762031354 03/09/2013 7455-0
 MDU3103 8762033079 04/10/2013 6050-3
 MDZ4174 8762031628 09/09/2013 7455-0
 MEB8672 8762031258 02/09/2013 7455-0
 MEE0179 8762033242 08/10/2013 7455-0
 MEE2617 8762031485 09/09/2013 7455-0
 MEG1603 8762031758 08/09/2013 7455-0
 MEH7472 8762031292 03/09/2013 7455-0
 MEI5915 8762031302 03/09/2013 7455-0
 MEI9241 8762033146 06/10/2013 7455-0
 MEM4293 8762033448 11/10/2013 6050-3
 MEN3774 8762031685 09/09/2013 7463-0
 MEN7539 8762031840 03/09/2013 7455-0
 MEP5297 8762033125 03/10/2013 7455-0
 MEU7104 8762033438 08/10/2013 7455-0
 MEY5917 8762033138 05/10/2013 7455-0
 MEZ2268 8762033454 13/10/2013 7455-0
 MFD0804 8762031779 06/09/2013 7455-0
 MFD5195 8762033218 05/10/2013 7455-0
 MFI9689 8762031090 28/08/2013 7455-0
 MFI9689 8762031106 26/08/2013 7455-0
 MFJ6918 8762033383 09/10/2013 7455-0
 MFK1111 8762031790 02/09/2013 7455-0
 MFK2883 8762031518 09/09/2013 7463-0
 MFP8476 8762031511 09/09/2013 7455-0
 MFR0619 8762032768 27/09/2013 7455-0
 MFT2108 8762031679 09/09/2013 7455-0
 MFV9710 8762033048 06/10/2013 7463-0
 MFV9710 8762033405 11/10/2013 7455-0
 MFZ1097 8762033417 13/10/2013 7455-0
 MGC5511 8762033341 09/10/2013 7455-0
 MGJ0467 8762031637 09/09/2013 7455-0
 MGM1484 8762031569 09/09/2013 7455-0
 MGX5555 8762031766 02/09/2013 7455-0
 MGY6705 8762031038 29/08/2013 7455-0
 MGZ5910 8762031806 05/09/2013 7455-0
 MHA3073 8762033126 03/10/2013 7455-0
 MHB7016 8762031242 30/08/2013 5673-2
 MHC5346 8762033094 02/10/2013 7455-0
 MHD8066 8762033109 01/10/2013 7455-0
 MHE1553 8762033393 07/10/2013 7455-0
 MHF4347 8762031417 04/09/2013 7455-0
 MHI9584 8762031268 03/09/2013 7455-0
 MHK3814 8762031704 05/09/2013 7455-0
 MHP3601 8762033093 02/10/2013 7455-0
 MHU2438 8762031467 06/09/2013 7463-0
 MHW8563 8762031480 09/09/2013 7463-0
 MHX1436 8762033006 30/09/2013 7455-0
 MHZ5389 8762031585 09/09/2013 7455-0

MIG6953 8762032972 28/09/2013 6050-3
 MIH9800 8762031747 06/09/2013 5673-2
 MIK4017 8762031448 05/09/2013 7455-0
 MIK5237 8762033028 03/10/2013 7455-0
 MIM7480 8762031834 05/09/2013 7455-0
 MIO9065 8762033141 06/10/2013 7455-0
 MIX2439 8762031661 09/09/2013 7455-0
 MIZ2198 8762031173 27/08/2013 7455-0
 MJE3598 8762033415 13/10/2013 7455-0
 MJE5091 8762031545 09/09/2013 7455-0
 MJE7558 8762033092 01/10/2013 7463-0
 MJI6882 8762031523 09/09/2013 7455-0
 MJL3192 8762033046 05/10/2013 7455-0
 MJV1951 8762031126 01/09/2013 7455-0
 MJZ6589 8762031019 27/08/2013 7463-0
 MKB1085 8762033066 04/10/2013 7455-0
 MKB1085 8762033237 07/10/2013 7463-0
 MKB1085 8762033256 09/10/2013 7455-0
 MKB1085 8762033297 07/10/2013 7463-0
 MKC5821 8762031639 09/09/2013 7455-0
 MKC5821 8762031723 08/09/2013 7455-0
 MKK1208 8762033305 09/10/2013 7455-0
 MKN1736 8762033258 09/10/2013 7471-0
 MKN2856 8762033112 01/10/2013 7455-0
 MKN5601 8762033070 06/10/2013 7455-0
 MKS3041 8762033150 05/10/2013 7463-0
 MKT6331 8762033118 02/10/2013 7455-0
 MKY2675 8762031516 09/09/2013 7463-0
 MLB1963 8762033235 07/10/2013 7455-0
 MLF4204 8762033424 08/10/2013 5673-2
 MMA0588 8762033013 01/10/2013 7455-0
 MMB6154 8762031429 05/09/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7463-0 218 * II

7455-0 218 * I

6050-3 208

5673-2 183

7471-0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Edital de Notificacao por Autuacao Pelo Cometimento de Infracao de Transito N.8762 000339/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 000339/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO

ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB. Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AFZ1639 8762031916 10/09/2013 7455-0

AGE0299 8762033755 18/10/2013 7455-0

AGK6216 8762032447 22/09/2013 7455-0

AHO3417 8762033609 14/10/2013 7455-0

AHO3417 8762033748 18/10/2013 7455-0

AHO3417 8762034090 02/10/2013 7455-0

AJR1205 8762033339 09/10/2013 7455-0

AOM2367 8762032375 12/09/2013 7455-0

ARF0573 8762033950 14/10/2013 5673-2

ATM5084 8762033726 18/10/2013 7455-0

AVP2053 8762032362 15/09/2013 6050-3

AVW3492 8762033326 13/10/2013 5673-2

AWJ5828 8762032539 20/09/2013 6050-3

BGI2915 8762032384 14/09/2013 7455-0

BNG5197 8762033940 19/10/2013 6050-3

BOJ4086 8762033388 09/10/2013 7455-0

CIM6045 8762033786 16/10/2013 7455-0

CXY6638 8762033946 19/10/2013 5673-2

DDG0866 8762033989 02/10/2013 7455-0

DGU1612 8762032180 11/09/2013 7455-0

DHX8223 8762033793 17/10/2013 7455-0

DIJ9566 8762031056 31/08/2013 6050-3

DKW9136 8762033301 08/10/2013 7455-0

EDL9651 8762033861 17/10/2013 7455-0

ERT2904 8762031962 10/09/2013 7463-0

EUP7963 8762032572 26/09/2013 7455-0

GRY4377 8762032307 15/09/2013 7455-0

GUU1730 8762032040 12/09/2013 7455-0

HCU4864 8762033756 18/10/2013 7455-0

IBG5063 8762033941 19/10/2013 5673-2

IDT9953 8762034110 02/10/2013 7455-0

IHE7156 8762033452 12/10/2013 7455-0

IKN3922 8762032329 11/09/2013 7455-0

ILF5322 8762033792 17/10/2013 7455-0

IMZ1912 8762032203 14/09/2013 7455-0

IOS7040 8762034002 02/10/2013 7455-0

IP19489 8762033262 10/10/2013 7455-0

ISG5871 8762033540 14/10/2013 7455-0

JNX3262 8762032220 10/09/2013 6050-3

JPC6116 8762031097 26/08/2013 7455-0

JPH5993 8762032363 15/09/2013 5673-2

JQU8797 8762033970 02/10/2013 7455-0

KDF1900 8762032658 27/09/2013 7455-0

KHN9435 8762034102 02/10/2013 7455-0

LXI9398 8762034060 02/10/2013 7463-0

LXK5482 8762032241 09/09/2013 7455-0

LXM2584 8762033965 19/10/2013 7455-0

LXV3181 8762033576 14/10/2013 7455-0

LZH7093 8762033867 19/10/2013 7455-0

LZN7275 8762034149 02/10/2013 7455-0

LZO3358 8762033928 16/10/2013 7455-0

LZY2948 8762032238 15/09/2013 5673-2

MAJ1688 8762033514 14/10/2013 7463-0

MAK7104 8762033742 18/10/2013 7455-0

MAR5985 8762033501 14/10/2013 7455-0

MAR9896 8762033905 20/10/2013 7455-0

MAS0018 8762033851 14/10/2013 7455-0

MAS0601 8762033771 14/10/2013 7455-0

MAT5745 8762033638 14/10/2013 7455-0

MAT5745 8762033760 18/10/2013 7455-0

MAY1055 8762033529 14/10/2013 7455-0

MAZ8641 8762032263 11/09/2013 7455-0

MBR5321 8762034163 02/10/2013 7455-0

MCA0457 8762033766 14/10/2013 7455-0
MCA9061 8762033512 14/10/2013 7455-0
MCC7370 8762034052 02/10/2013 7455-0
MCG0923 8762033604 14/10/2013 7455-0
MCH5755 8762033994 02/10/2013 7455-0
MCJ0131 8762033687 14/10/2013 7455-0
MCT5482 8762033694 14/10/2013 7455-0
MDD3781 8762033913 19/10/2013 7455-0
MDE3801 8762033743 18/10/2013 7455-0
MDI8449 8762033924 15/10/2013 7455-0
MDI9764 8762034062 02/10/2013 7455-0
MDK0005 8762031997 10/09/2013 7455-0
MDK4232 8762032077 12/09/2013 7455-0
MDL4789 8762033764 18/10/2013 7455-0
MDP3116 8762033770 14/10/2013 7455-0
MDQ6862 8762033600 14/10/2013 7455-0
MDU8518 8762033902 19/10/2013 7455-0
MDX5359 8762034040 02/10/2013 7455-0
MEB5854 8762033572 14/10/2013 7455-0
MEC7263 8762033952 16/10/2013 7455-0
MES7219 8762034109 02/10/2013 7463-0
MEW6849 8762033820 19/10/2013 7455-0
MEX8133 8762033734 18/10/2013 7455-0
MFB6638 8762033509 14/10/2013 7455-0
MFB7303 8762032547 18/09/2013 7455-0
MFC9386 8762033857 16/10/2013 7455-0
MFK2244 8762032254 15/09/2013 7455-0
MFO4014 8762032274 15/09/2013 7455-0
MFP2994 8762031054 30/08/2013 7455-0
MFS1485 8762033523 14/10/2013 7455-0
MFV9710 8762033925 15/10/2013 7455-0
MGE4824 8762033768 14/10/2013 7455-0
MGI1088 8762033707 18/10/2013 7455-0
MGM2384 8762033543 14/10/2013 7455-0
MGM7375 8762033972 02/10/2013 7455-0
MGP9985 8762034130 02/10/2013 7455-0
MGS1016 8762032195 13/09/2013 7463-0
MGS1512 8762033678 14/10/2013 7455-0
MGT1773 8762033939 19/10/2013 7455-0
MHA4815 8762031996 10/09/2013 7455-0
MHA4815 8762032324 10/09/2013 7455-0
MHC5346 8762033248 08/10/2013 7455-0
MHE8080 8762034099 02/10/2013 7455-0
MHF0263 8762031890 10/09/2013 7463-0
MHH6220 8762032509 21/09/2013 7455-0
MHT1643 8762033686 14/10/2013 7455-0
MHT4034 8762032167 10/09/2013 7455-0
MHV9950 8762033837 19/10/2013 7455-0
MHW9265 8762034088 02/10/2013 7455-0
MHX1286 8762033779 15/10/2013 7455-0
MHY1535 8762033872 15/10/2013 7455-0
MHZ5013 8762033685 14/10/2013 7455-0

MHZ5013 8762033752 18/10/2013 7455-0
MID9700 8762033954 16/10/2013 7463-0
MII9688 8762033583 14/10/2013 7463-0
MIK5237 8762033785 16/10/2013 7455-0
MIL4416 8762032282 10/09/2013 7455-0
MIP1290 8762033854 15/10/2013 7455-0
MIP7982 8762033774 14/10/2013 7455-0
MIT0959 8762034136 02/10/2013 7455-0
MIV1635 8762032216 15/09/2013 7455-0
MIW5066 8762032115 12/09/2013 7463-0
MIY3212 8762033805 19/10/2013 7455-0
MIY7648 8762033690 14/10/2013 7455-0
MJC9843 8762032347 15/09/2013 7455-0
MJH7359 8762034114 02/10/2013 7463-0
MJN4357 8762032471 16/09/2013 7455-0
MJP6562 8762033966 19/10/2013 7455-0

MJS3819 8762033484 14/10/2013 7455-0
MJT7691 8762034011 02/10/2013 7463-0
MJV7397 8762033658 14/10/2013 7455-0
MKB1085 8762033767 14/10/2013 7463-0
MKC2888 8762033704 18/10/2013 7455-0
MKC2888 8762034167 02/10/2013 7455-0
MKG6424 8762033545 14/10/2013 7455-0
MKI9348 8762033599 14/10/2013 7463-0
MKK8896 8762033815 14/10/2013 7463-0
MKN1736 8762033794 17/10/2013 7455-0
MKN4832 8762033899 18/10/2013 7455-0
MKP5156 8762033871 14/10/2013 7455-0
MKX5272 8762034041 02/10/2013 7455-0
MKZ0008 8762033776 15/10/2013 7455-0
MLA1769 8762033654 14/10/2013 7455-0
MLD9050 8762034094 02/10/2013 7455-0
MLE7144 8762033778 15/10/2013 7455-0
MMM3773 8762033477 14/10/2013 7455-0

Infr./Desd. Enquadramento

7455-0 218 * I

5673-2 183

6050-3 208

7463-0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal 2.099 de 12 de Novembro de 2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.099, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

CRIA A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E LUTA CONTRA O CÂNCER DE MAMA E COLO DE ÚTERO NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autores: Vereadores Estevão B. Guerreiro - Maninho e João Paulo Serpa.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

ART. 1º Fica instituído no Município de Porto Belo a "Semana de Conscientização e Luta Contra o Câncer de Mama e Colo de Útero". Art. 2º A Semana a que se refere o caput anterior dar-se-á sempre na última semana do mês de outubro de cada ano.

Art. 3º Na data referida no artigo 2º o Poder Público Municipal, através da Secretaria da Saúde, promoverá um conjunto de ações ligadas diretamente à Saúde da Mulher, no que diz respeito à prevenção de câncer, em especial, de mama e colo de útero.

Art. 4º Cabe também ao Poder Público, promover e construir um amplo debate com os setores da sociedade civil sobre o tema, buscando propagar a importância em questão, através de palestras em escolas, unidades de saúde e demais centros, realizações de exames e outras promoções, em especial a "Caminhada Rosa",

consolidando parcerias com o setor privado, sociedade civil organizada e outras entidades civis, visando esclarecer a população sobre métodos de diagnóstico, os riscos da doença e ações no sentido de prevenção e redução dos índices de mortalidade em consequência do câncer de mama e colo de útero.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei 1927/11.

Porto Belo - SC, aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Lei Municipal Nº 2.100, de 12 de Novembro de 2013
LEI MUNICIPAL Nº 2.100, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

CRIA VAGAS TEMPORÁRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, DECORRENTE DA TEMPORADA DE VERÃO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizada a criação de vagas temporárias para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino, bem como na Fundação Municipal de Esportes, decorrente da temporada de verão.

Art. 2º As vagas temporárias obedecerão ao quantitativo abaixo especificado e serão providas por Processo Seletivo, salvo se houverem servidores do quadro da Administração que possam suprir as necessidades do Projeto.

CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	VAGAS	VENCIMENTO
Professor(a) de Educação Infantil	30	ACT-03	82	R\$ 1.410,30
Professor(a) Responsável pelo Núcleo	30	ACT-04	16	R\$ 1.410,30
Monitor	30	ACT-05	50	R\$ 753,96
Servente	30	ACT-06	26	R\$ 714,95
Professor de Educação Física - Fundação de Esportes	20	ACT-07	02	R\$ 1.034,23

Parágrafo único. As atribuições dos cargos criados serão definidas no Anexo I da presente Lei.

Art. 3º Excepcionalmente, para fins destas contratações, fica admitida para o cargo de Professor de Educação Infantil, como habilitação mínima, estar cursando o 5º período do Curso de Pedagogia.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Lei Municipal Nº 2.101, de 12 de Novembro de 2013
LEI MUNICIPAL Nº 2.101, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL COM CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO E O GRUPO DE ATIVIDADE CULTURAL PORTO BELO-GRUPO ALEGRIA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto

Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, mediante celebração de convênio com o Grupo de Atividade Cultural de Porto Belo - Grupo Alegria, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 05.768.349/0001-91, com sede na Rua Leopoldo José Guerreiro, nº 358, bairro Centro, neste Município.

Art. 2º O objeto do Convênio consiste no repasse de subvenção social para custear despesas de custeio do Grupo de Atividade Cultural de Porto Belo, durante a participação da entidade no 20º Açor - Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina, que acontecerá no Município de Içara, durante os dias 08, 09 e 10 de novembro do ano em curso.

Art. 3º O repasse do recurso financeiro será em conformidade com o Convênio assinado pela entidade conveniada, no valor total de R\$ 6.292,00 (Seis mil e duzentos e noventa e dois reais), pago em parcela única, que será depositado em conta específica em nome da instituição.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município, caso não seja efetuada a prestação de contas dentro de 30 (trinta) dias contados do pagamento da parcela.

Art. 5º A entidade deverá apresentar toda a documentação necessária para a assinatura do Convênio em conformidade com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e a Instrução Normativa nº 02/2013, do Controle Interno do Município.

Art. 6º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária municipal:

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.045 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica ao Idoso

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0500 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 12 dias do mês de novembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 002/2013 Funtur
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2013 FUNTUR

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação nº 002/2013-FUNTUR em conformidade com o Inciso V do artigo 24 da Lei 8.666/93.

Processo nº. 014/2013 - FUNTUR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DE 02 DOS FLUTUANTES DO PÍER MUNICIPAL MANOEL FELIPE DA SILVA NETO.

Contratado: Santos e Santana Empreiteira Mão de Obra Ltda. EPP
CNPJ: 08.814.296/0001-96

Valor: R\$ 89.375,00 (Oitenta e nove mil, trezentos e setenta e cinco reais)

Homologado: 04/11/2013

Porto Belo / SC, 04 de Novembro de 2013.

ANTONIO CARLOS LOPES
Presidente da Fundação de Turismo

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Contrato 0016/2013 - Amaspu

Extrato de Contrato 0016/2013

AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União

Partes: AMASPU e Município de Porto União - Prefeitura Municipal.

Objeto: locação de imóvel (sala) para instalação do D.M.E.
Valor: R\$12.823,00 (doze mil, oitocentos e vinte e três reais).
Vigência: 25 meses (vinte e cinco) meses e 20 (vinte) dias.
Base legal: artigo 24, X, da Lei 8.666/93.

Porto União, SC, 11 de novembro de 2013.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU - locador

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

Locatário

Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 717/2013

RESOLUÇÃO Nº 717, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013

Instala Comissão Legislativa Temporária Especial, com o fim de analisar Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 2, de 27 de setembro de 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, conforme preceitua o artigo 120 da Resolução 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara:

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor Comissão Legislativa Temporária Especial, para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do município de Rio do Sul no 02 de 27 de setembro de 2013, os seguintes vereadores:

I - Cariso Sávio Giacomini, representante do PMDB;

II - Dionísio Maçaneiro, representante do PSD;

III - Janara Mafra, representante do PSD;

IV - Mário Miguel, representante do PT;

V - Maria Helena Zimmermann, representante do PR.

Parágrafo único. Caso um dos componentes da Comissão venha a licenciar-se, por qualquer motivo legal, que necessite a convocação de suplente, este assumirá todos os direitos e obrigações atribuídas ao titular, conforme § 1º do art. 236, da Resolução 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

Art. 2º A Comissão elegerá seu Presidente, Secretário e Relator Geral e deverá emitir seu parecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data, conforme determina o caput do art. 121, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

Art. 3º A Comissão deverá também, após aprovação da Emenda à Lei Orgânica, se houver, proceder à compilação do texto da Lei, com as emendas existentes.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Prefeitura

Deceto 3724

DECRETO Nº 3724, de 12 de novembro de 2013.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA LAILSON MONTEIRO 04925294938 - MEI"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007,

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a EMPRESA LAILSON MONTEIRO 04925294938 - MEI, CNPJ nº 14.860.207/0001-40, Localizada Rua Coelho Neto, 305 no bairro Centro, neste município, Cadastro Imobiliário nº 40626 e Cadastro Econômico nº 968, com Matrícula do Registro de Imóveis sob nº 18574, inserido nos autos do Protocolo nº 142.786/2013, incentivo econômico na forma que segue conforme a Lei Nº 4.541, de 17 de abril de 2007.

- 03 cargas de britas e máquina/horas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito.

12 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3722

DECRETO Nº 3722, de 08 de novembro de 2013.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO A FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Fundação Cultural de Rio do Sul o veículo, conforme segue:

O Veículo SPIN - Placa MJV 9827 - Frota 378 - Chassi nº 9BGJB75Z0DB170307 - Ano 2012/2013 - Renavan nº 492659249 - Cor Branco - da Secretaria Municipal de Administração, pelo prazo determinado entre: 11 à 18 de novembro de 2013. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Administração antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

08 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3725

DECRETO Nº 3725, de 12 de novembro de 2013.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA PARQUE AQUATICO TERRA NOSTRA LTDA ME. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.541/2007,

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a EMPRESA PARQUE AQUATICO TERRA NOSTRA LTDA ME, CNPJ nº 02.207.894/0001-10, Localizada Rua dos Vereadores, 3345 no bairro Itoupava, neste município, Cadastro Imobiliário nº 28.614 e Cadastro Econômico nº 920.111, com Matrícula do Registro de Imóveis sob nº 8.379, inserido nos autos do Protocolo nº 142.750/2013, incentivo econômico na forma que segue conforme a Lei Nº 4.541, de 17 de abril de 2007.

- Patrolamento, colocação de saibro e rolo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Prefeito.

12 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria Nº 1329/RH

PORTARIA Nº. 1329/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data, a servidora MARIA LUZIA HEIDRICH ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível "A", lotada no CE Aníbal de Barba, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 1330/RH

PORTARIA Nº. 1330/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data, a servidora FABIANA BORBA ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível "A", lotada no CE Aníbal de Barba, em conformidade

com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 1331/RH

PORTARIA Nº. 1331/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 1160/2013/RH de 25/09/2013, a qual nomeia ALVIRA BOSSY para exercer o cargo de provimento efetivo PSICÓLOGO, em virtude de sua manifestação de desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 1332/RH

PORTARIA Nº. 1332/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, DAVI BAASCH para exercer o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 1337/RH

PORTARIA Nº. 1337/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, JENIFFER KEUREM DO NASCIMENTO para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 1350/RH

PORTARIA Nº. 1350/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, IARA PALADINO MAIA para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 1351/RH

PORTARIA Nº. 1351/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, SAMANTA BERNARDO DUARTE para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 1352/RH

PORTARIA Nº. 1352/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, MICHEL RESENDES para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 1353/RH

PORTARIA Nº. 1353/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, JAIR PADILHA para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 1361/RH

PORTARIA Nº. 1361/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a VEREDIANA REGINA PASSIG, nomeado pela Portaria nº 1158/RH de 25 de setembro de 2013, publicada em 07 de outubro de 2013, para exercer o cargo de provimento efetivo Assistente Social, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 1362/RH
PORTARIA Nº. 1362/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a ADRIANA BEGE MIRANDA LIMA, nomeado pela Portaria nº 1249/RH de 14 de outubro de 2013, publicada em 18 de outubro de 2013, para exercer o cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 1363/RH
PORTARIA Nº. 1363/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a LEONILTO ANTONIO TEIXEIRA DA SILVA, nomeado pela Portaria nº 1143/RH de 17 de setembro de 2013, publicada em 17 de outubro de 2013, para exercer o cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 1364/RH
PORTARIA Nº. 1364/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, a ANDREIA PINTO CAMPOS, nomeado pela Portaria nº 1157/RH de 25 de setembro de 2013, publicada em 07 de outubro de 2013, para exercer o cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, 40h, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Contrato 46/2013 FMS

CONTRATO Nº. 046/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE OUTRO LADO, JAIR ARNOLDO HAESER, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM ODONTOLOGIA/ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº. 24/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Jair Arnaldo Haeser, inscrito (a) no Cadastro de Pessoa Física-CPF sob nº 208.147.550-20, estabelecido (a) no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, celebram este CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, de serviço técnico em Clínica Geral Odontológica e/ou em Endodontia, aos usuários do Sistema Único de Saúde, de acordo com os princípios e normas gerais do Ministério da Saúde que delas necessitem e dentro dos limites fixados pela Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Odontologia.

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional

conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico profissional referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional Jair Arnaldo Haeser, inscrito (a) no CPF sob nº 208.147.550-20, com registro no respectivo Conselho Regional de Odontologia-CRO/SC sob o nº CD- 3220 a desempenhar suas atividades nas Unidades de Saúde/Postos de Saúde da Rede Pública de Saúde do município de Rio do Sul.

Parágrafo Único - no caso do especialista em Endodontia, este desempenhará suas atividades junto ao Centro de Especialidades Odontológicas-CEO.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer

cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção Nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional e equipamento necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

I - Manter sempre atualizado o prontuário odontológico dos pacientes;

II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não incluem nem reduzem a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, até o limite de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), pelos serviços efetivamente prestados/realizadas por ele durante o mês, baseado em tabela de valores específica do Departamento de Odontologia.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato, correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Saúde Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde / Projeto/atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BÁSICAS

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com a Portaria Ministerial nº 2.801/98 e Portaria Ministerial nº 1.286/93 é o órgão interveniente pagador responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato, correspondentes aos procedimentos e valores incluídos na tabela de remuneração do Ministério da Saúde - SIA/SUS.

Parágrafo Segundo - Nos exercícios futuros, as despesas correrão a conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente para análise, os comprovantes dos atendimentos realizados ao Departamento de Odontologia, até o dia 25 de cada mês. Posteriormente deverão ser encaminhados ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria para validação e processamento da produção, o CONTRATADO receberá o valor total dos serviços produzidos, limitado a R\$ 1.800,00 mensais.

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independentemente de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, o valor total dos serviços/atendimentos realizados, limitados a R\$ 1.800,00 mensais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados. **Parágrafo Primeiro** - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo de vigência do presente contrato é até 31/12/2013. A partir de então, a renovação será anual, desde que haja interesse e manifestação das partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios -DOM/SC, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 08 de Novembro de 2013.

DR. LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

JAIR ARNOLDO HAESER

Contratado

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 882.569.600-00

2) Dayane Pereira de Andrade

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 058.954.146-30

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 302/2013.

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 302/2013 firmado em 19/09/2013, com término previsto para 18/10/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA APARECIDA PERTILI, portador(a) do CPF nº 081.842.649-76, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 302/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 302/2013, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2013 e encerrando-se em 31/12/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18 de Outubro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SANDRA APARECIDA PERTILI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

Nome: .

CPF: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 304/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2013 firmado em 23/09/2013, com término previsto para 22/10/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LINDONESI APARECIDA PAIXAO DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 045.092.449-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 304/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 304/2013, iniciando-se a prorrogação em 23/10/2013 e encerrando-se em 20/12/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Outubro de 2013.

GIVANILDO SILVA LINDONESI APARECIDA PAIXAO DOS
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

Contrato Administrativo Nº 326/2013 - Vanderleia Domingo dos Santos

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 326/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) VANDERLEIA DOMINGO DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 074.454.489-00 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua BR 470, Nº 4463, Bairro Itoupava - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/11/2013 e encerrando-se em 04/12/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com

a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 05 de novembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

VANDERLEIA DOMINGO DOS SANTOS

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 327/2013 - Sabrina Back de Gois

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 327/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SABRINA BACK DE GOIS, portador(a) do CPF nº 067.824.909-19 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Ruy Barbosa, nº 557, Bairro Sumaré - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 06/11/2013 e encerrando-se em 05/12/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto

dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 05 de novembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SABRINA BACK DE GOIS

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 328/2013 - Jucelia Vieira Warmling

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 328/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JUCELIA VIEIRA WARMLING, portador(a) do CPF nº 058.202.559-17 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Loc Ribeirão do Tigre, s/nº - Barra do Trombudo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, CE Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, em substituição a Nelcimar Aparecida Trzimajewski, que está em Licença Tratamento de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.763,34 (mil setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 06/11/2013 e encerrando-se em 23/12/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente

contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 05 de novembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JUCELIA VIEIRA WARMLING

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 329/2013 - Nicoli Pereira

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 329/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NICOLI PEREIRA, portador(a) do CPF nº 088.735.519-63 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Mooro do Nasato, nº218 - Bairro Pamplona- Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, CEI Egídio Dalmarco, em substituição a Luciana Machado, que está em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.763,34 (mil setecentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 06/11/2013 e encerrando-se em 23/12/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 05 de novembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

NICOLI PEREIRA
Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 330/2013 - Daiana Eloisa Kohl Longen

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 330/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) DAIANA ELOISA KOHL LONGEN, portador(a) do CPF nº 010.085.329-32 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Mafalda Cipriani Peters, nº 35 - Barragem - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 07/11/2013 e encerrando-se em 06/12/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 06 de novembro de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DAIANA ELOISA KOHL LONGEN
Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 331/2013 - Denise Adamek

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 331/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) DENISE ADAMEK, portador(a) do CPF nº 031.941.139-76 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Estrada do Acre, nº 787 - Laranjeiras - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação - CEI Cinderela, em substituição a Juliana Tristão Camargo que está em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.350,57 (dois mil, trezentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/11/2013 e encerrando-se em 23/12/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 04 de novembro de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DENISE ADAMEK
Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 333/2013 - Cristiane Ines Theiss

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 333/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANE INES THEISS, portador(a) do CPF nº 065.288.849-60 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vaticano, nº 425 - Barragem - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 716,04 (setecentos e dezesseis reais e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 11/11/2013 e encerrando-se em 10/12/2013, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de novembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CRISTIANE INES THEISS

Contratado (a)

Termo de Convocação - Davi Baasch

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DAVI BAASCH, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim

de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de PSICÓLOGO - 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 1332/RH de 06/11/2013, publicada em 14/11/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 14 de novembro de 2013.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Iara Paladino Maia

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) IARA PALADINO MAIA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n.

1350/RH de 07/11/2013, publicada em 14/11/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 14 de novembro de 2013.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Jair Padilha

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JAIR PADILHA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO - 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 1353/RH de 07/11/2013, publicada em 14/11/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 14 de novembro de 2013.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Jeniffer Keurem do Nascimento

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JENIFFER KEUREM DO NASCIMENTO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE - 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 1337/RH de 06/11/2013, publicada em 14/11/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação



é que será agendado o exame admissional.

2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 14 de novembro de 2013.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Michel Resendes

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MICHEL RESENDES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1352/RH de 07/11/2013, publicada em 14/11/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui

para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 14 de novembro de 2013.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Samanta Bernardo Duarte

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SAMANTA BERNARDO DUARTE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1351/RH de 07/11/2013, publicada em 14/11/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame

admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo

Exames necessários

Auxiliar De Serviços Gerais

Calceteiro

Carpinteiro

Coveiro

Eletricista

Motorista De Caminhão

Motorista De Veículo Leve

Operador De Equipamentos

Pedreiro

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Demais Cargos

HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 14 de novembro de 2013.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 065/13 de 30 de Outubro de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

DECRETO Nº 065/13 de 30 de Outubro de 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 904/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

(11) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.002-0080 - Aplicacoes Diretas 12.936,00

04 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

(29) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.007-0001 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

04.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

(59) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.013-0080 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 4.000,00

05 - SECRETARIA DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

(70) 3.3.71.00.00.00.00.00.2.016-0002 - Transferências a Consórcios Públicos 35.000,00

05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(107) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.026-0080 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Total Suplementação: 54.936,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

(13) 3.3.71.00.00.00.00.00.2.002-0080 - Transferências a Consórcios Públicos 6.064,00

(12) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.002-0080 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 6.872,00

04 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

(30) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.007-0001 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

04.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

(60) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0080 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

(58) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0080 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

05 - SECRETARIA DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

(68) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.016-0002 - Aplicacoes Diretas 35.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

DECRETO Nº 065/13 de 30 de Outubro de 2013

**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 904/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL

05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

(110) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.026-0080 - Aplicacoes Diretas

2.000,00

Total Anulação:

54.936,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de Outubro de 2013

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

Resolução Nº 05/2013 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 005/2013

DISPÕE SOBRE O REPASSE DE RECURSOS DEPOSITADO NO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, À ENTIDADE QUE MENCIONA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições leis, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005,

CONSIDERANDO:

- A competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA;

- Considerando a Resolução 06/2012, de 20 de julho de 2012 do CMDCA e homologado pelo Decreto 1.203/2013, de 20 de agosto de 2012, que aprova o Edital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul de Análise de Projeto para Captação de Recursos junto ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA;

- Considerando as doações depositadas no Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA por pessoa jurídica, destinada à Entidade mencionadas nesta Resolução;

- Considerando a Reunião Plenária deste Conselho realizada no dia 08 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Repassar a "Associação São Bento de Futebol" a quantia de R\$ 9.349,58 (nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e oito centavo.), doada especificamente para a referida Entidade.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de novembro de 2013

OTTO MULLER

Presidente do CMDCA

Listagem de Portarias

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 0515, de 01 de novembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Deisi Fürst Andrade. Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 0516, de 01 de novembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Antonio Fagundes. Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 0517, de 01 de novembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Elenita Xavier Paes Salvatti. Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 0518, de 01 de novembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Marilaine Fleischmann. Auxiliar de Biblioteca.
Portaria/SEMED nº 0519, de 01 de novembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Desdemona Carmelina Pugliesi Siqueira. Secretária de Escola.

Portaria/SEMED nº 0520, de 08 de novembro de 2013. Concede Auxílio Doença - INSS. Eviliane Osnila Cubas Munhoz. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0521, de 08 de novembro de 2013. Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho. Maria Dias Piassoli Rambo. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0522, de 08 de novembro de 2013. Concede Auxílio Doença - INSS. Maria Elena Kobczinski Borba. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0523, de 08 de novembro de 2013. Concede Auxílio Doença - INSS. Maria Ivone Wischral Madruga. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0524, de 08 de novembro de 2013. Concede Licença Maternidade. Rozemilda Fidêncio da Cruz Holtemann. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0525, de 08 de novembro de 2013. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Rozemilda Fidêncio da Cruz Holtemann. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0526, de 08 de novembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Soraia Khalili Ramlov. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0527, de 08 de novembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Lisandreia Bruske Krueger. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0528, de 08 de novembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Elizabeth Grein Welter de Lucca. Professor Educação Infantil.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

São Domingos

PREFEITURA

Portaria Nº 1519, de 11 de Novembro de 2013.

Concede afastamento legal ao servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/2008 atualizada, Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, pela Lei Complementar Municipal nº 042 de 04/04/2012, Lei Complementar nº 045 de 06/11/2012;

Considerando o art. 80 inciso III da Lei Complementar Municipal nº 045 de 06/11/2012.

Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido afastamento legal ao servidor público municipal, Wilson Antonio Bolzani, ocupante do cargo de motorista, para ausentar-se do serviço, sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias úteis consecutivos, em razão do nascimento do filho, no período de 11 a 15 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de novembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

Ata de Reunião da Comissão de Licitações

Reuniu-se nesta data, a Comissão Permanente de Licitações para analisar e discutir acerca da solicitação apresentada pela Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres, Sra. Marioni Lammel

para a contratação de empresa para ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SPDA (SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFÉRICAS) DO EDIFÍCIO DE DOIS PAVIMENTOS NO ANTIGO FÓRUM DA CIDADE DE SÃO DOMINGOS. Primeiramente, analisou-se a solicitação apresentada pela Coordenadora, a qual veio devidamente acompanhada de pesquisa de preços. Após, a Comissão verificou a existência de dotação orçamentária, em consulta ao Setor de Contabilidade, bem como a autorização assinada pelo Sr. Prefeito Municipal para contratação. Averiguada toda a documentação necessária para a referida contratação e considerando: a) o disposto no inciso II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, o qual determina que, é dispensável a licitação para compras e serviços quando o valor a ser contratado não ultrapassa a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), b) que o menor orçamento foi da empresa Projotel Materiais Elétricos Ltda ME (R\$ 978,00 (novecentos e setenta e oito reais)), c) que a empresa já possui cadastro de fornecedor junto ao Município de São Domingos, bem como já prestou serviços desta natureza, a Comissão de Licitações sugere a homologação do processo e a aquisição do objeto deste. Por fim, o presente processo será encaminhado ao Setor Jurídico para análise e parecer e, posteriormente à autoridade competente para deliberação. Nada mais.

São Domingos, SC, 11 de novembro de 2013.

ANA CLAUDIA B. F. DA LUZ

Presidente da Comissão de Licitações

PAULA NATANA COMACHIO

Membro da Comissão

ADRIANA LÚCIA PRETTO

Membro da Comissão

LENIZE KLEIN LATREILLE

Membro da Comissão

Dados e Texto de Contrato

MÊS/ANO: OUTUBRO/2013.

NÚMERO CONTRATO: Contrato Prefe nº 055/2013 de 21/10/12.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 21/10/2013.

DESCRIÇÃO: O presente Contrato que entre si celebram a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e o MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC), tem por objetivo a Prestação de Serviço destinada ao recebimento e tratamento de documentos de arrecadação da Prefeitura Municipal através da Rede de Atendimento da CAIXA.

ASSESSORIA JURÍDICA: Dr. Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29784-B.

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

CNPJ:00.360.305/0001-04.

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

CNPJ: 83.009.894/0001-08.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 21/10/2018.

Dados e Texto de Contrato

MÊS/ANO: OUTUBRO/2013

NÚMERO CONTRATO: FMS 014 DE 01/10/2013.

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais) mensais.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/10/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente contra é a LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli, OAB/SC n. 29.784-B.

CONTRATADO: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA.

CPF/CNPJ: 00.867.301/0002-06

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2013

Dados e Texto de Termo Aditivo

MÊS/ANO: OUTUBRO/2013

QUINTO TERMO ADITIVO: PREFE n. 092/2013 de 28 DE OUTUBRO DE 2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração do prazo de vigência constante na CLÁUSULA SEXTA do contrato original.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784- B

CONTRATADO: PROJETARC ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 105.376.271/0001-60

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2013

Dados e Texto de Termo Aditivo

MÊS/ANO: OUTUBRO/2013

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 091 DE 22/10/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/10/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 020/2011 Modalidade: Tomada de Preços n. 004/2011

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Quinta - Da vigência do contrato para construção de um Mini Centro de Convenções na Praça Germano Griss.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: Winck Engenharia e Construções Ltda

CPF/CNPJ: 09.544.243/0001-65

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 31/12/2013

Dados e Texto de Termo Aditivo

MÊS/ANO: OUTUBRO/2013

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS n. 023/2012 de 28/06/2012

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração do prazo constante na CLÁUSULA TERCEIRA do contrato original.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF: CNPJ n. 02.131.315/0001-01

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2013

São João do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 173/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E ELÉTRICA PARAMAQUINAS SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: METALÚRGICA MATTOS LTDA ME.

VIGÊNCIA: 11/10/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 6.200,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 072/2013 - Pregão Presencial nº 025/2013 de 25/09/2013, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.39.17.00.00.00.0080.

São João do Sul, 11 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 174/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 174/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E ELÉTRICA PARA MAQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: ANTONIO AGUINALDO SACCON - ME
VIGÊNCIA: 11/10/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 8.206,90 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 072/2013 - Pregão Presencial nº 025/2013 de 25/09/2013, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080; 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.39.17.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.39.17.00.00.00.0080.

São João do Sul, 11 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 175/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 175/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E ELÉTRICA PARA MAQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: JANDER DE OLIVEIRA SCHEFFER - ME
VIGÊNCIA: 11/10/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 1.700,00 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 072/2013 - Pregão Presencial nº 025/2013 de 25/09/2013, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.39.17.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.39.17.00.00.00.0080.

São João do Sul, 11 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 176/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 176/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E ELÉTRICA PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: METALÚRGICA MATTOS LTDA - ME
VIGÊNCIA: 14/10/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 7.885,00 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 073/2013 - Pregão Presencial nº 026/2013 de 27/09/2013, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080; 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.390.39.19.00.00.00.0080.

São João do Sul, 14 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 177/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E ELÉTRICA PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: CARLOS PEDRO BAUER - ME
VIGÊNCIA: 14/10/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 25.348,83 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 073/2013 - Pregão Presencial nº 026/2013 de 27/09/2013, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080; 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.39.19.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.39.19.00.00.00.0080.

São João do Sul, 14 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 178/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 178/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E ELÉTRICA PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: ANTONIO AGUINALDO SACCON - ME
VIGÊNCIA: 14/10/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 10.308,00 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 073/2013 - Pregão Presencial nº 026/2013 de 27/09/2013, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080; 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.39.19.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.39.19.00.00.00.0080.

São João do Sul, 14 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 179/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 179/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MECÂNICA E ELÉTRICA PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: JANDER DE OLIVEIRA SCHEFFER - ME

VIGÊNCIA: 14/10/2013 à 31/12/2013.
VALOR: R\$ 2.627,00 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 073/2013 - Pregão Presencial nº 026/2013 de 27/09/2013, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.30.99.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.39.19.00.00.00.0080.

São João do Sul, 14 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 180/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 180/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA PARA RECAPAMENTO ASFÁLTICO SOBRE PEDRA IRREGULAR NA RODOVIA SJS 160 (MUNICIPAL), NA LOCALIDADE DE GLORINHA COM EXTENSÃO DE 482,64 M E NA RODOVIA SJS 234 (MUNICIPAL), NA LOCALIDADE DE PASSO MAGNUS, COM EXTENSÃO DE 600,74 M.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: CEAL - CONSULTORIA EM ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA.

VIGÊNCIA: 14/10/2013 à 21/10/2013.
VALOR: R\$ 14.900,00 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Compra Direta Nº 330/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.39.05.00.00.00.1080.

São João do Sul, 14 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 182/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/2013

OBJETO: LOCAÇÃO DE ENFEITES PARA DECORAÇÃO NATALINA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: ARTCIDADE DECORAÇÕES TEMATICAS LTDA - ME
VIGÊNCIA: 18/10/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 12.600,60 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 075/2013 - Carta Convite nº 027/2013 de 04/10/2013, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0301 - 04.122.0103.2003 - 3.3.90.39.14.00.00.00.0080.

São João do Sul, 18 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 183/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 183/2013

OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NA RODOVIA MUNICIPAL SJS - 345.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: CEAL - CONSULTORIA EM ENGENHARIA E

ASSESSORIA LTDA

VIGÊNCIA: 23/10/2013 à 23/12/2013.

VALOR: R\$ 42.000,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 077/2013 - Carta Convite nº 029/2013 de 14/10/2013, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.39.05.00.00.00.0080.

São João do Sul, 23 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 184/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 184/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DE 40 (QUARENTA) CÓDIGOS DE ACESSO, COM O FORNECIMENTO DAS 40 (QUARENTA) ESTAÇÕES MÓVEIS, DEVIDAMENTE ATIVADOS, E ASSOCIADOS A UM PLANO PÓS-PAGO DE SERVIÇO, COM FRANQUIA GLOBAL ESTIMADA EM 3500 MINUTOS/MÊS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CLARO S/A.,
VIGÊNCIA: 23/10/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 4.587,55 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 081/2013 - Dispensa de Licitação nº 018/2013 de 23/10/2013, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0301 - 04.122.0103.2003 - 3.3.90.39.58.00.00.00.0080.

São João do Sul, 23 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 185/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 185/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS DO TIPO: ADESIVO ANTI BOLHAS EM POLIÉSTER COM FUNDO BRANCO E IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA; ADESIVO PERFURADO COM FUNDO BRANCO E IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA, AMBOS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: GRAFICA MAMPITUBA LTDA - ME
VIGÊNCIA: 23/10/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 1.523,40 - Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 076/2013 - Carta Convite nº 028/2013 de 07/10/2013, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1001 - 20.606.0113.2039 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0080.

São João do Sul, 23 de Outubro de 2013.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato Nº 186/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 186/2013

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARA DE AR E PROTETOR DE CAMARA, PARA VEICULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ANTONIO AGUINALDO SACCON - ME

VIGÊNCIA: 24/10/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 3.228,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 071/2013 - Pregão Presencial nº 024/2013 de 24/09/2013, de acordo com a Lei 10.520/02 e Subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.361.0116.2029 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080.

São João do Sul, 24 de Outubro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 161/2013, PR Nº 108/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/11/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) CAMINHÕES EQUIPADOS COM CAÇAMBA BASCULANTE E 01 (UM) ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO, COM A FINALIDADE DE REALIZAR ATIVIDADES OPERACIONAIS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, NO QUE SE REFERE À INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE RURAL E URBANA, CONFORME CONVÊNIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SOB O Nº 2013TR003424. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.sao-lourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 162/2013, PR Nº 109/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/11/2013, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN DE DIVERSAS RAÇAS PARA ATENDER O PROGRAMA MUNICIPAL DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 5º Bimestre

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.442.322,32	53.442.322,32	8.433.767,73	15,78	43.732.399,93	81,83	9.709.922,39
RECEITAS CORRENTES	47.856.322,32	47.856.322,32	8.082.700,89	16,89	41.006.421,12	85,69	6.849.901,20
RECEITA TRIBUTARIA	6.261.249,79	6.261.249,79	760.087,36	12,14	4.952.996,92	79,11	1.308.252,87
IMPOSTOS	4.896.423,00	4.896.423,00	702.669,57	14,35	4.438.380,33	90,65	458.042,67
TAXAS	1.023.098,79	1.023.098,79	57.414,41	5,61	468.773,73	45,82	554.325,06
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	341.728,00	341.728,00	3,38	0,00	45.842,86	13,42	295.885,14
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	931.835,00	931.835,00	133.741,68	14,35	737.362,37	79,13	194.472,63
Contrib p/ o Custeio dos Serviços de Iluminação Pú	931.835,00	931.835,00	133.741,68	14,35	737.362,37	79,13	194.472,63
RECEITA PATRIMONIAL	590.699,93	590.699,93	95.369,03	16,15	387.201,41	65,55	203.498,52
RECEITAS IMOBILIARIAS	150.000,00	150.000,00	1.468,99	0,98	1.468,99	0,98	148.531,01
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	440.699,93	440.699,93	93.900,04	21,31	385.732,42	87,53	54.967,51
RECEITA AGROPECUARIA	20.000,00	20.000,00	6.836,16	34,18	8.132,86	40,66	11.867,14
Outras Rec. Agropecuárias	20.000,00	20.000,00	6.836,16	34,18	8.132,86	40,66	11.867,14
RECEITA DE SERVIÇOS	317.165,00	317.165,00	253.885,62	80,05	634.902,94	200,18	-317.737,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.922.819,00	38.922.819,00	6.650.263,87	17,09	33.428.149,60	85,88	5.494.669,40
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	38.378.119,74	38.378.119,74	6.625.384,66	17,26	32.259.144,34	84,06	6.118.975,40
Transf. de Conv.	544.699,26	544.699,26	24.879,21	4,57	1.169.005,26	214,61	-624.306,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	812.553,60	812.553,60	182.517,17	22,46	857.675,02	105,55	-45.121,42
Multas e Juros de Mora	193.091,87	193.091,87	87.214,91	45,17	357.658,58	185,23	-164.566,71
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40.131,92	40.131,92	0,00	0,00	2.242,12	5,59	37.889,80
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	419.079,81	419.079,81	66.731,90	15,92	296.466,63	70,74	122.613,18
RECEITAS DIVERSAS	160.250,00	160.250,00	28.570,36	17,83	201.307,69	125,62	-41.057,69
RECEITAS DE CAPITAL	5.586.000,00	5.586.000,00	351.066,84	6,28	2.725.978,81	48,80	2.860.021,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	129.616,06	12,96	2.208.455,78	220,85	-1.208.455,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	129.616,06	12,96	2.208.455,78	220,85	-1.208.455,78
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	23.325,00	46,65	23.325,00	46,65	26.675,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	23.325,00	0,00	23.325,00	0,00	-23.325,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.536.000,00	4.536.000,00	198.125,78	4,37	494.198,03	10,90	4.041.801,97
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.536.000,00	4.536.000,00	198.125,78	4,37	494.198,03	10,90	4.041.801,97
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	53.442.322,32	53.442.322,32	8.433.767,73	15,78	43.732.399,93	81,83	9.709.922,39

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	53.442.322,32	53.442.322,32	8.433.767,73	15,78	43.732.399,93	81,83	9.709.922,39
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	53.442.322,32	53.442.322,32	8.433.767,73	15,78	43.732.399,93	81,83	9.709.922,39
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.760.597,06	—	—	1.269.646,89	—	—
Superávit Financeiro	—	1.760.597,06	—	—	1.269.646,89	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	53.442.322,32	4.589.812,57	58.032.134,89	6.074.967,12	43.111.397,59	8.252.688,20	39.147.155,11	67,46	18.884.979,78
DESPESAS CORRENTES	43.212.869,46	1.692.573,97	44.905.443,43	5.284.768,68	36.172.276,97	7.200.284,71	32.623.787,03	72,65	12.281.656,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.968.153,40	-3.069.200,00	18.898.953,40	2.898.797,58	13.787.245,49	2.903.160,58	13.784.802,49	72,94	5.114.150,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	0,00	300.000,00	46.589,76	164.964,35	46.589,76	164.964,35	54,99	135.035,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.944.716,06	4.761.773,97	25.706.490,03	2.339.381,34	22.220.067,13	4.250.534,37	18.674.020,19	72,64	7.032.469,84
DESPESAS DE CAPITAL	10.224.452,86	2.897.238,60	13.121.691,46	790.198,44	6.939.120,62	1.052.403,49	6.523.368,08	49,71	6.598.323,38
INVESTIMENTOS	9.024.452,86	3.167.238,60	12.191.691,46	671.299,27	6.210.634,06	933.504,32	5.794.881,52	47,53	6.396.809,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.200.000,00	-270.000,00	930.000,00	118.899,17	728.486,56	118.899,17	728.486,56	78,33	201.513,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	53.442.322,32	4.589.812,57	58.032.134,89	6.074.967,12	43.111.397,59	8.252.688,20	39.147.155,11	67,46	18.884.979,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	53.442.322,32	4.589.812,57	58.032.134,89	6.074.967,12	43.111.397,59	8.252.688,20	39.147.155,11	67,46	18.884.979,78
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.585.244,82	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.442.322,32	4.589.812,57	58.032.134,89	6.074.967,12	43.111.397,59	8.252.688,20	43.732.399,93	67,46	18.884.979,78

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/11/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.442.322,32	58.032.134,89	6.074.967,12	43.111.397,59	8.252.688,20	39.147.155,11	100,00	67,46	18.884.979,78
Legislativa	1.520.000,00	1.520.000,00	89.602,49	1.005.237,30	262.326,59	954.044,60	2,44	62,77	565.955,40
Ação Legislativa	1.520.000,00	1.520.000,00	89.602,49	1.005.237,30	262.326,59	954.044,60	2,44	62,77	565.955,40
Judiciária	780.000,00	705.000,00	55.609,14	408.590,40	52.964,30	393.829,44	1,01	55,86	311.170,56
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	280.000,00	305.000,00	53.109,14	230.283,32	46.459,14	221.373,32	0,57	72,58	83.626,68
Defesa Civil	500.000,00	400.000,00	2.500,00	178.307,08	6.505,16	172.456,12	0,44	43,11	227.543,88
Administração	4.498.000,00	4.688.000,00	368.208,39	4.066.154,21	701.379,55	3.541.070,48	9,05	75,53	1.146.929,52
Administração Geral	3.400.000,00	3.870.000,00	326.372,25	3.328.411,37	596.741,78	2.861.784,25	7,31	73,95	1.008.215,75
Administração Financeira	410.000,00	190.000,00	21.715,99	150.829,39	25.879,16	148.208,78	0,38	78,00	41.791,22
Controle Interno	320.000,00	200.000,00	15.997,93	174.105,33	15.814,39	173.575,33	0,44	86,79	26.424,67
Difusão Cultural	105.000,00	105.000,00	6.300,00	100.997,90	6.300,00	100.997,90	0,26	96,19	4.002,10
Outras Transferências	263.000,00	323.000,00	-2.177,78	311.810,22	56.644,22	256.504,22	0,66	79,41	66.495,78
Defesa Nacional	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	290.000,00	527.979,93	42.133,61	287.047,86	49.257,19	254.527,20	0,65	48,21	273.452,73
Defesa da Ordem Jurídica	290.000,00	527.979,93	42.133,61	287.047,86	49.257,19	254.527,20	0,65	48,21	273.452,73
Assistência Social	1.690.477,00	1.785.125,93	212.519,74	1.321.390,72	295.500,16	1.138.715,56	2,91	63,79	646.410,37
Assistência à Criança e ao Adolescente	175.000,00	160.000,00	26.857,76	95.027,82	26.857,76	95.027,82	0,24	59,39	64.972,18
Assistência Comunitária	1.515.477,00	1.625.125,93	185.661,98	1.226.362,90	268.642,40	1.043.687,74	2,67	64,22	581.438,19
Saúde	9.585.292,00	11.331.344,63	1.563.309,44	9.136.649,86	1.783.653,43	8.166.947,66	20,86	72,07	3.164.396,97
Atenção Básica	7.831.880,00	9.126.888,14	1.355.714,29	7.582.597,07	1.422.076,48	6.807.479,50	17,39	74,59	2.319.408,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.620.752,00	2.071.796,49	203.310,87	1.531.929,80	356.502,95	1.337.345,17	3,42	64,55	734.451,32
Vigilância Epidemiológica	132.660,00	132.660,00	4.284,28	22.122,99	5.074,00	22.122,99	0,06	16,68	110.537,01
Educação	16.395.020,60	17.715.012,73	2.099.250,98	13.195.764,13	2.683.165,26	12.394.636,24	31,66	69,97	5.320.376,49
Ensino Fundamental	10.934.561,02	11.613.166,15	1.487.046,90	8.530.714,17	1.964.824,17	8.046.843,61	20,56	69,29	3.566.322,54
Ensino Médio	447.878,00	447.878,00	56.978,85	198.818,16	56.978,85	198.818,16	0,51	44,39	249.059,84
Ensino Superior	212.500,00	174.000,00	0,00	169.917,90	56.639,30	141.598,25	0,36	81,38	32.401,75
Educação Infantil	4.800.081,58	5.479.968,58	555.225,23	4.296.313,90	604.722,94	4.007.376,22	10,24	73,13	1.472.592,36

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.442.322,32	58.032.134,89	6.074.967,12	43.111.397,59	8.252.688,20	39.147.155,11	100,00	67,46	18.884.979,78
Cultura	1.088.114,00	1.185.185,38	230.602,47	921.421,25	173.146,49	809.200,67	2,07	68,28	375.984,71
Ensino Fundamental	481.114,00	585.185,38	133.363,10	509.715,19	94.854,41	428.713,27	1,10	73,26	156.472,11
Difusão Cultural	607.000,00	600.000,00	97.239,37	411.706,06	78.292,08	380.487,40	0,97	63,41	219.512,60
Urbanismo	11.082.335,00	12.976.833,85	849.222,81	8.941.950,22	1.571.540,20	7.983.090,86	20,39	61,52	4.993.742,99
Difusão Cultural	510.000,00	270.000,00	2.324,13	250.408,39	25.184,87	145.270,16	0,37	53,80	124.729,84
Infra-Estrutura Urbana	9.062.335,00	11.463.333,85	836.898,68	7.448.041,83	1.287.070,00	6.856.581,76	17,51	59,81	4.606.752,09
Serviços Urbanos	1.500.000,00	1.233.500,00	0,00	1.233.500,00	249.285,33	971.238,94	2,48	78,74	262.261,06
Turismo	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,03	100,00	0,00
Habitação	55.530,00	35.530,00	21.524,70	32.833,71	19.744,70	31.053,71	0,08	87,40	4.476,29
Habitação Urbana	55.530,00	35.530,00	21.524,70	32.833,71	19.744,70	31.053,71	0,08	87,40	4.476,29
Saneamento	450.000,00	166.568,72	7,14	62.804,14	6.025,46	50.004,90	0,13	30,02	116.563,82
Saneamento Básico Urbano	450.000,00	166.568,72	7,14	62.804,14	6.025,46	50.004,90	0,13	30,02	116.563,82
Agricultura	3.102.553,72	3.075.553,72	285.012,29	1.966.742,41	306.241,88	1.740.047,12	4,44	56,58	1.335.506,60
Promoção da Produção Animal	275.000,00	123.000,00	0,00	112.400,00	2.182,00	107.152,00	0,27	87,12	15.848,00
Defesa Sanitária Vegetal	100.000,00	38.000,00	0,00	35.668,45	7.700,00	35.668,45	0,09	93,86	2.331,55
Extensão Rural	2.727.553,72	2.914.553,72	285.012,29	1.818.673,96	296.359,88	1.597.226,67	4,08	54,80	1.317.327,05
Indústria	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	635.000,00	635.000,00	92.474,99	481.360,47	111.870,58	443.904,75	1,13	69,91	191.095,25
Desporto Comunitário	635.000,00	635.000,00	92.474,99	481.360,47	111.870,58	443.904,75	1,13	69,91	191.095,25
Encargos Especiais	1.950.000,00	1.680.000,00	165.488,93	1.283.450,91	235.872,41	1.246.081,92	3,18	74,17	433.918,08
Outros Encargos Especiais	1.950.000,00	1.680.000,00	165.488,93	1.283.450,91	235.872,41	1.246.081,92	3,18	74,17	433.918,08

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.442.322,32	58.032.134,89	6.074.967,12	43.111.397,59	8.252.688,20	39.147.155,11	100,00	67,46	18.884.979,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	53.442.322,32	58.032.134,89	6.074.967,12	43.111.397,59	8.252.688,20	39.147.155,11	100,00	67,46	18.884.979,78

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/11/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES

GERALDINO CARDOSO

CINARA TISSIANI DOS SANTOS

ANALISTA DE CONTROLE INTER

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADORA CRC/SC 030550/O-4

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.147.574,96	4.484.010,94	4.100.665,28	4.452.477,70	5.226.828,89	4.613.172,72	4.712.335,68	4.348.331,78	3.930.302,09	5.158.227,91	4.563.977,37	4.379.696,03	54.117.601,35	53.789.224,82	
RECEITA TRIBUTÁRIA	293.011,28	405.765,89	330.220,77	404.956,25	1.722.123,76	353.021,84	408.233,27	296.590,25	288.219,06	389.544,36	415.794,28	344.293,08	5.651.774,09	6.261.249,79	
I.P.T.U.	58.196,63	48.146,02	5.988,96	133.487,77	1.395.453,25	58.945,37	50.231,15	47.195,49	49.085,02	46.263,97	55.227,89	49.947,30	1.998.168,82	1.867.830,00	
I.R.R.F	41.080,78	78.339,00	10.648,97	29.703,57	36.943,23	65.408,17	56.569,91	38.245,30	10.858,44	49.247,09	76.939,57	46.023,90	540.007,93	604.000,00	
I.S.S.	120.430,80	128.433,17	181.850,78	113.983,10	114.946,78	120.592,15	209.008,23	154.409,60	132.134,08	184.435,03	180.496,90	171.371,59	1.812.092,21	1.633.701,00	
I.T.B.I.	41.942,55	62.232,77	57.037,46	28.773,60	39.708,19	62.280,11	57.440,80	37.928,96	73.957,18	82.949,05	63.371,91	59.290,51	666.913,09	790.892,00	
Outras Receitas Tributárias	31.360,52	88.614,93	74.694,60	99.008,21	135.072,31	45.796,04	34.983,18	18.810,90	22.184,34	26.649,22	39.758,01	17.659,78	634.592,04	1.364.826,79	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	72.392,01	64.453,38	64.518,80	72.841,21	149.221,05	69.447,11	67.997,82	61.607,83	56.569,55	61.417,32	66.058,28	67.683,40	874.207,76	931.835,00	
RECEITA PATRIMONIAL	18.682,23	13.154,40	109.357,71	12.390,72	20.830,05	27.679,84	30.983,24	43.576,67	36.484,72	10.529,43	57.417,02	37.952,01	419.038,04	590.699,93	
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.099,40	465,00	397,20	100,00	132,00	0,00	337,50	140,00	190,00	0,00	4.332,61	2.503,55	9.697,26	20.000,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	82.485,27	330,00	500,00	26.817,72	47.084,57	19,91	44.294,46	3.260,00	125.735,62	133.305,04	109.997,00	143.888,62	717.718,21	317.165,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.618.900,34	3.902.427,99	3.533.738,85	3.828.231,50	3.225.233,95	4.055.996,36	4.073.038,33	3.869.579,57	3.329.391,54	4.481.297,45	3.817.817,33	3.693.419,05	45.429.072,26	44.855.721,50	
Cota-Parte do F.P.M.	881.253,75	1.432.580,59	918.411,51	1.235.624,47	711.627,93	763.560,72	1.097.132,96	915.329,87	651.831,69	852.259,51	705.356,58	705.367,41	10.870.336,99	10.531.720,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.207.182,73	1.220.269,60	1.189.496,95	1.061.986,30	1.107.201,03	1.208.905,42	1.201.382,67	1.125.315,53	1.117.055,04	1.171.202,90	1.244.386,14	1.209.840,31	14.064.224,62	13.675.638,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	101.402,23	53.946,73	124.535,43	156.274,00	193.233,25	231.056,22	232.745,22	178.874,68	236.063,77	227.246,90	198.164,50	185.067,33	2.118.610,26	2.306.746,00	
Cota-Parte do ITR.	229,32	40,62	0,00	34,19	8,73	45,54	208,61	189,20	110,49	118,39	4.273,00	4.534,14	9.792,23	8.454,84	
Outras Transferências Correntes	891.052,78	687.027,56	347.885,12	437.774,88	388.966,41	872.689,13	520.341,25	690.923,56	424.436,41	1.259.542,09	688.841,57	637.583,84	7.847.064,60	5.813.202,26	
Transferências da LC 61/1989	18.277,97	20.987,75	20.915,28	16.059,40	14.177,01	12.999,50	17.480,36	18.206,26	17.933,61	19.189,10	17.454,96	18.659,49	212.340,69	215.559,00	
Transferências da LC 87/1996	5.625,34	5.625,34	0,00	0,00	0,00	21.996,66	5.499,17	5.499,17	5.499,17	5.499,17	5.499,17	5.499,17	66.242,36	64.221,40	
Transferências do FUNDEB	513.876,22	481.949,80	932.494,56	920.478,26	810.019,59	944.743,17	998.248,09	935.241,30	876.461,36	946.239,39	953.841,41	926.867,36	10.240.460,51	12.240.180,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	61.004,43	97.414,28	61.931,95	107.140,30	62.203,51	107.007,66	87.451,06	73.577,46	93.711,60	82.134,31	92.560,85	89.956,32	1.016.093,73	812.553,60	
DEDUÇÕES (II)	442.958,72	459.391,54	450.671,66	493.995,48	405.462,35	447.712,61	510.889,59	448.831,36	405.698,56	455.360,21	435.026,68	425.945,83	5.381.944,59	5.932.902,50	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	442.958,72	459.391,54	450.671,66	493.995,48	405.462,35	447.712,61	510.889,59	448.831,36	405.698,56	455.360,21	435.026,68	425.945,83	5.381.944,59	5.932.902,50	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	3.704.616,24	4.024.619,40	3.649.993,62	3.958.482,22	4.821.366,54	4.165.460,11	4.201.446,09	3.899.500,42	3.524.603,53	4.702.867,70	4.128.950,69	3.953.750,20	48.735.656,76	47.856.322,32	

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/11/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	827.419,34	2.372.053,11	2.388.156,98
DEDUÇÕES (II)	1.292.130,38	5.352.231,16	5.413.743,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.466.493,30	6.832.822,87	6.606.901,82
Demais Haveres Financeiros	0,00	6.230,85	1.352,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.174.362,92	1.486.822,56	1.194.510,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-464.711,04	-2.980.178,05	-3.025.586,18
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-464.711,04	-2.980.178,05	-3.025.586,18

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
VALOR	-45.408,13	-2.560.875,14

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.369.148,02

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/11/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	47.415.622,39	7.988.800,85	40.620.688,70	37.695.352,67
Receita Tributária	6.261.249,79	760.087,36	4.952.996,92	4.950.286,63
I.P.T.U.	1.867.830,00	105.175,19	1.891.826,17	1.683.630,78
I.S.S.	1.633.701,00	351.868,49	1.563.228,24	1.314.504,56
I.T.B.I.	790.892,00	122.662,42	562.737,77	642.813,18
I.R.R.F.	604.000,00	122.963,47	420.588,15	380.524,19
Outras Receitas Tributárias	1.364.826,79	57.417,79	514.616,59	928.813,92
Receita de Contribuição	931.835,00	133.741,68	737.362,37	729.209,19
Outras Contribuições	931.835,00	133.741,68	737.362,37	729.209,19
Receita Patrimonial Líquida	150.000,00	1.468,99	1.468,99	0,00
Receita Patrimonial	590.699,93	95.369,03	387.201,41	344.657,30
(-) Aplicações Financeiras	440.699,93	93.900,04	385.732,42	344.657,30
Transferências Correntes	38.922.819,00	6.650.263,87	33.428.149,60	31.212.166,38
F.P.M.	7.931.720,00	1.128.579,23	6.845.202,35	6.367.606,33
I.C.M.S.	10.835.638,00	1.963.381,44	9.309.418,84	8.625.056,71
Convênios	544.699,26	24.879,21	1.169.005,26	5.955.418,55
Outras Transferências Correntes	19.610.761,74	3.533.423,99	16.104.523,15	10.264.084,79
Demais Receitas Correntes	1.149.718,60	443.238,95	1.500.710,82	803.690,47
Dívida Ativa	419.079,81	66.731,90	296.466,63	189.608,56
Diversas Receitas Correntes	730.638,79	376.507,05	1.204.244,19	614.081,91
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.586.000,00	351.066,84	2.725.978,81	7.050.822,95
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	129.616,06	2.208.455,78	162.634,82
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	50.000,00	23.325,00	23.325,00	225.600,00
Transferências de Capital	4.536.000,00	198.125,78	494.198,03	6.662.588,13
Convênios	4.536.000,00	198.125,78	494.198,03	6.662.588,13
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.536.000,00	198.125,78	494.198,03	6.662.588,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	51.951.622,39	8.186.926,63	41.114.886,73	44.357.940,80
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	44.905.443,43	7.200.284,71	32.623.787,03	31.876.293,51
Pessoal e Encargos Sociais	18.898.953,40	2.903.160,58	13.784.802,49	12.629.739,44
Juros e Encargos da Dívida (IX)	300.000,00	46.589,76	164.964,35	174.913,95
Outras Despesas Correntes	25.706.490,03	4.250.534,37	18.674.020,19	19.071.640,12
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	44.605.443,43	7.153.694,95	32.458.822,68	31.701.379,56
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	13.121.691,46	1.052.403,49	6.523.368,08	14.573.884,15
Investimentos	12.191.691,46	933.504,32	5.794.881,52	10.617.066,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	2.700.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	2.700.000,00
Amortização da Dívida (XIV)	930.000,00	118.899,17	728.486,56	1.256.818,05
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	12.191.691,46	933.504,32	5.794.881,52	13.317.066,10



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	56.802.134,89	8.087.199,27	38.253.704,20	45.018.445,66
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.850.512,50	99.727,36	2.861.182,53	-660.504,86
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.269.646,89	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.269.646,89	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				9.300,07

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/11/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	1.174.362,92	1.174.362,92	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.174.362,92	1.174.362,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SD	0,00	610.408,76	610.408,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC.MUN. DE EDUCAÇÃO - SME	0,00	563.954,16	563.954,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	1.174.362,92	1.174.362,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/11/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES

GERALDINO CARDOSO

CINARA TISSIANI DOS SANTOS

ANALISTA DE CONTROLE INTERNC

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	5.155.294,92	5.155.294,92	799.479,69	4.819.657,95	93,49
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.022.534,23	2.022.534,23	183.698,71	2.200.534,94	108,80
1.1.1- IPTU	1.877.830,00	1.877.830,00	106.314,26	1.895.548,27	100,94
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.242,52	4.242,52	3.185,24	9.209,38	217,07
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	108.929,49	108.929,49	43.523,91	174.684,28	160,36
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	31.532,22	31.532,22	30.675,30	121.093,01	384,03
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	805.892,00	805.892,00	122.662,42	566.547,56	70,30
1.2.1- ITBI	795.892,00	795.892,00	122.662,42	566.547,56	71,18
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.717.868,69	1.717.868,69	370.155,09	1.631.987,30	95,00
1.3.1- ISS	1.643.701,00	1.643.701,00	352.012,29	1.564.228,50	95,17
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.210,55	3.210,55	1.006,06	6.041,27	188,17
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	60.637,50	60.637,50	8.955,03	34.765,73	57,33
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.319,64	10.319,64	8.181,71	26.951,80	261,17
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	609.000,00	609.000,00	122.963,47	420.588,15	69,06
1.4.1- IRRF	609.000,00	609.000,00	122.963,47	420.588,15	69,06
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	26.802.339,24	26.802.339,24	4.304.102,20	22.394.125,18	83,55
2.1- Cota-Parte FPM	10.531.720,00	10.531.720,00	1.410.723,99	8.556.502,65	81,25
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.531.720,00	10.531.720,00	1.410.723,99	8.556.502,65	81,25
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.675.638,00	13.675.638,00	2.454.226,45	11.636.772,29	85,09
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	64.221,40	64.221,40	10.998,34	54.991,68	85,63
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	215.559,00	215.559,00	36.114,45	173.074,97	80,29
2.5- Cota-Parte ITR	8.454,84	8.454,84	8.807,14	9.522,29	112,63
2.6- Cota-Parte IPVA	2.306.746,00	2.306.746,00	383.231,83	1.963.261,30	85,11
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	31.957.634,16	31.957.634,16	5.103.581,89	27.213.783,13	85,16
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	860.000,00	860.000,00	196.516,45	956.502,14	111,22
5.1- Transferências do Salário-Educação	850.000,00	850.000,00	192.091,43	944.503,03	111,12
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.000,00	10.000,00	4.425,02	11.999,11	119,99
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	383.778,00	383.778,00	45.486,66	958.762,01	249,82
6.1- Transferências de Convênios	383.778,00	383.778,00	45.486,66	958.762,01	249,82
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	502.269,00	502.269,00	103.905,43	402.166,94	80,07
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.746.047,00	1.746.047,00	345.908,54	2.317.431,09	132,72

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.932.902,50	5.932.902,50	860.972,51	4.479.594,33	75,50
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.600.000,00	2.600.000,00	282.144,76	1.711.300,30	65,82
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.840.000,00	2.840.000,00	490.845,01	2.327.353,45	81,95
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	16.909,68	16.909,68	2.199,66	10.998,31	65,04
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	57.536,85	57.536,85	7.222,89	34.615,04	60,16
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.690,97	1.690,97	1.761,41	1.904,38	112,62
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	416.765,00	416.765,00	76.798,78	393.422,85	94,40
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.251.160,32	12.251.160,32	1.885.986,99	9.274.389,50	75,70
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.240.180,00	12.240.180,00	1.880.708,77	9.244.634,49	75,53
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.980,32	10.980,32	5.278,22	29.755,01	270,98
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.307.277,50	6.307.277,50	1.019.736,26	4.765.040,16	75,55
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.323.322,40	6.623.322,40	1.141.762,89	4.741.562,28	71,59
13.1- Com Educação Infantil	3.323.322,40	2.123.322,40	341.471,43	1.474.550,50	69,45
13.2- Com Ensino Fundamental	5.000.000,00	4.500.000,00	800.291,46	3.267.011,78	72,60
14- OUTRAS DESPESAS	3.927.837,92	5.650.785,27	704.838,45	4.358.307,80	77,13
14.1- Com Educação Infantil	1.127.837,92	2.327.837,92	104.130,25	1.974.398,50	84,82
14.2- Com Ensino Fundamental	2.800.000,00	3.322.947,35	600.708,20	2.383.909,30	71,74
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.251.160,32	12.274.107,67	1.846.601,34	9.099.870,08	74,14
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					51,13
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	7.989.408,54	7.989.408,54	1.275.895,47	6.803.445,78	85,16
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.756.160,32	4.854.160,32	498.473,53	3.652.429,69	75,24
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.451.160,32	4.451.160,32	445.601,68	3.448.949,00	77,48
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	305.000,00	403.000,00	52.871,85	203.480,69	50,49
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.751.506,02	10.424.453,37	1.911.470,18	7.600.328,41	72,91
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.800.000,00	7.822.947,35	1.400.999,66	5.650.921,08	72,24
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.951.506,02	2.601.506,02	510.470,52	1.949.407,33	74,93
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	14.507.666,34	15.278.613,69	2.409.943,71	11.252.758,10	73,65
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.765.040,16
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					29.755,01
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					22.947,35
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					4.817.742,52
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					6.435.015,58
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,65

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	260.000,00	375.000,00	19.183,50	269.183,50	71,78
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	706.833,00	1.191.220,00	93.184,11	471.224,89	39,56
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	966.833,00	1.566.220,00	112.367,61	740.408,39	47,27
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	15.474.499,34	16.844.833,69	2.522.311,32	11.993.166,49	71,20
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	22.947,35	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.244.634,49	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	8.937.743,97	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	29.755,01	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	359.592,88	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/11/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 22.947,35, e da complementação do FUNDEF foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000.000,00	2.208.455,78		-1.208.455,78
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	13.121.691,46	6.523.368,08	0,00	6.598.323,38
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	13.121.691,46	6.523.368,08	0,00	6.598.323,38
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-12.121.691,46	-4.314.912,30		-7.806.779,16

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/11/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	50.000,00	23.325,00	26.675,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	23.325,00	-23.325,00
TOTAL	50.000,00	23.325,00	26.675,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Investimentos	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	1.513,53	23.325,00	24.838,53

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/11/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	5.145.294,92	5.145.294,92	4.819.657,95	93,67
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.877.830,00	1.877.830,00	1.895.548,27	100,94
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	795.892,00	795.892,00	566.547,56	71,18
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.643.701,00	1.643.701,00	1.564.228,50	95,17
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	609.000,00	609.000,00	420.588,15	69,06
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	7.453,07	7.453,07	15.250,65	204,62
Dívida Ativa dos Impostos	169.566,99	169.566,99	209.450,01	123,52
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	41.851,86	41.851,86	148.044,81	353,74
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	26.802.339,24	26.802.339,24	22.394.125,18	83,55
Cota-Parte FPM	10.531.720,00	10.531.720,00	8.556.502,65	81,25
Cota-Parte ITR	8.454,84	8.454,84	9.522,29	112,63
Cota-Parte IPVA	2.306.746,00	2.306.746,00	1.963.261,30	85,11
Cota-Parte ICMS	13.675.638,00	13.675.638,00	11.636.772,29	85,09
Cota-Parte IPI-Exportação	215.559,00	215.559,00	173.074,97	80,29
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	64.221,40	64.221,40	54.991,68	85,63
Desoneração ICMS (LC 87/96)	64.221,40	64.221,40	54.991,68	85,63
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	31.947.634,16	31.947.634,16	27.213.783,13	85,18

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.492.292,00	3.492.292,00	3.100.666,74	88,79
Provenientes da União	3.492.292,00	3.492.292,00	3.100.666,74	88,79
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	65.000,00	65.000,00	6.743,12	10,37
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.557.292,00	3.557.292,00	3.107.409,86	87,35

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	9.329.472,00	11.057.184,63	9.102.128,86	82,32	8.132.426,66	73,55
Pessoal e Encargos Sociais	5.083.301,00	4.708.301,00	3.631.206,34	77,12	3.629.706,34	77,09
Outras Despesas Correntes	4.246.171,00	6.348.883,63	5.470.922,52	86,17	4.502.720,32	70,92

Continua 1/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
		11.057.184,63	9.102.128,86	82,32	8.132.426,66	73,55
DESPESAS DE CAPITAL	255.820,00	274.160,00	34.521,00	12,59	34.521,00	12,59
Investimentos	255.820,00	274.160,00	34.521,00	12,59	34.521,00	12,59
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	9.585.292,00	11.331.344,63	9.136.649,86	80,63	8.166.947,66	72,07
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.562.292,00	4.180.344,63	3.253.586,76	35,61	2.830.852,42	34,66
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.552.292,00	4.170.344,63	3.253.456,76	35,61	2.830.722,42	34,66
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	10.000,00	10.000,00	130,00	0,00	130,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.562.292,00	4.180.344,63	3.253.586,76	35,61	2.830.852,42	34,66
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	6.023.000,00	7.151.000,00	5.883.063,10	45,02	5.336.095,24	37,41
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						19,61
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/10⁶]						1.254.027,77

Continua 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	7.831.880,00	9.126.888,14	7.582.597,07	82,99	6.807.479,50	83,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.620.752,00	2.071.796,49	1.531.929,80	16,77	1.337.345,17	16,38
Vigilância Epidemiológica	132.660,00	132.660,00	22.122,99	0,24	22.122,99	0,27
TOTAL	9.585.292,00	11.331.344,63	9.136.649,86	100,00	8.166.947,66	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor será zero e o monitoramento previsto no art. 22 da LC 144/2012.

Continua 3/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/11/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	53.442.322,32	
Previsão Atualizada		—	53.442.322,32	
Receitas Realizadas		8.433.767,73	43.732.399,93	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.269.646,89	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	53.442.322,32	
Créditos Adicionais		—	4.589.812,57	
Dotação Atualizada		—	58.032.134,89	
Despesas Empenhadas		6.074.967,12	43.111.397,59	
Despesas Liquidadas		8.252.688,20	39.147.155,11	
Superavit Orçamentário		—	4.585.244,82	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		6.074.967,12	43.111.397,59	
Despesas Liquidadas		8.252.688,20	39.147.155,11	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			48.735.656,76	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-2.369.148,02	-2.560.875,14	108,09
Resultado Primário		9.300,07	2.861.182,53	30.765,17
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.174.362,92	0,00	1.174.362,92	0,00
EXECUTIVO	1.174.362,92	0,00	1.174.362,92	0,00
TOTAL:	1.174.362,92	0,00	1.174.362,92	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		6.435.015,58	25%	23,65
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.741.562,28	60%	51,13
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		2.208.455,78	-1.208.455,78	
Despesa de Capital Líquida		6.523.368,08	6.598.323,38	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		23.325,00	26.675,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	50.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.336.095,24	15,00	19,61
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/11/2013

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

CINARA TISSIANI DOS SANTOS
CONTADORA CRC/SC 030550/O-8

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº 134/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Gabinete do Prefeito
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br
DECRETO Nº134/2013

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$46.490,35 (quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa reais e trinta e cinco centavos) por conta do Excesso de Arrecadação do FUNDEB na dotação abaixo identificada:

05.01.12.361.4.2006 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 46.490,35

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0217 - Aplicações Diretas R\$ 46.490,35

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 13 de novembro de 2013.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Decreto Nº 135/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Gabinete do Prefeito
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br
DECRETO Nº135/2013

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.361.4-2006- Func. e Manut. do Ensino Fundamental R\$ 4.900,00

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 4.900,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 4.900,00

02.01.01.31.1.2.001 - Funcionamento e Manutenção da R\$ 12.124,00
Câmara Municipal

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.461,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 9.663,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 12.124,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 13 de novembro de 2013.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº 5.299/2013, de 12 de Novembro de 2013

PORTARIA Nº 5.299/2013, de 12 de novembro de 2013
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990 e nas Leis Municipais nº1.661/2008, de 6 de maio de 2008 e nº1.888/2012, de 20 de março de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os membros abaixo discriminados para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder, a saber:

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS:
- Oclânia de Souza Todão - Titular
- Franciele Salete Mella - Suplente

II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS:
- Walter Egídio Mukai - Titular
- Fabieli Pilatti - Suplente

III - REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:
- Nildo Daniel Bauer - Titular
- Pedro Henrique Bauer - Suplente

IV - REPRESENTANTES DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO:
- Sérgio Rosnir Voigt - Titular

- Elmer Sandro Quadros - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 12 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 100/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 100/2013-PMS

PROCESSO Nº. 219/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de baterias, peças e mão de obra para conserto de nobreaks para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de novembro de 2013 às 10h45min.

Abertura do Processo: 29 de novembro de 2013 às 11h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 14 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Prsencial Nº. 101/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRSENCIAL Nº. 101/2013-PMS
PROCESSO Nº. 220/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviço de internet Banda Larga 24 horas por dia, para atender as unidades administrativas do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de dezembro de 2013 às 14h.

Abertura do Processo: 03 de dezembro de 2013 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 14 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Dispensa Nº 11/2013-FAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 11/2013 - DL**

Processo Nr.: 19/2013
 Data: 12/11/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: HOTEL VALE DAS PEDRAS LTDA - ME

Código: 6999

Endereço: R ESTRADA DAS PEDRAS,S/N - PT 5

Cidade: JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 82.700.261/0001-89

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de Pacote Day Use para encerramento das oficinas da Assistência Social com: café da manhã, almoço, coffee breack executivo, utilização da infra estrutura de lazer e participação nas atividades de recreação para crianças e adolescentes dos Projetos Socioassistenciais - Projeto Oficina de Skate 2013 e Projeto Reconstruindo Estórias, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	<p>Day Use - Conforme descrição abaixo: PROGRAMAÇÃO DO DIA 25/11/2013 PROJETO OFICINA DE SKATE 2013 HORÁRIO: 08:30 às 17:00 CRIANÇAS DE 06 À 12 ANOS / ADOLESCENTES / ADULTOS TOTAL DE PESSOAS: 66 crianças, 7 adolescentes e 18 adultos *Café da manhã (servido no Restaurante); *Almoço (servido no Restaurante em formato de buffet); *Café da Tarde: Suco, chá, café, leite, nata, melado, torta, torradas, patês, sanduíches, salgadinhos, cucas, bolos, frios e geléias - para grupos a partir de 20 participantes; *Utilização das áreas de lazer do hotel: - Lagos para pesca esportiva e barco a remo; - Trilhas ecológicas com desafios radicais: redes de corda, teias de arrasto, escada pênsil, trave de equilíbrio; - Bicicletário; - Área esportiva com quadra de vôlei de areia, campo de futebol iluminado e mini-golfe; - Paredão de escaladas e playground; - Sala de Jogos com bar, mesa de sinuca, pimbolim, tênis de mesa, mesa de carteados e dominós, cancha de bocha e sala de TV coletiva; - Espaço exclusivo para crianças de 02 a 05 anos com mesinhas de pintura e desenho, piscina de bolinhas e brinquedos; - Liberação da piscina (no máximo 70cm de profundidade) para atividades, jogos com o acompanhamento do monitor de hotel. - Participação nas atividades de recreação disponibilizadas; 01 passeio a cavalo ou de charrete por pessoa.</p> <p>PROGRAMAÇÃO DO DIA 02/12/2013 PROJETO RECONSTRUINDO ESTÓRIAS HORÁRIO: 08:30 às 17:00 CRIANÇAS DE 06 À 12 ANOS / ADULTOS TOTAL DE PESSOAS: 5 crianças e 1 adulto *Café da manhã (servido no Restaurante); *Almoço (servido no Restaurante em formato de buffet); *Café da Tarde: Suco, chá, café, leite, nata, melado, torta, torradas, patês, sanduíches, salgadinhos, cucas, bolos, frios e geléias - para grupos a partir de 20 participantes; *Utilização das áreas de lazer do hotel: - Lagos para pesca esportiva e barco a remo; - Trilhas ecológicas com desafios radicais: redes de corda, teias de arrasto, escada pênsil, trave de equilíbrio; - Bicicletário; - Área esportiva com quadra de vôlei de areia, campo de futebol iluminado e mini-golfe; - Paredão de escaladas e playground; - Sala de Jogos com bar, mesa de sinuca, pimbolim, tênis de mesa, mesa de carteados e dominós, cancha de bocha e sala de TV coletiva; - Espaço exclusivo para crianças de 02 a 05 anos com mesinhas de pintura e desenho, piscina de bolinhas e brinquedos; - Liberação da piscina (no máximo 70cm de profundidade) para atividades, jogos com o acompanhamento do monitor de hotel. - Participação nas atividades de recreação disponibilizadas; 01 passeio a cavalo ou de charrete por pessoa.</p>	UN	6.177,50	6.177,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 11/2013 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 19/2013
Data: 12/11/2013

Folha: 2/2

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

JUSTIFICATIVA

A proposta deste encerramento é o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e prevenir os padrões de violação de direitos. Para tanto a oferta por meio de programas, projetos e serviços socioassistenciais, ações tem o objetivo de promoção de condições para a prevenção da situação de vulnerabilidade social. Será um momento onde crianças/pais/técnicos poderão realizar atividades de dinâmicas de grupo, conversas, reflexão referente o contexto familiar, a importância dos vínculos familiares em situações de vulnerabilidades, entre outras, além de proporcionar um momento de lazer a todos as crianças/adolescentes que participaram efetivamente das oficinas no decorrer do ano.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 12 de Novembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

11/11/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Novembro de 2013

Valor da Despesa: 6.177,50 (seis mil cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

Inexigibilidade Nº 13/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2013 - IL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 222/2013 Data: 13/11/2013
Folha: 1/2	

Fornecedor: HEXIS CIENTÍFICA S/A Endereço: AV. ANTONIETA PIVA BARRANQUEIROS, 385 Cidade: Jundiaí - SP CNPJ: 53.276.010/0001-10	Código: 10262 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Conserto do Aparelho colorímetro DR/890, que consiste em substituição de peças e mão de obra para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	PLACA ELETRONICA para aparelho DR/890marca Hach.	UN	2.743,11	2.743,11
2	1,00	MEMBRANA DO TECLADO para aparelho DR/890marca Hach.	UN	110,88	110,88
3	1,00	SUORTE DE PILHAS para aparelho DR/890marca Hach.	UN	143,93	143,93
4	1,00	FILTRO OPTICO DE 420NM para aparelho DR/890marca Hach.	UN	264,11	264,11
5	1,00	FILTRO OPTICO DE 520NM para aparelho DR/890marca Hach.	UN	245,73	245,73
6	1,00	FILTRO OPTICO DE 560NM para aparelho DR/890marca Hach.	UN	264,10	264,10
7	1,00	FILTRO OPTICO DE 610NM para aparelho DR/890marca Hach.	UN	255,05	255,05
8	2,00	PILHA 1,5 VOLTS TAM. AA (CART C/2) para aparelho DR/890marca Hach	UN	10,11	20,22
9	1,00	Mão de obra para substituição das peças solicitadas acima em aparelho DR/890 HACH. A mão de obra deverá acompanhar o relatório de calibração do aparelho.	UN	429,86	429,86

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

JUSTIFICATIVA

A manutenção deste aparelho é imprescindível pois o mesmo é utilizado diariamente para realização de análises na estação de tratamento de água. Na ausência deste aparelho estamos utilizando dois equipamentos reserva, pois o aparelho que se encontra em manutenção é multiparâmetro. Caso ocorrer um problema com um dos aparelhos reserva ficamos sem poder determinar a concentração do cloro e flúor na água potável, ou seja estaremos em desacordo com a portaria do MS 2914/2011, que determina que essas análises sejam realizadas de duas em duas horas. Como se trata de um aparelho multiparâmetro e importado dos USA, apenas uma empresa (Hexis), representante da Hach aqui no Brasil faz a manutenção deste equipamento. Foi consultado outras empresas e as mesmas não prestam este tipo de manutenção para este aparelho.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 13/2013 - IL**

Processo Nr.: 222/2013
Data: 13/11/2013

Folha: 2/2

Schroeder, 13 de Novembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

13/11/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 13 de Novembro de 2013

Valor da Despesa: 4.476,99 (quatro mil quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Termo Aditivo Nº. A58/2013 - PMS
TERMO ADITIVO Nº. A58/2013 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 218/2013 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck; e,

CONTRATADA: GREIDE ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.894.553/0001-35, estabelecida na Rodovia Augusto Hasse, nº 530, Benedito, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.130-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Irone Aldo Maurisenz, inscrito no CPF sob o nº. 055.565.989/59, portador da carteira de identidade nº. 4.890.452-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 218/2013 - PMS, celebrado em 31 de outubro de 2013, decorrente da Tomada de Preço nº.05/2013 - PMS, Processo nº. 155/2013 - PMS, para contratação de empresa especializada prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto de engenharia viária urbana para diversas ruas do Município de Schroeder/SC.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação dos serviços, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E permissivo legal, inserto no artigo 58, I da Lei Federal nº. 8.666/93, e no permissivo contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos para prorrogação de prazo, até 31 de maio de 2014, por se tratar de elaboração de projetos cujo prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 dias, considerando que a Prefeitura entrará de em férias dia 23 de dezembro, conclui-se que não há mais tempo hábil para entrega, avaliação e aprovação do objeto pelo engenheiro responsável em 2013.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da Vigência", no item 14.1, passando a ter a vigência até 31 de maio de 2014.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 218/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 13 de novembro de 2013.

CONTRATADA:

GREIDE ENGENHARIA LTDA

Irone Aldo Maurisenz

CPF sob o nº. 055.565.989/59

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

Extrato Contrato Nº. 20/2013-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato Contrato nº. 20/2013-FAS

Dispensa nº. 11/2013-FAS

Processo nº. 19/2013-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HOTEL VALE DAS PEDRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.700.261/0001-89, estabelecida na Rua Estrada das Pedras, PT 5, Ribeirão Grande do Norte, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.250-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de Pacote Day Use para encerramento das oficinas da Assistência Social com: café da manhã, almoço, coffee breack executivo, utilização da infra estrutura de lazer e participação nas atividades de recreação para crianças e adolescentes dos Projetos Socioassistenciais - Projeto Oficina de Skate 2013 e Projeto Reconstruindo Estórias, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDA- DE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
	<p>Day Use - Conforme descrição abaixo:</p> <p>PROGRAMAÇÃO DO DIA 25/11/2013</p> <p>PROJETO OFICINA DE SKATE 2013</p> <p>HORÁRIO: 08:30 às 17:00</p> <p>CRIANÇAS DE 06 À 12 ANOS / ADOLESCENTES / ADULTOS</p> <p>TOTAL DE PESSOAS: 66 crianças, 7 adolescentes e 18 adultos</p> <p>*Café da manhã (servido no Restaurante);</p> <p>*Almoço (servido no Restaurante em formato de buffet);</p> <p>*Café da Tarde: Suco, chá, café, leite, nata, melado, torta, torradas, patês, sanduíches, salgadinhos, cucas, bolos, frios e geléias - para grupos a partir de 20 participantes;</p> <p>*Utilização das áreas de lazer do hotel:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lagos para pesca esportiva e barco a remo; - Trilhas ecológicas com desafios radicais: redes de corda, teias de arrasto, escada pênsil, trave de equilíbrio; - Bicicletário; - Área esportiva com quadra de vôlei de areia, campo de futebol iluminado e mini-golfe; - Paredão de escaladas e playground; - Sala de Jogos com bar, mesa de sinuca, pimbolim, tênis de mesa, mesa de carteados e dominós, cancha de bocha e sala de TV coletiva; - Espaço exclusivo para crianças de 02 a 05 anos com mesinhas de pintura e desenho, piscina de bolinhas e brinquedos; - Liberação da piscina (no máximo 70cm de profundidade) para atividades, jogos com o acompanhamento do monitor de hotel. - Participação nas atividades de recreação disponibilizadas; <p>01 passeio a cavalo ou de charrete por pessoa.</p> <p>PROGRAMAÇÃO DO DIA 02/12/2013</p> <p>PROJETO RECONSTRUINDO ESTÓRIAS</p> <p>HORÁRIO: 08:30 às 17:00</p> <p>CRIANÇAS DE 06 À 12 ANOS / ADULTOS</p> <p>TOTAL DE PESSOAS: 5 crianças e 1 adulto</p> <p>*Café da manhã (servido no Restaurante);</p> <p>*Almoço (servido no Restaurante em formato de buffet);</p> <p>*Café da Tarde: Suco, chá, café, leite, nata, melado, torta, torradas, patês, sanduíches, salgadinhos, cucas, bolos, frios e geléias - para grupos a partir de 20 participantes;</p> <p>*Utilização das áreas de lazer do hotel:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lagos para pesca esportiva e barco a remo; - Trilhas ecológicas com desafios radicais: redes de corda, teias de arrasto, escada pênsil, trave de equilíbrio; - Bicicletário; - Área esportiva com quadra de vôlei de areia, campo de futebol iluminado e mini-golfe; - Paredão de escaladas e playground; - Sala de Jogos com bar, mesa de sinuca, pimbolim, tênis de mesa, mesa de carteados e dominós, cancha de bocha e sala de TV coletiva; - Espaço exclusivo para crianças de 02 a 05 anos com mesinhas de pintura e desenho, piscina de bolinhas e brinquedos; - Liberação da piscina (no máximo 70cm de profundidade) para atividades, jogos com o acompanhamento do monitor de hotel. - Participação nas atividades de recreação disponibilizadas; 				
01	01 passeio a cavalo ou de charrete por pessoa.	01	Unidade	6.177,50	6.177,50
TOTAL R\$					6.177,50

Valor do contrato: R\$ 6.177,50 (seis mil cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 12/11/2013 – Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal



Extrato do Contrato Nº. 236/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 236/2013 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 87/2013-PMS

Processo nº. 218/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: SEGURADORA NOBRE DO BRASIL S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.031.334/0001-85, estabelecida na Rua Vergueiro nº. 7213, Bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.273-200.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em seguro Deter, do Microonibus Volare A5, placa MBX 0626, ano 2002 lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Microonibus Volare A5, placa MBX 0626, ano 2002 lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC. Coberturas: Transporte somente e exclusivo municipal e intermunicipal Passageiros: 22 Motorista: 01 Morte acidental: R\$ 30.000,00 Invalidez por acidente: R\$ 30.000,00 DMH: R\$ 7.000,00 Valores para cada passageiro e motorista	01	Unidade	657,34	657,34
VALOR R\$ TOTAL					657,34

Valor do contrato: R\$ 657,34 (setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 13/11/2013 – Vigência: 13/11/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 234/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 234/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 187/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 81/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob

o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.433.705/0001-92, estabelecida na Rua Carlos Hruschka, nº. 161, Rau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-432,.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em mão de obra e materiais para executar melhorias na adutora de água bruta e saída dos filtros na ETA (Estação de Tratamento de Água), Reservatórios e Estação de Recalque de Água Tratada da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referencia, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Valor de mão de obra Hora/ Homem Pedreiro	200	Horas	27,00	5.400,00
02	Auxiliar de serviços gerais	400	Horas	18,00	7.200,00
03	Valor de mão de obra Hora/ Homem Instalador mecânico para montagem de tubulações e conexões em ferro fundido de diâmetros entre 150 a 300 mm na ETA.	400	Horas	35,00	14.000,00
04	Valor de mão de obra Hora/ Homem Pintor	200	Horas	26,30	5.260,00
05	Valor do fornecimento hora de máquina retroscavadeira	20	Horas	125,00	2.500,00
06	Valor do fornecimento hora de máquina caminhão	20	Horas	110,00	2.200,00
07	Valor do fornecimento de concreto armado fck 25 Mpa bombeado (forma, aço e concreto usinado).	10	m³	920,00	9.200,00
08	Serviço de corte, solda e torno	100	Horas	45,00	4.500,00
09	Tinta fundo p/ ferro fundido (Litros):	20	Litro	21,00	420,00
10	Tinta acabamento p/ ferro fundido (Litros):	60	Litro	18,70	1.122,00
TOTAL R\$					51.802,00

Valor do contrato: R\$ 51.802,00 (cinquenta e um mil e oitocentos e dois reais).

Data da Assinatura: 12/11/2013 – Vigência: 12/11/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 235/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 235/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 188/2013-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 82/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: HANG COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.009.614/0001-01, estabelecida na Rua Paraíba, nº 900, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-530.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva de condicionadores de ar para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Recarga completa de gás refrigerante R22;	100	Unidade	120,00	12.000,00
02	Recarga completa de gás refrigerante R410 ;	100	Unidade	57,50	5.750,00
03	Manutenção preventiva semestral de condicionador de ar Split (conforme modelo/BTUS adquiridos);	645	Hora	25,00	16.125,00
04	Manutenção preventiva semestral de condicionador de ar janelheiro (conforme modelo/BTUS adquiridos);	645	Hora	25,00	16.125,00
TOTAL R\$ 50.000,00					

Valor do contrato: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Data da Assinatura: 13/11/2013 - Vigência: 13/11/2014
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Retificação Nº 01 ao Edital Nº. 001/2013/Secel/PMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL Nº. 001/2013/SECEL/PMS

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, através da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, considerando a necessidade de alterar o número de alunos por sala nas turmas de maternal e jardim, torna público, que nesta data, foram retificados as informações do Edital nº 001/2013/SECEL/PMS, passando a constar as seguintes informações:

No Edital 001/2013, item 5.2, onde se lê:

5.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA

Berçário I - Mínimo 12 e máximo 15 alunos

Berçário II - Mínimo 12 e máximo 15 alunos

Maternal I - Mínimo 12 e máximo 15 alunos

Maternal II - Mínimo 12 e máximo 15 alunos

Jardim I- Mínimo 10 e máximo 15 alunos

Jardim II- Mínimo 10 e máximo 18 alunos

Jardim III- Mínimo 12 e máximo 20 alunos

Leia-se:

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ-ESCOLA

Berçário I - Mínimo 12 e máximo 15 alunos

Berçário II - Mínimo 12 e máximo 15 alunos

Maternal I - Mínimo 12 e máximo 15 alunos

Maternal II - Mínimo 15 e máximo 20 alunos

Jardim I- Mínimo 15 e máximo 20 alunos

Jardim II- Mínimo 18 e máximo 25 alunos

Jardim III- Mínimo 18 e máximo 25 alunos

Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, sendo o Edital 001/2013/SECEL/PMS consolidado com as alterações decorrentes desta Retificação.

Schroeder, 13 de novembro de 2013.

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



www.ciga.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 82/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2013**Número do Registro de Preços: 67/2013****Data do Registro: 13/11/2013****Válido até: 13/11/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva de condicionadores de ar para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Industria, Comercio e Turismo, Secretaria de Educa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga completa de gás refrigerante R22;	UN	HANG COMERCIO LTDA - ME (12722)		0	120,0000	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)		0	96,5688	2
			SUPERAR LTDA (12236)		0	98,4669	3
2	Recarga completa de gás refrigerante R410 ;	UN	HANG COMERCIO LTDA - ME (12722)		0	57,5000	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)		0	152,9012	2
			SUPERAR LTDA (12236)		0	155,9051	3
3	Manutenção preventiva semestral de condicionador de ar Split (conforme modelo/BTUS adquiridos);	H	HANG COMERCIO LTDA - ME (12722)		0	25,0000	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)		0	20,1186	2
			SUPERAR LTDA (12236)		0	20,5138	3
4	Manutenção preventiva semestral de condicionador de ar janeleiro (conforme modelo/BTUS adquiridos);	H	HANG COMERCIO LTDA - ME (12722)		0	25,0000	1
			SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME (271)		0	20,1186	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2013**Número do Registro de Preços: 67/2013****Data do Registro: 13/11/2013****Válido até: 13/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva de condicionadores de ar para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Industria, Comercio e Turismo, Secretaria de Educa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERAR LTDA (12236)		0	20,5138	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2013**Número do Registro de Preços: 67/2013****Data do Registro: 13/11/2013****Válido até: 13/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva de condicionadores de ar para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Industria, Comercio e Turismo, Secretaria de Educa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2013****PROCESSO Nº 188/2013**

(271) - SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME

(12236) - SUPERAR LTDA

(12722) - HANG COMERCIO LTDA - ME

Schroeder, 13 de Novembro de 2013.

Ata de Registro de Preços Pregão Presencial Nº 81/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 66/2013**Número do Registro de Preços: 66/2013****Data do Registro: 12/11/2013****Válido até: 12/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em mão de obra e materiais para executar melhorias na adutora de água bruta e saída dos filtros na ETA (Estação de Tratamento de Água), Reservatórios e Estação de Rec

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Valor de mão de obra Hora/Homem Pedreiro	H	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	27,0000	1
			CONSTRUTORA AJM LTDA EPP (9829)		0	27,0000	2
2	Auxiliar de serviços gerais	H	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	18,0000	1
			CONSTRUTORA AJM LTDA EPP (9829)		0	18,0000	2
3	Valor de mão de obra Hora/Homem Instalador mecânico para montagem de tubulações e conexões em ferro fundido de diâmetros entre 150 a 300 mm na ETA.	H	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	35,0000	1
			CONSTRUTORA AJM LTDA EPP (9829)		0	35,0000	2
4	Valor de mão de obra Hora/Homem Pintor	H	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	26,3000	1
			CONSTRUTORA AJM LTDA EPP (9829)		0	26,3000	2
5	Valor do fornecimento hora de máquina retroscavadeira	H	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	125,0000	1
			CONSTRUTORA AJM LTDA EPP (9829)		0	125,0000	2
6	Valor do fornecimento hora de máquina caminhão	H	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	110,0000	1
			CONSTRUTORA AJM LTDA EPP (9829)		0	110,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 66/2013**Número do Registro de Preços: 66/2013****Data do Registro: 12/11/2013****Válido até: 12/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em mão de obra e materiais para executar melhorias na adutora de água bruta e saída dos filtros na ETA (Estação de Tratamento de Água), Reservatórios e Estação de Rec

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Valor do fornecimento de concreto armado fck 25 Mpa bombeado (forma, aço e concreto usinado).	M3	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	920,0000	1
			CONSTRUTORA AJM LTDA EPP (9829)		0	920,0000	2
8	Serviço de corte, solda e torno	H	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	45,0000	1
			CONSTRUTORA AJM LTDA EPP (9829)		0	75,0000	2
9	Tinta fundo p/ ferro fundido (Litros):	LT	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	21,0000	1
			CONSTRUTORA AJM LTDA EPP (9829)		0	21,0000	2
10	Tinta acabamento p/ ferro fundido (Litros):	LT	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA (11225)		0	18,7000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 66/2013**Número do Registro de Preços: 66/2013****Data do Registro: 12/11/2013****Válido até: 12/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em mão de obra e materiais para executar melhorias na adutora de água bruta e saída dos filtros na ETA (Estação de Tratamento de Água), Reservatórios e Estação de Rec

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CONSTRUTORA AJM LTDA EPP (9829)		0	18,7000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 66/2013**Número do Registro de Preços: 66/2013****Data do Registro: 12/11/2013****Válido até: 12/11/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em mão de obra e materiais para executar melhorias na adutora de água bruta e saída dos filtros na ETA (Estação de Tratamento de Água), Reservatórios e Estação de Rec

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2013****PROCESSO Nº 187/2013**

(9829) - CONSTRUTORA AJM LTDA EPP

(11225) - CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA

Schroeder, 12 de Novembro de 2013.

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto 149/2013

Decreto que Dispõe sobre Atividades Consideradas de Alto Risco
DECRETO Nº 149 DE 30 DE OUTUBRO DE 2013.

Dispõe sobre as atividades de alto risco para o MEI e para Micro-empresas e Empresas de Pequeno Porte e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, no uso das suas atribuições legais,

Decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades municipais responsáveis pelo licenciamento, para efeito de definição de atividades de alto grau de risco, em relação ao Microempreendedor Individual - MEI, adotam a lista constante do Anexo I da Resolução (CGSIM) nº 22, de 22/06/2010 - DOU de 02/07/2010, e em relação à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, o Anexo II da Resolução (CGSIM) nº 22, de 22/06/2010 - DOU de 02/07/2010.

§1º O grau de risco será considerado alto se uma ou mais atividades do estabelecimento forem assim classificadas.

§2º Definidas as atividades de alto risco na forma deste artigo, consideram-se de baixo risco as demais atividades constantes da tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Art. 2º Aplicam-se ao Alvará de Funcionamento Provisório e ao Alvará de Funcionamento Definitivo as demais normas concernentes aos alvarás previstas na legislação do município, principalmente as relativas à interdição ou desinterdição do estabelecimento, cassação, nulidade e restabelecimento do alvará e a imposição de restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse público.

Art. 3º Fica instituída a consulta prévia de localização para Micro e Pequenas Empresas e Para Micro Empreendedores Individuais.

Art. 4º Fica autorizado o departamento de tributação para que conceda o alvará de funcionamento em residências para Micro e Pequenas Empresas e incluindo os Micro Empreendedores Individuais

Art. 5º O departamento de tributação da Prefeitura Municipal fica autorizado a dispensar a exigência do habite-se do imóvel onde esta registrado o Micro Empreendedor Individual.

Art. 6º Quanto ao alvará de funcionamento em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária, fica o departamento de tributação autorizado a conceder o alvará de funcionamento para Micro e Pequenas Empresas e Micro Empreendedores Individuais

Art. 7º Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Serra Alta-SC 30 de Outubro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

VANDERLEA PRIOR MARTINELI

Chefe de Gabinete

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal

Decreto Nº 148/2013

DECRETO Nº 148/2013

"REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICA DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Francisco Artur Both, Prefeito do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o cargo,

DECRETA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica determinado o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao Microempreendedor Individual (MEI), às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), doravante simplesmente denominadas MEI, ME e EPP, em conformidade com o que dispõe os arts. 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº 123/06, criando a LEI GERAL MUNICIPAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE SERRA ALTA-SC.

Parágrafo único. Aplicam-se ao MEI todos os benefícios e todas as prerrogativas previstas neste Decreto para as ME e EPP.

Art. 2º . O tratamento diferenciado, simplificado, favorecido e de incentivo às Microempresas, às Empresas de Pequeno Porte e ao Microempreendedor Individual incluirá, entre outras ações dos órgãos e entes da administração municipal:

I - os incentivos fiscais;

II - o incentivo à formalização de empreendimentos;

III - a unicidade e a simplificação do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;

IV - a simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas, inclusive com a definição das atividades consideradas de alto risco;

V - a regulamentação do parcelamento de débitos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

VI - a preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO

Seção I

Da inscrição e baixa

Art. 3º. Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas deverão observar os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal nº 123/06, na Lei nº 11.598/07 e nas Resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

Parágrafo único. O processo de registro do Microempreendedor Individual deverá ter trâmite especial e opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da REDESIM.

Seção II

Do alvará

Art. 4º. Fica instituído o Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

§ 1º - Para efeitos deste Decreto, considera-se como atividade de alto risco aquela que assim for definida pelo Comitê Gestor da REDESIM.

§ 2º - O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado se após a notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências e os prazos estabelecidos pelo Comitê Gestor da REDESIM.

CAPÍTULO III

DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 5º. A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às Microempresas, às Empresas de Pequeno Porte e aos demais contribuintes, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Art. 6º. Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

Art. 7º. A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento, e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

Art. 8º. Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.

§ 1º - Quando o prazo referido neste artigo não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar com o órgão de fiscalização um termo de ajuste de conduta, no qual, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no termo.

§ 2º - Decorridos os prazos fixados no caput ou no termo de ajuste de conduta - (TAC), sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

CAPÍTULO IV

DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 9º. As MEs e EPPs optantes pelo Simples Nacional recolherão o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) com base na Lei Complementar nº 017/2009, Lei Complementar nº 018/2009 - Código Tributário Municipal, e neste Decreto, em consonância com a Lei Complementar Federal nº 123/06, a Lei e regulamentação pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 10. O MEI poderá optar pelo recolhimento do ISSQN em valor fixo mensal, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor,

conforme previsto no art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123/06.

Art. 11. A retenção na fonte de ISS das Microempresas ou das Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 116/03, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123/06 para a faixa de receita bruta a que a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123/06;

III - na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do município;

IV - na hipótese de a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o caput deste artigo;

V - na hipótese de a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar Federal nº 123/06;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Seção I

Dos benefícios fiscais

Art. 12. Os benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06, não constantes na Lei Complementar Municipal nº 017/2009, poderão protocolar pedido de revisão fiscal, ao passo que será aberto processo administrativo fiscal para análise no órgão competente.

Art. 13. Os benefícios previstos na Lei Complementar Municipal, aplicam-se somente aos fatos geradores ocorridos após a vigência daquela, desde que a empresa tenha ingressado no regime geral da ME e EPP nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06.

Art. 14. As MEs e as EPPs cadastradas com previsão de prestação de serviços, e que não estejam efetivamente exercendo essa atividade, deverão protocolar declaração no setor tributário competente, para fins de atualização cadastral.

CAPÍTULO V

DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

Art. 17. Caberá ao Poder Executivo municipal a designação de servidor e área responsável em sua estrutura funcional para a efetivação dos dispositivos previstos no presente Decreto, observadas as especificidades locais.

§ 1º - A função de agente de desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que busquem cumprimento das disposições e diretrizes contidas neste Decreto, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

§ 2º - O agente de desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I - residir na área da comunidade em que atuar;

II - ter concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de agente de desenvolvimento;

III - ter concluído o Ensino Fundamental/primeiro grau.

§ 3º - Caberá ao agente de desenvolvimento buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as demais entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, o suporte para ações de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

CAPÍTULO VI

DO ACESSO AOS MERCADOS

Seção I

Das aquisições públicas

Art. 18. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras do município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nos termos do disposto na Lei Complementar Federal nº 123/06, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito do Município e a ampliação da eficiência das políticas públicas.

Parágrafo único: Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Pública direta, às Empresas Públicas, as Autarquias e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 19. Para a ampliação da participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações, a administração pública municipal poderá:

I - adequar os cadastros existentes, para identificar as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas regionalmente, com as respectivas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações;

II - na definição do objeto da contratação, não deverá utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas regionalmente;

Art. 20. As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 deverão ser preferencialmente realizadas com Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas no município ou na região.

Art. 21. Exigir-se-á da Microempresa e da Empresa de Pequeno

Porte, para habilitação em quaisquer licitações do município para fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, apenas o seguinte:

I - ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II - inscrição no CNPJ para fins de qualificação;

III - certidão atualizada de inscrição na Junta Comercial do Estado, com a designação do porte (ME ou EPP).

Art. 22. A comprovação de regularidade fiscal das MEs e EPPs somente será exigida para efeitos de contratação e não como condição para participação na habilitação.

§ 1º - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, do pagamento ou do parcelamento do débito, e para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º - Entende-se o termo "declarado vencedor" de que trata o parágrafo anterior o momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso da modalidade de pregão, e, nos demais casos, o momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos para regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

§ 3º A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá ser concedida, após análise da administração, quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado.

§ 4º - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará a preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

§ 5º - O disposto no parágrafo anterior deverá constar no instrumento convocatório da licitação.

Art. 23. Nas licitações para fornecimento de bens, serviços e obras cujo valor seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração Pública do Município, através da Secretaria Municipal de Administração poderá estabelecer, se viável para a Administração Pública, a exigência de subcontratação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, sob pena de desclassificação.

§ 1º - A exigência de que trata o caput deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.

§ 2º - É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

§ 3º - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas nos contratos a serem firmados pela contratada com o Poder Público, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.

§ 4º - A documentação da regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte subcontratadas, deverá ser apresentada 15 dias a contar da assinatura do contrato,

bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 22;

§ 5º - A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou a entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

§ 6º - A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

§ 7º - Os empenhos e os pagamentos referentes às parcelas subcontratadas poderão ser destinados diretamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte subcontratadas.

§ 8º - Demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do § 5º, a administração deverá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

§ 9º - Não deverá ser exigida a subcontratação quando esta for inviável, não for vantajosa para a administração pública municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Art. 24. Deverá constar ainda do instrumento convocatório que a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

I - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

II - Consórcio composto em sua totalidade ou parcialmente por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei nº 8.666, de 21/06/93.

III - Consórcio composto parcialmente por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

Parágrafo único - O disposto no inciso II do Caput deste artigo deverá ser comprovado no momento da aceitação, quando a modalidade de licitação for pregão, ou no momento da habilitação nas demais modalidades.

Art. 25. Nas licitações para a aquisição de bens, produtos e serviços de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, a administração pública municipal poderá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, constando a exigência no instrumento convocatório, se for o caso.

§ 1º - O disposto neste artigo não impede a contratação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte na totalidade do objeto, sendo-lhes reservada exclusividade de participação na disputa de que trata o caput.

§ 2º - Aplica-se o disposto no caput sempre que houver, local ou regionalmente, o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e que atendam às exigências constantes no instrumento convocatório.

§ 3º O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo

vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

§ 4º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

§ 5º - Admite-se a divisão da cota reservada em múltiplas cotas, objetivando-se a ampliação da competitividade e observando-se que a soma dos percentuais de cada cota em relação ao total do objeto não poderá ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento).

§ 6º - Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

Art. 26. Nas licitações, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

§ 1º - Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

§ 2º - Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será apurado após a fase de lances e antes da negociação e corresponderá à diferença de até 5% (cinco por cento) superior ao valor da menor proposta ou do menor lance, caso os licitantes tenham oferecido.

Art. 27. Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto;

II - não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 26, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 26 será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Não se aplica o sorteio disposto no inciso III do art. 27 quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

§ 2º - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos incisos I, II e III, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 3º - O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

§ 4º - No caso de pregão, após o encerramento dos lances, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 10 (dez) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III deste artigo.

§ 5º - Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser estabelecido pela Comissão de Licitação, e deverá estar previsto no instrumento convocatório, sendo válido para todos os fins a comunicação feita na forma que o edital definir.

Art. 28. O Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Administração poderá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 29. Não se aplica o disposto nos arts. 21 ao 28 quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24, incisos III e seguintes, e 25 da Lei nº 8.666, de 21/06/93.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso III, considera-se não vantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

Art. 30. O valor licitado por meio do disposto nos arts. 21 a 28 não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

Art. 31. Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como ME e EPP se dará nas condições do art. 3º do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - Lei Complementar Federal nº 123/06, em especial quanto ao seu art. 3º, devendo ser exigido dessas empresas a declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

Parágrafo único. A identificação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte na sessão pública do pregão eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a dificultar a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

Art. 32. O município proporcionará a capacitação dos pregoeiros, da equipe de apoio e dos membros das comissões de licitação da Administração Municipal sobre o que dispõe este Decreto.

Art. 33. A Administração Pública Municipal definirá, em 180 dias a contar da data da publicação deste Decreto, meta anual de participação das micro e pequenas empresas nas compras do Município, que não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) e implantar controle estatístico para acompanhamento.

Art. 34. Em licitações para aquisição de produtos para merenda escolar, destacadamente aqueles de origem local, a Administração Pública Municipal deverá utilizar preferencialmente a modalidade do pregão presencial.

Seção II

Estímulo ao mercado local

Art. 35. A Administração Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36. A concessão de parcelamento de dívidas para as Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, atenderá ao disposto no Código Tributário Municipal e Lei Complementar nº 018/2009.

Art. 37. Fica instituído o Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa e do Desenvolvimento, que será comemorado em 2 de outubro de cada ano.

Parágrafo único. Nesse dia, será realizada audiência pública na Câmara dos Vereadores, amplamente divulgada, em que serão ouvidas lideranças empresariais e debatidas propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação específica.

Art. 38. A Secretaria Municipal da Administração elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e das vantagens instituídos por este Decreto, especialmente, tendo em vista formalização dos empreendimentos informais.

Art. 39. A Administração Pública Municipal, como forma de estimular a criação de novas micro e pequenas empresas no município e promover o seu desenvolvimento, incentivará a criação de programas específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.

Art. 40. A Secretaria Municipal de Administração poderá expedir normas complementares para a execução deste Decreto.

Art. 41. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes do orçamento municipal.

Art. 42. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta - SC 30 de Outubro de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

Lei Nº 2.080/2013

LEI Nº 2.080, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013

"Altera a Lei Municipal 1.471 de 10 de Setembro de 2003".

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º- O artigo primeiro da Lei 1.471/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1ª. Fica o Chefe de Poder Executivo Municipal autorizado a doar o imóvel com área de 1.436,50 m2 (hum mil quatrocentos e trinta e seis metros quadrados), localizado na Rua Urussanga, esquina com a Avenida General Osvaldo Pinto da Veiga, lotes n. 01 e 02, com as seguintes confrontações: NORTE: 26,70 m com o lote n. 03; SUL: 9,55m, com a Rua Urussanga; LESTE: 78,80m com terras da Rede Ferroviária Federal e OESTE: 81,00m com a Avenida General Osvaldo Pinto da Veiga, para empresa JOSE VIANEIRO ROVARIS, 17.231.570/0001-95."

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"
Em, 23 de Outubro de 2013
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 23 de Outubro de 2013.

Lei Nº 2081/2013

LEI Nº 2.081, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.013 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis no valor de R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão - 05 - Secretaria de Educação
Unidade - 02 - Departamento Pedagógico
Projeto/Atividade - 1.006 - Aquisição de Área/Construção de Creches/Pré-Escolares
Modalidade - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Recursos - 01.0001 - Receitas de Impostos e Transferências - Educação 25%
Código Reduzido - 49

Valor - R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Órgão - 07 - Secretaria de Obras

Unidade - 01 - Departamento de Obras Cíveis

Projeto/Atividade - 1.011 - Aquisição de Equipamentos, Veículos e Máquinas

Modalidade - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Recursos - 01.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido - 87

Valor : R\$285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

Órgão - 03 - Secretaria de Administração e Planejamento

Unidade - 01 - Secretaria de Administração e Planejamento

Projeto/Atividade - 2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração

Modalidade - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Recursos - 01.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido - 9

Valor : R\$285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)

Órgão - 05 - Secretaria de Educação

Unidade - 01 - Departamento Administração da Educação

Projeto/Atividade - 1.004 - Aquisição de Área/Construção/Ampliação de Escolas Ensino Fundamental

Modalidade - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Recursos - 01.0001 - Receitas de Impostos e Transferências - Educação 25%

Código Reduzido - 23

Valor : R\$60.000,00 (sessenta mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 2015, de 23 de Outubro de 2012 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei nº. 2021, de 06 de Dezembro de 2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 23 de Outubro de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 23 de Outubro de 2013.

Lei Nº 2082/2013

LEI Nº 2.082, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.013 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis

no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO 05	Secretaria de Educação
UNIDADE 05.01	Departamento de Esportes
FUNÇÃO 27	Desporto e Lazer
PROGRAMA 04	Aprendendo e Crescendo
SUBFUNÇÃO 812	Desporto Comunitário
RECURSO 0.1.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE 2.015	Manutenção do Departamento de Esportes
ELEMENTO 3.1.50.00	Transferências a Instituições Privadas
CÓDIGO REDUZIDO 64	

Valor: R\$ 60.00,00 (sessenta mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO 04	Secretaria de Finanças
UNIDADE 04.01	Secretaria de Finanças
FUNÇÃO 04	Administração
PROGRAMA 03	Administração Geral e Financeira
SUBFUNÇÃO 123	Administração Financeira
RECURSO 0.1.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE 2.006	Manutenção da Secretaria de Finanças
ELEMENTO 3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO 14	

Valor: R\$ 60.00,00 (sessenta mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 2015, de 23 de Outubro de 2012 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei nº. 2021, de 06 de Dezembro de 2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"
Em, 01 de Novembro de 2013
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 01 de Novembro de 2013.

Decreto Nº 172/2013

DECRETO N.º 172, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013
ALTERA O CARGO DA FUNCIONÁRIA HELENA SEIKA TANABE DO LIVRAMENTO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº.1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o cargo da funcionária HELENA SEIKA TANABE DO LIVRAMENTO, brasileira, CPF/MF sob nº 088.759.948-62, para Chefe de Departamento - C2, na Secretaria de Administração, a contar de 01/10/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 16 de Outubro de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Outubro de 2013.

Decreto Nº 173/2013

DECRETO N.º 173, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 2.079 de 16 de outubro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), para suplementar no orçamento do Município no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão - 05 - Secretaria de Educação
Unidade - 01 - Departamento Adm. da Educação
Projeto/Atividade - 2.011 - Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Recursos - 01.0007 - Recursos Salário Educação
Código Reduzido - 37
Valor - R\$17.800,00 (dezessete mil e oitocentos reais)

Órgão - 05 - Secretaria de Educação
Unidade - 01 - Departamento Adm. da Educação
Projeto/Atividade - 2.011 - Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Recursos - 01.0001 - Receitas de Impostos e Transferência Educação - 25%
Código Reduzido - 40
Valor - R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)

Órgão - 05 - Secretaria de Educação
Unidade - 01 - Departamento Adm. da Educação
Projeto/Atividade - 2.011 - Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade - 3.3.50.00.00 - Transferência à Instituições Privadas sem fins Lucrativos
Recursos - 01.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido - 56
Valor - R\$7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais do elemento de despesa a seguir especificado:

Órgão - 05 - Secretaria de Educação
Unidade - 01 - Departamento Adm. da Educação
Projeto/Atividade - 2.008 - Manutenção do Departamento de Educação/ Ensino Fundamental
Modalidade - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Recursos - 01.0007 - Salário de Educação
Código Reduzido - 28
Valor - R\$11.150,00 (onze mil, cento e cinquenta reais)

Órgão - 05 - Secretaria de Educação
Unidade - 01 - Departamento Adm. da Educação
Projeto/Atividade - 2.011 - Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Recursos - 01.0007 - Salário de Educação
Código Reduzido - 31
Valor - R\$6.650,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta reais)

Órgão - 05 - Secretaria de Educação
Unidade - 01 - Departamento Adm. da Educação
Projeto/Atividade - 2.010 - Manutenção dos Cursos Profissionalizantes
Modalidade - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Recursos - 01.0001 - Receitas e Impostos e Transferências Educação 25%
Código Reduzido - 41
Valor - R\$50.000 (cinquenta mil reais)

Órgão - 05 - Secretaria de Educação
Unidade - 01 - Departamento Adm. da Educação
Projeto/Atividade - 2.011 - Manutenção do Transporte Escolar
Modalidade - 3.3.50.00.00 - Transferência à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Recursos - 01.0001 - Recursos Ordinários
Código Reduzido - 45
Valor - R\$7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 16 de Outubro de 2013.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de Outubro de 2013.

Decreto Nº 175/2013

DECRETO N.º 175 DE 24 DE OUTUBRO DE 2013
EXONERA LUCIANO EUZÉBIO DO CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, X, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado LUCIANO EUZÉBIO, brasileiro, CPF/MF sob nº961.160.139-53, do cargo de Assessor C5, a contar de 17/10/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 24 de Outubro de 2013.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2013.

Decreto Nº 176/2013

DECRETO N.º 176 DE 24 DE OUTUBRO DE 2013
EXONERA SANTOS VITALI MORO DO CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, X, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado SANTOS VITALI MORO, brasileiro, CPF/MF sob nº054.408.469-13, do cargo de Assessor II-C3, a contar de 21/10/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 24 de Outubro de 2013.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2013.

Decreto Nº 177/2013

DECRETO N.º 177, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 2.073 de 09 de outubro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), para suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Siderópolis no órgão e unidade orçamentária abaixo:

TOTAL ÓRGÃO: R\$ 270.000,00

Órgão 01 CÂMARA DE VEREADORES

Unidade 01 CÂMARA DE VEREADORES

Proj./Ativ. 1.001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

1 3.1.90.11.00.00.00.00.0.1.0000.000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil - R\$100.000,00

2 3.1.90.13.00.00.00.00.0.1.0000.000000 Obrigações Patronais - R\$15.000,00

4 3.3.90.30.00.00.00.00.0.1.0000.000000 Material de Consumo - R\$ 65.000,00

6 3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.0000.000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R\$90.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais do elemento de despesa a seguir especificado:

Órgão 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Unidade: 01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ. 2005 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

9 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 Aplicações Diretas R\$270.000,00

TOTAL ÓRGÃO: R\$ 270.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2013.

Decreto Nº 178/2013

DECRETO N.º 178, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 2.081 de 23 de outubro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais), para suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis no órgão e unidade orçamentária abaixo:

Órgão - 05 - Secretaria de Educação

Unidade - 02 - Departamento Pedagógico

Projeto/Atividade - 1.006 - Aquisição de Área/Construção de Creches/Pré-Escolares

Modalidade - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Recursos - 01.0001 - Receitas de Impostos e Transferências - Educação 25%

Código Reduzido - 49

Valor - R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

Órgão - 07 - Secretaria de Obras

Unidade - 01 - Departamento de Obras Civis

Projeto/Atividade - 1.011 - Aquisição de Equipamentos, Veículos e Máquinas

Modalidade - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Recursos - 01.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido - 87

Valor : R\$285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais do elemento de despesa a seguir especificado:

Órgão - 03 - Secretaria de Administração e Planejamento

Unidade - 01 - Secretaria de Administração e Planejamento

Projeto/Atividade - 2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração

Modalidade - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Recursos - 01.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido - 9

Valor : R\$285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)

Órgão - 05 - Secretaria de Educação

Unidade - 01 - Departamento Administração da Educação

Projeto/Atividade - 1.004 - Aquisição de Área/Construção/Ampliação de Escolas Ensino Fundamental

Modalidade - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Recursos - 01.0001 - Receitas de Impostos e Transferências - Educação 25%

Código Reduzido - 23

Valor : R\$60.000,00 (sessenta mil reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2013.

Decreto Nº 179/2013

DECRETO N.º 179, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.200,00 (cinquenta mil e duzentos reais), para suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO 03	Secretaria de Administração e Planejamento
UNIDADE 03.01	Secretaria de Administração e Planejamento
FUNÇÃO 04	Administração
PROGRAMA 03	Administração Geral e Financeira
SUBFUNÇÃO 122	Administração Geral
RECURSO 0.1.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE 2.005	Manutenção da Secretaria de Administração
ELEMENTO 3.1.71.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO 13	

Valor: R\$ 5.200,00 (cinco e duzentos reais)

ÓRGÃO 07	Secretaria de Obras
UNIDADE 07.01	Departamento de Obras Civis
FUNÇÃO 26	Transporte
PROGRAMA 04	Aprendendo e Crescendo
SUBFUNÇÃO 782	Transporte Rodoviário
RECURSO 0.1.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE 2.017	Manutenção da Secretaria de Obras
ELEMENTO 3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO 92	

Valor: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por

conta das anulações parciais do elemento de despesa a seguir especificado:

ÓRGÃO 03 Secretaria de Administração e Planejamento
UNIDADE 03.01 Secretaria de Administração e Planejamento
FUNÇÃO 04 Administração
PROGRAMA 03 Administração Geral e Financeira
SUBFUNÇÃO 122 Administração Geral
RECURSO 0.1.0000 Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE 2.005 Manutenção da Secretaria de Administração
ELEMENTO 3.1.90.00 Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO 14

Valor: R\$ 5.200,00 (cinco e duzentos reais)

ÓRGÃO 07 Secretaria de Obras
UNIDADE 07.01 Departamento de Obras Civis
FUNÇÃO 26 Transporte
PROGRAMA 04 Aprendendo e Crescendo
SUBFUNÇÃO 782 Transporte Rodoviário
RECURSO 0.1.0000 Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE 2.017 Manutenção da Secretaria de Obras
ELEMENTO 3.1.90.00 Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO 91

Valor: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 25 de Outubro de 2013.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Outubro de 2013.

Decreto Nº 180/2013

DECRETO N.º 180, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), para suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO 15 Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE 15.01 Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO 10 Saúde
PROGRAMA 10 Saúde para Todos
SUBFUNÇÃO 301 Atenção Básica
RECURSO 0.1.0105 Recursos do Fundo Nacional de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE 2.050 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO 4.4.90.00 Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO 18

Valor: R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados, referente ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), totalizando o valor de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), conforme preceitua o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 25 de Outubro de 2013.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Outubro de 2013.

Decreto Nº 182/2013

DECRETO N.º 182, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 637,19 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, PREFEITO MUNICIPAL de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.021/2012 e Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 637,19 (seiscentos e trinta e sete reais e dezenove centavos) para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

15- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
(24) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.059-0105 - Aplicações Diretas - R\$ 637,19
Total Suplementação: R\$ 637,19.

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
(26) 4.4.90.00.00.00.00.00.059-0105 - Aplicações Diretas - R\$ 448,95
(25) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.059-0105 - Aplicações Diretas - R\$ 188,24
Total Suplementação: R\$ 637,19

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 31 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de Setembro de 2013.

Decreto Nº 183/2013

DECRETO N.º 183, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO 15	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE 15.02	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO 10	Saúde
PROGRAMA 10	Saúde para Todos
SUBFUNÇÃO 301	Atenção Básica
RECURSO 0.1.0105	Recursos do Fundo Nacional de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE 2.059	Manutenção do Programa Saúde Bucal
ELEMENTO 3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO 24	

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

ÓRGÃO 15	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE 15.06	Centro de Atendimento Pisco Social - CAPS
FUNÇÃO 10	Saúde
PROGRAMA 10	Saúde para Todos
SUBFUNÇÃO 301	Atenção Básica
RECURSO 0.1.0105	Recursos do Fundo Nacional de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE 2.058	Manutenção do Centro de Atendimento Pisco Social
ELEMENTO 3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO 46	

Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados, referente Bloco de Atenção Básica no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e recursos vinculados do CAPS no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), totalizando o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), conforme preceitua o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 31 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de Outubro de 2013.

Decreto Nº 184/2013

DECRETO N.º 184, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 600,00 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, PREFEITO MUNICIPAL de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.021/2012 e Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

15- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.06 - CENTRO DE ATENDIMENTO PSISOCIAL - CAPS

(46) 3.1.90.00.00.00.00.2.058-0105 - Aplicações Diretas -

R\$ 600,00

Total Suplementação: R\$ 600,00.

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(50) 4.4.90.00.00.00.00.2.058-0105 - Aplicações Diretas -

R\$ 600,00

Total Suplementação: R\$ 600,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 31 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de Outubro de 2013.

Decreto Nº 185/2013

DECRETO N.º 185, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.013 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei

Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2021, de 6 de dezembro de 2012 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei nº 2.082/2013 e, CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo; CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO 05	Secretaria de Educação
UNIDADE 05.01	Departamento de Esportes
FUNÇÃO 27	Desporto e Lazer
PROGRAMA 04	Aprendendo e Crescendo
SUBFUNÇÃO 812	Desporto Comunitário
RECURSO 0.1.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE 2.015	Manutenção do Departamento de Esportes
ELEMENTO 3.1.50.00	Transferências a Instituições Privadas
CÓDIGO REDUZIDO 64	

Valor: R\$ 60.00,00 (sessenta mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO 04	Secretaria de Finanças
UNIDADE 04.01	Secretaria de Finanças
FUNÇÃO 04	Administração
PROGRAMA 03	Administração Geral e Financeira
SUBFUNÇÃO 123	Administração Financeira
RECURSO 0.1.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE 2.006	Manutenção da Secretaria de Finanças
ELEMENTO 3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO 14	

Valor: R\$ 60.00,00 (sessenta mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.827/2009 de 02 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 2015, de 23 de Outubro de 2012 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei nº. 2021, de 06 de Dezembro de 2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 01 de Novembro de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito do Município de Siderópolis

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 01 de Novembro de 2013.

Portaria 389/2013

PORTARIA Nº 389, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

ALTERA A CARGA HORARIA DA FUNCIONÁRIA LÍVIA CAROLINE FELTRIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do

Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da funcionária LÍVIA CAROLINE FELTRIN, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 059.669.709-04- , para mais 20 horas semanais, na Secretaria de Saúde, a contar de 07/10/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 21 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Outubro de 2013.

Portaria N º 391/2013

PORTARIA Nº 391, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA AGENTE PÚBLICA - CONSELHEIRA TUTELAR SIRLEIDE TEREZINHA FERREIRA

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município; CONSIDERANDO solicitação, por escrito, da Conselheira Tutelar.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato de SIRLEIDE TEREZINHA FERREIRA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 613.186.209-53, Conselheira Tutelar - Agente Público, a partir de 22/10/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 21 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 390/2013

PORTARIA Nº 390, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

CONTRATA MÁRCIO DE OLIVEIRA EMENEGILDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.784/2008;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MÁRCIO DE OLIVEIRA EMENEGILDO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 046.310.429-31, para ocupar a função de Motorista, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 01/10/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 21 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 392/2013

PORTARIA Nº 392, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO FUNCIONÁRIO LEOMAR DALCIN PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao funcionário LEOMAR DALCIN, CPF Nº 966.117.900-04, do Quadro Permanente do Município, a contar de 20/10/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIND

Em, 21 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 393/2013

PORTARIA Nº 393, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº119/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VIII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria nº119/2013, considerando que o servidor ROBSON BENTO MARTINS, brasileiro, CPF nº 592.067.729-53, Almoxarife, não terá mais a responsabilidade designada, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 21 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 394/2013

PORTARIA Nº 394, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013

CONCEDE FG AO SERVIDOR CÉLIO DA SILVA

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor CÉLIO DA SILVA, CPF/MF nº 533.127.599-00, Motorista, do Quadro Permanente do Município, FG 05, Valor R\$150,00, Responsabilidade do controle da frota de caminhão caçamba na Secretaria Municipal de Obras a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 21 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 395/2013

PORTARIA Nº 295, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

ALTERA O ART.1º DA PORTARIA Nº277/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - O Art.1º da Portaria nº277/2013, passa a vigorar com seguinte redação, a contar desta data

"

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor ROGERIO SCUSSEL, CPF/MF sob nº 973.279.309-06, Operador de Draga, do Quadro Permanente do Município, FG 02, Valor R\$ 500,00, Responsabilidade pela coordenação e execução dos serviços de horas máquinas.

"

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 396/2013

PORTARIA Nº 396, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

ALTERA O ART.1º DA PORTARIA Nº122/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do

Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - O Art.1º da Portaria nº122/2013, passa a vigorar com seguinte redação, a contar desta data

“Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor VANDERLEI MARCOS MACHRY, CPF/MF sob nº 548.957.829-72, Mecânico, do Quadro Permanente do Município, FG 02, Valor R\$ 500,00, Responsabilidade pela organização do setor mecânico de toda a frota municipal.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 397/2013

PORTARIA Nº 397, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

ALTERA O ART.1º DA PORTARIA Nº118/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - O Art.1º da Portaria nº118/2013, passa a vigorar com seguinte redação, a contar desta data

“Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor PEDRO ANTONIO DE SOUZA, CPF/MF sob nº 579.828.569-34, Operário de Retroescavadeira, do Quadro Permanente do Município, FG 02, Valor R\$ 500,00, Responsabilidade pelo plantão dos serviços de urgência na Secretaria de Agricultura, nos feriados e finais de semana.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 398/2013

PORTARIA Nº 398, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

CONTRATA SÉRGIO BETTIOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.784/2008;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente SÉRGIO BETTIOL, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 415.484.349-49, para ocupar a função de Motorista, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de

01/10/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 399/2013

PORTARIA Nº 399, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 174/2007

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº174/2013, considerando o retorno ao trabalho da servidora NAIR POSSATO ALBÔNICO, CPF/MF nº 868.421.459-53, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, a contar de 08/10/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 24 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 400/2013

PORTARIA Nº 400, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 380/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº380/2013, considerando o retorno ao trabalho da funcionária ROZA MARIA BONASSA, CPF/MF 937.282.949-49, Auxiliar de Serviços Gerais, que se encontrava em auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, a contar de 25/10/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 29 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 29 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 401/2013

PORTARIA Nº 401, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO A SERVIDORA MARIA TEREZA BERNARDINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação a servidora MARIA TEREZA BERNARDINI, CPF nº.753.503.949-91, PROFESSOR MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A1 para A4, a partir de 01/11/2013.

Art.2º - Esta portaria entra em vig- or na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 30 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 402/2013

PORTARIA Nº 402, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO A SERVIDORA ÂNGELA LARROYD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação a servidora ÂNGELA LARROYD, CPF nº.014.465.599-39, PROFESSOR MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A1 para A4, a partir de 01/11/2013.

Art.2º - Esta portaria entra em vig- or na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 30 de Outubro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Outubro de 2013.

Portaria Nº 403/2013

PORTARIA Nº 403, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013
CONTRATA KARLA SERAFIM DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente KARLA SERAFIM DE SOUZA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 051.035.719-94, para ocupar a função de Professora de Português/ Inglês - 30h, na Escola de Educação Basica Municipal Miguel Lazzarim, em vaga vinculada da servidora Eliane Frassetto, que encontra-se em licença para tratamento de saúde, a contar de 01/11/2013 até o retorno da titular do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 01 de Novembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 1º de Novembro de 2013.

Portaria Nº 404/2013

PORTARIA Nº 404, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº295/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº295/2013, considerando o retorno ao trabalho da servidora LOURDES MARA KESTERING, CPF/MF nº 620.561.589-49, Escriturária, do Quadro Permanente do Município, a contar 31/10/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 01de Novembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Novembro de 2013.

Portaria Nº 405/2013

PORTARIA Nº 405, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

CONTRATA DAIANE CARDOSO PAES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente DAIANE CARDOSO PAES, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 090.661.069-99, para ocupar a função de Professora de Artes - 10h, na EEBM Jorge Biff, em vaga vinculada da servidora Rosimere Corrêa, que encontra-se readaptada, a contar de 01/11/2013 até o retorno da titular do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 01 de Novembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 1º de Novembro de 2013.

Portaria Nº 406/2013

PORTARIA Nº 406, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013
CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA EDILENE RAQUEL RIZZATI ALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art. 51 da Lei Orgânica do Município e art.24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento, por motivos particulares, à servidora EDILENE RAQUEL RIZZATI ALVES, CPF/MF nº 906.905.169-91, Professora, do Quadro Permanente do Município, a contar de 01/11/2013 com retorno no início do ano letivo de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 01 de Novembro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Novembro de 2013.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 1.698/2013

LEI Nº 1.698 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comsea, com caráter consultivo, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar a Prefeitura do Município de Timbé do Sul na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comsea do Município de Timbé do Sul propor e pronunciar-se sobre:

- I. As diretrizes da política e do plano municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo Governo;
- II. Os projetos e ações prioritárias da política municipal de

segurança ali-mentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do Município de Timbé do Sul;

III. As formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades;

IV. A realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;

V. A organização e implementação das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. Compete também ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) do Município de Timbé do Sul, estabelecer relações de cooperação com conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional de Municípios da região, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Santa Catarina e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea).

Art. 4º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) do Município de Timbé do Sul será composto por no mínimo 12 conselheiros(as), sendo 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 de representantes do Governo Municipal, preferencialmente, ou por no mínimo maioria de representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º - Caberá ao Governo Municipal definir seus representantes incluindo as Secretarias afins ao tema da Segurança Alimentar.

§ 2º - A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou por meio de consulta pública, entre outros, aos seguintes setores:

I. Movimento Sindical, de empregados e patronal, urbano e rural;

II. Associação de classes profissionais e empresariais;

III. Instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município;

IV. Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais.

§ 3º - As instituições representadas no COMSEA devem ter efetiva atuação no município, especialmente, as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

§ 4º - O COMSEA será instituído através de portaria municipal contendo a indicação dos conselheiros governamentais e não governamental com seus respectivos suplentes.

§ 5º - Os(as) Conselheiros(as) suplentes substituirão os(as) titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEA e de suas Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto.

§ 6º - O mandato dos membros representantes da sociedade civil no COMSEA, será de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

§ 7º - A ausência às reuniões plenárias devem ser justificadas em comunicação por escrito à presidência com antecedência de no mínimo três dias, ou três dias posteriores à cessão, se imprevisível a falta.

§ 8º - O COMSEA será presidido por um(a) conselheiro (a) representante da sociedade civil, escolhido por seus pares, na reunião de instalação do Conselho.

§ 9º - Na ausência do Presidente será escolhido pelo plenário presente, um representante da sociedade civil para presidir a reunião.

§ 10º - Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMSEA, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.

§ 11º - O COMSEA terá como convidados permanentes, na condição de observadores, um representante de cada um dos Conselhos Municipais existentes.

§ 12º - A participação dos Conselheiros no COMSEA, não será remunerada.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Timbé do Sul contará com câmaras

temáticas permanentes, que prepararão as propostas a serem por ele apreendidas.

§ 1º - As câmaras temáticas serão compostas por conselheiros(as) designados(as) pelo plenário do COMSEA, observadas as condições estabelecidas no seu regimento interno.

§ 2º - Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas ao plenário do COMSEA, as câmaras temáticas poderão convidar representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas e técnicos afeitos aos temas nelas em estudo.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) do Município de Timbé do Sul poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

Art. 7º - Cabe ao Governo Municipal assegurar ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Timbé do Sul, assim como a suas câmaras temáticas e grupos de trabalho, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo orçamento municipal.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Timbé do Sul, reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou, pelo menos, pela metade de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Timbé do Sul elaborará o seu regimento interno em até sessenta dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 12 de novembro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 175/2013

DECRETO Nº. 175, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitido Andreo Neto Pizzolo, CPF Nº 987.641.019-91 e RG nº 3485152-6, para ocupar o Cargo de Vigilante Ambiental / 40hs, Nível 934, Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 176/2013

DECRETO Nº 176, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o Servidor Donald Bordignon, Matrícula nº 622, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos I, Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 12 de novembro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 177/2013

DECRETO Nº 177, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe Sobre a Nomeação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.441, de 11/12/2007 e considerando o que determina a Lei Federal nº 11.124, de 16/06/2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.796 de 06/06/2006;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo para integrarem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS do município de Timbé do Sul.

I- Secretária de Assistência Social e Habitação: Vilma Pelizzari Ghellere

II- Representante da Secretaria de Administração e Finanças: Helder Pessetti

III- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Antonio Netto Rovaris

IV- Representante do Sindicato dos Produtores Rurais: Alceu Stecanella

V- Representante da Associação Feminina de Assistência Social: Arlete da Rocha

Art. 2º - A Presidência do Conselho Gestor do FHIS será exercida pela Secretária Assistência Social e Habitação, Senhora Vilma Pelizzari Ghellere.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº 169/2013 de 31 de outubro de 2013.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 12 de novembro de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 439, de 14 de Novembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 439, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

Altera a Lei Complementar nº 125, de 22 de Dezembro de 1997 e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 125, de 22 de Dezembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM, sediado neste Município, com a finalidade de gerir os recursos provenientes do Convênio com o Estado de Santa Catarina através da Polícia Militar, em consonância com o Art. 7º caput da Lei Federal nº 5.172/1966, inciso IX, Art. 8º da C.E. 1989 e § 4º, Art. 3º, da Lei Estadual nº 7.541/1988, destinando-os ao reequipamento, aquisição de material permanente, serviços específicos e de ordem geral, de consumo e demais despesas correntes e de capital, construção e conservação de instalações da Polícia Militar (OPM), com sede em Timbó

Parágrafo Único O Fundo Municipal de Reequipamento e de Melhoria da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina de que trata este artigo será identificado pela sigla FUNREPOM.

Art. 2º Os recursos financeiros do FUNREPOM, serão constituídos de:

I - receitas provenientes das seguintes taxas estabelecidas pela Lei Estadual nº 7.541 de 30 de dezembro de 1988:

- a) Revogado;
- b) Revogado;
- c) Revogado;
- d) Revogado;
- e) Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos (TSO) ;
- f) Taxa de Segurança Preventiva (TSP);
- g) Revogado.

II - auxílios, subvenções, doações de entidades públicas ou privadas, dotações orçamentárias e créditos adicionais que venham a ser destinados a Polícia Militar com sede em Timbó;

III - recursos decorrentes de alienação de material e/ou bens e equipamentos considerados inservíveis, adquiridos pelo próprio Fundo;

IV - recursos oriundos da coparticipação de municípios limítrofes ou não de Timbó, ajustados em convênios que regulem a instalação, ampliação e prestação de serviços da OPM sediadas neste Município;

V - juros bancários e rendas de capital provenientes de imobilização ou aplicações do FUNREPOM;

VI - recursos oriundos de convênios, ajustes, acordos e instrumentos congêneres de qualquer natureza destinados ao FUNREPOM;

VII - ressarcimento por danos ou extravio de materiais ou equipamentos pertencentes ao patrimônio da Polícia Militar;

VIII - indenização por uso de imóveis da Polícia Militar;

IX - indenização por cessão de uso de próprios da Polícia Militar.

Art. 3º Os recursos financeiros de que trata o artigo anterior serão arrecadados e movimentados exclusivamente na rede bancária, através de conta corrente específica em nome do FUNREPOM - Fundo Municipal de reequipamento e Melhoria da Polícia Militar, para manutenção e investimento das Corporações sediadas neste Município, conforme plano de aplicação aprovado pelo Conselho Diretor do Fundo.

§ 1º Os empenhos, ordens de pagamento e demais documentos contábeis serão assinados pelo Secretário Municipal da Fazenda e Administração.

§ 2º Competirá aos oficiais ou praças comandantes da OPM, de acordo com suas respectivas fontes de recursos e contas vinculadas, a execução dos planos de aplicação do FUNREPOM, mediante diretrizes do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e aprovação do Conselho Diretor.

Art. 4º O Conselho Diretor do FUNREPOM será constituído por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos ou entidades:

- I - Secretaria de Articulação Política e Institucional;
- II - Secretaria da Fazenda e Administração;
- III - Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente;
- IV - Polícia Militar - Companhia de Timbó;
- V - Associação Comercial e Industrial do Médio Vale do Itajaí - ACIMVI; e
- VI - Câmara de Dirigentes Lojistas de Timbó - CDL.

§ 1º Os Municípios que se vincularem ao FUNREPOM através de convênio, deverão indicar representante, titular e suplente, para integrarem o Conselho Diretor.

§ 2º As entidades apresentarão lista dupla ao Prefeito Municipal, que nomeará um (1) membro para integrar o Conselho Diretor, permanecendo o outro na condição de suplente.

§ 3º O Conselho Diretor terá mandato de dois anos, permitida a recondução, e elegerá, dentre seus pares, o Presidente e Vice-Presidente.

§ 4º Os membros do Conselho Diretor não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo entretanto o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

Art. 5º (REVOGADO pela LC nº 306, de 08/05/2006)

Parágrafo único (REVOGADO pela LC nº 237, de 23/12/02)

Art. 6º O Poder Executivo fixará, em Decreto, a competência e as atribuições dos membros do Conselho Diretor e do quadro administrativo do FUNREPOM, bem como regulamentará a presente lei.

Parágrafo Único Competirá ao Conselho Diretor deliberar sobre eventuais requerimentos, recursos administrativos ou pedidos de reequacionamento de atividades, apresentados por contribuintes submetidos à aplicação desta LEI.

Art. 7º (REVOGADO pela LC nº 237, de 23/12/02)

Art. 8º A autorização para aplicação dos recursos do FUNREPOM, dependerá sempre da aprovação do Conselho Diretor em consonância com as diretrizes fixadas pelo oficial responsável pelo órgão da Polícia Militar sediada no Município de Timbó.

Art. 9º Mensalmente serão prestadas contas da movimentação

financeira do FUNREPOM.

Art. 10. Os bens adquiridos pelo FUNREPOM - Fundo Municipal de reequipamento e Melhoria da Polícia Militar, serão destinados ao uso da OPM - Organização da Polícia Militar, sediadas em Timbó, podendo ser cedidos para OPM - Organização da Polícia Militar, mediante cessão de uso, específico para cada bem ou grupo de bens, sendo que no caso de automóveis, sua utilização pela OPM - Organização da Polícia Militar, fica vinculada ao Município de Timbó.

§ 1º Os referidos bens retornarão ao Patrimônio Público Municipal após 10 anos de uso, ou quando considerados inservíveis pelo seu estado, mediante prévia vistoria e termo de verificação efetuada pela Comissão de avaliação de Bens Móveis e Imóveis pertencentes ao Departamento de Patrimônio do Município de Timbó.

§ 2º Os automóveis a que se refere o "caput" deste artigo, após seu retorno ao Patrimônio Público Municipal, deverão ser leiloados e sua renda revertida ao Fundo Municipal - FUNREPOM.

Art. 11. Para a realização das receitas do FUNREPOM, previstas no art. 2º, inciso I desta lei, ficam recepcionadas no Município, nos termos do §4º do art. 3 da Lei Estadual nº 7.541 de 30 de dezembro de 1988, as seguintes taxas:

- a) Revogado;
- b) Revogado;
- c) Revogado;
- d) Revogado;
- e) Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos (TSO);
- f) Taxa de Segurança Preventiva (TSP);
- g) Revogado;

§ 1º Revogado;

§ 2º Revogado;

I - Revogado;

II - Revogado;

§ 3º Revogado;

§ 4º Revogado;

§ 5º A Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos - TSOD, tem como fato gerador a prestação de segurança ostensiva, pela OPM, sediada no Município de Timbó, tendo como contribuinte os estabelecimentos bancários, joalherias, industriais, comerciais, prestadores de serviço, e guarda de valores e casa de crédito, sendo devida anualmente, em função do risco a que estão sujeitos estes estabelecimentos, de conformidade com a tabela VIII do anexo da Lei Estadual nº 7.541 de 30 de dezembro de 1988, devendo ser paga juntamente com a Taxa de Licença para Localização e Funcionamento (TLLF) e recolhida na conta específica do FUNREPOM.

§ 6º A Taxa de Segurança Preventiva - TSP, tem como fato gerador a utilização, pelo contribuinte, de serviço específico e divisível, prestado de forma efetiva pela OPM sediada no Município de Timbó, tendo como contribuinte toda pessoa física ou jurídica que solicitar a prestação do serviço público de ato decorrente da atividade do poder de Polícia de acordo com a natureza do ato, serviço ou evento a ser atendido, de conformidade com a tabela IX do anexo da Lei Estadual nº. 7.541 de 30 de dezembro de 1988, devendo ser paga antes da prestação do serviço ou prática do ato e recolhida na conta específica do FUNREPOM, sob exclusiva responsabilidade do contribuinte.

§ 7º Revogado.

Art. 12. Aplicam-se às taxas referendadas nesta lei, as mesmas regras de isenção estabelecidas na Lei Estadual nº 7.541 de 30 de dezembro de 1988 que lhes dá origem, em especial as seguintes:

- I - as armas de coleção e desporto;
- II - os estantes de tiro ao alvo, mantidos por sociedades de caráter recreativo e sem fins lucrativos;
- III - a guarda, transporte, registro, transferência ou doação de armas de coleção e de desporto;
- IV - a aquisição de munição, nacional ou estrangeira, para armas de desporto e de coleção;

os bailes e reuniões dançantes das sociedades de Tiro e Caça e outras sociedades, quando promovidos sem venda de ingresso;

- V - a exposição ou amostra de munições e armas de desporto e de coleção;
- VI - as sociedades esportivas, culturais, musicais, literárias e congêneres, sem fins lucrativos.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênios para regular as atividades constitucionais previstas no Art. 107 da Constituição Estadual inerentes à Polícia Militar.

Art. 3º Os bens adquiridos, o orçamento e os recursos financeiros adquiridos, disponíveis e aprovados até a presente data, por intermédio do FUNREBOMPOM - Polícia Militar, definido na Lei nº 125, de 22 de dezembro de 1998, serão incorporados ao FUNREPOM.

Parágrafo Único. A conta bancária utilizada pelo FUNREBOMPOM - Polícia Militar será incorporada e utilizada para fins de movimentação, arrecadação e pagamentos provenientes do FUNREPOM.

Art. 4º Ficam revogados os Anexos I, II e III da LC n.º 125/97.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor em 01 de janeiro de 2014.

Município de Timbó, em 14 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC.

Lei Complementar Nº 438, de 14 de Novembro de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 438, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013
Altera a Lei Complementar nº 137, de 02 de julho de 1998 e a Lei Complementar nº 196, de 29 de dezembro de 2000.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado no quadro geral de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, estatuído pela Lei Complementar nº 137 de 02 de julho de 1998, o cargo público de "Técnico em Informática", integrando o Grupo Ocupacional Administrativo, com jornada de trabalho de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, 175(cento e setenta e cinco) horas/mês, Referência Salarial inicial nº 41, no total de 01 vaga.

§1º Os requisitos para acesso ao cargo criado por esta Lei Complementar, bem como o descrevo detalhado de suas atribuições/funções, será objeto de regulamentação do poder executivo nos termos do que estabelece o artigo 29 da Lei Complementar nº 137 de 02 de julho de 1998.

§2º O anexo I da Lei Complementar nº 137, de 02/07/1998, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"...

QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER EXECUTIVO

DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA INICIAL	QUANT. DE CARGOS	GRUPO OCUPACIONAL	JORNADA SEMANAL
...
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	41	01	GA	35
...				

TOTAL DE CARGOS DO QUADRO GERAL – 839 (oitocentos e trinta e nove)
 ..."

Art. 2º Fica extinto um cargo de "Assessor de Serviços - Nível I" do quadro de cargos de provimento em comissão constante do Anexo XII da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000, passando o total de 16 (dezesseis) para 15 (quinze) cargos.

Parágrafo Único. O anexo XII da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XII

Nº DE CARGOS	SÍMBOLO CC-5	REF. SALARIAL 41
15	ASSESSOR DE SERVIÇOS - NÍVEL I	
Total		
15		

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC.

Aviso Pregão Presencial N.º 45 2013 SAMAE - Aquisição de Paineleletrônico

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
 AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2013 - SAMAE

OBJETO: aquisição de painel eletrônico e fornecimento de peças para sua instalação com a finalidade de controlar o gerador de energia na captação de água bruta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 11h00min do dia 28 de novembro de 2013. ABERTURA: dia 28 de novembro de 2013 as 11h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbo (SC), 13/11/2013.
 WALDIR GIRARDI
 Diretor Presidente

Extrato Quinto Termo Aditivo Contrato 2010/198

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
 SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
 EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRAZO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/198
 CONTRATANTE: Município de Timbó, Fundação Cultural de Timbó e Fundação Municipal de Esportes.
 CONTRATADO: Brasil Telecom S/A.

OBJETO: Contratação de serviços de telefonia celular para as unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Timbó.
 PRAZO DE EXECUÇÃO: prorrogado até 30/06/2014.

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2013.
 MARIA ANGÉLICA FAGGIANO
 Secretária de Fazenda e Administração

Extrato Sexto Termo Aditivo Contrato 2010/197

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
 SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
 EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRAZO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/197
 CONTRATANTE: Município de Timbó, Fundação Cultural de Timbó e Fundação Municipal de Esportes.
 CONTRATADO: 14 Brasil Telecom Celular S/A.

OBJETO: Contratação de serviços de telefonia celular para as unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Timbó.
 PRAZO DE EXECUÇÃO: prorrogado até 30/06/2014.

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2013.
 MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
 Secretária de Fazenda e Administração

Extrato Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2011/199

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
 SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL
 EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/199
 CONTRATANTE: Município de Timbó e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.
 CONTRATADO: Logos Assessoria e Projetos LTDA EPP.

OBJETO: Prorrogação do prazo da execução de serviços de assessoria técnica/administrativa.
 PRAZO: prorrogado até 04/05/2014.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2013.
 MARIA RAMOS GONZAGA PELLIN
 Secretária da Articulação Política

Primeiro Termo de Apostilamento Ata de Registro N.º 138/2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
 EXTRATO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 138/2012
 CONTRATANTE: Município de Timbó.
 CONTRATADOS: M. Mobile Eireli; Blunac Distribuidora Eireli - ME/ Dialsupri Distribuidora LTDA; Infotriz Comercial LTDA; e Lanci Papelaria e Informática LTDA.

OBJETO: Aquisição de material de expediente destinado aos diversos setores da administração.
 ACRÉSCIMO: 05 (cinco) caixas ao item 08 - clips nº. 6/0; 05 (cinco) caixas ao item 09 - clips nº. 8/0; 10 (dez) caixas ao item 10 - clips nº. 0; 10 (dez) caixas ao item 11 - clips nº. 2/0; 01 (uma) caixa ao

item 01 - borracha plástica branca com protetor; 07 (sete) caixas ao item 05 - caneta esferográfica; 100 (cem) unidades ao item 06 - capa para encadernação transparente; 125 (cento e vinte e cinco) unidades ao item 07 - capa para encadernação preta; 10 (dez) unidades ao item 16 - fita crepe marrom; 50 (cinquenta) unidades ao item 20 - lápis preto nº. 2; 07 (sete) unidades ao item 22 - livro protocolo de correspondência; 75 (setenta e cinco) unidades ao item 30 - pasta marmorizada; 15 (quinze) unidades ao item 31 - régua 30cm; 02 (duas) caixas ao item 04 - canetas esferográficas.

DATA DA ASSINATURA: 04/11/2013.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Audiência Pública - Lei Orçamentária Anual

A Câmara Municipal de Timbó convida a sociedade civil organizada, com atuação e sede no Município, bem como os demais munícipes a participarem de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, que se realizará no dia 18 de novembro de 2013, com início às 19:30h, no Plenário do Legislativo, à rua Germano Brandes Sênior nº 711 - Sala 11, neste Município.

A audiência, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000) tem por objetivo discutir o Projeto de Lei nº 69/2013, do Poder Executivo, que "Estima a Receita e fixa a Despesa do município de Timbó, para o exercício de 2014".

SAMAE

Portaria N. SAMAE- 116, de 07 de Novembro de 2013

PORTARIA N. SAMAE- 116, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3083, de 15/03/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
JEFERSON LEANDRO STEFFEN (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	preencher	105.760.319-40	44 horas	08/11/2013 a 31/12/2013

JANETE APARECIDA COLARITES (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	Preencher	042.557.449-04	44 horas	11/11/2013 a 31/12/2013
ADRIANO OLIVEIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	Preencher	062.415.999-99	44 horas	07/11/2013 a 31/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-115 de 07 de Novembro de 2013

PORTARIA No SAMAE-115 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013

Concede Exoneração ao Servidor Público Municipal Vanderlei Gessner, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo a contar de 07 de novembro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal VANDERLEI GESSNER, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal, pela Portaria nº SAMAE-468, de 01 de fevereiro de 2012, a contar de 07 de novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de novembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Turvo

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº. 08/13, de 05 de Novembro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº. 08/13, de 05 de novembro de 2013.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR.

A Presidenta em Exercício, da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe

confere a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Conceder ao senhor Vereador EDSON JAIR DAGOSTIN, licença sem vencimentos a partir de 05/11/2013 até 31/12/2013, conforme requerimento nº. 25/13, de 01/11/2013, para tratar assuntos de interesse particular.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, em 05 de novembro de 2013.
Vereadora GIZELI ESTEVAM BAESSO
Presidenta em Exercício da Câmara

Registrada e Publicada a presente Resolução nesta Secretaria na data Supra.

Vereador ALBINO GIUSTI
Primeiro Secretário em Exercício

Vargeão

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 36/2013

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 36/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 28 de novembro de 2013 às 9h30min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição de material para manutenção da educação infantil, Programa de Apoio a Creches - FNDE, conforme as quantidades e especificações constantes do Edital de Pregão Presencial nº 36/2013. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 13 de novembro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extratos de Contratos

EXTRATOS DE CONTRATOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: FERVARGEÃO LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição de materiais para iluminação natalina.
VALOR: R\$ 62.029,00 (sessenta e dois mil e vinte e nove reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 151/2013.

Vargeão, SC, 13 de novembro de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: INOVAR RECURSOS HUMANOS LTDA

OBJETO: Prestação de serviços técnico especializados para organização, elaboração, aplicação e correção das provas, análise de recursos e entrega do resultado, para recrutamento e seleção de pessoal admitido através de concurso público e processo seletivo simplificado.

VALOR: R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 152/2013.

Vargeão, SC, 13 de novembro de 2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Lei Nº 966/2013 de 12 de Novembro de 2013.

LEI Nº 966/2013 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER BEM IMÓVEL POR COMODATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENGHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente lei.

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Vargem Bonita a receber imóvel em comodato, da Empresa Celulose Irani S.A., CNPJ nº 92.791.243/0002-94, conforme especifica termo de contrato em anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º - Fica autorizado o Município através do setor próprio, proceder à inscrição no Patrimônio Municipal, do bem ora recebido e empenhar despesas de manutenção do bem recebido em comodato.

Art. 3º - As despesas para o cumprimento do presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º - O termo de contrato de comodato de imóvel em anexo faz parte integrante da presente lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 12 de novembro de 2013.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 12 de novembro de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº. 967/2013, de 12 de Novembro de 2013.

Lei nº. 967/2013, de 12 de novembro de 2013.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar às seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE 2.010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 45.120,41

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.014 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Modalidade 339000.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.016 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.019 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Modalidade 335000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.022 - MANUTENÇÃO DO DESPORTO COMUNITÁRIO

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

ÓRGÃO 08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

UNIDADE 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
PROJETO/ATIVIDADE 0.001 - PAGAMENTO DA DÍVIDA CONTRATADA

Modalidade 469000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 0.002 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

Modalidade 319000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 0.003 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.037 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Modalidade 319000.00.01.0002.00 - Aplicações Diretas

R\$ 420.000,00

UNIDADE 09.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.031 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA MELHOR IDADE

Modalidade 339000.00.00.0000.00 - Aplicações Diretas
R\$ 7.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta das anulações parciais ou totais de dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

UNIDADE 03.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
PROJETO/ATIVIDADE 1.001 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE BARRACÕES PARA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS

Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.002 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE BARRACÕES PARA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS

Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.003 - MANUTENÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONTROLE INTERNO

Modalidade 319000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.168,42

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.004 - PROMOÇÃO A ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.005 - PROMOÇÃO A ATIVIDADES COMERCIAIS

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.006 - PROMOÇÃO A ATIVIDADES TURÍSTICAS

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 500,00

UNIDADE 03.02 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE 1.004 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANAS

Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.007 - MELHORAMENTO DE UNIDADES HABITACIONAIS RURAIS

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 12.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.009 - MELHORAMENTO DE UNIDADES HABITACIONAIS URBANAS

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 1.005 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E

REFORMA DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS - ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.006 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 21.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.007 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS - EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.009 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS ESPORTIVOS E DE LAZER
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade 319000.00.00.0001.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.015 - APOIO AO ENSINO MÉDIO
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.018 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.021 - FESTIVIDADES MUNICIPAIS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 9.189,39

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 1.012 - CONSTRUÇÃO DE PORTAIS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.014 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS EM REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.015 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS EM REDES DE SANEAMENTO BÁSICO
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.016 - CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.017 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.029 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO

Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 180.000,00

ÓRGÃO 07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
UNIDADE 07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 1.020 - CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIAIS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNIDADE 08.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
PROJETO/ATIVIDADE 0.004 - PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
Modalidade 329000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 1.500,00
Modalidade 469000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 762,60

ÓRGÃO 09 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 1.021 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.022 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESPAÇOS COMUNITÁRIOS
Modalidade 449000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

UNIDADE 09.04 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE 2.035 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Modalidade 339000.00.00.0000.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, em 12 de novembro de 2013.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 12/11/2013

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Locação de Uma Sala Comercial Na Cidade de Vargem Bonita, Para Uso do Fundo Municipal de Saúde
PROCESSO LICITATÓRIO Nº017/2013
Pregão Nº013/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Vargem Bonita, SC, através de sua Gestora Sra. Lenir Radavelli, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, torna público que fará Licitação, na modalidade de Pregão, tendo por OBJETO a LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL NO CENTRO DA CIDADE DE VARGEM BONITA, PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NAS ATIVIDADES DE ACUPUNTURA, YOGA DACE, FISIOTERAPIA, MASOTERAPIA, REUNIÕES DAS EQUIPES DE SAÚDE E OUTRAS ATIVIDADES QUE REQUEIRAM A UTILIZAÇÃO DESTES ESPAÇO FÍSICO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL 017/2013. DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO: 28/11/2013 HORÁRIO: 14h00min - LOCAL: Departamento de

licitação da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC. O Edital na sua íntegra poderá ser retirado na Sede da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, a Rua Coronel Vítório, 966, Centro. Informações poderão ser obtidas pelo Telefone (49) 358-3000 ou através do e-mail: compras@vargembonita.sc.gov.br.

LENIR RADAELLI
Gestora Municipal de Saúde

Contrato Administrativo Nº 122/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2013

OBJETO: Contratação, em caráter emergencial, de prestação de serviços médicos em caráter de urgência, em atendimento de situação que pode vir a ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança do serviço público municipal de saúde bem como, assegurar, na falta de pessoal permanente, a continuidade da prestação dos serviços de atendimento médico até se realize o devido processo de licitação.

CONTRATADO: J. G. MED. CLÍNICA MÉDICA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA. ME.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

DATA DO CONTRATO: 07/10/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 14/10/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 14/11/2013

Videira

PREFEITURA

Portaria Nº 0797/13

PORTARIA nº 0797/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 17341/2013,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 04 de novembro de 2013 até 03 de dezembro de 2013, o gozo de férias da servidora DAGMAR SCHULTZ, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, referente ao período aquisitivo de 02 de dezembro de 2011 até 01 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2013.

Videira, 11 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0798/13

PORTARIA nº 0798/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 17342/2013,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 04 de novembro de 2013 até 03 de dezembro de 2013, o gozo de férias da servidora LUANA BARAÚNA, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2012 até 01 de setembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2013.

Videira, 11 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0799/13

PORTARIA nº 0799/13

Revoga a Portaria nº 0775/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 17.474/13,

RESOLVE

Revogar a Portaria nº 0775/13, que concedeu Licença Prêmio a servidora SÔNIA MARIA PITTOL, Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 09 de dezembro de 2013 até 09 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0800/13

PORTARIA nº 0800/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 17.408/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARIANE PEREIRA DOS SANTOS GENIS, Auxiliar de Serviços Gerais, de 04 de dezembro de 2013 até 04 de março de 2014, referente ao quinquênio de 15 de maio de 2006 até 14 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de dezembro de 2013.

Videira, 11 de novembro de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de novembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Contrato Nº 243/2013

Contrato nº: 243/2013
Data de Assinatura: 06/11/2013
Fornecedor: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA
Valor: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 142/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE ANÉIS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS FILTROS DA FOSSA SÉPTICA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL WILSON PEDRO KLEINUBING.

Extrato do Contrato Nº 239/2013

Contrato nº: 239/2013
Data de Assinatura: 01/11/2013
Fornecedor: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
Valor: R\$ 63.072,00 (sessenta e três mil e setenta e dois reais)
Licitação : Tomada de Preços nº 01/2013-FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE PERTENCENTES AOS GRUPOS A1 e A4 (RESÍDUOS INFECTANTES), GRUPO B (QUÍMICOS) E DO GRUPO E (PERFUCORTANTES), CLASSIFICADOS CONFORME RDC Nº 306/2004 DA ANVISA, GERADOS NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Extrato do Contrato Nº 240/2013

Contrato nº: 240/2013
Data de Assinatura: 01/11/2013
Fornecedor: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
Valor: R\$ 14.080,00 (catorze mil e oitenta reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 140/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE RETIRADA DO TRANSFORMADOR EXISTENTE E FORNECIMENTO DE UM NOVO COM A DEVIDA INSTALAÇÃO PARA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CRIANÇA DO FUTURO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Extrato do Contrato Nº 241/2013

Contrato nº: 241/2013
Data de Assinatura: 04/11/2013
Fornecedor: ELIANE FENILI LINS EPP
Valor: R\$ 12.840,00 (doze mil e oitocentos e quarenta reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 57/2013-FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TOLDO PARA O PERGOLADO EXISTENTE NA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO BAIRRO FARROUPILHA, LOCALIZADO NESTE MUNICÍPIO.

Extrato do Contrato Nº 242/2013

Contrato nº: 242/2013
Data de Assinatura: 05/11/2013
Fornecedor: FUNILARIA ESTRELA BERTOLIN LTDA
Valor: R\$ 1.920,00 (um mil e novecentos e vinte reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 141/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE CALHA EM CHAPA GALVANIZADA PARA SER INSTALADA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL JOAQUIM AMARANTE.

Extrato do Contrato Nº 244/2013

Contrato nº: 244/2013
Data de Assinatura: 06/11/2013
Fornecedor: LUCIANE NEVES FERREIRA MENEZES
Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais)
Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 10/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ESCRITORA PARA REALIZAÇÃO DE UM "ENCONTRO LITERÁRIO" COM AS ESCOLAS, ACADÊMICOS E POPULAÇÃO EM GERAL DENTRO DO PROJETO SEMEANDO LEITORES DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

Extrato do Contrato Nº 245/2013

Contrato nº: 245/2013
Data de Assinatura: 06/11/2013
Fornecedor: HORN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Valor: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)
Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 11/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE GRUPO ARTÍSTICO PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW CÊNICO MUSICAL "AUTO DE NATAL" PARA REALIZAÇÃO DA ABERTURA OFICIAL DA PROGRAMAÇÃO DE NATAL.

Extrato do Contrato Nº 246/2013

Contrato nº: 246/2013
Data de Assinatura: 08/11/2013
Fornecedor: HORN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Valor: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)
Licitação : Inexigibilidade de Licitação nº 11/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE LAVADORA DE ROUPAS FRONTAL, EXTRATORA, 20 KG PARA SER INSTALADA NO PAME 24 HORAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 183/2013

Ata de Registro de Preços nº: 183/2013

Data de Assinatura: 01/11/2013

Fornecedor: MERCADO RZ LTDA

Valor: R\$ 4.244,16 (quatro mil e duzentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 23/2013-FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA A DIETA ESPECÍFICA DAS CRIANÇAS, QUE APRESENTAM QUADRO DE ALERGIA AO GLÚTEN.

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 184/2013

Ata de Registro de Preços nº: 184/2013

Data de Assinatura: 01/11/2013

Fornecedor: MERCADO CENTERBOM LTDA

Valor: R\$ 1.416,48 (um mil e quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 23/2013-FMAS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA A DIETA ESPECÍFICA DAS CRIANÇAS, QUE APRESENTAM QUADRO DE ALERGIA AO GLÚTEN.

Vitor Meireles**PREFEITURA****Decreto N.º 059/2013**

DECRETO Nº 059/2013

PROMOVE A RECOMPOSIÇÃO DAS DOTAÇÕES CUJO EMPENHO FOI LIMITADO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 que estabelece Normas de Finanças Públicas voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal e com base na Lei Municipal nº 0834, de 20/12/2012, que trata das Diretrizes Orçamentárias para 2013. CONSIDERANDO o restabelecimento parcial das receitas previstas até o 5º bimestre nas metas bimestrais de arrecadação definidas para o exercício de 2013, nos termos do art. 13 da LRF; CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, do Decreto n.º 044/2013, de 17 de Setembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica recomposta, nos valores abaixo especificados, a seguinte dotação orçamentária:

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

267820014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 64.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), em 13 de Novembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Edital Dívida Tributária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA

Com amparo no artigo 174, inciso II combinado com seu parágrafo único da Lei nº 5.172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional), notificamos V.S.^a (as) da constituição definitiva da dívida ativa.

Nº Notificação	Nome/Razão
01/2013	ACM CONFECÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
03/2013	COMÉRCIO DE MADEIRAS VITOR MEIRELES
04/2013	ELIADA INDÚSTRIA E COM DE CONFECÇÕES
05/2013	ELISEU JOSUE SEVERINO
06/2013	EMILIO NORBERTO DE AMORIN
07/2013	EMPREITEIRA BRASIL FLORESTAL LTDA
08/2013	ERNESTO KLABUNDE
09/2013	FREDI LUTKE
10/2013	GERMANO EICHENBERG
11/2013	JOSÉ MEDEIROS ME
13/2013	MADALENA MARTINS
14/2013	MARGARIDA BARBOSA
15/2013	MARIO GRAUPER
17/2013	OLIMPIO MANARIN
19/2013	SERRARIA E REFLORESTAMENTO RODRIGUES LTDA
20/2013	STEVIO JUNIOR KOSSMANN
22/2013	TEREZINHA ALIONSO
23/2013	VALCIR GONÇALVES
24/2013	VALDONIR MOREIRA

A correção monetária, a multa e os juros foram calculados a partir da data de vencimento original do débito, de acordo com o que estipulam a Lei Municipal Nº. 135/1991 e as Complementares nº 32/2007 e 51/2009.

Prazo para pagamento: 30 (trinta) dias.

Formas de Pagamento: À Vista ou Parcelado em até 24 (vinte e quatro) e a primeira parcela vencerá no ato da concessão e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, vencendo juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, com prestação mínima de 35 (trinta e cinco) UFM, em se tratando de contribuinte pessoa física ou 50 (cinquenta) UFM, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

Transcorrido o prazo supra, sem interposição de defesa ou pagamento, será dado seguimento aos procedimentos de cobrança judicial dos débitos.

Dúvidas, retirada de guias para pagamento e protocolo para interposição de recursos, deverão ser realizados na Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, Setor Tributário, situada na Rua Santa Catarina, 2266, centro, nesta cidade.

Transcorrido o prazo supra, sem interposição de defesa ou pagamento, será dado seguimento aos procedimentos de cobrança judicial dos débitos.

Vitor Meireles, 12 de novembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

RREO 5º Bimestre
Anexos 1.2.8.12

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.562.500,00	14.562.500,00	2.728.332,34	18,74	12.376.153,50	84,99	2.186.346,50
RECEITAS CORRENTES	14.215.000,00	14.215.000,00	2.503.621,05	17,61	11.874.753,21	83,54	2.340.246,79
RECEITA TRIBUTARIA	631.000,00	631.000,00	102.022,56	16,17	588.579,80	93,28	42.420,20
IMPOSTOS	567.000,00	567.000,00	100.456,65	17,72	496.248,13	87,52	70.751,87
TAXAS	64.000,00	64.000,00	1.565,91	2,45	92.331,67	144,27	-28.331,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	59.000,00	59.000,00	8.152,50	13,82	42.946,89	72,79	16.053,11
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	59.000,00	59.000,00	8.152,50	13,82	42.946,89	72,79	16.053,11
RECEITA PATRIMONIAL	66.000,00	66.000,00	16.524,76	25,04	95.419,30	144,57	-29.419,30
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	56.000,00	56.000,00	15.096,76	26,96	87.767,30	156,73	-31.767,30
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	10.000,00	10.000,00	1.428,00	14,28	7.652,00	76,52	2.348,00
RECEITA DE SERVIÇOS	68.000,00	68.000,00	10.842,76	15,95	40.941,58	60,21	27.058,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.332.000,00	13.332.000,00	2.284.281,49	17,13	10.968.194,01	82,27	2.363.805,99
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.153.000,00	13.153.000,00	2.248.623,97	17,10	10.819.948,16	82,26	2.333.051,84
Transf. de Conv.	179.000,00	179.000,00	35.657,52	19,92	148.245,85	82,82	30.754,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.000,00	59.000,00	81.796,98	138,64	138.671,63	235,04	-79.671,63
Multas e Juros de Mora	4.000,00	4.000,00	244,90	6,12	1.939,46	48,49	2.060,54
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	78.433,05	0,00	106.202,61	0,00	-106.202,61
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	17.000,00	17.000,00	2.887,13	16,98	21.603,53	127,08	-4.603,53
RECEITAS DIVERSAS	38.000,00	38.000,00	231,90	0,61	8.926,03	23,49	29.073,97
RECEITAS DE CAPITAL	347.500,00	347.500,00	224.711,29	64,67	501.400,29	144,29	-153.900,29
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	26.695,00	26,70	73.305,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	26.695,00	26,70	73.305,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	247.500,00	247.500,00	224.711,29	90,79	474.705,29	191,80	-227.205,29
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	102.400,00	0,00	107.944,00	0,00	-107.944,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	247.500,00	247.500,00	122.311,29	49,42	366.761,29	148,19	-119.261,29
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.562.500,00	14.562.500,00	2.728.332,34	18,74	12.376.153,50	84,99	2.186.346,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.562.500,00	14.562.500,00	2.728.332,34	18,74	12.376.153,50	84,99	2.186.346,50
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.562.500,00	14.562.500,00	2.728.332,34	18,74	12.376.153,50	84,99	2.186.346,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.116.662,51	—	—	1.116.662,51	—	—
Superávit Financeiro	—	1.116.662,51	—	—	1.116.662,51	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.562.500,00	2.317.881,11	16.880.381,11	2.425.751,42	14.011.293,13	2.709.837,91	11.707.387,12	69,35	5.172.993,99
DESPESAS CORRENTES	12.599.200,00	1.806.011,64	14.405.211,64	1.531.993,62	12.266.443,10	2.396.439,98	11.009.080,41	76,42	3.396.131,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.298.820,00	853.968,90	6.152.788,90	976.161,26	4.607.467,62	990.351,81	4.522.557,88	73,50	1.630.231,02
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	24.000,00	-4.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00	1.321,44	8.480,21	42,40	11.519,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.276.380,00	956.042,74	8.232.422,74	555.832,36	7.638.975,48	1.404.766,73	6.478.042,32	78,69	1.754.380,42
DESPESAS DE CAPITAL	1.948.300,00	521.869,47	2.470.169,47	893.757,80	1.744.850,03	313.397,93	698.306,71	28,27	1.771.862,76
INVESTIMENTOS	1.868.300,00	521.869,47	2.390.169,47	893.757,80	1.671.516,77	300.064,61	631.640,11	26,43	1.758.529,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	73.333,26	13.333,32	66.666,60	83,33	13.333,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	-10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.562.500,00	2.317.881,11	16.880.381,11	2.425.751,42	14.011.293,13	2.709.837,91	11.707.387,12	69,35	5.172.993,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.562.500,00	2.317.881,11	16.880.381,11	2.425.751,42	14.011.293,13	2.709.837,91	11.707.387,12	69,35	5.172.993,99
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	668.766,38	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.562.500,00	2.317.881,11	16.880.381,11	2.425.751,42	14.011.293,13	2.709.837,91	12.376.153,50	69,35	5.172.993,99

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	572.000,00	572.000,00	499.039,64	87,24
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	100.000,00	100.000,00	98.723,98	98,72
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	98.000,00	98.000,00	25.015,71	25,53
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	228.000,00	228.000,00	226.711,26	99,43
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	141.000,00	141.000,00	145.797,18	103,40
Dívida Ativa dos Impostos	4.000,00	4.000,00	2.279,63	56,99
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	511,88	51,19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.700.000,00	13.700.000,00	10.916.011,65	79,68
Cota-Parte FPM	5.700.000,00	5.700.000,00	4.278.251,27	75,06
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	4.432,08	443,21
Cota-Parte IPVA	375.000,00	375.000,00	314.851,03	83,96
Cota-Parte ICMS	7.470.000,00	7.470.000,00	6.195.874,32	82,94
Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	93.040,77	80,91
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	39.000,00	39.000,00	29.562,18	75,80
Desoneração ICMS (LC 87/96)	39.000,00	39.000,00	29.562,18	75,80
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.272.000,00	14.272.000,00	11.415.051,29	79,98

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.851.000,00	3.430.882,87	2.870.457,14	83,67	2.590.231,62	75,50
Pessoal e Encargos Sociais	1.545.000,00	1.773.510,37	1.265.061,97	71,33	1.261.263,44	71,12
Outras Despesas Correntes	1.306.000,00	1.657.372,50	1.605.395,17	96,86	1.328.968,18	80,19
DESPESAS DE CAPITAL	270.000,00	280.738,30	143.160,55	50,99	123.654,89	44,05
Investimentos	270.000,00	280.738,30	143.160,55	50,99	123.654,89	44,05

Continua 1/4

Município de XAVANTINA - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	270.000,00	280.738,30	143.160,55	50,99	123.654,89	44,05
Investimentos	270.000,00	280.738,30	143.160,55	50,99	123.654,89	44,05
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.121.000,00	3.711.621,17	3.013.617,69	81,19	2.713.886,51	73,12
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	739.000,00	1.084.031,90	916.879,78	30,42	844.260,85	31,11
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	739.000,00	1.084.031,90	916.879,78	30,42	844.260,85	31,11
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	739.000,00	1.084.031,90	916.879,78	30,42	844.260,85	31,11
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.382.000,00	2.627.589,27	2.096.737,91	50,77	1.869.625,66	42,01
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						18,37
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						384.687,22

Continua 2/4

Município de XAVANTINA - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	22.462,36	0,00	21.196,29	1.266,07	0,00
TOTAL	22.462,36	0,00	21.196,29	1.266,07	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.685.000,00	2.977.973,17	2.322.567,81	77,07	2.122.727,67	78,22
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	427.000,00	724.648,00	689.594,88	22,88	589.703,84	21,73
Vigilância Sanitária	9.000,00	9.000,00	1.455,00	0,05	1.455,00	0,05
TOTAL	3.121.000,00	3.711.621,17	3.013.617,69	100,00	2.713.886,51	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.562.500,00	16.880.381,11	2.425.751,42	14.011.293,13	2.709.837,91	11.707.387,12	100,00	69,35	5.172.993,99
Legislativa	700.000,00	700.000,00	58.503,55	323.666,93	64.609,77	311.665,95	2,66	44,52	388.334,05
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	58.503,55	323.666,93	64.609,77	311.665,95	2,66	44,52	388.334,05
Administração	1.299.000,00	1.587.000,00	208.291,82	1.242.730,59	269.538,59	1.135.630,00	9,70	71,56	451.370,00
Administração Geral	1.299.000,00	1.587.000,00	208.291,82	1.242.730,59	269.538,59	1.135.630,00	9,70	71,56	451.370,00
Assistência Social	366.000,00	367.743,52	25.506,38	292.257,77	65.289,98	245.306,01	2,10	66,71	122.437,51
Assistência ao Idoso	32.000,00	32.000,00	1.552,00	27.329,83	1.845,54	12.913,22	0,11	40,35	19.086,78
Assistência à Criança e ao Adolescente	147.000,00	127.000,00	10.662,30	93.029,80	24.646,64	72.470,64	0,62	57,06	54.529,36
Assistência Comunitária	187.000,00	208.743,52	13.292,08	171.898,14	38.797,80	159.922,15	1,37	76,61	48.821,37
Saúde	3.121.000,00	3.711.621,17	372.377,02	3.013.617,69	618.461,69	2.713.886,51	23,18	73,12	997.734,66
Atenção Básica	2.685.000,00	2.977.973,17	372.377,02	2.322.567,81	523.368,73	2.122.727,67	18,13	71,28	855.245,50
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	427.000,00	724.648,00	0,00	689.594,88	95.092,96	589.703,84	5,04	81,38	134.944,16
Vigilância Sanitária	9.000,00	9.000,00	0,00	1.455,00	0,00	1.455,00	0,01	16,17	7.545,00
Educação	2.831.000,00	2.973.238,45	379.950,13	2.608.659,46	582.569,10	2.185.391,39	18,67	73,50	787.847,06
Ensino Fundamental	2.266.000,00	2.427.238,45	319.262,77	2.140.967,75	484.758,98	1.819.515,75	15,54	74,96	607.722,70
Ensino Médio	124.000,00	124.000,00	0,00	99.020,00	10.190,60	49.711,61	0,42	40,09	74.288,39
Ensino Superior	70.000,00	110.000,00	659,65	109.139,65	21.567,86	75.187,86	0,64	68,35	34.812,14
Educação Infantil	355.000,00	296.000,00	59.027,71	251.728,68	65.697,96	238.319,09	2,04	80,51	57.680,91
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	11.000,00	1.000,00	7.803,38	353,70	2.657,08	0,02	24,16	8.342,92
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Cultura	30.000,00	30.000,00	5.366,13	23.773,38	7.526,13	19.663,38	0,17	65,54	10.336,62
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	5.366,13	23.773,38	7.526,13	19.663,38	0,17	65,54	10.336,62
Urbanismo	509.000,00	598.992,23	16.688,15	501.687,92	89.566,33	397.528,48	3,40	66,37	201.463,75
Infra-Estrutura Urbana	100.000,00	218.218,60	0,00	125.968,60	19.782,25	125.968,60	1,08	57,73	92.250,00
Serviços Urbanos	409.000,00	380.773,63	16.688,15	375.719,32	69.784,08	271.559,88	2,32	71,32	109.213,75
Agricultura	1.983.500,00	2.065.539,88	192.650,92	1.738.340,89	248.264,29	1.454.647,96	12,43	70,42	610.891,92
Extensão Rural	1.983.500,00	2.065.539,88	192.650,92	1.738.340,89	248.264,29	1.454.647,96	12,43	70,42	610.891,92
Indústria	120.000,00	90.640,00	0,00	40.257,30	25.556,00	38.337,30	0,33	42,30	52.302,70
Promoção Industrial	120.000,00	90.640,00	0,00	40.257,30	25.556,00	38.337,30	0,33	42,30	52.302,70
Transporte	2.896.000,00	3.942.813,48	1.129.820,37	3.537.771,70	630.272,39	2.627.169,37	22,44	66,63	1.315.644,11
Transporte Rodoviário	2.896.000,00	3.942.813,48	1.129.820,37	3.537.771,70	630.272,39	2.627.169,37	22,44	66,63	1.315.644,11

Continua 1/2

Município de XAVANTINA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.562.500,00	16.880.381,11	2.425.751,42	14.011.293,13	2.709.837,91	11.707.387,12	100,00	69,35	5.172.993,99
Desporto e Lazer	254.000,00	199.000,00	19.861,04	155.815,28	26.781,59	115.609,15	0,99	58,10	83.390,85
Desporto Comunitário	204.000,00	164.000,00	10.861,04	146.815,28	21.781,59	110.609,15	0,94	67,44	53.390,85
Lazer	50.000,00	35.000,00	9.000,00	9.000,00	5.000,00	5.000,00	0,04	14,29	30.000,00
Encargos Especiais	453.000,00	613.792,38	16.735,91	532.714,22	81.402,05	462.551,62	3,95	75,36	151.240,76
Serviço da Dívida Interna	104.000,00	100.000,00	0,00	93.333,26	14.654,76	75.146,81	0,64	75,15	24.853,19
Outros Encargos Especiais	349.000,00	513.792,38	16.735,91	439.380,96	66.747,29	387.404,81	3,31	75,40	126.387,57
TOTAL (III) = (I + II)	14.562.500,00	16.880.381,11	2.425.751,42	14.011.293,13	2.709.837,91	11.707.387,12	100,00	69,35	5.172.993,99

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	572.000,00	572.000,00	100.540,72	499.039,64	87,24
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	105.000,00	105.000,00	3.768,12	101.515,49	96,68
1.1.1- IPTU	100.000,00	100.000,00	3.684,05	98.723,98	98,72
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	33,81	2.279,63	56,99
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	50,26	511,88	51,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	98.000,00	98.000,00	800,00	25.015,71	25,53
1.2.1- ITBI	98.000,00	98.000,00	800,00	25.015,71	25,53
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	228.000,00	228.000,00	55.035,62	226.711,26	99,43
1.3.1- ISS	228.000,00	228.000,00	55.035,62	226.711,26	99,43
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	141.000,00	141.000,00	40.936,98	145.797,18	103,40
1.4.1- IRRF	141.000,00	141.000,00	40.936,98	145.797,18	103,40
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.700.000,00	13.700.000,00	2.114.420,36	10.916.011,65	79,68
2.1- Cota-Parte FPM	5.700.000,00	5.700.000,00	705.362,00	4.278.251,27	75,06
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.700.000,00	5.700.000,00	705.362,00	4.278.251,27	75,06
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.470.000,00	7.470.000,00	1.319.332,08	6.195.874,32	82,94
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	39.000,00	39.000,00	5.912,44	29.562,18	75,80
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	19.414,21	93.040,77	80,91
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	4.165,77	4.432,08	443,21
2.6- Cota-Parte IPVA	375.000,00	375.000,00	60.233,86	314.851,03	83,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.272.000,00	14.272.000,00	2.214.961,08	11.415.051,29	79,98
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.740.000,00	2.740.000,00	422.883,64	2.183.200,25	79,68
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.140.000,00	1.140.000,00	141.072,33	855.649,96	75,06
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.494.000,00	1.494.000,00	263.866,25	1.239.173,94	82,94
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.800,00	7.800,00	1.182,48	5.912,41	75,80
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	3.882,84	18.608,17	80,91
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	833,13	886,36	443,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	75.000,00	75.000,00	12.046,61	62.969,41	83,96
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.107.000,00	1.107.000,00	180.310,95	887.950,56	80,21
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.107.000,00	1.107.000,00	180.067,62	884.996,14	79,95
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	243,33	2.954,42	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.633.000,00	-1.633.000,00	-242.816,02	-1.298.204,11	79,50
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	686.000,00	897.000,00	155.647,33	714.650,68	79,67
13.1- Com Educação Infantil	82.000,00	170.000,00	37.950,40	138.343,43	81,38
13.2- Com Ensino Fundamental	604.000,00	727.000,00	117.696,93	576.307,25	79,27
14- OUTRAS DESPESAS	421.000,00	216.269,19	16.516,10	182.540,82	84,40
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	421.000,00	216.269,19	16.516,10	182.540,82	84,40
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.107.000,00	1.113.269,19	172.163,43	897.191,50	80,59
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					80,48
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 2				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)3	3.568.000,00	3.568.000,00	553.740,27	2.853.762,82	79,98
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	82.000,00	170.000,00	37.950,40	138.343,43	81,38
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	82.000,00	170.000,00	37.950,40	138.343,43	81,38
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.203.000,00	2.121.269,19	434.655,52	1.575.396,39	74,27
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.025.000,00	943.269,19	134.213,03	758.848,07	80,45
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.178.000,00	1.178.000,00	300.442,49	816.548,32	69,32
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.285.000,00	2.291.269,19	472.605,92	1.713.739,82	74,79
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.298.204,11
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.954,42
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					6.269,19
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.288.980,50
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.002.720,32
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,3

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	57.000,00	88.791,78	22.968,04	88.327,51	99,48
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	488.000,00	592.177,48	86.641,44	382.970,36	64,67
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	545.000,00	680.969,26	109.609,48	471.297,87	69,21
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.830.000,00	2.972.238,45	582.215,40	2.185.037,69	73,51
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	6.269,19	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	884.996,14	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	876.150,03	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.954,42	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	18.069,72	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 6.269,19, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Associações

AMARP

Ata da Reunião Extraordinária 2009 02 20

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO AUDITÓRIO DA AMARP NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2009.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e nove, foi realizada a Primeira Reunião Extraordinária com os Municípios membros da AMARP do corrente ano e da Legislatura 2009/2012. A reunião foi realizada no Auditório da Associação de Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, onde tivemos a participação de todos os Municípios membros. Inicialmente o Secretário Executivo da Associação fez a saudação a todos os Prefeitos e Presidentes de Câmara presentes na reunião, e fez a composição da mesa de trabalhos, chamando para fazer parte da mesma o Exmo. Senhor Cláudio Spricigo, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, e Presidente da AMARP. O Exmo. Senhor Wilmar Carelli, Prefeito Municipal de Videira, Prefeito Anfitrião. Fez uso da palavra o Senhor Presidente que saudou a todos os presentes, parabenizou os Prefeitos Eleitos e Reeleitos, e os Presidentes de Câmara. Disse que se sente muito satisfeito em estar Presidindo mais uma reunião da Associação, pois estas reuniões são sempre de muita importância, tanto pelos assuntos a serem tratados, como pela confraternização dos nossos Municípios membros. Cumprimentou de forma especial o Prefeito anfitrião e disse que espera uma maior participação do Município de Videira nas Assembléias da AMARP, o que não ocorreu na última legislatura. Falo de sua satisfação em ter sido Presidente da Associação por este período e que pelo fato de ter sido um ano de eleições Municipais, não houve reuniões normais e que ele teve que se ausentar do Cargo de Presidente para ser Candidato à reeleição, retornando ao mandato depois da eleição. Comentou que na reunião de hoje além dos importantes assuntos na pauta, teremos ainda a Escolha da Nova Diretoria da AMARP para o período de fevereiro de 2009 a fevereiro de 2010, e que este assunto deverá ser tratado no final da reunião. Fazendo a abertura, passou a palavra ao Prefeito anfitrião Exmo. Senhor Wilmar Carelli, que saudou a todos deu as boas vindas e disse que após doze anos, está retornando e que no período de seu mandato 1993 a 1996, foi um participante assíduo nas reuniões da Associação e que tem pleno conhecimento da importância da Associação para os seus municípios e região. Disse que o Município de Videira será sempre um ponte de apoio para a AMARP e também para os menores Municípios, pois a nossa Micro Região deverá ser firme e forte. O senhor Presidente agradeceu as palavras do Prefeito Anfitrião e passou a coordenação da reunião para o Secretário Executivo. Conforme a pauta, O Secretário Executivo apresentou os expedientes do período entregando na pasta de cada Prefeito, os boletins de arrecadação do FPM e do ICMS referente ao mês de janeiro de 2009, onde a receita do FPM em comparação com a receita de dezembro de 2008 teve um decréscimo de 2% e em relação a janeiro de 2008 teve um decréscimo de 2,15%. O ICMS teve em janeiro um decréscimo de 5% em relação a dezembro de 2008 e em relação a janeiro de 2008 teve um decréscimo de 12,86%. Esperamos que estes decréscimos não sejam constantes pois a Crise Mundial poderá afetar muito as Receitas dos nossos Municípios. Mesmo o Governo Federal sendo otimista com a situação, nós devemos ter muita cautela ao contratarmos novas despesas pois a receita poderá ser comprometida. Foi também entregue aos Municípios o novo Guia dos Municípios feito pela FECAM onde a AMARP entregou a quota de cada município, de acordo com o número de Escolas de cada um. Foi também apresentado o calendário de eventos e cursos da Escola de Gestão Municipal da FECAM para os meses de fevereiro e março de 2009.

Foi também entregue na pasta de cada Prefeito uma cópia da Instrução Normativa TC-06/2008 de 17 de dezembro de 2008, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2009, que estabelece critérios para apreciação, mediante parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos Prefeitos Municipais, e o julgamento das contas anuais dos Administradores Municipais, e dá outras providências. E segundo a presente Decisão Normativa as restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, sendo estas restrições as de Ordem Constitucional, as de Ordem Legal, as de Ordem Regulamentar, em especial as seguintes: Ocorrência de Déficit de Execução Orçamentária, despesa maior do que a receita. Despesas a maior do que os Créditos Orçamentários. Abertura de Créditos Adicionais sem prévia autorização legislativa. Transposição e remanejamento ou Transferências de recursos de Categoria de programação para outra sem prévia autorização legislativa. Utilização de créditos adicionais baseado em autorização legislativa ilimitada. Não aplicação do percentual mínimo de 25% no desenvolvimento da educação básica. Não aplicação mínima de 60% do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério exclusivamente da educação básica e os outros 40% na manutenção da educação básica. Não aplicação do percentual mínimo de 15% em ações de Saúde. Despesas decorrentes de obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato, sem disponibilidade de caixa. Ausência de efetiva atuação do sistema de controle interno demonstrado no conteúdo dos relatórios enviados ao Tribunal de Contas. Balanço Anual Consolidado demonstrando inadequadamente saldos contábeis, apresentando inúmeras divergências entre as peças que o compõem, prejudicando a verificação da compatibilidade entre a execução orçamentária e as variações patrimoniais, implicando na sua total inconsistência. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos do excesso de arrecadação ou do superávit financeiro do exercício anterior inexistente, ou outras aberturas de crédito não autorizadas em lei. Despesas com pessoal do Poder Executivo acima do limite. Não remeça de dados eletrônicos através do sistema e-SFINGE. Foi também feito comentários sobre o andamento do Movimento Econômico, e que nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro, o Pessoal Técnico responsável pelo Movimento Econômico da AMARP participaram do X Ciclo de Estudos sobre Movimento Econômico, realizado na Cidade de Mafra, e que a situação do Movimento Econômico do exercício de 2009, base 2008, está sendo acompanhado pela Associação e as informações estão sendo repassadas aos Municípios. Foi dito aos Senhores Prefeitos, que alguns municípios estão com problemas na digitação das notas de produtor rural, e que isto poderá trazer prejuízos aos nossos Municípios. Ficou então determinado que o responsável pelo Movimento Econômico da AMARP senhor Alexandre Ganasini, comunicará os municípios sobre as necessidades e obrigаторiedades com relação ao Movimento Econômico, e que mesmo estando respondendo pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Videira, o mesmo responderá também pelo Movimento Econômico dos municípios membros da AMARP, sem prejuízo a qualquer município. Após esta apresentação, o Secretário Executivo passou a palavra para a Senhora Beatriz Perotto Preto, Coordenadora do Colegiado de Secretários de Saúde e dos Assistentes Sociais, e também responsável pela implantação do Consórcio de Saúde dos Municípios da AMARP o CIS-AMARP. A Senhora Beatriz fez uma ampla apresentação sobre a atual situação do Consórcio e que o Protocolo de Intenções já havia sido assinado na Reunião realizada no Município de Iomerê em julho de 2008. Comentou que ela foi escolhida pelos membros do colegiado de Secretários de Saúde, para administrar as tratativas iniciais para Instalação e funcionamento do CIS-AMARP. Na oportunidade comentou e apresentou a composição da Câmara Técnica do Consórcio instalada no dia treze de fevereiro de dois mil e nove. Foram feitos muitos comentários pelos Senhores Prefeitos, principalmente sobre a importância deste Consórcio para os nossos Municípios, pois além de um melhor atendimento na área da saúde, teremos uma regularização das despesas com consultas e atendimentos

Médicos, despesas estas hoje contestadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Foi também comentado sobre as irregularidades praticadas pelos Gestores dos Fundos Municipais de Saúde nos exercícios de 2006, 2007 e 2008, cujas contas estão sendo consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado. Ficou então determinado para que seja acelerado este processo de efetivação do Consórcio e que o mesmo entre em vigor o mais breve possível. Ficou também estabelecido que haverá uma contribuição financeira para a AMARP, até a entrada das contribuições do Consórcio, para pagamento das despesas de Pessoal na implantação do Consórcio, cuja Contribuição será fixada na Resolução a ser expedida pelo Senhor Presidente. Foi também comentado sobre o Projeto da Empresa Reunidas para transporte de pacientes para Florianópolis, e ficou estabelecido que a AMARP convidará a Empresa para apresentar proposta ao Colegiado de Secretários de Saúde sobre o assunto e que tudo deverá ser discutido no Colegiado e apresentado aos Senhores Prefeitos. Na sequência foi concedido espaço para a UNOESC que se fez presente com os Senhores Luiz Carlos Luckmann, Antônio Carlos de Oliveira, Marcelo Zenaro e Pablo Heleno Cezerino. A princípio fez uso da palavra o Senhor Marcelo Zenaro, que agradeceu a AMARP pela oportunidade e fez uma breve apresentação do Programa de Qualificação Continuada para Gestão Pública. Em seguida fez uso da palavra o Senhor Pablo Heleno Cezerino, que falou sobre a Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe, falou sobre o Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio do Peixe e disse que este comitê é o parlamento das águas com Plano de Gestão Integrada da Bacia do Rio do Peixe. Fez também uso da palavra o Senhor Luiz Carlos Luckmann, que falou em nome da Reitoria da UNOESC e comentou sobre a importância desta Parceria entre a UNOESC e as Administrações Municipais e que as Administrações deverão ser cada vez mais eficientes e que para que isso aconteça, tem que haver capacitações e se buscar conhecimentos e a UNOESC é um destes caminhos, pediu a participação dos Senhores Prefeitos nos incentivos para melhor formação de seus servidores. Ainda fez uso da palavra o Senhor Antônio Carlos de Oliveira, que comentou sobre a importância de uma reaproximação da UNOESC com as Administrações Municipais, nós da UNOESC queremos ser parceiros neste processo de qualificação e de melhoria na prestação dos serviços municipais. Além do apresentado, a UNOESC fará visitas individualizadas a cada Município para tratar do assunto apresentado e espera poder contar com a efetiva participação de todos. O senhor Presidente agradeceu a UNOESC pelas apresentações, e na sequência concedeu espaço para Empresa LOGOS Assessoria que através do Senhor João Klein, que apresentou os resultados positivos na liberação de recursos de Convênios com a União no exercício de 2008, dos Municípios com contrato firmado com a Empresa. Comentou-se sobre os trabalhos já realizados pela Empresa no mês de janeiro e até a presente data, quanto ao registro do SINCOV e outros serviços de acompanhamento de Projetos e Emendas em Brasília. Em seguida foi feita a apresentação da Proposta de prestação de serviços da empresa para os Municípios que queiram aderir no Contrato que será realizado com a AMARP, com um custo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), por município mês. Ficou então determinado que a adesão dos municípios será livre, quem quiser participa do contrato, que não quiser fica isento do pagamento da prestação de serviços. Ficou então determinado que o Contrato será feito entre a AMARP e a Empresa LOGOS Assessoria, com valor fixado de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por município mês, cujo valor será incorporado na Contribuição de cada Município participante do contrato, com vigência de março de 2009 a março de 2010. Ainda a Empresa fornecerá à AMARP o termo de adesão de cada município, cujo contrato será assinado no mês de março com a cobrança da primeira parcela no referido mês. A Empresa fornecerá Nota Fiscal de Prestação de Serviços e a AMARP ficará encarregada do referido pagamento, tudo de acordo com contrato a ser firmando por ambas as partes. Os Senhores Prefeito que já conhecem os serviços prestados pela Empresa, comentaram sobre a importância do acompanhamento na liberação de Recursos em

Brasília e que nós temos este ano de 2009 e parte de 2010, para conseguir recursos financeiros junto a União. Os Prefeitos reeleitos comentaram que os Investimentos feitos nas Prefeituras, são de recursos de Convênio pois a receita normal está totalmente comprometida. Outra colocação feita pelos Prefeitos, foi sobre a falta de representatividade política da nossa região em Brasília. Encerado este assunto, o Senhor Presidente abriu espaço para o processo de escolha da Nova Diretoria da AMARP para o período de fevereiro de 2009 a fevereiro de 2010. O Presidente apresentou o nome do Prefeito de Fraiburgo, Nelmar Pinz, como Presidente e que o indicado faria a composição dos demais membros da Diretoria. Após as devidas conversações ficou então escolhido como Presidente o Exmo. Senhor Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, e o Presidente escolhido fez a composição da Nova Diretoria convidando os Prefeitos de Caçador para Vice-Presidente, o Prefeito de Santa Cecília para Secretário da Diretoria, os Prefeitos de Lebon Régis, Rio das Antas e Salto Veloso, para o Conselho Fiscal, ficando a diretoria assim composta:

PRESIDENTE: Nelmar Pinz - Prefeito de Fraiburgo

VICE-PRESIDENTE: Saulo Sperotto - Prefeito de Caçador

SECRETÁRIO DA DIRETORIA: João Rodoger de Medeiros - Prefeito de Santa Cecília

CONSELHO FISCAL: Lodovino Labas - Prefeito de Lebon Régis, Alcir José Bodanesi - Prefeito de Rio das Antas e Pedrinho Ansiliero - Prefeito de Salto Veloso.

Composta a Nova Diretoria, a mesma foi empossada com uma salva de palmas. O então Presidente Cláudio Spricigo, agradeceu a confiança de todos neste período em que foi presidente, e disse que neste seu primeiro mandato não teve nenhum problema pois sempre obedeceu as orientações e cumpriu a lei, comentou que o Consórcio tem que ser devidamente Instalado e que será muito bom para todos os municípios. Falando em nome da nova Diretoria, fez uso da palavra o Senhor Presidente, Prefeito Nelmar Pinz, que agradeceu ao Ex-Presidente Cláudio Spricigo pela sua indicação, e disse que estará no comando da AMARP por um ano e que procurará desenvolver o seu papel de Presidente da melhor forma possível, representando a Micro Região, a Associação e todos os seus Municípios membros. Comentou que a Associação fica mais no comando do Secretário Executivo da Associação e dos seus funcionários e que espera que todos desenvolvam os seus serviços da melhor forma possível e que atendam as solicitações dos senhores Prefeitos e que executem as suas atividades sempre que preciso e necessário. Disse também que a Associação será representada perante os órgãos Federais e Estaduais pelo Secretário Executivo da Associação, Senhor Odivar Clóvis Biscaro, com direitos de assinar a documentação de representatividade da Associação. Com relação aos assuntos gerais, foi apresentado o Ofício 002/09, reivindicando junto ao Governo do Estado a Pavimentação dos seguintes trechos de rodovias: Continuidade da SC 451 - Trecho Frei Rogério a Fraiburgo. Continuidade da SC 455 - Trecho Macieira a SC 453. Continuidade da SCV 453 - Trecho Salto Veloso a Hercíliopolis. Continuidade no Trecho Iomerê a Treze Tilias. Pavimentação do Trecho entre a BR 470 e a VR 282, Trecho entre Curitiba e São José do Cerrito. Estadualização do Trecho da Estrada Iomerê a Pinheiro Preto. Foram ainda feitos comentários sobre o processo de revisão geral anual da folha de pagamento dos servidores municipais, que deverá ser feito na devida data base, com índice oficial e que isto não poderá ser repassado aos Agentes Políticos neste primeiro ano de legislatura, e foi entregue modelo de projeto de lei referente ao assunto. Como último assunto da pauta, foi entregue aos Senhores Prefeitos uma Cópia de CD do processo de Estabilização Química de Solos COM-AID, e que uma empresa fará apresentação deste produto em época oportuna. Comentou-se também sobre a possibilidade da AMARP contratar e colocar à

disposição dos municípios da SDR de Curitiba nos um Engenheiro Civil para atender as necessidades dos mesmos junto a Regional da Caixa Econômica de Blumenau. Ficou determinado que os Prefeitos destes municípios indicarão a forma e o profissional a ser contratado e que isto será devidamente Analisado pela Diretoria. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente encerrou a reunião e convidou a todos para o coquetel de confraternização. E eu Odivar Clóvis Biscaro, Secretário Executivo da AMARP, lavrei a presente Ata que após aprovada será assinada pelos senhores Prefeitos. Videira, 20 de fevereiro de 2009.

EGEM

3 Aditivo ao Edital N° 71/2013 _Técnica Legislativa _amrec

ADITIVO AO EDITAL N° 71/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CAPACITAÇÃO sobre Técnica Legislativa na Política da Assistência Social

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa as alterações abaixo para a realização da Capacitação sobre Técnica Legislativa na Política da Assistência Social, a realizar-se em Criciúma de acordo com o edital n° 71/2013 publicado em 20/08/2013.

Cidade/Local	Criciúma – SC Auditório da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC Avenida Santos Dumont, 855 Bairro: Milanese
Período das inscrições	20/08/2013 à 17/02/2014
Vencimento do boleto de cobrança	17/02/2014
Homologação das inscrições	19/02/2014
Período de realização	24, 25 e 26/02/2014
Carga horária total	25 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

Florianópolis, 13 de novembro de 2013.

Aditivo ao Edital N° 78/2013 _Técnica Legislativa _smo

ADITIVO AO EDITAL N° 78/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO DA CAPACITAÇÃO SOBRE TÉCNICA LEGISLATIVA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização da Capacitação sobre Técnica Legislativa na Política de Assistência Social, a realizar-se em São Miguel do Oeste de acordo com o edital n° 78/2013 publicado em 25/09/2013.

Cidade/Local	São Miguel do Oeste/SC Auditório da Associação dos Municípios – AMEOSC Rua Padre Aurélio Canzi, 1628 Bairro: Centro São Miguel do Oeste - SC CEP: 89900-000
Período das inscrições	25/09 à 06/03/2014
Vencimento do boleto de cobrança	06/03/2014
Homologação das inscrições	10/03/2014

Período de realização	13 e 14 de março de 2014
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	50 vagas

Florianópolis, 13 de novembro de 2013.

Aditivo ao Edital N° 81/2013 _Curso de Retenções de Inss _ammvi

ADITIVO AO EDITAL N° 81/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO DE RETENÇÕES DE INSS

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração dos valores da inscrição do Curso de Retenções de INSS, a realizar-se em Blumenau de acordo com o edital n° 81/2013 publicado em 05/11/2013.

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores dos municípios da região da AMMVI	R\$ 80,00
Servidores dos municípios filiados a FECAM	R\$ 120,00
Demais participantes	R\$ 170,00

Ao efetuar a inscrição, o sistema gerará automaticamente um boleto bancário para pagamento.

Efetue o pagamento na data de vencimento e garanta a homologação da sua inscrição.

As notas fiscais serão enviadas pelos Correios, juntamente com os certificados, a partir dos dados informados no ato da inscrição, no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal"

Para mais informações: (0488) 3221 8800 ou egem@egem.org.br

Florianópolis, 13 de novembro de 2013.

Aditivo ao Edital N°82/2013 _E-Social _ammvi

ADITIVO AO EDITAL N° 82/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO DE eSOCIAL (SPED/EFD-SOCIAL)

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração dos valores da inscrição do Curso de e-Social (SPED/EFD-SOCIAL), a realizar-se em Blumenau de acordo com o edital n° 82/2013 publicado em 05/11/2013.

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores dos municípios da região da AMMVI	R\$ 80,00
Servidores dos municípios filiados a FECAM	R\$ 120,00
Demais participantes	R\$ 170,00

Ao efetuar a inscrição, o sistema gerará automaticamente um boleto bancário para pagamento.

Efetue o pagamento na data de vencimento e garanta a homologação da sua inscrição.

As notas fiscais serão enviadas pelos Correios, juntamente com os certificados, a partir dos dados informados no ato da inscrição, no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal"

Para mais informações: (0488) 3221 8800 ou egem@egem.org.br

Florianópolis, 13 de novembro de 2013.

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 264 - PGT - Nova Veneza

Extrato de Contrato nº 264/2013

Programa de Gestão Tributária - Nova Veneza

CONTRATANTE: Município de Nova Veneza

CNPJ: 82.916.826/0001-60

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 243/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 05 de novembro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

Contrato Nº 019/2013 - Circuito Cultural

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2013

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADA: Jamil Antônio Dias

OBJETO: Serviços de promoção de Circuito Cultural

VALOR: R\$74.000,00 (setenta e quatro mil reais)

PRAZO: de 05 de novembro a 04 de fevereiro de 2013.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações&contratos

Timbó, 05 de novembro de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

CONTRATADA

JAMIL ANTÔNIO DIAS

Testemunhas:

ADEMIR WINKELHAUS
CPF nº 463.356.099-91

VALTER CONRADO DE ARAÚJO
CPF nº 379.549.389-72



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

CINCO**Termo Aditivo Nº 001 Facisc****TERMO ADITIVO Nº 001/2013**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2013 CELEBRADO EM 18/04/2013 ENTRE O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO E A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA - FACISC, OBJETIVANDO A IMPLEMENTAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO.

O **CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**, associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, neste ato representado por seu Presidente, o Prefeito de Fraiburgo, Sr. Ivo Biazolo, doravante denominado de CONSÓRCIO PÚBLICO e a **FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA - FACISC**, doravante denominada FACISC, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 78.354.636/0001-29, sediada na Rua Crispim Mira, 319, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Alaor Francisco Tissot, brasileiro, casado, RG nº 836562 e CPF nº 002.658.969-91, resolvem celebrar este Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica entabulado entre as partes, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto deste Termo Aditivo entre o CONSÓRCIO e a FACISC, consiste em acrescentar e detalhar ao Termo de Cooperação Técnica a execução de parte do Módulo 1 descrito no Projeto Básico, bem como o desembolso financeiro a ser empenhado para a realização das atividades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.1 - O presente Termo Aditivo tem os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever a execução das atividades do Módulo 1 do Projeto Básico "MODELO DE DESCENTRALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL";
- b) Detalhar o orçamento necessário para a execução do Módulo 1 do Projeto Básico - Diagnóstico do Arranjo legal e institucional da gestão ambiental dos Municípios integrantes do Consórcio CINCO;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 - A execução do Módulo I - Diagnóstico do Arranjo legal e institucional da gestão ambiental dos Municípios integrantes do Consórcio CINCO, contará com as seguintes atividades:

- a) Visitas ao Município;
- b) Análise da situação institucional atual do Município;
- c) Análise da legislação ambiental Municipal existente;
- d) Análise da Estrutura Organizacional existente;
- e) Avaliação e Levantamento do Quadro Técnico Funcional do Município;
- f) Arranjo legal, composição e funcionamento do Conselho de Meio Ambiente;
- g) Proposta de Atualização da Legislação;
- h) Análise e levantamento da estrutura administrativa e organizacional do CONSÓRCIO;
- i) Relatório Parcial descritivo de Ações e Propostas.

3.2 – Os serviços dos itens "a" a "g" serão executados nos municípios de:

- a) Caçador;
- b) Fraiburgo;

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 - Centro – CEP 89.580-000
www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



- c) Rio das Antas;
- d) Pinheiro Preto;
- e) Videira.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos necessários à execução do Módulo I será de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**. O valor de execução dos itens "a" a "g" da cláusula anterior será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada município, totalizando R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e para execução dos itens "h" e "i" o valor total será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O valor será repassado da seguinte forma:

- R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no ato de assinatura do presente Aditivo;
- R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no prazo de sessenta dias após a assinatura do presente Aditivo;
- R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no ato de entrega do Relatório Parcial de atividades constante na alínea "i" da Cláusula Terceira e conclusão do Módulo I;

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Este Termo Aditivo terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O CONSÓRCIO publicará extrato do presente instrumento no seu órgão oficial de publicação, Diário Oficial dos Municípios, veiculado eletronicamente no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, podendo ser alterado ou prorrogado mediante lavratura de termo aditivo.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam este Termo Aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo e fora dele.

Fraiburgo, 01 de outubro de 2013.

**CONSÓRCIO INTEGRADO DO
CONTESTADO – CINCO**
IVO BIAZZOLO
Presidente do CINCO
Prefeito de Fraiburgo

**FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS DE SANTA
CATARINA - FACISC**
ALAOR FRANCISCO TISSOT
Presidente da FACISC

Testemunhas:

1ª

2ª

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 - Centro – CEP 89.580-000
www.cinco.sc.gov.br E-mail: cinco@cinco.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina



NOME:
RG:
CPF:

NOME:
RG:
CPF:

Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01 - Centro – CEP 89.580-000
www.cinco.sc.gov.br E-mail:cinco@cinco.sc.gov.br
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina

CIS/AMFRI**Extrato de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº. 002/2011**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 002/2011

Objetodo Termo Aditivo: CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO - O contrato firmado entre as partes será renovado sua vigência pelo prazo de 06 (seis) meses, iniciando em 13/09/2013 e findando em 13/03/2014, podendo ser novamente renovado, mediante a vontade das partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR - Fica pelo presente Termo Aditivo acrescido o valor pela locação do sistema contratado, com base no IGPM de 13.09.2012 a 13.09.2013, passando a ser de R\$ 1.329,29 (mil e trezentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do presente contrato serão custeadas pela dotação orçamentária vigente. Permanecem inalteradas as demais disposições não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Contratado: OUTDESK INFORMÁTICA LTDA - CNPJ 10.531.596/0001-00.

Itajaí/SC, 13 de Setembro de 2013.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CITMAR**Ata de Abertura do Envelope Nº. 01, Referente a Habilitação Jurídica e Técnica dos Concorrentes No Certame**

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE Nº. 01, REFERENTE A HABILITAÇÃO JURÍDICA E TÉCNICA DOS CONCORRENTES NO CERTAME

Processo de Licitação - Carta Convite nº. 001/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEMÓRIA PORTÁTIL MICROCOMPUTADOR, CAPACIDADE MEMÓRIA 4 GB, INTER-FACE USB, APLICAÇÃO ARMAZENAMENTO DE DADOS, TIPO PEN DRIVE.

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, os membros da Comissão de Licitação Pública do respectivo consórcio, juntamente com os participantes do Edital de Licitação nº. 001/2013, para aquisição de Memória portátil microcomputador, capacidade memória 4 Gb, inter-face USB, aplicação armazenamento de dados, tipo Pen Drive, conforme estabelecido pelo respectivo Edital. Presidiu a reunião, o Presidente da Comissão, Sr. Célio José Bernardino, que foi por mim secretariado, Rodrigo Luis Flamia. Entregaram os envelopes até as 9h e 30 min. as respectivas empresas: A7 Brindes Comercio de Produtos Personalizados e RAFTI Imports Ltda. Entregando os envelopes até o horário previsto em Edital, estão habilitadas para a abertura do Envelope nº. 01, o qual compreende a Habilitação Jurídica e Técnica dos concorrentes. Sendo analisado a parte documental prevista no Edital, verificou-se que as empresas A7 Brindes Comercio de Produtos Personalizados e RAFTI Imports Ltda preencheram os requisitos do Edital. A empresa A7 Brindes Comercio de Produtos Personalizados, não atendeu aos itens 13.1 "e", 13.3 integralmente, não apresentou os documentos autenticados, na forma do item 13 e não preencheu os requisitos do item 14.1, conforme previsão expressa do Edital de Licitação. A empresa como

não preencheu os requisitos estabelecidos pelo Edital, foi considerada inabilitada, e, assim não pode passar para a fase de abertura das propostas de preço. Foi encaminhado e-mail para a empresa informando o resultado e buscando informações acerca da vontade da empresa de recorrer da decisão tomada pela Comissão, ou ainda, por enviar Declaração dispensando prazo para recurso. Foi telefonado para a respectiva empresa para saber de entrega e leitura do e-mail, sendo respondido pela Sra. Maira Papa, que confirmou o recebimento do e-mail. Foi aguardado até as onde horas e trinta e cinco minutos para posicionamento da empresa, sendo que esta restou silente. Para que não hajam nulidades no presente processo, foi então suspensa a licitação e aberto prazo de 02 (dois) dias úteis para Recurso da empresa A7 Brindes Comercio de Produtos Personalizados referente a sua inabilitação e demais empresas que desejam recorrer dos atos tomado pela Comissão, conforme art. 109, §6º da Lei Federal 8.666/93. A Comissão deliberou pelo retorno do processo licitatório para abertura do envelope de proposta de preços para o dia 19/11/2013 as 9h. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão de Licitação deu por encerrada esta fase, que vai assinada pelo Presidente da Comissão, Sr. Célio José Bernardino, por mim, Sra. Rodrigo Luiz Flamia, Secretário designado, pelo Sr. Jean Carlos Coelho e Vilmar Fronza, membros da Comissão de Licitação, pelo Dr. Cirino Adolfo Cabral Neto, Assessor Jurídico do CITMAR e pelo representante da empresa participante na respectiva licitação.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Presidente

RODRIGO LUIZ FLAMIA
Secretário designado

JEAN CARLOS COELHO
Membro

VILMAR FRONZA
Membro

DR. CIRINO ADOLFO CABRAL NETO
Assessor Jurídico

Participantes do Certame:

CONSÓRCIO CATARINA**Resolução Administrativa Nº 01, de 31 de Outubro de 2013**

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013

Apresenta o projeto do Estatuto Social do Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA, e fixa o procedimento para a sua aprovação.

O Presidente e o Secretário eleitos pela Assembléia Estatuante do Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA, no uso de suas atribuições previstas na Cláusula Vigésima Sexta do Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO CATARINA, expede a seguinte Resolução Administrativa:

Art. 1º. Fica estabelecido o projeto do Estatuto Social do Consórcio Público de Saneamento Básico do Sul de Santa Catarina - CONSÓRCIO CATARINA, nos termos do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º. Fica fixado o prazo de até a realização da continuidade desta Assembléia Estatuante para os entes consorciados analisarem o projeto do Estatuto Social e apresentarem suas propostas de emendas e destaques para votação em separado, as quais deverão ser apresentadas por escrito para discussão e votação.

Art. 3º. Somente serão apreciadas na continuidade da Assembléia Estatuante as propostas de emendas e destaques apresentados por escrito, devendo constar obrigatoriamente o nome do ente

consorciado proponente e o texto da emenda ou destaque proposto.

Parágrafo único. A proposta de emenda do Estatuto Social não poderá alterar ou contrariar os termos que estão expressos no protocolo de intenções.

Art. 4º. Somente serão aprovadas as propostas de emenda ou destaque que obtiverem os votos de, ao menos, 2/3 (dois terços) da totalidade dos entes consorciados presentes à Assembleia Estatuante, respeito o quorum mínimo de instalação.

Art. 5º. Fica designado o dia 20 de novembro de 2013, às 09h30min para a continuidade da Assembleia Estatuante, a qual será instalada com a presença de entes federados consorciados que representem 50% mais um dos votos totais do consórcio, na qual será ultimada a votação do Estatuto Social do CONSÓRCIO CATARINA.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação em assembleia.

Tubarão/SC, 31 de outubro de 2013.
ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO
Presidente da Assembleia Estatuante

JORGE LEONARDO NESI
Secretário da Assembleia Estatuante

Editais de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente da Assembleia Geral Extraordinária Estatuante do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que dispõem as Cláusulas Décima Nona, Vigésima Primeira e Vigésima Sexta do Protocolo de Intenções do Consórcio, e com o que dispõe a Resolução Administrativa nº 01 do Presidente da Assembleia Geral Extraordinária Estatuante de 31 de outubro de 2013, CONVOCA os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a realizar-se no dia 20 de novembro de 2013, às catorze horas e trinta minutos (14:30 horas) com a presença de no mínimo 2/3 dos representantes dos entes consorciados. A Assembleia terá como local, as dependências da Sala dos Prefeitos da AMUREL, localizada à Rua Rio Branco, nº 67, Bairro Vila Moema, Município de Tubarão/SC. Na pauta, deverão ser apreciados os seguintes assuntos:

I - Retificação na redação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio, realizada no dia 31 de outubro de 2013, conforme segue: onde lê-se - à partir da nona linha do primeiro parágrafo - "de Pedras Grandes, representado pelo Prefeito Sr. Antônio Felipe Sobrinho", ignorar redação, posto que esse representante não encontrava-se presente na Assembleia;

II - Retificação na redação da Ata da Assembleia Geral Estatuante do Consórcio, realizada no dia 31 de outubro de 2013, conforme segue: 1. onde lê-se - à partir da nona linha do primeiro parágrafo - "de Pedras Grandes, representado pelo Prefeito Sr. Antônio Felipe Sobrinho", ignorar redação, posto que esse representante não encontrava-se presente na Assembleia; 2. onde lê-se - à partir da quinquagésima sexta linha -, "foram eleitos por unanimidade os Prefeitos Sr. Antônio Avelino Honorato Filho, representante do Município de Pescaria Brava e o Sr. Jorge Leonardo Nesi, representante do Município de Gravatal, para exercerem, respectivamente, os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Geral Estatuante", leia-se "foram eleitos por unanimidade os Prefeitos Sr. Antônio Avelino Honorato Filho, representante do Município de Pescaria Brava e o Sr. Jorge Leonardo Nesi, representante do Município de Gravatal, para exercerem, respectivamente, os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia Geral Estatuante"; 3. onde lê-se - à partir da antepenúltima linha - "após lida e aprovada, vai assinada por mim, Sr. Edson J. Corrêa, Coordenador Técnico-Operacional e pelo Presidente da Assembleia Estatuante.", leia-se "após lida e aprovada, vai assinada por mim, Jorge Leonardo Nesi, Secretário da Assembleia Geral Extraordinária Estatuante e por Antônio Avelino Honorato Filho, Presidente"; e 4. no espaço da Ata onde encontra-se indicado deva ser apostado a assinatura de Edson José Corrêa, como Coordenador Técnico-Operacional, deverá ser apostado a assinatura de Jorge Leonardo Nesi, na condição de Secretário da Assembleia Estatuante;

III. Continuidade da Assembleia Geral Extraordinária Estatuante do Consórcio Catarina, para a apresentação final de sugestões de alterações e/ou destaques que os representantes dos entes consorciados julgarem se façam necessárias ao texto do Estatuto Social, e sua votação definitiva.

Tubarão, 07 de novembro de 2013.
ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO
Presidente da Assembleia Geral Extraordinária Estatuante

JORGE LEONARDO NESI
Secretário da Assembleia Geral Extraordinária Estatuante



PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br